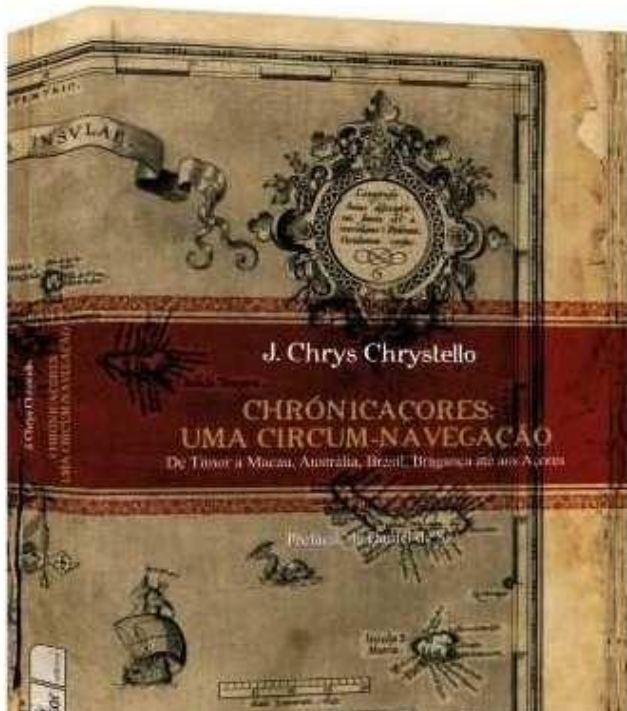


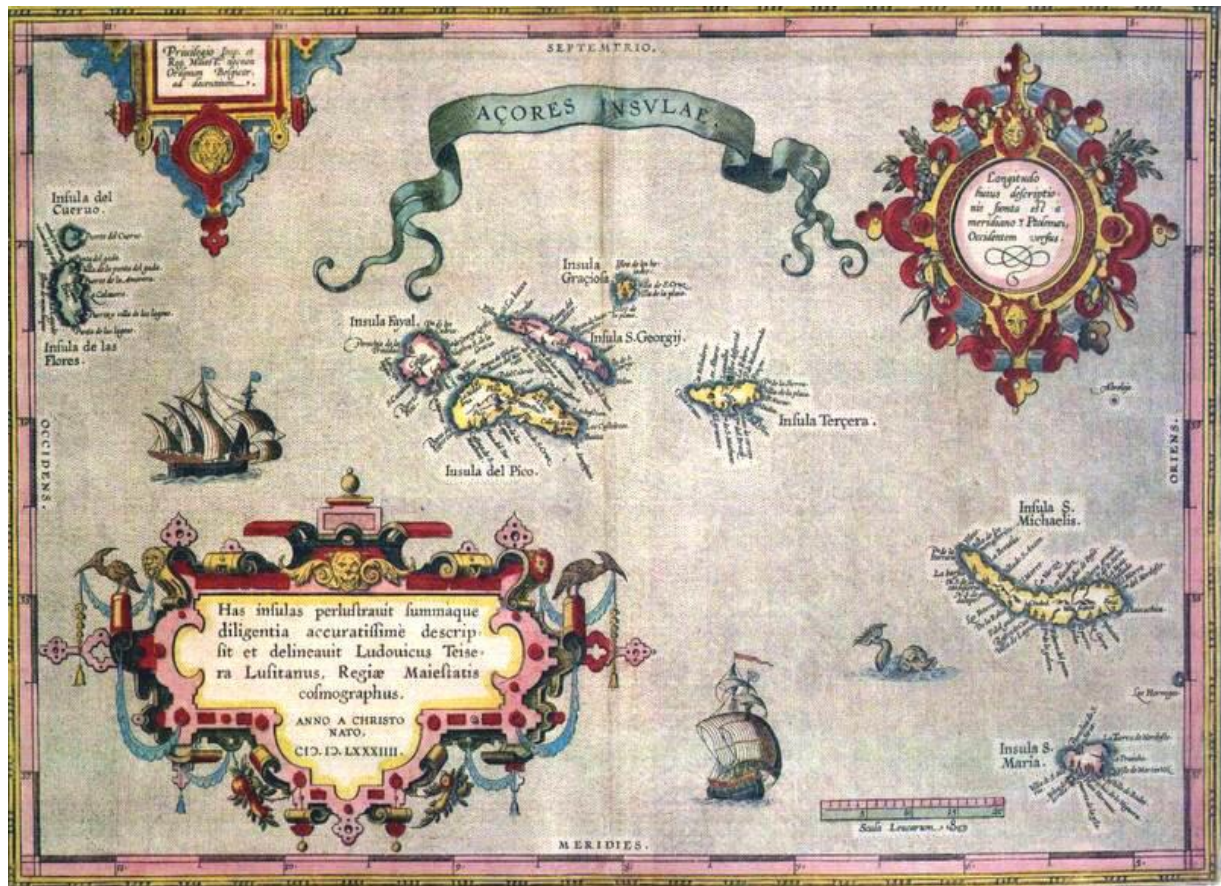
J. Chrys Chrystello
**CHRÓNICAÇORES:
UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO**
De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores

“Chrys Chrystello não fala nunca de coisas, lugares e pessoas que só viu uma vez na vida. Ele esteve lá, ele está cá, ele é de Trás-os-Montes e da Austrália, de Timor e de Macau, de cada pedaço ou pedacinho de terra e de gente que aqui irá aparecendo num retrato fielmente feito de palavras, mas com a alma do autor por dentro.”

Daniel de Sá



CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES (volume 1)



j. chrys chrystello

Badana 1

Na lenda havia um Rei Artur, Sir Galahad, os cavaleiros da Távola Redonda e a busca pelo Santo Graal. Aqui não há Dom Quixote, nem Sancho Pança nem moinhos de vento, contra os quais espadanar. Há apenas um paladino da poesia e utopia, temeroso e aventureiro, sequioso de aprender outras línguas, hábitos e culturas. Da sua infância em Trás-os-Montes, sua mátria desconhecida, parte à conquista do “lulic” em Timor Português, dos hippies em Bali (Indonésia), sobrevive ao “Anno Horribilis” no Verão Quente de 1975 (Portugal), atravessa as Portas do Cerco (na China de Macau), percorre a Austrália Ocidental, Vitória e Nova Gales do Sul, com passagem pelo Oriente do Meio e seus emirados, metade da Europa, da Ásia e parte do Pacífico Sul, antes de redescobrir o Brasil, Portugal. Por fim, paira como um Buteo buteo rothschildi sobre a ilha de S. Miguel (Açores) donde parte também em conquista de Santa Maria, Faial, Pico e S. Jorge. Se na pátria (Austrália) descobriu uma tribo aborígine a falar um crioulo português com mais de 450 anos, descobriu na antiga Bragança a sua mátria e aqui nos Açores descobriu o que a maior parte do mundo desconhecia.

Esta viagem leva-nos num périplo pelo mundo em que o autor vai cronicando, como Marco Polo, as terras, as gentes e os costumes e tradições. Da análise política, social e pessoal parte à descoberta de culturas. Recuperando as suas origens, retorna ao seio duma Lusofonia sem raças, credos ou nacionalidades, até se radicar na “Atlântida” onde irá desvendar, divulgar e dilatar desveladamente uma fértil literatura açoriana catapultadora de autonomias e independências por cumprir.

*CHRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO DE TIMOR A MACAU,
AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES*



j. chrys chrystello

1. Índice

0. INTROITO

0.1. DO ANTI-HERÓI. DO NASCIMENTO

0.2. CASA NOVA. A FAMÍLIA EM CRESCIMENTO É COMO AS DESGRAÇAS NUNCA VÊM SÓS

CAPÍTULO 1 AÇORES

- 1. AÇORES
- 1.1. DE DESCOBERTA EM DESCOBERTA. O BATISMO INSULAR.
- 1.2. DA CHEGADA AOS SISMOS VAI O VOO DUM AÇOR NA ILHA VERDE
- 1.3. SUBVERSÃO DE VILA FRANCA
- 1.4. ERA UMA VEZ UMA HISTÓRIA DUM ARQUIPÉLAGO
- 1.5. A APRENDER A VIDA INSULAR
- 1.6. DOS CAGARROS AO CHÁ AÇORIANO E A UM ANTIGO 7º ANO DO LICEU

CAPÍTULO 2 CRISTÃOS, HINDUS E MUÇULMANOS

- 2. FESTAS
- 2.1. SENHOR SANTO CRISTO DOS MILAGRES. FALL RIVER E CANADÁ TÊM O CULTO
- 2.2. REVISTA “OS AÇORES” 1922: SANTO CHRISTO
- 2.3. CITAÇÕES CRISTÃS ANTIDINHEIRO
- 2.4. O EXEMPLO DE D. HÉLDER DA CÂMARA
- 2.5. JC ANALISA E COMENTA AS FESTAS DO SENHOR SANTO CRISTO DOS MILAGRES
- 2.6. REVISITANDO MACAU
- 2.7. DOS AÇORES A BALI VAI O VOO DUM MILHAFRE
- 2.8. INSÓLITO. KUWAIT CITY EM VÉSPERA DE GUERRA

CAPÍTULO 3 BRAGANÇA DE TRÁS-OS-MONTES

- 3. REGRESSO ÀS ORIGENS, LENDAS E TRADIÇÕES
- 3.1. CARNAVAIS E LIVROS
- 3.2. OS FERIADOS SÃO PARA QUÊ? *ILS SONT FOUS CES AZORIENS* ONDE SE FALA DE TRABALHO.
- 3.3. REGRESSO ÀS ORIGENS. SAUDADES TRANSMONTANAS
- 3.4. DE VIMIOSO E EUCÍSIA
- 3.5. LENDAS E TRADIÇÕES: ALFÂNDEGA DA FÉ
- 3.6. MAIS FÉRIAS TRANSMONTANAS
- 3.7. QUINTA DA BENDADA. SENDIM DA RIBEIRA. AZINHOSO, MOGADOURO
- 3.8. BABE, BRAGANÇA E A SUA HISTÓRIA
- 3.9. DO RATO DE CABRERA E OUTROS ANIMAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO

CAPÍTULO 4 INSULARIDADE AZÓRICA E ADOLESCÊNCIA

DA INSULARIDADE AO LICEU E ENTRETENIMENTOS DOUTRAS ERAS

- 4.1. PEREGRINOS, A FINLANDIZAÇÃO, A LAVAGEM CEREBRAL
- 4.2. DA INSULARIDADE E DA EMIGRAÇÃO AO TEMA DAS ALDEIAS
- 4.3. RECORDANDO O LICEU
- 4.4. ENTRETENIMENTOS EM 1960
- 4.5. JORNALISMO, UM APRENDIZ DE FEITICEIRO
- 4.6. A SOCIEDADE DA TRETA
- 4.7. DA PÁSCOA AOS ADOLESCENTES
- 4.8. PRIMEIRA PÁSCOA INSULAR 2006. SÃO MIGUEL OU ILHA VERDE. CULTURAS, GASTRONOMIA
- 4.9. ADOLESCENTES DEPRIMIDOS
- 4.10. A ENTRADA NA UNIVERSIDADE É SEMPRE TRAUMÁTICA
- 4.11. *I HAD A DREAM*, O SILÊNCIO DOS BONS. DOS FILHOS E DOS PAIS
- 4.12. DA PRAIA AOS EXCESSOS DOS POLÍTICOS
- 4.13. POLÍTICA LOCAL

CAPÍTULO 5 TIMOR PORTUGUÊS

5. VIDA NOVA

5.1. FINALMENTE A MALFADADA TROPA E O CASAMENTO, DOIS MALES NUNCA ANDAM SÓS

5.2. PARTIDA PARA TIMOR, CHEGADA A DILI

5.3. BOBONARO, setembro - dezembro 1973. DILI, dezembro 1973 - abril 1974

5.4. maio 1974. A EXPETATIVA, A FRAUDE E O DESENCANTO

- 5.5. agosto: FILAS PARA COMIDA E O PÂNICO. RACIONAMENTO
- 5.6. TIMOR: UM TRANSATLÂNTICO IMOBILIZADO OU A CONTAGEM DECRESCENTE?
- 5.7. setembro: INDONÉSIA OBTÉM O ASSENTIMENTO DA AUSTRÁLIA À REINTEGRAÇÃO DE TIMOR
- 5.8. outubro: A VISITA. NOVA "RELIGIÃO". NOVO GOVERNADOR

CAPÍTULO 6 BALI, AUSTRÁLIA, PORTUGAL E MACAU

- 6. BALI E AUSTRÁLIA DEZEMBRO 1974
- 6.1. AMNISTIA, FÉRIAS, VIAGENS
- 6.2. janeiro 1975: O GOVERNO EMITE UMA MENSAGEM. FRETILIN RECONHECE
- 6.3. EDUCAÇÃO DESCOLONIZADA. COLIGAÇÃO SIM, APODETI NÃO. ANTECEDENTES DA GUERRA
- 6.4. O REGRESSO A DILI
- 6.5. *ANNO HORRIBILIS*. OUTUBRO 1976: DIÁSPORA MACAENSE
- 6.6. NATAL 1978: O FAROESTE AUSTRALIANO
- 6.7. AUSTRÁLIA. A ILHA E O NASCIMENTO DUMA FILHA

CAPÍTULO 7 DA INVASÃO DE TIMOR AOS DIAS DE HOJE

- 7. DA INVASÃO INDONÉSIA ATÉ HOJE
- 7.1. UM PERCURSO DE 22 ANOS
- 7.2. “ENTERRADOS VIVOS” O FILME SOBRE A SAGA DE TIMOR
- 7.3. POR QUE É QUE HÁ GUERRAS TRIBAIS EM TIMOR – I
- 7.4. POR QUE É QUE HÁ GUERRAS TRIBAIS EM TIMOR – II
- 7.5. A SITUAÇÃO EM TIMOR
- 7.6. TIMOR A 1ª NAÇÃO DO SÉCULO XXI OU O 2º PROTETORADO DO SÉCULO

CAPÍTULO 8 LUSOFONIAS AÇORIANAS

- 8. LETRAS AÇORIANAS
- 8.1. LUSOFONIA AÇORIANA. LITERATURA AÇORIANA
- 8.2. DA LITERATURA AÇORIANA TRADUZIDA A DANIEL DE SÁ
- 8.3. ATÉ JÁ, BALEIRO DA ESCRITA
- 8.4. O PROJETO DE ESTUDOS AÇORIANOS 2008-2012
- 8.5. O FUTURO DOS AÇORES

9. BIBLIOGRAFIA

10. WEB BIBLIOGRAFIA

11. APRESENTAÇÕES E CRÍTICAS DA OBRA

- 11.1 DANIEL DE SÁ
- 11.2. VASCO PEREIRA DA COSTA
- 11.3. ROSÁRIO GIRÃO E MANUEL J SILVA
- 11.4. LUCIANO PEREIRA
- 11.5. NUNO PINTO DO SOUTO
- 11.6 APRESENTAÇÃO CRÍTICA POR ROSÁRIO GIRÃO E MANUEL J SILVA

LIVROS, PREFÁCIOS E TRADUÇÕES DE LIVROS	
2.	2017. Bibliografia Geral da Açorianidade em 2 vols. 19500 entradas, Ed. Letras Lavadas Publiçor, Ponta Delgada
3.	2017. Poema “Maria Nobody” IN VIII Volume da Antologia de Poesia Portuguesa Contemporânea “Entre o Sono e o Sonho” Chiado ED.
4.	2017. A língua portuguesa na Austrália, Capítulo no livro "A Língua Portuguesa no Mundo: Passado, Presente e Futuro". Ed. Universidade da Beira Interior, org. Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório
5.	https://www.academia.edu/32435126/A_L%C3%ADngua_Portuguesa_no_Mundo_3p_TL_-1_12-04-2017.pdf
6.	2017. “Três poemas açorianos” in Antologia ed. Artelogy dezº 2016
7.	2017. “Não se é ilhéu por nascer numa ilha”, in A condição de ilhéu, capítulo do livro A condição de ilhéu, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP), Universidade Católica Portuguesa Lisboa https://www.academia.edu/32435182/N%C3%A3o_se_%C3%A9_ilh%C3%A9u_por_nascer_numa_ilha_in_A_CONDI%C3%87%C3%83O_DE_ILH%C3%89U
8.	2016. Prefácio do livro “Um missionário açoriano em Timor” de D. Carlos F Ximenes Belo
9.	2015. CD Trilogia da História de Timor. 3760 páginas, contém os 3 vols. e ed. em inglês do 1º vol., ed. AICL, Colóquios da Lusofonia. 4ª ed. AICL, Colóquios da Lusofonia
10.	https://meocloud.pt/link/0f421777-0158-43a4-80a8-41c9a0c32c21/TRIOLOGIA%20COMPLETA%20compressed.pdf/
11.	https://blog.lusofonias.net/wp-admin/post.php?post=58615&action=edit
12.	2015, livro Crónicas Austrais (1978-1998 monografia) 4ª ed. 2015,
13.	https://www.academia.edu/12547068/Cr%C3%B3nicas_Austrais_1978-1998
14.	https://blog.lusofonias.net/wp-admin/post.php?post=58622&action=edit
15.	2014. Prefácio de “O voo do Garajau” Rosário Girão & Manuel Silva, ed. Calendário de Letras e AICL
16.	http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672015000300016
17.	2013, livro Crónicas Austrais (1978-1998 monografia) 3ª edição 2013
18.	http://lusofonias.net/images/pdf/CRONICAS%20AUSTRASIS%201978-1998%203%20ed%20livro.pdf ,
19.	2012, livro Trilogia da história de Timor, ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0
20.	(Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975, Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter e Timor Leste vol. 3 - As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006) ed. AICL Colóquios da Lusofonia, ISBN: 978-989-95641-9-0
21.	https://meocloud.pt/link/0f421777-0158-43a4-80a8-41c9a0c32c21/TRIOLOGIA%20COMPLETA%20compressed.pdf/
22.	2012, livro Crónica do Quotidiano Inútil. Obras Completas (poesia) 5 volumes, 40 anos de vida literária, ed. Calendário de Letras 2012 - ISBN 9789728985646
23.	2012, livro Timor Leste vol. 3, As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006) 1ª ed.
24.	http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor3.pdf
25.	2012, livro East Timor - The Secret Files 1973-1975 3ª ed. 2012
26.	http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timore.pdf
27.	2012, Tradução livro de Caetano Valadão Serpa “Uma pessoa só é pouca gente / A lonely person is not enough people, the sex and the divine”
28.	2012, livro Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter - DVD – 1ª ed. 2005-2012 https://www.scribd.com/document/40234122/Timor-Leste-Historiografia-de-um-reporter-vol-2-193-1992 http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/timor2.pdf
29.	2011, Tradução da Antologia Bilingue de (15) autores açorianos contemporâneos, ed. AICL e Calendário de Letras
30.	2011, livro CrónicaAcores uma circum-navegação vol. 2, 2011 ISBN 978-9728-9855-47 Ed. Calendário de Letras www.calendario.pt/
31.	2010, tradução para inglês dos Guia: Mergulho da Madeira; Mergulho das Ilhas dos Açores, Ed. VerAçor
32.	2009, livro CrónicaAçores: uma circum-navegação, vol. 1 esgotado, online
33.	https://www.academia.edu/12546837/Chr%C3%B3nica%20A7ores_uma_circum-navega%C3%A7%C3%A3o_O_livro_volume_um_de_Timor_%C3%A0_Austr%C3%A1lia_Brasil_Bragan%C3%A7a_at%C3%A9_aos_A7ores
34.	https://www.scribd.com/doc/39955110/CHRONICACORES-UMA-CIRCUM-NAVEGACAO-DE-TIMOR-A-MACAU-AUSTRALIA-BRASIL-BRAGANCA-ATE-AOS-ACORES-VOLUME-UM-DA-TRIOLOGIA
35.	https://blog.lusofonias.net/wp-admin/post.php?post=58612&action=edit
36.	https://www.worldcat.org/title/chronicacores-circum-navegacao-de-timor-a-macau-australia-brasil-braganca-ate-aos-acores/oclc/357576846&referer=brief_results
37.	2009, livro CrónicaAçores: uma circum-navegação, vol. 1, 2009 ISBN 989-8123-12-1 VerAçor ed 2009
38.	2008, Tradução para inglês do livro “S. Miguel uma ilha esculpida” Daniel de Sá. Ed. VerAçor.
39.	2008, Tradução do livro “Ilhas do Triângulo, viagem com Jacques Brel” Victor Rui Dores, prelo, ed. VerAçor.
40.	2008, Prefácio e Revisão “A Freira do Arcano, Margarida Isabel do Apocalipse” de Mário Moura, ed. Publiçor, Ponta Delgada
41.	2007, Tradução do livro português “E das pedras se fez vinho”de Manuel Serpa ed. VerAçor, Açores Portugal

Outras obras do autor (artigos)

ALGUNS ARTIGOS PUBLICADOS

1. Autor, 2015. "Açorianidade" na revista *Atlântida*. IAC
2. Autor, 2013, de 12 textos mensais sobre Açorianidade em PNETLit
3. Autor, 2013, Autor de "texto sobre a Açorianidade" na revista *Atlântida do IAC*
4. Autor, 2011, "O 15º colóquio da lusofonia em Macau" na *Revista Macau* https://issuu.com/revista-macau/docs/rm_issue_23
5. Autor, 2005, "Notas sobre o 4º Colóquio Anual da Lusofonia", *Revista Agália* #83-84 Galiza <http://www.agal-gz.org>
6. Autor, 2005, "Os Avós de Barra e os Avós de Baía", *Revista Agália* #81-82 Galiza <http://www.agal-gz.org>
7. Autor, 2005, "Lusofonia" in #2 *Confluências online* (Revista de Tradução Científica e Técnica)
8. Autor, 2004, "Notas sobre o 3º Colóquio Anual Da Lusofonia", *Revista Agália* #79-80 Galiza <http://www.agal-gz.org>
9. Autor, 2004, "A língua portuguesa e a UE alargada", *Agália* #77-78 Galiza <http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1536&mode=nested>
10. Autor, 2004, "Os Mitos da Lusofonia I", *Revista Agália* #75-76 Galiza <http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1183>
11. Autor, 2002. "Os mitos da Lusofonia I", *Revista Elo online*, http://www.cffh.pt/public/elo_online/indice.htm
12. Autor, 2002, "The Guardian, Chosing a native tongue" *TEFL News* <http://education.guardian.co.uk/tefl/story/0%2C5500%2C684863%2C00.html>
13. Autor, 1999, "Translating in a multicultural society" in *AUSIT National Newsletter* vol. 7 #4.
14. Autor, 1997, "Mitos da Lusofonia", in *Jornal A Voz da Língua*, ALFE - Associação dos Lusofalantes na Europa
15. Autor. 1997. "Os avós de Barra e os avós de Baía, tribo afro australiana falando crioulo português, alguns comentários a 500 anos de língua portuguesa nos antípodas" *Sociedade de Língua Portuguesa*, *Jornal "Língua e Cultura" Séries II* #3-4 jan – jun. 97
16. Autor 1985-1987, de 21 Crónicas para as revistas *MACAU E NAM VAN*, Macau incluídas depois na obra *Crónicas Austrais* http://coloquios.lusofonias.net/projetos_aicl/CRONICAS%20AUSTRASIS%201978%204%20EDICAO.pdf
17. Autor, 1976, ensaio político **Timor – O dossier secreto**, versão portuguesa, *Jornal de Notícias*, Porto.

CONTACTO

DRCHRYSCHRYSTELLO@YAHOO.COM.AU

DRCHRYSCHRYSTELLO@GMAIL.COM

Prefácio

Que direi deste (belo) livro?

Chrys Chrystello é um sonhador. E tanto sonha com a estátua de um cavaleiro e seu cavalo na ilha do Corvo como tem pesadelos com uma procissão de penitência em 1713, entre mortos e escombros, ou com a ilha a dividir-se em duas, como há milhares de anos o ilhéu das Cabras junto à costa da Terceira. E chama-me cético, porque só acreditarei na estátua quando, um dia, vir com os meus próprios olhos a ilha do Bom Jesus, que Gaspar Frutuoso diz que fica a cento e vinte e duas léguas e meia de S. Miguel, tendo dezoito de comprimento. Da estátua consta que ainda lá está, cada vez menos parecida com um cavalo e um cavaleiro, que provavelmente nunca foi, e dos escombros de 1713 só os houve para as bandas dos Ginetes, Mosteiros e Candelária, sem se terem chorado nenhuns mortos, a não ser os que pelas leis naturais da vida se iam dos tremores libertando. A ilha, esta, por enquanto não se partiu, e pouco até hoje se repartiu. Nada habituado ainda aos tremores dela, até os tremeliques dos alicerces do seu castelo, quando passa um camião carregado e acelerado, lhe parecem o anúncio de outro 1755. É que os sismos podem avaliar-se pela escala de Mercalli, de Richter ou de S. Jorge. Acerca desta contava Augusto Gomes, escritor de histórias deliciosas e de receitas de culinária saborosíssimas, um caso acontecido naquela ilha, durante a crise sísmica de que o Chrys também fala neste livro, uma dessas que de vez em quando vêm por aqui exhibir-se em sessões contínuas. Encontravam-se por lá uns quantos cientistas para acompanharem o fenómeno, e aconteceu que, estando eles numa praça em cavaqueira com habitantes locais, a terra deu uns solavancos e, quando acalmou, um dos nativos disse: “Este foi de grau cinco.” Foram os sábios verificar nos sismógrafos, e constataram a confirmação. Grau cinco. A cena repetiu-se e, mais grau menos grau, terá sido assim. Um tempinho depois, outro ataque de nervos daquela boa terra, e o mesmo senhor a garantir que esse fora de grau quatro. E fora. A terra tomou fôlego para mais uns arrepios, ou deixou que os homens o tomassem, e lá veio com uns movimentos tão imperceptíveis que era preciso estar muito atento para poder percebê-los. “Este foi de grau três”, assegurou o sismógrafo humano. E foi. Intrigado, um dos cientistas presentes perguntou-lhe como é que ele conseguia acertar sempre. Embora mais ou menos óbvia, a resposta não deixou de causar risos e espanto: “Ó meu rico senhor, isto é conforme o cagaço”.

Pois bem, o Chrys Chrystello usa é esta escala, mas exagera.

Mas disto e de Atlântidas perdidas e moedas fenícias achadas nada mais direi, para que o Chrys não tenha de contrapor ao prefácio um posfácio que o negue. Até porque ele me fez personagem destas crónicas, e uma personagem deve entrar muda e sair calada. Pelo meio, o autor dá-lhe a palavra quando quer e para dizer o que quer, muitas vezes porque não se arrisca a dizer verde quando o verde é verde, por mais que o queira verde. E, tendo eu feito ecoar assim de surpresa a memória de Lorca, até para surpresa minha que isto do pensamento nem sempre a gente pensa o que quer, a este respeito me calo, passando a ocupar o meu lugar na esquerda alta do palco para

anunciar o espetáculo. Antes que o meu amigo me faça o mesmo que Unamuno fazia às suas personagens quando deixava de precisar delas.

Será então que Chrys Chrystello mente? Por Deus, nem por sombras pretendi insinuar tal. Que seria da literatura se chamássemos mentira a todas as Joaninhas de olhos verdes, aos Magriços cavaleiros de salvar honras ofendidas ou até aos Malhadinhas almocreves, mais humildes a montar e desmontar? Perdia-se o melhor dela, da literatura, que a respeito de verdades muito certinhas estimamo-las tão pouco que são muitos mais os que leem livros de viagens, ainda que chamem Mentos Minto ao honesto autor, do que os que procuram saber dos lugares e dos povos, contados por quem tenha nascido e sempre vivido na terra de que fala. Porque, nisto de acreditar no que conta o viajante apressado, penso sempre no que uns marinheiros, não sei de que nação, ainda hoje talvez digam aos amigos do modo como se enterra um defunto aqui na Maia. É que eles passaram em frente da igreja no momento em que a banda de música iniciava uma peça marcial, porque já vinham saindo as coroas e bandeiras do Espírito Santo enquanto os foguetes iam fazendo o seu papel de inquietar ares, aves e outros animais, incluindo alguns humanos. E, logo atrás das bandeiras, um caixão com seu morto, cujo corpo também assistira à missa.

Ah, só mais um exemplo, por favor. É que isto de prefaciando um livro de crónicas não é o mesmo que escrever a introdução de um romance ou de um ensaio. Do romance, quando o prefaciador tenha pouca imaginação ou escassa vontade de puxar por ela, pode sempre recorrer ao irritante processo de o resumir. “Manuel conheceu Ana numa manhã de nevoeiro, casaram-se numa tarde de sol, e foram felizes para sempre.” Então para que teve o romancista de escrever quatrocentas e vinte páginas para contar isto? E para que vai agora um filho de Deus ler o romance se já sabe que eles foram felizes para sempre?

Se for um ensaio ou um livro de crónicas, há uma tirada cultíssima que raramente falha. Refere-se a condição humana, e escreve-se o resto à volta do tema. Fora eu comodista, e, dizendo isto mesmo desta circum-navegação do Chrys, sem mentir estaria o principal explicado. Porque facilmente se percebe que quem andou à volta do Mundo não pode escapar de ver e de sentir as contradições da condição humana. Óbvio, não será? Mas o que se espera de quem nestas circunstâncias está no uso da palavra é que nos poupe ao óbvio. E, no meu caso, que venha com o tal outro exemplo anunciado. Que serve como prova circunstancial de que não basta ver um cortejo do Espírito Santo, que por acaso coincidiu com um funeral, para fazer ideia de como se enterra um cristão numa ilha dos Açores.

Pois foi o caso que, se eu tivesse visto apenas um certo grupo de nipónicos na Ilha de Toronto, no lago Ontário, teria ficado com uma ideia muito errada de como se comportam os filhos do Sol Nascente perante desconhecidos. Estavam esses japoneses, que é o que os da Terceira chamam aos de S. Miguel, mas aqueles eram japoneses dos verdadeiros, preparados para uma fotografia. Eu fiz o que é mais ou menos normal em situações semelhantes: ofereci-me para tirar o retrato, para que o fotógrafo de serviço pudesse ficar com os outros dezanove ou trinta, que nem sei quantos seriam. De súbito, o homem começou a vociferar, deu pinotes saltando com os dois pés ao mesmo tempo,

disse não sei o quê lá na língua dele, suponho, que me deixou estupefacto mais o grupo com quem eu ia. Uns cem metros mais adiante, uma cena rigorosamente igual. Os mesmos fatos pretos, as mesmas caras, o mesmo fotógrafo, as mesmas alturas. Como num pelotão de infantaria. Saí cuidadosamente da estradazinha para passar por detrás do fotógrafo, que eu só sabia que era outro e outro o grupo porque os primeiros continuavam à razoável distância de um hectómetro, mais japonês menos japonês. O da máquina veio ter comigo, fez aqueles salamaleques que a gente pensa que só são de ver em filmes, e deu-me a entender, na língua universal dos gestos, que me pedia para substituí-lo na função. Acedi, claro, ele foi juntar mais um sorriso aos outros dezanove ou trinta, e eu ainda hoje peço a Deus que já me tivesse passado a estupefação e que os vinte ou trinta e um tenham ficado todos bem no retrato.

A moral da história é a seguinte. Se eu não tivesse dado com aquela duplicação do primeiro grupo uns cem metros mais adiante, que ideia faria dos japoneses?...

Segunda lição da história. Chrys Chrystello não fala nunca de coisas, lugares e pessoas que só viu uma vez na vida. Ele esteve lá, ele está cá, ele é de Trás-os-Montes e da Austrália, de Timor e de Macau, de cada pedaço ou pedacinho de terra e de gente que aqui irá aparecendo num retrato fielmente feito de palavras, mas com a alma do autor por dentro.

A crónica é uma espécie de literatura total. O mais completo e complexo género literário. Nele cabe a reportagem, a crítica, a autobiografia, a ficção. Enfim, tudo o que se lhe queira meter dentro. O sabor do caldo que daqui resulta depende da sensibilidade do autor. Do dedo, como se diria em culinária. E Chrys Chrystello tem um dedo muito experimentado e muito experiente. O que não é a mesma coisa, pois não falta quem tenha muitas experiências e nenhuma experiência. Como diria Camões, um saber de experiência feito.

Chrys, que é um dos raros exemplares de luso-australianos que existem no Mundo, afirma-se mais austral do que boreal. Isso é o que ele pensa... O seu sentido crítico, por vezes apocalíptico, cabe muito bem na linha queirosiana ou ramalhal. A sua aversão pela Inglaterra – o que é sempre uma virtude apreciável – é tipicamente portuguesa, pelo menos dos portugueses que sabem o que se tem passado depois do tratado que D. Vasco Domingues assinou em Tagilde em nome de D. Fernando, e que precedeu o de Windsor. (Como D. Vasco Domingues era o chantre de Braga, não admira que, de então para cá, os ingleses só nos tenham dado música. Da má.) O seu descontentamento constante, a respeito do que se passa com este povo para a beira-mar empurrado, é a assinatura digital (de dedo, lembrem-se de quando “digital” só queria dizer isto?) que o identifica mais connosco do que com os australianos que estão convencidos de que a Austrália é o melhor país do Mundo. (Seria, se não ficasse tão longe.) Além disso, tem aquela maneira de ser que faz lembrar Thomas Paine, o tal que disse “my country is the World”, e andou pela América a desinquietar os outros ingleses todos, até à independência sob “stars and stripes”. Mas até nisso é um português típico, um português histórico, daqueles capazes de calcorream o mundo inteiro e de sonharem novas pátrias. Ou não tivesse sido ele um dos jornalistas que

mais se destacaram em defesa dos direitos de Timor, ou da parte de Timor que fica do lado onde o Sol nasce.

Chrys viu o desabar dos restos do Império nos confins da Terra. Embora aí o Império fosse mais de mapa que de realidade feito. Timor foi praticamente apenas um lugar de comércio falado também em português, e Macau um empréstimo a prazo “sine die”.

Mas o Chrys tem outra qualidade que o torna tão português quanto eu: fala e escreve nesta língua como se ela fosse mesmo a sua pátria. (Cá está a fatalidade. Quando a gente faz mais de três citações, duas pelo menos são de Camões e de Pessoa...) E nisto, meus caros, não há que pôr defeito. Nem na língua nem no modo como ele a usa. Porque esta língua tem a vantagem de ser una e única no país inteiro. (Apesar de haver uma lei que declarou oficial uns resquícios de linguagem raiana, uma curiosidade histórica do seu Alto Douro ancestral.) E disto poucos países se podem orgulhar. Fala-se e escreve-se da mesma maneira. Não é como o chinês, em que, por exemplo, o símbolo que representa a palavra chá se lê assim em mandarim e “té” em cantonês. De tal maneira que uns senhores do Império do Meio, que estiveram em Ponta Delgada na abertura de uma exposição de arte antiga chinesa, não se entendiam. Era gente de embaixador para baixo, mas não muito mais abaixo. Tagarelavam, e via-se bem que aquilo que uns diziam era chinês para os outros. Então o esforçado comunicador pegava numa folhinha de papel (para isso o inventaram eles há dezanove séculos), desenhava alguns daqueles muitos milhares de sinais que só eles entendem, mostrava à sino-audiência, e os outros desfaziam-se em reverências de assentimento.

A nossa vantagem é que qualquer português que saiba ler entende o que o que o Chrys escreveu nestas crónicas. E de certeza que vai gostar. E eu prometo voltar a lê-las em papel, porque, apesar de muito ter valido a pena, isto do ecrã de um computador não tem o mesmo gosto. Falta-lhe o cheiro. Que é a única sensação que o Chrys não conseguiu transmitir desta sua viagem de circum-navegação.

Daniel de Sá

0. INTROITO

"A verdadeira natureza da felicidade é, muitas vezes, mal compreendida.

É frequentemente confundida com satisfação, contentamento, ou paz de espírito.

A forma mais simples de explicar a diferença é descrever o contentamento como a disposição que sentimos quando a vida nos corre bem, enquanto a felicidade é a sensação que temos quando ela melhora subitamente.

No preciso momento em que nos acontece algo de maravilhoso, somos invadidos por uma onda de emoção, um sentimento de prazer intenso: uma explosão de puro deleite.

Este é o momento em que somos verdadeiramente felizes."

Desmond Morris in A Natureza da felicidade

Eu,

Já perdoei erros quase imperdoáveis, tentei substituir pessoas insubstituíveis e esquecer pessoas inesquecíveis.

Já fiz coisas por impulso, já me dececionei com pessoas quando nunca pensei dececionar-me, mas também dececionei alguém.

Já abracei para proteger, dei risadas quando não podia, fiz amigos eternos, amei e fui amado, mas também já fui rejeitado, fui amado e não amei.

Já gritei e pulei de tanta felicidade, já vivi de amor e fiz juras eternas...

Já chorei ouvindo música e vendo fotos, já liguei só para escutar uma voz, já me apaixonei por um sorriso, já pensei que fosse morrer de tanta saudade e tive medo de perder alguém especial (e acabei perdendo).

Mas vivi!

E ainda vivo!

Não passo pela vida.

E você também não deveria passar!

Viva! Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida e viver com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é MUITO para ser insignificante.

Charlie Chaplin



0.1. DO ANTI-HERÓI. DO NASCIMENTO

Felizmente sempre tivera a mania de escrever e guardar o que escrevia. Assim chegou este autor a ler tudo o que JC escrevera ao longo de mais de meio século. Eram notas, pequenos apontamentos, escritos e manuscritos de caligrafia variável como os estados de alma, de vários tamanhos, formatos e estilos, que se haviam acumulado em pastas não catalogadas nem sequer ordenadas de qualquer forma específica. Outros ocupavam o lado outro de folhas A4, recicladas de traduções, notícias e outras. Fora um trabalho longo. Ler e rever tudo o que lhe aparecia escrito e descortinar o que era real, inventado ou meramente sonhado. Alguns faziam parte de escritos e reescritos já publicados, outros nem por isso. Uma vez na posse daqueles arquivos preciosos (e muito ficara por ler e desvendar, para memória futura) a sua tarefa fora interpretar e colocar geograficamente os eventos nos locais por onde JC passara, que nem um autêntico caixeiro-viajante do mundo, sempre impaciente e insatisfeito em busca de uma pátria, uma mátria, um lar. E é sobre a fluente e vasta escrita de JC que este livro versa.

Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) que foi poeta, escritor, conferencista, professor, tradutor, criador de jornais e revistas, disse certa vez de Platão e Aristóteles que colocaram “dois sistemas opostos diante da mente do mundo”. E disse mais: “Todo homem nasce aristotélico ou platónico. São duas classes de homens, ao lado das quais é praticamente impossível conceber uma terceira”. Platão ambicionava a sabedoria do além, do mundo das ideias, do qual o nosso mundo é apenas uma sombra pálida. Idealista. Aristóteles procura a sabedoria aqui, com os dois pés no chão. Foi Aristóteles um dos primeiros a procurar uma verdade objetiva sem a necessidade de “mágica”. Aristóteles aconselhava a não discutir com qualquer um, uma recomendação que confirma a famosa Lei de Murphy, segundo a qual quando a gente discute com um idiota poderia ocorrer que outros não percebessem a diferença. A conduta, os artigos, a forma cética e irreverente de JC falar, sempre obcecado por ser “politicamente incorreto” já há muito denotavam aquilo que o velho Aristóteles categorizava como um “idiota”.

JC era um homem que ficava em casa, incapaz ou sem vontade de querer interferir nos assuntos da “civitas”. Não aceitava como sua a responsabilidade de lutar sozinho contra déspotas, tiranos, corruptos, medíocres, ao contrário do que fizeram durante várias décadas. Um autor açorianiano, de seu nome Daniel de Sá, já o havia intuído:

Existe um “castelo” na Lomba da Maia. Não tem torres nem ameias nem tampouco o fosso protetor contra invasores e atacantes. Também não tem nome nem dono. Foi assim batizado por aquele escritor, por lá se avistar (dia e noite) um castelão, agarrado ininterruptamente ao seu computador, organizando os Colóquios da Lusofonia.

De facto, dali do topo da sua “falsa” (o nome micaelense para o sótão) a janela de JC abria-se sobre todo o mundo: podia observar os mares e os montes, as vacas, os nevoeiros que se aproximavam e, por vezes, desapareciam sem deixar rasto. Outras vezes era a chuva inclemente e impiedosa que vinha ora do norte, ora do oeste ou do sul, e aí sim, ela abatia-se sobre o seu “castelo” e as grossas gotas corriam pela sua janela e toldavam-lhe o juízo, arrefecendo a sua paciência oriental. Mas não foram essas chuvas quem apagara o fogo da paixão, extinto há muito pela sublimação do hábito que torna os quotidianos em tarefas cada vez mais pesadas, quando o desespero se apossou subitamente, sem premeditação. Martelando ferozmente o teclado em frente ao qual gastara a última grosa (doze dúzias de anos, assim lhe pareciam) da sua vida, deixava que a vida lá fora corresse sem pressas. Devagarosamente debitava palavras que a gaveta iria consumir com a humidade que, aliás, era muita naquela ilha sempre verde. Sempre a gaveta para onde desde miúdo atirava tudo o que produzia na esperança de um dia lhe vir a ser útil. Já aprendera isso com seu pai e repetia-o até à exaustão pois a mesma experiência ditava-lhe secretamente esse conhecimento de que seriam sempre úteis. Já o tinham sido por várias vezes. Sabia ser difícil aos que o rodeavam compreenderem aquele frenesim, aquela angústia de escrever e por muito que lhes explicasse (o que já deixara de fazer havia tempo) recusavam-se a ver a sua lógica irrepreensível. Sabia que tinha uma missão diferente de todas as outras e teria de a levar a cabo, embora sem saber rotas nem itinerários. Era quase um eremita rodeado de gente pouca, por todos os lados, como convém a quem é uma ilha, incapaz de se deixar contagiar pelos clamores externos. Não havia ambiguidades na sua postura, optara por ser aquilo que atualmente era. Não tinha ressentimentos nem ilusões. Já passara o tempo da dor, limitava-se a sorrir pouco e rir qb. A vida passada só fazia sentido para o ego que fora, mas já não era. Não poderia repeti-la agora. Tê-la-ia sempre repetido se confrontado com idênticas circunstâncias. O presente devia ser aproveitado sem os hedonismos do passado, com a frugalidade que o seu padrão de vida lhe permitia, sempre otimista quanto aos melhores dias que podem sempre vir, quando menos se espera, sem nunca desesperar.

Considerava-se um privilegiado, vivera três vidas numa só. Criara três carreiras distintas que seguira em paralelo e nada de material tinha para mostrar, mas trazia consigo uma pesada bagagem de conhecimentos e cultura que teimava em acarretar sempre que mudava de residência. Tal como George Steiner em *“Os livros que não escrevi”* não se definia politicamente, nunca declarava abertamente as suas ideias políticas, nem a sua verdadeira posição. Afirmava sempre que nunca pertencera a nenhum partido ou clube, e dessa forma renegava qualquer afiliação que pudesse ter

existido nos seus anos formativos. Visualizava os espetáculos desportivos sem se deixar levar pelas emoções ou por simpatias, via friamente o que o pequeno ecrã lhe proporcionava e chamava àquilo o seu entretenimento gratuito. Evitava a todo o custo pronunciar banalidades e raramente subscrevia manifestos. Pelo contrário ridicularizava a impreparação dos jornalistas que debitavam decibéis em telejornais vazios de conteúdo, incitava-os a fazerem as perguntas corretas sem medo de perderem os seus empregos. Raramente via uma coluna vertical e proba naqueles escribas sempre de costas vergadas à censura económica dos seus patrões. Raros eram os editoriais ou artigos de opinião que subscrevia, pois poucos eram os que ainda podiam escrever livremente e menos ainda os que os queriam ler. Muitas vezes fazia análises da conjuntura mundial ou nacional usando meramente o senso comum e interrogava-se porque é que o povo à sua volta não podia ver as coisas com a mesma claridade e transparência com que ele as via.

Escolhera esta forma de isolamento, quiçá aprendido da obra de Nietzsche que era bandeira da sua juventude revolucionária, de aprendizagens várias. Afirmava apenas prezar imensamente a incomensurável liberdade de expressão e de discussão que a revolução de abril (1974) trouxera. Tinha esse despreendimento próprio de quem nunca perdoaria ter tido um livro de poesia, quase juvenil e inóspita, cortado pelo lápis azul da censura e reduzido a um terço da sua dimensão. O seu retiro no “castelo” aparentava uma passividade que não lhe era inerente, mas era assim que reagia ao desapontamento da democracia conjugado com uma utópica visão do mundo que herdara dos livros que lera na sua juventude. Temia todos os totalitarismos e fundamentalismos, mas receava ser acusado de elitista. Nauseavam-no os espetáculos que as televisões colocavam no ar, sem intimidades, nem privacidades, como se fosse a transposição de tudo aquilo que os malfadados formulários burocráticos haviam conservado de cada um e os resolvesse expor na praça pública para deleite geral. Uma espécie de Maria Antonieta no cadafalso para todos verem e vilipendiarem. Era similar às ações dos políticos encenadas para todos verem o que eles pretendiam que vissem, como se as decisões sobre o presente e o futuro do país se definissem através dum jogo de sombras chinesas ou de marionetas indonésias.

Teologicamente definia-se como ateu e não agnóstico, mas lamentava-se de ter perdido a fé com que crescera, embora ainda hoje se limitasse a aplicar na prática todos os seus bons ensinamentos. Ironizava ser mais católico do que muitos praticantes do rito romano, e de ter feito mais bem sem olhar a quem, do que muitos daqueles que se continuavam a benzer, e a ir comungar num espetáculo de voyeurismo público que lhe repugnava. Também ele ao decidir ficar em casa, no seu “castelo” era

uma espécie de "voyeur" do mundo que se desenrolava a seus pés, ainda convicto de que os seres humanos podem ser iguais, independentemente do seu género ou sexo, da sua nacionalidade ou cor de pele. Estava, porém, lucidamente consciente, desta utopia, pois haveria sempre os favorecidos pela "sorte", os ricos (e quem enriquece à custa de trabalho honesto?) e todos aqueles cuja única missão no mundo era contrariar os seus arreigados princípios de probidade e dedicação a causas perdidas. Estava consciente de que a lei, qualquer que ela seja, qualquer que seja o país, está cheia de iniquidades e favorece obviamente os ricos e os corruptos e quem se "lixo é sempre o mexilhão" pois são sempre os pequenos e os incómodos que servem para dar exemplo da luta contra o nepotismo e corrupção. Bastava nascer-se no Congo ex-belga, em Kiribati (no Pacífico Sul) ou na Terra do Fogo para as hipóteses de futuro serem radicalmente distintas daquele que nasceu no palácio de Buckingham, só para dar um exemplo dum "rapaz da sua idade". Embora não tivesse nascido com deformações ou deficiências genéticas viria a adquirir uma perigosíssima estirpe viral: a do conhecimento e da insaciável sede pelo mesmo. Aí, congratulava-se por não ter nascido cego, pobre de espírito, drogado ou delinquente. Outra deficiência que adquirira em novo, por influência paterna, tinha a ver com a sôfrega sede do direito inalienável à liberdade de expressão e de pensamento, uma malformação congénita que lhe valera muitos dissabores pessoais e profissionais ao longo da sua vida.

Viera um dia, descendo das nuvens que pairavam sempre sobre estas ilhas, como quem não quer poisos certos e acabara por ceder ao peso das dúvidas e das dívidas. O seu andar não era tão ereto nem certo como fora em tempos, a cabeça baixa, os olhos baços e encovados do cansaço e desespero. Arrastava-se penosamente pelo calendário dos dias, sem deixar grandes marcas além das baforadas dos cigarros sorvidos sofregamente. Tinha ainda uma missão a cumprir na vida, das duas ou três que guardara para estes anos finais quando as chamas se apagavam e os sonhos esmorecidos não passavam já de memórias. Atribuía o facto à idade, embora se gabasse de envelhecer suavemente, sem pressas nem negações, mas havia finalmente deixado de lutar e de sonhar com as áreas vastas e os horizontes sem fim, mais típicas do seu continente-ilha. Aliás, sabia que estava a ficar caduco desde aquele dia em que ao espirrar lhe saltara a dentadura postiça com estrondo para cima da secretária. Aqui e agora, estava tolhido pelas colinas verdes, as tais vacas alpinistas, as brutais variações climatéricas diurnas, a nesga de mar que vislumbrava pela sua janela. O verde afetava-o quase tanto como a frequente falta de sol de que carecia para a sua função clorofilina. Obrigara-se a nunca se queixar, a estar sempre contentado sem nunca se contentar. Resignado deveria ser o termo, mas fingia que nada o afetava nem inquietava. Isto passava-se enquanto as dúvidas e os temores o

assolavam, cada vez mais frequentemente, se bem que numa escala metafísica pouco consentânea com as preocupações mais comezinhas daqueles que o rodeavam. Tornara-se taciturno, quase monossilábico, não tinha com quem dialogar, eram todos surdos em volta e falavam uma língua diferente com sotaques estranhos e quiçá incompreensíveis. Sentia-se estrangeiro. Duas vezes ao ano partilhava palavras com os seus pares ideológicos, mas para isso precisava de organizar esse tipo de reuniões intelectuais à custa de muita labuta e sem proveito qualquer. Perguntava a si mesmo se era este o preço a pagar para poder falar. Sempre falara, e muito, e agora via-se calado e ensimesmado. Deixara de viajar frequentemente, como fizera toda a vida, e os locais estranhos eram visitados apenas no pequeno ecrã com que entretinha as horas que não passava a teclar.

Politicamente incorreto até à medula, sem ser libertário, raramente deixava perceber quais os seus ideários, mas nunca se cansava de falar em liberdade, em especial, a de expressão e de opinião. Falava da liberdade individual como se ela fosse mais vital do que o pão para a boca ou o dinheiro para pagar as contas. Era de opinião de que todos deviam ter a liberdade que nós próprios temos e por isso não se coíbia de dizer **NÃO** quando o entendia, em vez de cortesmente dizer sim quando a sua mente lhe dizia não. Não pactuava com falsas noções. Era por isso socialmente incorreto quando dizia que não tinha aparecido porque não lhe tinha apetecido ir, ou quando afirmava que preferia ficar em casa, no seu “castelo” a ir juntar-se às proles.

Aliás, sem cerimónia dizia que lhe custava estar no meio de multidões, e havia já escrito em 1972 no seu primeiro poema que abria o volume de poesia [Crónica do Quotidiano Inútil] “

-- 11 h.

A correr do café com leite para o elétrico torrado.

Palavras marteladas pelo HÁBITO INCÓMODO.

-- *Quinze tostões.*

Direito a empurrões, pisadelas.

O pó é grátis

por vezes, o cheiro da democracia custa a engolir...”

Devia ser uma ideia premonitória, dado que quando o escrevera ainda não vivera a democracia, pois decorria então a dita primavera marcelista estiolada. Mas é sempre difícil os outros aceitarem estas declarações verdadeiras e honestas, ninguém gosta de saber que alguém não quer estar connosco e prefere ficar sozinho. Não aceitam que seja preferível uma pessoa ficar em paz e sossego consigo mesmo, essa coisa banal que se resume a estar consigo mesmo e não com os outros. Há momentos

para tudo, para estarmos connosco e momentos para estarmos com os outros. Era dessa liberdade que falava e que procurava, quando não estava bem com algo, não deixava que isso o atormentasse e punha termo ao mal-estar. Mesmo que isso implicasse os outros sentirem-se aparentemente ofendidos e tristes por se preterir a companhia deles ao silêncio dum teclado a ser martelado suavemente com ideias. Era dessa liberdade que falava e era essa liberdade individual que prezava mais do que tudo. Era avesso a todas as formas de dirigismo ou de manipulação, queria decidir por si, mesmo que inconscientemente estivesse a ser manipulado ou influenciado pelo que lia e ouvia. Já tinha sido assim quando o proibiram de fumar em locais públicos australianos no fim da década de 80 e depois quando em Portugal a mesma cegueira protecionista da saúde se abateu sobre cafés e outros locais em janeiro de 2008. Para ele tratava-se de mais um fundamentalismo que não estava disposto a aceitar. Se as suas idas ao café já eram pautadas por períodos limitados a mero conjunto de segundos, frações minúsculas de minutos, estes passaram a ser mais curtos ainda, pois embora habitualmente não acendesse um cigarro após o café, passou a acendê-lo apenas para provar que o podia fazer quando queria e não quando os outros deixassem. A sua relação com os outros era sempre problemática e resumia-se à sua aversão pelos ditames alheios. Fora assim com a autoridade paternal, com as autoridades militares no decurso da sua vida como oficial do exército e no decurso da sua vida profissional. Era avesso aos “carneiros” e talvez por isso mesmo acabaria por casar com uma pessoa desse signo.

Despeitava a inveja alheia, noção que lhe era alienígena, pois invejava nada ou ninguém. Criticava os outros pela fachada que mantinham, pelos estereótipos com que se regiam: conversas balofas e mesquinhas, sem profundidade. Ansiava por conversas profundas, preferia argumentos “intelectuais” ou até mesmo “pseudointelectuais” em que se esgrimissem argumentos, ideias e propostas concretas de melhorar o mundo, pois isso nem a sociedade, em si, nem os políticos, em especial, se encarregariam jamais de fazer. Acreditava que podia marcar a diferença e começava as revoluções em casa. Havia muito que deixara aos filhos a liberdade de escolherem a sua vocação religiosa, nunca ia à missa só porque sim, como o seu pai fizera sempre, acompanhando religiosamente a sua mãe praticante dessas coisas do culto da missa. Os tempos eram outros e não havia já aquele estigma forte de se ser um não praticante ou um não frequentador de missas. De qualquer modo acreditava ser coerente. Ao contrário dos seus pais, que raramente o deixavam usar o telefone, cedo colocou telefones nos compartimentos todos da casa para que o filho mais novo pudesse falar ao telefone ou usar a internet, com moderação. Lembrava-se ainda do tempo em que o telefone tinha apenas trinta centímetros de fio e uma pessoa tinha de ficar ali agarrada aquele pedaço de baquelite preto a falar

por monossílabos, com o resto da família perscrutando as ondas e o éter a conjeturarem toda uma conversa que se queria privada. Mais tarde, inventara um fio de extensão do telefone que se ligava na tomada e dava para esticar o aparelho pelo resto da casa. Fosse onde fosse que se fechasse: no quarto, na casa de banho, na varanda, já se podia falar com privacidade, mas só o fazia de noite quando os pais já dormiam para poder falar longamente.... Infelizmente o filho tinha um desprezo para com o telefone igual ao que ele agora sentia por esse meio de comunicação retrógrado e que raramente utilizava por prazer. Mais voltado para as novas tecnologias e um típico auto ensinado, o filho desfazia-se em digressões e divagações tecnológicas cibernéticas sempre em busca de descoberta do Santo Graal mesmo que não o soubesse nem sabendo bem o que procurava.

Nascera JC no pós-guerra que abalara profundamente os alicerces da sua família, e da maior parte do mundo. De abastada em 1906 e possuidora de três carros durante a 1ª Grande Guerra, pouco restava desses pergaminhos da velha família com laivos de nobreza. As origens da família datavam duma época anterior a Afonso Henriques, a cujo aio judeu estavam ligadas pelo casamento duma filha desse aio, Egas Moniz, ou seja, anterior à formação do próprio Condado Portucalense e de Portugal.

No que diz respeito ao apelido este originou-se com D. Sancho Nunes Barboza, senhor da Quinta de Barboza, na terra do mesmo nome. Era seu solar a Quinta de Barbosa, no termo do Porto, donde tomaram o nome, no lugar de Barbosa, na freguesia de S. Miguel de Rãs (Penafiel, Norte de Portugal). Segundo Miguel de Sousa (in “As Origens dos Apelidos das Famílias Portuguesas”, SporPresss, 2001), os Barbosas foram uma importante família nobre portuguesa no século XII, mas que entrou em decadência nos séculos XIII e XIV. D. Sancho Nunes Barboza era descendente de D. Nuno Guterres, aliás Conde D. Nuno de Cela Nova, filho do Conde D. Teobaldo Nunes, um dos mais ilustres e valorosos cavaleiros do tempo do rei D. Bermudo II de Leão. D. Nuno era irmão de S. Rosendo, famoso bispo de Dume no ano de 925. Este nome pode ter sido documentado muito antes da data mencionada acima. Apelido português toponímico, indica um lugar onde há muitas barbas de bode ou barbas de velho (espécie de planta). Como topónimo, José Pedro Machado (in Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa) considera que Barbosa é originalmente um adjetivo na expressão «(terra) barbosa», isto é, «(terra) onde haja abundância de plantas chamadas barba» (ver barba no Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, de António de Morais Silva, 2.ª edição).

A ligação ao título de Conde de Celanova permanecera na família durante gerações até ser reivindicado por estranhos já em pleno século XX. Havia também uns primos diretos, nascidos no Brasil e lá residentes, que queriam o título, a que legitimamente tinham direito por consanguinidade e hierarquia. A família sobreviveu mal à Grande Depressão de 1929 com grandes perdas financeiras e a sua redução a uma mera burguesia “cheia de pergaminhos nobres, mas sem cheta” como soía dizer-se então. Embora crescessem a falar francês, inglês, italiano ou castelhano ficou sempre uma

certa animosidade pessoal contra Franco e os espanhóis e uma certa empatia com a Galiza. Tinha, também, muito orgulho no apelido Meira, cuja origem descobriria ser muito antiga.

Família de Espanha que tomou o apelido de Meira no bispado de Tui (Galiza) o mais antigo que se conhece é Rodrigo Afonso de Meira, senhor do solar de Meira, daí terem descido para Portugal. Gonçalo Pais de Meira, alcaide de Guimarães que, com seus filhos, organizou a defesa da praça, ao serviço da Corte de Espanha, livrou do cerco a cidade de Guimarães no ano de 1369.

Rezava ainda tradição que um parente seu, tio-avô do lado Meira da família, cuja verdadeira identidade nunca descobriu, havia sido o dono do *Pazo de Meiras* em *El Ferrol*, mas só muito mais tarde viria a descobrir que parecia nunca ter havido ligação nenhuma a esse Palácio de verão que o ditador Francisco Franco “anexara” na década de 1930, como se verá adiante:

A pesar de su aspecto medieval la actual edificación es de finales del siglo XIX, la primera piedra se colocó en 1903, y está edificado sobre las ruinas de una antigua fortificación, perteneciente a los Patiño de Bergondo desde el siglo XVI que fué destruida por las tropas francesas en el año 1809 durante la guerra de la Independencia. Mediante enlaces matrimoniales las propiedades pasaron a manos de los Pardo de Lama, y mediante herencia llegó a manos de Emilia Pardo Bazán, que emprende la construcción de la actual edificación. Tras la muerte de Emilia, en 1921, y de su hijo Jaime, en 1936 la propiedad queda en manos de su hija Blanca Quiroga de Pardo Bazán y de Manuela Esteban Collantes, viuda de Jaime. Las dos deciden donar el Pazo a la Compañía de Jesús con una serie de condiciones que no son aceptadas por estos. Entonces las autoridades franquistas coruñesas deciden ofrecer el Pazo a Francisco Franco como residencia veraniega...

O franquismo e tudo o que ele representa ainda incomoda. Em demasia. Por saber os ‘*obséquios*’ que os espanhóis eram forçados a entregar ao clã dos Franco. Ainda hoje, por razões de constrangedor mistério, continuam em poder de seus descendentes, a despeito da legislação atual exigir que todos passem a ser propriedade do Património Nacional. Os vizinhos de Meirás vão um pouquinho além, querem que retornem a seus legítimos proprietários e exigem essa providência à Ministra das Administrações Públicas, Elena Salgado. Francisco Franco ainda que de baixa estatura era um reconhecido cínico o que lhe permitia afirmar com decidida hipocrisia que “*nuestra cruzada (guerra civil) es la única lucha en que los ricos que fueron a la guerra y salieron más ricos*” e para confirmá-lo nada melhor do que a reação da Galiza, no norte da Espanha, para seduzi-lo, instituindo, em 1938, a *Junta Pro Pazo Del Caudillo*, com a finalidade de angariar fundos para presentear-lo com as denominadas Torres de Meirás, no município de Sada. É um ‘*pazo*’ suntuoso com 2.115 m² de construção e que o ditador usufruiria por 36 verões consecutivos.

Passados os dias difíceis da Grande Depressão em que terrenos, casas, propriedades e fábricas foram sucessivamente roubados por outros membros da família ou perdidos na voragem da bancarrota, a família sobreviveu à Segunda Grande Guerra. A Quinta do Cabeço em Afife foi uma das perdas mais sentidas pelo seu pai. Dos velhos templos de glória familiar apenas viria a conhecer (ainda na sua juventude) os casarões na Rua Visconde de Setúbal e Rua da Regeneração (atual Rua João das Regras, onde hoje está um tribunal), mas já haviam sido demolidas as da Foz e de Matosinhos onde seus avós passavam o verão. Consta que alguns membros da família (em especial um cunhado do avô e seu contabilista, a quem o seu avô dera apoio com trabalho e benesses, foram os que mais se aproveitaram dele por estar em maus lençóis. Ainda viria a herdar algo que eles deixaram por não terem descendentes). Com a derrocada financeira e subsequente morte do patriarca viria a impossibilidade de o seu pai acabar o liceu e ter de se resignar a acabar os estudos numa Escola Comercial, tendo cedo começado a trabalhar nos escalões inferiores numa multinacional norte-americana. Entretanto, de tenra idade o seu tio, irmão mais velho do pai, emigrou para o Brasil (teria uns 7 ou 8 anos, por volta de 1918) com um tio-avô que ali fez fortuna e deixou descendentes que ainda hoje JC continua a descobrir. Do lado materno viriam os apelidos Menezes, Madureira, Rodrigues, Magalhães, Moraes e Alves todos consignados ao distrito de Bragança.

Ali teriam toda a sua ancestralidade, ligada entre outros a Dom Nuno Álvares Pereira cuja origem provém de Mendo, irmão de Desidério, último rei dos lombardos, que tentou invadir Portugal e tomar a Galiza em 740 à época de D. Afonso I. Os Pereira estabeleceram-se em Trastâmara antes da chegada dos mouros. Eram senhores do Castelo [da Póvoa] de Lanhoso. Destaca-se dentre eles o Santo Condestável Nuno Alvares Pereira (1360-1431). É um dos mais conhecidos cavaleiros da história de Portugal. Aos 13 anos entrou para a corte do rei D. Fernando, e foi escolhido para escudeiro da rainha D. Leonor Teles. Aprendeu com um tio tudo sobre armas e guerras e cedo foi armado cavaleiro. Aos 16 anos casou com D. Leonor de Alvim, um casamento de conveniência. Guerreiro, fazedor de reis, heróis e santo, foi homem atuante em todos os factos importantes de seu tempo. D. Henrique II e a Rainha D. Leonor Teles honraram-lhe a valentia. Nuno esteve na corte e também experimentou o ostracismo. Foi camponês e bom pai de família. Deixou descendência a quem D. Duarte deu o título de Duques de Bragança, que ocuparam tronos. Nuno Alvares Pereira, o maior estrategista militar de Portugal, retirou-se para o claustro carmelita do Carmo, onde se fez religioso e morreu no Convento do Carmo a 5 de janeiro de 1443, sendo beatificado a 23 de janeiro de 1918 pelo Papa Bento XV.

Nunca vira a clarificação dessa ligação genealógica à família da mãe e mantinha-se cético em relação à mesma. Já não havia dúvidas quanto ao resto da família embora o intrigassem alguns relatos de que um seu bisavô materno teria sido cónego, casado e pai de filhos, mas também aí nunca se descobrira a confirmação do sacerdócio desse antepassado, embora houvesse muitas dúvidas matrimoniais não consubstanciadas em documentos.

Como poucos na família se interessavam pelo assunto e como havia uma política de silêncio profunda, os poucos dados de que dispunha fora-os arranjando na sua fase monárquica da juventude quando passava as férias nas aldeias transmontanas em busca de histórias e lendas de família. Parecia não restar dúvida, quer pelas imagens quer pelo resto, de que se tratava de uma família (pelo seu lado materno) com inúmeras ligações a judeus novos ou marranos. Renegados por todas as gerações até aos seus dias, havia os nomes típicos de cristãos-novos como Ester (http://nomes.netsaber.com.br/ver_nome_c_2307.html hebraico: estrela) http://nomes.netsaber.com.br/ver_nome_c_2304.html e Jesuína (latim: aquela que crê em Jesus) que não deixavam grandes dúvidas, a menos que se ignorasse a etimologia dos mesmos. Seriam um peso grande a acarretar durante a vida estas heranças genealógicas das quais só viria a libertar-se muito mais tarde.

Rompendo com a tradição iria ajustar a sua identidade à *persona* que aceitara como seu alter-ego e com a qual teria de coabitar para o resto dos dias. A sua mulher jocosamente comentara um dia que o grande problema existencial de JC era saber qual dos dois venceria o duelo, ele ou o seu alter-ego. Fora importante esta dicotomia para definir a sua personalidade, independentemente das suas heranças genéticas e outras. Sempre quisera construir o seu rumo sem transportar o peso morto das expetativas, e uma albarda cheia de nomes como Alberto Eduardo Miguel Carlos Manuel Filipe José Pedro Arcanjo Francisco e seus respetivos apelidos. Cingir-se-ia, por exemplo, às iniciais JC tomadas no seu sentido mais lato como as do filho do deus dos cristãos. Não seria isto mais uma demonstração da sua não-aceitação de destino marrano, e a necessidade de reafirmação da sua cristandade?

Segundo consta, e essa era uma tradição oral, o pai de JC escandalizou o resto da família e teve de arcar com um certo e duradouro ostracismo. Casara, segundo o culto católico romano, com uma mulher trabalhadora, noção de todo herege aos olhos do conservadorismo familiar, cheio de pergaminhos, de manias de aristocracia (falida) e sangue azul. Dir-se-ia que nascera, assim, no seio duma atmosfera hostil. A sua mãe era professora primária numa altura em que mais nenhuma mulher (na família do seu pai) trabalhava ou sequer pensava nessa hipótese. Eram, então, todas as restantes mulheres da família de seu pai respeitáveis donas de casa, com tradições a venerar e manter, enquanto tocavam piano e falavam francês, segundo o provérbio popular. Era às criadas que competiam as tarefas de cuidar das crianças, educá-las, ensiná-las, enquanto outras colegas mais qualificadas se encarregavam dos trabalhos domésticos divididos por tarefas como limpezas e cozinha. Aos pais do sexo masculino (nessa altura, os pais eram ainda apenas um de cada sexo) competia trabalhar, manter o bom nome da família, e prover a todas as necessidades (expressas ou não) desta.

Em sua casa aquando do nascimento, viviam os pais, a avó paterna, duas irmãs do pai ainda solteiras e uma tia-avó que faleceria dois anos depois. Não sabe, mas toda a vida ouviu dizer, que os seus pais se levantavam muito cedo para irem trabalhar, apanhando respetivamente um elétrico e um autocarro para as suas deslocações que eram depois complementadas por longas caminhadas, dado que na época, os transportes coletivos eram reduzidos e o seu raio de ação limitado. JC ficava a cargo duma empregada e da avó, que sempre considerou uma pessoa adorável e terna, mas que nunca trabalhara um dia em toda a sua vida e jamais se convencera de que a família não era rica como dantes. Os primeiros quatro anos da sua vida foram preenchidos por longos passeios pela Estrada da Circunvalação Interna no Porto, pois vivia na Rua do Amial, mesmo junto a essa saída de portas, antiga barreira fiscal que impedia a entrada e saída de pessoas desse burgo que era o Porto. A casa ainda existe e aparte uma pintura exterior não parece ter mudado nada desde que de lá saíra, no entanto absteve-se sempre de ir bater à porta e pedir para visitar o sítio onde passara os primeiros anos de vida, como quem parte em busca de soluções para problemas que desconhece, ou em busca de pistas para a sua maneira de ser conturbada. As lembranças que JC guarda dessa época são mais decorrentes das fotos, vistas nos anos formativos da sua vida, das quais reteve uma memória dos eventos por via fotográfica. O que mais persiste na sua já distante reminiscência dos factos, a que o tempo, as ficções e os aspetos místicos da imaginação acrescentaram decerto algo, é o enorme fogão a lenha que havia na cozinha e o hábito de a sua avó paterna tomar sempre chá com leite, o chá inglês como ela lhe chamava e que, por vezes, convidava a acompanhá-la. Nessas alturas, e já passaram mais de cinco décadas, sentia-se impante de orgulho pelo convite. A casa tinha dois quartos para a frente, dois laterais, além da sala de jantar e cozinha. Se bem que tivesse uma vaga recordação da maior parte dos quartos e da sala e cozinha, há dias interrogava-se onde estava a mobília de escritório do seu avô, que o seu pai herdara e que visualizava como sendo austera, imperial ou britânica, conforme os estados de espírito em que tal lembrança lhe acorria.

A avó de JC tinha no quarto uma pianola onde se entretinha a tocar. Deixara de fazer parte da mobília quando uma década mais tarde mudaram, desta feita duma vivenda para um apartamento, porque a sua mãe entendia que era um "mono" demasiado grande para um apartamento. Como não era dada às músicas, viu-se livre da pianola e mandou a sogra tocar em casa dos outros, acabando o aparelho em casa duma irmã do seu pai, onde ainda hoje está. Havia na casa de JC uma criada (nome usual na época pois assim se chamavam na época as auxiliares de ação doméstica, antes de se terem passado a designar empregadas domésticas, ou auxiliares de serviços domiciliários) ou "sopeira" (como era também vulgo conhecida em calão da época), que casou lá em casa com um trabalhador

da construção civil, antes de emigrar e ir viver com ele para França. Quando regressou, tinha JC sete anos e serviu de padrinho ao seu único afilhado, a quem obviamente teve de dar os seus dois primeiros nomes JA. Deve hoje ter mais de cinquenta anos e a única coisa que o padrinho lhe deu foram os dois nomes...pequena herança.

JC sabe [porque lhe contaram] - que por volta dos dois anos de idade - fora de visita às berças: a Trás-os-Montes (a aldeia de Azinhoso no Mogadouro e a da Eucísia em Alfândega da Fé) donde a família da mãe era originária. Contraíra, então, uma primo-infeção gravíssima tendo sido assistido pelo Dr. Miranda, único médico da vila de Alfândega, que na sua santa ignorância diagnosticou qualquer outra coisa e disse logo que a pequena e débil criança não tinha hipóteses de sobreviver. Ainda bem que sobreviveu para vos contar, pois foi logo levado de emergência para uma cidade maior onde foi devidamente diagnosticado e tratado a tempo.

A primo-infeção ocorre quando a pessoa entra em contacto com o bacilo. Onde a tuberculose é endémica, a possibilidade desse contacto ocorrer até os 10 anos de idade é muito grande. Proximidade com pessoas infetadas e ambientes fechados e pouco ventilados favorecem o contágio. O bacilo de Koch é expulso nas gotículas que eliminamos pela respiração e pela tosse. Elas precisam medir 5 micro, uma unidade muito menor do que um milímetro, para poder percorrer as 23 divisões do aparelho respiratório (nariz, traqueia, brônquios, etc.) e alcançar os alvéolos, que se localizam na parte final dos pulmões e têm a forma de um pequeno saco redondo. É neles que a doença vai desenvolver-se. Para que a primo infeção ocorra é necessário que o bacilo de Koch chegue aos alvéolos. Se parar antes de alcançar os pulmões, nada acontece. Sentindo a presença do bacilo nos alvéolos, as células de defesa, ou macrófagos, o abarcam e pedem ajuda para os linfócitos, outro tipo de células de defesa, que erguem uma paliçada em torno daquelas primeiras que exerceram a fagocitose. Isso forma um granuloma, ou seja, um micro caroço, que será recoberto de cálcio para enterrar literalmente o bacilo. Por isso, nas radiografias de tórax, é comum encontrar um nódulo calcificado consequência da primo-infeção por tuberculose. Não tem significado patológico algum e deve ficar onde está para o resto da vida. A partir dos alvéolos, porém, o bacilo pode invadir a corrente linfática e parar num gânglio, outro órgão de defesa do organismo. Ainda está para ser criada uma vacina contra esta infeção que pode debilitar e matar um bebé de tão tenra idade.

Será conveniente recordar que nessa altura as distâncias eram avassaladoras apesar da pequenez do país. Havia comboios regionais em Portugal e os transportes entre distâncias pequenas eram quase como travessias dos mares alterosos nos infindos oceanos no tempo das Descobertas. Uma viagem entre Trás-os-Montes e o Porto era uma epopeia remanescente da homónima marítima. O comboio da Linha do Douro ia do Porto à Régua e ao Tua. Aqui mudava-se para outro comboio da Linha do Tua mais lento ainda ou uma automotora até ao Pocinho. Depois ia-se de carro até à Junqueira, uma

estrada sinuosa que ainda hoje mantém o mesmo traçado bonito, mas arrepiante e daqui em diante eram mais uns 20 km em estrada de terra batida para Alfândega da Fé. Antes de ela chegar, aí uns seis ou sete quilómetros, desviava-se para a Eucísia, que teria uns 800 habitantes nessa época, bem mais do que os 170 ou 180 que lá habitavam em 2005. Os comboios dessa época eram a vapor, abastecidos a carvão, raramente excedendo os 30-40 km/h pelo que a viagem horrorosa ficou para sempre gravada na memória dos seus pais, que a narravam, vezes sem conta, a quem não sabia dessa desventura. Claro está que além de não ganharem para o susto, se viram privados das tão suas merecidas férias. Talvez tenha sido então que herdasse um certo sentimento de culpa por tê-los prejudicado, e que viria a arcar durante largos anos. Tudo o que fizesse daí para a frente parecia servir para prejudicar os progenitores.

Esta linha ferroviária fazia parte dum projeto ambicioso de caminho de ferro até Zamora, Espanha, que nunca foi completado. Em setembro 1887 foi inaugurada a Linha do Tua (entre o Tua e a cidade de Mirandela), nove anos depois da apresentação dos projetos para a sua construção. Em dezembro 1906, concluiu-se a extensão da linha até Bragança, num projeto que previa uma ligação até Espanha que nunca se veio a concretizar. Em abril 1910, o distinto bragançano Abílio Beça, um dos principais promotores da linha, morre trucidado por um comboio. Da estação do Tua (partilhada com a Linha do Douro) à estação de Bragança, a distância total é de 133,8 km. A Linha do Douro avançava vinda do Porto com destino à fronteira com a Espanha, em Barca d'Alva. O intuito da Linha do Tua seria embrionariamente uma ligação entre o Douro e Zamora. O seu traçado veio a prever depois uma ligação a Vinhais, sendo depois abandonado, seguindo o vale do Tuela ou o planalto entre o Tuela e o Rabaçal, mas a dureza deste traçado superaria o do próprio Baixo Tua onde a linha acabou por avançar. Em meados de 1940, a Linha do Tua passa da CN - Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro - para a gestão da CP que em 1992 encerra a circulação ferroviária no troço entre Mirandela e Bragança, numa extensão de cerca de 80 quilómetros, para em julho 1995 ser inaugurado o Metro de Mirandela, que possibilita a reabertura da linha entre a cidade e a localidade de Carvalhais.

A Linha do Tua registou em 120 anos de exploração um único acidente mortal (como atrás se disse). Desde que a construção da Barragem do Tua ganhou o apoio da EDP e do Governo somam-se 4 acidentes, lamentando-se a perda de 4 vidas que ensombram o futuro desta linha paradisíaca. A linha está ameaçada pelos políticos e também pela construção duma nova barragem. Há quem suspeite de sabotagem, mas ninguém o diz.

A história da linha conta-se assim: em 22 de junho de 1882 a Câmara de Mirandela apresentou à Câmara dos Pares do Reino a aprovação do projeto de lei para a subvenção de 135 contos de réis, para cobrir a garantia de juro de 5% para a empresa que viesse a construir a Linha do Tua. Em 11 de janeiro de 1883, ano em que a Linha do Douro chegaria à estação do Tua, a Câmara de Mirandela apelou ao Rei D. Luís I para a aprovação da Linha do Tua, ato para o qual veio a contar com o apoio da Associação Comercial do Porto, que pretendia

salvaguardar os seus interesses ao dar mais força ao Vale do Douro como via de transporte, em detrimento de vias mais a Sul, como Aveiro a Vilar Formoso. Em 26 de abril de 1883, é lançado em Carta de Lei o concurso para a construção da Linha do Tua, ficando ao Conde da Foz adjudicada a obra; viria a trespassá-la à Companhia Nacional de caminhos de ferro (CN - cujo símbolo é ainda visível na estação de Bragança), em dezembro desse ano. O grupo que construiu a primeira fase da Linha do Tua (até Mirandela) foi o mesmo que veio a construir a Linha do Dão (Santa Comba Dão - Viseu), primeira via-férrea a chegar a Viseu, antes da Linha do Vouga. Em 26 de maio de 1884 é confirmada a adjudicação da obra à CN, assinando-se o contrato definitivo em 30 de junho do mesmo ano. A 16 de outubro, a Linha do Tua começa a ser construída, a partir de Mirandela, rumo à Foz do Rio Tua. A obra teve nos seus primeiros quilómetros uma tarefa facilitada: inserida num vale aprazível e plano, até chegar ao estreitamento de Abreiro, apenas um túnel foi escavado (Frechas), além de esporádicas trincheiras e pontões, com uma única ponte metálica de pequenas dimensões no Cachão. No entanto, Abreiro tornou-se o prenúncio de uma das obras mais extraordinárias de sempre da engenharia portuguesa. Fruto das dificuldades do terreno, e de uma força de trabalho altamente conflituosa, o engenheiro responsável deixou o seu lugar vago, dando entrada a um dos mais notáveis engenheiros portugueses do século XIX, o engenheiro açoriano Dinis da Mota, que viria também a deixar a sua assinatura na Linha do Dão. Com o pequeno prelúdio de Abreiro ultrapassado pelos primeiros grandes paredões de suporte e a maior ponte metálica até então necessária (destruída e substituída após cheias no Rio Tua no início do século XX), o Vale do Tua volta a dar tréguas, com algumas dificuldades que começam a ser cada vez mais contínuas. A partir da Brunheda, entra-se no Baixo Tua, e começa a fase mais épica da construção da Linha do Tua. Em apenas 10 km, a partir da estação do Tua, foram necessários dois viadutos e uma ponte (Presas, Fragas Más e Paradela), e cinco túneis (Presas, Tralhariz, Fragas Más I e II, e Falcoeira) que totalizam uma distância de 456 metros. Estes, particularmente na zona das Fragas Más - garganta do vale formada por rochedos titânicos, foram conquistados à Natureza com métodos e homens tão temerários como os que ficavam presos por uma corda a uma plataforma elevada nas escarpas, baixados até à plataforma da via, onde acendiam o rastilho da dinamite e eram rapidamente subidos para a plataforma, antes de a encosta vomitar pedaços de rocha na explosão. A 27 de setembro de 1887 a Linha do Tua era inaugurada, com a locomotiva E81 batizada Trás-os-Montes, e conduzida pelo próprio Dinis da Mota. Em Mirandela, a grande estação (a maior estação de via estreita portuguesa) acolhia entre muitas figuras ilustres, El-Rei D. Luís I. A 29 desse mês a linha era aberta à exploração. O troço Carvalhais - Bragança encontra-se encerrado a todo o tráfego ferroviário desde 1992. Esta data está envolta em controvérsia, uma vez que em dezembro de 1991 se encerrou o troço Mirandela - Macedo de Cavaleiros, deixando o troço até Bragança isolado da rede ferroviária nacional. Poucos dias depois, um descarrilamento em Sortes veio ditar o encerramento do troço Macedo de Cavaleiros - Bragança, de forma indeterminada, finalmente confirmada em 1992.

A operação de encerramento definitivo do troço Mirandela - Bragança ocorreu durante a noite, sem aviso prévio, e simultaneamente em Bragança e Macedo de Cavaleiros. Foi registada a presença de forças policiais, tanto para evitar ao máximo o registo de imagens, como para afastar a população, que ao saber da operação acorreu às estações destas localidades. Para evitar a possível recuperação desta via, todo o material circulante estacionado nestas foi retirado não por via ferroviária, mas via

rodoviária. Foi relatado nessa noite um súbito corte nas telecomunicações. Devido a estes acontecimentos, o evento é recordado como *A Noite do Roubo*. Parte do trajeto da Linha do Tua encontra-se neste momento (2008) ameaçada de submersão pela albufeira prevista para a Barragem do Tua. Se for concretizada a construção, será submersa parte da linha, deixando-a isolada da restante rede nacional ferroviária.

0.2. CASA NOVA. FAMÍLIA EM CRESCIMENTO E COMO AS DESGRAÇAS NUNCA VÊM SÓS

Tudo passou sem grandes recortes nos anais da história da família até aos quatro anos e meio, quando foi necessário mudar do Amial para uma casa maior numa rua com o pomposo nome de Maria Pia. JC não entendera esta razão de mudança, dado que na altura em que nascera havia sete pessoas lá em casa e agora eram só cinco. Também nunca soube se o que atraiu a escolha daquele casarão, uma velha vivenda oitocentista, fora o nome da rua ou as suas amplas instalações.

A rainha, Maria Pia de Saboia (1847-1911) era filha do então príncipe do Piemonte, mas que mais tarde, em 1849, foi aclamado rei de Sardenha, e em 1867, rei da Itália como Victor Emanuel II, rei da Itália e Sua mãe era a arquiduquesa D. Maria Adelaide Francisca Reinerio Elisabete Clotilde Habsburgo Lotaringiano., que faleceu em 1854, deixando sua filha, a princesa senhora D. Maria Pia, apenas com 7 anos de idade, entregue aos cuidados da condessa de Vila Marina de Adelaide Casou em 1862 com Luís I, Saxe-Coburg-Gotha, Rei de Portugal... Em março de 1888, a rainha senhora D. Maria Pia no Porto foi aclamada como mãe dos pobres e anjo de caridade, título que já de há muito tempo havia conquistado pela sua beneficência. Desconhecem-se também, as razões pela qual tão pacata rua mereceu um nome tão régio. Terá ela acampado ali nalguma deslocação ao Norte? Terá parado para satisfazer um desejo natural e buscado abrigo ali nalguns arbustos? Teria ela feito um piquenique ou ajudado os pobres? Conjeturas que resta deslindar como razão para uma rua tão sensaborona ter tão real nome.

Era um casarão de três pisos e um longo quintal, onde JC viria a ter o seu canteiro de flores do qual cuidava quando não andava no galinheiro a espantar as galinhas ou a imitar o galo. No 1º andar, havia duas salas para a frente e uma para trás, ao lado da cozinha e despensa, além de uma varanda coberta, onde havia um WC, com escadaria para o quintal. Em cima, havia quatro quartos, uma casa de banho completa e outro WC na varanda coberta, donde se avistava ao longe o então campo de jogos Eng.º Vidal Pinheiro, do Sport Comércio e Salgueiros, esse centenário clube que deixou de ter futebol em 2005. Curiosamente, em frente à casa havia uma "ilha" com várias habitações pobres onde morava o seu primeiro alfaiate com a mulher e os dois filhos (seus colegas na escola primária da Rua do Cunha). Dum dos lados da ilha havia mais três vivendas, cujos habitantes perderam já os nomes na bruma do esquecimento.

O problema do alojamento encontra no Porto uma resposta peculiar representada pelas "ilhas". Solução, talvez inspirada em formas antigas do tempo dos romanos, é constituída por pequenas habitações em banda, dando para estreitos corredores que enchem o interior dos quarteirões. As ilhas são por definição uma unidade

urbanística de construção espontânea, não se identificando com nenhum tipo anterior de construção rural ou urbana. Estas unidades urbanas são descritas pela primeira vez em Portugal em 1713 no Vocabulário Portuguez e Latino como "huma ou muytas casas juntas, que em huma cidade tem ruas ao redor de si por todas as partes". Esta ideia de quarteirão habitacional é reproduzida na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira e no Grande Dicionário de Língua Portuguesa quando referem ilha como "grupo de casas, isolado de outras habitações e cercado de ruas por todos os lados". Estas duas últimas publicações referem ainda que ilha é um "pátio, cercado de vivendas pobres". Arquitetonicamente a ideia de pátio ou rua cercada de pequenas casas térreas configura a maior parte destes aglomerados urbanos que, no entanto, apresentam desenhos bastante diversos. A ilha do Porto é um tipo de habitação operária muito diferente do de Lisboa ou das cidades industriais britânicas. São pequenas habitações de um único andar, com áreas que não excediam os 16 m², construídas em fileiras sucessivas, muitas vezes costas com costas, nas traseiras das casas da classe média que davam para a rua. As ilhas surgiram inicialmente na zona oriental da cidade, mas rapidamente se estenderam ao centro e aos concelhos limítrofes. Na segunda metade do século XIX, o Porto vivia um clima de euforia industrial que atraiu à cidade populações rurais, vindas do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Beira Alta, fugidas da crise rural que ali se vivia. A procura de alojamentos baratos fez destes aglomerados de construções abarracadas, com uma única entrada, um atrativo negócio, principalmente explorado por pequenos proprietários com pouco capital, que viram nas ilhas a garantia de uma rápida recuperação do capital investido e, a curto prazo, lucros significativos. Segundo um inquérito realizado pela Câmara Municipal do Porto em 1939, havia na cidade 1152 ilhas abrigando 45291 habitantes ou 17% da sua população total!

No quintal ao lado da sua casa havia uma cabana ridiculamente pequena (3 ou 4 m²), que em comparação fazia das “ilhas” autênticos palácios. Mais parecia uma arrecadação de vassouras, mas ali vivia a empregada a dias, que tinha para aí umas 20 dioptrias em cada olho e vivia lá com os filhos, sempre ranhosos, e um marido bêbedo que lhe dava pancada de meia-noite ainda antes desta hora. Esse barulho e o choro dela ficaram para sempre gravados no inconsciente de não-violência de JC, Todas as noites, entre os seus 5 e os 9 anos, ouvia essas cenas de violência conjugal enquanto tentava adormecer. Era um casal de miseráveis, a abjeção da miséria em todo o seu esplendor, e esse foi um dos seus primeiros contactos com a pobreza, que aliás não passava muito despercebida em ruas adjacentes. A sua escola primária era na Rua do Cunha, a uns escassos vinte metros. Era um casarão senhorial adaptado (vítima do camartelo de 1980 e substituído por uns prédios de andares vulgares) com um recreio suficiente para as quatro classes que a frequentavam, cheio de árvores e em terra batida.

A mãe de JC que já “perdera duas gravidezes”, finalmente deu à luz, uns cinco anos e meio depois de ele nascer, uma linda menina com 4 quilos e 56 cm. Se bem que JC a esperasse com a ansiedade própria dos jovens da sua idade, também tinha um medo ancestral de que ela viesse a ocupar um certo espaço até então exclusivamente seu. As prerrogativas de filho único perderam final e, infelizmente,

a sua razão de ser no dia do nascimento da sua irmã. De qualquer forma consta, ainda hoje, que ficara satisfeito por ver aquele bebé gorducho e cheio de cabelos loiros, uma hora depois de ter nascido. É bom não esquecer que naquele já longínquo ano de 1955 a maior parte dos partos ocorria em casa, pois as pessoas não se deslocavam aos hospitais ou clínicas. Havia um médico, acompanhado de uma enfermeira-parteira, que se deslocava à residência das pessoas e aí fazia o parto da criança. No caso vertente, fora o mesmo médico que ajudara JC a ver a luz. Se surgissem problemas chamava-se uma ambulância e ia-se para o hospital mais perto (na altura deste nascimento ainda só existia o vetusto Hospital de Santo António no Porto, onde viria a nascer em 1996 o filho mais novo de JC quando já raras eram as crianças a nascerem em suas casas).

O Hospital de S. João foi criado pelo Decreto-Lei n.º 22917, de 31 de julho de 1943, com a designação de Hospital Escolar do Porto, ligado à Faculdade de Medicina do Porto, mas o projeto sofreu um atraso considerável, a que não foi alheia a II Guerra Mundial.

A sua inauguração ocorreu a 24 de junho de 1959, já a irmã de JC tinha completado quatro anos e estava ela mesma a enfrentar, esse trauma da mudança de casa que ele sentira uns anos antes. A avó de JC estranhou bastante a mudança de zona, mas continuou com a sua vida recatada, ocasionalmente entrecortada pela visita de primas e amigas ou convites para as visitar. Lá fazia os seus tricôs e crochês, jogava umas paciências de cartas e mantinha-se à margem agora que a mãe de JC, finalmente na “sua casa” mandava em tudo, ao contrário do que se tinha passado na casa anterior, que era da sogra. Seria talvez esta outra razão para a mudança além da do nascimento da sua irmã? Estas coisas nunca se sabem nem se discutem, não fica bem as famílias dizerem o porquê destas atitudes e JC, sempre interessado em auto psicanalisar o mundo que o rodeava, indagava-se sobre quais as verdadeiras razões destas mudanças. As crianças sofrem muito mais com as mutações que os adultos, embora na aparência façam crer a toda a gente que gostam da novidade e de tudo o que é novo e diferente.

Bem no seu íntimo, JC perdera uma primeira noção de estabilidade, que lhe era querida, sem perceber porquê. Havia vantagens e desvantagens nesta mudança inicial. Tudo tinha que ser reaprendido, desde os cantos escuros, às sombras, aos sons novos e desconhecidos. Cada casa tem o seu ranger de soalho característico, cada canto tem os seus segredos peculiares, as sombras são únicas e toda essa aprendizagem demora o seu tempo. Esses sons e sombras permeiam os minutos de vigília de todas as crianças antes de adormecerem. Enaltecem ou recalcam os seus medos e temores. Há sempre um mundo desconhecido em cada quintal e aquele era o primeiro em que JC se aventurava,

onde imponentes mandavam as galinhas poedeiras, o galo e o peru que aparecia e desaparecia entre novembro e dezembro. Ficava ao fundo dos pequenos talhões dedicados a uma pequena horta doméstica e outro mais virado para decoração floral que ia preencher os vasos e vasilhos daquele casarão.

Menos de dez meses decorridos sobre o nascimento da irmã de JC, acabaram-se as férias. Sempre pensara que a vida era um estado natural de nada fazer, a não ser brincar e divertir-se. Lá foi para a Escola Primária que curiosamente ficava quase ao lado de casa e onde a sua mãe lecionaria durante parte dos próximos quatro anos. Pensem agora no efeito traumatizante para uma criança da idade de JC, a mudança de casa, seguida imediatamente do nascimento de uma irmã e o fim da boa vida com o começo da escola primária. A pré-escola e as creches não haviam ainda sido inventadas, e o mais que se assemelhava eram as “criadas de meninos” que havia lá em casa para tomarem conta dele e da irmã. Naquela época não havia psicólogos infantis nem se estudava ainda a fundo a problemática da traumatologia infantil, a não ser alguns estudos então pouco conhecidos ou divulgados de Vygotsky e de Piaget.

Vygotsky acredita que

“A evolução da consciência passa duma ordem menor a uma ordem maior do desenvolvimento da criança à medida que as funções mentais passam a ser socioculturais e não apenas biologicamente mentais. Parte assim dum requisito biológico para o transformar através da interação sociocultural numa forma de desenvolvimento, passando do estágio de dependência para o de independência e autorregulação. A criança inicia a sua aprendizagem através das atividades em que a sociedade colocou algum valor (trabalho, atividades lúdicas, educação, literacia). Socioculturalmente, a criança é confrontada com um ambiente recheado de tarefas e exigências que requerem da criança a utilização da linguagem como instrumento, enquanto ela se mantém dependente dos adultos que a rodeiam (normalmente os progenitores) para saber como fazer, o que fazer e não fazer”.

Rodeado por uns poucos adultos até então, com uns pais mais ausentes que presentes, as noções de vida haviam sido transmitidas a JC através da avó paterna e de todas as suas visões adulteradas duma realidade a que ela nunca se habituaria nos seus mais de oitenta anos de vida. Iriam, pois, retirá-lo desse círculo, onde a vida dos adultos se passava à sua banda e sem intervenção de maior, mas simultaneamente dependendo deles para aprender o ambiente que o rodeava, tendo que descobrir por si mesmo, pela sua imaginação e investigação próprias da idade, as soluções para os problemas e questões que se lhe punham. Os pais saindo bem cedo de casa e regressando já tarde, deixavam-lhe apenas o tempo, antes e durante o jantar, para interagir antes de se ir deitar pelas oito e pouco da noite, o que era manifestamente pouco para a construção do seu ego modelado em exemplos maduros

paternais e maternais. Restava-lhe assim, uma vez mais e sempre, a imagem da avó, das suas lendas e contarellos, das histórias de fadas e princesas que teria sido a sua vida de avó enquanto jovem, uma vida de gente rica e influente, que ele nunca viria a desfrutar nem a partilhar, mas que criaria no seu imaginário um modelo concecional de vida que pretendia ter a todo o custo. Assim, via e revia imagens fotográficas e daguerreótipos do século XIX, de viagens ao estrangeiro, de tempos e locais distantes, sonhando sempre um dia poder ir e visitar tais locais de encantos tamanhos.

Essa época deve ter sido muito traumática. Durante grande parte da segunda e terceira classes (agora chamar-lhe-iam segundo e terceiro anos escolares), estivera doente com quase todas as doenças imagináveis e próprias da idade como sarampo, varicela, sarampelo... Isto reduzira o seu rendimento escolar embora tivesse o apoio da sua mãe fora dos períodos escolares, em casa. Na terceira classe, a professora, de sua graça D. Júlia, adoeceu e foi substituída pela sua mãe, que um dia, embora ela sempre o desmentisse, lhe deu não sei quantas palmatoadas (provavelmente uma dúzia ou meia dúzia que eram as medidas mais correntes à época). Ela pode não se lembrar, mas JC até hoje nunca o esquecera pois deve ter sido dos castigos que mais lhe doeram em toda a vida. Estas classes, a terceira e a quarta, devem ter sido lecionadas pelo velho diretor da escola, um professor de apelido Guimarães, já avançado na idade e perto de atingir a sua reforma, mas ainda persistente nos seus métodos de ensino ancestrais, que haveriam de ter tanto sucesso que JC vencera um prémio de melhor aluno regional ou distrital. Embora lhe desgoste ainda hoje o título [Prémio Dr. Oliveira Salazar], devem aqueles diplomas estar guardados em casa de seus pais. Dizia, por vezes, entre o embaraçado e o orgulhoso, que se não fosse o título ainda os desembrulhava e emoldurava.

Por mais que o tentassem convencer que o 25 de Abril fora um erro, jamais esqueceria a Ditadura Nacional e os anos que se seguiram e preencheram a primeira parte da sua vida. Chegava já a admitir que a sociedade no tempo da ditadura era menos corrupta, a justiça funcionava melhor, e a educação (se bem que elitista) proporcionava muitos mais conhecimentos do que hoje em dia. Mas a falta de liberdade, a opressão política, a cegueira colonial e a falta de visão para o futuro, eram zonas negras dos anos de obscurantismo salazarista. A sua mãe bem se podia orgulhar de ter apertado a mão ao ditador (o seu pai costumava ironizar dizendo que ela andara dias sem a lavar) mas todos esses anos foram apenas de obscurantismo e repressão. Uma minoria de pessoas, que se julgavam importantes, bajulavam o velho ditador em troca dumas pequenas benesses e lugares de proeminência, enquanto a polícia política, silenciosa e matreiramente, se encarregava de punir todos os que queriam pensar pela sua própria cabeça. Cuidando do país como se de uma mercearia se tratasse e escorreitas as contas, o

ditador começara a amedrontar uma valiosa fortuna para o país, para a geração pós 25 de Abril perdulariamente esbanjar. Tal como o ditador fazia com ele mesmo, na sua espartana e sovina maneira de ser, incorrupto, acabaria por nunca investir nem gastar essa fortuna. Nem para melhorar o país, nem para uso pessoal (honra lhe seja feita) pois o país não precisava de progresso que esse só traz a devassidão e maus costumes. Era conhecido por “botas” por jamais usar outro calçado que não botas. De igual forma imaginava um país, vestindo uniforme e cinzento, como ele mesmo. Queria uma massa de seguidores fiéis que nunca o questionassem, e uma população ignorante para poder continuar a dirigi-la sem que ela se inquietasse com o rumo seguido, numa visão paternalista e autocrática. Um bom dono de mercearia, mas sem ideias para o país, para além dos seus ideais sempre próximos do Eixo da 2ª Grande Guerra, por quem nunca escondeu a sua simpatia apesar de ter mantido Portugal “oficialmente” neutro na guerra (exceção feita à ocupação de Timor pelos japoneses e australianos). Emulava o seu vizinho da Espanha que vencera a guerra civil espanhola contra os comunistas e outros vermelhos, inimigos dos católicos e da pátria, mas jamais poria os pés fora do torrão continental do velho e decadente Império Colonial Português. Nunca se apercebera de que deveria ter melhorado a situação de pobreza extrema e de miséria da maioria da população.

O pai de JC, que tinha nas suas estantes vários livros proibidos e no Índice, sempre se definira como *democrata da 1ª República*, com elevados ideais de justiça universal. Isto fazia parte de um conjunto de princípios inabaláveis e uma firmeza, singelamente desprovida de qualquer manifestação direta de afeto, mas tratou sempre o filho como se ele fosse filho único, muito protetor (demasiado!), sempre com medo que ele atravessasse a rua apesar de naquela época não haver movimento e a Rua de Maria Pia se poder chamar a *Rua do Lá Vai Um*. Fazia-o, decerto cheio de boas intenções e porque não sabia melhor. No entanto, esse protecionismo era excessivo: temia, por tudo e por nada, que o filho se debruçasse das janelas, que caísse no quintal, que se cortasse com os espinhos das rosas. O canteiro do jovem JC, no quintal, tinha jarros, ervilhas-de-cheiro, feijões, e uns quantos mais exemplares de flores e plantas inofensivas. Mesmo assim, o pai dizia-lhe para ter cuidado que as ervilhas, são venenosas...e aquelas pequenas bolas pretas intimidavam-no.

Havia um galinheiro ao fundo do quintal onde havia sempre umas galinhas e um galo que além de porem ovos serviam para a alimentação durante o ano, e a estes acrescentavam-se o inevitável peru pelo Natal, sem que JC se tivesse apercebido durante muito tempo do fim que aos animais estava destinado e que estava intimamente relacionado com o que lhe punham na mesa para comer. No Natal aparecia o dito peru que tinha a sorte (?) de estar na engorda antes de ser degolado. A descoberta do

final trágico dos animais com que se entretinha, tantas vezes a admirar ou a irritar, tornou-se mais visível certo dia na época natalícia quando um deles andou aos saltos, pela cozinha sem cabeça, para grande gáudio e espanto da empregada que se calhar bebeu parte do brandi que era destinado ao peru...como aliás era seu apanágio. Foi isso que se descobriu quando ela foi despedida logo após o natal.

Essa educação viria a durar toda a vida de JC. Condição-o, criou-lhe medos, quiçá, injustificáveis, embotou-lhe o espírito de iniciativa e de aventura (mas ele vingar-se-ia) e aumentou uma timidez que se arrastaria durante décadas. Depois tivera de compensar tudo isto com a sua vida profissional de jornalista e esta permitiu-lhe dissimular os seus medos e temores para além da extrema timidez. Dito isto, hoje ninguém quererá acreditar, já que fora sempre nessa época o oposto da sua idade mais madura, aquilo que os britânicos chamam de "*outspoken*" e os portugueses de antanho podiam qualificar quase como desbragado ou desbocado. Mas a verdade é que era ainda tímido e acanhado quando nos franqueou a porta para a sua vida e para aqui narrarmos um pouco do seu percurso. Talvez tenha aprendido os instrumentos sociais para o disfarçar sem que ninguém notasse. Pode até ter acontecido que esse aparente excesso verbal e a agressividade fossem formas camufladas dessa timidez.

Em frente à sua casa, como se viu, havia uma "*ilha*" onde viviam dezenas de pessoas, incluindo o seu primeiro alfaiate e os seus dois filhos (Adalberto e Chico) com quem, apenas muito ocasionalmente, podia brincar ao sair da escola. Ao lado da entrada para essa "*ilha*" morava o taxista da zona que tinha uma filha chamada Tina (provavelmente dois ou três anos mais velha que ele) e para quem ele ia a correr, dissimuladamente, colocar pequenos bilhetes amorosos e declarações juvenis na caixa do correio, ficando depois à janela à espera dum sinal. Crê-se que nunca recebeu nenhum sinal ou, então, ela nunca recebeu essas primeiras missivas de amor escritas em pequenas folhas arrancadas dum qualquer caderno de cópia com uma caligrafia decerto bem certinha e trabalhada. Uma das atrações da Tina, confessou JC já muitos anos depois, era o pai ser motorista de praça (vulgo taxista com o seu Mercedes 180D de teto verde e o resto do carro negro) pois isso significava que podia andar muito de carro, que era a sua ambição máxima naquela idade. Ser taxista não o importunava desde que pudesse andar sempre de carro. Esta característica arrastou-se até muito tarde. Embora nunca tivesse tido um táxi, só para si, mais tarde foi "pendura" de ralis e fez milhões de quilómetros ao volante em vários continentes, guiando dos dois lados da estrada. Viveu sempre a conhecer os modelos de todos os carros que via e dos que sabia existirem pela Europa fora e até

mesmo nos EUA, lembrando-se, ainda hoje, de modelos que nunca mais existiram para cá da década de 1960.

A sua consciência social era reduzida naquela época apesar dos ensinamentos caseiros e propugnava já uma igualdade sem discriminações. Carros na família ainda havia poucos além do seu avô materno, os seus três tios e alguns primos apenas. Era um bem ainda fora do alcance de muitas bolsas. As proibições nesse tempo eram muitas e raramente pudera brincar com crianças da sua idade. Essa proibição iria manter-se durante a adolescência sem nunca ter entendido muito bem quais as razões para tal proibição. Foi sempre apanágio seu nunca sair, raramente era convidado e mais raramente ainda podia convidar fosse quem fosse. Crê-se que a sua mãe, apesar de ter a casa esmeradamente limpa e apresentável, não gostar de intrusos a observarem o seu conteúdo, a sua torre de marfim. Mesmo as amigas e colegas dela raramente a visitavam. As poucas pessoas que passavam o umbral da porta eram normalmente familiares e apenas os mais chegados (avós maternos, tios, primos).

Lembrava-se de vários modelos de carros na rua, mas o mais impressionante era um Nash Rambler *Airflyte* de 1955 cujas rodas estavam tapadas num *design* original. Recordava também durante a fase da escola primária ter ido apenas a duas festas uma numa casa em frente à sua e outra com um colega chamado Matos cujo pai tinha um Renault 4CV conhecido como "Joaninha" em Portugal ou o bem mais apropriado nome "Rabo Quente" no Brasil (em virtude do motor traseiro).

O Renault 4CV foi produzido entre 1946 to 1961. Era um carro do povo muito económico inspirado no Volkswagen Carocha, tendo sido a primeira viatura francesa a exceder um milhão de veículos vendidos. O protótipo ficou pronto durante a guerra em 1942, mas a versão final só seria apresentada em 1946 no Salão Automóvel de Paris. Os franceses chamaram-lhe "La motte de beurre" (pedaço de manteiga) devido ao seu tamanho e à cor amarela areia dos primeiros carros feitos para o exército ocupante alemão e para a sua campanha no norte de África. O motor de 748 cc tinha 17 cavalos e uma caixa de três velocidades. Era para ter sido substituído pelo Renault Dauphine, em 1956, mas continuou a ser produzido até 1961, um ano antes de terminar a produção do Dauphine. Facilmente artilhado o 4CV foi usado em corridas tendo ganho as 24 Horas de Le Mans e as Mile Miglia, em parceria com a Alpine que mais tarde utilizaria a plataforma 4CV para criar o lendário Alpine A-110 e o Alpine A-106.

Traumático deve ter sido um acidente que JC tivera na terceira ou quarta classe no recreio da escola. Havia uns alunos enormes de 14 anos, aquilo a que então se chamava de gandulos, que andavam na quarta classe. Como era filho de uma professora tornava-se facilmente num alvo a abater.

Muitas vezes andavam atrás dele ameaçando-o, entre outras coisas que se fazem nessa idade. Ainda ninguém batizara a palavra “*bullying*” para essas atividades entre alunos...Um dia ia a fugir deles junto às salas de aula e com a pressa (talvez aflição) tropeçou na escadaria de pedra que dava para o recreio nas traseiras da escola. Caíra desamparado e abriu o sobrolho que borbulhava de sangue pela cara abaixo. Era o pânico. Uma auxiliar de ação educativa (naquele tempo chamavam-se serventes) queria levá-lo ao médico, mas JC recusava ir e exigia a presença da mãe (que nesse dia não estava na escola). Lembra-se ainda de ir agarrado à auxiliar, aos berros, com um lenço molhado a tapar o "lanho" na testa, no sobrolho esquerdo, até à casa do Dr. Mota Torres da Rua do Lindo Vale. Lá lhe fizeram o curativo (nessa data ainda não havia Enfermeiros Associados ou coisa que o valha). Guardava desde então uma sobancelha levemente diferente da outra e essa recordação do pranto que espalhara pelas ruas de Maria Pia, de Álvaro Castelões e do Lindo Vale...até à casa do médico, um senhor de óculos grossos, baixo de estatura e atarracado.

Quando terminou a quarta classe tivera de ir fazer o exame de admissão aos liceus como era costume nessa altura. Se o exame da quarta classe já era considerado difícil, o de admissão era encarado com muito temor por todos os infantes da sua idade. Era a passagem ao estágio seguinte do ensino, em que deixavam de ter o conforto de um só professor, para terem de lidar com vários ao mesmo tempo, cada um deles dando a sua matéria específica. Tudo isso metia medo aos seus nove anos. Sabia que estava bem preparado, mas desde cedo revelava uma incapacidade natural em lidar com exames de qualquer tipo. O mais assustador era o facto de os exames se realizarem apenas num local na cidade do Porto e não nas bem conhecidas escolas que tinham frequentado até aí, passando a ter de se enfrentar com professores que nunca tinham visto. Ou seja, seria um exame num ambiente desconhecido, hostil e cheio de pessoas estranhas. A escola onde fizera esse exame ainda existe (ao contrário da sua escola primária que foi demolida na década de 80) e chama-se hoje EB1 n° 18 na Rua dos Miosótis. Apesar dos nervos lá fizera a prova numa sala do primeiro andar. Lembra-se de estar um dia de sol radioso, bem como evocava sempre a alegria que tivera ao saber que tinha passado esse exame e a recompensa do pai que lhe dera o seu primeiro relógio de corda, um Cauny que duraria vários anos.

Outra recordação indelevelmente associada àquela casa onde vivera durante a escola primária era a dos saltimbancos que apareciam, uma vez por ano, para fazerem as suas acrobacias na rua em troco duns tostões. Parecia uma cena retirada dum qualquer livro que já lera, sem saber se fora de Dickens ou doutro autor. Eram saltimbancos na boa tradição medieval, em geral famélicos e

escanzelados, que divertiam toda a gente nas redondezas com as suas habilidades. Iam desde os palhaços, a um rapaz a vomitar fogo, a outros marchando em cima dumas "andas" e ainda outros números que a memória deixou escapar. Nunca excediam meia dúzia de artistas maltrapilhos que assim ganhavam a vida. Sempre se espantara que houvesse mulheres naquele meio, pois elas não surgiam nas ilustrações dos livros que lera.

Nas férias de verão iam para a Póvoa do Varzim onde alugavam uma casa em frente à velhinha estação dos caminhos de ferro, o que aconteceu até 1961. Para além daquele inesquecível e redondo Diana Bar plantado no início da praia e da extensão do areal, são poucas as recordações que JC tem desses tempos. Num dos anos em que foram com as primas transmontanas, a mais nova namorada, ou assim lhe parecera, com um tipo que tinha um automóvel desportivo *Karmann Ghia*. A outra já era casada (com um presidente da câmara, conservador do registo civil e mais tarde deputado da Assembleia Nacional). O jovem do carro teve logo direito a um epíteto sem qualquer razão ou nexo, *Agapito*, de quem perdurou apenas a memória do carro. Já nessa altura, como vimos atrás, os carros tinham papel predominante no imaginário de JC e por isso estão sempre presentes nestas memórias que contam bem com a sua presença. Os seus avós e as tias-avós de Trás-os-Montes apareciam lá, na casa de férias, ao fim de semana. Eram sempre visitas curtas acompanhando uma ou duas refeições. Fugazmente, poderiam ir até à praia, todos vestidos, sem se descalçarem, e colocando-se sempre na sombra abrigada do toldo ou barraca, alugados ao mês, para proteger a brancura das peles da família. Se fossem até à praia, as criadas teriam de ir lá mais tarde levar o lanche nas suas cestas de verga, todas aperaltadas nos seus vestidos pretos, com golas e mangas brancas, sob um calor estival. Os biquínis e fatos de banho mais ousados ainda não tinham chegado a esta região do país, e os homens e jovens ainda usavam maioritariamente fatos de banho com alças em vez de calções. Aliás, jamais esquecera que era ainda bem novo quando foi multado em dois mil e quinhentos [réis] (dois escudos e cinquenta centavos ou € 0,01) por andar descalço fora do perímetro do areal, por um “cabo-de-mar” zeloso (ainda não havia a famigerada ASAE nessa época) que o apanhara descalço numa passadeira para os lavabos.

Estas casas de aluguer nas praias (quer na Póvoa de Varzim, quer, mais tarde, em Espinho), eram disponibilizadas sempre com o recheio fundamental e equipamentos suficientes, para uma família viver naquele mês ou meses de aluguer, obrigando os donos das mesmas a refugiarem-se em cubículos que normalmente tinham construído nos seus quintais para poderem obter uma renda extra (provavelmente nunca declarada ao fisco) dos forasteiros que há décadas vinham a banhos. Nos

primeiros anos lembrava-se JC da excitação que era sentar-se na camioneta das mudanças que levava as malas, o frigorífico, talheres, serviços de louça e roupa entre outras comodidades para preencher os vazios deixados pelos donos das casas no seu recheio. O transporte fora durante anos organizado por um polícia que era oficial de diligências do seu avô no Tribunal do Porto e a viagem até Espinho nesses anos (em que não havia autoestrada até aos Carvalhos) demorava quase uma hora para os míseros dezassete quilómetros numa estrada concorridíssima, decerto bem mais lenta do que os comboios que seguiam paralelos à mesma. Eram sempre casas grandes, onde ficavam os seus pais, a sua irmã, a avó paterna, mais a empregada, quando não iam também as primas vindas lá dos confins de atrás dos montes.

Desde o século XVIII que havia a tradição de as famílias transmontananas (como a da sua mãe) irem a banhos para a Póvoa, enquanto a sua avó e o seu pai falavam de férias na Foz, Matosinhos, em Miramar e na Granja, respetivamente, no início do século XX, como era tradição da sua família que nesses tempos tivera casas de praia em Matosinhos e na Foz. Passariam a ir para Espinho a partir de então, tradição essa que a sua mãe manteria já com 85 anos de idade, acompanhada pela filha cinquentona e pelo respetivo filho desta. O curioso, porém, é que todos os anos se queixava do mau tempo, da nortada, do frio e apesar de todas estas queixas, com tantos locais mais amenos e aprazíveis no país inteiro onde poderia ir, mantinha-se firme a essa tradição espinhense. Bem a tentara convencer a ir a Macau, Austrália ou para Trás-os-Montes enquanto lá vivia em Bragança, ou mesmo depois aos Açores quando para o arquipélago se deslocara, mas sem qualquer resultado. Há tradições que custa a quebrar e outras que custam a manter.

De qualquer modo, a mãe e JC tinham finalmente nos últimos anos conseguido um relacionamento amigável e pacífico que nunca existira antes. Haviam feito as pazes embora nunca se tivessem zangado. Tudo estava perdoado e compreendido entre ambos. Nem sequer havia razões para a mãe se lamuriar, como fazia recentemente, de ter errado ao não o deixar ir para Coimbra tirar Direito. Fora melhor assim, acabara por resultar melhor assim. Nem ele tinha já a certeza de alguma vez ter querido ir para Direito. Jornalismo ou Humanidades sim, e nessas vencera. Fora para Timor, Macau e Austrália e ali se enriquecera mais do que se tivesse ido para Coimbra.

Uma coisa aprendera JC é a de que por mais força que faça, o destino nunca se verga às vontades do Homem, ou usando um lugar-comum, se há vontades que movem montanhas, há montes que se não deixam mover. Nesses casos, apenas resta o diálogo, connosco próprios e com os outros, para se

criarem pontas suspensas sobre o abismo e evitar a queda abrupta. A ponte para o outro lado é o nosso passaporte, o livre conduto, a palavra passe que abrirá as fronteiras do entendimento. E essa ponte já ele a construía havia anos, tinha apenas de a manter operacional. Por ser quem fora se tornara naquilo que hoje era. Dicotomias indissociáveis.

CAPÍTULO 1 - AÇORES

:

"Em todo o caso, casai-vos.

Se vos couber em sorte uma boa esposa, sereis felizes;

Se vos calhar uma má, tornar-vos-eis filósofos.

Citações Socráticas

Há pessoas que transformam o sol numa simples mancha amarela, mas há aquelas que fazem de uma simples mancha amarela o próprio sol.

Pablo Picasso



1. AÇORES

1.1. DE DESCOBERTA EM DESCOBERTA. O BATISMO INSULAR.

Entrara no café, depois de percorrer os estafados vinte e cinco passos, habituais e diários. Ao balcão, os clientes do costume. Bebem todos os seus bagaços, cervejas, abafados, mistura, vinho de cheiro ou qualquer outra variante alcoólica. Conhece-os a todos, embora desconheça os seus nomes, com todos já falou em momentos vários. Podia descrevê-los ou às suas profissões mesmo sem lhes saber os nomes. Raramente repara neles, depois de atirar mecanicamente os seus bons dias, tardes ou noites. Muitas vezes nem os ouve, nem os entende com o seu rápido sotaque cerrado micaelense. Faces escalavradas pelo tempo sob este clima inclemente, ou meramente faces que não escrutina mais. Também não constata as pedras de basalto cinzento que orlam o passeio por onde segue, nem tampouco se apoquentam com as faces lavadas das casas. Hábito centenário no verão, pintadas de fresco, antes das festas da aldeia. Nos montes, ao longe, lá estão as, sempre alpinistas, vacas. Se na semana passada estavam castanhos já passaram, de novo a verde, com a chuva destes últimos dias. O mar confunde-se com o céu num horizonte que ora está cinzento ora azuláceo e se perde para além do alcance da vista. A humidade escorre pelas paredes, pelas ruas, pelas casas, pelas faces e ninguém parece aperceber-se dela, embora exista omnipresente e se manifeste ostensivamente na camada de mldio que ocupa as faces de tudo o que é cabedal ou couro.

Esta a realidade que parece escapar-lhe, mas, no entanto, está lá. As pessoas continuam a levantar-se de noite, embora a mudança da hora de verão já traga os primeiros alvares da aurora pelas sete da manhã. Continuam a deitar-se cansadas depois de um dia, semana, ano de trabalho ininterrupto, apenas entrecortado pelas folias das festas da freguesia, por uma ou outra procissão ou evento de cariz religioso tradicional. Não as ouve, habitualmente, queixarem-se da carestia de vida ou da má sorte que lhes bisa fados ingratos. Nem lhes chamam sorte, antes destino. Há uma certa resignação amargurada que se entrevê nas comissuras das peles rugosas e encarquilhadas. Os campos continuam a ser arados e as vacas mungidas, chova ou faça sol, seja feriado ou fim de semana. A propriedade do solo é deveras sagrada, embora sem os exageros transmontanos de se matarem uns aos outros por um metro de terra. A terra e as vacas são os únicos elementos mensuráveis da riqueza de cada um. Os filhos ainda são abundantes e vão à escola nos intervalos da ajuda nos campos, que não é opção, mas obrigação.

Mas divaga JC. Uma vez mais, perde-se sempre que busca algo sobre a História. Ela fascina-o, enleva-o e transporta-a a outras eras. Quem sabe se não será um saudosista desses tempos de antanho a viver ancorado no futuro, o que o leva a não pertencer nem aqui nem agora, nem dantes nem nunca, alhures. A insularidade e o isolamento, fatores de preservação da língua e cultura portuguesas no mundo, (tema permanente dos encontros Açorianos da Lusofonia) retratam o seu percurso. Primeiro em Portugal, essa ilhota perdida, isolada da Europa durante o Estado Novo. Depois, nas ilhas de Timor, de Bali, na então (pen)ínsula de Macau (fechada da China pelas Portas do Cerco), nessa imensa ilha-continente denominada Austrália, e por fim em Bragança, nessa ilhoa esquecida que é o nordeste transmontano. Fruto dessas andanças no seio duma diáspora prolongada, conseguiu manter sempre viva a parte portuguesa da sua herança cultural e linguística. Ao aterrar nesta ponta mais ocidental do antigo Império Português, chamada Açores, constatara o seu quase total desconhecimento sobre o arquipélago dos milhafres. O pouco que aprendera nos bancos de escola era exíguo e já olvidado ou nunca amestrado. Raramente ouvira falar deste arquipélago. No Continente, na Metrópole, apenas mencionavam o anticiclone e os terremotos frequentes. Agora, graças a esse deprimente meio de comunicação unilateral chamado telenovela, já havia quem soubesse da existência destas nove ilhas. É como se fizessem parte dum mundo à parte, quiçá ainda por descobrir. Como se fosse uma espécie de triângulo das Bermudas onde tudo o que é relevante desaparece dos telejornais. Já era assim durante o Estado Novo e pouco mudara quanto à visibilidade real destas ínsulas para a pessoa comum. Para além de saber que havia um sotaque difícil de entender, JC pouco aprendera antes de chegar a S. Miguel.

Quando escrevia, nalgumas ocasiões em que até o chilrear dos pássaros lhe penetrava os ouvidos (cada vez mais) moucos (para não ouvir o que de mau no mundo ocorria em cada momento), sentia-se como se sentiram os inominados descobridores de antanho quando aqui arribaram. Espantarrecidos, estapasmados ou assombrados como diria, talvez, o Mia Couto, autor que lera avidamente na década de 1990. Deixara subitamente de o despertar quando parou de desinventar a língua que estrenuamente descompunha. Os achadores destas terras no meio do nada que é o Mar Oceano, devem ter pensado nas metáforas do cristianismo, nas descrições do Éden terrestre, e devem ter-se benzido inúmeras vezes com a beleza que se lhes deparou. Mal sabiam, porém, que como em todos os paraísos também aqui haveria uma maçã envenenada nascendo das entranhas das terras.

Nunca se saberão ao certo os seus nomes pois as teorias são inúmeras, e dividem-se em três: primeiro as que sustentam que a revelação geográfica do arquipélago se terá verificado no segundo quartel do século XIV, no reinado de D. Afonso IV (H. Major, Ferreira de Serpa); segundo, as que afirmam que o descobrimento será

da primeira metade do século XV por Frei Gonçalo Velho (cardeal Saraiva, Aires de Sá); e terceiro, as que conciliam as duas correntes de opinião (Jordão de Freitas, Velho Arruda).

As primeiras teses fundamentam-se na existência de mapas genoveses a partir de 1351, onde aparecem esboçadas ilhas que muitos investigadores identificam com os Açores, quer pela sua situação, quer pelos nomes.

A existência desses mapas teria derivado das expedições às Canárias, no tempo de D. Afonso IV, por marinheiros genoveses ao serviço de Portugal. As teses que defendem o descobrimento dos Açores como obra do infante D. Henrique e, especificamente por Frei Gonçalo Velho, baseiam-se essencialmente na tradição oral recolhida pelo cronista micalense Gaspar Frutuoso no arquipélago, na segunda metade do século XVI. Contudo, escritores como Azurara, Duarte Pacheco Pereira e outros, nunca citaram o nome de Gonçalo Velho. Frutuoso, e os historiadores desta linha, opinam que o início das explorações atlânticas para os Açores datava de 1431. As teses ecléticas consideram, porém, que o descobrimento se terá verificado, realmente, no tempo de D. Afonso IV e que as viagens por ordem do infante D. Henrique teriam sido de simples reconhecimento. O mapa de Beccario, de 1435, assinala a maior parte das ilhas dos Açores como "insule de nuovo reperte". O Prof. Damião Peres defende que "foram achadas por Diogo de Sunis (ou de Silves), piloto de el-rei de Portugal no ano de 1427". Por esse motivo é atribuído a Gonçalo Velho, depois primeiro capitão donatário das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, o papel, de não menor importância, de lançador de gados e de colonizador. A primeira referência da descoberta do arquipélago açoriano vem em Azurara (Crónica do descobrimento da Guiné):

*.. ,” E na era de mil...(?) anos mandou o Infante D. Henrique a um cavaleiro que se chamava Gonçalo Velho, Comendador que era da Ordem de Xpõ (Cristo) que fosse **povoar**, outras duas ilhas que estão afastadas daquelas (Madeira e Porto Santo) a cento e setenta léguas a noroeste”.*

Outro coevo do Infante, o almoxarife do Paço de Sintra, Diogo Gomes, conta-nos o seguinte:

“O Infante D. Henrique desejando descobrir lugares no Oceano Ocidental, com o intuito de averiguar se existiam ilhas ou terra firme para além das descritas por Ptolomeu, mandou caravelas a procurar essas terras. Seguiram viagem e viram a ocidente trezentas léguas além do Cabo Finisterra e vendo que eram ilhas, entraram na primeira. Aquelas caravelas voltaram a Portugal a comunicar ao referido Infante as descobertas que tinham feito, com o que ele folgou muitíssimo. O Infante D. Henrique mandou o cavaleiro Frei Gonçalo Velho, capitanear as caravelas que conduziam animais domésticos que se distribuíram por cada uma das ilhas...”

Não diz quem capitaneou as caravelas. A descoberta só fala do seu povoamento.

Gaspar Frutuoso escrevia:

“No ano de 1428 se conta que foi o Infante D. Pedro à Inglaterra, França, Alemanha, à Casa Santa e outras daquelas bandas e tornou pela Itália, esteve em Roma e Veneza e trouxe de lá um mapa-múndi que tinha todo o

ambiente da Terra e o estreito de Magalhães a que chamavam de Cola do Dragão e o Cabo da Boa Esperança, fronteira da África; e conjecturou que deste se ajudaria o Infante em seu descobrimento...”

Isto foi escrito 150 anos depois, o que pressupõe as terras já serem conhecidas. Mas quem seriam os que as viram primeiro? Os fenícios, mareantes que saídos do Mediterrâneo, singravam aqueles mares até à Grã-Bretanha, à cata de estanho e animais? A favor dessa hipótese há a hipotética descoberta de moedas fenícias e cirenaicas na Ilha do Corvo, no século XVIII. Já os romanos falavam das numerosas ilhas atlânticas. Estrabão, cita as Ilha Britânicas e as Cassitéridas. Plínio, fala das Górgonas, onde as mulheres tinham o corpo coberto de cabelos, fala igualmente das Hespérides ou Purpurinas e, a meio delas, das Afortunadas.

Durante séculos falou-se de uma lendária ilha das Sete Cidades, situada algures no Mar Oceano, a oeste da Europa. Datam de escritores latinos, provavelmente no seguimento de tradições bem antigas de povos mediterrânicos as nomenclaturas de Insula Septem Civitatum, Ilha das Sete Tribos ou Sete Povos, posteriormente traduzida como Ilha das Sete Cidades. Estariam os fenícios na sua génese? A hipótese da presença dos fenícios nos Açores é mais provável do que se pensa. Com efeito no jornal Público de 31 de outubro de 2008 era noticiado que o “ADN dos fenícios está nos genes dos portugueses”. Um em cada 17 homens que hoje vivem nas costas do Norte de África e no sul da Europa podem ter tido um antepassado fenício, que tinha como ponto de partida o atual Líbano, conclui um estudo publicado na revista científica American Journal of Human Genetics. Os cientistas do “Genographic Project,” que estuda a forma como a humanidade se espalhou pelo planeta, identificaram um padrão genético associado à expansão dos fenícios, tal como as fontes históricas a revelam. Depois, estudaram o cromossoma Y de 1330 homens nesses locais, para verificar a frequência desse padrão. Descobriram os locais da bacia do Mediterrâneo onde é mais provável haver descendentes masculinos dos fenícios. As zonas litorais e a costa atlântica portuguesa, estão entre as que têm mais descendentes dos fenícios.

Na antiguidade havia efetivamente conhecimento de algumas ilhas atlânticas e do litoral africano. Recorde-se a lenda da Atlântida, referida pela primeira vez em 421 antes de Cristo.

“O conhecimento da costa africana teria resultado de algumas expedições realizadas de que se destacam: a primeira por ordem do faraó Neco II em 610 A.C., depois a viagem de Sataspes (480-470 a.C.) até à Guiné, e o périplo de Hanão em 485 a.C. com sessenta navios desde Cartago, que teria percorrido a costa africana até Cabo Verde.

Estas viagens referenciadas não têm cativado o interesse da historiografia, renitente em aceitar a verdade dos relatos contidos nos textos clássicos. A Historiografia dos séculos XVIII e XIX afirmava perentoriamente a veracidade destas informações e defendia que os fenícios projetaram o seu empório comercial na costa ocidental africana. Apenas os portugueses, pela voz dos seus eruditos mantiveram

a tese de que esta área estava por revelar no início das navegações henriquinas. Mais problemático é o nome das Sete Cidades, hoje um ex-libris turístico da ilha verde de S. Miguel. Existe uma crónica relativa às Sete Cidades dum clérigo cristão em 750 a.C. residente em Portucale (atual Porto). Os árabes dominavam já a península ibérica (a sua invasão data de 711 d.C.) e ouvia-se o estertor do fim dos reinos visigóticos. No ano de 734, o arcebispo de Portucale estava em fuga, acompanhado de outros prelados e milhares de fiéis, numa frota de veleiros que chegou sã e salva ao seu destino. Nada mais se sabe dessa expedição à terra das Sete Cidades (Septem Civitatum) que os marinheiros asseveravam existir no meio do oceano ocidental.

Esta lenda perdurou na Idade Média com expedições organizadas para o seu achamento. Quase todas as cartas e portulanos medievais onde se representava o Mar Oceano tinham as Sete Cidades. No contexto da tradição brandonianas, a Ilha das Sete Cidades é uma das referências geográficas mais antigas. S. Brandão (484-577) o Navegador (S. Brandão de Ardfert e Clonfert) terá nascido em Ciarraighe Luachra, próximo da cidade de Tralee, condado de Kerry, Irlanda, pelo ano 484. Deve a sua notoriedade e o cognome de Navegador na literatura medieval, às suas famosas viagens marítimas no Atlântico Norte que lhe trouxeram a celebridade. Terá garantidamente visitado a Bretanha, as ilhas Órcadas e Shetland e possivelmente as Ilhas Faroé, um feito então incomum. Outras expedições, a lugares mais distantes, nunca puderam ser comprovadas embora fossem possíveis.

A era dos descobrimentos portugueses foi iniciada em 1317 por D. Dinis que contratara o genovês *Micer Manuel Pezagno* (português Pessanha) para o comando da frota real. Em 1335, D. Afonso IV envia uma armada ao arquipélago das Canárias cujos privilégios seriam concedidos anos mais tarde (1338) a mercadores estrangeiros. Segue-se, em 1415, a conquista de Ceuta por uma expedição organizada por D. João I. Com estas atividades aumentam os relatos de registo sobre as ilhas. Fernão Teles, natural dos Açores, mostrou ao rei D. Afonso V (em 1473) um mapa com uma longa costa, ilhas, baías e rios que declarou fazerem parte das Sete Cidades. Talvez fosse a costa norte do Brasil, no delta do Parnaíba, entre Maranhão e Ceará. Aparentemente, o rei não terá acreditado na descoberta, ou não considerou Fernão Teles suficientemente digno, pelo que da carta de doação concedida não consta nenhuma referência às Sete Cidades, mas apenas a uma grande ilha ocidental que se pretenderia povoar. Insatisfeito com a carta de doação, Fernão Teles insiste no pedido das Sete Cidades. Consultado o cosmógrafo genovês *Paolo del Pozzo Toscanelli* (1398-1492), que declarou que a Antília e a Ilha das Sete Cidades seriam naquela margem do Atlântico, finalmente foi concedida (1476) a carta solicitada, mas não se conhece a existência de qualquer expedição subsequente por parte daquele donatário.

Entre as expedições mais bem documentadas conta-se a capitaneada pelo flamengo Ferdinand van Olm (na historiografia açoriana como Fernando de Ulmo ou Fernão Dulmo), residente nos Açores. Casado com uma filha de Fernão Teles, recebeu (em 1486) autorização do rei D. João II para achar o paradeiro da ilha onde estaria localizado o reino cristão perdido das Sete Cidades, o mesmo que o seu sogro teria reconhecido anos antes. De parceria com o madeirense Afonso do Estreito, organizou uma expedição com cofinanciamento real. Infelizmente, Fernão Dulmo não teve melhor sorte que os seus antecessores. Mesmo assim, em pleno século XVII, organizou-se na ilha Terceira uma expedição para explorar o oceano a noroeste do arquipélago, onde teria sido avistada uma ilha desconhecida. Nos Açores sobrevive a lenda da ilha encantada que apenas pode ser avistada por volta do dia de S. João (24 de junho). É frequente, naquele período, o registo visual de ilhas desconhecidas, mas na realidade são bancos de nevoeiro (os temidos nevoeiros de S. João que encerram aeroportos por dias seguidos) e nuvens distantes a emergir do horizonte.

Sobre a Ilha das Sete Cidades, parafraseando a observação aposta no mapa-múndi de Johannes Ruysch (1508) sobre a Antília, se pode dizer: *“esta ilha foi descoberta, antigamente, pelos portugueses; agora, quando a procuramos não a encontramos”*. Como consolação ficou o nome do maior vulcão do Atlântico, o vulcão das Sete Cidades, na metade ocidental da ilha de S. Miguel, com as suas lagoas e a freguesia do mesmo nome, anichadas no interior da caldeira. Há ainda o lugar das Sete Cidades na ilha do Pico; o Parque Nacional de Sete Cidades no sertão do Piauí, Brasil e múltiplas lendas e histórias em permanente recriação. O arquipélago, segundo parece, era já bem conhecido pelos Cartagineses e pelos Árabes. Surge perfeitamente localizado em mapas genoveses do séc. XIV, que atribuem o seu achamento a marinheiros portugueses e a genoveses (ao serviço de Portugal), entre 1317 e 1339. Outros, porém (Daniel de Sá, op. cit.) opinam diferentemente quanto àquela data:

“O padrão erguido em Santa Maria para comemorar o quinto centenário do Descobrimento tem uma data: 1432! Era a que a gente aprendia nesse tempo. E também aprendíamos que o descobridor fora Gonçalo Velho Cabral. Ainda não chegara aos livros de História a decisão que Damião Peres tomara em 1943 de atribuir tal feito a Diogo de Silves. E digo que se tratou de uma decisão, porque o achado pouco parece ter de rigor histórico. No mapa que Gabriel de Valsequa, judeu convertido da Escola Hebraica da Catalunha, fez das ilhas dos Açores em 1439, consta uma legenda que diz que elas foram encontradas em 1427 por um piloto do rei de Portugal. Quanto à data, poucos discordam, havendo, no entanto, quem entenda tratar-se de 1432. Fazendo fé na maioria, aceitamos 1427. Questão resolvida, portanto. Poucas dúvidas também para o nome de batismo do enigmático navegador: Diogo. (Gabriel de Valsequa, que era maiorquino, teria escrito Diego.) A leitura mais antiga que se conhece da carta de Valsequa é de 1789, e foi feita por um tal Pasqual, também maiorquino. E ele leu Guullen. Depois disso, sucederam-se leituras diferentes, com uma repetição desta. Para complicar tudo, em 1838, no palácio dos condes de Montenegro e de Montouro, em Palma de Maiorca, a tinta de um tinteiro derramou-se sobre o mapa, e não encontrou outro lugar onde cair senão no apelido do navegador. George Sand, que acompanhava o seu amado Chopin que ali fora procurar melhores para o mal da tuberculose que haveria de

matá-lo, assistiu horrorizada à cena, que descreveu mais tarde. Foi uma simples testemunha, mas ainda há quem a culpe do desastre.”

JC sempre associou açores a um pássaro. Como nunca visitara o arquipélago, assim o concebia cheio daquelas aves. De facto, o nome destas ilhas é frequente e incorretamente assinalado como parecendo provir da palavra açor Segundo pesquisas efetuadas por Luiz António de Assis Brasil, que foi professor de literatura na Universidade dos Açores, há uma versão contando que os primeiros navegadores que aqui chegaram viram milhafres, muito comuns no arquipélago e provavelmente os confundiram com açores, originando-se daí o nome das ilhas. Mas esta resposta, repetida até à exaustão na maior parte dos guias turísticos, de que o nome deriva das aves de rapina avistadas pelos navegadores carece de qualquer fundamento científico. Não há açores nos Açores e a ave a que os açorianos chamam milhafre não é nem um açor nem um milhafre. Vejamos: O *Accipiter gentilis* (açor), só existe acima do Tejo; *Buteo buteo* - a águia-asa-redonda, que habita no continente e ilhas é rara; e o *Buteo buteo rothschildi* - a ave a que chamam «milhafre» nos Açores é uma subespécie de águia-asa-redonda.

Outrora designada por Freixial, a atual freguesia de Açores (Portugal Continental), deriva sim o seu nome da ave com o mesmo nome, associada a um dos milagres da Senhora do Açor. A freguesia é constituída pelos aglomerados de Aldeia Rica e Açores. É uma das povoações mais antigas da Beira Alta, assim o prova a lápide funerária visigótica epigrafada que pode ser vista na Capela-mor da Igreja de N^a Sr.^a do Açor. É venerada pelos cavaleiros medievais do século XII. Em sua honra se celebra anualmente uma romaria no mês de agosto. Esta aldeia teria sido uma importante fortificação, ali está identificado o castro de Açores, a partir do qual se edificou a atual aldeia ou expandindo-se em seu redor. Constituiu um importante santuário sendo sepultada na Igreja, uma princesa visigoda de seu nome *Suintiliuba*, no ano 666 (704 da era de César). Mais tarde, tornou-se num importante centro de romaria, onde convergia gente de Celorico, Guarda, Algodres e Trancoso, para cumprir votos à senhora do Açor, pelo auxílio na guerra (1187) contra os espanhóis. Prometeram os homens de armas da Beira, ali rumarem todos os anos até ao fim do mundo, pela vitória sobre os castelhanos obtida naquela noite, sob a Ainda hoje, conforme essa promessa feita, (a aldeia) Açores constitui o principal e mais importante centro de romaria. A esta padroeira da freguesia vários milagres são atribuídos:

"O Açor e o Pajem"

Um rei cristão que veio de longe em peregrinação fazia-se acompanhar por um pajem que, segurava um açor destinado à caça de altanaria. Porém, o pajem descuidou-se e a ave fugiu das suas mãos, o que irritou grandemente o monarca, que de pronto sentenciou que lhe fosse cortado um braço. O criado vendo-se aflito, pediu auxílio à Senhora que atendeu o pedido do pajem fazendo com que o açor viesse de novo pousar milagrosamente no braço do criado, safando-se este da mutilação.

“Aparecimento da Senhora ao Rústico da Vaca”

Havia um pastor que ia a passar com uma vaca num lago, que antigamente existia. A vaca assustou-se, desviando-se do trilho de pedra, que permitia a travessia, indo cair no lago, pelo que o pastor na impossibilidade de a salvar, invocou a Senhora, que fez com que as águas se separassem e a vaca pudesse sair do lago.

“O Filho do Rei Ressuscitado”

Havia uma rainha que vinha em romaria com o filho que se encontrava muito doente. Durante a viagem, uma das criadas que acompanhava a diligência real, informa de que já não valeria a pena prosseguir viagem, pois o filho da monarca estava morto. Porém confiante, a rainha, pediu auxílio à Virgem que ressuscitou o seu filho.

“Milagre da Batalha da Penhadeira”

Em 1187, um poderoso exército castelhano, entrou em Portugal, invadindo e apoderando-se de vários castelos beirões. Quando estavam já em retirada foram surpreendidos por um pequeno exército, chefiado pelos alcaides de Trancoso e Celorico da Beira, que com ajuda da virgem do Açor venceram os castelhanos, nessa noite em que a Lua e as Estrelas deram mais brilho. Deste milagre surgiu a romaria à Senhora do Açor.

Gonçalo Velho Cabral era muito devoto da Nossa Senhora do Açor e, quando foi encarregue da viagem de exploração às ilhas avistadas por Diogo Silves, pediu a proteção à Virgem. Quando descobriu a primeira deu-lhe o nome de Santa Maria, em agradecimento pela descoberta. Ao descobrir as outras, verificou que era um arquipélago e deu-lhe o nome de Açores, em honra da sua protetora. Outros autores, ignorando esta possível origem do nome, pretendem que o conhecimento das ilhas teve lugar aquando do regresso das expedições às Canárias (entre 1340-1345) no reinado de D. Afonso IV (1325-1357). Com base nesse prolífico contista, poeta, historiador, que é Daniel de Sá, verifica-se que corrige no seu livro Açores (ed. Everest) as versões que circulam em rede sobre o Descobrimento:

Quanto à origem do seu nome, desde o século XVI que se levanta a dúvida, pensando-se que os descobridores, ao verem milhafres, os tenham confundido com açores. Mas há quem não aceite a estranheza deste batismo. Gonçalo Velho Cabral que, a mando do Infante D. Henrique (quinto filho de D. João I e o principal impulsionador dos Descobrimentos), organizou o povoamento de Santa Maria e São Miguel, talvez tenha sido também o padrinho destas ilhas honrando Nossa Senhora dos Açores, que se venera na antiquíssima igreja gótica de Aldeia Rica, na Beira Alta, que era da sua especial devoção. Além deste nome, e durante algumas décadas, outro andou juntamente com ele, ou foi usado em vez dele, em boca de marinheiros ou cartas de marear. Ilhas Terceiras lhes chamavam, por terem sido descobertas depois dos arquipélagos das Canárias e da Madeira.

Data de 1345 o chamado "*Libro del Conoscimiento*", de um frade mendicante de Sevilha, que teria acompanhado essas expedições portuguesas, onde estão descritas diversas ilhas:

Sobí en un leño con unos moros e llegamos a la primera isla, que dizen Gresa, e après d'ella es la isla de Lançarote, e dizen le así porque las gentes d'esta isla mataron a un ginovés que dezían Lançarote. E dende fui a otra isla que dizen Vezimarín e a otra que dizen Rachan, e dende a outra que dizen Alegrança, e outra que dizen Vegimar, e outra que dizen Forte Ventura, e outra que dizen Canaria. E fui a outra que dizen Tenerefiz, e a outra que dizen la isla del Infierno, e fui a outra que dizen Gomera, e a outra que dizen la isla de lo Fero, e a outra que dizen Aragavia, e a outra que dizen Salvaje, [Selvagens, Madeira] e a outra que dizen la isla Desierta [Desertas, idem], e a outra que dizen Lecmane [Madeira], e a outra el Puerto Santo [Porto Santo], e a outra la isla del Lobo, e a outra la isla de las Cabras [S. Miguel], e a outra la isla del Brasil [Terceira], e a outra la Columbaria [Pico], e a outra la isla de la Ventura [Faial], e a outra la isla de San Jorge, e a outra la isla de los Conejos, e a outra la isla de los Cuervos Marines [Flores e Corvo], e en tal manera que son veinte e cinco islas.

Após esta descrição, manter-se-ão os nomes das ilhas dos Açores nas cartas náuticas, por mais de um século:

1351 - O Portulano Mediceo Laurenziano (Atlas Laurentino, Atlas Mediceo), atualmente na Biblioteca Nacional de Florença, Itália, assinala as ilhas "Cabrera" (Santa Maria e S. Miguel), Brasil (Terceira), Ventura (Faial), Columbis (Pico), Corvis Marinis (Flores e Corvo) e a de S. Jorge, sem no entanto a nomear.

1375 - O Atlas Catalão, de Jehuda Cresques, atualmente na Bibliothèque Nationale de France, Paris, nomeia a ilha de S. Jorge.

1384 - O Atlas Walckenaer-Pinelli assinala a ilha de Santa Maria

1385 - A Carta de Soleri assinala as ilhas anteriormente apontadas e mantém a indicação da "Capraria" (Sta Maria e S. Miguel).

1413 - O mapa de Maciá de Viladestes, também na Bibliothèque Nationale de France, assinala a ilha de Santa Maria.

1426 - A carta de Giacomo Giraldi, assinala a ilha de Santa Maria.

Uma outra explicação, pode ser bem mais simples e plausível através do aportuguesamento da designação genovesa ou florentina das míticas *ilhas azuis*. Esta versão é a menos estimada pelos estudiosos da nomenclatura açoriana. A partir do vocábulo *azzurre*, ou *azzorre*, isto é, *azuis*, terá nascido o nome *açores* hoje usado. De facto, o carregado verde azulado da vegetação nativa dos Açores, que então recobria totalmente as ilhas, fazem-nas parecer azuis, mesmo quando vistas a curta distância.

Resumindo, as ilhas acabaram por ser chamadas assim:

- SANTA MARIA padroeira do descobridor Gonçalo Velho Cabral pois no dia em que a avistou era o dia dedicado a Santa Maria de agosto e por essa razão a nova terra recebeu o nome de Santa Maria. Os portulanos

genoveses conhecidos até essa data, não fornecem qualquer indicação sobre ilhas no Mar Oceano. A partir dela, entretanto, registam-se:

1325 - Portulano de Angellinus de Dalort, assinala uma ilha, a oeste da Irlanda, denominada como "Bracile";

1339 - Portulano de Angelino Dulcert assinala não apenas a ilha "Bracile", como outras, nas alturas dos acuais arquipélagos das Canárias (descoberto anteriormente a agosto de 1336 pelos portugueses e nomeando a Canária, Lançarote, Forteventura e outras) e da Madeira, e ainda a "Capraria", que alguns autores associam ao conjunto das atuais ilhas de Santa Maria e S. Miguel. Esses indícios por si só, entretanto, não constituem elementos seguros para se afirmar se testemunham a visita (deliberada ou incidental) de navegantes a serviço de Portugal, ou se se trata tão-somente de ilhas fantásticas (vejam-se as lendas da Atlântida, das Sete Cidades, da ilha de S. Brandão, das ilhas Afortunadas, da ilha do Brasil, da Antília, das Ilhas Azuis, da Terra dos Bacalhaus).

1340-1345: Outros autores pretendem que o conhecimento das ilhas dos Açores teve lugar quando do regresso das expedições às Canárias realizadas cerca de 1340-1345, sob o reinado de D. Afonso IV (1325-1357).

- **S. MIGUEL** em honra do santo do mesmo nome. A descoberta da segunda ilha, 80 quilómetros ao norte, aconteceu poucos anos depois, quando um escravo africano em fuga a avistou do alto do Pico Alto de Santa Maria. Era o dia de S. Miguel Arcanjo e assim a batizaram, sendo a maior do arquipélago, onde as explosões vulcânicas haviam criado o leito das lagoas que receberam de seus primeiros habitantes a denominação cabalística de "As Sete Cidades". O seu atual nome pode dever-se à cura do irmão de D. Henrique, o Navegador. Estando muito doente, todos pensavam que iria morrer; a família resolveu levá-lo ao altar de S. Miguel Arcanjo. Graças a esse gesto, D. Pedro recuperou milagrosamente a saúde e retomou o gosto de viver. O Infante D. Henrique a partir desse instante manteve grande devoção a S. Miguel, e a segunda ilha que descobrirá receberá esse nome por ter salvado milagrosamente a vida de seu irmão D. Pedro.

Convém aqui esclarecer definitivamente que ao contrário de registos circulando livremente que S. Miguel não é nem nunca foi Maida, Mayda, ou Ilha dos Demónios a qual parece ser a continuação com outro nome de uma tradição referente a uma ilha chamada Mam ou Man Satanaxia em mapas medievais. Foi uma das mais duradouras das ilhas lendárias do Atlântico e aparece em mapas publicados de 1375 a 1906. O nome "Maida" conhece diversas formas, Mayd, Mayde, Asmaida e Asmayda, de etimologia desconhecida. Man Satanaxia ("Mãe de Satanás"), também Man (sem relação com a ilha real de Man entre a Irlanda e Grã-Bretanha), Mam, Mana, Satanagio, San Atanaxio, Satanaxio, Satanazes, Satan, Santa Ana, Santana e St. Atanaxio. Por vezes é mencionada em posição geográfica semelhante entre as "Insule de nuovo reporte ('ilhas recém-reportadas')" em mapas do início da era dos Descobrimentos. O mapa Desceliers de 1546 mostra na latitude de 47 graus a ilha Mayda na mesma longitude de S. Miguel. O mapa de Nicolao (1560) e Zaltieri (1566) transferem-na para as águas do Labrador, Nicolao chama-lhe "I man orbolunda". Zaltieri mantém o nome Mayda e coloca-a também claramente em águas americanas. O nome de Nicolao "orbolunda" é um mistério. Ramusio, em 1566, coloca a sua "Man" a Sul do Brasil, nas proximidades das costas irlandesas. A ilha sobreviveu em cartografia mais recente, pois o mapa de Nicolaas Vischer de 1670 mostra uma "L'as Maidas" na longitude da Madeira e na latitude da Bretanha, um mapa-mundo do "Atlas Universel" de M. Robert (1757) possui uma "I.Maida" na longitude da Madeira e na longitude da Gasconha. Também uma carta do Oceano Atlântico publicada em Nova Iorque em 1814 mostra ainda Mayda na longitude 20 graus Oeste e na latitude 46 graus Norte. A identificação

com a mais ocidental das ilhas açorianas tem sido proposta por vários autores, mas o Mapa Laurenziano de 1351 e o “Livro do Monge Espanhol”, escrito em meados do século XIV, mostra todas as ilhas do grupo açoriano, entre as quais a ilha do Corvo juntamente com Mayda. A ilha “Asmaidas”, um nome de ressonância árabe, aparece num mapa do Novo Mundo da edição de Ptolomeu em 1513. Mas não se deve associar necessariamente esse prefixo talvez árabe à origem do nome da ilha. Esta associação pode ser abusiva quando no mesmo mapa nos aparece Gomera transformada em Agomera, Madeira em Amadera, e Brasil em Obrassil. De qualquer modo, embora a origem árabe do nome desta ilha fique por esclarecer, o nome Bentusla (ou Bentufla) aplicado a uma ilha em forma de crescente do mapa Bianco de 1448 pode ter efetivamente, segundo Babcock, uma origem árabe. Segundo as Ilhas Legendárias do Atlântico (Legendary Islands of the Atlantic, 1922), de William H. Babcock, Maida é a mesma ilha que Mam ou Man, nome com que era mencionada um século antes de aparecer como “Asmaidas” num mapa do Novo Mundo da edição de 1513 de um cartógrafo com o pseudónimo de Ptolomeu. Na carta Pizzigani, de 1367, aparecem três “ilhas Brasil”. Uma delas é a tradicional, circular e a sudoeste da Irlanda. Outra, mais a sul e um pouco a oeste, tem forma de crescente e está em uma latitude um pouco a sul da ilha de Sein, junto à península da Bretanha. Uma inscrição adverte sobre riscos à navegação nessa região. Três desenhos mostram um navio entrando com segurança no rio Loire, outro escapa por pouco da ilha ameaçadora e um terceiro está sendo arrastado por uma lula gigante, enquanto um dragão carrega um dos homens. A inscrição menciona “árabes” e “dragões”. Em um mapa catalão de 1375, a ilha é chamada de Mam. Um mapa de Bianco de 1448 dá o nome “Bentusla” a uma ilha de características semelhantes. O geógrafo veneziano Domenico Mauro Negro chama-lhe “ilha de Mana”, Beccaria, “Satanagio” e Bianco trata-a como “Satanaxio”, o que sugere ao mesmo tempo a palavra man (homem, em inglês) e a ideia de uma mão diabólica que sai do mar. Uma possível explicação para o nome desta ilha está num romance de Christoforo Armeno, intitulado *Il Pellegrinaggio di tre giovani* (1557). Neste romance fala-se de uma certa região da Índia onde, todos os dias, sai uma mão das águas, que agarra os marinheiros e os arrasta para as profundezas abissais.

- **S. JORGE** em honra de outro santo, mas o descobrimento e povoamento da ilha estão envoltos em mistério. A primeira referência a S. Jorge data de 1439. Por volta de 1470, já existiam núcleos de colonos nas costas oeste e sul e a povoação de Velas fora fundada. Foi então que chegou o flamengo Wilhelm Van der Haegen, que, no Topo, criou uma povoação, onde veio a morrer com fama de grandes virtudes, já com o seu nome convertido para Guilherme da Silveira. Rápido deve ter sido o povoamento da ilha, com gentes vindas do Norte, bem como a sua prosperidade, pois a sua capitania era doada em 1483, a João Vaz Corte-Real, donatário de Angra, na Terceira. Velas recebeu foral de vila antes do final do séc. XV. “Ora desde que temos aquellas cartas, que precisam tão claramente a data em que el-rei mandou povoar as ilhas dos Açores, e isentou os seus moradores que estão e vivem n'ellas da dízima, é evidente que a ilha de S. Jorge, no anno de 1439, estava descoberta e em 1443 havia n'ella habitantes. Semelhantes factos destroem as diferentes opiniões sobre a descoberta e povoação, depois de 1450, que o auctor sr. J. Duarte menciona nos seus apontamentos, referindo-se a outros escriptores. Estas ilhas foram mencionadas na Livraria Laurentina, de Florença, em grupos distintos, dando-se ahi ao grupo de S. Jorge, Pico e Fayal, a designação de *Insule de Ventura Sive de Columbus*” (Diccionario de Geographia Universal, 1.0 vol. pág. 16, art.º Açores). “E no mappa catalão de 1375 teve a ilha de S. Jorge a indicação de San Zorze, significativa do dia do seu descobrimento. (Archivo dos Açores, vol. X p. 279). Parece, pois, que os portugueses do seculo XV não foram os que lhe deram o nome e que d'estas ilhas já tinham conhecimento pelo infante D. Henrique, que os mandou navegar para estas paragens. É por tanto de

presumir que o nome dado à ilha de S. Jorge, proveio do mappa catalão de 1375, onde foi designada por San Zorze, allusivo ao dia do seu descobrimento, ou então é uma coincidência muito notável a descoberta feita pelos portugueses em igual dia, 23 d'abril" [op. cit.]. O primeiro documento que fala sobre o povoamento da ilha de S. Jorge é um trecho do testamento do Infante Dom Henrique, falecido em 1460, que diz: "...ordenei e estabeleci a igreja de S. Jorge na ilha de S. Jorge". Os primeiros povoadores, provavelmente, entraram na década de 1460 a 1470. João Vaz da Costa Côrte-Real, seu donatário a partir de 1483, esforçou-se pela sua colonização. Oficialmente foram criadas três vilas: Velas em 1500, Topo em 1510 e Calheta em 1534.

- **GRACIOSA** provavelmente deve o seu nome às suas paisagens encantadoras, suavemente onduladas, marcadas por pequenas aglomerações de baixas montanhas, colinas dispersas e pequenos cones vulcânicos, em que a grande maioria não atinge os 100 metros de altitude. Contrastando com as demais ilhas, a população concentra-se no interior. O seu epíteto "ilha branca" deve-se, provavelmente ao facto de existirem rochas claras na costa sul, onde a encosta da Serra Branca se junta ao mar;

- **PICO** O nome tem origem na alta montanha que a domina e que termina num pico pronunciado, sendo o mais alto de Portugal. É a mais montanhosa ilha dos Açores, atingindo 2351 m de altura. Após a sua descoberta antes de 1439, era inicialmente designado por S. Dinis. Começou a ser povoado por volta de 1460;

- **FAIAL** Deve o seu atual nome à abundância de árvores de pequeno porte chamadas faia-das-ilhas (lat. *Myrica faya*) aquando do seu povoamento. Em 1460, a designação henriquina era "Ilha de S. Luís [de França]". Na cartografia do século XIV, aparece pela primeira vez individualizada no Atlas Catalão de 1375-1377, como "Ilha da Ventura". Gonçalo Velho Cabral, em 1432, terá achado as ilhas do Grupo Central. Diogo de Teive passa ao largo da Ilha do Faial na sua primeira viagem de exploração para ocidente dos Açores, em 1451. O único relato coevo conhecido da primeira expedição à ilha do Faial pertence a Valentim Fernandes da Morávia. Diz que o confessor da Rainha de Portugal, Frei Pedro, indo à Flandres, como embaixador junto da Duquesa de Borgonha (Infanta D. Isabel de Portugal) relacionou-se com um nobre flamengo chamado Joss van Hurtere, ao qual contou como se acharam as ilhas em tal rota e que havia nelas muita prata e estanho. Para ele, as ilhas dos Açores eram as supostas ilhas Cassitéridas. Hurtere convenceu 15 homens de bem e trabalhadores, dando mesmo a entender, de como lhes faria ricos se o acompanhassem.

- **CORVO** pelo tipo de vegetação e arvoredos que continha, favorecia a criação de muitos pássaros, e terá despertado especial atenção uma colónia de corvos marinhos lá existente, que terá dado o nome à ilha. A sua designação henriquina é Ilha de Santa Iria que também se aplicaria às Flores. Foi também chamada de "Ilhéu das Flores", e "Ilha do Marco", pelo monte do Caldeirão servir como referência geográfica para os marinheiros. Nos mapas genoveses do século XIV, nomeadamente no Atlas Mediceo de 1351, é mencionado a "Insula Corvi Marini" (Ilha dos Corvos Marinhos) entre as sete ilhas que compunham o arquipélago, mas é improvável que esta designação se refira especificamente a esta ilha, apesar de ter sido a origem do nome. É provável ser uma designação para ambas as ilhas do Grupo Ocidental [Flores e Corvo], como parece ser o caso no chamado Mapa Catalão de 1375.

- **FLORES** o seu nome, plenamente justificado, deve-se à variedade de flores e plantas existentes. Muitas sementes foram trazidas por pássaros migratórios. Inicialmente, foi denominada ilha de S. Tomás ou de Santa Iria, o seu nome foi mudado para Flores, devido à abundância de flores amarelas (cubres) que revestiam toda a ilha, cujas sementes foram possivelmente trazidas da península da Florida, América do Norte, por aves migradoras. É particularmente florida, mas não se deve à hortênsia (nos Açores designa-se como novelões) só

introduzida no século XIX. Esta planta, aliás chamada *Hidranja* ou *Hidrângea*, é nativa do sudeste asiático (Japão, China, Himalaias e Indonésia). *Hidrângea* é uma palavra grega composta (de água e vaso) usada desde 1739. O nome *hortênsia* surge a partir de 1773 provavelmente em honra de Hortense Lepaute, astrónoma que definiu o período do cometa Halley. *Hortênsia* não é considerada nomenclatura científica e apenas se refere à subespécie trazida das ilhas Maurícias: *Hydrangea macrophylla*.

- **TERCEIRA** nome que nada tem a ver com a ordem pela qual as ilhas foram descobertas. Aquando da descoberta do arquipélago já se conheciam os arquipélagos das Canárias e da Madeira. As novas ilhas eram então conhecidas como Ilhas Terceiras. Uma das ilhas mais importantes do arquipélago era ela que continha o porto onde os barcos que faziam os descobrimentos portugueses aportavam para se abastecerem de cereais açorianos. Na altura o trigo era a principal cultura do arquipélago e alimentava os navegadores dos descobrimentos nas suas longas viagens. Como era ali que paravam sempre, os navegadores portugueses deixaram de dizer que iam às Ilhas Terceiras para passar a dizer que iam à Ilha Terceira. Daí o nome que ficou. Cento e cinquenta anos antes da descoberta do Brasil já havia nos Açores uma ilha com esse nome Brasil. Sua origem é contraditória. Uns dizem que o nome teria vindo da Irlanda, porém a maioria considera que as raízes de "brasil" estariam em certos vocábulos italianos que na idade média designavam a cor vermelha. Prova disso são *verzino*, *barcino*, *verzi*, *berzi*, *varzino*, *brazino* e até a palavra latina *brasile*, que se refere àquilo "que tem o aspeto de brasa". O uso, o desgaste, os acréscimos e as nacionalizações teriam progressivamente transformado aquelas palavras em "brasil". "Terras do Brasil" seriam, então, aquelas regiões onde se encontravam certas plantas tintureiras que se usavam para tingir roupas. Também há informações da existência de outras plantas tintureiras no Oriente e de espécies diferentes, que ganharam o nome de "brasil". Hoje, em vez de "Ilha do Brasil" temos a Ilha Terceira, descoberta pelo Infante Dom Henrique depois de Santa Maria e S. Miguel. O nome persiste para designar um monte, o Monte Brasil, onde em fins do século XVI a Espanha construiu uma fortaleza inexpugnável. Fica bem em frente ao centro de Angra do Heroísmo. É um belo morro que forma uma península verdejante com pouco mais de um quilómetro de largura e fecha a Angra que dá o nome à cidade. O mais interessante é que já tinha esse nome antes de Pedro Álvares Cabral topar com o Monte Pascoal. Já em 1436, nove anos depois da descoberta dos Açores, mas três anos antes do início do seu povoamento, a ilha ao qual o morro é um anexo foi assinalada como I. de Brazi no mapa-mundo do veneziano Andrea Bianco. Mas de onde tirou Bianco esse nome? Acontece que, desde 1325 nos mapas e muito antes nas lendas, uma ilha chamada Brasil, ou coisa parecida, rondava o imaginário europeu. Quando teve notícias da descoberta dos Açores, Bianco julgou que a famosa ilha por fim havia sido localizada. A tentativa de atracá-la definitivamente na Angra do Heroísmo não foi, porém, totalmente bem-sucedida. A fantasmagórica ilha continuou a assombrar as cartas marítimas, na maioria das vezes aparecendo em algum ponto a meio caminho entre a Irlanda e os Açores. "Brasil" parece ser uma palavra, mas são duas, com etimologias e histórias muito diferentes. Uma delas, de origem celta, deu nome à ilha lendária e, a partir desta, ao monte Brasil dos Açores e ao sobrenome Brasil de famílias como os Assis Brasil do Rio Grande do Sul. Também deu nome a um recife canadense e ao sobrenome Brazil de um bom número de descendentes de irlandeses. A outra, de origem árabe, deu nas palavras "brasa", "braseiro" e "pau-brasil" e também ao nome do maior país da América do Sul. Começamos por esta derivada de "wars", nome árabe de uma planta iemenita cientificamente chamada "*Memecylon tinctorium*", usada para tingir tecidos e como linimento para inchaços na pele, do qual derivam o verbo "warrasa" (tingir de vermelho-alaranjado) e o adjetivo "warsii" (vermelho-alaranjado, cor de brasa). Era bem conhecida de

Maomé, que proibiu o seu uso e o do açafraão, nas roupas dos peregrinos que se dirigiam a Meca, aos quais exigia sobriedade.

Por analogia, os árabes chamaram de “warsii” outros corantes vegetais que forneciam uma tonalidade semelhante, dos quais o mais importante no comércio medieval era extraído de uma árvore que ficou conhecida como pau “warsii” ou pau-brasil. O outro Brasil irlandês nasceu em Dubhadh ou Sidhe Breasail, hoje Douth, o mais imponente dos monumentos pré-históricos irlandeses, e o nome Breasal tornou-se comum na Irlanda. Breasal, filho de Felim, tornou-se no ancestral legendário de um clã irlandês originário das margens do lago Neagh, no Ulster – o Clann Breasal (clã Brasil), que em inglês passou a Clan Brazil e do qual descendem muitos irlandeses, britânicos e americanos de apelido Brazil. Mas há algo ainda mais intrigante do que a origem do nome Brasil. Trata-se de vestígios de presença humana, milhares de anos atrás, em terras do Brasil há pelo menos 15.000 anos, cujos indícios são muitos, como ossos humanos na região da Lagoa Santa em Minas Gerais e materiais cerâmicos no baixo Amazonas. Existe contestação em relação às idades destes registos dependendo dos sítios, mas novas descobertas têm sido efetuadas. Até a chegada de Colombo, em 1492, de cujo nome deriva a fase designada como “pré-colombiana”, há um grande lapso de tempo. A terra brasileira, quando os europeus aqui chegaram, tinha muitos habitantes. A população estimada varia, entre os historiadores, de 1,5 a 5 milhões de habitantes. No Nordeste, datações superiores ou em torno dos 10000 anos já foram constatadas, com segurança, em Coribe (Morro Furado) Bahia, em Central, também na Bahia (Toca de Manoel); em Pernambuco, em Bom Jardim (Chã do Caboclo) e Brejo da Madre de Deus (Furna do Estrago); no Rio Grande do Norte em Parelhas (Sítio Mirador), em Carnaúba dos Dantas (Sítio do Alexandre). No Piauí há o magnífico conjunto de S. Raimundo Nonato onde, além do Boqueirão da Pedra Furada, no Sítio do Caldeirão do Rodrigues I, se obteve uma data de 18.600 anos BP e existem também cronologias em torno das datas citadas (10-15 mil anos no Sítio do Meio, no Sítio da Janela da Barra do Antônio e no Sítio do Perna I). Finalmente, no vale do S. Francisco, em Petrolândia (PE), a Gruta do Padre e o Sítio do Letreiro do Sobrado forneceram datações entre 7 e 5 mil anos BP, e 6 mil quinhentos nos níveis holocénicos da Toca da Esperança, em Central (BA), sequência que se repete largamente na área arqueológica de S. Raimundo Nonato. Vemos, e isso é importante, que nos três grupos em que se pode dividir a cronologia pré-histórica americana aparece o Nordeste do Brasil, o que resulta muito promissor, levando-se em conta que se trata de uma região imensa e quase inexplorada arqueologicamente”.

1.2. DA CHEGADA AOS SISMOS VAI O VOO DUM AÇOR NA ILHA VERDE

JC não sabia nada disto quando, antecipando umas prometidas férias na ilha de S. Miguel, aterra pela primeira vez no grupo oriental dos Açores. Bom tempo, quente e húmido (26 °C, 85% humidade). Estavam à espera uns primos direitos da sua mãe emigrados quando foram corridos da então província ultramarina, vulgo colónia, de Angola em 1975. Nunca mais saíram a não ser em férias. No aeroporto começaram as complicações pois a bagagem tinha-se extraviado...Entrara no Porto num pequeno e acharutado avião da Portugália [Embraer EMB-145LR] rumo a Lisboa onde mudara para um aeroplano maior [Airbus A310-304] da SATA. A vista durante o voo limitou-se a esse vasto e imenso mar salgado das lágrimas camonianas, que separa a Europa do continente americano. Embora não

houvesse tubarões visíveis interrogara-se sobre a sua existência nestas paragens, agora que o mundo assiste a uma fase de aquecimento global. Nunca imaginara servir de repasto a esses simpáticos animais que tão ferozmente povoam de medo a mente dos mais suscetíveis. Vieram à mente as sagas dos navegadores de antanho, à vela e à bolina, desbravando mares temerosos, de fantasmas imaginados e monstros marinhos ainda hoje por deslindar. Frequentemente atacados pelo escorbuto, pela fome e sede, dias e meses a fio sem verem terra firme na miragem de descobrirem novas chãs para a cristandade e os cofres de suas altezas reais. Só com muita fé, medo e necessidade poderiam os marujos de então ter sobrevivido a tanta provação. No avião foi-lhe servida, para jantar, uma sanduíche indescritível (da sua memória nada ficou) e um queque. Só na executiva há direito a refeições. Felizmente não tinha fome nem escorbuto, pois a dose soube a pouco.

As malas não chegaram, tinham-se perdido algures no transbordo entre Porto e Lisboa, que nisto de mareantes dos céus ainda hoje se não pode confiar as malas a ninguém. A companhia de aviação, orgulhosamente verde e grená [TAP] era a que mais malas perdia de todas as companhias de aviação que havia na Europa. Ali estava com a sua mulher perante o dilema de trazerem apenas a roupa que tinham no corpo e uma pequena mala a que em Portugal se chama pomposamente “*nécessaire*” contendo os cosméticos. Pelo menos cheirar mal não iria e sempre se poderia barbear, mas teriam de dormir sem pijama.

A cena pior foi a do jantar em casa dos primos. Da comida típica portuguesa normal apenas abominava (e não era capaz de comer) lulas e polvo, além de que fazia uma certa cerimónia da mulher do primo (apenas a vira uma vez em toda a vida) e logo ela os havia de presentear com aquele jantar de lulas.... Já em 1980, com outro primo, tivera uma cena semelhante. Estava em Lisboa numa das suas incursões a Portugal, e esse primo direito recém-casado com uma menina muito bem da Linha de Cascais, queria impressioná-lo com a sua casa, a sua riqueza, a sua mulher cor-de-rosa e tudo o mais para australiano ver. Ao chegarem ao jantar iluminado por música clássica e ao som da romântica luz de velas, em castiçais de prata maciça, colocam-lhe um prato de comida em frente. Iria ficar a deliciar-se durante uns longos vinte minutos. Passeava o garfo em círculos concêntricos ou em espiral, movimentos entrecortados com o saltitar da faca, esboçando novos bailados ou desenhos no molho viscoso e escuro. Imagens que a luz das velas não deixava penetrar...O cheiro intenso e a consistência da carne eram por demais óbvias, maldito polvo. Lá se fora a cerimónia, antigamente denominada “das nove horas”. A jovem esposa teve de ir, de emergência à cozinha, meter no microondas um bife a descongelar. Teve de o comer acompanhado dum arroz, então, já frio. Seria este o

seu primeiro e único jantar em casa desse primo, quer durante esse casamento quer nos seguintes. Ainda hoje se interrogava por que nunca mais fora convidado por ele.

Pois bem, regressemos na nossa narrativa a Ponta Delgada, onde depois da falta de bagagem, e do incidente do polvo nada fazia prever novos acontecimentos nefastos. Os primos resolveram oferecer, nessa primeira noite, uma rápida visão urbana da capital da ilha levando-os até à avenida marginal (Infante D. Henrique), ainda bem frequentada apesar de ser já noite alta, com muitas pessoas a pé e muitos carros a circularem. Nessa data ainda ninguém idealizara as Portas do Mar com o novo cais e marina que surgiriam só em 2008... numa primeira abordagem enganadora, parecia mais cosmopolita e dinâmica que a Bragança que haviam deixado ontem. Depois, levaram-nos a ver as vistas do porto, marina e baía, através da esplanada do Clube Naval que em 2001 celebrou os cem anos. À entrada do parque de estacionamento, o carro tocou na berma e lá se foi um pneu. As bermas são basálticas não arredondadas. Pelo contrário, erguem-se perpendiculares a dez centímetros do solo, como facas aceradas à espera do incauto pneu que ouse tocar-lhes. Depois de tomarem café e fingirem que nada de anormal se passara, ajudaram a mudar o pneu para o de reserva. Tratava-se duma daquelas miniaturas de pneu que atualmente algumas marcas usam como sobressalente. São uma péssima desculpa para poupar espaço e dinheiro, antes se destinando a roubar o comprador da viatura de ter direito a cinco pneus idênticos como era uso.

Voltaram para dentro do Clube Naval, pondo em dia uma conversa com mais de três décadas de atraso, tal fora o vão temporal e geográfico que os seus encontros proporcionaram. Quando se preparavam para sair, por volta da meia-noite, a miniatura a que chamam pneu de reserva estava irremediavelmente vazio. Ali mesmo aprendeu também que não era conveniente deixar o carro até à manhã seguinte. A zona era frequentada por emigrantes “devolvidos” pelos EUA e Canadá em virtude de terem cometido crimes e não terem a nacionalidade daqueles países. Mais tarde aprenderia que esses repatriados eram responsáveis por grande parte dos problemas sociais da ilha, um inusitado número de crimes, um enorme consumo de droga e outras coisas que o progresso faz ao trazerem gente de países evoluídos para ilhas protegidas como estas. Andaram pela marginal, a pé o que lhe pareceu mais de dois quilómetros (afinal era muito menos) até apanharem um táxi que deixou as senhoras em casa enquanto foram comprar um daqueles tubos mágicos que enchem pneus vazios. O desembarque inicial em Ponta Delgada fora atribulado. Nenhum dos presentes se iria esquecer durante várias luas.

Foram deitar-se sem roupa, mas o calor e a humidade assim o permitiam. Na manhã seguinte, levantaram-se cedo pois nos Açores andam uma hora atrasados. Ao levantarem-se pelas 10 horas do continente batiam as 9 nos Açores. Já o primo, a pé bem cedo, tinha ido comprar pneus novos. Custou-lhe saber que nunca mais iria recuperar esta hora de sono que lhe fora roubada, até um dia ir viver fora do arquipélago. Nos dias seguintes viram paisagens da ilha verde num roteiro turístico que os levou a vários pontos. As Furnas malcheirosas, a quase sempre enevoada Lagoa do Fogo e as belas Lagoas das Sete Cidades. Começaram em busca de casa depois de terem visto a enorme escola onde a sua mulher iria lecionar – pelo menos – durante três anos. Diziam a toda a gente que vinham para ficar e queriam uma casa sem mobília. Viram poucas e más, *todas mui pequenas* e com mobília, mas acharam-nas caras (500 euros ao mês por um T2 com cerca de 70 m² na Maia). Claro que isto era barato comparado com os preços em Ponta Delgada, já exorbitantemente similares aos de Lisboa.

Trataram de burocracias relacionadas com a mudança para as ilhas, mas de casa nada, até que lhes surgiu a uns 4 km da escola, a hipótese de uma vivenda pequena de 2 quartos, em vias de conclusão de obras. Tinha um sótão amplo [aqui designado como “falsa”] com uma área razoável cerca de 60 m² mas o teto estava à vista sem proteção contra a chuva. Pediram-lhes 60 contos mensais na antiga moeda. Na “falsa” JC anteviu logo um pequeno escritório de janela com vista para as vacas alpinistas e para o mar. Via-se metade da costa norte até à ponta oeste na Bretanha. Perguntaram ao dono da casa se era possível meter uma placa de madeira (aqui normalmente criptoméria) para forrar o sótão e ele anuiu. Ficaram contentes. Na manhã seguinte voltaram para ver melhor a casa e tirar medidas a fim de reavaliarem o que iriam trazer do enorme apartamento com 200 m² a que chamaram lar durante três anos em Bragança.

A casa estava em acabamentos. Ainda foram a tempo de indicarem onde queriam algumas tomadas elétricas e de telefone. Atrás, havia um pátio – metade coberto – e depois um enorme quintal de 50 por 20 m com vistas para o mar. Afinal, arranjam casa bem perto da escola, contra todas as expectativas e com muita sorte, visto que na ilha além de serem muito pequenas estão normalmente mobiladas, para o aluguer fácil e rápido aos forasteiros (normalmente professores, essa nova classe de caixeiros-viajantes, ou de caracóis com a casa às costas, que caracteriza o ensino atual em Portugal). Ficariam mesmo no centro da aldeia. Cedo entenderam que os nativos não gostam que chamemos aldeias às mesmas, acham mais pomposo e digno o termo freguesia. A rua, frontal à imponente igreja datada de 1877, dispõe de um café a dois passos, na esquina de cima, que também pertence ao senhorio que acumula funções com as de Presidente da Junta de Freguesia. Existem mais dois cafés

(tipo taberna) por perto e dois minimercados, uma loja de ferragens, uma bomba de gasolina (em frente aos Bombeiros) e de comércio mais nada, exceto uma delegação da Caixa Agrícola dos Açores com o buraco na parede (ATM). Regressariam assim a Bragança para ali fazerem as despedidas dessa terra mátria que tão bem os acolhera, deixando nos Açores uma casa alugada, pedido de linha telefónica, de TV Cabo, etc. Após a chegada em definitivo, um mês e meio mais tarde, antecedendo a vinda do contentor, demoraria uma semana para JC se sentar em frente ao seu fiel teclado a fazer o primeiro relato da ilha. Estava numa aldeia agrícola sobre o mar, as gentes simpáticas, aparentemente muito educadas e corteses. Entendiam-se apesar do sotaque curiosamente difícil de apanhar. Nesta terra, aqui em plena costa norte, ficam localizados numa Lomba, assim denominada por ficar numa elevação, a 4 km da vila piscatória da Maia, implantada numa chã junto ao mar, onde a sua mulher vai dar aulas e o Nigel vai frequentar a 4ª classe (4º ano como pomposamente se lhe chama hoje).

Uma primeira constatação etnográfica: só há agricultores e leiteiros...parece o faroeste dos vaqueiros. Estavam a viver em pleno centro da aldeia a 20 m da igreja monstruosa de grande, que assusta com o repetido repicar dos seus sinos indicando as horas, as meias horas, os quartos de hora e os desastres naturais e pessoais que vão acontecendo para eventos tais como mortes, nascimentos e casamentos. A casa demorou mais uns dias do que o previsto, mas ficou pronta a habitar e agora poderiam enfim dizer que era um T2+2 com um sótão onde o senhorio construía dois novos quartos (o de dormir do Nigel e o de brincar) e para a frente com janela para o mar e montes um pequeno escritório onde cabem 2 secretárias, os PC e auxiliares, arquivadores e 2 estantes. Tinham um belo e amplo pátio coberto onde logo colocaram uma mesa de almoçar com um banco de igreja, e um banco de pedreiro, dispondo ainda de um grelhador (BBQ) a gás e uma banca. Depois havia o longo quintal ainda cheio de batatas acabadas de colher, onde tinham construído outro grelhador (barbecue) a lenha com vistas para o mar imenso da costa norte da ilha de S. Miguel.

O clima parece (mas não é) mais ameno que em PDL (Ponta Delgada), menos húmido e mais fresco com temperaturas de 21-25 °C. O mar é mais frio: 20-22 °C e em PDL 23-24 °C... No inverno faz frio 12-17 °C (ah! ah! que saudades dos -12 °C a +43 °C de Bragança) e nevoeiro com vento... O clima muda constantemente e tanto chove como faz sol... As lagoas, as crateras e as baías são um espanto. Os montes e colinas cheios de vegetação estão peçados de vacas penduradas como alpinistas. O peixe (dizem-lhe) é muito bom, a carne bastante apreciável (mas menos que a posta mirandesa de Bragança), o pão é entregue todas as manhãs à porta de casa acabado de fazer, e o leite vem diretamente da vaca para casa. Depois disto narrado entregaram-se à hercúlea tarefa de desmontar o

que faltava dos 148 caixotes (36 m³), a mobília e o carro que vieram por barco e chegaram à rua com grande espalhafato e algumas interrupções viárias. O caminhão interrompeu a circulação, meteu as suas sapatas (pás) no chão e começou a içar o enorme contentor para o depositar no passeio, tendo depois saído do seu bojo, a viatura e os caixotes todos, transportados ao longo de várias horas para o interior da casa, até esta ficar praticamente sem espaço para uma pessoa se mover.

Depois dumas semanas de bom tempo e sem chuva, tiveram três dias de chuva sem parar e outros três maravilhosos sem chuva. Consta que nada disto é normal, pois o habitual é chover, passar, vir o sol. De início só encontrara duas pessoas antipáticas (por sinal ambas na administração dos serviços de saúde...se calhar precisavam de tratamento). Assiste-se, nesta fase, a uma nova colonização dos Açores. Existem centenas de continentais que para aqui vêm em busca de emprego, normalmente no setor do ensino. As escolas têm uma qualidade superior às do continente, quer em equipamentos quer mesmo em organização, pelo pouco que já observara. A aldeia agrícola onde vivia sobre o mar era povoada por gentes simpáticas e corteses que os tratam com deferência. Terminou agosto com uma semana de folguedos à antiga portuguesa, com o culminar das festas da terra que incluíam uma sessão de fados à desgarrada (aqui chama-se cantigas ao desafio) como JC já não ouvia desde a infância, agora acrescidos dum sotaque curioso.

Amigo tu tens razão

Nos versos qu'agora deste

Vamos ter ocasião

De ouvir o que disseste.

Não sei se somos iguais

À mulher dos desafios

Acontece que jamais

Senti desses arrepios.

Minha voz não foi treinada

Para cantar ao luar

A escrever não custa nada

E agora estou a treinar.

Se conheceres alguém

Que tenha uma garagem

Leva-se violas também

Para ver se há coragem.

É assim que fazem cá

À conta do Carnaval

Mas não sei como será

Cantar rima ao natural.

<http://ideiaseideais.blogs.sapo.pt/144500.html>

Veio gente de todas as povoações limítrofes. Havia foguetes, música, desfile de carros alegóricos à vida campesina e a cenas do quotidiano. Arrematações e leilões de porcos e outros bens agrícolas...havia tasquinhas e venda de bugigangas. A parte pior foi quando a procissão, que atravessa toda a freguesia, passando à sua porta, teve de ir em corrida porque o aguaceiro que caía era demais...

A filha mais velha, o marido, e a neta de 2 anos e meio vieram visitá-los durante 15 dias, a atrapalhar nas arrumações da casa e a matar saudades que é uma coisa bem típica dos que partem. Uma noite ouviram-se gritos porque um grilo estava no quarto deles e não deixava a miúda e a mãe dormir.... Ia sendo uma verdadeira tragédia, pois, como sabem, aqui nos Açores, os grilos cantantes são descendentes diretos dos dinossauros.... Se, por acaso, uma barata entra em casa (não podem ter as janelas fechadas todo o dia) nem queiram saber a tragédia familiar que se coloca. Faz lembrar a cena dos primeiros dias em que o Nigel estremunhado lhe fora contar que havia uma aranha venenosa no quarto, influenciado pelas histórias dos aracnídeos nativos da Austrália paterna com nomes como “*Black widow*” “*red back*” e “*funnel web*” que o pai lhe contava...Era apenas um pequeno inseto inofensivo. Por vezes custa aos urbanos a adaptação ao mundo rural.

Entretanto, com a chuva, o capim do quintal cresceu meio metro em 3 dias e ninguém sabia bem o que fazer pois são mais de 50 metros por 20 metros de quintal...Há dias saíram com imenso sol e quando regressaram tinham o escritório inundado porque a janela tinha ficado aberta. Ninguém se lembra destas coisas a princípio...A praia local tem duas cascatas e um aspeto só visto em filmes idílicos. Não é vigiada (nem se prevê a existência de um nadador-salvador) mas tem um leve problema: são 4 km até lá, dos quais 1 km a pique (com mais de 15% de inclinação). Fica ao fundo da rua, mas é preciso rodear dois montes para chegar até lá...Depois de chegar (de carro, é claro) são mais 137 degraus de pedra por entre dois ou três moinhos de água abandonados por entre ribeiras e cascatas. O pior é subir aquilo tudo a pé...até ao carro. Os locais olham para estes forasteiros com estupefação e um certo riso de escárnio, pois sobem e descem a pé e não se lhes nota o ar de cansaço

que esta família de estranhos tinha só por subir os degraus...A praia era mais bela do que qualquer imagem do Pacífico Sul com a diferença única da areia ser negra e os nativos falarem a variante micaelense do Português.

No fim de semana foram dar uma volta de carro e no miradouro da Caloura (costa sul, zona de residências de fim de semana de gente rica) havia uma vala pluvial profunda. Entrara de lado, por causa do Audi A4 ser baixo, e ficara com uma roda na valeta profunda. O carro assentou no chão e não havia meio de o tirar. Logo de imediato, parou um jipe que se ofereceu para o ajudar, mas a corda com que o ia rebocar partiu. Caía um daqueles aguaceiros que equivalem a um ano de chuva em Bragança. Pararam mais 3 ou 4 carros. Rapidamente, seis ou sete pessoas levantaram os 2 mil kg do carro em mãos e puseram-no de novo a circular ao som de palmas. Estava todo encharcado dentro do carro, enquanto eles, mais molhados que pintos estavam todos satisfeitos por terem ajudado outro ser humano. Lembrou-se instintivamente se alguma vez poderia assistir a uma cena destas noutra local. Isto não era Portugal, era outro país, eram os Açores. Lembrou-se do estado de quase guerra civil no Luisiana após o furacão *Katrina* (roubos, violações, assaltos, etc.) e admitiu que aqui o ser humano ainda tem valores importantes que o resto da sociedade já esqueceu.

A rotina começara a instalar-se. Dentro de dias todos teriam os seus horários a cumprir. Mas nem sempre a vida é o que os homens querem. Há sempre forças superiores a determinar qual o destino de cada um. Dia 21 de setembro 2005 desde o meio-dia local, (uma da tarde no continente) que a terra está a tremer. Em Vila Franca do Campo (costa sul) a 10 km de Ponta Delgada foram sentidos mais de cem abalos, alguns de grau 6,5 na escala de Mercalli. Na Maia, onde a sua mulher dá aulas e o seu filho estuda, evacuaram a escola, pois as mesas da escola deslizaram uns metros. Os alunos choraram, a maioria dos professores (vindos do continente) em pânico. Alguns fugiram ainda mais depressa do que os alunos. Uma mãe deixou os filhos pequenos enquanto buscava abrigo. A Proteção Civil acionou os mecanismos devidos. Nessa altura, no café da esquina, andava um polícia a saber do Presidente da Junta de Freguesia e a indagar dos estragos locais. Em toda a ilha apenas se verificaram pequenos danos: caiu a cruz da igreja de Vila Franca e uma casa abandonada em Porto Formoso, mas não houve vítimas.

Na sua nova casa, JC não sentia nada ao nível do rés do chão. No primeiro andar, na falsa (sótão), tudo tremeu bem durante os dez abalos telúricos. A parte de baixo da casa é em alvenaria ou pedra (assim parece) e a de cima em madeira, o que tem a vantagem de ser mais seguro pois oscila e treme,

mas não parte tão facilmente como a pedra. O maior tremor durou apenas uns 4 segundos. Esta crise, segundo disseram os entendidos, é a maior desde há trinta anos tendo começado em 10 maio de 2005. Espera-se que, a continuar assim, a terra trema durante todo o dia e toda a noite...Não há nada a fazer, só esperar que a hora que está destinada a cada um não chegue. Há que ter calma e ponderação sem entrar em histerias e alarmes injustificados.

E vai mais um...21 de setembro 2005, 22.30 Açores: Mais dois pequenos sismos na última hora, o que totaliza 20 na aldeia. Isto não é nada quando comparado com mais duma centena em Vila Franca do Campo (na costa sul), onde as pessoas dormindo em tendas irão passar a noite ao relento. Felizmente não está muito frio (16 – 17 °C) para o caso de se ser obrigado a evacuar o abrigo sob telhas. Prevê-se mais atividade para a noite. Como resultado, JC decidiu que o filho iria dormir no rés do chão que fica mais perto da rua e do enorme quintal para onde poderão fugir, se necessário. Não há casas altas por perto, apenas uma casa em risco de ruir ao lado, mas se a igreja cair os destroços podem chegar até à casa a menos de 100 metros....

A fratura *graben* da Lagoa do Congro passa a poucos quilómetros de casa e segue até à Maia. Amanhã não se sabe se haverá aulas, pois se a atividade de noite for igual à do dia continuarão em alerta laranja: o grau 4 da escala de 5.... As águas da lagoa, perto do epicentro, subiram substancialmente de temperatura, o que é normal quando há atividade das placas tectónicas instáveis como esta. O mais impressionante é a incerteza, os silêncios entre tremores. A dúvida se o próximo vai ser dos pequenos ou quando virá um grande. Medo propriamente dito não há, um certo temor. Como JC dizia filosoficamente aos 18 anos quando proclamava a supremacia da ciência sobre a religião: *o homem é um ser infinitamente pequeno na grande escala das coisas da vida como a Natureza*. O seu desejo era esperar que fosse a natura-mãe e não madrasta.

Mas o homem sonha sempre. Uma das coisas que o mantém vivo, é a idealidade. Além de económica tem funções terapêuticas importantes. JC continua sonhador, idealista, poeta e jovem, tentando justificar dessa maneira a sua triste existência terrena. Inventava sempre novos sonhos que passam a ser desafios pessoais para conquistar novas metas e atingir cumes mais altos. Este desafio da natureza é encarado com um certo pragmatismo inelutável que não devemos confundir com o típico fatalismo açoriano. Como a velha melodia dizia "*Que Sera, Sera (Whatever Will Be, Will Be)*" [composição de 1956 de Jay Livingston e Ray Evans servindo de tema musical ao clássico de Alfred Hitchcock, *The Man Who Knew Too Much*, com Doris Day e James Stewart].

O Nigel está a aceitar tudo isto com um certo *fair-play* e os pais dele vão nesta incerteza. Pensam noutros locais do mundo, no furacão que está a assolar Cuba e na Luisiana... e é nestas alturas que deparam com esta realidade, as desgraças que a TV transmite anonimamente de todo o mundo podem também chegar até qualquer um de nós.

Pensa-se sempre que essas tragédias só acontecem aos outros até que a dor bem pode morar ao lado. Sabiam disto ao virem para cá e tinham de aceitar, pois nada se pode fazer.

Se a atividade sísmica fosse também vulcânica era bem pior, pois em 1522 (ou 1524, os seus conhecimentos de história local naquela época eram muito fragmentários) a mesma Vila Franca (então capital desta província do reino dos Algarves) foi totalmente aniquilada.

Pouca gente sobrou da velha capital e na nova paisagem devastada nada sobrou, a não ser duas das mais belas lagoas e uns quantos picos que ora estão bem verdejantes. Depois disso houve a erupção dos Capelinhos algures na sua memória por volta de 1959 antes da morte do J. F. Kennedy.

Os outros mais recentes foram na ilha Terceira e Faial...

1.3. SUBVERSÃO DE VILA FRANCA

Consultando os registos aprenderia sobre a Subversão de Vila Franca ou Terramoto de Vila Franca, como se designa o grande sismo que na noite de 21 para 22 de outubro de 1522 provocara grandes movimentos de terra e destruição generalizada em Vila Franca do Campo, então capital da ilha. O sismo teve epicentro a NNW da Vila, derrubou a maioria dos edifícios e desencadeou movimentos de vertente com origem nas encostas sobranceiras à vila que mobilizaram material que formou um *lahar* que soterrou o povoado. Estima-se que morreram entre 3 a 5 mil pessoas na vila, a quase totalidade dos habitantes de então. Para além da destruição causada em Vila Franca do Campo, o terramoto atingiu as povoações vizinhas, com destaque para Ponta Garça. No norte da ilha, com destaque exatamente para a sua vizinha Maia e Porto Formoso, onde houve centenas de mortos. Um tsunami causou a destruição de vários navios junto ao ilhéu de Vila Franca e algumas dezenas de mortos (centenas segundo algumas crónicas). Gaspar Frutuoso, escrevendo 70 anos após a ocorrência, recolheu uma completa notícia dos eventos e um romance oral a eles referente.

A vila assistiu a um calmo anoitecer no dia 21 de outubro de 1522, quando, de acordo com o *Romance de Vila Franca...*

*Quarto de Lua seria:
Era uma quarta-feira,
Quarta-feira triste dia,
E em a noite mais serena
Que o céu fazer podia,
Inda que corre Levante
Nada d'ele se sentia;
Não corre bafo de vento,
Nem folha d'árvore bolia,
Estrelado estava o céu,
Nuvem não o escurecia.
Ante manhã duas horas
Inda não amanhecia,
Começou tremer a terra,
Mais que outras vezes tremia,
E a dar fortes balanços
Parecendo maresia:
Não treme do baixo a cima,
Mas para os lados tremia.
Nem abre boca nenhuma
O espírito que isto fazia;
Sacudiu somente a terra
Dos lados em que feria.
Sacode a terra dos ombros,
Com o peso que sentia
O grão gigante Almoural
Que deitado ali jazia.
Movem-se todas as cousas
Quando seu corpo movia;
Estrondo que faz a terra
Roncos são do que dormia,
Que de ser velho cansado
Ronca quando adormecia.
Correu a terra d'um monte
Que d'alta serra pendia,
E com ímpeto furioso
Sobre a vila se estendia,
Ali começa a dar gritos
A gente que se afligia,
Deles chamaram por Deus,*

*Deles por Santa Maria.
Quando chegou a manhã
Nenhum deles parecia
que correu daquela terra
Que sobre a vila jazia,
Essa gente que escapara
Como pasmada morria;
Outra que viva ficava
Vivendo assi não vivia.*

Aquela calma seria de pouca dura, já que pelas duas da madrugada de acordo com as *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso,

...estando o céu estrelado e claro, sem aparecer nuvem alguma, se sentiu em toda a ilha um grandíssimo e espantoso tremor de terra, que durou por espaço de um credo, em que parecia que os elementos, fogo, ar e água, pelejavam no centro dela, fazendo-a dar grandes abalos, com rancos e movimentos horrendos, como ondas de mar furioso, parecendo a todos os moradores da ilha que se virava o centro dela para cima e que o céu caía. E acabando o espaço do credo ou de um pater-noster e ave-maria a todo o mais, e ainda não foi tanto, tornou outra vez a tremer mais brandamente outro tanto...

Durante a madrugada e até ao meio-dia do fatídico 22 de outubro, as réplicas foram muitas e rijas. O grande sismo, que a tecnologia atual permite estimar ter tido epicentro a alguns quilómetros a NNW da vila, na zona do Monte Escuro, e ter atingido grau X da EMS-98 (Escala Macrossísmica Europeia), desencadeou movimentos de massa generalizados por toda a ilha, devido aos solos se encontrarem saturados de água em resultado de chuvas intensas ocorridas nos dias anteriores. Aliás, os terrenos vulcânicos, em particular os constituídos por materiais piroclásticos de baixa densidade, como são os profundos depósitos pomíticos que constituem as encostas do Maciço de Água de Pau, por estimulação sísmica são em extremo propícios a gerar grandes movimentos de massa, autênticos *lahars*.

Ainda nas palavras de Gaspar Frutuoso:

...não houve grota nenhuma, assim da parte sul como do Nordeste, por onde não corressem ribeiras de lodo. Diz Gaspar Frutuoso: ...da ribeira para a parte do oriente, onde estava a vila, tudo foi assolado e os moradores todos quase mortos. Somente da mesma ribeira para o poente, escaparam algumas casas, a maioria delas caídas, onde ficaram vivas até 70 pessoas pouco mais ou menos, as quais todas começaram a dar grandes gritos, chamando por Deus e outros por Santa Maria.

A massa de lodo soterrou o porto e entrou mar adentro, arrastando muita gente consigo e gerando um tsunami que destruiu as embarcações ali surtas.

Continuando a transcrição de Gaspar Frutuoso:

...havia no porto então quatro ou cinco navios abrigados no ilhéu para partirem para Portugal, o que foi causa de morrer mais gente ali onde se ajuntava de toda a ilha para fazer aquela viagem.

Um estudo recente dos depósitos resultantes dos movimentos de vertente de 1522 permite estimar que a escoada de detritos que soterrou Vila Franca teve origem nas cabeceiras da Ribeira da Mãe d'Água, a NW de Vila Franca, ao sul do Pico da Cruz, então Monte Rabaçal. A partir de uma face de rotura esventrada para SSE libertaram-se cerca de 6,75 milhões de metros cúbicos de detritos que correram ao longo da ribeira, com uma velocidade que hoje se estima ser de 1 a 3 m/s, atingindo em poucos minutos o centro da vila e recobrando-o completamente. As consequências foram trágicas: a parte central da vila ficou soterrada e o porto desapareceu sob uma espessa camada de pedra-pomes. Regressemos por instantes à descrição de Gaspar Frutuoso que é bem eloquente:

...e sendo já dia claro, se ajuntaram algumas pessoas que viviam pelos montes e nas quintas, e os que ficaram vivos no arrabalde, espantados todos dos grandes tremores e estrondos que ouviram; e vendo a vila no estado em que se encontrava, pasmavam. Muitas pessoas de toda a ilha que ali tinham as suas casas, parentes, amigos e conhecidos, mandaram cada um cavar onde lhes soía, uns para tirar os corpos dos mortos, outros para ver se achavam dinheiro e alfaias que tinham em suas casas, outros para fazer o mesmo aos corpos e haveres dos seus parentes e conhecidos. E assim se cavava em muitas partes da vila, e uns achavam mortos pelas ruas e outros em suas casas e leitos, entre os quais achavam alguns vivos. Em uma só triste noite foram acabadas muitas vidas e ficou tudo tão coberto, que nem nobres casas, nem altos edifícios, nem suntuosos templos, nem nobres ou vulgares pessoas pela manhã apareceram, ficando tudo raso e chão, sem sinal nem mostra de onde a vila estivera.

Esta catástrofe, que ficou conhecida pela *subversão de Vila Franca*, marcou profundamente o desenvolvimento da ilha de S. Miguel, fazendo migrar o centro político e económico para a nascente vila de Ponta Delgada, que em breve seria a capital de ilha e continuaria a crescer até ser hoje a maior cidade açoriana e o principal centro político e económico de todo o arquipélago. Não fora o terramoto e esse papel caberia a Vila Franca, vila mais bem situada e com um melhor porto natural. Foi pena, pois a ilha ficou desequilibrada com a capital em Ponta Delgada. Ficaria mais balanceada caso se tivesse mantido em Vila Franca (do Campo).

22 de setembro 2005, 10 da manhã nos Açores: A noite passou-se bem, embora se tenham sentido 17 sismos, mas durante o sono não tinham sentido nada e conseguiram dormir seis ou sete horas. Grande parte da população ficou desperta a dormir em carros, nas ruas ou em ginásios, em especial nas terras mais afetadas como Vila Franca do Campo (costa sul) ou na Maia (costa norte). Notava-se uma grande insegurança nas pessoas com quem contactavam e naquilo que viam e ouviam na TV e rádio. Os mais novos nunca tinham passado por uma crise sísmica tão grande e prolongada como esta e os sismos e microssismos jamais tinham atingido o grau 5 ou 6 na escala de Mercalli.... Existia apreensão autêntica. Os mais velhos estavam muito temerosos.

Para o casal, ainda mal assentes estavam os pés nesta terra verde e já ela se insurgia com estes tremores repetidos. Mantinham-se mais calmos do que a maioria dos que os rodeavam. Já ontem constataria isso, na escola da Maia. A maioria dos 120 professores estava mais nervosa que muitos alunos e suas famílias. Houve quem dormisse ao relento, outros levaram mantas e uma percentagem da população não dormiu em casa. A atividade parecia estar a abrandar, quer em frequência quer em intensidade, mas os especialistas preveniram que se iria manter. Desconhecia-se se ia lentamente acalmar ou se haveria um maior. Neste caso, os medos eram justificados pois a fratura separa a ilha ao meio na vertical. Corria-se o risco de ficarem a ser duas ilhas...A zona afetada deriva da falha na região Fogo-Congro (mais exatamente a Caldeira do Fogo e a Lagoa do Congro, uma falha de direção aproximada N-S) atravessando transversalmente a ilha na sua zona mais estreita (18 km) e mais baixa. Ora a Maia está mesmo nas faldas da parte mais oriental da ilha, contígua à dita falha. O aeroporto fica na metade ocidental da ilha. Como o Audi A4 não nada nem voa, não terão hipóteses de sair.... Existem estudos (mas não os conseguira descobrir) que diziam que era provável num caso de erupções violentas (como as de há 500 anos) que a ilha se voltasse a separar em duas. Parece ter sido essa a sua origem inicial há milhares de anos. Com respeitinho, mas com uma certa ligeireza de espírito assim contavam levar esta crise.

Conta a tradição que, no outono de 1713, durante um grande terramoto na ilha de S. Miguel, um grupo de freiras saiu à rua em procissão com uma imagem de Jesus que, até então, não tinha grande culto. A elas se juntou o povo com andores e ladainhas e os notáveis da terra com seus trajes de cerimónia. Passaram entre escombros e cadáveres até que um tremor mais forte fez cair a imagem do Cristo do andor para o chão, a qual ficou direita, sem se partir ou sujar. Nesse momento, a terra parou de tremer, o mar amansou e o céu descobriu-se. Assim nascia a grande devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres. A parte central da ilha de S. Miguel é atravessada por um sistema de falhas, da

costa norte à costa sul, abrangendo o maciço de Água de Pau e toda a região da Achada das Furnas (Congro). Num contexto mais geral, a estrutura do Fogo-Congro representa um setor emerso da fratura que se prolonga desde leste da ilha de Santa Maria até à Crista Médio-Atlântica, a oeste das ilhas Graciosa e Faial. Não se estranha que o sistema Fogo-Congro seja uma das mais importantes áreas sismogénicas do arquipélago, aqui se acumulando tensões que resultam do jogo das placas litosféricas Eurasiática, Africana e Americana. Mesmo em períodos de “acalmia”, este sistema regista, em média, 3 a 5 microssismos por dia.

Ocasionalmente, a área é palco de uma crise sísmica mais importante, tal como aconteceu em 1989, ou mais recentemente nos últimos 3 anos. A presente atividade enquadrava-se neste contexto geológico e refletia a instabilidade de um sistema que busca o equilíbrio. Numa região como a dos Açores os sismos não podem ser dissociados dos vulcões e esse é, em particular, o caso do observado no sistema Fogo-Congro. Este sistema tectónico abrange o Vulcão do Fogo, a oeste, e um alinhamento de pequenos centros vulcânicos, a leste, que se estende até ao bordo da caldeira do Vulcão das Furnas. Porque falhas tectónicas e sistemas vulcânicos ativos se cruzam nesta zona da ilha é imprescindível que a vigilância sismovulcânica tenha um carácter multidisciplinar, cobrindo todos os aspetos possíveis nas áreas da Geofísica, da Geoquímica e da Geodesia. Uma tarefa que obriga à mobilização de técnicos especializados que, 24 sobre 24 horas, recolhem e interpretam dados essenciais para compreender o comportamento das estruturas, como se fossem peças de um “puzzle” de difícil construção.

Tal como noutras situações similares, os grupos de monitorização vulcanológica do Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores têm acompanhado o evoluir da situação, reforçando as redes de observação permanente e procedendo a diversos trabalhos de campo. Diariamente são recolhidas amostras de águas e de gases em diversos pontos da ilha que, posteriormente, são analisadas nos laboratórios daquela unidade de investigação. Os dados recolhidos, até à data, mostram que não existe qualquer variação dos parâmetros físico-químicos determinados, facto que confirma a natureza tectónica da presente crise sísmica. Não obstante, e porque os sistemas naturais são dinâmicos, o Centro de Vulcanologia vai manter as observações vulcanológicas no sentido de detetar qualquer eventual alteração do presente quadro geológico. Embora se registre um decréscimo da atividade, o número de microssismos registado está ainda significativamente acima do normal. É previsível que a atividade sísmica se venha a prolongar por mais algum tempo, sendo admissível que continuem a ocorrer sismos sentidos.

Como na véspera alguém dissera, o certo é que é mais perigoso andar de carro nas estradas do continente. O Nigel está mais calmo, ao pé do pai, nesta sua primeira experiência telúrica. A estreia

paterna fora já em 28 fevereiro de 1969 no Porto pelas 06.27 da manhã. Depois, perdera-lhe a conta. Em Timor havia tremores todos os dias (entre o 5 e o 7 da escala de Richter), embora só um tenha sido suficiente grande para todos se porem a correr em março de 1974 ou 75. Depois, escapara dos vulcões ativos em *Kintamani*, Bali (Indonésia) cujas maiores erupções foram em 1927, 1929 e 1947. Estava em Sidney, a 250 km, quando sentiu o tremor de Newcastle (Austrália) com o grau 5,6 na escala de Richter, 13 mortos e 140 feridos (10:27 28 dezembro 1989), uma cidade centenária que ficou semidestruída.

22 de setembro 2005, 14.30 Açores: A manhã foi calma, mas foram sentidos mais de 30 tremores desde a meia-noite. Apenas sentira dois - um deles, bastante grande, grau 6 de Mercali - pelas 12.10, talvez o maior desde o início da crise. Nas últimas duas horas e meia já houvera uma dezena. Já anunciaram: “*Amanhã não há aulas*” havendo a possibilidade de um grande terramoto como acontecera na Terceira em 1980.

Porque de memórias de eventos similares se faz a história, recordem-se os maiores eventos telúricos do século XX nos Açores:

1907

Erupção submarina na Fratura Mónaco - A 1 de abril detetou-se uma pequena erupção a cerca de 400 m de profundidade no Banco Mónaco (SSW de S: Miguel). Emitiu cinzas e provocou o corte do cabo submarino S. Miguel - Faial.

1911

Erupção submarina na Fratura Mónaco - Em março detetou-se uma pequena erupção a cerca de 200-300 m de profundidade

1926

Grande sismo na cidade da Horta - A partir de abril deste ano a ilha do Faial foi sacudida por uma série de sismos de intensidade variável, um dos quais, a 5 de abril, provocou danos em edifícios nas freguesias de Flamengos, Ribeirinha e Conceição, particularmente nos lugares de Farrobo, Lomba e Espalhafatos. A 31 de agosto, pelas 8 h 42 min., a ilha foi sacudida por um violento sismo que provocou 8 mortos, mais de 200 feridos e destruição generalizada na cidade da Horta, especialmente na freguesia da Conceição, e nas freguesias de Praia do Almocharife (onde das 220 casas apenas 16 ficaram habitáveis), Flamengos, Feteira e Castelo Branco e na zona compreendida entre a Lomba do Pilar e o Salão. Ao todo ficaram derrubadas 4138 casas.

1957-1958

Erupção dos Capelinhos, Faial - De 16 a 27 de setembro de 1957 sentiram-se na ilha do Faial mais de 200 abalos de terra, de intensidade geralmente fraca. A 27 de setembro iniciou-se uma erupção submarina a cerca de 1 km de distância da Ponta dos Capelinhos. A erupção evoluiu formando primeiro uma ilha que, com o aparecimento de um istmo, se ligou a terra. O vulcão manteve-se em atividade até outubro de 1958. O tremor associado ao vulcão e a queda de cinzas e materiais de projeção provocaram a destruição generalizada das

habitações e campos do oeste do Faial. Legislação passada pelo Congresso dos EUA permitindo a imigração de açorianos desencadeou um êxodo de que a demografia das ilhas ainda não recuperou.

1963

Crise sísmica e erupção submarina frente a Sta Luzia, Pico - Entre os dias 12 e 15 de dezembro, os sismógrafos instalados no Faial registaram tremor vulcânico com foco ao largo do lugar do Cachorro, Sta Luzia, costa norte da ilha do Pico. O tremor foi contínuo nos dias 13 e 14 de dezembro. A 15 de dezembro, com bom tempo e boa visibilidade, diversas pessoas do Faial e Pico avistaram "bolas ou nuvens de vapor" saindo do mar frente ao Cachorro. Não foi recolhido qualquer material e o fenómeno não voltou a ser avistado.

1964

Crise sísmica em S. Jorge - Uma crise sísmica abalou a parte oeste da ilha de S. Jorge, provocando grande destruição nos Rosais e nas Velas. Ficaram danificadas mais de 900 casas e 400 destruídas. Espalhou-se o pânico na ilha, levando à evacuação de grande número de jorgenses para a Terceira e outras ilhas. Esta crise esteve associada a uma erupção submarina ao largo dos Rosais.

1973

Crise sísmica no Pico e Faial - A partir de 11 de outubro começaram a ser sentidos numerosos sismos nas ilhas do Pico, Faial e S. Jorge, com particular destaque para a freguesia de S. Mateus e o lugar da Terra do Pão, na ilha do Pico. A 23 de novembro, pelas 12 h 36 registou-se um violento sismo (grau 7/8 da escala Wood-Neumann) com epicentro próximo a Stº António, no Pico. O sismo provocou graves danos, com muitas casas parcialmente destruídas, muros caídos e estradas obstruídas, em Bandeiras, Santa Luzia, Stº António, e S. Roque, na costa norte, na freguesia de S. Mateus, na costa sul e ainda na Conceição, Matriz e Flamengos, Faial.

1980

Sismo de 1 de janeiro, Terceira, S. Jorge, Graciosa - Pelas 16:42 do dia 1 de janeiro de 1980, ocorreu um sismo com intensidade 7.0 Richter, uma profundidade hipocentral de 10-15 km, epicentro situado no mar cerca de 35 km a SSW de Angra do Heroísmo. Provocou destruição generalizada dos edifícios na cidade de Angra do Heroísmo, na Vila de S. Sebastião e nas freguesias do W e NW da Terceira, nas freguesias do Topo e Santo Antão, em S. Jorge, e no Carapacho e Luz, Graciosa. Morreram 71 pessoas (51 na Terceira e 20 em S. Jorge) e mais de 400 com ferimentos. Ficaram danificadas mais de 15 mil casas, e outros tantos desalojados.

1981

Erupção submarina na Fratura Mónaco - Em princípios de julho uma pequena erupção submarina a cerca de 300 m de profundidade foi detetada no Banco Mónaco (SSW de S. Miguel), com emissão de gases e de material basáltico.

1997

Erupção submarina no Banco D. João de Castro - Na primavera de 1997 a intensa atividade microsísmica registada naquela área, acompanhada de numerosos pequenos sismos (I a III da escala Mercali) sentidos na Terceira e em S. Miguel levam a admitir a ocorrência de uma erupção submarina, a grande profundidade, no Banco D. João de Castro.

1998

Sismo de 9 de julho, Faial, Pico e S. Jorge - Pelas 5:19 da madrugada um sismo de magnitude 5,6 Richter com epicentro a NNE do Faial provocou a destruição generalizada das freguesias de Ribeirinha, Pedro Miguel, Salão e Cedros e fortes danos em Castelo Branco (Lombega), Flamengos e Almocharife, no Faial. Também atingidas

localidades do Pico. No extremo W de S. Jorge (Rosais) o sismo provocou grandes desabamentos de falésias. Morreram 8 pessoas, todas no Faial. Ficaram desalojadas 1700 pessoas.

1999-2000

Erupção vulcânica submarina da Serreta, Terceira - Foram registados microssismos na área a partir de 25 de novembro de 1998. Pescadores detetaram a erupção em finais de dezembro. A erupção decorre de forma intermitente com emissão de gases e de lava basáltica. Não tem provocado sismicidade sentida. Em fevereiro de 2000 a erupção continuava.

O casal continuava calmo, mas a mulher, acabada de chegar da escola, dissera que os professores entraram em pânico e desapareceram, i.e., os poucos que tinham aparecido. Constatara-se que as pessoas ainda não tinham tido treino sísmico nem tinham adestrado os planos de contingência nas escolas. Mas o Plano Nacional está a funcionar e a escola da Maia é considerada como ponto de encontro de velhos e incapacitados, no caso de ocorrer um terramoto grande. A excitação das pessoas é enorme. Estes dois forasteiros são dos mais calmos. O grande abalo desta manhã foi sentido em toda a casa. JC, seguindo a tradição de fuga ao perigo, já ia no meio das escadas. Tinha este hábito de desatar a correr ao fim de 3 segundos de tremuras...e já tinha berrado para o Nigel que estava no r/c e este estava já no pátio das traseiras que dá para o enorme quintal.

A vida nem sempre é feita de tremores, existem momentos em que a crosta terrestre está mais calma e nessas ocasiões a função dos seres pensantes é cogitar. Como lhe dissera (em tempos) Henrique Salles da Fonseca: *“Um escritor é, por definição, um pensador. Ao escrever o que pensa, o escritor traz para a praça pública a sua ideia e põe-na à consideração dos leitores. Ou seja, põe os leitores a pensar.* Ora, matutar é um exercício muito menos praticado do que o desejado pois há muita gente que age automaticamente aos estímulos que lhe chegam.

O pensamento multiplica as ligações entre os neurónios e é precisamente a densidade dessa rede que permite ao cérebro aumentar as capacidades originais. O Professor António Damásio, autor do genial livro "O erro de Descartes", demonstrou que o cérebro de um adulto analfabeto é significativamente diferente (menor capacidade) do de um letrado (maior capacidade). O desenvolvimento das sociedades tem a ver com a capacidade mental dos seus membros e não com os exauríveis recursos naturais. Vejam-se os casos do Japão em comparação com Angola, da Suíça com o Afeganistão ou ainda o caso de Singapura. Isto permite-nos extrapolar que o escritor é o motor do desenvolvimento. Nos Açores, os escritores podem ser o motor autonómico, quando pararem para discorrer e o descobrirem. Os mais afortunados com o dom da escrita podem botar a mão à pena

aproveitando a maré e os ventos alísios ou não, os aventureiros ousarão meter os pés ao caminho, os enamorados afoitar-se-ão para se apaixonarem outra vez. Sendo um otimista nato, se bem que crítico, JC seguia à risca uma célebre frase de *Carl Sandberg* (1878-1967) “*Sou um idealista. Não sei para onde vou, mas já vou a caminho.*”

De volta aos Açores a vida começava finalmente a entrar numa nova rotina. Os tremores eram menos frequentes e menos sentidos, mas continuavam. Não saíam de casa tanto quanto pretendiam porque a camarada professora estava sempre a preparar aulas, reuniões e coisas quejandas. Como tem sido amplamente divulgado, pela ministra da educação, é devido aos professores que não faziam nada que o país está nesta crise e por isso agora terão de se matar a trabalhar para o país sair da crise. O Nigel continuava bom escolarmente, mas a culpa não era dele, mas sim desta insularidade que nivela por baixo os conhecimentos mínimos dos alunos. Nas horas vagas, vagueia pela aldeia na sua trotineta com os seus inúmeros amigos. Adora estar aqui e desfrutar desta liberdade e autonomia. Não a teria vivendo no Porto, Lisboa ou mesmo em Ponta Delgada. JC constatara vantagens na insularidade como a diferença do preço de gás: duas botijas 22 euros...vantagem a juntar ao do gasóleo que está nos 75 cêntimos o litro. A crise ainda não chegara. A empregada doméstica auferia 25 euros ao dia por 8 (oito) horas de trabalho e o jardineiro 25 ao mês por tratar da horta e do jardim.

Entretanto, acedera à vontade da família para passar o Natal no continente. Aguardava que isso se não tornasse num hábito. As viagens custam mais de € 600.00, ida e volta, para os três e há coisas mais importantes a fazer por esse custo. Que venham cá todos vê-los, dizia entre dentes. Era bem mais simpático que o viessem ver, mas os laços de família e esta sua extravagância de manter uma família nuclear num mundo em que tal já escasseava, moviam-no. Chovia, depois de 3 dias secos na ilha. Começara a sentir-se em casa ou devido à humidade já estaria a criar raízes? As pessoas apesar de serem aparentemente lentas, todo o ritmo açoriano é lento, têm longas horas de trabalho. No café, ao pé de casa, trabalha um genro do dono que começa a labutar nas obras pelas 08.00 e quando acaba vai trabalhar no café até às 24.00. Exemplos destes há mais. Quase todos os locais trabalham pelo menos seis dias de longas horas, quando não é na agricultura que aí são sete dias...que as vacas não seguem calendários, nem feriados ou dias santos. As pessoas andam quilómetros a pé ou de cavalo, para distâncias que não sendo grandes são sempre custosas, através destes percursos acidentados e muito íngremes.

O nível socioeconómico é baixo e isso nota-se a olho nu. Apesar de se terem verificado melhorias substanciais, nas últimas décadas, os hábitos de banho ainda não estão arreigados. Segundo algumas auscultações, mais ou menos discretas, ronda um banho semanal em muitas casas. A TV local transmite apenas a RTP-1 e a RTP Açores. Tem de se pagar para uma instalação com acesso aos restantes canais generalistas. Só há 32 mil lares ligados à TVCabo num universo de cerca de 250 000. A Rádio transmite a RDP (Antena Um e Antena 2) e a TSF com conteúdos locais. Existem ainda algumas estações insulares dedicadas à realidade regional a que se reportam. A vida em S. Miguel parecia calma, todas as pessoas os conheciam e cumprimentavam, mesmo que não os conhecessem. Todos sabiam onde moravam. No café, onde à noite a frequência era exclusivamente masculina, falavam logo mais baixo quando entravam. Recomeçavam a falar mais alto depois de saírem. Tudo isto ia JC anotando, com imagens visuais à guisa de pormenores ou apontamentos duma jornada nos Açores a que prometia ser a grande e última diáspora. Fora duma ponta oriental do Império (Timor) à outra mais ocidental.

1.4. ERA UMA VEZ UMA HISTÓRIA DUM ARQUIPÉLAGO

Não existem provas de que os Açores sejam o remanescente da mítica Atlântida, outrora próspera e culta, desaparecida nas profundezas. Curiosamente, no livro de banda desenhada ficcionada de *Blake e Mortimer “O Enigma da Atlântida”*, S. Miguel era uma porta de saída da Atlântida. Mesmo que os Atlantes tenham habitado aqui não foram ainda descobertos quaisquer vestígios arqueológicos. Falta explorar as insondáveis profundezas dos seus mares. Mesmo aí é dúbio que algo possa ser encontrado e que sucessivos milhares de tremores e erupções submarinas não tenham escondido para sempre ou destruído totalmente. Pelos exemplos da violência dos tremores e erupções dos últimos quinhentos anos, dificilmente será crível que um dia se possam deparar com artefactos ou restos civilizacionais da Atlântida perdida que apenas encontrou eco nos escritos de Platão.

Através dos tempos, a Atlântida foi sempre motivo de cogitações e explorações fantásticas. Não faltaram, mais recentemente, escritores, jornalistas ou romancistas e mesmo cineastas, que chegaram a reconstituir, com um esforço de imaginação, a arquitetura, o traçado e os materiais de construção da capital da Atlântida. Confabularam o vestuário, o modo de vida da população; a sua economia, as suas classes sociais, a sua religião, os seus deuses e demónios; os seus imperadores; as suas orgias, a beleza estranha da soberana desse reino submerso. Especulações e nada mais. Platão tem sido

submetido a uma das mais ferozes análises críticas, na tentativa de descobrir mais algum pormenor que conduza à localização da misteriosa Atlântida. Quiseram alguns geógrafos e historiadores ver na narrativa do filósofo grego uma alusão poética a um muito antigo conhecimento da América. O facto não é tão extraordinário como pode parecer à primeira vista, se considerarmos o arrojo marítimo dos fenícios, e se juntarmos as recentes travessias do Atlântico por navegadores solitários em frágeis embarcações.

O historiador *Pausanias* diria mais tarde (150 AC)

“Existia em pleno oceano, longe, e a oeste, um grupo de ilhas habitadas por homens de pele vermelha e cabelos como crinas de cavalo”.

Narrativa extraordinária pois. Ou pura imaginação que, coincidentemente, iria encontrar eco na realidade descoberta 1600 anos depois?

Plutarco, entre os anos 40 e 120 DC, escrevia

“Existem a oeste, no oceano, na mesma latitude da Grã-Bretanha, diversas ilhas atrás das quais se estende um vasto continente. Essas ilhas caracterizam-se pelo fato de que o sol aí brilha ininterruptamente durante trinta dias. À noite, o astro recolher-se-ia cerca de uma hora, mas mesmo nessas alturas, a obscuridade não seria total, porque o horizonte, a ocidente, ficava sempre iluminado por um crepúsculo”.

Plutarco descrevia, sem dúvida, terras próximas do círculo polar. O continente referido, só poderia ser a América.

Juntem-se essas narrativas à hipótese de que, muito antes de Cristo, já os Açores e a Madeira terem sido explorados pelos fenícios, e não acharemos tão improvável o facto de que o Novo Mundo fosse conhecido na antiguidade. A Atlântida não seria, então, o continente sul-americano? O poderoso reino a que se referia Platão não seria o império asteca? Convirá referir que é mais aquilo que desconhecemos do que o que sabemos sobre grandes civilizações da antiguidade. Muitas delas sumidas misteriosamente. Extintas dum momento para o outro, sem qualquer razão aparente, para além de colisões de meteoritos, aquecimentos globais ou outras causas por desvendar. As viagens de Fenícios e Cartagineses tiveram grande importância na Antiguidade para fins comerciais. As que poderiam ter levado a um reconhecimento dos Açores, foram a circum-navegação do continente africano, de Oriente para Ocidente, a mando do faraó Necho em finais do séc. VII a.C. e a viagem do cartaginês Annone, que perto do fim do século V a.C., abriu as velas de Cartago rumo ao Atlântico,

ultrapassou as Colunas de Hércules (Gibraltar) e chegou ao Golfo da Guiné. É curioso que as únicas referências ao conhecimento dos Açores, anteriores à chegada dos Portugueses, sejam fenícias e ambas relativas à Ilha do Corvo.

Como JC dizia nos anos 70 num dos seus programas de rádio em Macau “*Todas as coincidências têm uma causa matematicamente provável*”. Neste caso podem existir também causas cientificamente prováveis. Fazendo fé na historiografia antiga, a probabilidade de os fenícios terem chegado aos Açores, é elevada.

Humboldt refere no "Examen Critique" que em 1749, uma tempestade violenta teria abalado as fundações de um edifício parcialmente submerso na ilha do Corvo. No fim da borrasca descobriu-se, entre as ruínas, um vaso contendo moedas de ouro e cobre que foram levadas para um convento, e das quais nove foram preservadas e enviadas ao padre Enrique Flores, em Madrid, que as cedeu a J. Podolyn da Academia de Ciências de Estocolmo. Algumas moedas apresentavam a figura de um cavalo por inteiro, outras apresentavam somente a cabeça desse animal. Alguns peritos afirmaram com suficiente grau de certeza que se tratava de duas moedas fenícias do norte de África (da antiga colónia grega de Cirene ou Cirena [em grego Κυρήνη, Kurene] na atual Líbia, a mais antiga e mais importante das cinco cidades gregas da região. A cidade deu o nome à região oriental da Líbia [Cirenaica]; num vale fértil nas terras altas de Jebel Akhdar. Batizada em homenagem a uma fonte, Kyre, que os gregos consagraram a Apolo, a cidade foi, no século III a.C., sede de uma famosa escola de filosofia fundada por Aristipo de Cirene, (discípulo de Sócrates). As restantes sete eram moedas cartaginesas.

A primeira publicação de carácter científico referindo aquelas moedas do Corvo deve-se a *Johann Frans Podolyn*, um numismata sueco que publicou em 1778 uma notícia intitulada “*Algumas anotações sobre as viagens dos antigos, derivadas de várias moedas cartaginesas e cirenaicas que foram encontradas em 1749 numa das ilhas dos Açores*”

*Naquele artigo, Podolyn afirma que em 1749, depois de vários dias de mar tempestuoso de oeste, que expôs parte da fundação das ruínas de um edifício de pedra numa praia da ilha do Corvo, foi descoberto um vaso de barro negro, quebrado, contendo no seu interior um grande número de moedas desconhecidas que foram levadas para um convento (provavelmente o convento franciscano de S. Boaventura, em Santa Cruz das Flores) a partir do qual foram distribuídas. Parte das moedas foi enviada para Lisboa e daí para Madrid ao padre Enrique Flórez de Setién y Huidobro (*1701 – †1773), da Ordem de Santo Agostinho, que foi um conhecido historiador e numismata espanhol, à época o mais conhecido numismata ibérico. Desconhece-se o número de moedas existente no vaso e quantas foram enviadas para Lisboa. O Padre Flórez recebeu nove (9) moedas, depois por ele descritas e estudadas. As moedas recebidas em Madrid eram: duas moedas cartaginesas de ouro, cinco moedas, cartaginesas, de cobre e duas moedas cirenaicas, também de cobre. O padre Flórez cedeu as moedas a Podolyn quando este visitou Madrid em 1761, dizendo-lhe que as moedas "representavam todos os tipos encontrados no Corvo" e que eram as mais bem preservadas da coleção. Na notícia publicada, acompanhada por imagem das*

moedas, Podolyn afirma que as mesmas, com exceção das de ouro, não são raras, sendo apenas notável o sítio onde foram encontradas, já que não se conhece notícia da presença de cartagineses nos Açores, embora seja possível ligar essa presença à famosa estátua equestre e inscrição que teria sido encontrada no Corvo à época do povoamento.

Faria e Sousa na sua História de Portugal relata esta estátua citando-a como possivelmente de origem chinesa, o que levou mais tarde esse inventor da história, Gavin Menzies, a usar a mesma como “prova” da descoberta chinesa dos Açores antes dos Portugueses. Este Menzies é uma fraude felizmente, já há muito, desmascarado ao contrário desse *inventonas* que é o loquaz e ótimo comunicador José Hermano Saraiva que se serve de qualquer facto autêntico para criar uma novela com laivos históricos.

É relatado por André Thevet, um francês do século XVI, que um descendente mourisco ou judaico encontrara uma inscrição com caracteres hebraicos numa gruta de S. Miguel, durante os Descobrimentos, mas não foi capaz de a ler, alguns supuseram tratar-se de caracteres fenícios. Em 1976, nesta mesma ilha, haveria de ser desenterrado um amuleto com inscrições de uma escrita fenícia tardia, entre os séculos VII e IX da era cristã. A maior parte dos historiadores continua a negar validade a esta afirmação, o que não a impede, porém, de ser verídica. No século XVI, Génébrand referiu-se à existência dum túmulo com inscrição hebraica em S. Miguel, Açores. Trata-se na realidade de caracteres fenícios de Canaã erroneamente qualificados de hebraicos pela semelhança entre o alfabeto dos cananeus e o dos antigos hebreus. O texto decifrado permitiu a Manasseh ben Israel, sábio hebreu do século XVII ler a inscrição como “Mektabel Suai, filho de Matadiel” (de acordo com Pierre Carnac em “A Atlântida de Cristóvão Colombo”).

Damião de Góis escreveu na “Crónica do Sereníssimo Príncipe Dom João” que quando os portugueses chegaram àquela remota ilha encontraram uma estátua equestre no cume noroeste da serra, no centro da ilha, colocada sobre um pedestal quadrado. No seu cume, que parecia servir de marco aos navegantes, estava o vulto de um homem grande de pedra, montado num cavalo sem sela. Era uma estátua profética, construída, não se sabe por quem, a partir de um único bloco de pedra e representava um homem, de cabeça descoberta, mas tapado por uma espécie de manto. As faces do rosto e outras partes estavam sumidas, cavadas e quase gastas pelo tempo e supõe-se que pela erosão dos elementos. Sobre as crinas do cavalo, o qual tinha uma perna dobrada e outra levantada, estava a mão esquerda do homem, enquanto o braço direito estava estendido e com os dedos da mão encolhidos. Só o indicador continuava aberto e apontava para o poente ou noroeste, para as regiões onde o sol se oculta, a grande terra dos bacalhaus, a América ou o Brasil, terras que ainda não tinham sido descobertas pela civilização ocidental. O rei Dom Manuel I teria mandado a Duarte d’Armas que fizesse um desenho da estátua e ordenado o seu transporte para a corte de Lisboa, mas só viria a receber pedaços do monumento, nomeadamente, a cabeça, e o braço e mão direitos, e parte do cavalo. Estas peças teriam sido guardadas no palácio real, tendo-se perdido o seu rasto a partir daqui. Na base - deixada no Corvo - existiriam algumas letras numa escrita desconhecida que foram copiadas em 1529 por Pedro da Fonseca, mas cujo teor ninguém conseguiu até hoje identificar.

Diria o céptico Daniel de Sá a este respeito (jornal Público 20 julho 2008):

“...há outra novidade nas livrarias, que versa sobre uma famosa estátua que teria sido encontrada na ilha do Corvo pelos primeiros povoadores. Prova irrefutável de que por ali andaram cartagineses muito antes de Cristo calcorrear a Galileia. Falou dela Damião de Góis, que a descreve em pormenor, mas não a viu. Como convém nestes casos, não ficou nem um pedacinho da escultura, que teria sido levada para a corte no tempo de D. Manuel. Nem qualquer marca na ilha. E também desapareceram as moedas cartaginesas encontradas lá nos finais do século XVIII. Desaparecimentos deste tipo dão sempre jeito para uma história revista e aumentada.”

Já o célebre historiador e estudioso de ÓVNIS e outros fenómenos esotéricos, Joaquim Fernandes (antigo colega de liceu de JC) responderá assim a Daniel de Sá:

“.... Pretendera beliscar uma dupla credibilidade: a de Damião de Góis, que descreve com algum detalhe, o episódio da estátua equestre encontrada pelos portugueses na ilha do Corvo, e o historiador no papel de autor do romance O cavaleiro da Ilha do Corvo, que embora em tons de ficção, fá-lo com a segurança e credibilidade que lhe confere uma investigação documental de centenas de referências bibliográficas, de Aristóteles à pesquisa atual, disponível no final do citado livro. Desde o arquiteto Duarte d’Armas, que el-rei mandou ao Corvo fazer o desenho da estátua, aos pedreiros enviados ao ilhéu com a incumbência de trazerem o monólito para Lisboa, passando pelo donatário Pedro da Fonseca, que em 1529, se deslocou ao Corvo para recuperar uma legenda em caracteres não-latinos descoberta no sopé onde antes existira a estátua do cavaleiro com “traços africanos”, seguindo a descrição de Góis. E o mapa dos irmãos Pizzigani, de 1367, que confirma a tradição árabe das estátuas marco no centro do Atlântico? Ou seja, o autor da Crónica do Príncipe D. João é digno de crédito para descrever a chegada do primeiro rinoceronte a Lisboa; mas já não serve quando relata a chegada ao Paço dos destroços do monumento, que a imperícia dos pedreiros provocara.... Quatro séculos passados persistem aqueles que minimizando a integridade de Damião de Góis, tentam fazer da História um livro fechado:”

JC sabe-o, por experiência própria, que sempre que se quer alterar aquilo que ao longo dos séculos vem passando por História, um enorme coro se levanta a defender a versão e o *status quo*. Faz parte da mente humana esta recusa de aceitar novos factos, provas ou teorias, que contradizem aquilo em que se acreditou desde a idade de formação intelectual.

Houve sempre em relação a este ponto e a outros, como a data da descoberta dos Açores, um nevoeiro histórico que assombra tais eventos: muitas são as dúvidas e poucas as certezas. Gaspar Frutuoso, no século XVI, indica que Gonçalo Velho Cabral, a mando do Infante D. Henrique, chegou a Stª Maria em 1432 e a S. Miguel em 1444. A carta do catalão Gabriel de Valsequa de 1439 apresenta dados mais precisos e na legenda lê-se que teriam sido descobertos por um Diego. De acordo com uma teoria, relativamente recente, de Damião Peres, este seria Diogo de Silves, marinheiro do Infante D. Henrique, no ano de 1427, mas há quem dispute esta versão.

No mais antigo documento régio referente aos Açores, de 2 de julho de 1439, é dada permissão ao Infante D. Henrique para mandar povoar e lançar ovelhas nas sete ilhas dos Açores pressupondo que, apesar de as viagens entre o continente e as ilhas terem ocorrido desde 1427 com Gonçalo Velho, o povoamento só se terá iniciado em 1439. Neste documento são referidas sete ilhas uma vez que as Flores e Corvo, só terão sido descobertas pelos portugueses Diogo de Teive e seu filho João no ano de 1452.

O Infante D. Henrique terá encarregue Gonçalo Velho de dirigir o povoamento de Sta. Maria, com seus sobrinhos, Nuno e Pedro. Sobre o povoamento da Terceira, está comprovado que o flamengo Jácome de Bruges foi nomeado capitão desta ilha, por doação do infante D. Henrique, em 1450, tendo encetado uma ação pioneira incentivando o seu povoamento. Relativamente à Graciosa, o seu povoamento esteve a cargo de Pedro Correia e Vasco Gil Sodré, antes de 1510. A carta régia de 5 de abril de 1443 atesta o desenvolvimento registado nos primeiros anos de povoamento, pois nela o regente D. Pedro isenta, por cinco anos, os seus habitantes do pagamento da dízima e portagem dos géneros vindos do arquipélago para o Reino. Quanto ao Faial e Pico, foram doadas, antes de 1466, ao flamengo Josse Van Hurtere (Joz de Utra, posteriormente transformado em Dutra), casado com Beatriz de Macedo e sogro do famoso Martinho da Boémia. Na sua companhia teriam vindo muitos flamengos, dentre os quais se destacou Wilhelm Van der Haagem (Guilherme da Silveira), que, passou às Flores e desta para a Terceira e S. Jorge. A pequena Ilha do Corvo foi ocupada por simples extensão das Flores. O povoamento das ilhas açorianas se deveu a portugueses e flamengos por ação de D. Isabel (condessa da Flandres e mulher de Filipe de Borgonha) junto de seu irmão o infante D. Henrique, primeiro donatário dos Açores. Inicialmente houve um influxo de mouros e judeus, a que se seguiriam italianos, castelhanos, franceses, ingleses, escoceses, norte-americanos, etc. Curiosamente, o elemento flamengo, não obstante o seu grande número, depressa seria absorvido pelo elemento nacional, mas restam traços genéticos em cabelos louros e olhos azuis na maior parte das ilhas. Inicialmente os Açores eram uma Donataria Hereditária, sendo cada ilha uma Capitania. Ao donatário pertenciam todos os tributos, dízimos, impostos, rendas e foros das terras e um domínio incontestado sobre os seus habitantes. Pertencia-lhe a jurisdição civil, criminal e administrativa, nomeando funcionários e confirmando eleições. A vila de Angra, na ilha dantes chamada de Jesus Cristo e atual ilha Terceira, foi a primeira a ser elevada a cidade, por foral de 1534 e nesse ano passou a sede do bispado açoriano pelo Papa Paulo III. Ponta Delgada foi elevada a cidade por carta régia de 1546. A donataria ficou na coroa real até 1580. A partir daí, foi nomeado um Governador-Geral, com poderes civis, políticos e militares e escolhida a cidade de Angra como sede do governo do arquipélago. Após a Restauração de 1640, o sistema continuou até 1653, data em que se voltou ao sistema de Capitánias. Após Portugal perder el-rei D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir, o seu sucessor, cardeal-rei D. Henrique morreu em 1580, legando o trono ao reino de Castela. O filho bastardo do Infante D. Luís, D. António Prior do Crato, apresentou-se como sucessor do reino, disputando-o pelas armas, contra Filipe II de Espanha. Perdida a causa em desastrosos combates, apenas resistiu heroicamente a ilha Terceira, capital do arquipélago, onde encontravam abrigo os partidários de D. António, o infeliz príncipe que encarnava a alma nacional. Durante três anos resistiu esta ilha ao domínio espanhol, sendo o único ponto do país onde se erguiam as cinco quinas da bandeira portuguesa, chegando a ter

*trono, Casa da Suplicação, Mesas de Desembargo do Paço e Casa da Moeda. Depois de subjugarem a revolta local, os Castelhanos organizaram ali um governo-geral. Em 1589 e 1597 as armadas inglesas dos condes de Cumberland e de Essex e os piratas devastaram e pilharam as ilhas, especialmente o Faial. Após 60 anos de domínio filipino, e aclamado D. João IV em 1640, as ilhas imediatamente aderiram ao movimento restaurador, verificando-se grande resistência dos castelhanos, sitiados na fortaleza principal de Angra do Heroísmo, que durou até março de 1642. Em 1766, os Açores passaram a ser governados por um capitão-general em Angra do Heroísmo. Hoje, S. Miguel, é o centro das decisões políticas e administrativas, uma ilha em franco desenvolvimento sujeita ao lema “**Mais Vale Morrer Livres Do Que Em Paz Sujeitos**”.*

Desde há muito também que se sabe da vinda dos Templários às terras da antiga Lusitânia em 1126, recebendo em doação os terrenos da Fonte Arcada [Póvoa de Lanhoso], por Dona Teresa, mãe de Afonso D. Henriques, sendo seu mestre Guilherme Ricardo. Dona Teresa também lhes doara o castelo de Soure como primeiro fasto da Ordem. A investida mourisca contra este posto avançado dos cristãos de Coimbra no ano de 1144, foi o grande batismo de guerra dos cavaleiros templários que, então, já haviam transformado esta velha ruína numa fortaleza. Dizia-se que na convicção templária: «*a morte era, de facto, mais bela que a vida comprada com a cobardia*». É precisamente este o sentido da divisa ainda hoje utilizada pelos açorianos, que a inscreveram no seu brasão. Nela é citada a célebre frase de Cipião de Figueiredo e Vasconcelos), conde da vila de São Sebastião (por D. António I) distinguiu-se como corregedor dos Açores durante a crise de sucessão de 1580, tendo governado o arquipélago durante o período conturbado que se seguiu à aclamação nas ilhas de D. António, Prior do Crato como rei de Portugal. A ele se deve a fortificação e organização da defesa da ilha Terceira que levou à vitória na batalha da Salga. Foi ele que se negou a entregar os Açores ao poder espanhol, preferindo morrer a favor do Prior do Crato, o último monarca da ímpar dinastia de Avis: «**MAIS VALE MORRER LIVRES DO QUE EM PAZ SUJEITOS**». Será simples coincidência de convicção, ou serão os Açores um dos últimos refúgios da mente templária?

A revolução liberal de 1820 teve repercussões sobretudo na Ilha Terceira. Na Vila da Praia, em 1829, travou-se uma grande batalha entre miguelistas e liberais, com a vitória destes. Em 1830, formou-se na Terceira um conselho de regência e em 1832 chegava D. Pedro IV aos Açores aí formando um governo sob a presidência do marquês de Palmela e de que fazia parte Mouzinho da Silveira, coadjuvado por Almeida Garrett. As grandes e discutidas reformas deste último foram todas promulgadas nos Açores, que passaram a constituir uma província. Em 1832, a Capitania-Geral deu lugar à formação da Província Açoriana com sede em Angra. Em 1836, dividiram-se as ilhas em três grupos denominados Distritos Administrativos. Durante as duas guerras mundiais o arquipélago desempenhou papel de relevo a favor dos países aliados. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, a nova Constituição instituiu o regime político-administrativo autónomo para os arquipélagos dos Açores e Madeira. Hoje, o arquipélago é uma Região Autónoma com assembleia e governo regional. Em 1976 foram eleitos os primeiros deputados para a Assembleia Regional dos Açores e o seu primeiro Governo

Regional. Atualmente, a sede da Região Autónoma dos Açores está na Horta, Faial, num imponente e caro edifício que serve para justificar as visitas dos deputados insulares e o custo das suas deslocações.

A autonomia tem progredido lentamente, e em casos pontuais, para satisfazer os nativos sem incomodar os centralistas macrocéfalos em Belém, a não ser aquando do novo estatuto de autonomia inicialmente vetado pelo Presidente da República, Cavaco e Silva, que acabaria, contrariado, por promulgá-lo a 29 de dezembro de 2008.

1.5. A APRENDER A VIDA INSULAR

Estava JC com a mulher a tomar café no café da esquina (do presidente da junta de freguesia), quando foram abordados por um senhor que os convidou a ir, nessa noite de sábado, ver uma passagem de modelos no salão dos bombeiros. Sem saberem quem ele era, pelo seu porte e boa apresentação, pensaram (aliás durante bastante tempo) que se tratava do chefe dos bombeiros da Lomba da Maia. Pelas 21:00 entraram no salão apinhado de gente, na sua maioria jovens, mas bem composto de mães e pais de família e crianças. Ao fim duns minutos fizeram sinal para que fossem sentar-se à frente junto ao improvisado palco pois ali lhes tinham reservado umas cadeiras junto à passerelle. Ao som de música e com efeitos de fumo, a cerimónia começou e nela desfilaram 20 jovens (os mais novos entre os 3 e os 9 anos) durante uma hora e tal. Bastante bem organizados e com um certo profissionalismo, para surpresa dos recém-chegados, pois, jamais esperavam encontrar, num ambiente rural, um desfile de modelos e roupas pelo terceiro ano consecutivo...A participação popular – como era de esperar – incluía elementos do sexo masculino embasbacados. Pertenciam ao grupo de jovens machos sexualmente frustrados como é habitual nestes eventos e locais. No fim do desfile, houve um discurso de agradecimento no qual se mencionava a presença de pessoas do continente (JC e mulher eram os únicos) e de várias aldeias e vilas limítrofes. O Nigel foi entrevistado pelo apresentador e acabou por engasgar-se no nome dele. Disse que era de Bragança, em vez de dizer que dali tinha acabado de chegar. Enfim os nervosismos próprios de quem tinha acabado de participar durante o intervalo num Bingo a favor dos Bombeiros e estava rodeado de três ou quatro amigos aqui da aldeia. Ficou todo contente porque tinha ido à sua primeira sessão de fado há umas semanas atrás e agora fora à primeira passagem de modelos da sua vida...

O curioso é este evento ter tido lugar, o que é uma ótima iniciativa que visa a participação dos jovens, em vez de os abandonar à sua sorte e desespero como aconteceu recentemente em França, com noites seguidas de violência, incêndios e descatos nas ruas e em bairros ditos problemáticos.

Assim, os jovens participam e ocupam umas horas do seu tempo numa atividade sem fins lucrativos, mas de vasto alcance social. Esta aldeia tem iniciativas comunitárias bastante dignas de encómios, para além das tradicionais procissões e festas anuais que visam perpetuar tradições. Muito mais tarde viriam a saber que o senhor organizador era nem mais nem menos do que um conhecido professor de Filosofia e ativista político da ilha.

JC acabara de levar o Nigel à escola, num certo dia, quando se deparou com um grupo de seis cantoneiros que cortavam os arbustos e desmatavam as bermas da estrada. Lembrou-se de cenas da sua infância em Portugal em que os cantoneiros nas estradas solitárias de Trás-os-Montes faziam o mesmo, sempre educadamente levando a mão à pala do boné em cumprimento de saudação. Bem sabia que nas estradas, nessa época, poucos eram os carros, sucediam-se horas sem que nenhum passasse, e muitas vezes eram locais ou conhecidos dos cantoneiros. Com o progresso, a disseminação de viaturas e outras razões, perdeu-se esse uso no continente, mas mantém-se nos Açores (aliás lá desapareceram de vez os cantoneiros, substituídos por nada!). Um pequeno gesto que os irmana nesse grupo monstruoso a que se dá o nome de humanidade. Cada vez mais se olvida o velho lema “*todos por um e um por todos*”, substituído pelo pragmatismo de cada um para si e todos a lixar todos em proveito próprio. Não haja dúvida que os valores estão a alterar-se substancialmente. Demasiado rapidamente para toda uma geração ensinada a respeitar-se a si mesma e ao próximo, assente em valores como a vida inviolável e em que a violência não era uma realidade quotidiana nem urbana, a menos que se tratasse de países distantes e muitas vezes desconhecidos.

Hoje, dizia JC “esses valores e esses padrões mudaram numa forma mais rápida entre a sua juventude e a dos seus filhos, do que haviam mudado do tempo dos seus avós para ele...” De facto, a vida calma e pausada, quase bucólica, descrita pelos escritores românticos portugueses do final do século XIX mantivera-se em Portugal até meados da década de 1950. Da década libertária de 1960 para cá tudo se alterara com a emancipação sexual, a igualdade dos géneros, de direitos, a nova revolução industrial, a que se chama tecnológica, o neoliberalismo desumano. A família deixara de ser nuclear e em grande parte dos casos deixara de ser família. Passou a ter constituição diferente, os pais até podem ser do mesmo sexo, os matrimónios deixaram de ter valor, ultrapassados estatisticamente pelos divórcios e pelos não enlances, situações “de facto” ou nem isso, em que as pessoas se juntam por meros interesses de momento, por indicação das cartas de Tarô ou conjugação de estrelas favoráveis numa determinada fase lunar...

De facto, tudo estava a mudar e nem sempre para melhor, tanto mais que o futuro dos filhos era bem mais questionável do que fora na sua infância. Ao fim de quase cinquenta anos em que as pessoas nasciam para levarem uma vida melhor do que os pais tinham tido, hoje punha-se um novo paradigma. Certamente os filhos iriam ter uma vida mais difícil e pior do que a dos pais. Isto, não obstante, estarem rodeados por milhões de tecnologias novas capazes e teoricamente facilitadoras, mas o que tinham a mais em tecnologia faltava-lhes em princípios e em empregos, condenados que estavam a engrossar aquilo que era já tido como premissa imutável: a de haver uma larga percentagem de pessoas que nunca teria emprego pago ou nunca mais o tornaria a ter.

As estradas açorianas estão sempre embelezadas por flores da época, começando com as hortênsias (hydrangea, hidranja ou como lhe chamam localmente novelão) de junho a agosto, depois vêm outras amarelas que parecem candeieiros e a que chamam conteiras ou Rocas de Vénus (Hedychium gardenarum), incensos (Pittosporum undulatum), agapantos (Agapanthus praecox), beladonas (Brunsvigia rosea), no fim de setembro e outubro. Além disto há sempre as imponentes invasoras (e não-nativas) criptomérias (Cryptomeria japónica) orlando as estradas em pequenos bosques acolhedores que nos reportam a uma imagem constante de tranquilidade do Parque Jurássico sem dinossáurios. As conteiras, nome popular para as flores (em que se chupa o seu caule, bem doce, segundo dizem) foram trazidas para as ilhas no tempo da guerra e são oriundas das matas asiáticas. Também se sabe que são umas pragas que não param de alastrar.

Sabe-se que isto é fértil e húmido e daí não ser difícil florescer, mas a verdade é que as estradas (e nelas se incluem vias municipais, agrícolas e caminhos rurais) estão bem enfeitadas e sem arbustos a invadirem a rodovia. Um sério contraste com o abandono que se verifica no Continente onde as Juntas de Freguesia nem dinheiro têm para mandar limpar as bermas das estradas, sempre embrulhadas em disputas com o IEP ou lá como se chama a substituta da velhinha JAE (Junta Autónoma de Estradas) que bem cumpria a sua missão em períodos bem mais difíceis com menos dinheiro.

A terra tem tremido menos, ou mal se tem sentido, depois da crise sísmica que teve o seu pico de maio a outubro 2005, enquanto JC e família se acostumam a este novo e diferente clima, com pequenas variações de amplitude térmica anual e diurna, Não faz frio, mas que ele se sente, sente-se, mesmo que os termómetros não o digam. No verão a humidade fazia dos 26 °C um calor semelhante a 35 °C. Agora, de inverno, 17 parecem 5 °C pois a humidade penetra. Se há vento, então, é um frio cortante até aos ossos. Não há geada, mas o carro aparece coberto duma película húmida. A mesa onde repousa, há muito, o tabuleiro de xadrez, em vidro, esperando um Godot que o queira jogar, se

não for limpa todas as semanas cria mofo. Parece que a solução passa por adquirir um desumidificador como JC tivera na década de 70 nessas terras húmidas asiáticas de Macau.

Há dias fora à farmácia da Maia, onde nunca tinha entrado antes, para pedir um medicamento que aparentemente necessitava de receita. A senhora farmacêutica lá o aviou (se bem que contrariada) sem prescrição e foi dizendo que a sua mulher professora ali ao lado, tinha estado ali dois dias antes.... Aqui todos se conhecem e JC sem conhecer ninguém. Quando contratara a auxiliar de ação doméstica já sabia onde moravam e que iam todas as manhãs tomar café, apesar de nunca terem visto a cara dela antes. Um filho dela é aluno da mulher de JC e outra filha sê-lo-á em breve ...

O Nigel continua a chegar a casa, e depois dos trabalhos feitos, lá vai na sua trotineta visitar os amigos, voltando pelas 18.00 para tomar o seu duche diário, pôr a mesa e brincar até se deitar. Adora isto e se lhe perguntam diz já que isto é melhor do que o continente.

Muitas vezes, os primos que vivem em Ponta Delgada telefonam a perguntar quando vão à civilização. Se bem que, por vezes, isso faça bem, o certo é que os recém-chegados se sentem bem no calmo remanso da sua Lomba...

Quando o computador principal deixou de funcionar, decidiram mandar o dito para o Porto (onde se constatou que não tinha nada de deficiente) pois em Ponta Delgada nunca há peças. Se lhe tivessem dito que era a placa gráfica teria de esperar umas semanas até chegar outra...essa é uma das graves deficiências locais, nunca armazenam nada, e dependem de Lisboa para todas essas coisas que deviam existir localmente em estoque ou serem fabricadas in situ as que pudessem ser fabricadas.

Falta ainda um certo engenho e ousadia a esta gente, mas depois de começar a ler um magnífico livro intitulado “A Gente dos Açores” (de Caetano Valadão Serpa, op. cit.) JC começou a perceber porquê...resquícios do feudalismo que aqui imperou e ainda se manifesta coartando toda a iniciativa.

Parece ser um tabu mencionar essa palavra ou essa herança feudal que ainda hoje coarta a iniciativa, e se manifesta em monopólios económicos na vida das ilhas, mais contribuindo para o seu atraso, isolamento e insularidade.

1.6. DOS CAGARROS AO CHÁ AÇORIANO E A UM ANTIGO 7º ANO DO LICEU

O Nigel estava muito preocupado porque os colegas lá na Escola andavam a fumar cigarros. Para quem não sabe, os cigarros são uma ave típica daqui que nada tem a ver com os charros que se fumam.

*Todos os anos (desde 1995) existe uma campanha de sensibilização ambiental e conservação do cigarro que tem como objetivo envolver as populações no salvamento dos cigarros juvenis junto às estradas e na sua proximidade. O cigarro ou *Calonectris diomedea borealis* é a ave marinha mais abundante nos Açores, totalizando mais de 95 mil casais reprodutores. A população nidificante açoriana representa 74% da população mundial da subespécie *Calonectris diomedea borealis* e 52% da espécie *Calonectris diomedea*. Para além dos Açores, esta ave nidifica também nos arquipélagos da Madeira, Berlengas e Canárias. A envergadura das asas do cigarro varia entre 100 e 125 cm e as fêmeas pesam em média 780 g. Os machos são um pouco maiores e aproximam-se das 900 g. Trata-se duma ave que nidifica ao longo do litoral de todas as ilhas e em alguns ilhéus, incluindo zonas inacessíveis nas falésias. Escolhe preferencialmente cavidades naturais e fendas na rocha, podendo reutilizar luras de coelho no solo ou escavar o seu próprio buraco com alguns metros de profundidade. O ciclo reprodutor dura quase nove (9) meses, de finais de fevereiro até finais de outubro, e apresenta grande sincronia entre as diferentes fases. A postura ocorre de fins de maio a início de junho, a eclosão nos finais de julho e a emancipação dos juvenis entre finais de outubro e início de novembro. Após esse período, os cigarros (também lhes chamam cagarrias) reúnem-se em grandes bandos e efetuam migrações transequatoriais, nomeadamente, para a costa do Brasil e do Uruguai. No mar, observam-se cigarros a alimentarem-se conjuntamente com outros predadores marinhos, como cetáceos e tunídeos, que dirigem as potenciais presas para a superfície. Na sua dieta incluem-se pequenos peixes pelágicos (como o chicharro ou cavala, pequenas lulas e crustáceos) e os seus cantos são peculiares e inesquecíveis. O seu voo é caracterizado pelos poucos movimentos de asas e pela agilidade com que rasam as ondas. Em contrapartida, quando aterram e têm de se deslocar em terra são muito desajeitadas. O grande declínio que as suas populações mundiais registaram nas últimas décadas leva a considerar esta espécie como vulnerável. Em meados de maio, com a postura de um único ovo por casal, dá-se início à história da vida das cagarrias. A cria, entretanto nascida, permanecerá em terra até meados de outubro, momento em que os progenitores deixarão de aportar à ilha para a alimentar. Durante alguns dias os jovens vivem das suas reservas até que são obrigados a enfrentar o mar. Divagarão pela imensidão do Atlântico durante pelo menos sete (7) anos, avistando ao longe as costas de Pernambuco e da Nova Inglaterra, regressando à ilha natal quando atingirem a maturidade sexual onde disputarão um local para nidificar, de preferência próximo ao sítio onde nasceram. Se sobreviverem a temporais, lutas, armadilhas em terra e no mar, viverão mais de três décadas entre o mar e o céu apenas vindo a terra para se reproduzir." (Retirado do livro *Percursos - Paisagens e Habitats de Portugal* da editora Assírio & Alvim)*

Ora bem, depois duma explicação similar, teve de se aclarar ao jovem que era difícil fumar estes animais mesmo quando eles eram recém-nascidos.... Se calhar, havia colegas na escola a fumarem charros e não cagarros.... As notícias davam conta, há semanas, de mais um jovem que fora levado para a esquadra...

JC e mulher foram convidados pelo seu senhorio para irem pelas 10 horas de domingo assistir à matança do porco ou pelas 11 horas, se não quisessem assistir ao evento fúnebre. Assim fizeram, que é sempre mais saudável não ver o que os pobres animais sofrem quando são preparados para nos servirem de alimento. Há dias Sir Paul McCartney, grande compositor e intérprete de fama antes, durante e depois dos Beatles, se recusou a ir à China devido à forma como tratam os animais. Se visse como os portugueses os abandonam quando vão de férias nunca mais vinha ao país... Bem, lá foram à matança, sendo recebidos pela mulher do anfitrião, já equipada de avental na cozinha a aprontar os comes, ela que às quartas e sábados é a cabeleireira cá da aldeia.

Sendo a primeira visita, mostrou-lhes a mansão que tem uns cinco quartos, quatro casas de banho, duas salas de estar e duas de jantar, mais uma falsa (sótão). Cá fora havia um pátio tipo árabe, com um enorme grelhador em cerâmica (BBQ) mas com óbvios sinais de pouco uso. Para lá do pátio, havia um quintal a sério (pensava JC que o seu quintal era grande, mas aquilo era maior que um campo de futebol), com a sua horta e estufa para morangos, várias plantas para consumo doméstico, e uma casota de cimento anexa onde se procedia aos preparativos do porco. No jardim pastava uma burra nova, sem sela, que fazia as delícias do jovem Nigel durante as horas seguintes. No anexo estava o cadáver dum animal encorpado da raça porcina, a ser depilado, aí com uns 200 a 300 kg, de corpo já imóvel e exangue. Em sua volta, estava o sogro do dono da casa com os seus ágeis 81 anos, um genro que trabalha na construção civil e serve como canalizador, pintor, e outras coisas, como reparador de telhas. Estava ainda outro jovem, o futuro genro da filha mais nova que estuda no ensino superior nas Caldas da Rainha. Ao contrário de trocadilhos fáceis, ao gosto de Bordallo Pinheiro, não se transmigrou para estudar a louça das Caldas, mas sim para um curso de animadora cultural. Nada terá a ver com as tais obras fálicas do Rafael Bordallo Pinheiro pois tal não é conducente a ser bem aceite pela moral estrita cá da terra. Presente também a filha mais velha do casal. Durante a semana toma conta do café do pai: é lá que diariamente JC vai tomar a sua “italiana” bica (em tempos, na década de 1960, chamara-se a esse tipo de café Pavoni ou Cimbalino nas regiões do norte de Portugal, por ser essa a marca das máquinas de café expresso...). Contígua à casa principal, plantada no meio dum monte com vistas em 360 graus, e decerto bastante ventosa como é norma na Lomba, havia ainda outra casa, aliás garagem ou armazém, onde cabiam o Mercedes do dono, a carrinha de vaqueiro e vários outros utensílios agrícolas, ladeada por um salão enorme com cozinha totalmente apetrechada, forno, etc. onde se encontravam reunidos outros membros de sexo feminino da comunidade.

Depois das apresentações formais aos forasteiros dos membros da família, foi-se dar a volta pelas instalações domésticas e o Nigel foi andar de burra pela arreata da mãe. JC ficou a observar tudo paulatinamente, por entre as espirais de fumo dos cigarros que ia fumando, que é para isso que ele tem fama, tudo observando e nada mais fazendo. Quando vieram para dentro, a dona da casa disse que era costume os homens servirem-se primeiro e só depois noutra compartimento se serviam as mulheres. Para não ofender as tradições, a mulher de JC não aceitou o lugar na mesa dos homens. Obviamente que em terra de romanos se faz (se tenta fazer) como eles, pelo que prontamente se dignou jejuar em reconhecimento da sua qualidade de mulher. Momentaneamente teve de esquecer as suas noções de feminismo e forçou-se diplomaticamente a aceitar a honra de ser cônjuge e ser só servida duas ou três horas depois de os homens terem degustado os melhores pedaços do porco recém-abatido.

Mais um resquício feudal? O Nigel, apesar de criança, teve lugar na mesa dos homens o que lhe deu um certo espírito adulto, consentâneo com o desenvolvimento nestas tenras idades de afirmação identitária. Ainda um dia alguém fará uma tese de mestrado sobre as origens de tão discriminatório hábito, decerto um dos muitos resquícios do feudalismo local. Depois do almoço, os homens (poucos) que fumavam vieram cá para fora. JC teve uma conversa deveras interessante com o futuro genro do dono da casa, o Tiago, o herdeiro da Casa de Chá da Gorreana (a quem JC sempre irónico e inicialmente tinha a mania de ironicamente chamar “gonorreia” por achar que os dois nomes eram similares).

Ninguém ali presente imaginava sequer que em menos de um ano a velha fábrica de chá estaria nos ecrãs da televisão numa famosa série televisiva, onde era chamada casa de Chá de Santa Bárbara. Convém abrir aqui um parêntesis para explicar que a dita casa de chá desta ilha não é um sítio onde se vai pelas 5 da tarde tomar uma “cup of tea”, mas sim onde se planta, trata e vende o chá.

É uma das duas únicas explorações de chá da Europa. A outra é a de Porto Formoso (a 5 km) que também já haviam visitado, tendo visto o plantio, tratamento e demais aspetos da produção do *Pekoe*, *Orange Pekoe* e do *Broken Leaf* (como adiante se verá).

A utilização do chá começou por ter um carácter medicinal e o seu uso como bebida, preparada a partir da infusão das folhas de chá, data de há milénios. Segundo a lenda deve-se ao imperador chinês Shen Nung (2737 a.C.) a descoberta das suas propriedades estimulantes. O primeiro tratado sobre chá com carácter técnico, o tratado de Lu Yu escrito no séc. VIII, durante a dinastia Tang ajudou a immortalizar o papel da China como responsável pela introdução do chá no mundo. Nele foram estipulados pela primeira vez uma série de preceitos

de caráter técnico. No início do séc. IX a cultura do chá foi introduzida no Japão por um monge budista, Saicho, que trouxera da China algumas sementes. A cultura resultou com êxito e desenvolveu-se rapidamente. Produziu-se, então, nestes dois países uma evolução extraordinária, talvez única na história dos produtos de consumo humano e que tocou não só o domínio técnico e económico, mas também, e principalmente, os domínios artístico, poético, filosófico e mesmo religioso, envolvendo o consumo de chá, mas principalmente no Japão, um cerimonial, complexo, mas sempre de grande significado.

A Europa conheceu o chá num passado recente. As referências mais antigas que se encontram na literatura europeia respeitantes ao chá devem-se a Marco Polo no relato da sua viagem, ao seu compatriota Ramusio, em escritos que datam de 1559, e ao português Frei Gaspar da Cruz [“Tratado das Coisas da China”] que a ele se refere numa carta dirigida ao seu soberano. A sua introdução no velho continente só se veio a verificar no início do séc. XVII, em consequência do comércio que então se estabelecia entre a Europa e o Oriente. Teriam sido os portugueses a trazer pela primeira vez o chá à Europa, mas foram decerto os holandeses os responsáveis pela intensificação do seu comércio que mais tarde seria desenvolvido pelos ingleses. O chá teve maior difusão na Europa quando Portugueses e Holandeses desenvolveram o comércio de produtos vindos do Oriente. O chá era importado por intermédio da famosa “Tea English East Indian Company”, que detinha o monopólio do comércio de chá com a Ásia e que em 1715 se estabeleceu em Cantão passando a gozar de uma situação privilegiada até 1833, data em que se viu forçada a procurar novas fontes de abastecimento; tendo introduzido a cultura nas possessões da Inglaterra na Ásia, primeiro na Índia e depois em Ceilão.

Por onde passaram os portugueses, encontram-se vestígios do chá, o que veio a acontecer na Inglaterra no século XVII, aquando do matrimónio do rei Carlos II com a princesa Catarina de Bragança, em 1662. Para a concretização dessa aliança, foi assinado um contrato que cedeu à Inglaterra Tânger e Bombaim, como também a autorização de navegar no ultramar português. Foi o começo da expansão do império britânico por todo o mundo. Além deste dote, Catarina de Bragança trouxe consigo uma arca de chá da China que valia uma fortuna. O chá era parte essencial dos costumes da corte portuguesa, e a futura rainha de Inglaterra, tendo uma grande admiração pela bebida, imediatamente a introduziu na corte inglesa. O consumo de chá e a cerimónia à sua volta passaram a ser costumes que mais identificariam o povo inglês, como Afonso Lopes Vieira (Leiria 1878 - Lisboa 1946) escreveria:

*Se um inglês ao passar me olhar com desdém,
Num sorriso de dó eu pensarei: - Pois bem!
Se tens agora o mar e a tua esquadra ingente,
Fui eu que te ensinei a nadar, simplesmente.
Se nas índias flutua essa bandeira inglesa,
Fui eu que t'as cedi num dote de princesa.
E para te ensinar a ser correto já,
Coloquei-te na mão a xícara de chá.*

No entanto, há também quem diga que foi Anna, a sétima duquesa de Bedford, quem introduziu o ritual de chá da tarde na Inglaterra em 1840. Recorda-se que a Duquesa frequentemente ficaria faminta por volta das 4 da tarde, então sobrava um longo período até às 8 da noite, horário em que o jantar era servido. A Duquesa, numa ocasião, pediu que a bandeja de chá, pão e manteiga, sanduíches e bolos fossem trazidos para sua sala às 4 da tarde. Isto tornou-se um hábito e ela em breve começou a convidar amigos para se juntarem a ela. Ao

primeiro chá que foi introduzido na Inglaterra deu-se o nome de Gunpowder, por ter a forma de balas de pólvora. Por 500 gramas (uma libra), pagavam-se na altura 16-60 xelins o que era inacessível para um salário normal de trabalhador e até aos finais do século XVIII, o chá era uma bebida que só se encontrava no seio aristocrático inglês. Na Inglaterra, o seu consumo intensificou-se rapidamente e a partir de então tornou-se a bebida de eleição de todas as classes sociais. É de sublinhar a popularidade que ainda goza naquele país, na vida de todo o cidadão britânico. A sua popularidade estendeu-se aos países onde a influência inglesa se fez sentir, primeiro nos EUA depois a Austrália e o Canadá.

Atualmente o chá é a bebida mais consumida em todo o mundo. Em território português, presentemente, o chá só é cultivado nos Açores onde a cultura se pratica, desde finais do século XIX, em pequena escala. Apesar de no Continente ter sido tentada a sua cultura, nomeadamente no Minho e no Alentejo, restam apenas algumas destas plantas com carácter ornamental.

Linguisticamente, em relação a esta bebida, o mundo divide-se aparentemente em duas partes: aquela em que o nome da planta tem a forma chá, ou semelhante; e aquela em que tem a forma té, tea, ou semelhante como "Tcha". Em russo chaleira diz-se "chajnik" [чайник]. O nome científico é Thea sinensis ou Camellia theifera. A planta de S. Miguel é designada por Camellia sinensis (L.) O. Kuntze e botanicamente pertence à família Theaceae. A planta do chá é lenhosa e de folhagem persistente. As folhas são alternas, de pecíolo pequeno, elípticas, dentadas e normalmente coriáceas, apresentando-se glabras ou ligeiramente pubescentes na página inferior ao longo da nervura principal. As suas folhas mais jovens e os gomos, parte da planta utilizada na produção do chá comercial, são cobertos por um fino indumento branco e sedoso que mais tarde vem a desaparecer. É este indumento, aliás, que está na origem do nome dado ao gomo terminal: Pekoe, da palavra chinesa pak-ho que significa cabelo ou penugem. As flores, pequenas, são brancas, geralmente com 4 ou 5 pétalas, aromáticas e aparecem nas axilas das folhas em grupos de 2,3 ou 4. O fruto é uma cápsula tricoca com 2 ou 3 cm de diâmetro. Dada a grande dispersão que a planta sofreu desde o início do seu cultivo até aos nossos dias e a livre hibridação entre os vários tipos geográficos, não tem sido fácil para os botânicos a descrição das variedades existentes. Contudo, atendendo ao fator geográfico, consideram-se três variedades principais de Camellia sinensis, que podem ser reconhecidas pela região de origem desta planta: a sinensis (chá da China), a assamica (chá de Assam) e a assamica ssp. lasiocalyx (chá do Camboja ou Indochina). Estas variedades cruzam-se entre si originando múltiplos híbridos.

Em 1874, chegaram a S. Miguel as primeiras sementes de *sinensis* e, alguns anos mais tarde, foram chamados dois especialistas chineses que se dedicaram a ensinar aos fabricantes locais as técnicas de preparação das folhas. Todas as variedades de chá provêm dos rebentos jovens desta planta. As diferenças derivam do clima, do período da colheita e do tratamento a que são submetidos posteriormente. Chegaram a funcionar em S. Miguel mais de uma dezena de plantações com fábrica própria.

A Gorreana explora 23 hectares, uma área capaz de produzir cerca de 40 toneladas de chá seco. São necessários em média, cerca de 4 kg de folhas de chá fresco para obter 1 kg de chá seco pronto para infusão. A Gorreana produz chá verde e chá preto ortodoxo, assim designado porque durante o processo de transformação das folhas estas ficam na sua maioria, enroladas e inteiras - tal como acontecia com o chá que era trabalhado com as mãos e não por meio das novas tecnologias, que deixam as folhas partidas ou esmagadas. O processo de transformação tradicional ortodoxo do chá compreende várias fases:

a) *Emurchamento* – esta operação tem como objetivo murchar a folha, ou seja, fazê-la perder água por evaporação, para que não quebre durante a fase seguinte de enrolamento. As folhas são estendidas em camadas finas em tabuleiros sobre redes metálicas através das quais se faz passar uma corrente de ar quente, a temperatura controlada, forçada por ventiladores. As folhas pelo emurchamento perdem cerca de 25-50% do seu peso, este processo demora cerca de 16 a 24 horas;

b) *Enrolamento* - operação que consiste em enrolar a folha. A destruição das membranas celulares permite o contacto dos vários componentes químicos com as enzimas. O enrolamento era manual, mas atualmente é feito numa máquina, que é uma mesa e um tabuleiro onde se colocam as folhas e uma tampa que exerce pressão sobre elas. Um movimento de rotação faz girar a mesa e o tabuleiro em sentidos contrários. As folhas passam depois por um crivo que desfaz os aglomerados de folhas e separa as folhas mais finas das mais grossas, que voltam a ser enroladas. As que passam pelo crivo seguem para a fermentação. Este processo demora 30 minutos, mas pode ser repetido 2 ou 3 vezes, pois se o chá ficar insuficientemente enrolado origina infusões mais fracas.

c) *Fermentação* - as folhas são espalhadas em camadas de altura variável (2,5 a 10 cm) sobre uma superfície de cimento, de ripado ou em tabuleiros de alumínio. A fermentação exige a presença de oxigénio (trata-se em termos químicos de uma oxidação) e uma temperatura que não exceda os 27 °C, além de uma atmosfera húmida. A fermentação demora cerca de 2 a 3 horas.

d) *Secagem* - esta operação tem como principal objetivo, parar a fermentação. A sua duração depende da humidade da folha, normalmente demora 20 minutos, a 90 °C. A secagem faz-se mediante uma corrente de ar quente que atravessa os tabuleiros.

e) *Escolha, armazenagem e embalagem* – Depois de arrefecidas, as folhas são separadas de acordo com os seus diferentes tamanhos. A separação é efetuada em crivos rotativos ou pratos oscilantes associados a máquinas que quebram as folhas e outras que aspiram poeiras ou corpos estranhos. O chá é depois armazenado em tulas ou silos até à altura de ser embalado.

A seleção das folhas dá origem aos diferentes tipos ou graus de chá preto. Entre outros, destacamos os diferentes tipos de chá preto produzidos: *Orange Pekoe* (feito a partir do gomo apical e da 1ª folha do rebento, muito enrolado, resultando numa rica infusão, com sabor e perfume delicados), o *Pekoe* (originário da 2ª folha tem um paladar e aroma menos acentuado) e o *Broken Leaf* (feito a partir da 3ª folha e de folhas partidas, é menos aromático, mas mais suave).

O chá verde difere ligeiramente no processo de transformação. Após a colheita, as folhas são sujeitas ao “steaming”, que consiste na aplicação de vapor de água para inativar as enzimas (polifenol oxidases), impedindo a fermentação (ou mais corretamente a oxidação). As folhas são enroladas, secas e de novo enroladas. Ficam no final, com uma cor verde-azeitona, escura e inteiras.

Voltemos de novo à matança do porco.... Ora bem, este jovem Tiago, noivo da filha do senhorio, era sobrinho da mulher do falecido Ernesto de Melo Antunes, esse coronel que JC conhecera como major nos idos de 1973 e a quem devia quase tudo da sua inicial indoutrinação política, quando com ele coabitara em Leiria durante os meses de abril a setembro 1973.

Nasceu em Lisboa a 2 de outubro de 1933. Frequentou a Escola do Exército, fez o tirocínio na Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas e, em 1957, subiu à categoria de alferes. A sua passagem pela vila alentejana ficou marcada pelos primeiros contactos com grupos de oposição e pelos primeiros atritos com a hierarquia militar, que lhe valeram a colocação nos Açores, onde permaneceu em serviço de 1958 a 1962. Capitão em 1961, foi promovido a major em 1972. Cumpriu três comissões de serviço em Angola, entre 1963-1965, 1966-1968, e 1971-1973. Embora o seu nome surgisse entre os candidatos da CDE às eleições legislativas de 1969 por Ponta Delgada, as autoridades militares impediram a sua apresentação a escrutínio. Regressado de Angola, colocado no RAL-4 em Leiria, aderiu ou ingressou em 1973 no que seria o futuro Movimento dos Capitães, tornando-se num dos principais redatores do programa político do MFA. Em abril de 1974 estava colocado nos Açores. Participou no Movimento dos Capitães e, nessa qualidade, foi o principal redator, em março de 1974 do documento O Movimento das Forças Armadas e a Nação, o primeiro documento de conteúdo claramente político. Coautor e principal redator do programa do MFA, pertenceu à sua comissão coordenadora depois de 25 de Abril de 1974. Notabilizou-se ainda por ter participado ativamente na elaboração do Programa de Ação Política e Económica (dezembro de 1974) e do Documento dos Nove (agosto de 1975) conhecido como documento Melo Antunes por dele ter sido o primeiro subscritor. Depois do 25 de Abril de 1974 negociou a independência da Guiné-Bissau e fez parte do Conselho dos Vinte, órgão do MFA antes do período constitucional, do Conselho da Revolução, e do Conselho de Estado. Integrou o Conselho de Estado e foi ministro sem pasta do II Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves. Assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros nos IV e VI Governos provisórios, presididos por Vasco Gonçalves e Pinheiro de Azevedo, respetivamente. Considerado um dos ideólogos do MFA, foi membro do Conselho da Revolução até à sua extinção, em 1982, e pertenceu também ao Conselho de Estado a partir de 1982. Aderiu ao PS em 1981. Morreu a 10 de agosto de 1999.

Falaram longamente da atividade do Melo Antunes e do seu primeiro casamento com a irmã da mãe deste Tiago. JC aprendera coisas interessantes dos tempos da grande conspiração antirregime em que o Melo Antunes aqui esteve exilado. Escusado será dizer que nas 24 horas seguintes iria a devorar o livro intitulado “*Melo Antunes o Sonhador Pragmático*” e adoraria. Nunca lhe passara pela cabeça que aquela ilha simpática de gente afável podia ter sido o antro de tais “revolucionários” que destroçaram o Império Português..., no entanto, alguém teria de dissipar uma grande dúvida surgida ao ler o livro:

Da entrevista, página 80:

(Melo Antunes)” ... porque, entretanto, como disse, estava castigado nos Açores, incluído naquele grupo de oficiais que eles, eventualmente, consideraram que poderiam ter mais influência no desenvolvimento do processo.”

(M. M. Cruzeiro) “E depois juntou-se lá consigo o Vasco Lourenço.”

Da cronologia pessoal (M. M. Cruzeiro), página 347:

“1974 - 23 de março. Parte para os Açores, onde fora colocado a seu pedido e donde acompanha o desencadear do Movimento juntamente com Vasco Lourenço (que, entretanto, para lá fora castigado)”.

Foi Vasco Lourenço, outro homem da revolução dos cravos quem deslindou a dúvida numa entrevista a António de Melo em “o Público” de 12 de abril de 2004:

O Melo Antunes tinha estado nos Açores nos anos 60, casara lá e vivia lá. Em 1969 pretendeu concorrer às eleições nas listas da oposição, pelo círculo dos Açores, o que a hierarquia militar não permitiu. A partir daí foi corrido dos Açores e nunca mais conseguiu lá ser colocado, apesar de ter feito um requerimento nesse sentido...a seguir ao 5 de março, sabem da participação do Melo Antunes na reunião de Cascais e informam-no que foi deferido o pedido que ele fizera há três ou quatro anos para ser colocado nos Açores.

Com efeito Melo Antunes partira para os Açores a 23 de março, uma semana antes do abortado golpe das Caldas da Rainha. Fica então combinado o célebre telegrama em código que o iria informar do grande momento:

"Tia Aurora segue dia...Um abraço António".

Melo Antunes, tal como outra pessoa antes dele, havia impressionado JC positivamente e duma forma duradoura. De 1965 a 1967, fora seu professor de Moral, nos antigos 6º e 7º anos do Liceu, Mário de Oliveira, o famoso padre de Macieira da Lixa (Felgueiras) até maio 1967, escassos meses antes de ser enviado como Capelão Militar para a Guiné em novembro desse ano, onde esteve até março 1968, acabando por ser expulso de capelão militar por pregar o direito dos povos colonizados à autonomia e independência. JC não resistiu. Foi remexer nos seus arquivos fotográficos e descobriu fotos curiosas tiradas nesse maio de 1967. Ali encontrou a imagem dum jovem estagiário, atualmente professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras. Quando era professor estagiário, esse seu Professor de Inglês discutira com um aluno em pleno exame oral de 7º ano que *leather* era para os humanos e *skin* para os animais. A vida tem recontros ocasionais, pois, inadvertidamente fora

reencontrá-lo, em maio de 2005, numa Conferência do ISAI onde obviamente não lhe recordou esse incidente....

Curiosamente lembrava-se de mais pessoas (incluindo os nomes) naquelas fotos e naquela turma de sétimo ano que o próprio JC, o que significa apenas que se deve ter tratado duma turma inesquecível. Provável também que tivesse sido nessa noite, cujas fotografias guardam mil sorrisos e alegria a rodos, que JC apanhou o seu primeiro pifo. É visível numa das fotos do evento: todos se estão a rir com o brinde que fizera, a pensarem que tinham de o levar a casa.... Ainda nas mesmas fotos reconheceria de óculos o Jorge Alvarez Martins, o Carlos Vilas-Boas Tavares, Mário Dessa, ao lado do Carlos Macedo, e o Chico Nazaré e Tó Paim. Ao lado da professora de Filosofia estava o Rui Terrassecas que era o melhor aluno. Dos restantes apenas caras conhecidas sem nome. Não há memória que resista para adicionar nomes passados tantos anos de olvido.

Curiosos os sentimentos que estas digressões fotográficas ao passado podem causar. Sentimentos diversos que não necessariamente de saudade. Uma mera constatação de que cenas, vivas na memória como se fossem ontem, afinal ocorreram já há quatro décadas e nada se pode já fazer. Ao contrário dos vídeos em que se carrega num botão para rebobinar e ver tudo de novo. Afinal todo o liceu era uma zona obscura, uma área branqueada pelo tempo inexorável sem que tivesse deixado recordações por aí além. Recordava-se, por exemplo, de ter criado um segundo jornal de estudantes no Liceu de Alexandre Herculano, pois, entendia que o existente não satisfazia as necessidades e anseios dos seus colegas. Isto passou-se pelo 4º ano do liceu (atual 8º) em que andara a angariar patrocínios pelas lojas de venda de equipamentos musicais. Disso se falará noutra altura.

Bom, voltando aos Açores, faltou acrescentar que o infeliz animal afinal estava, tal como os seus acompanhamentos, ótimo. Pelas 4 da tarde já as mulheres todas tinham desjejuado (os homens tinham almoçado pelas 12:30) e JC veio para casa trabalhar. A sua mulher lá ficara a ver fazer as morcelas e a burra já fugia do Nigel pedindo uma semana de folga.

Nesses dias aconteceu o inevitável: a compra de um aquecedor porque embora a temperatura nunca tenha baixado de 11 °C o certo é que a humidade mata e à noite é um frio de rachar na sala. Nos hipermercados e lojas da especialidade não existia nenhum modelo dos pretendidos, demorando três semanas a chegar.... Pensara que se tratava de um bem facilmente disponível em todos os cantos.

No rápido estudo que fizera constatara que apenas 17% dos lares açorianos dispõem de aspirador e menos percentagem ainda de aquecedores. Como queriam um catalítico grande, a gás, contentaram-se com o único que encontraram, depois de visitarem todos os hipermercados. Nisto, e em muitas

outras coisas, os Açores faziam lembrar Timor entre 1973 e 1975. Se os jovens oficiais ali estacionados queriam um rádio, gravador, máquina fotográfica ou outro aparelho, tinham de esperar pelo barco para encomendar. Passados seis meses lá vinha o equipamento no barco de Singapura ou Hong-Kong. Aqui, nas ilhas, é um tudo-nada semelhante. Nunca há nada disponível e vem tudo do continente. Uma dependência que espanta ou talvez não. Não se imagina como uma autonomia convertida em independência iria lidar com este e outros problemas. Nessa noite iriam ver TV sem congelar.

A vida na aldeia tem, por vezes, pequenos acontecimentos que se não forem narrados se perdem na memória das gentes como pequenos incidentes que são, mas o certo é que durante momentos assumem foros tragicómicos mais ao gosto duma verdadeira tragédia grega ou dum filme de suspense.

No dia seguinte a mulher de JC, que para sempre se lamentará da falta de uma banheira na casa, resolveu meter-se no duche. Banheira só deve haver em casa de ricos, pois na miniatural casa de banho não caberia nem metade. A certa altura chama, lá de baixo, JC que estava, em cima, na falsa a trabalhar, dizendo que não tinha água quente. JC foi a correr trocar a botija de gás, mas nada acontecia. O esquentador não arrancava, a chama piloto acendia a luz indicadora verde, mas a chama não irrompia nos seus tons flamejantes e quentes, com toda a sua plena pujança de aquecedor de água.

Eram sete da tarde e partindo em busca do dono da casa, JC contou-lhe o infortúnio sucedido. Pouco havia a fazer devido ao adiantado da hora, mas como estava ali um electricista, ele lá iria ver. Assim se fez e o prestável electricista veio, viu os circuitos elétricos e inteirou-se daquilo que já se narrara, sem poder acrescentar nada visto que o problema era obviamente doutra origem que não elétrica. Após este fracasso que durava já há largos minutos nada mais restava a fazer se não seguir os métodos tradicionais de aquecer na chaleira elétrica alguns litros de água para ajudar a tirar a espuma de cima da pobre senhora que enregelada há cerca de 20 minutos, aguardava uma solução mais morna para se desensaboar.

Cerca de 24 horas depois, e após terem passado lá por casa mais duas ou três pessoas não especializadas na matéria, mas desejosas de tentar resolver o problema, veio finalmente um técnico de esquentadores da cidade da Ribeira Grande a ver o que se passava. O seu veredito perentório, mas não suficientemente categórico para convencer o locatário, resumiu-se a culpar impurezas acumuladas, provavelmente durante a fase de obras a que a casa fora sujeita, que haviam impedido o normal funcionamento do aparelho ainda novo e no prazo de garantia. Imaginem o desconforto burguês de alguém que se habituou a ter sempre água quente a toda a hora.... Claro que o problema foi resolvido e provavelmente não servirá para aquecer uma conversa de inverno à lareira num futuro próximo.

Estes burgueses citadinos sempre tiveram uma certa dificuldade em lidar com as adversidades de quem vive num meio rural. Já era assim dantes e continuará a ser sempre que houver transições. O povo português vive há séculos a transformar-se. De rural para citadino. Esta transição, no sentido inverso, que JC encetara há uns anos também não estava desprovida de dificuldades. Para debater

este e outros problemas similares, dado o atual estado do ensino em Portugal não espantaria a ninguém que surgisse em breve outra brilhante tese de mestrado a culminar um dos cerca de 836 inúteis cursos de licenciatura existentes.

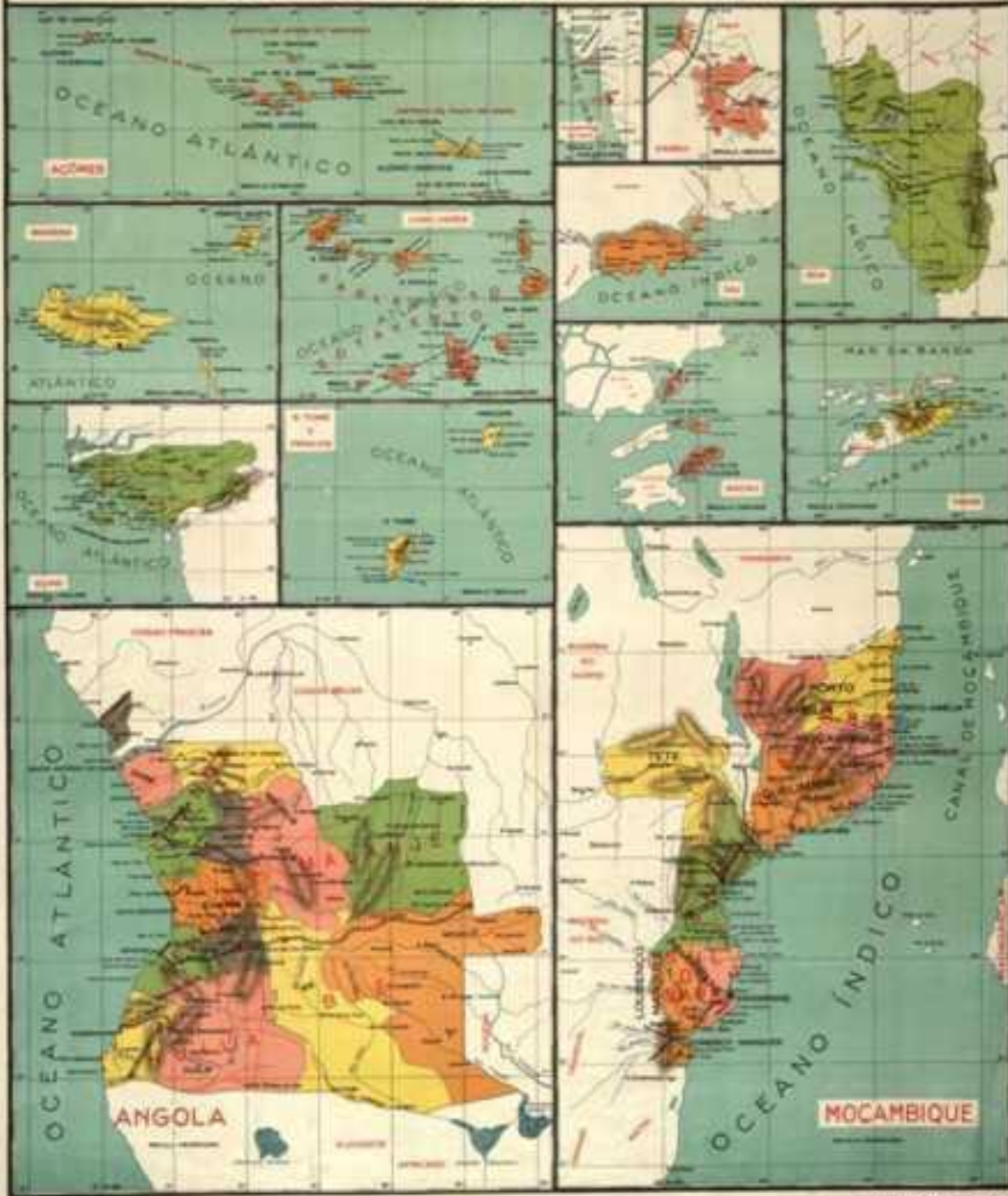
CAPÍTULO 2- MACAU, BALI E KUWAIT CITY

*The mediocre teacher tells,
The good teacher explains,
The superior teacher demonstrates,
The great teacher inspires.*
William Arthur Ward

PORTUGAL INSULAR E ULTRAMARINO

EDITORA: EDUCAÇÃO NACIONAL

RUA DO ALMADA, 125 - PÔRTO



LITO. LUSITANA-GAIA

"The best way to predict the future is to invent it."

(Alan Kay)

2. MACAU

2.1. REVISITANDO MACAU

Passaram-se quatro meses desde que JC e família chegaram a S. Miguel. Continuam a viver e a gostar da sua aldeia, com pouco ou nada digno de reportar. Sempre a mesma lufa-lufa diária a que todos se entregam, cumprindo rituais centenários, sem queixas nem arrependimentos. Como se tal fosse o desígnio que um qualquer deus lhes tivesse imposto, para ser seguido sem hesitações. Há uma certa fatalidade no ar, que se manifesta na forma como não reagem aos infortúnios, antes os aceitando, quiçá, como se ainda hoje fossem castigos divinos. Nada a dizer, recebem melhor os forasteiros do que os de Bragança que são mais desconfiados dos de fora e temem tudo o que eles possam fazer. Aqui quando uma pessoa *"trata bem os da terra e os ajuda, eles retribuem"* dando-lhes tudo e todo o apoio. Aliás, JC jamais esquecerá essas palavras que lhe foram ditas ainda antes de se estabelecer na ilha.

Mas há peculiaridades para além do sotaque curioso. Uma noite fora ao café da esquina e constatara rapidamente que a sua mulher era a única representante do sexo feminino presente. De manhã e à tarde (até antes do anoitecer) ainda se veem mulheres, de todas as idades, em grupos ou sós. De noite, o café mais parece uma taberna cheia de homens a beberem vinho e cerveja e por vezes a jogarem às cartas. Um certo machismo rural ou uma herança do feudalismo que ninguém ousa comentar? Onde estão as minhas amigas radicais feministas quando agente precisa delas? Curioso como este tema é tabu e as pessoas se retraem quando se lhes fala nas mágicas palavras começadas por feudo...há uns certos sorrisos amarelados, um desviar do olhar, uns movimentos impercetíveis de boca, meros trejeitos sem som, nem sequer chegam a ser esgares, um encolher de ombros. Parece restar ainda um certo temor da palavra, como se tivesse ácido e queimasse. Como se fora uma imoralidade caseira que não deva ser discutida ao ar livre, fora do lar. Como se fosse a sífilis ou outra doença venérea, em finais do século XIX. Todos as tinham, mas ninguém se queixava nem ia ao médico. Uma espécie de lepra, uma nova peste, que como pandemia ou epidemia não se divulga para não assustar, como se assim a pudessem conter. Tolera-se que um forasteiro as pronuncie: os da terra nada têm a dizer.

Como escreveu Caetano Valadão Serpa (in "A Gente dos Açores")

Nos Açores, desde a injustiça social na distribuição das terras pelos capitães donatários até ao ruir das esperanças de progresso para a camada popular, que praticamente nunca beneficiou grande coisa dos empreendimentos agrícolas, comerciais e industriais da vida das ilhas, de qualquer tempo. Esta sempre albergou em si a ânsia de se libertar duma vida e onerosa em terras estagnadas, ricas é certo, mas duma riqueza tantas vezes nas mãos de gente indolente e falha de iniciativa, desejosos de se enriquecerem ainda mais, mas completamente alheios ao progresso da terra e mais ainda ao bem-estar daqueles que eram instrumento da sua prosperidade. ... Quem chamou aos arquipélagos atlânticos “As ilhas adjacentes” não imaginou decerto a carga negativa que este qualificativo trazia consigo... Há ali implícita uma ideia de subordinação passiva – no caso a uma Metrópole continental -... Foi perante a evidência desta situação...que os açorianos, descrentes da terra e crentes em si mesmos, intensificaram a sua emigração...

Pode acontecer que os que saíram e emigraram tenham tido a coragem de se libertarem dessas grilhetas medievais que parecem ainda hoje permear a sociedade rural micalense. Os que ficaram, temerosos, sentem-se menos corajosos por não terem tido essa coragem de sair e de se libertarem. Como tal, podem sentir-se agrilhoados por séculos de privações e provações, injustiças de toda a ordem, sem direito a reposição de nada...

A ida ao café não estava planeada. Foi causada por uma inundação na casa de banho, com a água a refluir da parte de baixo da sanita. O senhorio, e dono do café, disse que, de manhã, o genro iria resolver o problema. De facto, pelas 8 e meia, o incansável genro lá estava a trabalhar, tendo desmontado a sanita. Uma das três caixas da fossa onde se armazenam as águas da sanita estava muito compacta. Não debitava para o esgoto da rua. Já anteriormente se fizera uma ligação entre a caixa de recolha das águas do banho e das águas pluviais para que a fossa tivesse uma maior circulação líquida, mas não fora suficiente. O motivo, aparentemente, residia na preocupação ecológica de JC reduzir para um terço os fluxos de água no autoclismo. Com esta redução de cada descarga, os fluxos reduzidos obviamente eram insuficientes. Não havia dissolução dos resíduos domésticos na caixa da fossa, antes de esta desaguar no esgoto que desce pela rua abaixo. Presumivelmente até ao mar, ou melhor dizendo até à praia da Viola, ao lado da Ribeira do Preto. Aqui não há ETAR nem coisa que se pareça.

Está visto que a ecologia não medra nestas localidades e causa estes problemas. A sanita foi reposta no seu lugar, e descarrega 20 ou 30 litros em vez de 10 ou 5 litros. O cheiro intenso desapareceu. As visitas (se as houvera) já poderiam ir ver o pátio e o quintal sem serem assaltadas olfativa mente. O Nigel achou imensa piada. Entreteve-se a descarregar, com a mangueira, centenas de litros de água pela fossa abaixo. Isto destinava-se a ajudar a dissolver os sólidos fétidos e desagradáveis, à vista e

ao olfato. Trabalho repugnante, nauseabundo e repelente. Deveras assustador para qualquer urbano. O seu jovem filho, cada vez mais, ruralizado acabou por se sentir útil com a sua ajuda. Verifica-se aqui mais outro erro ecologicamente censurável com este inócuo desperdício de água da mangueira pela fossa abaixo...A interrogação podia ser como provar aos autóctones que aquilo que sempre fizeram é hostil ao ambiente. Iria ser difícil convencê-los ou dissuadi-los. Por outro lado, como se pode constatar a passagem dum ser urbano a rural demora menos do que se pensa quando se é jovem, mas a dificuldade aumenta proporcionalmente à idade. De tarde, já sem o desagradável cheiro que parecia provir diretamente das furnas, a casa foi inundada por um grupo numeroso de miúdos da aldeia que vieram jogar com o Nigel na sua PlayStation e no computador. Isto funciona quase como um OTL (Ocupação dos Tempos Livres). Tem bastante meios para as necessidades locais. A mulher de JC que entra agora na última semana do período pré-natal não tem tempo para nada e limitou-se a trabalhar na preparação de material para a escola e seus alunos. Decidira a família, entretanto a medida excepcional de ir ao Continente passar o Natal. Igualmente jurara que, a partir deste primeiro ano insular, quem quisesse teria de vir cá vê-los e visitar ou passar as épocas festivas. Já em Bragança lhes acontecia isto: era sempre a vez de irem passar o Natal ao Porto. Os do Porto nunca se deslocavam a Bragança. JC passara a vida na Australásia, mas quase todos os anos, ou de dois em dois, vinha visitar os patriarcas. Nunca ninguém o fora visitar. Tinha uma enorme consternação por tal. Sentia-se desvalorizado. Agora, em Portugal, aquela velha obrigação mantinha-se a contragosto.

Uma das queixas frequentes entre os locais, vulgarmente designada como o preço da insularidade, é o custo das passagens para o Continente e vice-versa. Poder-se-ia pensar que foram concebidas propositadamente onerosas para a população local não emigrar. Para não ficar em minoria com a quantidade de pessoas do Continente que viria cá. Quem sabe até se não viriam para cá viver, se as viagens fossem mais baratas? Depois eram capazes de gostar das ilhas, de viverem aqui e transformavam isto num inferno. Em Bragança, JC dizia aos nativos que a autoestrada era um falso progresso. O movimento desertificador da estrada podia reduzir a população indígena. Lá se iria a boa qualidade de vida...

Há uns dias atrás, JC descobrira que o filho Nigel, de nove anos, andava a fazer uma busca de sexo livre na internet. Ficou de castigo. Nem que apelasse aos ideais de maio de 1968, ou do Festival de Woodstock, se justificava aquela incursão. Foi necessário explicar-lhe, uma vez mais, que nada é livre nesta vida e muito menos o sexo. Acarretou com uma severa repreensão a que se acrescentaram os perigos de vírus informáticos dessas buscas. Acabaria o jovem por confessar que havia sido um

colega, mais velho do que ele, que o incentivara a fazer a busca. Com a idade do filho, JC escrevia românticos bilhetes de amor à filha do taxista que vivia em frente à casa dos pais. Lembra-se repetidamente do grande desgosto por a donzela Tina (assim se chamava a jovem ninfeta) nunca ter correspondido àqueles bilhetes. Mais tarde fizeram-lhe ver que seria, sem dúvida, devido às pressões sociais existentes, mais do que a qualquer deliberada rejeição. Ainda hoje tinha dúvidas sobre este primeiro amor não correspondido.... Talvez a idade e mentalidade dos jovens, em 1958, estivessem alheadas das diferenças sociais. Poderia ser uma mera reação hormonal. Uma atração física primária por algo de sedutor naquela cara fagueira. Como os tempos mudam! Agora busca-se sexo livre aos nove anos. Este pequeno problema doméstico que se deve colocar a todos os pais resultaria na implantação (temporária) de sistemas de limitação de acesso a todos os pesquisadores da rede, com controlo do correio eletrónico e serviço de mensagens escritas. Passadas semanas ou meses, o sistema seria relaxado e a liberdade de acesso reposta.

JC, na mesma idade, restringia-se ao *Meccano* criado em 1934. Essa britânica invenção, que juntava peças perfuradas, parafusos, porcas e vários outros apetrechos, permitia incentivar a imaginação para utilizar recursos limitados. Podiam-se criar formas e objetos, proporcionais à quantidade de peças que fossem comprando para se aventurarem a voos mais altos e acessórios mais complicados. Era um entretenimento de dias. JC brincava também, e disso a sua memória estava bem clara, com uns carrinhos metálicos. Eram um pouco maiores que os *Dinky Toys* e *Corgi Toys*. Com eles fazia corridas aproveitando a forma de retângulo dos mosaicos do chão da casa de banho. Pouco mais tinha de diversões caseiras. O seu modelo favorito era um de seis feitos para a Dinky em França e posteriormente em Hong Kong: n.º de referência 57-005. Um Ford Thunderbird azul-marinho descapotável que fizera corridas loucas. Os Dinky Toys foram lançados pela Meccano em 1934 e duraram até 1979. Os Corgi eram na escala 1:48, a partir de 1967 passaram para 1:42, e durariam até 1983.

Para além disso havia sempre muitos livros infantis e não só... Pena que a internet não tivesse sido inventada na sua infância para descobrir novos mundos e explorar os velhos, tal como fazia na sua miríade de leituras, umas obrigatórias impostas pelo regime educacional do seu pai, e outras permitidas como sendo próprias do entretenimento da idade...Seria este o momento de dar especial destaque ao excepcional livro de *Selma Lagerloff* “A maravilhosa viagem de *Nils Holgersson* através da Suécia”, “Rob Roy” de *Walter Scott*, *Mark Twain* e as “Aventuras de *Huckleberry Finn*” pelo Mississípi, “Ivanhoe” de *Walter Scott*, um livro cujo título esquecera de Herman J. Mankiewicz (autor

de Citizen Kane), “Robinson Crusoe” de *Daniel Defoe*, uma ou outra lenda de santos como Joana d’Arc, a coleção de “Os 5” de *Enid Blyton*, ou mesmo as “Aventuras dos 7” da mesma autora, os quadrinhos de *Tintim* em francês, aventuras de dervixes algures perto do Corno de África, a expedição ao Polo Norte de *Robert F. Scott*, caçadas de leões, alguns livros sobre o faroeste. Uma outra banda desenhada favorita era *Michel Valliant*...e tantos outros livros religiosamente guardados numa estante, em casa da sua mãe, prontos a serem retirados de lá para um cantinho especial que um dia há de criar para as suas recordações de infância.

Nada disto igualava em prazer a escuta dos relatos radiofónicos dos jogos de hóquei em patins em campeonatos do Mundo com nomes míticos como Adrião, Velasco e Bouçós, muito antes do Livramento e outros nomes. Lembrava-se de ter menos de nove anos. Ir para a cama no verão significava deitar-se pelas 20 horas, com o sol no horizonte, ainda bem alto, e as portadas fechadas para não se ver a luz. O rádio ficava no primeiro andar e JC dormia no segundo andar. Era frequente ficar a pé a ouvir o relato, ao cimo das escadas. Descalço para não fazer barulho no chão que, eventualmente, poderia ranger com os seus passos. Sem que os seus pais, a sua avó ou a empregada dessem conta dessa incursão auditiva. A irmã deveria ter uns 3 ou 4 anos e já estaria a dormir nessa altura, no quarto dos seus pais. Como era sossegada, jamais acordava. Pequenos prazeres proibidos do tempo em que ainda não havia televisão. A primeira chegou, já JC teria uns dez anos, lá para 1959 ou 1960. Assistir a um Festival da Eurovisão era uma festa. Não se recordava quando começara a ver esses festivais que ainda hoje existem e tiveram início em 1956. Antes disso, reuniam-se ao sábado, em casa de uns tios que já dispunham desse aparelho. Essa caixinha mágica de madeira castanha, com botões como os do rádio, era uma atração irresistível. Prendia-os, horas a fio, a contemplar a mira técnica. Uma atração magnética e incompreensível, levando a interrogações sobre como a imagem era transportada pelo éter hertziano...e os levava a ver programas, sem qualquer interesse pessoal, como a TV Rural do infável engenheiro Sousa Veloso.

Ainda se lembrava bem da delgada e bela imagem desse figurino de mulher que era a Isabel Ruth (nascida em 1940) que se tornara na sua primeira paixão televisiva, daquela que, mais tarde, ficaria conhecida pela sua intervenção no filme “Verdes Anos” (1963) e fora dirigida por Pasolini em *Edipo Re* (1967). Na TV lembrava-se dela e do já então idoso Ruy (?) Sacramento que já devia ter uns 80 anos. Mais tarde, vieram os apresentadores eternos, a Isabel Wolmar e o Henrique Mendes. Todos esperavam ansiosos o início da emissão. Era pelas 18 ou pelas 20 horas? A memória já não se recorda desses detalhes. Em plena década de 60 lembrava-se das noites de quinta-feira com as

touradas no Campo Pequeno, ainda a preto e branco, e a coragem dos forcados amadores de Salvaterra de Magos e do grande forcado de apelido Encarnação. Os cavaleiros, como Ribeiro Telles, não o entusiasmavam tanto como os desgraçados dos forcados que pegavam os touros corajosamente sem apetrechos além da sua força e da sua vontade...

Toda esta incursão nas memórias da televisão portuguesa veio a propósito dum programa transmitido no dia 12 dezembro 2005, à noite, num dos canais generalistas de televisão, “Prós e Contras” da Fátima Campos Ferreira. Desta vez fora o tema que o interessara, pois iria observar a situação seis anos após a transição do poder em Macau. Ali estivera colocado em serviço, de dezembro 1976 a março 1983. Pouco sabia de chinês falado (mais propriamente cantonense) embora ainda conseguisse balbuciar frases elementares, mormente em relação a comida. Aprendera imenso com os chineses, ou não tivesse, em tempos que já lá vão, vivido e casado com uma nativa macaense. Com eles aprendera o significado da palavra paciência e a ideia de que se deve programar e agir com vista a um futuro longínquo e invisível.

Sabia que os valores morais e materiais do seu mundo ocidental ali de nada valiam, conforme a sua persistente, inglória, vã e desesperadamente inútil cruzada contra a corrupção e nepotismo o viria a provar. Saíra de lá com a cabeça bem alta e a bolsa nada recheada, ao contrário de praticamente todos aqueles com quem se cruzara. Não teria grande autoridade para falar da China e de Macau, mas tinha a que foi alicerçada nos anos em que depois do seu emprego, como economista na CEM (Companhia de Eletricidade de Macau), tinha os seus bem-sucedidos programas de rádio, prolongando-se até à meia-noite ou até às duas da manhã. Houvera ainda as infundáveis tertúlias informais com gente de todos os quadrantes, desde os arquitetos José Pereira Chan, Manuel Vicente, Graça Dias, e outros, ao então curador do Museu Camões (Toninho Conceição), aos colegas jornalistas João Murinello (autor do livro *A Herança Arquitetónica de Macau* em 1983, falecido em 1997), Ian Whiteley (ITV), Nick Griffin (TVB-HK), José Alberto de Sousa (RTP), aos pintores Carlos e Victor Marreiros, ao advogado Jorge Neto Valente e muitos outros. Tantos que nem os nomes lobrigava, aferrolhados nos cofres da memória. A Judite de Sousa e o José Rodrigues dos Santos começaram lá em 1980 ou 1981 e seriam mais apropriados para fazerem um programa destes pois têm melhor preparação e cultura do que esta apresentadora Fátima.

Lidara com muitos, dos 750, funcionários da CEM naquela época. Convivera com eles, partilhara das suas festas, e aprendera o valor incomensurável da palavra tempo, que ali surge com outro

significado. Implacáveis, seguem direções milenares, sem hesitações num sentimento de dever e de tradição que nada tem a ver com as noções ocidentais equivalentes. Há um objetivo a atingir e essa é a meta que perseguem à custa de tudo e de todos, como se fora uma missão sagrada ou divina, para quem os obstáculos são apenas meros percalços do caminho que há que saltar ou contornar ou eliminar.

Lembrava-se que a CTC (Central Termoelétrica de Coloane, na ilha do mesmo nome) estivera dois anos nas mãos dos japoneses antes de entregarem a chave das operações, e ali tentara com a sofreguidão de jovem executivo impor um novo esquema de trabalho. Havia cerca de 32 feriados por ano, os de Macau (portugueses), os dos chineses, e os de Hong Kong (ingleses). Havia dias em que na Central só havia chefes e outros em que só havia “coolies” (como então ainda se designavam os trabalhadores indiferenciados). Era difícil chegar a acordo com eles, prometia-se-lhes mais dinheiro, mas eles não queriam, prometia-se-lhes mais dias de folga, mas eles recusavam. Finalmente, foi acordada uma nova lista de feriados conjuntos que acabou por merecer a aprovação deles, sem recurso a mais dinheiro ou a mais horas de descanso, apenas um arranjo melhor da lista. O dinheiro e a promessa de descanso que teriam levado qualquer ocidental a aceitar a mudança ali não surtira efeito. Essa uma das muitas lições que ali aprendera.

Mais difícil depois fora criar carreiras profissionais para os locais, quando os continentais e outros expatriados de África que para ali tinham ido, tinham sido contratados com condições milionárias. Por exemplo os Chefes de Secção, duma Divisão, ganhavam inicialmente 300 patacas e o superior hierárquico imediato, Chefe da Divisão 5000... Com uma nova política de responsabilização, melhor aproveitamento de recursos, possibilidades de promoção e outras coisas acabou por reduzir-se substancialmente esse fosso. Se no início de 1977 aquele diferencial salarial era de 21,7 cinco anos depois, em 1982, era apenas de 8, nada mau para aumentar a justiça social. Exatamente o contrário do que se está a passar em Portugal, nas últimas décadas, em que tal diferencial não para de aumentar. JC sempre andara ao contrário de todo o mundo, como os caranguejos, mas em vez de andar para trás andava sempre para a frente, adiantado em relação aos restantes.

Os funcionários chineses com quem se lidava de perto sempre fingiram nada entender de Português além dos cumprimentos de cortesia. Uma das suas cinco secretárias era chinesa e datilografava mais de 82 palavras por minuto em Português...alegadamente sem entender nada. Até cerca de um mês antes de sair, pretendia JC só falar português e inglês e subitamente começara a falar com uma certa fluência em chinês (cantonense) para espanto e interrogação deles. Ficariam sempre sem saber quanto ele sabia ou desde quando. Era exatamente isso que eles faziam aos ocidentais. Alegava sempre (tal como eles) que nada entendia, que aquela não era a guerra dele, estava-se ali só de passagem e nada interessava. Deu resultado. As normas sociais eram bem distintas de todas as outras conhecidas em Portugal ou em Timor-Leste, onde estivera antes de rumar a Macau.

Um dia, no seu gabinete entrara um dos administradores japoneses muito sorridente com um envelope contendo alegadamente um cheque (alegadamente porque não sabe se já prescreveu...) e qual é o espanto dele quando JC abre o envelope e lhe diz que não, que devia ser engano, que não podia ser. O nipónico pensando que estava ofendido pela quantia (a ser um pagamento regular faria de JC milionário em poucos anos) recuou às vénias dizendo que iria substituir o cheque por outro. Claro está que lhe fez ver que ele era diferente. A sua mãe chamava-lhe estúpido quando se falava neste episódio. Estúpido decerto lhe chamou, sem nunca o afirmar, o seu chefe que, no mesmo período, conseguiu transferir um milhão para a Suíça...certamente acumulando aquilo que ele recusara. Limitara-se a declinar a oferta antes de saber que se devia a uns meros 10% de “luvas”. Seria esse o valor da assinatura anual que iria apor em documentos de compra de peças sobressalentes para a Central e que iriam ser fornecidas pela Mitsubishi (construtora e fornecedora da Central). Dado que, por ano JC assinava uns vinte milhões euros...crê que pode berrar bem alto quão estúpido foi, mas não se arrepende embora só a terminação daquele número já lhe desse um certo jeito hoje, difícil como está a vida dum reformado precoce.

Nos vários jantares, sempre com dez a quinze pratos, que a administração chinesa da CEM oferecera nos primeiros meses, debatia-se com enormes dificuldades em utilizar os pauzinhos (fai chi). Mas, um dos administradores, o saudoso Roque Choi (homem forte da administração sombra chinesa que mandava no território) disse-lhe: vá para casa e experimente com uma bola de papel, vá diminuindo o tamanho dos objetos esféricos até conseguir apanhar uma ervilha, nesse dia saberá comer com os pauzinhos. Assim fizera e ainda hoje comia a comida chinesa com pauzinhos.

São muitas as recordações que lhe veem à mente sobre aqueles anos. Um sobressai, o das ameaças das tríades.

Tinha acabado de desmascarar um esquema em que os funcionários da limpeza antes de serem admitidos pagavam adiantado, dois anos de salário, para ganharem o lugar. Resultado, passara a controlar também a admissão do pessoal menor...como resultado recebera a oferta de quilos de sal deitados no depósito de gasolina do seu carro, os pneus do carro da companhia sistematicamente anavlhados e finalmente, a oferta duma das seitas para lhe oferecer proteção. Recusara e não cedera à tentação. Cenas destas houve várias tendo a partir de certa altura beneficiado da proteção policial após as horas de serviço, em que um agente da PSP estava de guarda ao seu carro. Mesmo assim, numa das vezes, o carro ficou com os quatro pneus cortados (o guarda alegadamente fora aliviar a bexiga, enquanto os malfeitores tratavam dos pneus). O carro não sofreu muito pois em breve o trocou por outro novo que lhe custou exatamente três meses de vencimento. Tratava-se do último modelo da Toyota, Cellica A40 Liftback ST de 2 litros (modelo da segunda geração Cellica nunca existente em

Portugal). Habituar-se a lidar com isso sem esmorecer. O mais esquisito foi quando um dos candidatos a empregado de limpeza lhe veio perguntar porque é que não o admitira pois tinha pago o que lhe tinham pedido.

Dissera-lhe para tentar ir pedir o reembolso à origem porque ali ninguém cobrava nada... Para que conste, e ao contrário de alguns deputados da nação que se esquecem de fazer a sua declaração de bens e interesses, ainda possuía um relógio *Cartier* e um isqueiro *S.T. Dupont* oferecidos por funcionários. Ambos, ironicamente, foram despedidos pouco depois de lhe terem feito as ofertas, mas isso dava para um capítulo completo.

Ora bem, estava JC a ver o tal programa da RTP-1 quando começou a ouvir falar dos “*Portugueses que deram novos mundos ao mundo*”, e doutras aleivosias semelhantes. Pensara com os seus botões: “*enganei-me no século, isto não está a acontecer.*” Ali diante dos seus olhos, o ecrã mostrava uma cena passada na RAEM (Região Administrativa Especial de Macau), território chinês desde sempre. Um grupo de lusofalantes a discutir o mérito dos portugueses e da sua ação em Macau? Decerto que alucinava. Ei-lo perante esse grande escritor macaense (há quem lhe chame mais português que os portugueses) que é o Henrique de Senna Fernandes (mais velho e senil que o Mário Soares) e ouve a Fátima “não-sei-das-quantas” Ferreira perguntar-lhe, “*mas então se se sente tão português porque é que não se foi embora no dia a seguir à entrega de Macau?*”

Desistiu ali mesmo, ela já ofendera um professor universitário chinês, tradutor de Eugénio de Andrade e outros, já ofendera os macaenses que ficaram em Macau, já ofendera quase toda a gente, e continuava a bater na tecla do Grande Império Português...era só Império para aqui, para ali, citando “*aquela data em que terminou o Grande Império...*” Então, porque é que não se foi embora? Como pode um homem tão orgulhoso em ser português ficar a viver aqui num território chinês e morrer aqui? Estas perguntas martelavam-lhe os ouvidos. Não sabia o que pensar ou fazer. Pena tinha de não ter acesso ao satélite de transmissões e acabar ali mesmo com aquela vergonha. Era como se alguém perguntasse a um casal constituído por um elemento chinês e outro português, no dia a seguir à transição da administração portuguesa, se ainda podem continuar a viver juntos agora que o chinês manda e o outro já não... Como é que aquela mulher entrevistadora se podia mostrar tão ignorante, insensível, mal-educada e hostil para com os que a receberam? Outros macaenses, que bem conhecia, e portugueses, que lá ficaram e conhecera bem, ainda a tentaram desviar daquele rumo, falando do futuro, criticando Portugal, mas ela de nada queria saber. Apenas manifestar o seu desagrado por Portugal ter entregado Macau à R.P. da China.

Teria esquecido, ou nunca soubera, que nesse tempo do dito “Império”, aparte algumas instituições serem lideradas por Portugueses e as ruas ostentarem nomes bem-soantes em português, ninguém sabia onde estas ficavam a menos que os nomes dessas ruas e prédios fossem ditos em chinês? A Avenida Sidónio Pais era *Sidonau Pasi*. O seu prédio era *Fei Tchoi Iun* em vez de Edifício Jade Garden na Avenida Coronel Mesquita. Será que nunca se apercebeu que legalmente Macau era Território Chinês sob Administração Portuguesa? Macau nunca foi português! Pasmava de ver tanta ignorância neste exemplo de jornalismo à portuguesa.... Felizmente que os chineses e a sua cultura milenar, apenas têm mais uns milhares de anos que a dos portugueses. São corteses e educados e não a puseram logo no olho da rua.... Vai voltar a Portugal satisfeita a pensar que magnífico programa ali fez. As caras de gozo do advogado Jorge Neto Valente, do Jorge Rangel e do arquiteto Marreiros exemplificavam a pena que sentiam por aquela anormal. Não me admirava que recebesse já outro Globo de Ouro por este programa. Era esta arrogância portuguesa que irritava JC nos aviões e aeroportos de todo o mundo. Esta insignificância com manias de grandeza, que agora se reproduz em dez campos de futebol para estarem às moscas, para um aeroporto faraónico sem futuro, um TGV para espanhol ver e outras quejandas.

É esta a Lusofonia que JC não quer. Que o leva a sentimentos de repulsa quando vê proposta uma bandeira da Lusofonia com a esfera armilar.... Por que não com os cinco castelos mais o de S. João Batista de Ajudá (Ouidá) que já ardeu nos idos de 1961?

A Fortaleza de S. João Batista de Ajudá, conhecida como Feitoria de Ajudá (ou simplesmente Ajudá), localizava-se na cidade de Ouidá, na costa ocidental africana, atual República de Benim. O Daomé tornou-se uma colónia francesa em 1892, obtendo independência em 1 de agosto de 1960, quando se transformou na República do Benim. No ano seguinte, tropas do Benim invadiram Ouidá, dependência da colónia de S. Tomé e Príncipe. Sem condições para oferecer resistência, o governo de Salazar ordenou ao último residente da praça que a incendiasse antes de a abandonar. A anexação foi reconhecida por Portugal em 1985.

Esta tendência pindérica de armar ao pingarelho, quando nem sequer se respeitam grandes valores que até existiram.

Estas manias de que “nós portugueses somos grandes”, de que foram grandes e os leva a proclamar que o Centro Comercial Brasília, do Porto, quando foi inaugurado era o maior da Europa...que o centro comercial X, Y ou Z são os maiores do mundo, que a árvore de natal em Belém (Lisboa) é a maior... Esta frustração edípica, que Freud explicaria, leva a que entre as maiores imbecilidades do mundo estejam tantos portugueses, com a maior sopa, a maior feijoada, a maior isto, a maior aquilo.... Será que o tamanho conta? Como disse e muito

bem o presidente da Porsche, Wendelin Wiedeking “Se o tamanho fosse importante ainda os dinossauros estariam vivos”.

Para não perderem o comboio da Europa vão os portugueses ter um TGV que para nada serve a não ser de Comboio de Transporte Rápido de Espanhóis (deveria chamar-se CTRE). Já perderam os comboios todos que diariamente são arrancados dos carris para se ganhar uns tostões com o ferro das travessas, e substituídos por essas letais armas denominadas TIR nas estradas no continente, para que seja o país da Europa com mais mortos na estrada que em qualquer guerra civil. Qual comboio, quando a saúde, a educação, a justiça são o que são? Quando as famílias portuguesas vivem miseravelmente, com um nível de vida e uma qualidade de vida inferior aos dos chamados países de leste. Em vez de investirem nas pessoas vão investir em mais elefantes brancos e obras monumentais. Para quê? Para mostrar aos outros que são os maiores e os melhores. Para verem da janela do TGV as fachadas degradadas de milhares de prédios (em Lisboa quase cinco mil abandonados e em ruínas...ou prontos a arderem e serem transformados em condomínios de luxo) onde vive gente sem qualidade de vida. Para mostrar as casas aliás barracas que ciclicamente as Câmaras anunciam que vão demolir? Para verem o Algarve, uma enorme construção LEGO de cimento, rodeada de campos de golfe para os 9 milhões de portugueses (como se sabe são todos fervorosos praticantes da modalidade), que consomem a água do Alqueva que afinal não serviu para a rega? Para verem os seus campos agrícolas abandonados como JC vira já no distrito de Bragança? Para verem as filas de autocarro (as maiores e mais lentas da Europa), as filas para pagar o IRS, para os centros de Saúde? Para verem os estádios de futebol, esses enormes elefantes brancos da megalomania portuguesa, vazios de gente, com jogadores que não recebem salário enquanto os seus presidentes enriquecem? Para verem os museus portugueses fechados quando as pessoas podiam ter disponibilidade para os visitar? Para que são precisos museus se já têm os melhores centros comerciais (eufemisticamente denominados *shoppings*) da Europa e onde todos vão ver as montras nos dias feriados e fim de semana? Dinheiro para ali gastar não há, mas passeiam contentes. Será que do TGV se conseguem ver as listas de espera dos hospitais? E as dos tribunais? Um país de falidos em que todos têm dinheiro para ir ao Brasil de férias...e onde se vendem, cada vez mais, viaturas de alta cilindrada. Ainda bem que foram os portugueses quem “descobriu” o Brasil. Imaginem que se fossem os espanhóis ou os ingleses não havia índios como eles fizeram na América do Sul e na Austrália aos aborígenes. Mas que país é este de fama machista e recheado de pedófilos? Não se revia JC, nem aliás alguma vez se reviu, neste país, nesta pátria de que falava a Fátima Campos.

Lá fora brilham as luzes de Natal em todas estas aldeias e vilas, mas JC gostava que fosse natal sempre e não apenas quando os calendários mandam. Claro que está sempre errado. Nunca se conformará com a maioria medíocre que domina o país e lhe dita as leis. Fora afinal ele quem sempre estivera mal. Não o mundo que o rodeia. Se assim continuava na sua idade, poderia isto indicar que afinal estava certo e as suas opções eram as acertadas? Queria apenas, mas queria muito mesmo, que os outros se entretivessem a ver programas de TV como aquele que descrevera. Seriam muito mais felizes e contentes. Este país bem precisa de gente mais contente. (14 dezembro 2005).

2.2. DOS AÇORES A BALI VAI O VOO DUM MILHAFRE

Quando viera para o arquipélago ignorava tudo, até as estatísticas locais de longevidade familiar. Nem sabia que, a crer nelas, iria ter a sua vida condicionada e drasticamente reduzida pelo mero facto de ali habitar. Estava preocupado. Acabara de saber que ia viver menos do que esperava. O Diário dos Açores, o quotidiano mais antigo do arquipélago, fundado em 1870, na sua edição de 19 de janeiro de 2006, afirmava em artigo assinado por Manuel Moniz:

Açores entre as regiões onde se vive menos...

Os Açores estão entre as regiões do país onde a esperança média de vida à nascença, em 2004, é mais baixa. No entanto, é possível que seja uma questão de ilhas: a Madeira está ainda ligeiramente abaixo dos Açores - ou seja, em média vive-se menos tempo nas ilhas do que no continente.

Em 2004, a esperança de vida para as pessoas nascidas nesse ano é de 74 anos nos Açores, menos 4 que a média do país, que é de 77,8 anos. Os números do Instituto Nacional de Estatística não explicam o porquê - mas são os números oficiais. Se será da humidade, das preocupações, da falta de médicos ou de um nível escolar mais baixo, isso terá de ser o leitor a concluir. Pode aliás ser por muitas e variadas razões que nestas e noutras coisas as ciências são ainda inexatas quanto basta. Os números apenas dizem que é assim: Nos Açores vive-se quase menos quatro anos que a média nacional. Apesar de tudo, a situação tem melhorado nos últimos anos. Esta réstia de otimismo era bem necessária depois do início da notícia...

No triénio 1992/1994, a esperança média de vida açoriana era de apenas 70,44 anos (mais ou menos 70 anos e 5 meses), o que significa que em pouco mais de uma década esse valor melhorou 5%. Não é, no entanto, o crescimento maior do país: há distritos onde o crescimento ultrapassou os 10% (o Ave, no Norte, atingiu mesmo os 13,19%, atingindo neste momento uma esperança média de vida de 78,4 anos). O melhor distrito para se nascer é...a Cova da Beira, onde a esperança média é de 79,3 anos, e o Entre Douro e Vouga, com 79,2. Os piores: o Baixo Alentejo, com apenas 71,2 anos de esperança média de vida, e a Serra da Estrela, com 72,2. Os grandes centros urbanos também são bons, como a Grande Lisboa, onde se espera uma média de 78,2 anos, e o Grande Porto, com 78 anos.

O facto, no entanto, é que os Açores estão claramente na cauda do país neste tipo de indicador: apenas o 5º do fim. Abaixo dos Açores, apenas estão a Beira Interior (com 73,8), a Madeira (com 73,4) e as já referidas Serra da Estrela e o Baixo Alentejo, que se ocupam dos piores valores. Facto também é que a separar-nos da pior região em termos de esperança média de vida estão apenas 2,8 anos, enquanto para o melhor distrito separa-nos 5,3 anos...

Não sabia JC o que houvera de fazer. Se calhar o melhor seria nem fazer nada e ficar a aguardar. Tal como “a nêspira” do Mário Henrique Leiria “*que estava quieta e calada, à espera, até que vieram e zás comeram-na*”.

A Nêspira

*Uma nêspira
 estava na cama
 deitada
 muito calada
 a ver
 o que acontecia
 chegou a Velha
 e disse
 olha uma nêspira
 e zás comeu-a
 é o que acontece
 às nêspiras
 que ficam deitadas
 caladas
 a esperar
 o que acontece*

Mário Henrique Leiria, *in Novos Contos do Gin*

Não deveria JC ter esse fim, mas também podia ficar calado e quieto à espera de que esse dia chegasse. Não podia ir para mais nenhum sítio. A sua mulher tinha emprego até morrer e ali teriam de ficar. Teria de se adaptar às estatísticas. A notícia não mencionava, mas poderia, eventualmente, acontecer que os que nasceram e viveram noutras paragens durassem mais. Vejamos, cinco vírgula três (5,3) anos de diferença é muito ano a menos para se viver quando se está feliz. Os nascidos em 1992 só duravam 70,44 anos. Os que nasceram na primeira metade do século passado deveriam estar quase a desaparecer. Aí sim, isso já era preocupante. Estava assim criado um novo dilema. Tinha ainda tantos projetos para elaborar. Tanto livro para escrever. Tanta coisa por fazer. O melhor seria começar a acelerar esse ritmo pachorrento a ver se lhe dava tempo para tudo. Teria de se cuidar para não elevar os níveis de stresse que fazem encurtar a vida. Tentar encontrar um balanço equilibrado entre tudo. Para já, iria deixar de se preocupar, seja com o que for: contas, tristezas, desgostos de amor e outros. Iria deitá-los para trás das costas. Descobriria um sorriso, esperava ele que beatífico, a fim de não aumentar rugas faciais e causar tensões nas áreas nervosas. Podem desencadear acidentes cardiovasculares. Para isso já lhe bastava ter de arcar com o peso de ser um fumador e continuar carnívoro. Bem, não estava fadado para ser vegetariano. Mais do que já era com as suas saladas diárias. Nunca para aí estivera virado. Agora que falavam tanto da invisível gripe das aves a matar pessoas, ainda apreciava menos os animais com asas. Aproveitaria esta fase, em que as vacas já não

andam assim tão loucas, para comer uns bons bifés. Tinha de ter cuidado com a água porque na vila do Nordeste os níveis de arsénio são dos mais altos do país. Sempre pensara que Arsénio era um homem, como o *Arsène Lupin*.

Já quando vivera na Indonésia, nos anos 70, sabia que se não podia beber água, mas agora ficara outra vez com dúvidas. Como os estudos não incluíram a lomba dele, a Lomba da Maia, ficara sem saber se podia continuar a beber água da torneira. Por precaução, a partir dessa data fervia sempre a água que se bebia em casa. Nisto de caldos e precauções o seguro morrera de velho.

Em *Legian Beach*, em Bali nos meses que lá vivera, a melhor água era a do mar, a uns cem passos da sua excelente e magnífica cabana de colmo. Era uma cabana duns 30 metros quadrados, com janelas de bambu a toda a volta, e umas traves fortes no teto a segurar a cobertura de colmo. Ao acordar, era levantar e mergulhar naquelas águas quentes, sem preocupações, sem amanhã, nem ontem. Cá fora, as instalações sanitárias eram ocidentais...Isso contrastava, felizmente, com as do primeiro “*losmen*” em que tinham um buraco no chão, com duas pegadas grandes no cimento cru onde era suposto colocar os pés e depois agacharem-se como seres primitivos. Para se lavarem havia uma espécie de tanque, com um balde que tinham de encher e depois despejar por cima deles quando já estavam ensaboados. Havia ainda um pequeno espelho, pousado na festa que passava por janela, para aqueles que ainda faziam a barba, uma atividade rara nos idos de 1973-1975.



CASA DE JC EM POPPY'S LANE, KUTA BEACH, BALI



A princípio tudo aquilo fazia uma certa impressão. Depois de viver em Timor, quase dois anos sem banhos quentes, e raramente tendo acesso à luz elétrica, esta vida era ainda mais primitiva e mais simples. Fora lá que comprara o seu primeiro par de “*jeans*” (caças de ganga, chamam-lhe os portugueses) e umas sandálias à Jesus Cristo. O cabelo e a barba cresciam e surgia uma fita na testa enquanto se passeava e bronzeava ou surfava na Praia de Kuta. Como ao chegar nada conhecia desta realidade, para além do que ouvira aos “hippies” em Díli na “*Beach House*” na praia de Lecidere, fora para o alojamento mais barato que encontrara: um *losmen*. Era uma instituição bem curiosa. Chamar hostel, hospedaria, pensão ou hotel não daria a imagem daquilo que era na realidade, embora fosse anunciado como tal. Residencial menos ainda, pensão nunca, embora tivesse alguns traços comuns de ordem económica. Defina-se então como uma espécie de casa de hóspedes ou albergaria comunitária ocupada maioritariamente por jovens ocidentais. O de JC era constituído por um retângulo que tinha 12 quartos. Chamava-se *Sapta Petala* (sete partes descrevendo a vida do homem), símbolo das sete hierarquias da vida humana. No *losmen* toda a vida girava em volta do centro, a casa principal, onde continuamente preparavam o chá quente para encher as garrafas Termo que colocavam, à porta dos convidados, juntamente com um biscoito. No centro, a casa dos donos, uma espécie miniatral de templo, sem paredes exteriores. A sua cama elevada dominando o centro com uma espécie de pequeno jardim, entre a varanda, que corria a toda volta em frente à porta dos quartos, e a casa dos donos do *losmen*. Era ali que, interminavelmente, o jovem “Sam” Katut, nos intervalos dum partidas de xadrez com os turistas, tocava o seu xilofone de bambu. Evocava as lendas e

tradições locais do célebre livro sagrado *Rāmāyana* que é parte do Hindu smriti, escrito por Valmiki (marcha ou jornada, *Āyana*, de *Rāma designada em sânscrito: रामायण.*)

Este épico de 24 mil versos em sete kānds (capítulos ou livros) fala-nos dum príncipe Raghuvansi ("Da Dinastia do Sol"), Rama de Ayodhya, cuja mulher Sita é raptada por Rākshasa, ou demónio, Rāvana. A Rāmāyana teve uma importância notável na poesia tardia em sânscrito, sobretudo devido a facto de ter criado a métrica sloka. Mas, à semelhança do seu primo épico Mahābhārata, a Rāmāyana não é apenas uma boa história. Contém os ensinamentos dos velhos sábios hindus e apresenta-os através de alegorias na narrativa misturadas com aspetos de devoção e de filosofia. Os personagens Rama, Sita, Lakshmana, Bharat, Hanumāna e Rāvana (o supervilão da história) são todos fundamentais numa consciência alargada da Índia Tal como os Cristãos historicamente acreditam no nascimento de Jesus, as pessoas da religião Hindu creem no nascimento de Rāma. Interpreta-se com sendo datada de 3000 a.C. (com base nos dados astronómicos da Rāmāyana).

De manhã, era normal ver todos os membros da família a preparar as oferendas: um cesto de comida e um pau de incenso para colocarem nas representações das divindades. Grupos de jovens e mulheres faziam as suas oferendas diárias. Vão a caminho dum desses milhares de templos. Os ciclos de veneração ocorrem com 210 dias de intervalo. Havia-os na esquina da estrada da praia de Kuta para Denpasar e noutras esquinas. Eram estatuetas pequenas, normalmente, vestidas com uma espécie de saia de chita aos quadrados pretos e brancos. Esses pequenos cestos, de uma leveza e complexidade que parecem incríveis, têm por única função acomodar uma flor, uma vela, um pedaço de incenso. Colocam-se no chão, numa encruzilhada, num rodapé, para agradecer aos deuses (e são tantos!) que vivem diariamente com os balineses. Estas oferendas biodegradáveis acabam sendo reincorporadas na natureza. As meninas cantam uns cânticos, enquanto seguem as mães ou irmãs mais velhas durante as cerimónias, umas aprendendo com as outras. Depois desse *losmen* passara JC a viver numa minúscula casa dum quarto só, toda pintada nas paredes exteriores por anteriores locatários, em *Poppy's Lane* a meio caminho entre Legian e Kuta Beach. Esta viela era, na altura, um mero caminho em pó ou lama, sendo hoje um mercado de tendinhas com piso alcatroado. Há 35 anos era uma estrada de areia orlada de palmeiras e cheia de buracos, normalmente cheios de água das chuvas. A casa era uma verdadeira obra de arte em permanente construção. Nada lhe acrescentara. A sua área era mais dos gatafunhos que dos riscos.

Bali é, muitas vezes, denominado a "Ilha dos 1000 Templos" ou "dos Deuses". As aldeias têm três templos: Pura Desa, para os festivais religiosos, Pura Dalem para a Deusa da Morte (é aqui que se iniciam os rituais da cremação) e Pura Puseh dedicado aos Deuses do Céu. Há templos por toda a parte, na montanha, nos vales ou nos inúmeros arrozais em socalcos (onde há um templo apenas dedicado à Deusa do Arroz) e até mesmo na costa. Todos são diferentes. Há quem fale em mais de 300 mil templos, outros falam de 20 mil. Milhares há

decerto, mas apenas vira algumas dezenas nos enriquecedores meses da sua vida na ilha. Verdade seja dita que não fora lá para contar templos.

A religião balinesa está bem ativa. Bali tem duas montanhas sagradas, o Gunung Agung (com o inolvidável vulcão do mesmo nome) e Gunung Batour. Talvez o mais sagrado seja o grande templo de Besakhi nas encostas do Monte Agung (3150 m de altitude), que nunca adormece profundamente. Em 1963, um erro na data da cerimónia do centenário do Eka Desa Rudra terá feito despertar a cólera do vulcão, após um repouso de 120 anos. Foi considerado milagre o templo não ter sido afetado apesar de se terem registado mortes e danos consideráveis. Este evento, o mais majestoso de todos apenas se realiza uma vez em cada cem anos. Uma cerimónia espetacular de purificação em que a harmonia e o equilíbrio nas pessoas e na natureza são restaurados em onze direções diferentes. Toda a população de Bali acorre para assistir ao festival.

O que ocorreu em março 1963, ou seja, 16 anos antes da data prevista, deveu-se a uma tentativa do ditador Sukarno impressionar um congresso mundial de agentes de viagem. Ia a cerimónia a meio quando o Gunung Agung começou a vomitar cinzas e fumo antes de explodir na sua mais violenta erupção em seiscentos anos. Mais de mil e seiscentos mortos e oitenta mil desalojados foi o custo da imprudência religiosa do ditador indonésio.

Não só este, mas todos os grandes festivais são cortejos coloridos. São celebrados por todos com enormes procissões ao templo. Vão acompanhadas de músicos a tocarem gamelão, instrumento musical coletivo constituído por metalofones, xilofones, gongos e outras percussões. Os homens levam bambus muito altos com bandeiras brancas e amarelas, outros seguram guarda-sóis dourados de hastes compridas sobre um andor. Vão à ribeira purificar-se. Em cada aldeia existem pontos de água sagrados. Animada pelas mantras, torna-se água de exorcismo: irá lavar as oferendas sagradas. Para os balineses, a dança constitui um meio de comunicar com os deuses. Os bailarores mimam as cenas da época hindu Rāmāyana, bem como muitos outros episódios míticos em que participam monstros, feiticeiras, o amor e o ódio. O legong kraton, uma das danças clássicas, só pode ser interpretado por duas jovens com menos de dezasseis anos. Uma longa tira de pano esconde o busto das bailadeiras que executam passos muito precisos, acompanhados de movimentos de cabeça, dos ombros e do corpo.

Todas as outras danças (o Kecak, o barong kris ou o tari legong) são igualmente mesmerizantes, sempre acompanhadas pela música que a princípio se estranha e se pensa monocórdica. Depois apodera-se de todos parecendo ter várias tonalidades sonoras. A religião balinesa apesar de baseada no hinduísmo, incorpora inúmeras influências anteriores e crenças animistas especialmente no que concerne à adoração dos antepassados. O fundador de cada aldeia era dantes venerado como um deus após a sua morte. Quando os príncipes hindus de Java ocuparam a ilha a sua forma de adoração dos mortos aproximava-se bastante da dos habitantes de Bali. Os vários deuses (Terra, Fogo, Água e Fertilidade) eram vistos como manifestações diferentes do Trimurti, a trindade hindu de Brahma, Vishnu, e o criador / transformador / destruidor Shiva. Bali tem um sistema de castas hindu semelhante ao da Índia, mas nenhuma delas sequer se assemelha aos Párias da Índia. Das quatro, a mais elevada é a dos Brâmanes, sacerdotes, depois vêm os nobres (membros das antigas famílias reais de Bali) denominados (K)satriyas. A terceira casta é a dos Wesya ou Vesiya, os guerreiros e a mais baixa é a dos Sudra, à qual pertence quase 95% da população de Bali. Os membros das castas mais elevadas usam títulos especiais como Gusti (membro dos guerreiros), Ida Ayu ou Ida Bagus (mulher ou homem, respetivamente duma família Brâmane), ou Anak Agung (membro da casta (K)satriya), etc.

O animismo, a crença nos demónios e nos espíritos malévolos, mantêm-se bem arraigados. Os balineses têm uma visão dualística do mundo: o céu e a terra, o dia e a noite e os deuses e demónios, são o oposto, mas com a mesma importância. A isto se refere o pano, tipo saioté, de xadrez que é sempre usado em decorações de templos e estátuas. Quer os deuses quer os demónios necessitam de oferendas para se apaziguarem. Muitas vezes, estas oferendas não passam dum folha de banana com um pequeno cesto de arroz ou um pequeno cesto de flores. São estes que se encontram por toda a parte e não apenas em templos. Muitas vezes são colocados no chão e aí de quem os pisar, como aconteceu a quem, uma vez, acompanhava JC e que ouviu durante uma eternidade uma série de impropérios em balinês ou indonésio. Nunca chegara a saber se era um esconjuro ou não, nem se a maldição se cumpriu. Quem o acompanhava perdeu-se na voragem de pessoas que preenchem a vida de cada um em momentos especiais. Depois, tal como miraculosamente apareceram, misteriosamente desaparecem sem deixar rasto. Nem sequer deixara o fumo dum nome ou a névoa dum face. São como as pupas das borboletas que cumprem a sua função transitória e desaparecem sem deixarem rasto.

*Todos os templos têm duas áreas abertas, um ante pátio exterior para o qual se entra pela entrada dividida ou Candi Bentar, e um pátio interior para o qual se entra através dum porta com telhado ou Padu Raksa. A própria palavra para templo é Pura, derivada da palavra em sânscrito que se traduz literalmente como um lugar cercado por paredes. Os templos balineses têm dois ou três pátios, cuja entrada exterior é normalmente elaboradamente decorada com relevos na pedra e duas estátuas, uma de cada lado a servirem de guardiões do templo. O pátio externo está separado do interior por uma parede cuja entrada é a tal porta com telhado Padu Raksa. As paredes estão decoradas com baixos-relevos descrevendo cenas históricas que podem vir da tradicional mitologia Mahabrata ou meras cenas da vida quotidiana em Bali. Muitas vezes no meio do pátio interior existe uma imponente árvore frangipana (*Plumeria rubra*, Nome Popular: frangipana, jasmim-manga, árvore pagode) ou por uma figueira waringin (*Ficus benjamina*). No primeiro pátio, o exterior, fazem-se as preparações para os ritos religiosos ou para os festivais do templo. No pátio interior encontra-se o autêntico santuário com os altares e tronos dos deuses. Cada templo tem um altar para o deus local dos antepassados (e este é o mais importante de todos os altares), e dois altares para as duas montanhas sagradas Gunung Agung e Gunung Batur, impressionantemente avassaladores na sua majestosidade são também os Meru, que parecem pagodes chineses de madeira assentes numa base de pedra que podem ter até onze fileiras de telhados cobertos com folhas ou fibra negra de palmeira, cuja arquitetura, data de construção, tipo de madeira, etc. Tudo obedece ao calendário balinês e a uma complexa teia de normas. Os Meru têm sempre um número ímpar de fileiras. Com onze fileiras são dedicados a Shiva.*

O povo balinês mantém-se conservador e tradicional, sendo muito educado e sorridente. Utiliza um aperto de mão como cumprimento normal para homens e mulheres. A mão esquerda é utilizada para higiene. Nunca se deve dar ou receber seja o que for com essa mão. Nem sequer apontar com ela. Tenha sempre um *sarong* à mão. Para os ocidentais qualquer visita a um templo obriga a que se adapte o vestuário. Não se pode entrar utilizando roupas ocidentais, por mais pudicas que sejam. Terão sempre de vestir o *sarong*, com uma faixa ou banda de pano em volta da cintura a segurar essa

espécie de longa saia, tipo *sari*, usada comumente por homens e mulheres em todo o Oriente. É impossível penetrar num lugar santo sem esse retângulo de pano apertado na cintura e a descer até aos tornozelos. As cerimónias, nos templos, e outros rituais são sempre eventos sagrados pelo que a utilização desse vestuário apropriado é obrigatória. Nas visitas aos templos podem vestir-se com o traje nativo "*pakian adat*". As mulheres de cabaia, *kain* [saia] e faixa. Os homens de *udung* [bandana na cabeça], um *saput* comprido por cima do *sarong* [aliás a designação correta deveria ser *kamben*] e faixa. Se estiver a ocorrer um festival não se deve entrar sem ser convidado. Na entrada dos templos havia quase sempre um letreiro que o impressionara. Até o chocara da primeira vez que o vira em 1974. Depois habituou-se a vê-lo, repetido noutros templos. Muitas vezes em quatro línguas. Lembrava que o ingresso no templo era interdito às pessoas consideradas "impuras", como sejam, as mulheres no seu período menstrual. Por uma lei religiosa ancestral, mulheres menstruadas ou qualquer pessoa com uma ferida ensanguentada não podia entrar nos templos. Seria talvez uma ideia genial, para os templos portugueses, dada a impureza que grassa em Portugal...

Em Besakhi, no templo-mãe, são programadas cinquenta e cinco festas todos os anos. Cada ano em Bali só dura 210 dias e não 365...o que dá uma média de uma festa em cada 3,82 dias de Bali. A um forasteiro ninguém estranharia se dissesse que a ilha está sempre em festa. É nessas ocasiões que os tocadores de gamelão fazem o ar vibrar, as oferendas de flores e frutos enfeitam os altares e a alegria dos deuses se derrama sobre todos os participantes. As tradições exóticas desta cultura milenar, diferente das restantes 18 mil ilhas indonésias, continuam a ser preservadas apesar duma certa massificação turística intensificada após 1975 duma forma generalizada, pois representam a principal fonte de rendimento dos Balineses. As festas quotidianas, danças e oferendas aos deuses venerados na ilha são rituais cada vez mais aplaudidos. O espetáculo de Wayang Kulit (teatro de sombras) começa todos os dias ao pôr do sol. O cenário é simples: um ecrã de algodão branco estendido verticalmente defronte do qual são animadas as marionetas. O dalang, que manipula as figuras, oficia como uma personagem sagrada: ele tem a sombra dos deuses na ponta dos dedos. Inesquecível, um autêntico transe. Originalmente, os wayang kulit eram retratos em pergaminho dos antepassados já mortos que funcionavam no ritual da representação como recetores dos seus espíritos.

A não perder é, sem dúvida, a cerimónia religiosa que mais marcou JC em toda a vida: o *Ngaben*, cerimónia da cremação. Muitos acreditam que é a cerimónia mais importante de Bali. Catalisa todas as crenças que se manifestam nas cerimónias públicas e rituais mais privados. Como os rituais indicam, a religião hindu balinesa acredita que a alma da pessoa se reincarna. Tem que passar por várias fases para atingir a *Moksha*, a libertação eterna. Os que não conseguem atingir a perfeição voltam ao mundo. Têm que atravessar as mesmas fases, em busca da libertação. Depois da morte, os cinco elementos cósmicos - ar, terra, fogo, água, e espaço exterior - acompanham a pessoa na viagem após a morte, e ajudam-na a atingir a *Moksha*.

Esta cerimónia do Ngaben não pode ser feita a qualquer dia nem pode ser oficiada por qualquer pessoa. Terá que se determinar um dia propício e a família do morto deverá financiar a grande cerimónia e festa. Se o dia, propício à cremação, só chegar anos após a morte, constitui um problema para a alma da pessoa, que não pode ser libertada. Durante esse compasso de espera o corpo é temporariamente enterrado. Quando chega o dia da cremação, o corpo é desenterrado para a cerimónia. Se uma comunidade tiver vários corpos enterrados a esperarem a época propícia para a cremação, é possível haver uma cremação conjunta, o que ajuda às despesas. Esta procissão não pode ir diretamente para o lugar da cremação. Se o espírito do morto se lembrar de onde vivia, pode voltar para importunar a família. Será preciso confundir-lo quanto ao caminho de regresso à casa da família. Também é necessário atrapalhar os possíveis espíritos desocupados que se encontrem pelo caminho da procissão e resolvam segui-la. Se considerarmos que o espírito do morto também se pode lembrar de onde vivia, isto resultaria numa grande confusão de espíritos, trazidos pelo espírito do parente morto para apoquentar a família. Os balineses têm por hábito reunir em grupos para conversar e contar histórias, portanto não seria de estranhar que os seus espíritos continuassem a fazer o mesmo, e acabassem por ir bater à casa do morto. Isto faz bastante sentido. Leva a que as procissões funerárias, além de coloridas e festivas, também sejam complicadas. Podem andar em círculos, definir caminhos de ida e volta, enquanto um sacerdote sentado no andor deita uma aspersão de água benta na procissão e nos que se encontram à beira da estrada, para protegê-los. Vale tudo para confundir os espíritos. Todos os membros da comunidade têm que participar no evento e contribuir de alguma maneira, mesmo quando a família é rica. Depois da cremação propriamente dita, as cinzas são dispersas no ar e na água (de um rio ou do mar). O corpo deve estar num sarcófago com a forma de animal. A escolha do animal varia, de etnia para etnia. Alguns são inteiramente surrealistas, formando-se pela mistura de elefantes com peixes ou algo semelhante. Os corpos são envolvidos com finos tecidos - os mais caros que a família puder dispor - e são transportados numa espécie de andor que pode ter apenas um telhado no caso das pessoas pobres e até 11 telhados, o máximo permitido apenas para os reis. A altura desse andor ou armação em bambu, pode chegar até 25 metros. O transporte pelas ruas pode necessitar de 400 pessoas desde a casa do morto até ao local de cremação, cumprindo rituais de dança que fazem a torre girar perigosamente.

A mais impressionante a que assistira - talvez por ser a primeira - ocorrera em plena praia de Kuta e o sarcófago era em forma de vaca. Presentes centenas de pessoas num dia bem quente e húmido como é costume em fevereiro (1975). O cortejo chegou ao local da cremação, onde o falecido foi devolvido aos cinco elementos originais: a terra (*Pertivvi*), a água (*Apah*), o fogo (*Teja*), o ar (*Bau*), e o éter (*Akasa*). O corpo transportado numa espécie de andor de bambu enfeitado de flores, espelhos e sedas coloridas. O seu tamanho era determinado pela importância do morto, sendo carregado nos ombros de homens da comunidade. Toda a gente dançava e cantava em volta do andor após ter sido ateado o fogo. O cheiro era intenso, mas não desagradável numa atmosfera surreal. Não se explica, mas se vive, em presença de toda a conjugação de elementos. Depois das várias horas que demorou a arder, os convivas meteram-se em canoas e foram para o mar onde se despojaram das cinzas. Talvez tivesse sido esse dia, indeterminado, aquele em que decidira que seria cremado com as suas cinzas

deitadas ao Pacífico Sul. Durante muitos anos tivera essa cláusula num testamento válido à época, o que muito espantara a sua atual mulher, descrente dessas coisas dos orientes exóticos.

Em Bali não se usam nomes de “estrelas de cinema, futebol ou televisão” para os recém-nascidos. O primeiro filho recebe sempre o nome de Wayan, Gede ou Putu. O segundo chama-se Made (lê-se máhdei), Nengah ou Kadek. O terceiro é Nyoman, Nengah ou Kadek e o quarto de Ketut (pronunciado katut). Se houver um quinto filho, é fácil, a lista recomeça em Wayan e assim por diante. Tanto faz se for homem ou mulher. Pode parecer estranho, mas os balineses acham o sistema muito simples e prático. Existem ainda outras formas de designar as pessoas num sistema circular de quatro gerações, que envolveria explicar os casamentos interfamílias e outras noções de homenagem aos mortos, demasiado específicas para este contexto.

Falar de Bali obriga a mencionar Ubud, o coração artístico de Bali, nas montanhas. Ubud é também um centro comercial e turístico desde que artistas do ocidente, a partir de 1940, descobriram a arte local: escultura, pintura, dança, música. Lá encontra-se de tudo, especialmente, trabalhos esculpidos em madeira. Não muito longe fica a Montanha dos Macacos com os seus templos (atenção que estes são criaturas irritantes e pestilentas), JC detestara ir ao santuário, pois os macacos eram uma verdadeira peste.

Para viajar em Bali, que é uma ilha grande [atualmente com 3,5 milhões de habitantes e 5600 km² enquanto a ilha de S. Miguel nos Açores tem 131 609 habitantes e apenas 750 km²], quando se tem algum dinheiro, aluga-se uma moto e tenta-se sobreviver nas estradas pejudadas de perigos. Hoje em dia é mais perigoso do que na época em que lá vivera, pois não há regras de trânsito. Se existem, deve ser como em Portugal, só se aplicam se o polícia vier e obrigar... Lembrava-se de mais do que uma vez se ter atirado rapidamente para a valeta a fim de não ser colhido por um dos carros que circulava a grande velocidade, como se a estrada lhe pertencesse. Nessa altura ainda andavam sem capacete. Guardava hoje, num tornozelo, uma cicatriz duma dessas quedas. Quando o dinheiro era pouco usava o bemo que era um transporte coletivo curioso. Só arrancava quando estava cheio. Aquelas motorizadas, com uma pequena caixa fechada, chegavam a levar 10 passageiros. Havia também os becak ou riquexós, bicicletas com um assento para passageiros (até um máximo de dois) puxadas pelos pedais e a força dos esqueléticos condutores, autênticas bestas humanas.

Parara em Bali por acaso dum telefonema que o deixava de novo solteiro. Geograficamente já o estava. Na prática ainda pensava que tinha a mulher com a qual casara à sua espera. Só poderia regressar depois de terminar o famigerado SMO (Serviço Militar Obrigatório) no Exército Colonial Português, mais propriamente ao serviço do CTIT (Comando Territorial Independente de Timor) em Díli na Chefia dos Serviços de Intendência. Ela decidira não esperar mais. Claro que fora uma experiência única para ele, mais tarde recompensada com o respetivo pagamento e nascimento de dois filhos gémeos. Há tempos, fizera uma estatística: dos casais que conhecera em Timor nem um se mantinha casado! Seria da comida? Da água? Do clima? Que aquela terra marcava as pessoas já o sabia há muito, mas que iria influenciar duma forma duradoura todos os que lá tinham estado era merecedor dum estudo sério. Mais um tema de mestrado a explorar quando a Ministra da Educação anunciar mais uns tantos cursos novos. Na sua primeira aventura em Bali, eram uns três ou quatro oficiais, colegas de armas, esfaimados pela ausência de quase tudo em Timor, incluindo mulheres. A gentileza e cortesia das locais deixaram-nos assombrados. Mais tarde descobririam que era só simpatia, sorrisos apenas e mais nada. Ainda hoje se podia queixar de nunca ter namorado, tido um “flirt” ou coisa assim com uma balinesa. A comida era barata, a humidade

insuportável, mas as praias eram um espanto. Fartou-se de passear, conhecer gente nova e aprender, finalmente, o que era a vida. Isto viera a propósito da notícia que o preocupara com a reduzida esperança de vida nos Açores. Levava-o a pensar quão feliz já era por ter experienciado isto e muito mais.

2.3. **INSÓLITO. KUWAIT CITY EM VÉSPERA DE GUERRA**

O dia acordou fresco. De facto, fora o dia açoriano mais fresco desde que JC chegara. No carro a temperatura indicava 6°C. Em Ponta Delgada os termómetros marcavam 9°, mas esperava-se que subisse até aos previstos 18°C. De acordo com o calendário, pendurado em frente à sua secretária, era dia 23 de janeiro de 2006. Ao ler o jornal Público a sua atenção focou-se numa notícia insólita:

ISLÂMICOS DEBATEM O USO DE ROUPA DURANTE O ATO SEXUAL

O Egito está a assistir a um debate religioso no mínimo curioso. Ultrapassada a velha questão da luz acesa ou apagada, o problema que se coloca agora é se o casal deve ou não manter a roupa durante as relações sexuais. A controvérsia instalou-se quando um perito em lei islâmica alertou para o facto de a nudez completa do casal durante o ato sexual invalidar o casamento. Para contornar o problema surgiram propostas mais flexíveis: não haveria problema se o marido visse a esposa nua, ou vice-versa, desde que não desviasse o olhar para os genitais. Para evitar a tentação, o perito [egípcio] aconselha a que as relações sexuais ocorram sempre debaixo de lençóis.

À luz ou às escuras? Apagada, torna tudo muito mais louco: apalpões, encontrões, tropeções. Manter a roupa? Deve ser sempre mantida, antes, durante e depois, pois será mais quentinho e aconchegado. Se for no campo alentejano espera-se que ele esteja com ceroulas e samarra e ela de saio, combinação e chancas.... Como seria nas velhas dinastias praticantes de safada e jesuítica hipocrisia? Claro que todos teriam um buraco no amplo camisão de noite, mas quando os reis e príncipes se encontravam com as amantes ou barregãs, será que haveria mais intimidade e seriam dispensadas as vestes? O Freitas do Amaral na biografia do primeiro rei de Portugal esqueceu-se de abordar este tema. A literatura medieval e posterior, atazanada pela sede persecutória da Inquisição deixou esta lacuna que urge investigar. Atenção mestrandos e demais investigadores. Apliquem-se e estudem este tema em profundidade. O resto da população deverá regressar à pacatez islâmica e cumprir as normas e regulamentos: nudez total nunca!

Ora aqui está a prova de que JC pessoalmente tanto necessitava para afirmar porque é que Portugal sofre de todas as maleitas e de baixa estima nacional. Afinal não tem nada a ver com a célebre frase de *Sérvio Galba*, um general romano que conquistara a Hispânia no sec. II a.C. “***Estes Lusitanos nem se governam, nem se deixam governar***”. Finalmente sabe-se porque é que o desemprego aumenta, porque as empresas deslocalizam, porque a pátria espera pelo salvador que não se chama Sebastião e não chegará numa noite de nevoeiro, nem será natural de Santa Comba Dão. Agora sabe-se bem por que razão a igreja católica se viu compelida a criar a Santa Inquisição em

1536. Fora pedida inicialmente por D. Manuel I, para cumprir o acordo de casamento com Maria de Aragão. A 17 de dezembro de 1531, o Papa Clemente VII, pela bula *Cum ad nihil magis* instituiu-a em Portugal, mas um ano depois anulou a decisão. Em 1533, concedeu a primeira bula de perdão aos cristãos-novos portugueses. D. João III, filho da mesma D. Maria de Aragão, renovou o pedido e encontrou ouvidos favoráveis no novo Papa Paulo III que cedeu, em parte por pressão de Carlos V de Habsburgo e em 23 de maio de 1536, noutra bula, ali estava ela instituída para durar até 1821.

A crer na História, na Idade Média o quotidiano das pessoas era preenchido por devassidão, depravação, desregramento, intemperança, libertinagem, devassidão, e por isso a Igreja teve de agir. Agora é a vez do Egito, com uns 477 anos de atraso verificar a gravidade do problema que como é afirmado pode invalidar casamentos. Se em vez do Egito se estivesse em Portugal quem sabe quantos seriam os casamentos anulados? Mas também neste particular Portugal pode dar umas dicas aos egípcios: ao preço a que a eletricidade está, deve ser sempre de luz apagada, com os dois parceiros totalmente vestidos por haver falta de verbas para aquecimento. Nem se consegue imaginar a cena doutra forma. Infelizmente este debate já não vem a tempo para perguntar aos recentes candidatos a Presidente da República qual das infrações já teriam cometido. Imagine-se como seria esta discussão nos 27 países da Comunidade Europeia. Resta aguardar que o debate chegue ao Parlamento Europeu. Haverá por esse país fora, por estas ilhas atlânticas, alguém interessado em começar a realizar uns inquéritos para ver quantos casamentos são inválidos?

Por mais tolerante e multicultural que JC possa ser, esta questão está a ensandecê-lo. Acabara de descobrir que, face a esta lei, e sendo um cumpridor escrupuloso de todas as leis, por mais abjetas que fossem, nunca estivera casado! Isto sem contar com as noites quentes passadas – nem ele sabia ao certo em quantos países quentes – em que ABSOLUTAMENTE se esquecerá dos lençóis. E na praia quando havia luar? E quando era novo e ainda acampava? E naquela fase louca da sua vida em que vivera com os hippies na *Beach House* na praia em Díli? Ou quando fora às massagens na Tailândia? E em Macau, na Malásia, na Indonésia, em Kuwait City, ou quando estivera no Brasil e em Espanha com temperaturas de mais de 43 °C, em Perth estivera até sob 49 °C. O melhor seria mesmo invocar uma doença degenerativa do foro psíquico ou mental, uma amnésia súbita e localizada. Ai se eles o apanhavam! Ainda bem que nunca fora ao Egito, nem para ver as múmias nem as pirâmides, caso contrário andava agora a penar numa qualquer cadeia do Cairo. Felizmente estivera só pelos Emirados e a todos visitara pois ficavam ali ao pé...

Depois destas tergiversações iria remeter aquela crónica aos seus filhos a avisá-los dos perigos que corriam. Admirava-se até que o primeiro-ministro ou mesmo o Presidente da República não tivessem já dado uma conferência de imprensa a alertar o povinho para estar atento e a garantir que eles, grandes líderes nunca prevaricaram. Como dirigente da nação, o Primeiro-ministro deve seguir sempre os ensinamentos dos seus antepassados de Vilar de Maçada que, obviamente, como o próprio nome indica ainda usam os camisolões da Idade Média com o buraco. O novo papa alemão se calhar até vai aproveitar esta boleia islâmica e exigir o mesmo dos católicos.

Acreditem, isto era absolutamente demolidor. Nunca se lembrara de lhes perguntar a religião, naquelas estadias relativamente curtas que fizera em tais cidades exóticas. Estava mais interessado em partilhar culturas e experiências, descobrir o que escondia por trás de véus e burcas. A sua ação jornalística em pleno Médio Oriente, de férias ou em trânsito, não estava totalmente desprovida de riscos como mais de uma vez constatara e este não fora previsto. Por outro lado, como se sabe, sendo a sua mulher “moura lisboeta” isto poderia explicar por que é que ela andava ultimamente apreensiva, se bem que nunca tivesse suspeitado dela ser cumpridora dos ensinamentos de Maomé. Andava cabisbaixa e muito sisuda desde que lera esta notícia, talvez algo se preparasse e não se esperasse nada de bom. Isto não vinha nada a calhar, após tantos anos de casamento.

Por outro lado, a sociedade portuguesa iria agitar-se, imaginava já as conversas em voz baixa à mesa dos cafés. Todos a fazerem perguntas e a tirarem notas, sabe-se lá do que são capazes para apanhar um qualquer pecador desprevenido. Este país sempre foi um covil de bufos. Que se cuidem os incautos que esta fé pode abalar montanhas. JC já se decidira, caso viesse a ser descoberto e exposto à ira islâmica, deveria tornar-se num mártir usando o método do homem bomba e fazer-se explodir a fim de ir direito para o céu onde lhe garantiam que 72 virgens o esperariam após a sua consagração como mártir em prol do Grande califado *Al Andalus*. Aguardaria apenas que lhe indicassem o alvo. JC estivera no Kuwait a 31 de julho de 1990, exatamente **dois dias antes da invasão iraquiana de Saddam** Hussein ao Kuwait, numa primeira tentativa de subjugar aquele pequeno emirado. Não o fizera voluntariamente, mas devido a uma avaria no avião da UTA (transportadora aérea para as províncias ultramarinas francesas, absorvida pela Air France em 1992) que o trouxera da Nova Caledónia via Sidney.

James Colnett avistou em 1774, uma terra desconhecida no horizonte. A bordo do navio estava o navegador e explorador inglês James Cook que batizou a terra como « New Caledónia » em homenagem à Escócia. Na verdade, disseram que o aspeto da costa teria lembrado desta região do Reino Unido. Caledónia é em latim antigo, correspondente à Escócia. Em 1788, a expedição francesa liderada por La Pérouse deve ter feito o

reconhecimento da costa Ocidental, a bordo do l'Astrolabe e do La Boussole, pouco antes do um naufrágio sobre o recife Vanikoro nas Ilhas Salomão. Em 1793, o Contra-Almirante francês Antoine Bruny D'Entrecasteaux, que partiu em 1791 a pedido de Luís XVI para encontrar La Perouse, passa ao longo da Nova Caledónia, reconhece a Costa Oeste da Grande Terre e teria parado incluindo as Ilhas Lealdade. No entanto, os atributos da recente descoberta são explorador francês Jules Dumont d'Urville, em 1827, que foi o primeiro que as localizou com precisão num mapa. No final do século XIX e início do século XX diversas tentativas de colonização fracassam. Em 1931, um grupo de Kanakas era exposto como sendo canibais dentro de caixas, no jardim de aclimação do Bosque de Bolonha, por ocasião da Exposição Colonial Internacional (1931) de Paris. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Nova Caledónia apoia a França Livre em 1940 e tornou-se a partir de 12 março de 1942 numa importante base norte-americana na guerra contra o Japão. Nouméa é a capital fundada com o nome de Port-de-France em 1854 pelo Capitão Tardy de Montravel. O território registou importante crescimento económico graças à exploração do níquel, e a Nova Caledónia passaria a ser o terceiro maior produtor do mundo, enquanto a França a tornava numa colónia penal. Depois da guerra, a França abandona o termo colónia, passando a ser território ultramarino em 1956. O ano de 1980 marca o ponto alto de tensões entre opositores e partidários da independência com uma rebelião quase generalizada durante o período conhecido como «Eventos» (1984-1988). A violência atingiu um ponto culminante em 1988 com a Tomada de Reféns em Ouvéa. Depois seguiram-se negociações e a assinatura dos Acordos de Matignon (1988), prevendo a criação de um estatuto transitório de 10 anos a conduzir um referendo sobre a autodeterminação para que se pronunciem a favor ou contra a independência. Este acordo é complementado pelo Acordo de Nouméa de maio de 1998, que prevê o estabelecimento de uma forte autonomia. O último referendo sobre a questão do futuro institucional (ou manutenção da autonomia dentro da República Francesa) terá lugar entre 2014 e 2018.

Ora estes voos entre a possessão ultramarina, da Nova Caledónia são frequentados por funcionários públicos franceses que regressam ao continente europeu e vice-versa.

Trata-se de um dos locais mais caros do Pacífico, tudo é importado de França, tem-se a sensação de se estar em Paris na maior parte das lojas, mas com atendimento pelos habitantes das vizinhas ilhas de Ouvéa e Futuna que já constituem a maioria dos nativos locais: 45% Melanésios (Kanakas) e 35% Europeus (Franceses) com Polinésios nas ilhas mais afastadas. Os Europeus concentram-se no sul, sendo Francês a língua oficial além de serem falados dialetos melanésios e polinésios numa mistura de 60% de católicos e 30% de protestantes. O turismo é pouco e desproporcionalmente caro ao contrário doutros países do Pacífico Sul sendo particularmente preferido por franceses.

Ora bem, estava JC a bordo dum trimotor McDonnell Douglas DC-10 acabado de levantar voo do Omã (Emirados Árabes Unidos) quando se regista a implosão do motor do lado esquerdo. A maior parte dos passageiros a bordo fica sobressaltada e durante largos momentos não há instruções em inglês, apenas um curto anúncio em francês, a falar dum pequeno (!!!) problema técnico. Outros passageiros anglófonos abordam JC a perguntar o que se passa. Ficam preocupados ao sobrevoarem

o imenso deserto de Omã (parte desse enormíssimo deserto da Arábia), onde apenas se viam dunas e antigos depósitos de águas totalmente secos. A imagem era aterradora pois só haviam começado a subida há cerca de 20 minutos, mas já se tinham afastado muitos quilómetros do centro urbano mais próximo. Cá em baixo dunas e mais dunas, deserto e mais deserto, sem vivalma, apenas velhos poços secos.... Os restantes dois motores começaram a obedecer às ordens do piloto e lentamente o avião começou a subir mais e a descrever um enorme círculo enquanto tentava voltar para trás. Acabou por completar o círculo enquanto ganhava altitude e o piloto, avisou que iriam para Kuwait City. Ali chegaram sem mais incidentes numa cena mais própria dum filme de terrorismo internacional. Foram mandados para o setor militar do aeroporto, onde tropas armadas rodearam o avião e fortes medidas de segurança eram impostas, antes de os passageiros serem autorizados a desembarcar.

Saíram todos, por fim, levados através duma avenida com poucos prédios (hoje parece a baixa de Manhattan), que sulcava o deserto, para um luxuoso Intercontinental Hotel onde ficaram alojados. Era de manhã cedo e os bares do Hotel só abriam pelas 11 horas.

JC falava com um pequeno grupo de expatriados franceses que então regressavam a França, eram quatro *kafir* (infiéis) franceses e duas francesas, uma delas, cinquentona ou mais velha. Iam a entrar para o bar para se dessedentarem, pois apesar do ar condicionado a temperatura exterior já rondava 46° C àquela hora matinal, quando foram impedidos por um funcionário do hotel que lhes disse que não poderiam entrar ainda. Nessa altura desembocara no bar um grupo ruidoso de uns dez a doze nativos, vestidos com o seu vestuário tradicional masculino, o "*thoub*" branco, uma peça única e comprida. Na cabeça usavam a "*ghutra*" ou *keffiyeh*. O "*shemagh*" é principalmente usado em ambientes religiosos. Não havia nesse grupo nenhuma mulher com ou sem *chador* (véu islâmico). Teria decorrido certamente uma meia hora ou mais quando os infiéis foram autorizados a beber. Para espanto constatavam que os árabes estavam a beber alegremente álcool, o que não lhes é permitido, na maior parte dos casos de acordo com o Corão.

A conversa parou, enquanto miravam, de alto a baixo, os estrangeiros e em especial as duas francesas, imodestamente vestidas para os padrões locais. Começaram a ouvir-se o que se presumia serem piropos em sotaque forte árabe numa língua presumivelmente inglesa. A atmosfera era de cortar à faca. Tomaram todos as suas bebidas e como o ambiente era de tal forma hostil e ameaçador, resolveram sair do bar para o enormíssimo átrio do hotel, ver as montras e conversar. JC estava animadíssimo a falar com um certo Michel, programador de computação do governo francês na Nova

Caledónia. Estavam sentados num dos cadeirões forrados a ouro e veludo que se espalhavam pelo átrio do tamanho de um campo de futebol. Não repararam na altura, que mesmo em frente a eles, a uns 15-20 metros, estava um grupo familiar local constituído por três homens, duas mulheres totalmente cobertas com uma elegante *jilbab* ou *jilbaab* (جلباب) e a cara coberta com um *niqāb* (نقاب), esse véu que cobre na totalidade as faces, deixando antever os olhos e faz parte do *hijāb* ou *burca*. Convém aqui acrescentar uma nota para os que nunca andaram por aqueles lados do Oriente do Meio.

Manda a tradição islâmica que o contacto físico entre sexos opostos seja bastante rigoroso. A troca de apertos de mãos é permitida somente dentro de uma relação lícita ou quando há um vínculo forte de parentesco. As normas de cortesia indicam que se uma pessoa de sexo oposto lhe estender a mão, deve aceitar o cumprimento. Em meios diplomáticos, é permitida a troca de cumprimentos entre homens e mulheres. As mulheres devem ser cumprimentadas verbalmente, a não ser que tomem a iniciativa e ofereçam o braço para o cumprimento. A mão esquerda é sempre considerada “suja”, uma vez que é utilizada na higiene pessoal, conforme a tradição islâmica. Portanto, deve evitar-se cumprimentar, gesticular, dar e receber presentes e cartões com a mão esquerda. Em hipótese alguma se deve gesticular balançando as mãos fechadas, pois é considerado um gesto hostil. A lógica é que, se usa força contra os seus inimigos, então ao balançar as mãos contra alguém com muita força e potência, este ato pode ser interpretado como se essa pessoa fosse um inimigo. Nunca se devem cruzar as pernas, pois mostrar a sola do sapato constitui um insolente insulto, por ser a parte mais baixa do corpo e estar em contacto direto com o chão. Daí ser considerada impura.

Estavam Michel e JC em amena galhofa discutindo as virtudes de terem uma mulher no mundo ocidental que ninguém pudesse olhar ou cobiçar, alheios de tudo e de todos. Provavelmente gesticulando, possivelmente mostrando as impuras solas dos sapatos, ténis ou botas que calçavam, sem se aperceberem que estavam quase sós no enorme átrio. Sabiam que não podiam olhar diretamente para a mulher árabe, ao contrário do que é normal no Ocidente. De repente, pelo canto do olho, um deles apercebe-se que uma imponente figura em traje completo de xeque se levantara e cobrira já metade dos 20 metros que separavam os sofás. Sem se desconcertarem, mas subitamente tomados de pânico ou mero medo, pela segunda vez nessa manhã, levantaram-se a conversarem como se nada fosse, antes que o árabe se aproximasse. Distanciaram-se rapidamente e não foram seguidos. Ficaram para o resto das suas vidas com dúvidas se o árabe se ia dirigir a eles, a acusá-los de um qualquer crime, como ter olhado para aquele monte de tecido com dois pontos negros movediços numa pequena abertura da parte superior do vestido. Poderia ter-se sentido insultado com a lamacenta sola dos sapatos, cheia de areia árabe. Ou, teria apenas constatado que o seu *Cartier* ou *Rolex* dourado e cravejado de diamantes de 50 mil dólares tinha parado e apenas ia perguntar-lhes as horas. Fosse o que fosse, mudaram rapidamente de piso no hotel. Dirigiram-se para uma zona onde estivessem mais

dos, quase, duzentos ocidentais que se encontravam ali exilados tecnicamente enquanto o avião era reparado. Toda aquela atmosfera, mesmo num hotel daqueles era aterrorizadora. Os árabes eram sempre servidos primeiro e só depois os estrangeiros, fosse para o que fosse, mesmo que apenas se tratasse de se sentarem numa mesa dum dos bares do hotel.

Sentira mais medo então do que uns anos antes, em Carachi (Paquistão) quando tivera de sair do avião devido a uma tempestade de areia. O quadrimotor tentara arrancar, mas chegara ao fim da pista com esta coberta de areia. Rapidamente saíram e foram abrigar-se no terminal. Do dia se fez noite e a pista ficou coberta por mais de dois metros de areia. O átrio do terminal parecia uma duna saariana. Foram horas na escuridão. Por fim, amainara, os bulldozers vieram limpar a pista e o avião partira.

Da janela do hotel, na cidade do Kuwait, via-se o deserto ciclicamente cortado por um autocarro dos hotéis ou por uma viatura de alta cilindrada e topo de gama. A neblina própria daquele calor e humidade se baixava a dar uma tonalidade de amarelo sujo a tudo o que circundava o hotel. Criavam-se miragens e a mente toldava-se enublada. Dois dias depois seria o terror, a morte, a pilhagem e a destruição que as forças iraquianas de Saddam Hussein iriam impor naquele hotel e em todos os locais do Kuwait. Mais uma vez o mundo perdera a sua inocência.

Na minha opinião, os homens verdadeiramente grandes devem sentir-se desolados na Terra.

F. Dostoievski



KUWAIT CITY HOJE



CAPÍTULO 3 - BRAGANÇA DE TRÁS-OS-MONTES

Não tenho culpa de ter nascido em Portugal, mas exijo uma pátria que me mereça

Almada Negreiros, pintor, escritor, poeta (1893-1970) Ultimato às Gerações futuristas

As mais lindas palavras de amor, são ditas no silêncio de um olhar.

Leonardo da Vinci





3. REGRESSO ÀS ORIGENS, LENDAS E TRADIÇÕES

3.1. REGRESSO ÀS ORIGENS. SAUDADES TRANSMONTANAS

Ao longo dos anos que vivera em Bragança todos se habituaram a JC, como um australiano que falava português, sem saberem mais sobre os seus antecedentes genéticos. Nem ele os tinha descoberto quanto mais os outros. Foi preciso aprender a ler nas entrelinhas enquanto se coligiam os dados para o Cancioneiro Transmontano editado em 2005 pela Misericórdia de Bragança. Foi nessa época, enquanto lia testemunhos, lendas e contarellos de pessoas de idade avançada que redescobriria

a origem transmontana por via materna de que andava arredado. Sempre soubera que a parte materna da família provinha dessa enorme ilha chamada Trás-os-Montes, encravada no oceano dos sargaços e algas enleantes e viscosas, em fraga, chamada Nordeste ou o Portugal profundo (como sinónimo de esquecido pelos governantes). Depois fora visitar o baú das memórias e recriara os passos dados, quarenta anos antes, por aldeias, vilas, lugares e lugarejos perdidos na memória de tempos idos. Visitou-os a todos. Raras vezes encontrou os coevos desses percursos da sua infância. A desertificação humana maciça e os limites da longevidade haviam aniquilado as hipóteses de poder reconstruir essas memórias para além de um determinado ponto. Poucos, dentre os mais velhos, permaneciam ainda para lhe falarem desses tempos. Fora, aliás, nalguns mais novos que reencontrara menções aos seus avós maternos.

As aldeias pujantes e vibrantes de vida escrava nesse feudalismo que era a Trás-os-Montes dos anos 60 do século passado haviam progredido: havia mais casas e maiores. As velhas casas estavam abandonadas, desertas e em ruínas. Mas disto ninguém falava melhor do que o escritor açoriano Daniel de Sá no seu livro “Os Pastores das Casas Mortas”. Das gentes sumira-se-lhes o rasto, perdido na voragem consumista das grandes urbes no litoral. Desapareceram as “vendas” e os velhos cafés tipo taberna que existiram, nalguns casos substituídas por lojas mais modernas e cafés mais higiénicos. Noutros casos já nem cafés havia, pois não restava gente para os sustentar abertos. Os poucos habitantes, todos setuagenários ou mais idosos, reuniam-se agora no adro das igrejas, também elas desertas e sem serviços dominicais. As escolas abandonadas às silvas ou em ruínas. Poucas tinham sido aproveitadas e ocupadas por outros espaços com novas utilidades. Definhavam por entre a vegetação que se reapoderava dos seus terrenos. Quis explicar à sua nova família como era a vida naqueles tempos, perdidos na memória e no tempo. Não havia como. Sentimentos não se partilham em palavras. Guardava ciosamente um discurso muito sentido que escrevera aquando do lançamento do “Cancioneiro Transmontano 2005”, lançado na Feira do Livro de 2005 (de que tanto se orgulhava). As palavras então proferidas foram sentidas até ao âmago. Fora então que se sentira transmontano dos quatro costados, apesar do pouco tempo contabilizado a viver na região. Como alguém o ensinara, ***a pátria não é o lugar onde nascemos, mas o lugar onde o coração habita***. Ali estava a sua mátria bem visível no tal discurso de lançamento do Cancioneiro:

Feira do Livro de Bragança 2005, lançamento do Cancioneiro Transmontano, 5 junho

Os aborígenes australianos sobreviveram aos últimos 60 mil anos sem terem escrita própria, mas a sua cultura foi mantida até hoje, pois assentava na transmissão oral de lendas e tradições. Este é um dos exemplos mais notáveis de propagação das características culturais de um povo que nunca foi nação. Uma das coisas mais

importantes que a Austrália me ensinou foi a tolerância pelas diferenças étnicas e culturais, e o facto de ter aprendido a conviver e a viver com a diferença. Sem aceitarmos estas diferenças jamais poderemos progredir, pois que só da convivência com outras etnias e culturas poderemos aspirar a manter viva a nossa. Quando cheguei, há 3 anos, este foi um dos projetos que apresentei por entender que na cultura local falta o amor-próprio e o apreço à herança de cada um. Os movimentos populacionais exógenos e a atração pelas grandes urbes levam ao menosprezo do que é mais peculiar e mais notório nesta região. Se houvesse uma verdadeira apreciação multicultural, talvez as gentes da terra tivessem maior orgulho no que lhes é único.... Creio que a exemplo dos aborígenes australianos esta obra pode vir a perpetuar a cultura transmontana, em risco de desaparecer na voragem urbana progressista, no desagregamento da família tradicional e importação de modas e hábitos estranhos.

A Bragança de hoje jamais perdeu as suas raízes rurais. Neste volume pretendemos fazer ouvir a nossa voz, através das memórias do passado para que não desapareçam as lendas e tradições. Bragança é uma terra onde se congregam esforços e iniciativas para manter viva a língua de todos nós, sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Quando cheguei, sabia apenas que fortes laços de sangue me prendiam a esta região. Com um avô materno Vimiosense e uma avó materna e a mãe Alfandeguenses, há séculos, recordava daqui as férias de infância passadas em terras da vetusta região de Bragança e Miranda. Havia primos e tios avós que contavam histórias de outros tempos. Tinham um falar diferente. Aprendi a liberdade de passear pelos campos até ao pôr do sol, montado numa burra ou num macho, sem peias nem fronteiras, por montes e vales, inspirando este ar puro, experimentando detalhes desconhecidos da natureza que a minha juventude urbana desconhecia. Em casa ainda não havia luz elétrica que essa só chegaria depois do 25 de Abril, mas os campos já estavam plantados de postes de alta tensão. Das vindimas à apanha da amêndoa muitas foram as recordações que recuperei. Lembro-me de ver no céu estrelas em número inaudito, que jamais se podiam observar nas poluídas abóbadas das cidades portuguesas. Lembro-me do cheiro a feno na Eucísia, do chiar dos carros de bois no Azinhoso, dos cortejos pascais engalanados com as colchas penduradas nas pequenas janelas, como seteiras, abertas em paredes de grossa espessura. Lembro-me dos burricos e dos seus cântaros saltitantes a caminho da fonte, dos jantares à luz da vela e do sempre presente Petromax. As cavilhas na central telefónica do Sendim da Ribeira naquela loja ou venda onde tudo se comprava. E havia ainda as danças no salão dos bombeiros alfandeguenses. As festas típicas em honra do santo da aldeia, onde aprendi um povo que desconhecia. Na pequena e ora semidespovoadada aldeia da minha avó materna encontrei os rituais senhoriais da família Gama, do engenheiro Camilo Mendonça onde se ia prestar vassalagem quando ali chegava para férias, ansioso de beber a fresca água da Grichinha, fonte milagreira em plena terra das feiticeiras. Revisitei a imagem bucólica do Vale da Vilariça antes da barragem, quando da varanda de casa me deleitava com ela enquanto devorava livros de Júlio Verne. Vi rostos e tradições do tempo dos Cristãos Novos, ainda hoje envergonhados da sua herança marrana. Há cinquenta anos, ainda existia a vergonha de se dizer que se descendia dum abade, cónego ou padre, tão comum a tantas famílias da região, numa mescla de respeito, medo e veneração ao cristianismo que se impusera primeiro aos mouros da rica Alfandagh, para depois ser temporariamente mesclado com judeus que fizeram desta uma zona bem rica, antes de sofrerem os efeitos da conversão forçada e a clandestinidade, quando não a morte, o exílio ou a Santa Inquisição.

Conheci capelas, vi santos milagreiros em altares cobertos de ouro, andei em procissões e fui a missas onde os importantes da terra tinham as suas cadeiras e genuflexórios próprios, em pleno altar. Tomei banho em tanques improvisados e provei frutas desconhecidas. Fiquei sempre com a recordação destas terras e gentes e ela me acompanhou no périplo de mundos e na diáspora que me levou a passar metade da vida no Sudeste Asiático e na Australásia. Na bagagem levava apenas essas recordações agradáveis do país onde cresci. Lembrava-me dos fraguedos de Penas Roias (onde fora pela primeira vez em 1962), e da famosa arca do cura dessa aldeia esquecida, aonde só regressaria no conforto do alcatrão em 2004.

No Vimioso percorri as ruas onde o meu avô crescera, vi a casa onde a família habitara, que permanecia ativa e brasonada. Em Alfândega da Fé reví os jardins, os parques e as memórias dum castelo que a minha mãe sempre referiu nos idos da memória. Recordei as viagens longas e inesquecíveis pelo Douro acima, em comboios que a estupidez do homem mandou retirar dos carris trocando-os por alcatrão. Recordo com emoção os jantares feitos à lareira, em tachos negros como a noite, e onde os sabores eram bem diferentes. Depois do jantar, sentados no escano, imaginávamos figuras misteriosas que o fogo e as sombras criavam, antes de nos confrontarmos com o medo de regressarmos aos quartos, atravessando enormes salões onde a chama bruxuleante da vela nos desenhava os demónios de que a catequese nos avisara. Mas, mais terríveis ainda eram as trovoadas em plena época das sezões, quando na Quinta da Bendada (hoje em ruínas e não mais pertença da família) nos anichávamos debaixo da cama, enrolados em cobertores de papa, a rezar a Santa Bárbara. Foi tudo isto que eu revivi ao editar este maravilhoso Cancioneiro.

Foi o facto de saber que não vivi em Portugal os anos suficientes para ter mais recordações de histórias e contos dos avós, e de que a minha mãe hoje com 82 anos é o último elo para tantas dessas histórias e lendas que as tias contavam e cantavam. Ao sentir que se podem perder esses registos fundamentais duma memória coletiva resolvi meter as mãos à obra e preservar em papel aquilo que tantos idosos nos deram.

Sabemos que a língua e cultura dum povo se preservam sobremodo pela tradição oral, limitamo-nos a transcrever o que foi possível ainda recuperar, para que mais tarde, os vindouros saibam que aqui houve gentes que nos falavam de mouras encantadas oitocentos anos depois de elas terem deixado de aqui viver. Lamenta-se que mais recolhas não nos tivessem chegado a tempo de as publicar. Mas deixo-vos cerca de duzentas e cinquenta páginas desta memória transmontana. Espero que todos tenham tanto prazer em lê-lo como eu tive a transformá-lo naquilo que aqui têm.

Que possa servir para passar de geração em geração com a satisfação de todos os que podem dizer, comigo,
TENHO ORGULHO DE SER TRANSMONTANO. 05-05-2005

3.2. DE VIMIOSO E EUCÍSIA

JC teve uma infância e uma juventude que, como atrás se comprova, só mais tarde apreciaria na sua plenitude. Recordava-se do seu avô materno e da avó o levarem de férias para Trás-os-Montes, pela primeira vez, em férias sem os seus pais. Que liberdade, que frescura, que lufada de vida aquilo não fora. Teria já uns 12-13 anos quando entrara para essa viagem histórica no Opel Olympia preto, matrícula IB-17-55. Embora a maior parte das pessoas já não conheça a velha estrada do Marão e a sinuosa EN 15 que ia até Bragança, ir do Porto até Alfândega da Fé (Eucísia) era uma tarefa para um dia completo. Só do Porto a Vila Real eram umas três horas e meia, sem as habituais paragens para meter água ou óleo. Os carros, naquela época, gastavam quase tanto óleo e água como gasolina. O gasóleo era só para as velhas camionetas que se debatiam a 10 km/h pelo Marão acima poluindo tudo e deixando as pessoas que vinham atrás acossadas por ataques de tosse devido à inalação daqueles gases. A gasolina sem chumbo não tinha sido inventada e os termómetros ainda tinham mercúrio! O tabaco ainda não fazia mal e o cancro era uma palavra quase desconhecida. E como aquele Opel fumegava a subir a velha estrada!

Na memória ficavam as curvas sinuosas a seguir ao Pópulo e Alijó até Carrazeda de Ansiães, antes de chegar a Vila Flor, de descer até à Junqueira e de subir para Alfândega da Fé. Uns anos mais tarde começou-se a encurtar caminho indo pelo Pópulo para Murça, até Mirandela, passando pela então recém-aberta estrada de montanha na Serra de Bornes (ainda hoje o traçado é o mesmo). Saía-se de manhã bem cedo, parava-se em casa dos tios em Alijó ou (após 1964 na nova casa) em Vila Real. Ali almoçavam e depois recomeçava-se para chegar ao cair da noite à aldeia.

Não poderia deixar de mencionar aqui os carros que os seus tios tiveram. Primeiro fora um bege VW Carocha (matrícula OO-14-18), seguido de um cinzento Opel Rekord, antes de chegarem a um desportivo Talbot (Sunbeam) Rapier Fastback Coupé de 1967 (mais conhecido como Sunbeam Alpine GT nos EUA) e acabaram nos topos de gama da BMW.

Outras vezes, o seu avô decidia fazer um desvio por Sabrosa, Favaios, Alijó, para visitar uns primos em Riba de Ave, S. Mamede de Riba Tua.

Um deles era esse controverso personagem da luta autonómica dos Açores, o General Altino Pinto de Magalhães. Encontraram-se uns anos mais tarde em Macau (1980 ou 81) onde fora em missão de Estado e tinham ido passar um dia com a comitiva oficial a Hong Kong.

Seguiam depois para Carrazeda de Ansiães e Vila Flor. Havia inúmeras passagens de caminho de ferro. Em cada uma delas se esperava uma eternidade. Na realidade eram, apenas, uns 15 ou 20 minutos até que o velho comboio a vapor passasse, a apitar pressuroso e temeroso das pessoas que se lhe atravessassem no caminho. As estradas eram estreitas e enfeitadas de árvores com os troncos pintados a branco, como hoje ainda se observa nalgumas estradas dos Açores. Era essa a moda que ficara do pós-guerra. O movimento era reduzido, mas o problema maior era quando se encontrava um velho machimbombo, aqueles autocarros anteriores à segunda grande guerra que serviam de camionetas de carreira, arrastando-se penosamente por entre nuvens de fumo do poluente gasóleo.

Tinha de se ir horas atrás dele ou esperar que numa das suas paragens, houvesse espaço suficiente para o ultrapassar. Era um inferno, com as pessoas a tossirem, pois normalmente estava calor e não se suportava ir com as janelas fechadas. Aliás, as ultrapassagens só se podiam fazer se a viatura que ia á frente fosse simpática e se desviasse ou parasse, dado que a estrada não comportava essa modernice das ultrapassagens. Outra imagem que guardava para sempre era dos cantoneiros a levarem a mão à aba do chapéu para cumprimentar qualquer viandante que se atrevia a ir para aquelas terras do fim do mundo.

Vimioso (em mirandês Bumioso) é uma vila portuguesa, pertencente ao Distrito de Bragança, Região Norte e sub-região do Alto Trás-os-Montes, com cerca de 1 200 habitantes.

É sede de um município com 481,47 km² de área e 5 315 habitantes (2001), subdividido em catorze freguesias. O município é limitado a norte pela Espanha (Alcanices), a leste pelo município de Miranda do Douro, a sul por Mogadouro, a oeste por Macedo de Cavaleiros e a noroeste por Bragança. Em duas aldeias deste concelho, Angueira e Vilar Seco, fala-se o mirandês. Há ainda registo de falantes em Caçarelhos, mas ali já se terá deixado de se usar generalizadamente nos últimos anos. Concelho por entre o qual correm os rios Angueira e Maçãs, Vimioso guarda vestígios de ocupação castreja, nomeadamente o designado Cabeço de Atalaia, sobranceiro à vila. Vimioso tornou-se sede de concelho em 1515, ganhando autonomia em relação a Miranda do Douro. O concelho possui variados pontos de interesse, sobressaindo o Castelo de Algosó. Em Algosó, o impressionante castelo (século XIII), erguendo-se inexpugnável oferece uma bela panorâmica da paisagem selvagem e rude, com o rio Angueira no fundo. O castelo ocupa uma posição privilegiada sobre um promontório alcantilado, no topo do Cabeço da Penenciada, a uma altitude de 681 metros. É rodeado pelos profundos vales dos rios Angueira e das Maçãs que confluem nas proximidades. Subsiste a torre de menagem, no interior da qual são visíveis três registos de ocupação, sendo os dois primeiros de uso para habitação e o último de defesa. Argozelo, freguesia do concelho, guarda alguns castros importantes e em Caçarelhos pode ser apreciado um belo cruzeiro. Intimamente ligado à imagem de Vimioso está o tão apreciado lagostim de água doce. Mas o concelho apresenta outros pontos de interesse: as pontes romanas sobre os rios Sabor, Angueira e Maçãs, o magnífico Cruzeiro de Caçarelhos do séc. XVIII ou as formidáveis grutas de Santo Adrião, com o seu tesouro em mármore e alabastro de inegável beleza. Vimioso é de muito remota origem, sendo já nomeado nas

Inquirições de 1258, ordenadas por D. Afonso III. No entanto, recebeu foral e foi constituído Concelho apenas em 1516, por mercê do rei D. Manuel I. *Nesta região remota e agreste, Vimioso foi um ponto de defesa fronteiriça nos primórdios da nação portuguesa. Na vila, quase nada resta do castelo, mas vale a pena admirar a fachada típica da Igreja Matriz (concluída em 1570), com duas torres e um teto magnífico no interior, o Pelourinho e as casas brasonadas. A Igreja Matriz românica tem uma torre com sinos e relógio, e há um interessante pelourinho em frente da Câmara Municipal; as ruínas do Solar dos Marquesses de Távora e as restantes casas de quartzo e granito, com portas e janelas estreitas, também atraem a atenção do visitante. Trabalhos em cobre, tecelagem, cestaria e mármore exprimem a habilidade dos artesãos locais. Quanto a gastronomia, a culinária robusta parece compensar a paisagem desabrida: vitela, alheiras, presunto e os saborosos lagostins do Angueira. A Igreja Matriz de Vimioso é um importante templo maneirista, edificado no século XVII, durante o período filipino. A economia de Vimioso baseia-se na agricultura e pecuária que têm diminuído drasticamente a sua atividade. Até aos anos sessenta, antes do surto de emigração da sua população, Vimioso era um concelho rico em produtos agrícolas como o vinho, o azeite, o trigo, o centeio, a batata, etc. A pecuária era uma atividade extraordinária. A existência de boas pastagens e boas terras para forragens proporcionava a criação em grande escala, de gado bovino, ovino e caprino. A carne dos bovinos de raça mirandesa foi sempre muito apreciada por ser de boa qualidade. Constituía também uma boa fonte de rendimento a cultura da vinha, da oliveira dos cereais e da batata em algumas zonas do concelho com características específicas de terras fundas e boa água. Relativamente ao relevo não há, no concelho, serras ou elevações dignas de realce. Pode considerar-se que o concelho de Vimioso faz parte da continuação do Planalto Mirandês. Os rios que atravessam o concelho, Sabor, Maçãs e Angueira, tiveram alguma importância na subsistência da população, pois a quantidade e qualidade de peixe neles existente era digna de realce. Nas suas margens havia inúmeros moinhos onde se moía o trigo e centeio que constituíam a base da alimentação da população. Uma outra característica interessante e digna de mencionar diz respeito ao sotaque e pronúncia da população natural de algumas freguesias, designadamente Argozelo, Carção e Santulhão, e em especial Campo de Víboras e Vimioso. As aldeias que confinam com o concelho de Miranda do Douro são já influenciadas pelo sotaque do dialeto do Planalto mirandês. O Natal, o Carnaval, a Páscoa e a festa do verão, são dias especiais que não dispensam a presença da maioria dos filhos da terra espalhados pelo país e até pelo estrangeiro. Na noite de Carnaval não faltam as filhós, as rabanadas, o bacalhau com hortaliça e batata. Na Páscoa, o foliar e os doces caseiros fazem a delícia de todos os transmontanos. "No Entrudo come-se tudo" e por isso nesse dia a carne de porco, o fumeiro, etc. fazem parte da ementa carnavalesca. Nas festas de verão o menu é diferente e a posta mirandesa é o prato preferido. Em todas as freguesias do concelho se faz ainda a matança do porco. Há ainda muitos criadores de porcos que não dispensam a qualidade do porco caseiro alimentado à base de produtos naturais. Mas a maioria da população já não tem condições para criar estes animais e por isso recorre à compra de porcos criados em pocilgas. Destes, uma grande quantidade é importada de Espanha porque o seu preço é mais baixo. O fumeiro fabricado em todo o concelho é de grande qualidade. As alheiras ou tabafeias são excelentes, a chouriça, o salpicão, o butelo, o azedo, o chaviano, são especialidades muito apreciadas. A maioria da população tem mais de cinquenta anos. Não se alterando a tendência de envelhecimento destas comunidades, dentro de poucos anos pode assistir-se a uma desertificação acelerada. Há também uma grande percentagem de pessoas quase analfabetas, e muito ligadas a métodos e processos antigos. Duma maneira geral a população de Vimioso vive bem, não se verificando situações de pobreza extrema, talvez porque as pessoas se habituaram a uma vida com bastantes limitações.*

Como diria Miguel Torga, "Vê-se primeiro um mar de pedras...oceano megalítico..." no Reino Maravilhoso, com nove meses de inverno e três de inferno. O mar de pedras irá emprestar-lhe o olhar, para conhecer as ondas deste Reino de Trás-os-Montes, certamente ninguém lhe ficará indiferente.

Ali fora JC apenas uma vez, por volta dos sete anos, a casa do seu avô materno que viria posteriormente a redescobrir em expedições de férias na Europa em 1980, 1995 e a partir de 2002 quando vivera em Bragança. Essa casa de Vimioso fora habitação da família desde tempos incertos, num passado centenário, até aos seus bisavôs, sendo interrompida quando o seu avô a vendeu por volta de 1960. A sua mãe voltou a vê-la pela primeira vez desde que saíra de Trás-os-Montes, 64 anos mais tarde, quando JC ali a levava já em 2003. Os que lá habitavam agora eram antigos caseiros do seu avô, que lhes vendera a casa. A filha deles ainda se lembrava do seu avô. Embora atualmente sujeita a várias alterações no seu interior e a subdivisões várias, a fachada ainda é imponente, embora não se saiba ao certo a data da sua construção, provavelmente seiscentista ou setecentista. Trata-se de mais uma velha casa brasonada (das muitas que Vimioso tem) e que ostenta ainda hoje o brasão dos Condes de Vimioso.

O título dos Condes de Vimioso foi criado por D. Manuel I, rei de Portugal por carta de 02-02-1515 a favor de D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, neto do conde de Ourém e 1.º marquês de Valença, o qual era filho primogénito do 1.º duque de Bragança D. Afonso, e neto do rei D. João I, de Portugal.

Um primo do seu avô (o pai dele e o bisavô de JC eram primos diretos) contar-lhe-ia em Bragança, já no século XXI, que o seu bisavô materno de apelido Alves, de Vimioso, tinha resolvido tirar umas férias de funcionário das Finanças. Fora de vapor com o pai desse primo (médico da Marinha Mercante) até ao Brasil descobrir as belezas da Terra Maravilhosa. Deve ter gostado do que viu, tão diferente da sua pequena vila natal. Demorou tanto a regressar que quase ia ficando sem o emprego. Quando voltou, a bisavó de JC, Maria Moraes de sua graça, resolveu ostracizá-lo depois de saber o que ele andara por lá a fazer. Ele limitara-se a repetir a saga de milhares de portugueses que deram novos mundos ao mundo, e assim foram perpetuando a raça e consanguinidade portuguesa nas quatro paradas do globo. Fizera o que tantos, antes dele, já haviam feito durante séculos ao miscigenarem-se e dar novos cristãos ao mundo. A bisavó Moraes ostracizou-o, limitando-se a servir-lhe o almoço e o jantar. Evitara qualquer outro contacto com ele, pois segundo ela entendia, estas eram as obrigações legais e necessárias de uma mulher casada pela Santa Madre Igreja. Desgostoso, o bisavô Alves não encontrou melhor solução do que voltar-se para a companhia mais benevolente dos copos que o haveriam de acompanhar até à morte. Fora um cobarde, em vez de se meter a caminho e

regressar ao Brasil acabara amortalhado naquela vivência sem jeito nem amor mantendo uma aparência de casamento e cumprindo as suas rotinas de funcionário das Finanças. Isto fora-lhe contado, a JC, por esse primo da sua mãe já então com mais de oitenta anos. JC tinha acabado de descobrir mais um elo de ligação da sua vida à dos seus antepassados. Essa sua bisavó Moraes, da qual guardava poucas recordações, embora tivesse vivido até aos 91 anos (teria JC 14-15 anos), era uma pessoa de aparência azeda e de poucas palavras, muito ensimesmada, a quem nunca vira um sorriso por baixo do seu viçoso buço. Poucas teriam sido as palavras que trocara com ela. Talvez tivesse razões de sobra dos maus-tratos da sua nora (a avó materna de JC) para ser assim, mas depois do infortúnio do marido que lhe saíra em rifa teria ainda como prémio, a paga de ser maltratada pela nora. Convenhamos que não deve ter tido uma vida fácil. A outra aldeia de nascença da sua avó materna era cognominada “*a terra das feiticeiras*” vulgo Eucísia.

A este respeito lia-se recentemente no Diário de Trás-os-Montes:

Eucísia, no concelho de Alfândega da Fé, é conhecida pelas lendas das feiticeiras e pelo património histórico e arqueológico que guarda ao longo dos anos. Pelas ruas da aldeia encontramos pessoas, na sua maioria idosas, que recordam os tempos em que os jogos de roda e o convívio preenchiam os seus dias. Os tempos de antigamente permanecem gravados na memória, tal como as lendas que associam a localidade a “terra de feiticeiras”. “Ouvi contar a lenda das feiticeiras aos antigos. Diziam que veio para cá um padre que se embebedou, e, no dia seguinte, acordou na loja de um cavalo. Então espalhou que foram as bruxas que o levaram para lá”, explicou Adélia Monteiro, de 67 anos. A partir daí, quem passava por Eucísia temia o poder das feiticeiras e alguns até traziam trovisco para as afugentar. “Contava-se que passou por aqui um homem a cavalo num burro que trazia um ramo de trovisco. As mulheres de cá sentiram-se ofendidas e juntaram-se todas para bater ao forasteiro”, recorda Maria Alice, outra habitante. O tempo passa devagar num local caracterizado pelo sossego e pela calma transmitida pela natureza.

A aldeia era nessa época um destino sem saída. Um mero desvio de 1,5 km em terra batida, na estrada que ligava Alfândega da Fé à Junqueira. À exceção do miradouro (da Capela) de S. Sebastião (festa no primeiro domingo de setembro) no cimo do monte mais alto, no termo da aldeia, com exuberante vista para o vale da Vilariça, não se ia a lado nenhum. Acabava ali. Jamais esqueceria as milhentas vezes que para ali fora, com o único intuito de observar o glorioso pôr do sol sobre o vale. Sentava-se nos degraus da capela à espera que o sol baixasse sobre o vale. Como não havia ainda as modernas máquinas fotográficas digitais, JC dispunha dum velho caixote da Kodak cujas fotos não chegaram até nós. Guardava no seu subconsciente essas imagens e tentava descrevê-las com palavras. A pequena capela em honra do santo era igual a tantas outras, que por aí há, dedicadas àquele ou a qualquer outro santo no cimo dum monte. Hoje há estradas a ligarem a Eucísia ao lugar vizinho (e dependente) de Santa Justa e a Vilarelhos. Dantes era apenas aquele insignificante desvio entre a

Junqueira e Alfândega da Fé, na estrada com centenas de curvas, serpenteando por entre os montes, sempre à sombra imponente da Serra de Bornes e com o olhar deitado para o fértil vale da Vilariça.

Povo muito religioso, o de Eucísia que aos seus dois padroeiros, S. Paio e Santa Justa, dedicou uma bonita Igreja Matriz, modesta, mas de agradável traça, com os seus quatro altares e humilde fachada. Na Eucísia há um inestimável património a preservar, que representa os primeiros tempos da vida humana na freguesia: o santuário rupestre de Revides. Até ao momento, foram encontradas e decifradas duas pedras de grandes dimensões, as “pedras escritas”. Este conjunto de monumentos da quinta de Redevides (conhecida localmente como Revides) encontra-se no extremo da freguesia, a cerca de duzentos metros da ribeira da Vilariça e em pleno vale com o mesmo nome. O que é a Pedra Escrita de Redevides? Conjunto de gravuras rupestres proto-históricas realizadas ao ar livre sobre um bloco de xisto rente ao solo, com uma superfície quase lisa, orientado a sudoeste. As gravuras consistem em triângulos, formas em escada, cruciformes, quadrados e retângulos e ferraduras. O afloramento principal tem um motivo central de tipo idoliforme. Acesso: EN 587 (Santa Justa - Eucísia), a cerca de 300 m da aldeia de Santa Justa existe um desvio para a Quinta de Redevides. Toda esta zona de Alfândega da Fé está pejada de restos neolíticos, castros, e fortificações medievais praticamente todas destruídas ou em ruínas. Só se ouvira falar delas para vituperar a construção da barragem do Baixo Sabor.

A própria casa de seus avós estava abandonada e arruinada. Como ela, tantas outras sucumbiam naquela aldeia à inexorável e reivindicativa voragem do tempo e da natureza que acaba por readquirir tudo que o homem constrói. Ali se albergavam memórias de infância que nenhuma autobiografia publicaria. Ali habitavam, esconsos sonhos e pensamentos que nunca chegariam a uma folha de papel. Era o refúgio secreto das infâncias que a idade e a maturidade não revelavam nunca nem às almas gémeas. Havia toda uma mitologia lendária de contarellos, de pequenos episódios e de grandes celebrações pascais, que a recordação desvanecera e atenuara, mas, conquanto esmaecida, ainda havia fragmentos de imagens a preservar. Era vital que aquele escaninho da memória e das memórias fosse resguardado do camartelo e de olhares estranhos. Como se aquelas pedras pudessem falar. Ou revelar segredos insuspeitos. Como se perdesse a virgindade dos sonhos. Talvez se desbaratassem os últimos sonhos que restam. Sem eles qual o valor da vida humana?

Talvez o telhado caísse de vez. As janelas defenestradas já demonstravam a ruína do grande casarão. As pombas haviam penetrado e transformado uma casa de banho em pombal. Lentamente, essa arquitetura animal que os aracnídeos prontamente edificam assenhoreava-se dos recantos cheios de mistérios e de segredos. O telhado da cozinha velha cedera e já havia traves a desafiar as leis da gravidade. O espírito desses tempos áureos nada mais era do que uma miragem na falsidade da memória humana. Apagara-se o riso de crianças e adultos. As reprimendas, as invetivas e outras admoestações haviam sido silenciadas. O gargalhar feliz e despreocupado das crianças urbanas

sempre assarapantadas com as suas descobertas rurais tinha-se deixado ir com o vento. Não era mais que um murmúrio, um sussurro, por entre as frestas da madeira envelhecida e carcomida pela passagem dos anos. Havia já vestígios de roedores, deixando as suas marcas fecais onde outrora pousavam mãos de crianças. Toda uma miríade de insetos e pequenos animais, lentamente se empossava daquela enorme propriedade. Os animais pressentiam, ou antes sabiam, que vivalma raramente ali entrava agora que JC emigrara para as ilhas...Fora ele com os seus sonhos e deambulações peripatéticas que mantivera o espírito daquela casa sempre vivo, contra o silêncio e ausência dos restantes proprietários. Também ele se fora nesse vórtice impiedoso que a vida de cada qual impele para onde existe trabalho.

Acalentara sempre sonhos de a recuperar, de lhe fazer obras, modernizando o interior e os confortos, sem perder a traça original com a sua fachada oitocentista. Depressa se apercebera que continuava poeta sonhador. A realidade trazia-o sempre de volta à mesquinha contabilidade dos números e dos cifrões. Aprendera que custava menos construir uma casa nova, de raiz, do que recuperar aquela. Para nenhuma dessas hipóteses tinha financiamento capaz. Além disso havia sempre o velho problema das partilhas familiares que se arrastam por décadas. Todos querem sacar mais uns míseros tostões aos vinténs que já têm. Assistira, com pesar, ao dismantelar dos velhos e senhoriais móveis da sala de jantar. Lembrara-lhe um leilão de escravos, sem saber porquê. Eram cobiçados por primos e primas das grandes cidades. Comparara aquilo a um ataque da *marabunta* sobre tudo o que pudesse ser velho ou ter algum valor. Entretanto a existência tem de ser envelhecida onde existe trabalho e não para onde as memórias e o respeito pelos antigos no-lo mandam.

Dum dia para o outro deixara os sonhos de parte. Embarcara para fora dessa ilha transmontana e fora aterrar no meio do Oceano Atlântico, naquele arquipélago de terra e montes que flutuava entre a Europa e a América do Norte.

Do brasão original com as armas da família na casa e do armário onde estava embutido nada restava senão uma imagem que uma máquina fotográfica registara na década de 1960. Esse armário e outras peças ancestrais foram sucessivamente vendidos ou trocados por candeeiros de plástico.... Um aparador daqueles, valia uns bons quinhentos mil reis que era o valor dum novo candeeiro de plástico de três velas. Tratava-se duma época em que ninguém da família dava valor às antiguidades. Aqueles que davam não viviam lá, estavam nas cidades. Os antiquários da época enriqueceram fazendo uma verdadeira razia pelo interior do país em busca de peças valiosas.

A única peça antiga que sobreviveu data de 1734. É um clavicórdio, com algumas teclas em bom estado, mas a necessitar de uma reparação profunda e dispendiosa. Ninguém se preocupa ou dá ao trabalho de preservar.

Os primeiros clavicórdios foram construídos no séc. XV e tinham 20 ou 22 cordas de latão, postas a vibrar por um sistema tão simples como original, mas de qualquer forma muito pouco eficaz. Na ponta da tecla havia uma pequena lâmina metálica de nome tangente, montada em posição vertical. O movimento da tecla fazia a tangente encostar à corda que era então mais "agitada" do que vibrada. Entre o séc. XV e XVIII o clavicórdio passou por vários estádios experimentais que se traduziram numa interessante evolução. O número de teclas foi aumentado até 50, agrupadas sobre 5 pestanas, tal como no KE chinês. O KE era um instrumento chinês de corda beliscada. Consistia num conjunto de cordas esticadas sobre uma caixa de ressonância em madeira com aproximadamente 170 cm de comprimento. Os primeiros "KE" tinham 50 cordas de seda, cada corda constituída por 81 fios entrelaçados. Mais tarde o número de cordas foi reduzido para 25, organizadas em grupos de 5, cada grupo de cor diferente para melhor visualização. Foi introduzido o sistema de pestanas (ou pontes) móveis em todas as cordas para melhor afinação do som de cada uma separadamente. Os chineses da época consideravam o KE um instrumento sofisticado capaz de proporcionar ótimas performances. É um instrumento que ainda se usa no folclore chinês. O tamanho das cordas aumentou de tal modo que estas ocupavam mais comprimento do que o teclado. Alguns dos primeiros clavicórdios tinham mais teclas do que cordas. Tal era possível porque o tangente podia modular o som de acordo com a zona da corda que atacava permitindo que a mesma estivesse afetada a mais do que uma nota. Chegaram a ser usadas 3 teclas na mesma corda. Nos primeiros clavicórdios podem mesmo encontrar-se teclas com 2 tangentes, o que obrigava o executante a dosear cuidadosamente o movimento da tecla de modo a que cada tangente agitasse a corda a partir do ponto ideal. Todos estes sistemas estranhos e desprovidos de lógica tornavam quase impossível a tarefa do executante. Só em 1725, o alemão Daniel Faber fabricou um clavicórdio com uma corda para cada tecla e com uma fita de feltro entrelaçada na parte não vibrante das cordas para evitar as vibrações desnecessárias e desagradáveis.

É, portanto, desta época o clavicórdio que existe lá em casa.

No início do séc. XVIII o clavicórdio reúne já 4 das mais importantes características do piano moderno: Tampo harmónico independente, cordas de metal, o modo de agitar a corda por percussão e finalmente os abafadores. Os abafadores têm como função interromper a vibração das cordas quando se larga a tecla. Só nesta época este instrumento atingiu o estado "adulto", permitindo que o executante se exprimisse corretamente. Apesar de apresentar um volume de som muito fraco, o clavicórdio era capaz de produzir delicados gradientes de toque, permitindo executar crescendos e diminuendos como até então não tinha sido possível. Virtuosos como Johann Sebastian Bach e Emanuel Bach escrevem para este instrumento, tirando partido das possibilidades de vibrato que o mecanismo proporciona. O clavicórdio foi o primeiro instrumento de tecla com "alma".

Tem-se deteriorado progressivamente. JC não é um herdeiro direto, enquanto a sua mãe for viva, e, portanto, está abandonado e a apodrecer. Também a casa está degradada. Parte do teto da cozinha velha (nas traseiras) a cair. Os vidros partidos, a cal esmaecida. Um certo ambiente de casa abandonada desde que a sua última tia-avó ali residente faleceu em 1994. A herança da casa não está resolvida. Não se pode vender na eventualidade remota de alguém a querer comprar.

Depois de falar em nobreza e fidalguias não podia JC, ironicamente, deixar de evocar a retrete ali existente em tempos da sua infância e juventude. Era um buraco circular, aberto, em tábuas de madeira, que descarregava para uma fossa séptica no andar térreo, mesmo por baixo da varanda das traseiras, com vista para o vale da Vilariça. Não era preciso autoclismo apenas uns tantos jornais ou o luxo do papel higiénico. A “nova” casa de banho (ora transformada em pombal desde que a janela empenada se recusou a fechar e deixou entrar as pombas) foi construída no quarto que JC ocupava quando ia para lá. Data do final da década de 1960. Nessa época ainda não havia água canalizada. Só mais tarde chegou o gás butano em botijas para aquecer o precioso líquido. A burra ia, dezenas de vezes ao dia, com os cântaros à fonte buscar água para beberem e para se lavarem. Como na maior parte das aldeias do país, em casa, não havia fonte artesiana ou outra. As águas municipais só haveriam de chegar décadas depois, já, ia alta a revolução dos cravos.

Recordava JC que, à noite, a vela com que percorria os vastos aposentos da casa, que os seus bisavôs construíram em 1870, recortava ilusórias sombras nos tetos trabalhados e bem altos. O medo era a resposta juvenil para aquelas sombras cheias de mistérios por descobrir. Desenhavam-se figuras fantasmagóricas que pareciam saídas dum qualquer livro de terror, daqueles que nunca se aventurava a ler pois ficava logo com pele de galinha. Até os cabelos se punham literalmente em pé. Não podia dar parte de fraco, nem dizer que tinha medo. Ia a rezar pelos longos corredores. A fingir que via figuras agradáveis e não aqueles monstros a contorcerem-se sobre a sua pequena sombra. Uma vez tentara ir mais depressa, mas as sombras galopavam, à sua frente, ainda mais ameaçadoras. Outras vezes, andando devagarosamente quase conseguia iludi-las.

Na cozinha havia sempre uma lamparina com o pavio embebido em azeite. Normalmente essa era a principal fonte de iluminação. O candeeiro a Petromax era caro e para quando havia visitas. Ao lume, um enorme caldeirão negro sempre pronto. O lume só se apagava pela noitinha. Servia para o pequeno-almoço, para o almoço, a merenda ou lanche, o jantar e a ceia. A água guardava-se em cântaros. Nas traseiras da casa uma enorme ânfora, com um metro e meio de altura, armazenava tudo,

até azeitonas. Ficava mesmo por baixo duma lendária figueira cuja data se perdia na memória dos vivos de então. Quando estavam em férias não havia burros que chegassem para transportar a água necessária. Tomavam banhos diários o que, raramente, as pessoas da aldeia faziam. Por esse motivo era preciso acarretar água em grandes quantidades que depois era aquecida ao fogo. Para os banhos de imersão usava-se uma larga tina cinzenta, de latão, feita pelo ferreiro lá do sítio, onde se podia tomar apenas banho de semicúpio.

O abastecimento de água potável era obtido da fonte da Gricha (universalmente conhecida...na aldeia da Eucísia) que ainda hoje dá água para o lavadouro público. Por cima dela, perdura a mais romântica e carismática fonte da Grichinha. Agora dotada duma escadaria tosca cortada na rocha. Dispõe de uma dúzia de degraus até essa fonte de mil tradições, em plena aldeia das feiticeiras com meras dezenas de almas. Até as bruxas se foram. Ali nem almas há para arrebatam. A emigração para a França, Luxemburgo e Suíça na década de 60 desertificou-a. O progresso civilizacional de imigração costeira a atrair, mais e mais, jovens para as cidades acabou o trabalho que a emigração iniciara. Perderam-se mais de 600 pessoas em cerca de 40 anos. Hoje a média das idades deve ser superior aos 70 anos. Poucos se recordam de JC além daqueles que vivem nas casas vizinhas.

A sua tia-avó que ali vivia, uma das últimas daquele ramo familiar, falecera em 1994. Desde então o casarão familiar fora vítima de um doloroso processo de partilhas de herança que a deixou mais dividida e degradada que dantes, estando em parte a cair. Ninguém lá quer viver. Sendo JC o único a viver no distrito, entre 2002 e 2005, acalentara a romântica esperança de ter dinheiro para a resgatar, antes que desabasse. Queria restaurar a casa ao seu antigo lustro, recuperando-a e tornando-a habitável com os confortos modernos de que ela nunca dispôs. Infelizmente o amor e as recordações juvenis não chegaram para concretizar esse desiderato. A casa da Eucísia nunca foi uma casa rica, os seus avós maternos passavam ali metade do ano e a outra metade numa das casas que tiveram no Porto. Nunca fizeram as obras que deviam porque a sua avó resmungava sempre que não valia a pena enterrarem mais dinheiro ali. Assim, as obras foram sempre remendos e a casa, sem nunca perder a sua qualidade original, aguentou-se mal depois de ficar desabitada após a morte dela em 1989.

Foi doloroso percorrer aqueles salões, aqueles quartos pequenos, a enorme sala de jantar com vista para o vale da Vilarça, o salão onde dormira pela última vez em 1988 ou 1991. Os olhos humedeceram ao visitar os baixos onde dormiam, em criança, nas férias da Páscoa quando os primos e os tios iam lá. Já não havia colchas nas janelas para a procissão pascal, depois dos dias de silêncio e de dieta forçada. Nesses dias não se comia carne pois era um pecado que os levaria a todos para a autoestrada do inferno. Andara por entre aquelas paredes relembrando memórias agradáveis de

tempos e de gentes que já não voltam mais. Regressara temporariamente a um passado alegre e sem preocupações, tinha saudades. Sentira bem o significado da palavra como já não o sentia desde Timor trinta e cinco anos antes.

Não adianta sonhar, pois, dificilmente a casa aguentará mais uns invernos e acabará por tombar como todos os seus donos anteriores. Um primo direito seu, que é co-herdeiro da casa juntamente com a sua mãe, não a quisera vender quando havia outro primo interessado, por achar que ela valia mais. Assim se desvaneceu a hipótese de ser restaurada e permanecer na família. Depois da casa não deverá faltar muito para acontecer o mesmo à aldeia. A escola foi já encerrada e serve para albergar a Casa do Povo e a Junta de Freguesia. A velha casa solarenga dos Gama e Mendonça ainda tem lá uma descendente pouco mais nova que a sua mãe.

Os Gama e Mendonça eram aqueles a quem na infância tinha de ir prestar vassalagem (como escrevera no discurso sobre o cancionero). Eram Morgados de Vilarelhos e antigos donos do Cachão, essa obra inacabada e majestosa. Fora criada pelo Eng.º Camilo de Mendonça, um visionário adiante do seu tempo, que o 25 de Abril matou juntamente com o seu sonho de tornar a região rica e agricolamente independente. Construções novas não mais surgiram na aldeia. Houvera um surto de regresso de emigrantes nos anos 80, na sequência da febre do 25 de Abril, quando todos sonhavam com a riqueza que a revolução ia trazer para as cooperativas agrícolas.

A quinta da família, que ocupa todo o monte à entrada da aldeia, vai produzindo alguma coisa para outra prima sua que lá não vive. Não há gente para andar à jeira. Mesmo com dinheiro vivo para pagar não há quem queira andar nos campos. Para aqui nem romenos nem moldavos se aventuram. Deve ser demasiado parecido com os seus países de origem. Os frutos morrem de pé nas árvores que os produzem. Esta região, que desde o tempo pré-romano era fértil e sempre viveu dos campos está lentamente a esvair-se de gente e de agricultura. Sem escolas, sem sangue novo, sem crianças, sem casais novos que se queiram fixar (e para quê, pergunta-se?) resta esperar que os poucos que ainda sobrevivem se vão de vez, para ficar cada vez mais deserta.

O seu filho mais novo lá andou, em visitas várias, acompanhando o pai na busca incessante de pequenas recordações que pudessem acompanhá-lo neste desfiar de memórias que aqui dá à estampa. Enchera-se de beber água da Grichinha para ser feiticeiro. Passava o tempo a perguntar quantas vezes

é que tinha de beber até se tornar num feiticeiro da Eucísia. Histórias antigas que esperava que ele pudesse guardar.

3.3. LENDAS E TRADIÇÕES: ALFÂNDEGA DA FÉ

Já Alfândega da Fé, a terra onde a sua mãe nascera, permanecera inalterada nestes 60 anos, exceção feita ao novíssimo Centro Cultural José Rodrigues inaugurado em 2005. Um seu tio-avô materno, fora dos primeiros republicanos:

Em Alfândega da Fé a divulgação das ideias republicanas verificou-se muito antes de 1910 podendo considerar-se que já nas manifestações a favor da restauração do concelho (1895 a 1898) estes ideais estiveram presentes no pensamento de alguns dos protagonistas desses episódios, sobretudo de Ricardo Raphael d'Almeida, uma das figuras locais que assinam o “Auto de Proclamação da República” neste concelho. De facto, os ideais republicanos acabaram por ganhar corpo em 1908, com a fundação da primeira Comissão Municipal Republicana, iniciativa do jovem Joaquim Cândido de Mendonça, que foi seu presidente e da qual fizeram parte Simão Machuca, Artur de Magalhães, Inácio Baptista, Viriato Pessoa, Camilo Correia, Alfredo Morais, João Francisco, António Rego, António Abreu. Carolino Augusto Trigo; Bernardino Arthur de Magalhães.

Alfândega (da Fé) é um nome de origem árabe adquirido entre os séculos VIII e IX (Alfandagh). É possível que anteriormente a este período já existisse algum povoado de origem castreja, o que não será de admirar, porque na área do concelho existem muitos vestígios arqueológicos desse e de períodos anteriores. No entanto, a transformação em concelho medieval só aconteceu com a carta de foral de D. Dinis de 1294, o qual viria a ser confirmado por D. Manuel, em 1510. Em 1320, o mesmo rei D. Dinis mandou reconstruir o seu castelo, anterior ao primeiro foral e provavelmente construído pelos mouros. Este castelo desapareceu com o tempo. O recenseamento do ano de 1530 já indica o castelo como "derrubado e malbaratado" e nunca mais foi recuperado, muito embora o Tombo dos Bens do Concelho de 1766 ainda identifique os "antigos muros" pelo que, a Torre do Relógio, atual ex-líbris da vila, que fica na zona conhecida por Castelo, parece ser o que resta do antigo castelo medieval.

Durante a ocupação árabe foi sede administrativa importante de uma região “*Valiato de Alfandica*”, mas é a 8 de maio de 1294 que D. Dinis lhe concede carta de foral e define os primeiros limites geográficos do concelho. Um ano depois (17 de setembro) o monarca concede-lhe carta de feira, mas com a particularidade de obrigar que a mesma se realizasse depois da de Mogadouro e antes da de Mirandela; sendo novamente passada por D. João I, a 13 de janeiro de 1401. Foi D. Dinis que em 1320 mandou reconstruir o seu castelo. Rui de Pina, na Crónica de Dinis, descreve esta

reconstrução, o que tem levantado algumas dúvidas de interpretação, uma vez que permite levantar a hipótese de a localidade árabe não se ter situado no local onde se encontra a atual Alfândega da Fé:

“Ano de 1320. Povoou de novo e fez os castelos de Vinhais, Vila Flor, Alfândega, que mudou para o lugar onde agora está que se chamava antigamente cabeça de S. Miguel” Em 1385 D. João I obrigou os moradores de Alfândega da Fé a trabalhar na reconstrução dos muros de Torre de Moncorvo, talvez como “castigo” pelo facto de a vila ter tomado partido por Castela. Este seria também o primeiro monarca a passar por Alfândega da Fé, na viagem que no ano de 1396 o levou a Torre de Moncorvo e Bragança. Outro dado relevante, no século XV, é a criação, em 1498, da Misericórdia de Alfândega da Fé. Na primeira metade do século XVIII, uma vez que a sua população, na época, não ia ainda além dos 150 vizinhos. Luís Álvares de Távora intitulava-se então senhor de Alfândega. É desse tempo a construção da ponte de Zacarias e seguramente o princípio do fim da povoação com o mesmo nome, a acreditar num documento do século XIX que refere a forma como a família dos Távora conseguiu os terrenos daquela zona. Dos Távora restam poucos elementos da sua presença no concelho: a casa que possuíam na vila foi sendo transformada com o passar dos anos e o que resta não revela grande traça arquitetónica, merecendo apenas registo aquilo que se supõe ser o campanário da capela, atualmente na Capela de S. Sebastião e o portal da entrada, também deslocado para uma casa particular... Na sede do concelho merecem visita a Capela da Misericórdia, a Capela de S. Sebastião, (inicialmente ermida) cujo campanário atual veio da casa dos Távora, de que resta apenas a porta de entrada da capela familiar, o portal da mesma casa e a Capela dos Ferreiras, com brasão picado, a identificar ligações àquela família.

Sendo um concelho antigo e para mais com um nome de origem árabe, é fácil compreender por que razão o imaginário popular gira fundamentalmente em torno das lendas das "mouras encantadas", não havendo quase freguesia nenhuma onde esse tipo de situações não nos apareça. Contudo, existem duas lendas mais estruturadas e, de certa forma, com ligação a factos históricos. É o caso da "Lenda dos Cavaleiros das Esporas Douradas", que pretende explicar uma parte do nome da vila e marca a resistência dos cristãos face à ocupação muçulmana e a "Lenda de Frei João Hortelão", relacionada com uma personagem real e que, como veremos adiante, tenta explicar a existência, na localidade de Valverde, de uma importante cruz processional.

LENDA DOS CAVALEIROS DAS ESPORAS DOURADAS. OU DO TRIBUTO DAS DONZELAS.

Tanto quanto se pode apurar, esta lenda e o tributo das donzelas, tem sido referida em várias publicações como "Santuário Mariano", "Monarchia Lusitana" de frei Bernardo de Brito, na "Chorographia" do Padre Carvalho da Costa, no "Dicionário Geográfico" do Padre Luís Cardoso e posteriormente referida em publicações mais recentes, com uma ou as duas designações acima identificadas. Recentemente foi publicado pela Câmara (Alfândega da Fé) um romance inédito de João Baptista Vilares, cujo tema é esta lenda.

A Lenda dos Cavaleiros das Esporas Douradas, ou do Tributo das Donzelas

No tempo do domínio muçulmano existia um mouro que, a partir do castelo do monte carrascal, próximo da atual localidade de Chacim (que já foi vila e hoje pertence ao concelho de Macedo de Cavaleiros) dominava toda a região, incluindo as gentes de Castro Vicente (foi vila, hoje pertence ao concelho de Mogadouro) e as de Alfândega. Como feudo exigia às populações a entrega de um determinado número de donzelas. Revoltados com este "tributo de donzelas", os moradores de Alfândega e seu concelho (nomeadamente Vilaes da Vilariça) reagiram com armas, tendo os seus "Cavaleiros das Esporas Douradas" organizado uma investida contra o mouro, apoiados pelos de Castro Vicente. A batalha entre as duas partes ocorreu próximo do castelo do mouro. Apesar de aguerridos, os cristãos começaram por ter dificuldade em vencer as hostes muçulmanas e estavam prestes a perder a luta, tantos eram já os mortos e os feridos. Entretanto, apareceu Nossa Senhora, que foi reanimando os mortos e curando os vivos, passando-lhes um ramo de bálsamo que trazia na mão. À medida que o grupo dos cristãos se foi recompondo a peleja aumentou de intensidade e os muçulmanos foram completamente rechaçados terminando assim a obrigatoriedade daquele tributo. No local construiu-se uma capela em homenagem a N^a Sr.^a de Bálsamo na Mão, hoje santuário de Balsemão; o local de tão grande chacina deu origem a Chacim, localidade que seria sede de concelho até meados do século XIX; e Alfândega, graças à valentia dos seus cavaleiros, em nome da fé cristã, passou a designar-se Alfândega da Fé.

Relativamente a esta lenda e para explicar a existência dos cavaleiros, o Padre Manuel Pessanha sugere que Alfândega da Fé tenha sido sede de uma ordem militar, "*antiga, anonyma, muito anterior aos templários, e mesmo a qualquer ordem militar conhecida*" com cerca de duzentos membros. Na realidade o Padre Carvalho da Costa, na sua "*Chorographia*", refere a existência de duzentos cavaleiros, mas o Padre Luís Cardoso, no "*Dicionário Geográfico*", refere apenas 25. Entretanto, não deve excluir se a possibilidade de o imaginário popular ter encontrado na Ordem de Malta a ideia dos cavaleiros. Um estudo recente de Belarmino Afonso refere que a igreja de Malta pertenceu àquela Ordem desde D. Sancho I, o que nos leva para o século XII. Ora, como a carta de foral de D. Dinis já identifica Alfândega da Fé como vila e possuindo castelo, é de admitir que o concelho já existisse anteriormente com esse nome, pelo que a lenda só teria sentido se fosse ainda mais antiga, uma vez que os acontecimentos nela contidos servem sobretudo para explicar o "da Fé". Ou seja, esta lenda pode muito bem ser anterior à própria nacionalidade e transformar-se num elemento de estudo que comprove o papel que esta vila teve durante o domínio muçulmano nesta região.

LENDA DE FREI JOÃO HORTELÃO

Frei João Hortelão foi um cidadão real, nascido na localidade de Valverde, em data incerta, uma vez que apenas João Baptista Vilaes, na Monografia do Concelho de Alfândega da Fé, refere o ano da sua morte, em 1499. Esta data parece não condizer com alguns estudos recentes sobre a peça de ourivesaria religiosa, a "Cruz de Valverde", a que se liga todo o seu percurso "lendário". Na verdade, este devoto cristão tem uma biografia cujos percursos por terras de Portugal e Castela são pouco conhecidos, podendo concluir-se que a faceta da

lenda resulta mais do imaginário popular do que dos verdadeiros acontecimentos. O seu carácter religioso e as suas virtudes pessoais, onde não faltou sequer o facto de ser oriundo de famílias pobres e ligadas à pastorícia na aldeia natal, foram sendo, ao longo dos séculos, envolvidos em histórias e acontecimentos que ninguém pode hoje comprovar, incluindo o espírito profético que o levou a adivinhar o ano da sua morte. Entre as muitas "façanhas", quando ainda jovem, conta-se o seu "jeito" especial para a pastorícia dizendo-se, como escreve João Vilares, "que deixava o gado à volta do seu cajado e ia ouvir missa aos povoados da outra margem do rio Sabor. Quando regressava, o gado lá estava no mesmo sítio quieto e manso. O amo, sabendo isto, proibiu-lhe a passagem do rio na barca, mas ele continuou na sua missão atravessando a corrente, servindo-se da sua capa para barco. O patrão, não gostando de tais ausências, despediu o pastor que se dirigiu então para Castela, sempre mendigando pelo caminho. Na sua descrição, J. Vilares não mencionou que no lugar onde Frei João Hortelão deixava o gado cresceu, segundo a tradição popular, uma cornalheira de dimensões fora do vulgar, transformada em árvore frondosa, cuja folhagem se mantém verde durante todo o ano, ao contrário do que acontece com esta espécie, que na região não atinge mais de dois metros de altura, como arbusto, de folha caduca! Talvez "a outra margem do rio Sabor" não corresponda à verdade histórica e estejamos a falar da antiga povoação de Cilhades, na margem direita, que dá para a encosta onde se encontra a tal cornalheira. Bem vistas as coisas, estamos a falar do concelho de Alfândega da Fé, criado por carta de foral de D. Dinis em 1294, cujas fronteiras o separavam de Santa Cruz da Vilaríça exatamente naquela zona, pelo local designado por "rebetão", sendo que toda esta área foi pertença de Alfândega até à reforma dos concelhos de 1855! Mas o espírito "milagroso" deste nosso Frei João Hortelão não se ficou por aqui. Ainda na sua freguesia de origem, existe outro local conhecido por "bardo do Frei João"; o motivo é semelhante: de acordo, uma vez mais, com a tradição popular, naquele local deixava frequentemente o seu rebanho, sem as habituais guardas de madeira, e os animais não saíam do local, de tal forma que ainda hoje o mesmo se mantém sempre com verdura! Despedido do seu emprego, Frei João Hortelão terá rumado até Castela e ficado pela vila de Ledesma, (Salamanca) tomando o hábito de leigo e entrando para o convento de Santa Marina. Diz J. Vilares, na obra citada, que "por meio de esmolas, conseguiu edificar a igreja matriz de Ledesma onde se conserva, segundo a tradição, uma gota de leite da Virgem e uma madeixa do seu cabelo tudo obtido pelo santo varão". Fernando Pereira, num estudo recente, nega categoricamente estas afirmações, nomeadamente no que respeita à construção daquela igreja. Mas é indiscutível que Frei João Hortelão viveu em Ledesma, onde está sepultado, e em cuja localidade também se confirmam registos populares da sua santidade, nomeadamente aqueles que dizem respeito aos seus dotes para afastar os pássaros das sementes das hortaliças que semeava, atividade que, aliás, acabou por lhe dar o nome! No entanto, a grande façanha que é atribuída pela lenda a Frei João Hortelão resulta de algo muito mais espantoso e menos explicável ainda, porque contraditório com o seu viver conventual: "com bocadinhos de prata que ia guardando na oficina onde trabalhava fez esta formosa cruz", a Cruz Processional de Valverde, símbolo maior da ourivesaria do concelho de Alfândega da Fé e que a população de Valverde guarda com um autêntico sentimento de fé, de misticismo e de patriotismo. Fernando Pereira fez uma investigação aprofundada sobre esta peça e trouxe ao nosso conhecimento alguns aspetos que importa referir. Em primeiro lugar, a Cruz de Valverde foi, efetivamente, trabalhada em Castela. Não em Ledesma, mas provavelmente em Astorga e o respetivo ourives é conhecido, o que foi possível identificar através da punção existente na peça. Em segundo lugar e de acordo com o mesmo autor, "pelas características técnicas que apresenta, esta cruz e o par de galhetas, não poderão ir além da segunda década do século XVI"; ou seja, a ser verdadeira a data da morte de Frei João Hortelão, não

existe coincidência entre a vida do mesmo e o fabrico da peça, ainda que as distâncias temporais, por tão curtas e tanta falta de informação, não nos permitam decidir categoricamente não existir relação direta entre os acontecimentos. Uma coisa é certa: aquele estudo provou que a Cruz de Valverde foi executada numa oficina registada e tem os brasões de armas das famílias Velasco e Avellaneda, ambas de Castela, ligadas por laços matrimoniais, mas nenhuma com ligações conhecidas a Valverde. Fica assim a hipótese, que continuará a alimentar a lenda, também corroborada por Fernando Pereira: veio a Cruz, pelas mãos de Frei João Hortelão, parar a Valverde?! E se assim foi, como explicar que peça tão importante, representativa de uma arte específica da ourivesaria castelhana do século XVI, tenha chegado até esta distante e pequena povoação do Nordeste Transmontano? Que haverá de mais interessante do que manter as dúvidas por desconhecimento histórico...e perceber que as Lendas não se mudam no imaginário popular, por maior que seja o nosso conhecimento científico?

<http://concelhos.dodouro.com/jornal/Alfândegadafe.asp>

No Cancioneiro Transmontano 2005 (ed. Santa Casa da Misericórdia de Bragança), há outra versão:

FREI JOÃO HORTELÃO

Pascoal era o nome de batismo. Nasceu em Valverde e ali guardava gado. Foi para uma aldeia vizinha, Eucísia. Eram pouco gentis com ele e daí ele ir dar ao Felgar. Apresentou-se com o nome de Ildefonso, mas o povo chamava-lhe Alifonso. Apascentava também o gado com a condição de o patrão o autorizar a ir à missa. O patrão discordou e deu ordens ao barqueiro de o não passar para cá, quando andasse do lado de lá, para ir à missa. Então punha o gado à volta do cajado e deitava a capa na água e assim conseguia transpor as águas para a outra margem. O patrão proibiu-o de guardar o gado, mandando-o tratar da horta. Proibiu-o de ir à missa, porque tinha de ficar a guardar os pássaros e as galinhas. Ele batia-lhes as palmas. Vinham os pássaros e as galinhas e metia-os numa adega. O patrão ao ver neste fenómeno algo de anormal, quis entabular conversa com o Ildefonso, mas este nada respondia. Resolveu ir para Espanha e entrar num convento, em Castela. Ali os monges puseram-lhe o nome de Frei João Hortelão, porque quis dedicar-se à cultura da horta. Plantava as couves com a raiz para cima e ia à cozinha dizer para ir colher folhas, que as couves estavam frondosas! Enviou para Valverde uma linda casula, uma custódia e um sino. Nas trovoadas iminentes tocaram-no, dispersam-se e nunca deixam prejuízos. Enviou também uma cruz gótica, com trabalho de filigrana, do século XV. Para a Eucísia, reza a lenda, que enviou um sino de cortiça, com o badalo de lã. Recolha (1985) de Hermínia Trigo, Ferradosa - Alfândega da Fé.

3.4. *MAIS FÉRIAS TRANSMONTANAS*

Porque é que JC sistematicamente insiste em regressar a essas origens que afinal nem são suas? Porque assume uma ascendência transmontana quando apenas lá passou semanas na juventude? Porque parece esquecer toda a matriz regional geográfica, onde estudou e viveu? Porque adota, em idade madura, como sua a terra de sua mãe e avós maternos? Há, decerto um problema de identidade conflituosa que se esgrime e cuja solução foi encontrada nesta identificação tardia com a sua meninice. Seria isto a que a sua mulher se referia? Ela, jocosamente comentara, um dia, que o grande problema existencial de JC era saber qual dos dois venceria o duelo, ele ou o seu alter-ego. Insiste em falar nestas andanças por tempos de juventude. Será porque recorda os bailaricos pirosos no salão de Bombeiros de Alfândega da Fé e as festas típicas e as procissões na Eucísia? Terá a ver com a anamnese do ritual da missa em que as cadeiras e genuflexórios dos homens da família se situavam em lugar mais elevado, em pleno altar, e os genuflexórios das mulheres da família, mais abaixo, mas à frente dos lugares do povo? A reminiscência das missas prolongadas e chatas seguindo o velho ritual em latim mesmo quando no resto do país as missas já eram parcialmente em Português. Nessas ocasiões, a igreja era pequena para tanta gente. Havia até altifalantes em volta da igreja para os que não cabiam lá dentro pudessem acompanhar as rezas. Ao sol e à chuva, mas com a palavra divina. Hoje já não há pessoas, nem altifalantes. O padre só ocasionalmente aparece para uma missa mensal nalguns meses do ano. Aliás, hoje os padres já não se deslocam a pé ou de burro às suas paróquias. Andam de automóvel, mas, apesar desta facilidade e modernice, parece que têm menos vontade de se deslocarem. Até os padres se aburguesaram e acomodaram, como toda a restante sociedade. Dantes, chovesse, nevasse, fizesse sol escaldante ou fizesse que tempo fizesse, nunca faltavam a uma celebração dominical, era essa a sua sagrada missão. Hoje, estão demasiado ocupados noutras tarefas menos importantes que a salvação das almas.

Recordava JC as colchas adamsadas pendentes das ventanas. Essas janelas, pequenas como seteiras, a que chamavam "janelucos" eram demasiado pequenas para duas pessoas adultas estarem a ver os andores. Dispunham de dois pequenos assentos (um de cada lado) onde se sentavam a ver quem passava, tricotando ou crochitando. Desses "janelucos" as criadas pressurosas deitavam os "verdes" (folhas frescas apanhadas nas imediações) para a rua aquando da passagem da procissão pascal. Havia a sempre esperada cerimónia do benzer da casa. O padre entrava a provar mais um vinho do Porto com o sacristão e seus acólitos. Ali estava a família toda reunida, nas suas vestes dominicais. Iriam receber as bênçãos que os manteriam bons cristãos nos próximos doze meses. JC

não podia precisar quantas vezes estivera lá. Lembrava-se, em particular, duma Páscoa em que se juntaram todos os tios, primos e primas. A velha sala de jantar era pequena para tanta gente, estava a abarrotar. Havia duas cozinhas a funcionar. As duas enormes salas de jantar cheias de gente. Essa é, aliás, a única Páscoa da sua vida que conseguia evocar. Todas as outras se perderam na voracidade do anonimato e da rotina. Além dos arraiais ou festas, por altura dos santos populares, merecia também especial relevo nas suas memórias, a apanha e o descasque da amêndoa. Isto fazia-se numa espécie de garagem que havia ao cimo da estrada que dava para a “Quinta”, a uns metros da casa. A amêndoa espalhada no chão em serapilheiras e todos os jovens da família a ajudar. Os mais velhos e os assalariados trabalhavam no duro noite adentro. Havia cantigas. Contavam-se histórias de antanho. Era a verdadeira tradição oral popular que preservava a história de todo um povo. Hoje, as pessoas pagam para ir ver as amendoeiras em flor. Naqueles dias idos, todos brincavam aos agricultores e comungavam essa dádiva da natureza.

Nos últimos anos, o fogo tem sido um dos grandes responsáveis pelo desaparecimento de vastas áreas de amendoal, muitas delas já abandonadas. Por outro lado, o facto de se tratar de uma cultura pouco rentável fez com que os produtores a tenham vindo a substituir pela vinha. Antigamente, para além de a mão de obra ser mais barata, a amêndoa pertencia ao ciclo do agricultor, numa época tinha a amêndoa, noutra o vinho e noutra havia o azeite. Metade dos produtores de amêndoa do Alto Douro não fez a colheita no ano de 2006. A razão simples e unânime: Não compensa. Numa altura em que está praticamente a terminar a época de apanha de amêndoa, é habitual, para quem percorre a região, ver amendoais inteiros onde se adivinha que, em fevereiro do próximo ano, as novas flores hão de aparecer ao lado dos frutos antigos.

A apanha das cerejas era de maio a julho. Nela, nunca JC pudera tomar parte, em virtude do calendário escolar. Apenas se lembrava de as comer, depois, e deliciar-se com o extraordinário doce de ginjas que dali saía pela mão da sua tia-avó. Ela mesma se encarregava de as despachar para correrem meio mundo para o encontrarem em Timor e, mais tarde, em Macau. Uma iguaria da qual apenas a memória conserva cheiros e sabores. À Austrália não podia chegar pelas severas limitações à entrada de quaisquer alimentos naquele continente.

Mas a verdade é que estas férias de JC eram a liberdade ou antes, a libertação do jugo paterno. Podia andar no campo, brincar e jogar à bola com outros jovens lá da aldeia. Mais tarde, esses mesmos tornaram-se nos seus primeiros licenciados, na década de 1970. Eram o Lionel (engenheiro) e o irmão Viriato (médico) a quem os da aldeia chamavam Russo por seu loiro. Corria pelos trigais, sentava-se no chão à noite a admirar as mil e uma estrelas desconhecidas que só existiam em livros. Ouvira a chiadeira dos carros de bois que ainda mantinha viva no seu subconsciente auditivo, esse pungente

grito dos eixos mal oleados dos carros de bois que se escutava muito para além da sua passagem enquanto se afastavam na sua rotina de itinerários agrícolas.

Podia andar a pé e subir as escarpas íngremes no caminho para a "Quinta", na posse da família há gerações, ocupando toda uma encosta do lado sul da aldeia, descendo até aos lameiros. Podia tomar banho nos tanques de rega dentro da quinta, fazer piqueniques com as primas e amigas, ir a pé até ao cimo da aldeia para ver a deslumbrante paisagem e, em especial, o pôr do sol de S. Sebastião sobre os montes vizinhos e o vale da Vilariça. Podia, às escondidas, namoriscar com as moçoilas da aldeia, repetir namoricos mais típicos de uma obra de Camilo, Eça ou Júlio Diniz do que de meados do século XX. Achava piada ao modo de falar delas, e aos cognomes dos mais jovens como o "Pincha Púcaros" ou daquele que era muito alto e lhe chamavam o "Gambias". Houvera ainda o beijo furtivo a uma sua prima, em pleno jardim de Alfândega, quando tinha uns 15 anos. Esse beijo, tantas memórias lhe deixara, mas com ressentimentos de bom cristão em pecado, logo se apressara a ir confessar-se ao sacerdote. Escapara apenas com umas Ave-maria e Padres-nossos.

A Eucísia foi também berço de muitas criadas, ou empregadas domésticas, como a Delmira, a Delmina e tantas mais, que vinham tomar conta da sua irmã ou servir à mesa em casa dos seus avós. Havia ainda um nome de mulher de tranças, a Benilde de longos cabelos compridos e um nome a evocar lendas medievais. Era filha dum antigo caseiro, cujo irmão estava emigrado em França e vinha passear de férias no seu Peugeot 404. Era o namorico de férias com a Benilde, nome de deusa, filha de caseiro lá de casa. Uma jovem saudável e sorridente bem remanescente da “*Benilde ou a Virgem Mãe*” que José Régio escrevera em 1947. Com ela partilhara muitos poemas e mais estrelas ainda, ambos esparramados ou deitados sobre o feno, à margem da estrada num tempo em que as ruas eram apenas iluminadas pela loura Febe ou Phoebe (deusa da lua na Mitologia Grega; uma das luas de Saturno).

Fora ali pela primeira vez que vira realmente com olhos de ver as estrelas e se dera conta do tamanho do firmamento. Não sabia o que lhe acontecera. Embora a casa lá estivesse, jamais vira vivalma nas suas incursões no século XXI. A casa mantivera-se igual, mas o alpendre da varanda mudara de madeira para cimento, numa clara concessão ao modernismo que infestara toda a aldeia e vira mamarrachos, de ferro forjado e alumínio, substituir fachadas ancestrais e originais. De que falariam dois adolescentes naquelas noites sussurradas, que sonhos acalentavam, que loucas poesias teriam escrito por palavras que a brisa noturna levava com os pirilampos a acenderem céus de mitos e sonhos? Nem ele sabia, para além do nome e da recordação dessa experiência de trincar uma palha seca ao canto da boca, como eram dantes caracterizados ou caricaturados os aldeões.

3.5. QUINTA DA BENDADA. SENDIM DA RIBEIRA. AZINHOSO. MOGADOURO

A primeira recordação bem forte ligada ao Azinhoso relacionava-se com outro primo que os ia buscar ao comboio no Pocinho, depois da inesquecível viagem desde Campanhã. Guiava o seu imponente automóvel *DeSoto* 4 portas, cor bege, matrícula AL-13-31, herdado do rico latifundiário seu pai, e que se comprazia a fazer chiar todo o caminho por aquela estrada sinuosa, com mais de uma centena de curvas e contracurvas. Estava sempre um calor de morrer. O pai de JC sempre temeroso, agarrado a uma alça lateral, cheio de pavor, a pedir para não ir tão depressa. O carro era um monstro pesadão. Assustava qualquer um guiar daquele modo naquela estrada cheia de precipícios, sem guardas de proteção, a não ser um velho muro de cinquenta centímetros de altura, orlando a estreita via. Até Torre de Moncorvo era um susto, depois a estrada era mais plana (no planalto de Terras de Miranda na continuação da Meseta de Castela) até Carviçais, depois Lagoaça, pela aldeia de Castelo Branco até ao Mogadouro e Azinhoso. Eram uns 70 e tal km e demorava-se menos de hora e meia...um verdadeiro recorde para uma estrada que os táxis percorriam em duas horas e mais. Deve ter sido nessas viagens que ganhara o seu gosto pela condução em estradas de montanha.

Durante o dia alguém pegava num burro ou mula pela arreata e lá andava ele, em pleno toural, a dar os seus primeiros passos a cavalo. A garagem da velha casa senhorial distava uns 200 metros da casa. Era uma delícia incomensurável ir lá ver aquele carro, estacionado ao lado duma velha caleche de cavalos que a sua tia-avó utilizara não muitos anos antes nas suas deslocações. Idêntico meio de transporte ao que os seus avós tinham usado para irem de Bragança ao Porto aquando da sua lua de mel. Sentava-se no carro, a ouvir o rádio e a aprender a manejar os botões e alavancas apesar de ainda não chegar aos pedais. Ficava triste, muito triste, quando anos mais tarde se desfizeram daquele carro saído dum filme do Al Capone. Tinha um estribo para as pessoas, espécie de degrau para entrar, dado ser muito alto. Devia consumir mais de 30 litros aos 100 km.

Recordava, com enorme pesar mesclado de saudade, as férias passadas na Quinta da Bendada, entre Alfândega da Fé e Sendim da Ribeira, ao lado da ancestral Quinta de Zacarias e da Quinta de Saldonha. Aí estivera umas duas ou três férias de verão com uma tia-avó e uma prima. Não havia luz elétrica, muito embora os cabos de alta tensão passassem por cima da quinta, com o seu zumbido que assustava as gentes simples do campo, temerosas daquela inovação que não compreendiam e lhes não servia de nada. Comia-se sempre à luz de velas, lamparinas ou Petromax. Levantar era cedo como sói

acontecer nas aldeias. Depois dum lauto pequeno-almoço de pão centeio torrado nas brasas, davam-se uns passeios. Era sobretudo depois da sesta que se aprestava uma mula ou macho e ala cascos, que estes montes eram indubitavelmente seus. Um dia, caíra da cavalgadura no empedrado, em plena aldeia do Sendim da Ribeira. Não se magoara. Uns meses mais tarde iria descobrir que padecia de uma grave lesão congénita na coluna.

O lagar de azeite na Quinta da Bendada deliciava-o, ao ver como se trabalhavam as azeitonas e quanto trabalho dava para preparar aquele líquido viscoso e esverdeado que servia para apaladar a comida. Também vira, muitas vezes, fazerem vinho num lagar semelhante onde as uvas eram pisadas com os pés, à boa maneira tradicional.

Evocava os céus azuis sem sombra de nuvens, as noites estreladas, o silêncio entrecortado pelo vento nos trigais e ocasionalmente lá nas alturas um rasto solitário dum avião a caminho de alguma parte possivelmente bem longínqua. Punha-se a imaginar os destinos prováveis consoante a direção que o rasto de vapor na atmosfera deixava, imaginando Áfricas, Américas ou apenas a mera Lisboa que ainda não conhecia, embora já tivesse ido a Madrid.... Vivía-se ali em plena comunhão com a natureza, tal como era feito há séculos, com os sons simples dos animais e pássaros chilreantes. Não havia rádio nem televisão que embora já inventada ainda lá não chegara. Para quê se eletricidade não havia e teria de haver uma Revolução em Portugal até que ela chegasse às recônditas paragens onde se encontrava no Portugal profundo? Havia em contrapartida, livros, muitos que se liam devagarosamente, como diria Mia Couto, e o tempo tinha outra duração mais compassada e menos rítmica.

Era cavalgar, cavalgar e mais cavalgar, percorrer distâncias não muito grandes, mas bem difíceis. Lembravam-lhe rotas misteriosas na selva de África, sobre as quais já lera tantos livros de aventuras, porque não havia trilhos nem estradas, apenas um trilho poeirento que os unia à aldeia mais próxima. Os relógios haviam parado e o tempo parecia eterno. Deixava-se embalar nele e vogar ao sabor da cavalgada. Atravessavam-se rios e ribeiros e escalavam-se montes a perder de vista sem sinal de gente. As aldeias eram poucas e afastadas quilómetros. Depois era vir para casa ao entardecer, contar as proezas dessas cavalgadas. Depois dum último olhar às estrelas infindas era o dormir dos santos e justos. Ao domingo faziam o percurso, lentamente, com a prima e tia sentadas em cima da albarda nos jumentos, de pernas à banda, rumo à igreja mais próxima.

Nessa época as aldeias tinham mais gente e os padres iam sempre lá, domingo após domingo. Era o evento da semana, quando se viam as pessoas todas reunidas nos seus melhores fatos domingueiros, já, puídos muitos deles até ao fio, herdados do próprio casamento que na vida do campo só se botava fato para ir à Repartição ou à missa. Quando os padres não residiam mesmo na própria aldeia faziam o circuito das aldeias vizinhas e

celebravam missa após missa, aldeia após aldeia. Burro após burro, por entre a canícula de inverno e as neves de inverno. Ainda guarda a memória visual detalhada de sítios e gente que nunca mais vira. Quando entre 2002 e 2005 tentara percorrer alguns desses caminhos descobrira estradas novas. Alguns locais tinham perdido a sua imagem misteriosa e mística da juventude, e a memória de gentes perdidas.

A velha Quinta da Bendada, herdada por outra prima, estava abandonada e decadente, depois de ter sido alugada a um artista das telenovelas portuguesas de seu nome Tó Zé Martinho ou coisa que o valha. (vim a descobrir no Google maps em 2017 que já não existia!). Por vezes, gostava de ter uma máquina do tempo e regressar a essas memórias, mas só o podia fazer através de linhas como estas que se acumulavam no ecrã do seu monitor. Quer na Bendada quer na Casa do Alto, na aldeia de Sendim da Ribeira, lembrava-se e jamais se esqueceria, das trovoadas fortes em pleno verão durante as quais se metiam todos debaixo das camas, embrulhados em cobertores de papa, a rezar a Santa Bárbara a suplicar que a trovoada passasse. Muitas eram secas. Essas eram as mais perigosas tanto mais que a casa era o ponto mais alto da aldeia.

Fora ali que se estreara nas “lides artísticas”, convidando outros jovens da aldeia para o virem ouvir recitar e cantar, do cimo das escadas para a plateia ao fundo das escadas. Ficava depois à espera que o aplaudissem, como grande entretenimento numa terra onde essa palavra era quiçá desconhecida. Ainda há algum tempo encontrara no meio dum livro, um pequeno pedaço de papel com os nomes das melodias que entoava nessa fase. O cantor era fraco, mas ainda havia quem se recordasse dessas sessões.

JC ainda treme quando há trovoadas secas. Já não reza à Santa Bárbara, mas recuperara os cobertores de papa para o caso de uma emergência. Ali, naquela casa era um espanto ver as inúmeras trovoadas à noite, por mais medonhas e atemorizantes que fossem. Para quem não sabe, o Sendim da Ribeira fica num buraco, no fundo dum vale. Em volta havia, para sul: os Cerejais, Ferradosa e Parada; para norte: Vilar Chão, Vale Pereiro e Saldonha, e para oeste Sendim da Serra. Ora todas estas terrinhas eram na altura servidas por estradas secundárias, municipais ou picadas (caminhos de terra), mas os montes circundantes tinham as estradas nacionais que eram as vias principais de acesso a Alfândega da Fé, a Macedo e a Mogadouro. Era espantoso ver (de hora a hora, que o movimento era pouco na década de 60) pequenas luzes dos tremeluzentes faróis de viaturas a atravessarem os montes por entre os relâmpagos que iluminavam todo o vale. Pareciam pequenos pirilampos na escuridão, tremeluzindo. Memorável. Imagens que ficarão para sempre guardadas. Há fotografias destas que jamais esmorecem ou amarelecem na memória de cada um.

Os seus tios-avós do Sendim da Ribeira e os seus primos (dois dos quais viria a reencontrar décadas mais tarde nos Açores) tinham uma loja na qual estava instalado o Posto Telefónico (da Anglo-Portuguesa de Telecomunicações [ATP, a que se seguira (1968) a TLP (Telefones de Lisboa e Porto) e em 1994 passaria de Telecomunicações de Lisboa e Porto a PT Comunicações). O Posto Telefónico era o único contacto com a civilização. As aldeias, tantas das vezes isoladas durante os nevões de inverno, sempre avessas a qualquer mudança ou modernice, não acolhiam bem essa modernice que era o telefone. Só havia 11 ou 12 linhas ligadas em toda a área do Sendim da Ribeira. Era importante para quem tinha um aparelho daqueles em casa, com a sua manivela a dar e a dar, não esperar muito por alguém no Posto para atender. O saudoso PBX era de cavilhas. Estas tinham que se colocar na ranhura. Quando uma chamada entrava na central, a tampinha caía e era só enfiar as cavilhas de dois fios nas ranhuras cujas tampas tinham caído. Depois, havia uns auscultadores com microfone através dos quais se perguntava a quem telefonava para onde queria ligar, qual o número, etc. Entretanto trocavam-se dois dedos de conversa enquanto se fazia a marcação individual do número pedido, da Central Telefónica Regional ou Nacional a que o Posto pertencia. Quando, por fim, o interlocutor respondia trocavam-se as cavilhas e as pessoas podiam finalmente falar. O período da manhã era muito calmo e quase sem chamadas, depois aumentava ligeiramente até à hora de jantar, depois do qual raras vezes tocava a campainha.

Para um jovem como JC era delicioso controlar esta forma de comunicação e saber simultaneamente tudo o que se passava, quem falava com quem, ao mesmo tempo que lhe permitia ir conhecendo “virtualmente” a meia dúzia de pessoas que habitavam nas redondezas. Este sistema permitia transmitir mensagens, notícias e outros avisos numa era em que a televisão ainda não chegara aquelas paragens, e a luz eléctrica era uma miragem. Os jornais chegavam atrasados pois apesar de usarem os comboios diários, não havia depois carreiras de camionagem regulares para os sítios mais interiores. Muito menos para aldeias sem estrada digna desse nome como então era o Sendim da Ribeira. O mundo podia acabar que só viriam a saber bastante mais tarde.

Duma coisa estava, porém, certo: jamais esqueceria o cheiro a carvão e as fagulhas que saltavam da locomotiva nas viagens de comboio do Porto Trás-os-Montes. É esse passado mítico que os modernos governantes estão a querer roubar-lhe, estão a violar a sua juventude e as memórias perdidas. Isso, jamais lhes perdoará. Cambada de novos-ricos, ignorantes e alarves. Juntemo-nos todos para salvar a linha do Tua que é nossa e de todos os que amam esta região, única no mundo. É o nosso património que eles querem dilapidar.

Outras férias que JC não esqueceria foram as que passara na ancestral aldeia do Azinhoso (já perto da raia com a Espanha) no concelho de Mogadouro.

O Azinhoso é uma das poucas localidades do distrito de Bragança onde se pode encontrar um museu de Arte Sacra. O espaço, instalado na antiga capela da Misericórdia da igreja de Santa Maria de Azinhoso, guarda tesouros do quotidiano religioso dos séculos XVI, XVII e XVIII. O expoente máximo do espólio é a custódia de estilo gótico manuelino que terá sido oferecida pelo Rei D. Manuel I, e um cálice do século XVI. Ambos em prata dourada. Destacam-se alguns missais antigos, diversos frescos, estátuas e alguns paramentos datados do século XVIII. Para além do museu de arte sacra, quem visitar Azinhoso pode encontrar um pelourinho do século XIV, que representa o poder jurisdicional concedido pelo rei D. João I, através duma Carta de Foral datada de 1386. O pelourinho é assente em três degraus quadrangulares, o fuste redondo de 4,30 m de altura, escadório em forma de pirâmide quadrangular e três degraus e o seu capitel é constituído por uma cruz grega em pedra. É Imóvel de Interesse Público, [Dec. 23 122, DG 231, de 11 de outubro de 1933], sendo o símbolo da autonomia administrativa entretanto perdida. Por outro lado, a Igreja Matriz, é o principal património datando do século XII. Construída em estilo românico, guarda consigo a imagem de Santa Maria do Azinhoso, uma obra de escultura medieval do século XIV, perante a qual D. Nuno Álvares Pereira terá pedido proteção para a guerra contra os castelhanos, em 1386. Apenas a imposta corrida da porta lateral esquerda da Igreja do Azinhoso nos apresenta uma decoração visigótica ou de influência visigótica (parras e uvas). Azinhoso teve foral novo de D. Manuel I em 1520. Teve também misericórdia e hospital, fundados em 1647, fruto da importância que então detinha. O seu nome deriva da remota existência de azinheiras (Azinhoso nas Inquirições de 1258), localmente conhecidas por carrascos. Da Proto-História são variados os vestígios de povoados geralmente conhecidos por "castros" e que geralmente acompanham as linhas de água, procurando sempre lugares de difícil acesso e de fácil defesa natural, para a sua implementação. Terá sido a tribo dos Zoelas, parte do povo astur-augustano a responsável pelos diversos povoados fortificados que aqui encontramos. O título de Condes de Azinhoso usado apenas uma vez, foi criado por Filipe II, rei de Espanha por carta de 10/0/1583 a favor de D. Nuno Mascarenhas, senhor de Palma, casado com Isabel de Castro, filho de D. João Mascarenhas e de D. Helena de Castelo Branco. Região agrícola e pastoril, não poucas vezes vive paredes-meias com o animal que lhe dá sustento. Conservador, o passado tem ainda lugar no presente. Antigos costumes e velhos ritos, herdados ao longo de milénios ainda hoje se tornam vivos. O comunitarismo celta tem aqui os seus vestígios em terrenos e montes comuns e no tão característico torna-geira. Azinhoso era, também, terra de judeus. No velho caminho medieval que vai para Penas Roias, logo à saída do Azinhoso, ainda existe um local chamado "Pelames", onde os peleiros do Azinhoso curtiam as peles. A Professora Maria José Pimenta Ferro Tavares, no seu livro "Os Judeus em Portugal no Século XV" (p. 75), regista uma comuna judaica no Azinhoso, no século XV A própria estrutura da rua da vila, ao longo do caminho, demonstra que o Azinhoso era uma terra de passagem. O solstício de dezembro é festejado em alguns pontos da região, de forma que no sentido não difere dos tempos pagãos. O S. Martinho e o Entrudo, que o Abade de Baçal caracterizou como autênticas bacanais, são aqui festejados e, se o S. Martinho não passa do velho magusto e da bebedeira, o Carnaval difere de aldeia para aldeia com formas e ritos herdados já de antanho. Religiosos praticam um misto de religião com bruxaria, não sabendo bem onde acaba uma e começa a outra e

continuam com as suas promessas aos santos, tipo de religião contratual romana. Sem qualquer sentido histórico, aqui tudo o que é velho, de uma velhice de que os vivos não se recordam, é atribuído aos mouros e em todos os locais de interesse arqueológico histórico existem tesouros, mouras encantadas e sinos em ouro, teares que só se veem na manhã de S. João, etc. A crença das mouras encantadas é, no fundo, um vestígio do culto pagão que deificava as águas das fontes, fazendo-lhes sacrifícios e ofertando-lhes flores. A lenda dá continuidade à realidade histórica.

Mogadouro, a sede do concelho a que pertence o Azinhoso, foi também terra de judeus com uma enorme comunidade alvo da famigerada Inquisição. A Professora Maria José Pimenta Ferro, regista uma importante comuna judaica muito bem estruturada, já no século XIV, que aumentou com a expulsão de Espanha e, ali se fixou e teve uma enorme influência em todo o Trás-os-Montes.

Curiosos dias passaram-se nos finais do século XIX, aquando da candidatura de Trindade Coelho como deputado por Mogadouro. O eminente escritor e político haveria mesmo de publicar um livro com esse título: "A Minha "Candidatura" por Mogadouro". No excerto, pode ler-se uma das cartas que lhe foi enviada por um grupo de apoiantes:

"Assignada por pessoas de muita representação e respeitabilidade d'este concelho, acaba de ser dirigida ao nosso bom e dedicado conterrâneo, sr. dr. Trindade Coelho, um manifesto ou representação rogando-lhe que aceite o ser chefe político dos signatarios e participando-lhe que já nas próximas eleições geraes para deputados votarão no seu nome."

O partido acabaria por não ir às urnas, mas de qualquer modo ficava uma obra excelente sobre o Mogadouro de finais do século e as confusas tricas políticas da agonia monárquica. A importância de Trindade Coelho não se resumiu, no entanto, a este incidente político. Dedicado à sua terra, como poucos, deixou obra feita. Conforme referiu João de Araújo Correia:

"Era transmontano. Quem o é de raiz não pode ser discípulo de ninguém. Tem dentro de si uma Universidade. Com os olhos postos em Mogadouro, escreveu "Os Meus Amores" - livro que não é livro. É a própria terra do escritor, reproduzida pelo talento de quem lhe quer bem".

Quando JC estava a férias no Azinhoso, além do chiar dos rodados das carroças de bois que o acordava bem cedo todas as manhãs, lembrava-se de tantas coisas que é difícil coordenar pensamentos. Toda a aldeia tinha hábitos e costumes diferentes, as caras eram diferentes (mais judias? Interrogar-se-ia anos mais tarde). A casa da sua tia-avó ficava paredes-meias com a do genro, representando ambas as casas os mais ricos proprietários da região, verdadeiros latifundiários numa região tipicamente constituída por minifúndios. De qualquer forma havia uma ligação subconsciente

importante, fora lá que a sua mãe dera aulas antes de ele nascer. Lá nunca fora namorar o seu pai nas férias pois teria de passar muitas vicissitudes para chegar a tão longínquo lugar.

Só de imaginar a viagem era escabroso, depois teria de pensar na logística de namorar alguém após a guerra numa aldeia sem transportes. Onde teria ficado albergado o seu pai se quisesse ir lá, quando a pensão mais próxima ficava a não sei quantos quilómetros sem transportes. De facto, nunca lá fora namorar, limitara-se a namorar a sua mãe quando esta trabalhava na Federação das Caixas de Previdência antes de começar a dar aulas. Curiosamente o primeiro sítio onde ficara colocada para dar aulas havia sido exatamente no Azinhoso.

A sua tia-avó, cujo apelido era apropriadamente Oliveira, herdado do marido, era dona de olivais sem conta. Tal como nas dinastias reais tinha casado a filha mais velha com um filho do outro maior proprietário da região, herdeiro da antiga família Pimentel, que nessa época ainda tinha o solar de família na aldeia de Castelo Branco, a 11 km de Mogadouro. Está, há anos, a ser restaurado para Hotel ou Pousada de luxo tendo mantido a sua fachada original.

O Solar dos Pimentéis nasceu da vontade dos Senhores de S. João da Pesqueira e Marqueses de Távora de aqui fixar uma residência e sede de comenda. Dos eventos que levam por fim à execução desta família, por Decreto de D. José I, têm como consequência a extinção dos títulos e a passagem de honras e comendas para outras famílias. É assim que, por outro Decreto Real, se confere à nobre família Morais Pimentel a propriedade que inclui o Solar dos Pimentéis. São os seus primeiros proprietários família da alta aristocracia, títulos e cargos como o de vice-rei na Índia e embaixadores nas cortes europeias. Esse Solar ou Palácio ou Palacete dos Pimentéis, tinha um trabalho esmerado em granito, e embora se desconheça o arquiteto que o projetou, parece ter influências de Nazoni.

Esse primo Pimentel foi Presidente da Câmara, exerceu advocacia e notariado, foi Diretor do Registo Civil, chegou a deputado da Assembleia Nacional até ao 25 de Abril. Depois, voltou a ser Presidente da Câmara numa manifestação evidente dos seus dotes democráticos, capazes de o fazerem transitar duma ditadura para uma democracia sem perder estatuto. Faleceu, quase centenário, no início do século XXI. O outro genro, da igualmente antiga família Castro, era também da aldeia do Azinhoso com uma longa linhagem e religiosidade.

Das pessoas cuja imagem ficara mais vívida havia o Sr. Padre Manuel (esteve lá décadas a pregar no Azinhoso e faleceu já ao virar do século XX) que era de uma paciência inacreditável. Segundo consta, o jovem JC massacrava-o com beliscões irritantes desde os dois anos de idade. Mais tarde, já na adolescência, tivera grandes discussões filosóficas com ele, embora nessa época começasse a

mostrar dúvidas teológicas e filosóficas sobre alguns dos pontos fulcrais da igreja católica apostólica romana. JC nunca entendera muito bem porque é que durante as suas estadias no Azinhoso, o padre Manuel estava sempre presente nos jantares e almoços em casa dessa tia-avó. Decerto que algo de errado fizera e necessitava da absolvição da Sagrada Igreja. Da sua ação nunca se notaram efeitos práticos de qualquer ensinamento das regras cristas e católicas. As (primas) filhas dessa tia-avó jamais mostraram resquícios religiosos ou cristãos, antes se caracterizando pela sua total subserviência e dependência ao vil metal, mais conhecido como dinheiro, para além do aspeto judaico e comportamento avaro. Eram, afinal, uma enorme família de infelizes podres de riqueza. Centraram toda a sua existência em acordos e casamentos de famílias ricas para que as filhas crescessem e multiplicassem a fortuna sem jamais a aproveitarem em algo de útil (ou inútil). Vivem e viveram sempre obcecadas por esse desiderato. Os casamentos das netas dessa sua tia-avó, seguiram os mesmos ditames dos das filhas, por interesse, para duplicarem a riqueza.

A casa era espantosa e parecia (para um jovem como JC) ter uma dimensão infinda, com as suas várias entradas e escadarias. Havia uma varanda coberta na entrada principal cheia de trepadeiras e buganvílias e uns bancos de jardim onde se sentavam ao fim da tarde a cavaquear. Esta varanda, ao nível do rés do chão, ficava levemente superior à rua que descia com grande inclinação para igreja mesmo em frente. Depois, entrava-se para um amplo salão de tetos baixos, com dois pequenos escritórios laterais. No da frente, com janela para a rua, havia um magnífico gramofone com discos de 33 rpm do começo do século XX que fizera as suas delícias enquanto ouvia sons desconhecidos. Ali, o seu primo (filho primogénito) tinha apetrechos de casa e a parafernália desorganizada do seu escritório de jovem administrador de propriedades infindas. Depois do salão, havia uma pequena sala de jantar com escadas para o andar de cima. Partia também a escadaria para a bem recheada e fresca adega. Ao lado, um salão de jantar formal com uma antecâmara. O mais característico desta antecâmara, era a coleção de bonecas espanholas que se acumulavam como se fossem almofadas nos sofás. Numa das paredes, dissimulado por um quadro enorme, escondia-se um dos enormes cofres da casa, embutido na parede. A sala de jantar, raramente utilizada (apenas nos batizados e numa Páscoa onde lá fora toda a família), tinha janelas para a rua lateral à igreja e para a rua da frente. Em frente à pequena sala de jantar, havia uma enorme cozinha com o saudoso escano. Comunicava, por uma porta, com a cozinha velha de igual tamanho. Esta, só era usada em alturas de festas. Ao lado, um corredor terminava na moderna (para a época) casa de banho com todas as comodidades (apesar da falta de água canalizada e de luz elétrica pública). Havia três quartos, seguidos de mais três (um deles enorme onde cabiam aí umas oito camas). No andar de cima havia vários quartos que ficavam cheios na época da caça. Nas traseiras, um pátio enorme, com um forno de cozer pão e folares. Era aí que, sob a copa duma enorme e centenária figueira, se construía uma casinha para albergar o gerador elétrico (a eletricidade só viria depois do 25 de Abril) e uma porta para o toural. Ali, estava implantada a escola primária. Ao cimo do pátio e ao lado do portão havia as cavalariças nas quais havia sempre um cavalo ou mula e uns dois burros aos quais JC gostava imenso de dar de comer. Estas cavalariças davam para um enorme terreiro, o Toural, cortado a meio por uma pequena escola primária onde a sua mãe lecionou

dois anos (até 1947) após terminar a Escola do Magistério Primário. Era para ali o seu pai escrevia longas e enamoradas cartas de amor a cantar a canção do bandido à sua mãe. Nunca lá foi nessa época pois imagina-se o que devia custar em termos logísticos. Teria de partir do Porto de comboio, fazer toda a linha do Douro e Alto Douro bem bonita e perigosa. Demoraria um dia de viagem, para no final fazer transbordo de comboios até Castelo Branco ou qualquer outra estação e daí arranjar transporte para aquela aldeia perdida no meio do pó em terra de ninguém.

O povoado tinha uma venda onde funcionava o posto telefónico e os correios, propriedade de um senhor gago, o Henriquinho casado com a Mariazinha (falecida em março 2006) com duas filhas (a Maria Adília e outra cujo nome esquecera). Ora bem era ali que o Henriquinho recebia as cartas de amor do seu pai. Como via um nome estrangeirado e era gago acabava por dizer à mãe de JC que chegara uma carta do senhor *xri xri*. Ainda hoje JC se lembrava deste episódio quando alguém tinha dificuldades em pronunciar o seu apelido, adulterado milhões de vezes, desde Chrysler a Christofle, Castelo, Crastelo, Perestrelo ou Costello consoante os países.

Muitas vezes iam às pequenas quintas que a família tinha dispersas em vários locais. Disso recordava o aviso para não comer melancias quentes por causa da digestão. O sol era abrasador e todos usavam chapéu. Há algumas fotos verdadeiramente divinais pela sua importância histórica no retratar duma geração e duma vida rural que servem para comprovar essas idas. Passavam tardes a apanhar frutos diversos e a petiscar na sombra duma qualquer árvore antes de virem aproveitar alguma frescura ao fim da tarde no enorme pátio do Azinhoso, à copa da dita frondosa figueira que fazia as delícias da sua mãe, sempre adepta deste fruto.

Teria JC uns 13-15 anos quando começara a conduzir o Volkswagen bege de matrícula NS-14-55 da sua prima mais nova, ao longo dos 6 km de estrada estreita, de bermas inclinadas e bem poeirenta, entre o Azinhoso e Mogadouro. A cerca de 200 metros da entrada no Mogadouro cedia o volante à prima, ainda solteira e dona do carro, para que a Guarda [republicana] não o apanhasse. Era raro passar outro carro naquela estrada, e em todo o Azinhoso nem haveria meia dúzia de carros, 2 lá em casa, 2 dos primos Pimentéis, 1 na dos Castro. A única vez que JC se cruzara com outro veículo motor fora com um carro de praça (táxi) pois o único trânsito que havia era de veículos de tração animal. Além do perigo das curvas em cascalho solto no meio do pó, que podiam levar o carro para fora da estrada, havia dois pedaços de reta em que o carro atingia uma boa velocidade (50-60 km/h) e uma delas era junto à ermida de N^a Sr.^a do Caminho. Mas tinha de estar sempre muito atento com a sua inexperiência de principiante às inúmeras ovelhas, cabras, vacas, touros e outro gado que passeava pela estrada.

Já bem mais velho, JC recordava-se bem de como o seu avô paterno era aficionado pelos piqueniques. Quando andavam por aqueles lados (por terras daquela metade da família) jamais escapavam a um piquenique debaixo da ancestral Ponte de Remondes. Esta construção carismática, um autêntico ex-libris da região, esteve encerrada ao trânsito e em risco de cair durante 2005. Agora está ameaçada de ficar debaixo de água quando a nova barragem for construída. Lá se irão as memórias. Embora a água que ali corresse não fosse muita e as sombras não abundassem, o certo é que era o local favorito, ficando a pouco mais de uma hora de distância de casa. Esta estrada que ainda é das mais difíceis do país, devido ao seu traçado de curvas e contracurvas, manteve e mantém Mogadouro afastado do resto do país. Quando ali passara entre 2002 e 2005 parecera-lhe que o tempo tinha parado à data da sua memória do local. A estrada estava alcatroada, mas tudo o resto permanecia igual.

Uma das cenas mais marcantes, dessas várias férias transmontanas, ocorrera entre 1962 e 1964 quando juntamente com dois primos e o seu pai foram a Penas Róias, a uns meros 7 km do Azinhoso, mas que parecia distar uma hora. Penas Róias é um dos povoados com pinturas rupestres como atrás se disse (Fraga da Letra) que pertenceu à Ordem dos Templários e depois entrou em declínio. No início de 1960 ainda não havia estrada. Nem sequer estava projetada a barragem de Bastelos que fica aos seus pés. Por isso, entraram no jipe com os dois primos e o seu pai temeroso (pois não era nada dado a grandes aventuras, motorizadas ou não) e lá foram atravessando a Ribeira de Bastelos. Depois, a partir daí começaram a subir o fraguado que se erguia (e ergue) a pique nos socalcos do velho castelo. A certa altura o jipe voltou-se e tiveram todos de saltar para não ficarem debaixo do rodado. Lá o endireitaram e voltaram a subir mais uns cem metros até às ruínas do castelo onde o senhor Abade, na habitação ao lado do mesmo, lhes ofereceu de dentro da sua bem recheada arca de madeira bem antiga, uns ricos chouriços, presunto, pão de centeio e bom vinho da região. Jamais esquecerá esta aventureira viagem que o marcara para fazer viagens semelhantes para o resto da vida. Em 2006 tivera a oportunidade de contar a um filho desse seu primo (que não via desde miúdo) essa viagem histórica.

O Castelo de Penas Róias é uma fortaleza medieval que foi pertença dos Templários, mas que atualmente se resume a pouco mais que as ruínas de uma torre alcantilada, de planta quadrangular com 5 metros de lado, de aparelho simples à base de xisto quartzítico misturado com argamassa. A estrutura frágil da torre não permite o acesso à mesma. Perto dela existe uma pequena torre circular com uma base em talude de execução recente. A cantaria predomina nas janelas existentes a sul e a este. A porta situa-se a oeste, a cerca de seis metros de altura, e é igualmente feita de cantaria.

No lintel pode observar-se a cruz pátea templária com a seguinte inscrição:

"Gualdim Pais, mestre geral dos Templários, mandou fazer o castelo de Pena Roia, iniciando os trabalhos a 4 das Calendas de ... era de 1204 sendo freires assistentes frei João Francisco ...".

Nessas longínquas férias fora JC pela primeira vez a Espanha com os seus pais, aqueles primos e respetivas mulheres. De Mogadouro foram rumo a Miranda do Douro saindo para Zamora, Salamanca e Ávila. Aqui ficaram no luxuoso “*Parador*” Raimundo de Borgonha na suíte presidencial, em virtude de o primo ser naquela altura secretário do então ministro das Obras Públicas, Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira. Isto depois de terem andado rua abaixo, rua acima, em busca dum Hostal ou residencial qualquer que os albergasse, mas sem resultados pois nesse verão estava tudo cheio. Havia um, vago, mas os adultos não queriam que visse o que eles viram, ou seja, era duma daquelas habitações de entrada e saída rápida de trânsito noturno de ambos os sexos e havia vestígios recentes de ocupação humana nas camas. Lá ficaram no “*Parador*” e JC dormira que nem um rei. A mãe e primas nunca souberam o que se passara naquela residencial que tinha as únicas vagas de acomodação em Ávila, mas regalaram-se com a estadia numa suíte normalmente reservada ao caudilho (o ditador Francisco Franco) ou aos altos Dignitários do governo espanhol. No dia seguinte partiram em direção a Madrid, em dois carros (um Fiat 1500 e um Ford Taunus 17M). Um dos primos ao fazer uma ultrapassagem numa reta sem fim, mas com um risco contínuo ao meio, acabou por ser apanhado pela *Guardía Civil* e nem o passaporte diplomático do governo português evitou que apanhasse uma cara multa e uma admoestação. A viagem decorreu sem mais incidentes até Madrid onde as senhoras se deleitaram nas compras nos grandes armazéns da época, *Preciados* e *El Corte Inglés*. JC estava embasbacado, as jovens eram muito encantadoras, muito sorridentes e bem mais maquilhadas que as suas congéneres portuguesas.

Estava deliciado. Decidiu mudar-se logo ali e naquele mesmo dia para Espanha para estar perto daquelas mulheres bem mais atraentes que as suas congéneres portuguesas. Pensou, pela primeira vez, em mudar de nacionalidade, as mulheres eram um espanto. Para além da majestosidade dos edifícios em Madrid, como as *Puertas del Sol* e o Museu do Prado (onde só voltaria em 2004), recordaria dessa viagem a visita ao imponente *Valle de los Caídos* que o ditador Francisco Franco construíra em memória da Guerra Civil. É o único monumento que honra a memória dos dois lados da guerra civil espanhola. Só lá voltara em 2004, e conseguira lembrar-se do percurso, dos detalhes da nave, das lajes no pavimento da estrada e da subida íngreme, apesar de terem passado mais de

quarenta anos. Igualmente revira o enorme *El Escorial* que fica 50 km a noroeste de Madrid e é constituído por um palácio, um mosteiro e uma das maiores bibliotecas do mundo, ocupando 30 mil km².

Tem nove torres, 9 órgãos, 16 pátios, 73 estátuas, 86 escadarias, 88 fontes, 300 celas, 1200 janelas, mais de 1600 quadros, 2673 portas, etc. tendo sido construído em honra de S. Lourenço por ter derrotado o exército francês em 10 de agosto de 1557. Foi Filipe II (I de Portugal) quem o construiu. Ali jazem grande parte dos Reis de Espanha dos últimos quinhentos anos da dinastia de Habsburgo e Bourbon. O Panteão real contém os túmulos do Imperador Carlos V (Carlos I de Espanha), Filipe II, Filipe III, Filipe IV, Carlos II, Luís I, Carlos III, Carlos IV, Fernando VII, Isabel II, Afonso XII e Afonso XIII.

Foram uns dias de passeio que o encheram de História, da grandiosidade do país vizinho e da percepção que embora vizinhos, ambos sob uma ditadura, os dois países não tinham nada a ver um com o outro. Eram bem diferentes e se bem que comunicassem em castelhano pois eles normalmente não compreendiam português, o certo é que tinham toda uma série de atitudes bem diferentes das portuguesas. Ainda JC não conhecia Lisboa (que só viria a conhecer em 1966, já com 17 anos) mas adorava Madrid, Ávila, Salamanca. As estradas eram melhores, as gentes mais simpáticas, a maneira de viver mais aberta e franca. Comparados com os portugueses os espanhóis eram mais luminosos e nada sorumbáticos. Estes anos de férias transmontanas foram o apogeu da juventude de JC. Jamais esquecidas, mesmo agora neste seu exílio dourado no arquipélago atlântico.

3.6. **BABE (BRAGANÇA) E A SUA HISTÓRIA**

BABE, desconhecido para quase todos, teve lugar proeminente na nossa História. Vejamos por que foi relevante.

Esta freguesia do concelho de Bragança, situa-se 12 km a Nordeste. Com os seus 398 habitantes, distribuídos por 131 famílias e 168 casas, situada a 800 metros de altitude, constitui a porta de entrada do planalto de Lombada. Babe remonta a épocas pouco definidas. Em todo o caso, podemos afirmar, com toda a segurança, que a sua existência é muito antiga. No século XVIII ainda eram visíveis os restos da antiga igreja de S. Pedro, perto de Castrogosa a sul. Por este mesmo local e a sul do castro da Sapeira, passava a estrada romana que se dirigia a Astorga. Algumas estelas funerárias e um marco milenário documentam a romanização desta aldeia. Tem uma capela dedicada a S. Sebastião e outra recuperada em 1991, dedicada a S. José. Mas a sua importância afirma-se pela Comenda, trazida por Domingos de Morais Madureira Pimentel, fidalgo da Casa-Real que casou em Bragança com D. Luísa Caetana de Mesquita, seu 1º Comendador. Tal era o seu tamanho territorial, que El-Rei D. Sebastião por sua ordem mandou dividir em duas: - a de S. Pedro de Babe e a de Nossa Senhora de Gimonde, como pedira o Duque D. Teodósio, em obediência a uma Bula do Papa, com data de 4 de maio de 1561. E se é verdade que este comendador terá sido um dos notáveis desta terra, outros houve como Júlio Pires de Castro, nascido nesta povoação a novembro 1814. Escreveu várias obras e lecionou latim em Bragança com grandes créditos de competência. Recuando no tempo, convém dizer que a Comenda de S. Pedro de Babe tinha um rendimento de 250.000 réis, conforme Diogo Nunes atesta. Quanto à reitoria que também foi, o seu rendimento era de 44.000 réis, posto à disposição da Sua Alteza Real, durante a Restauração de Portugal. Durante a fase posterior à guerra de Aclamação, muitos foram os contributos para restaurar o país, pelo que Babe, na pessoa de António Alurez de Magalhães, ofereceu, para as presentes necessidades de Sua Majestade, 20.000 réis, que era o salário que obteria pelo dia de S. João, bem como ainda deu poder bastante para cobrar dos comendados ou rendeiros das Comendas de Babe, e se necessário “tudo o que tenho venderei e darei de salário todos os anos, enquanto viver, já que eu, António Alurez, me sustentarei com o pé do altar, feito nesta terra”.

Babe ficou célebre pelo tratado de Babe, de 26 de março de 1387, entre D. João I e o Duque de Lencastre. Em dada altura da nossa história, D. João I, Rei de Portugal, ofereceu auxílio ao duque de Alencastre, João de Gaudi, para provocar a divisão das forças e tropas de Castela. O Inglês desembarca na Corunha, seguindo para Melgaço, onde se avistou com D. João.

Nesse encontro estipularam as condições do auxílio que, à boa maneira inglesa, comportava o casamento de uma das suas filhas (já que com ele trouxe duas, vindo a casar a última em Espanha, para firmar outro acordo), de nome Filipa com o nosso rei D. João. Enquanto as tropas do Duque Inglês seguem para Bragança, consuma-se na cidade do Porto o dito casamento, após o qual o nosso rei haveria de juntar as suas tropas às de Alencastre, hospedado no Mosteiro de Castro de Avelãs. Mas a demora foi tal que se diz que o Duque resolveu

seguir com o seu exército, no momento em que chega a boa nova da chegada do Rei. Com as tropas do Duque em marcha na direção de Babe, ali aguardam pelas do Rei D. João. Ali, se negoceia o Tratado de Babe, que obrigava o dito Duque a abdicar de quaisquer direitos que pudesse vir a ter sobre a coroa portuguesa. Diz-se que a Lombada nunca teria estado tão engalanada, já que foram milhares os homens que por ali acamparam, distinguindo-se de entre eles, o Santo Condestável.

Deste acordo, mais uma vez Portugal pouco lucrou. O Duque inglês, após ter casado as filhas, como já referido, nada mais fez. Nada aconteceu. Muito menos a tal divisão das forças castelhanas. Há quem afirme que outra coisa não queria o Duque, que não fora casar as filhas.

3.7. DO RATO DE CABRERA E OUTROS ANIMAIS EM VIAS DE EXTINÇÃO

O linco-ibérico, o lobo-marinho, o abutre-preto, a truta-marisca e a lampreia-do-rio são algumas espécies nacionais que estão gravemente ameaçadas - o cenário é de pré-extinção. São mais de 40% as espécies de animais vertebrados existentes no País que enfrentam algum grau de ameaça, sendo os peixes o grupo que corre mais "perigo", segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal de 2006. Nele se incluem espécies de peixes (de água doce e migradores), anfíbios, répteis, aves e mamíferos indicando para cada uma o seu nível de ameaça e avaliando os graus de risco de extinção. Foram desenvolvidas fichas descritivas com informação sobre as populações animais, causas de ameaça e medidas de conservação. As espécies, de acordo com a informação disponível, foram divididas em diversos grupos, de criticamente em perigo, ou seja, quase extintas, a uma situação pouco preocupante. A avaliação, que abrangeu 512 espécies selvagens de vertebrados no Continente, Açores e Madeira, apurou que 42% das espécies estudadas estão ameaçadas ou quase, de extinção - como o coelho bravo, o rato de cabreira ou o tordo-músico; 46% não estão em estado de alarme (categoria pouco preocupante), como o rato preto e o golfinho comum. Em relação aos restantes 12%, a informação é insuficiente para uma avaliação. A equipa de 180 especialistas foi coordenada pelo Instituto de Conservação da Natureza. Foram editados três Livros Vermelhos, o último de 1993.

O assunto de hoje é mais comezinho e mundano: a EN-128, entre Miranda do Douro e Bragança, é demasiado longa e está excessivamente estragada, há décadas sem melhorias. Poucos sabem onde fica. Nem saberão apontar em que parte do mapa está. Precisa de uma alternativa, bem feita e que poupe quilómetros. Há anos que se estudam traçados, mas a coisa emperra sempre. Um dia, porque havia uma colónia de morcegos protegidos. Mais recentemente, ao quilómetro não sei quantos, apareceu o raro rato de Cabrera. Para avançar, a empresa Estradas de Portugal precisa de estudos. Segundo o presidente da autarquia local dizia, em 2005, o rato “*irá atrasar o novo traçado lá para “nunca antes de 2011.”*” A este respeito não se resiste a transcrever um texto em mirandês datado de 21/12/2007 da autoria de José Antinho Esteves, do Lar de S. José em Brunhoso (quem não perceber mirandês, paciência, mas é curiosa a abordagem do tema escrito)

lhambrou-me daquelha que mos cuontou tiu Alfredo Cameiron. La de l camboio, que you gostei muito. Tamien me bieno a la eideia la de l ratico de Tie Ana Paixareira. Ua eideia lheiba a outra i lhambrou-me la stória que bus bou a cuntar. Pus aí bai, çpuis me direis se tengo ó nó rezon. Yera tamien un ratico, ó melhor dito, un raton, puis trata-se dun rato grande, tan grande i tan baliente, que até fizo parar ua strada. Trata-se de l Rato Cabreira! Nun sei se bós l cunheceis... tamien nun amporta... you tamien nun l cunheço. El alhá stá, bien zbulhado, naide l bei mas l cundanido nun deixa passar la strada que tanta falta mos fai. Dezie-me anton: - El nun se podie mudar un pouco mais abaixo ó mais arriba? - Claro que podie. Assi you podisse mudar la mie casa i yá la tenie mudado pra Palaçuolo. Carai de rato que teimoso que el ye. Bou mas ye a quedar porqui, l concho de l rato yá me stá a tirar de l sério. Bós que me dezis, armamos-lhe ua rateira a ber se assi mos deixa an paç? Nun sei que bos diga, cumo stan las cousas nun se puode dezir nada, nun seia que l rato me mande prander. Ye

solo ua cuonta i mal atopada, mas nun me saliu melhor. You bien bos dixen que nun tenie jeito pra cuntar nin pra fazer nada. Çculpai alhá l chochico, nun me buolbo a meter noutra. Pronto yá deixo l Cabreira cun sue bida, yá me sal puls uolhos. Porqui me quedo mas bolberei. El ye teimoso mas you tamien.

Conhecedor da região e já lá tendo passado vezes sem conta, JC explica que se trata duma região abandonada por Deus e pelos homens. A existência de rodovias apropriadas permitiria, por exemplo, que as pessoas de Miranda do Douro, incluindo as ambulâncias de socorro médico, não fossem a Espanha apanhar a via rápida para Bragança. Permitiria que as empresas que ali existem (ou viessem a existir) tivessem vias de escoamento dos seus produtos para Portugal e Espanha. Bruto, mas não violento, obviamente propugna JC a nova estrada já! Tanto protecionismo esquece uma espécie em vias de extinção: o homem (e mulher) do Nordeste Transmontano. Estas notícias parecem saídas dum almanaque do 1.º de abril. Não são. Isto parece raiar o ridículo.

Lembra JC uma cena similar, daquela vez em que assistira em Nova Gales do Sul às obras de ampliação de uma estrada nacional (8 mil km de estrada circundante da Austrália...) suspensas para se construir um viaduto para a passagem de uma colónia de formigas em vias de extinção. Ignora-se totalmente, e nada se encontra a esse respeito, que permita clarificar se depois disto houve um estudo para se analisar como destruir a praga das formigas que infestavam a região...

JC afirmara-se sempre *moderadamente* a favor da continuação da espécie humana no planeta, apesar de em mais de 250 mil anos o Homo Sapiens só ter construído uma coisa duradoura: a infalível dupla da guerra e da destruição. Entre si mesma e com outras espécies. Entendia que deviam ser preservadas, sempre que possível, as outras espécies que partilham esta superfície planetária. Tal deveria ser feito numa estranha harmonia em que os interesses de uns não atropelassem os doutros e vice-versa. Imaginava já como próximos alvos, a campanha a favor do não abate da vaca e doutros animais indispensáveis para a alimentação dos humanos, sabendo que o ridículo pode levar a este ponto, mais depressa do que se pensa. Já há expedições a favor da preservação do bacalhau, das baleias, dos golfinhos. Mais dia, menos dia chega a campanha da preservação da couve-galega, do tomate e da cebola. Os fanáticos irão propugnar pela alimentação artificial do ser humano, claro está, sem recorrer a transgénicos e outros alimentos manipulados. Essa cega preservação das espécies (e estão a extinguir-se a uma velocidade galopante) pode conduzir à extinção da raça humana tal como a conhecemos. Foi pena não ter vindo a tempo de salvar o lince da Serra da Malcata ou a águia-real do Gerês.

Nesta ilha, JC é diariamente confrontado com a necessidade de eliminar do seu convívio - dentro de casa - animais que podem estar em vias de extinção. Há a mega melga de tamanho gigantesco, baratas, formigas, aranhas de todos os tamanhos e feitios, o ocasional grilo ou sardão, a ubíqua bicha-cadela, centopeias ou milípedes, caracóis no quintal e outros vermes. Como deve proceder para poder viver confortavelmente, sem ser molestado por essas pestes (em vias de extinção ou não)? Extermina-os ou deixa-os livremente fruir o mesmo espaço que habita? Terá de construir vias separadas para esses animais ou coexiste com eles? Claro que a sua casa não tem a importância duma estrada no desconhecido ou esquecido nordeste transmontano. De qualquer forma não encontra nenhum manual da sobrevivência humana e do equilíbrio ecológico que lhe indique, mas a sério, algumas dicas politicamente corretas sobre a forma de proceder nestes casos. Já assistira a um ritual da matança do porco, um ato barbárico que o repugnara sempre. Deveria denunciá-lo e propugnar o seu fim, dado que no restante território nacional está proibido fazê-lo, a menos que seja num matadouro municipal, ou deveria recordar apenas que a carne de porco estava saborosa?

Está profundamente dividido entre os seus gostos, que até há pouco nem ilegais eram, e a noção de que deve proceder corretamente em relação às angústias dos que pretendem salvar o mundo. Além do mais, debate-se com novos problemas de consciência. Há dias, pela primeira vez, as formigas invadiram a mesa de cabeceira. Lá, onde guarda uns “lollies” (doces cobertos a açúcar, ótimos para dar trabalho aos médicos e dentistas) que gosta de trincar antes de adormecer. Não teve solução senão exterminá-las violentamente. Sentira-se, por momentos, um verdadeiro genocida, capaz de ser levado ao Supremo Tribunal Internacional da Haia. Não sabia, porém, de que raça ou subespécie eram as formigas. Nem se estavam em vias de extinção. Como eram às centenas afogou-as a todas na pia da cozinha. Será que, à semelhança da Igreja Católica, poderá ir a um confessor ecologista, confessar este ato hediondo da sua parte, este crime contra animais? Terá possibilidade de absolvição? ou passará o resto dos seus dias a penar este crime sórdido? Esta é a questão que o apoquentá agora.

Lá fora, na rua, alheios a este debate, pululam os residentes da aldeia nos seus fatos domingueiros a caminho da missa pascal. As mulheres e as crianças assistem dentro da igreja à missa, enquanto os homens vão à taverna ou ficam a conversar na porta principal de entrada da igreja. As tradições na ilha micalense são ainda mantidas de acordo com um guião há muito escrito e assemelham-se às que tinha da sua infância longínqua. Nesta altura do ano aproximam-se as Festas do Santo Cristo com dois feriados. Haverá procissões e festividades, litúrgicas e pagãs, durante o resto da semana. O tempo vai-se compondo e já chegou aos 21 °C. Mas a humidade não para de espantar qualquer pessoa. Ao vestir um par de *jeans* (calças de ganga) que já não trajava há meses deparou-se, para sua grande surpresa, com o insólito de os ver totalmente verdes. Míldio, mofo, bafio, bolor ou lá o que era (fungos). Demorou imenso tempo a limpá-los e a retorná-los à sua cor original azul. A sua mulher gosta disto, aprecia a calma, o ritmo mais lento, menos preocupado e stressante. Já se decidiu a não

sair da freguesia mesmo que venda a sua casa do Porto. O Nigel joga futebol e anda de bicicleta. Sempre que pode passa imenso tempo ao ar livre, enquanto o pai se entretém a trabalhar, sonhando com o convite para tornar a Timor em agosto 2006. Seria um retorno depois de 31 anos, à primeira terra escolhida como pátria, se as coisas por lá se acalmarem. Entretanto, poderia passar pela sua pátria australiana a matar saudades. A concretizar-se, esta oferta seria um evento memorável. Mas como em tudo na vida, o homem sonha, o timorense mata e o sonho desfalece. A grande crise de Timor de abril 2006 colocaria o país, de novo, a ferro e fogo. Pouco propício a convenções internacionais sobre o futuro da língua. O convite não fora reiterado. A oportunidade perdera-se. Poderia conservar a imagem melancólica e suave dos tempos que lá vivera entre 1973 e 1975, sem ter de se confrontar com as imagens da destruição de 1999 e subsequentes. O tempo doura todas as pílulas. Quase esquecera o que lá sofrera e como a sua vida seria alterada radicalmente depois de Timor. Permanecia a imagem dos magníficos e únicos pôr do sol com a sua multitude de cores, a beleza da natureza agreste, a natureza bondosa do seu povo.

Nem de propósito, em setembro de 2008 ao rever esta passagem surgira um artigo no qual se confirmavam velhas teses sobre a justiça timorense que tantos problemas deram ao colonizador português. Em Timor, a justiça mediu-se sempre em búfalos de água. O roubo de uma cabra é punido com um búfalo, uma violação custa dois búfalos, e assim por diante, com pequenas variações de zona para zona. Embora a justiça tradicional nunca fosse institucionalizada ela manteve-se na base da vida nas aldeias. O problema surgiu quando se apronta a fase final do primeiro código penal do país motivando um ministro a lançar uma cruzada a favor lei tradicional a fim de proteger os recursos naturais. Um terço da população mostra-se convicta que a maior parte desses crimes podem ser melhor resolvidos fora dos tribunais do que dentro deles através da justiça do búfalo de água. Este sistema aliás vigora já em metade dos distritos de Timor, onde as pessoas se recusam a seguir o desatualizado código penal indonésio em vigor desde 1999. Antes da invasão indonésia de 1975, a lei portuguesa ignorava a maior parte dos delitos passados fora da capital Dili. Durante a colonização indonésia a corrupção dos tribunais levou a que as decisões dos juízes não fossem acatadas pela população e esperava-se que tudo melhorasse quando a Indonésia foi expulsa em 1999. Quando a independência foi promulgada em 2002 após dois anos de mandato da ONU esperava-se a entrada em vigor de novas regras. A Constituição garante o direito de todos a um julgamento justo e ao direito a um advogado sendo todos considerados inocentes até se provar a sua culpa. Não existe qualquer menção aos búfalos de água na nova constituição, mas não existem nem advogados nem juízes suficientes ou devidamente treinados para fazer aplicar qualquer lei. O problema agudiza-se quando se pensa que 50% das mulheres são vítimas de violência e doutros crimes pelo que a inexistência de justiça formal pode ter graves consequências. O que pode acontecer é que essas mulheres em vez de irem a um tribunal exigir justiça se desloquem aos anciãos da aldeia em busca de justiça numa sociedade em que o homem é ainda o chefe tradicional.

CAPÍTULO 4 - INSULARIDADE AZÓRICA E ADOLESCÊNCIAS

Portugal é uma Pátria de fadistas e marinheiros.

A prova é de que vamos em qualquer cantiga e acabamos a ver navios.

Gonçalo Pereira, Jornal 24 horas (data indeterminada)

“A estrada para o inferno é pavimentada de advérbios”

Mark Twain (1835-1910), escritor norte-americano

4.1. LICEU E ENTRETENIMENTOS DOUTRAS ERAS





Entretanto chegam as notícias do que vai pelo mundo e são cada vez mais animadoras para os pessimistas. Na Antártica, o degelo dos glaciares e icebergues prossegue a ritmo galopante. Em menos de um século é provável que aquele continente gelado desapareça da mesma forma que os gelados de verão desaparecem: derretidos. Não é caso para alarme dizem uns, que comentam que mesmo que o planeta parasse instantaneamente as suas emissões de CO₂ hoje, já nada conseguia parar o degelo e o aquecimento global desta pequena parcela de universo onde vivemos. Plenamente de acordo. Isto só prova o progresso da humanidade. Imparável como está, só terá retrocesso quando o homem deixar de existir à face da terra. Aliás que é que 250 mil anos de *Homo sapiens* deixaram de herança? A guerra, a fome, e tantas outras qualidades boas que seria cansativo enumerá-las. Cumpre recapitular: JC é quem continua errado e não o mundo.

Já na Gronelândia e na Terra de Magalhães o degelo é visível e cada vez mais acentuado. Preocupados como andam todos com os cartunes islâmicos, com as ameaças de terrorismo, com a guerra do Iraque e outras coisas quejandas, só darão conta do aquecimento global quando a água chegar ao pescoço, ou seja, quando a costa portuguesa já permitir tomar banho de mar em Coimbra, Leiria ou Grândola Claro que este ponto de vista em nada afeta o seu otimismo. Não espera durar até aquela catástrofe acontecer. O melhor é ensinar o seu jovem filho a nadar. Nesta ilha só os lugares altos, como aquele onde vivem, ficarão acima do nível das águas do mar...

Claro que há problemas mais prementes: o aumento das taxas moderadoras da saúde é uma autêntica descoberta olímpica. Como toda a gente sabe os pobres não são afetados, apenas os ricos que vão deixar de frequentar clínicas privadas. A partir de agora vão optar por esperar umas tantas horas em espaços insalubres, sem cadeiras nem outras condições, a verem um qualquer funcionário público da saúde, horas a fio, a carimbar guias, enquanto um qualquer médico, esforçado e abnegado, não tem disponibilidade para ver de que se queixam os pacientes que às dezenas tem de atender. Não há nada que uma aspirina e outra qualquer receita antiviral não resolva numa manhã ou tarde bem passada num qualquer centro de saúde português. Ninguém contabilizou a produtividade perdida, as horas de espera inútil em que o país não produz pois tudo anda de espera em espera, do hospital ao centro de saúde...

Na véspera tinha ficado todo o pequeno país imensamente satisfeito com a ida do primeiro-ministro, José Pinto de Sousa, o sócrates, à Finlândia para copiar aquele modelo de sucesso nórdico. Não havia muito tempo, outro colega de nome Barroso, el Durão, quis copiar a Irlanda. Estas sim são medidas acertadas. Em vez de nomearem comissões para estudarem o problema e apresentarem sugestões, agora vai-se a um qualquer país que funcione bem. Depois na fotocopadora reproduz-se o sistema deles mesmo que os homens e mulheres não

sejam nem altos, nem louros nem tenham olhos azuis. Pode usar-se uma artimanha e colocar implantes oculares, tipo lentes de contacto, com aquela cor. Como já quase todo o mundo pinta o cabelo, bastava generalizar o uso desse tom. Por que é que isto não foi pensado nem feito antes? Tinham-se poupado milhões de euros em estudos e em comissões que nunca epilogramaram nem propuseram nada digno de ser aplicado. Deve ser por isso que o país se atrasou tanto. Mas com tanto betão a mexer-se para os lados do novo aeroporto e com a velocidade supersónica do TGV, ninguém se apercebeu de que os últimos exemplares do comboio Foguete (dos anos 50 e 60) estão a apodrecer em Elvas pois não há dinheiro para os recuperar.

Todas as linhas de caminho de ferro para o interior vão desaparecendo, seguindo a lógica racional e pragmática de que os velhos não contam nem votam. Ótimo era acabar com todos os serviços no interior para que toda a sua população possa desfrutar do ótimo clima à beira-mar plantado. Mudam-se, de vez, para a costa. Mesmo que desapareça em breve. Nos últimos anos a Europa já ensinara que a agricultura portuguesa não dava nada e o melhor era importar tudo de Espanha onde fazem agricultura a sério. Como extinguem escolas, maternidades e outros serviços no interior, fica mais barato transmutar todos para a cidade. Terão um bom nível económico e uma qualidade de vida superior à que teriam se continuassem a viver em casas de pedra sem condições, para onde a energia elétrica custa milhares a ser transportada, mais as linhas de telefone fixo, mais o saneamento e o abastecimento de água. Tudo isto já existe nas cidades e no litoral. Entende-se a pertinência desta lógica.

Anda o Estado a gastar dinheiro, a construir estradas e autoestradas, pontes, viadutos e túneis para o interior, de custosa manutenção, quando se sabe que lá não vive ninguém (ou quase). Vai-se a qualquer aldeia e são só meia dúzia de velhos. Já começaram a transferir as crianças para as cidades, logo na escola primária. Basta fazer o mesmo aos velhos. Depois de verem o progresso urbano nunca mais querem regressar para o atraso e provincianismo das aldeias. Há uma óbvia vantagem neste esquema. As aldeias parecem agradar aos turistas que começam a ir mais regularmente conhecê-las, desviando-se da rota universal do *Allgarve*, essa floresta de betão implantado em tudo o que era praia ou nesga de areia. Assim, o mais lógico trazer os velhos para a cidade, pois, entretanto, morrem. Depois, nas terras deles, poderão plantar-se uns campos de golfe. Como sabem, este desporto é praticado por milhões de aficionados portugueses. Sempre dá mais dinheiro do que plantar batatas, dado haver um excesso de produção da variedade portuguesa da sementeira.

A Europa decidira o mesmo quanto à pesca portuguesa, que tão boa fama tivera em tempos saudosos. O melhor era abolir-la para que ficasse mais barato aos espanhóis irem cá pescar, levar e tratar o peixe na terra deles. Depois, voltavam para o colocar no mercado mais barato do que se tivesse sido pescado em Portugal por

portugueses, tratado em lotas portuguesas e vendido por varinas portuguesas. Intrigado, JC pergunta-se porque é que isto não foi pensado há mais tempo? Teriam evitado todo este atraso, que como devem saber, é causado pelos fundos estruturais que ao longo de décadas se canalizaram para o interior profundo do país. Romanticamente, tentou-se manter uma agricultura de subsistência sem rentabilidade à custa do sacrifício dos pobres agricultores iletrados. Dada a sua falta de aproveitamento em programas de qualificação profissional e pessoal, como o “Novas Oportunidades” tiveram de fazer inúmeros sacrifícios como levantarem-se pelas 5 da manhã e trabalharem até ao pôr do sol, para receberem uns tostões pelos legumes que os hipermercados vendem por euros.

Toda a gente já sabia que se esses agricultores vivessem na cidade não precisavam de se esforçar tanto. Não vale a pena cultivar uma couve-galega na varanda ou na “marquise” para fazer um caldo verde. Além do mais era proibido.

Jamais teria a aprovação da ASAE, essa polícia todo-poderosa, onisciente e omnipresente que ora dita o que cada um pode e deve comer. Já lhe chamavam a PIDE do nosso descontentamento. Se bem que houvesse muita coisa a precisar de ser vigiada e controlada, passou-se do oito aos oitenta numa manifestação de excesso de zelo tão típica da costa atlântica. Depois, como é sabido em sociedades evoluídas, a matança caseira do porco e doutros animais está condenada por todas as organizações ambientalistas por se tratar duma prática ancestral aberrante. Além disso, fere de morte a suscetibilidade e sensibilidade do animal, pois este deve ser morto nos matadouros devidamente licenciados para o fazerem nos moldes higiénicos e salutareos propugnados pela União Europeia.

O campo é bonito é para se passear nas férias e levar lá os putos (como quem os levava dantes ao zoológico) para verem como se vivia antigamente, coisa que eles decerto nem vão acreditar.

A única diferença é que este zoo já não teria bípedes em exposição por detrás das grades, mas reproduções e filmes deles no seu habitat natural. Sempre se aproveitava para manter a tradição viva e ensinava-se a história dos antepassados. Este método de ensino é mais económico. Mais proveitoso que ir a um museu, que, como sabem, fecha nas férias, feriados, dias santos e ao fim de semana. Se os turistas querem ir aos museus portugueses é meramente para cobiçar o que lá existe. Quiçá para tentar roubar umas peças sagradas para contrabandear para as terras deles, que nada têm de valor, comparado ao que existe em Portugal...

Era com este tipo de humor sardónico e cáustico que JC enfrentava diariamente este mundo alienígena. Essa boa disposição fazia aflorar-lhe uma espécie de sorriso que raramente mostrava, fosse a quem quer que fosse. A sua fâcies era sisuda, como fora a de seu pai, resguardado no silêncio e na aparente antipatia para se proteger dos que o rodeavam. Vivia num mundo diferente e não se espantava de blogues que se limitavam a recordar:

Um tempo em que:

*Havia liberdade de andar nas ruas às tantas sem ser assaltado,
 Havia segurança de emprego e desenvolvimento económico sem esmolas,
 Se podia dar e receber boleia sem ser assaltado,
 Os que viviam no ventre materno e os idosos, eram respeitados,
 Não se era torturado permanentemente e de todas as formas por publicidade falaciosa,
 Se podia confiar nos outros e havia PALAVRA,
 Não havia carjacking ou bullying nas escolas,
 As pessoas se preocupavam mais com o ser do que com o ter,
 As crianças eram respeitadas nas escolas sem lavagens ao cérebro ou violadas na sua natural
 sensibilidade,
 Havia políticos ao serviço da Nação e não ao serviço dos seus bolsos e os dos amigalhaços,
 Uma fundação tinha uma intenção altruísta e não de camuflar tráfico de influências, diamantes, marfim
 etc.,
 O horário de trabalho não ia além das 48 horas semanais em vez das 65 horas que querem impor,
 Eram construídas escolas, liceus, centros de saúde, bairros sociais, hospitais, universidades, etc.,
 Os criminosos estavam nas cadeias em vez de ocuparem lugares de poder,
 Um aluno que fizesse a 4.ª classe sabia ler, escrever, fazer contas, e apontar onde ficava o Minho, o Algarve
 ou Timor,
 Ninguém concluía o 5.º ano do liceu, tirava uma licenciatura ou doutoramento por cunha de qualquer
 espécie, mas antes, tinha que mostrar o seu mérito,
 Portugal não tinha que andar a curvar a cerviz, frente a torcionários, por causa do petróleo como fazia
 esse primeiro-ministro Sócrates (apenas no nome), amante de ditadores (Hugo Chávez, Putin, José Eduardo dos
 Santos) em troca do petróleo manchado de sangue que lhe podiam proporcionar.*

Sem questionar o feminismo ou outros *ismos*: *antissionismo, antialentejanismo, antilourismo* (das loiras) todas as piadas são objeccionáveis por se basearem em estereótipos da sociedade, sejam eles humanos, animais ou até mesmo políticos, que não são uma nem outra coisa. Assim, depois de todas as pessoas defensoras desses “ismos” terem colocado as suas objeções porque são a favor do Obama ou do Bush, ou do Sócrates, porque se baseiam em estereótipos de mulher, de louras e louros, de alentejanos, de políticos e políticas (mas destas ainda há poucas), de judeus (e outras religiões como o cristianismo ou islamismo por ex.), de nacionalidades ou continentes de origem como com os africanos, os pobres, os ricos, os estudantes e os professores, os animais (mesmo aqueles que estão nas malas dos carros junto com a esposa ou esposo), verão o que fica: NADA. Acabava-se o humor. Ao reproduzir, a seguir, Maiakovski e Brecht, JC pretendia alertar que se sentia muito mais incomodado com a violência, gratuita ou não, com as imagens cheias de “*innuendo*” (insinuações) da TV, desde os telejornais às séries, pois essas são as armas de estupidificação globalizante que a todos corroem.

O humor, usa a linguagem dos estereótipos que não de ser substituídos com o tempo assim como a frase bota de elástico foi substituída por "cota". Desde a década de 1980 vira surgir a censura dissimulada em fundamentos razoáveis e aceitáveis, pretendendo sanitizar as mentes. Já o vira na Austrália quando o politicamente correto foi introduzido na linguagem em meados daquela década. Como tradutor profissional tivera de o seguir, mas como ser humano, inteligente (no sentido de pensante) recusava-o tanto hoje como ontem. Com o politicamente correto acabava-se o humor. Esse o cerne da questão que ninguém queria ver. Deve lutar-se contra a discriminação, em todas as suas formas, contra o assédio sexual, político e outros, lute-se contra a proposta nova norma europeia (trabalho até 68 horas semanais), lute-se contra o salário mínimo de miséria e de exploração (reminiscente do início da Revolução Industrial), contra as quotas ou falta delas nos elencos femininos do governo, contra a falta de acesso a pessoas com deficiências de qualquer tipo. Lute-se contra isso tudo mas deixem o humor de lado, a menos que seja difamatório (mas sem ser pelas normas norte-americanas), grosseiro, imoral, amoral. Quando se definira politicamente incorreto, é porque o politicamente correto é a forma mais fascista de sanitizar a língua, o pensamento e a vida em geral, criando uma sociedade assética e inócua. Todos iguais e cinzentos de acordo com a norma. Ninguém precisa de pensar nisto pois o futuro provará a sua veracidade melhor do que o Orwell alguma vez podia prever no 1984 ou outros ensaios semelhantes: a realidade já ultrapassou a ficção há muito. Quem primeiro o antecipou foi Maiakovski – poeta russo "suicidado" após a revolução de Lenine que escreveu ainda no início do século XX:

*Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu.
Como não sou judeu, não me incomodei.
No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista.
Como não sou comunista, não me incomodei.
No terceiro dia vieram e levaram meu vizinho católico.
Como não sou católico, não me incomodei.
No quarto dia, vieram e me levaram;
já não havia mais ninguém para reclamar..."*

Martin Niemöller, 1933, símbolo da resistência aos nazistas. (*Parodiando o pastor protestante Martin Niemöller, símbolo da resistência nazi*):

*"Primeiro eles roubaram nos sinais, mas não fui eu a vítima,
Depois incendiaram os ônibus, mas eu não estava neles;
Depois fecharam ruas, onde não moro;
Fecharam então o portão da favela, que não habito;*

*Em seguida arrastaram até a morte uma criança,
que não era meu filho..."*

Cláudio Humberto, 09 fev. 2007

*Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.
É PRECISO AGIR*

Bertold Brecht (1898-1956)

*Um passeio com Maiakovski
Na primeira noite
eles se aproximam
e colhem uma flor
de nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite,
já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles,
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a lua, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz
da garganta.
E porque não dissemos nada,*

já não podemos dizer nada.

Tudo que os outros disseram fizeram-no depois de ler Maiakovski. Incrível é que após mais de cem anos dessa lição, ainda nos encontremos tão desamparados, inermes e submetidos aos caprichos da ruína moral dos poderes governantes, que vampirizam o erário, aniquilam as instituições, e deixam aos cidadãos os ossos roídos e o direito ao silêncio: porque a palavra, há muito se tornou inútil! Agora, o politicamente correto ameaça o humor.

Não era só aqui que a situação se cifrava preocupante. Havia novos canudos, por encomenda, a passagem de todos os iletrados de qualquer nível do ensino, a massificação da ignorância nacional, o entorpecimento da mente através de uma programação subliminar, previamente preparada em gabinetes de psicologia de guerra. O alvo era a destruição dos pilares tradicionais da sociedade contemporânea portuguesa, incluindo a família, professores, juízes, médicos, militares e outras instituições. Visava um plano sabiamente arquitetado por maçonarias, Clube Bilderberg e outros usando como cabeça de turco essa divindade humana que acumulava funções com as de primeiro-ministro.

A ideia era criar uma sociedade dócil, massificada na sua ignorância através das “Novas Oportunidades” e de outros diplomas a “martelo”, incapaz de pensar, de argumentar, de discursar ou filosofar. Como os professores novos já pertenciam a essa “colheita”, em breve toda a nação portuguesa se regeria por esse protocolo entorpecente. Seria depois muito mais fácil, manipulá-los, enganá-los e explorá-los. Por outro lado, toda a sociedade iria depender economicamente do Estado para desenvolver os seus projetos e as suas atividades. Cada vez mais, a teia se enrolava em volta do pescoço de Portugal, como uma cascavel, sugando toda a vida e liberdade. Nem Salazar nem Orwell conseguiram conceber um plano tão maquiavélico. Jamais teriam os meios de o implementar. Perguntar-se-á, ninguém dá conta? Alguns darão, mas como não podem escrever livremente, nem os jornais ou telejornais aceitarium um discurso crítico destes, o povo fica sem acesso a essas opiniões divergentes. Incapaz sequer as equacionar. Dentro de uma ou duas gerações, Portugal terá a população mais dócil e manipulável de toda a Europa Ocidental. Todos diplomados, licenciados, mestrados, com diplomas de literacia, mas poucos saberão ler e escrever e menos ainda terão a capacidade de discernir ou pensar livre e criticamente. E a nova ditadura, instaurada agora sub-repticiamente como um vírus informático, esconder-se-á sob o manto diáfano da democracia.

4.2. DA INSULARIDADE E DA EMIGRAÇÃO AO TEMA DAS ALDEIAS

A vida na ilha de S. Miguel porfia na sua calma rotina, afetada por fortes ventos. De quando em vez não chove: cai água a potes cheios. Depois, passa e volta o sol, sem que as temperaturas baixem dos 12-13 °C de mínima enquanto as máximas andam pelos 16-18 °C. A ilha é sempre verde, seja inverno ou verão. O mar da costa norte, mais alteroso que o da costa sul, é sempre motivo para olhar para ele, quando a visibilidade o permite, para lá da janela do seu “castelo” onde tem o seu escritório. Uma vez por outra, no caminho para a escola da Maia há uma arriba, no começo da descida para a fajã, a desmoronar-se pela ação das chuvas. Passado um ou dois dias, uma trupe de cantoneiros da Junta de Freguesia, em grande azáfama, vai compor a falésia. Quando não andam no “*reparamento dos taludes*” cortam arbustos para que não ceifem mais espaço às estreitas ruas e estradas da ilha. O mesmo se pode dizer das ruas e estradas esburacadas, que regularmente levam a sua dose de gravilha ou de asfalto quente atirado às pazadas. A quantidade de chuva que cai, quando chove a sério, só surpreende por não fazer desmoronar mais escarpas. Aqui, os solos estão sempre encharcados, ao contrário do que se passa no Continente, onde a seca impera.

Entretanto, foi anunciado, com grande pompa e circunstância, que o Governo português contratou um advogado para analisar o processo de expulsão de portugueses do Canadá, dentre os quais muitos açorianos ilegais, segundo anunciou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral aos jornalistas no aeroporto de Lisboa (março 2006). O ministro falava antes de embarcar para o Canadá, onde teria encontros com os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Imigração daquele país para debater a questão dos cidadãos portugueses ilegais repatriados pelo governo de Otava. Volta a falar-se dos repatriados que o Canadá e EUA estão a devolver à procedência. Muitos deles são açorianos. Não se percebe bem o porquê de tanto falatório. Se estavam lá ilegais, que esperavam? Uma amnistia à velha portuguesa para se salvarem? É lírico ouvir na televisão que tinham pedido o estatuto de refugiado no Canadá? Refugiados de quê? Deste atraso de vida de país? Isso, que se saiba, ainda não se qualifica como direito fundamental. Por que deve o Estado ajudá-los? Não se entende...se fugissem da guerra e da violência sectária ou étnica, mas fugir dos Açores? Claro que é mais fácil emigrar do que estudar ou adquirir novas qualificações profissionais

JC sempre escrevera que os portugueses só eram bons a trabalhar no estrangeiro. Diziam-lhe que era por não terem condições em Portugal. As razões pareciam ser outras. Lera que mais de 80% dos empresários da última década tinha menos que o 9º ano de escolaridade e mais de 70% dos trabalhadores a antiga quarta classe.

Nem se comenta. Nem todos tiveram a sorte dum engenheiro Belmiro que alegadamente se acoplou com o que estava á sua guarda era dum ladrão dum banqueiro caído em desgraça aquando do 25 de Abril. Não admira

que seja um dos 500 mais ricos do mundo. Se qualquer um de nós tivesse um empurrão inicial daqueles, quem sabe onde estaria? Claro que é de louvar ter feito o seu curso com aulas noturnas enquanto trabalhava. Se dessem a todos uns milhões para começar a vida, alguns também seriam milionários.

Voltando à emigração, recorde-se a tragédia nos anos 1960 e 70 quando as pessoas tinham de fugir “a salto” para tentarem sobreviver à custa do seu trabalho braçal, numa Europa em crescimento carecida de mão de obra barata e silenciosa. Havia outros que se exilavam para lutarem contra o regime colonial da ditadura (Estado Novo).

Os que ora emigram fazem-no apenas porque se vive numa sociedade consumista cada vez mais exigente. Ninguém está para grandes sacrifícios. Lá fora ganha-se bem mais, para o mesmo trabalho indiferenciado e escravo que faziam aqui. Só não se entende porque é que aqueles açorianos não emigraram pela via normal e legal. Premeditadamente foram com vistos de turista, que há muito prescreveram. Deixaram-se ficar sempre na miragem duma amnistia. Ouvi-los falar de injustiça custa a engolir, tanto mais que criticam a falta de apoio portuguesa. Onde é que estiveram nos últimos trinta anos? Não sabem o que é e como funciona o Estado português? O mesmo que agora manda centenas de crianças de Elvas e locais limítrofes nascerem em Badajoz porque não compensa ter abertas maternidades no interior desertificado do país! Já imagino o problema burocrático daqui a uns anos quando não houver Acordo de Schengen. Onde nasceu? Em Badajoz? mostre-me a sua documentação. Tem autorização de residência neste país? Eu sou português, a minha mãe é que teve de ir ao lado de lá da fronteira para a maternidade. Pois se nasceu em Badajoz não pode ser português.... Se esse problema demorar tanto a resolver como o de alguns portugueses que por nascerem em Angola ficaram apátridas, bem podem esperar sentados.

Outra peculiaridade da insularidade açoriana foi constatada, há meses. Uma anciã partiu uma perna numa queda na remota e pouco acessível, ilha do Corvo. Era apenas uma das 380 pessoas que residem naqueles 17,13 km²

A ilha é pouco maior em tamanho do que Macau, no tempo de JC, que só tinha 16 km² e 400 mil habitantes. Bem menor do que Macau atual que já tem 27 km² e 449 mil almas. A pequena dimensão e o isolamento da ilha, provocado pela inexistência de um porto seguro, levaram ao desenvolvimento de uma sociedade agropastoril com padrões tradicionais. A recente melhoria das comunicações e transportes contribuiu para aumentar o bem-estar e o progresso da população. Curiosamente, é dos poucos sítios portugueses onde podem ainda observar-se nalgumas portas as típicas fechaduras de madeira com que, na falta de metal de outros tempos, se trancavam as portas das casas e palheiros. São semelhantes aos “carabelhos” transmontanos de antanho. Pois foi nessa simpática e pequena ínsula que a senhora resolveu cair. Para cúmulo do seu azar tinha mais de 80 anos. Lá estamos nós, de novo, às voltas com os problemas que os idosos causam a esta sociedade, envelhecida. Ainda há de ser pior. Obviamente que não tinha nada que andar a dar voltas, ou a trabalhar nos campos, ou a fazer o que quer que fosse. Nem tinha idade para estar com aquela idade naquele local. Não sabia que não havia meios e

cuidados de saúde na ilha para o caso de ter um acidente? Deveria ter-se precavido. Como não havia meios de transportar no avião normal, ficou uma semana em regime de espera. Então como haveria de subir os degraus para o avião? Se calhar nem havia cadeira de rodas disponível? Se não podia andar pelos seus próprios meios também não podia andar de avião.... Até que um maldito jornalista (lá estão eles, essa raça amaldiçoada de arruaceiros que só querem é criar confusão e mal-estar) descobriu o caso da autóctone anciã e veio com grandes parangonas para a comunicação social a criticar a TAP e a SATA (empresas de navegação aérea) por não levarem a senhora para outra ilha. Passado um dia, pressuroso sob a coação da comunicação social, lá foi um avião (ou seria helicóptero?) da Força Aérea buscar a senhora e tratar-lhe dos ossos partidos. Estão a ver como tudo se resolveu?

Não seria mais conveniente retirar esta idosa senhora e mais os 300 companheiros que ali vivem e metê-los assim a modos que numa cidade mais evoluída como Lisboa, num daqueles dormitórios como a Amadora ou o Barreiro?

O Estado deixava de subsidiar os voos para a ilha do Corvo. Como é do conhecimento geral não se justificam por serem altamente deficitários. O que se poupava no custo dos pequenos aviões, sua manutenção, necessidade de manter operacional o pequeno aeródromo, já dava para alguma coisita mesmo que não se saiba o quê. Porque não fazer o mesmo que às grávidas de Elvas? Mandá-las tratar-se aos EUA ou ao Canadá onde há tantos açorianos que podem ajudar. Juntavam-se e emigravam todos. Com os apoios que aquelas sociedades dão aos grupos étnicos minoritários, viveriam bem melhor do que no Corvo natal. Também podiam mudá-las todas para Lisboa para poderem ter hospitais e maternidades ali ao pé. Quem sabe se não haverá por aí um grupo privado interessado em abrir uma clínica privada com serviços maternoinfantis nas maternidades de todo o país que exaram ou estão para fechar? Falem com o Cheney, Rumsfeld e Bush que eles devem ter alguma ideia.

Mal sabia JC, na época em que escrevera aquelas linhas, que era exatamente isso que o então ministro da saúde, Correia de Campos, iria fazer logo a seguir a ter sido despejado do cargo de ministro. Vão ver que, quando a poeira assentar, ainda vão agradecer a este governo ter fechado 4500 escolas que quase não tinham gente e custavam tanto a manter. A poupança em professores, salas de aula, despesas de manutenção e sabe-se lá que mais, são medidas indispensáveis. Como toda a gente sabe, nessas aldeias só vivem velhos, reformados, desempregados e parasitas que teimam em cultivar uma horta de autossustento no seu quintal, vivendo assim à margem dos grandes hipermercados e da sociedade tecnologicamente evoluída das grandes urbes nacionais.

Primeiro cortaram-se as vias-férreas, que como todos recordam eram a principal causa de incêndios no verão quente de Portugal, por causa das fagulhas. Além de que os comboios eram inestéticos quando comparados com as vias rápidas, autoestradas e IC (Itinerários Complementares). Havia mesmo o perigo de as automotoras elétricas causarem uma fagulha, de acordo com alguns técnicos da REFER e da CP. Estes técnicos eram

daqueles que tinham ido a uma junta médica e dados como incapacitados para meses mais tarde serem chamados como peritos para a administração duma daquelas companhias estatais. Substituíram-se as ferrovias por transportes rodoviários, mas como as estradas eram más teve de se fazer um peditório a S. Bruxelas para construir estradas novas. Depois todos os transportes passaram a ser feitos por estrada a fim de unir o interior ao litoral. Como a CP, REFER e outros subgrupos daquelas não foram lesto, criaram-se novas empresas de camionagem e de transportes TIR para lucrarem com as estradas. A CP e a REFER da nossa aflição passaram a dar prejuízos incomensuráveis ao erário público, modernizavam a linha Porto – Lisboa, mas os comboios andavam à mesma velocidade que os “Foguete” dos anos 60. Como essa modernização nunca mais acabava, sempre a encontrar novas dificuldades e custos acrescidos, tiveram de inventar o TGV, o comboio para transportar espanhóis que iria segundo a, então líder da oposição, Manuela Ferreira Leite dar trabalho a cabo-verdianos e moldavos.

Mesmo assim, os casmurros dos transmontanos não se calavam a pedirem uma autoestrada. O fenómeno era, sobretudo, visível em Bragança, onde não havia um único quilómetro de autoestrada em funcionamento, mas dispunham de melhores ligações ao litoral espanhol do que ao português.

Desconhece-se se por detrás disto não haveria uma retaliação em virtude de D. Afonso IV (1325-57) ter confiscado os bens do mais velho dos seus irmãos ilegítimos, D. Afonso Sanches que moveu guerra ao monarca e invadiu Portugal pela fronteira de Bragança, pondo tudo a ferro e fogo. Ou então, porque na campanha de 1369, de Henrique I de Castela contra D. Fernando, Bragança ter sido dominada pelos castelhanos e só voltar à posse portuguesa com o tratado de Alcoutim em 1371.

A seguir acabaram com os CTT nas aldeias, que aquilo era uma maçada e não havia carteiros para andar lá pelos montes no meio de lobos e de nevões. Como hoje cada português tem mais do que um telemóvel, foi a vez de a Telecom deixar de reparar as linhas de telefone fixas que são uma chatice em Trás-os-Montes, Alentejo e sítios assim que ninguém sabe bem onde ficam.

Felizmente, as águas não mandaram cortar porque muitas dessas aldeias nunca tiveram água nem saneamento. A própria mãe-natureza encarregou-se de mandar vir uma seca das grandes e lá se foi a água. Depois foram esses velhos agricultores protestar a Lisboa com o Ministro da Agricultura por causa dos subsídios. Se tivessem optado pela modernização e saído das berças para as cidades já não andavam agora a pedir esmolas e subsídios. Basta deixarem ir para lá os espanhóis que eles mostram logo o que é cultivar. Depois até exportam para cá o que produziram nas terras que os portugueses não sabiam lavar.

Toda a gente sabe que os métodos tradicionais da agricultura em Portugal não dão sustento a ninguém desde que el-rei D. Dinis mandou plantar o pinhal de Leiria e introduziu uma espécie não-autóctone. Já nessa época o que vinha de fora parecia sempre melhor do que o que era nativo. Assim

se importou essa praga do pinheiro que arde depressa e bem e só serve para alimentar o negócio das fábricas de papel. Ao contrário do que é crença em Portugal, o que vem de fora são normalmente pragas. Não se refere aos espanhóis de 1580 a 1640.

Na Austrália, vira JC uma reedificação de cidades (Ballarat e Bendigo, estado de Vitória) onde em tempos houvera riqueza e milhares de garimpeiros. Até as tendas imundas e pobres dos chineses reconstruíram numa recriação autêntica da época. O ouro foi descoberto em 1851 em Poverty Point (ironicamente denominado Ponto da Pobreza) no ribeiro Canadian. No ano seguinte havia mais de 20 mil pessoas a escavarem os campos de ouro em Ballarat. Em 1855, havia 19 mil chineses na colónia de Vitória e dois anos mais tarde já existiam 26 mil desses trabalhadores. Eram odiados e perseguidos pelos colonos brancos.

Levara a sua filha para aprender um pouco da história australiana, numa das vezes que o fora visitar a Melbourne. Depois de conduzirem o carro até perto do local, compraram o bilhete simbólico para serem transportados numa linha de comboio centenária. Era mantida por um ex-maquinista que orgulhosamente conservava a circular a locomotiva e alguns vagões, sempre cheios de turistas em todas as épocas do ano. Cobravam uma taxa simbólica suficiente para sustentar a linha desativada. Houvesse em Portugal gente com aquela visão para se manterem algumas das linhas mais belas do mundo como a do Tua, ou a Pocinho a Barca d'Alva...ou as linhas do Vouga, do Tâmega e outras que desapareceram pela estupidez dos governantes em Lisboa. Claro que na Austrália haviam dado (ao ex-maquinista) uma concessão de 25 anos – sem custos nem impostos - para manter a linha. Ao longo de duas dezenas de quilómetros haviam-se desenvolvido algumas atividades paralelas, para além do belo parque natural numa das suas extremidades. Todo o acampamento mineiro fora mantido, nos edifícios que estavam em pé, labutavam (ou fingiam labutar nessa recriação permanente douras eras) pessoas vestidas à época da febre do ouro, cozinhando “scones”, fazendo chá, trabalhando no jornal, numa tipografia da época, que ora se limitava a emitir certificados decalcados douras eras com os nomes dos visitantes atuais. Havia a prisão e as quintas, carros de bois, o render da guarda e tudo o mais numa constante recriação do que fora a vida na época. A filha e o pai jamais esqueceriam aquele mergulho na história do século XIX no estado australiano de Vitória.

Mas em Portugal, tudo era diferente. Poucos estavam interessados em recriar o passado histórico e as gloriosas máquinas de caminho de ferro a vapor. Ignoravam que a ferrovia por entre alcantiladas margens do Douro e seus afluentes percorria algumas das mais belas paisagens do mundo. Isto era um país indiferente, amante do lucro rápido e do cimento, a que chamam progresso, sem respeito pelo valor incomensurável do passado e da sua riqueza histórica e patrimonial. A grandeza da História nada representava. Assim se perdia a paisagem protegida por deus e pela natureza, como se perdiam os castelos, as igrejas, os pelourinhos, e tantos outros monumentos abandonados ou deixados à sua triste sina de decadência forçada aguardando que a natureza tomasse conta deles e os ocultasse. Seria um legado para arqueólogos futuros os descobrirem...

Voltando ao problema das aldeias portuguesas, o melhor era, de facto, encerrá-las a todas. Depois criar-se-ia uma zona protegida, uma espécie de Parque natural de turismo rural em todo o interior do país. Um tipo de estufa para turista ver, onde se pudessem estudar as formas de vida primária anteriormente existentes no país. O Estado cobraria uma taxa aos turistas para visitarem. Não era isso que se fazia com os animais no zoológico? Como então, provavelmente já não haveria animais para mostrar (perdão, habitantes) poderiam contratar-se figurantes. Tal como se faz nas recriações históricas e feiras medievais, todos em trajos típicos da época. De igual modo, se poderia seguir esta orientação de despovoar ainda mais o interior, porque não compensava mantê-lo aberto, criando depois subsídios para um forte investimento em atrair turistas. Mostrar-se-iam as velhas aldeias abandonadas, recuperavam-se umas casas onde os turistas pudessem ficar a viver macaqueando os nativos. Já houve turistas que vieram a Portugal de férias e não saíram, tendo adquirido as casas abandonadas, reconvertido as mesmas com comodidades modernas, vulgo casas de banho, cozinhas, água corrente, aquecimento e outros luxos típicos do norte da Europa. Eram esses estrangeiros que estavam a mudar a paisagem e a ensinar aos portugueses que era possível conviverem com o passado e lucrarem com o mesmo. Já fora assim com alguns teares e fiações artesanais recuperados por holandeses, alemães, belgas e franceses...

Depois desta inovadora revolução populacional aproveitar-se-ia o efeito da novidade. Dera imenso resultado com os lisboetas a comprarem “montes” alentejanos. Atrair-se-iam cidadãos de várias outras regiões (num programa regional de formação profissional e de criação de emprego) para fazerem o mesmo nas regiões abandonadas de Trás-os-Montes, Beiras e Alentejo. A economia melhorava, incrementava-se o turismo interno em vez de se irem deixar divisas no Brasil e outros locais, onde se vai para se dizer que se é muito viajado. Os nativos dessas regiões podiam viver tranquilamente nos novos dormitórios de cimento do Porto e de Lisboa, em vez de passarem necessidades nas aldeias. Ficavam com a vantagem de estarem perto de hospitais e de centros de saúde onde poderiam ocupar os seus dias na infinda espera para serem atendidos por um médico de família.

Se os “tugas” fizerem isso criar-se-ão, também, novos empregos para guias turísticos. Iriam trabalhar nesses lugares, povoados perdidos em mapas que nunca ninguém abriu, em terriolas cujos nomes todos desconhecem. As tais aldeias do interior, que o Estado desabitara de autóctones, passariam a ser repovoadas por gente de posses e estrangeiros. Seria o seu momento de aburguesamento e passariam a entrar para a civilização, coisa que nenhum rei nem governante depois de 1143 havia conseguido. Essa ideia genial já foi iniciada pela autarquia de Alfândega da Fé em 2004 ao inaugurar escolas primárias reconvertidas em Turismo Rural nas aldeias de Sendim da Serra e Gouveia. Tiveram tanto sucesso que mais sete escolas foram reconvertidas. Incentivemos a construção civil. Toca a reverter escolas, hospitais, tribunais, casas dos cantoneiros. Transformemos este país num imenso hotel para turistas, pois habitantes não haverá em breve.

Em São Miguel, durante esse mês não faltaram romeiros pelas estradas, ora em grupos pequenos, de vinte ou trinta, ou em números bem maiores até perto da centena. A sua caminhada pelas estradas micalenses com paragem pelas igrejas em cada aldeia, vila ou povoado marcaram bem a preparação pascal que aqui assume significado diferente dos Caminhos de Santiago. Só numa noite o nosso senhorio tinha 25 romeiros para jantar dum grupo de mais de cem que aqui passava.

Depois, num excesso de zelo pascal, houve uma cena caricata em que se tentou, sem conseguir, que todos os alunos e professores fossem à missa no ginásio duma Escola da região. Isto passou-se no último dia do período escolar em abril de 2006 e não em 1946. Mas o bom senso prevaleceu sem represálias. Ainda bem, porque a seguir poderiam lembrar-se de substituir o retrato de César (Presidente do Governo Regional) pelo de Salazar, Carmona, Almirante Américo Tomás.... Afinal há ou não há liberdade religiosa neste Estado? Mais uma vez se confunde a religião maioritária e se descarta a separação entre religião e ensino oficial, isto sem falar no desrespeito às outras denominações religiosas. Mas nisto de tolerância (religiosa ou não) Portugal nunca deu cartas a ninguém...

Peculiaridades insulares, dirão alguns, ou uma tentativa de abuso extremo, diria JC, esse ateu. Pela educação que tivera havia quem o quisesse considerar agnóstico, incrêu, não-crente ou crente não praticante. JC iria demorar muito tempo (gerações?) a fazer entender a toda a gente que acreditava no multiculturalismo. Era um confesso defensor do mesmo. Continuaria a sê-lo, apesar do 11 de setembro em Nova Iorque e do 11 de março em Madrid, e outras datas anti-islâmicas. Não implicava que fosse um simpatizante (antes pelo contrário) dos islamitas, mas respeitava (ou tentava respeitar) todos os que não eram fundamentalistas, qualquer que fosse a sua religião, credo, raça ou preferência sexual.

Sabia também (e por vezes retraía-se de falar abertamente) que tal opção o colocava numa minoria. Todos sabemos como são perigosas as minorias para a estabilidade de um Estado soberano. Usa-se normalmente um qualquer método para se silenciarem de vez, para não atingirem o estádio de minorias silenciosas. Todas as minorias são perigosas. *A maioria só descansa quando absoluta. Assim, em vez de liderar, pode dirigir e comandar todo um país, guiando-o e indicando-lhe (um pouco à semelhança da Democracia Dirigida de Suharto, na Indonésia) o rumo a seguir. Só a maioria esclarecida e iluminada, que as maiorias absolutas tendem a ser, pode ajudar o povo e dar-lhe o que é melhor para ele.*

4.3. RECORDANDO O LICEU

A entrada de JC para o liceu fora traumática pela radical mudança de local, de ambiente e metodologias. Nessa época havia poucos psicólogos e a sua erudição era ainda considerada embrionária e pouco científica. Por esse motivo nunca ninguém se importou com o trauma das crianças obrigadas a mudar sem que lhes seja explicado o motivo de forma a reduzir a desambientação. Nessa época ainda se não tinham inventado os direitos da criança. Esta não era tida nem achada mesmo que fosse para o seu bem-estar, nem nessa idade nem na puberdade, nem mais tarde quando se decidia ainda o seu futuro académico. Coincidiu a entrada no Liceu com a mudança de casa para outra zona do Porto, ainda na hiperfreguesia de Paranhos. A vivenda onde viviam era antiga e tinha algumas deficiências estruturais que o tempo acentuava. Há muito que a sua mãe vinha clamando que seria melhor mudar para uma casa mais pequena e mais fácil de lidar do que aquela de três andares e um quintal. Assim passaram para um andar com quatro quartos, cozinha, quarto de criada (como se chamava então), uma pequena varanda com WC, vista para o quintal do andar de baixo e para um enorme pátio interior de garagens das traseiras.

A Rua chamava-se bucolicamente do Campo Lindo. Os campos e quintas na época estavam a mais de quinhentos metros nas imediações da Igreja de Paranhos. Fora muitos anos antes da construção da VCI (Via de Cintura Interna) que acabaria de vez com os campos. Trouxera cimento, betão, asfalto e viadutos para as verdes paisagens. Mais acima ficava a Rua de Vale Formoso que contrastava com a Rua de Lindo Vale, paralela à anterior Rua de Maria Pia onde vivera e a Costa Cabral. Os nomes “formosos” e “lindos” perseguiram-no.

Teria pouco mais de nove anos quando mudaram (1959) e a sua irmã andaria pelos quatro. A princípio achara a zona mais atrasada do que a anterior. Quase não havia lojas nem cafés nas imediações. A calma da anterior rua fora permutada pelo constante rodar do elétrico n.º 8/Paranhos, que terminava a sua carreira ao fim da rua. A linha era única. Bifurcava ao cimo da rua onde um elétrico parava e esperava pelo outro. Passava ali também o único autocarro que, naquela época, seguia para a Maia. Mesmo a rua tinha pouco movimento, ao contrário do que se passa atualmente (funciona como desvio da VCI, da Arca de Água e da Igreja de Paranhos). Era uma rua secundária e sem trânsito. Em frente à nova casa, havia um Palacete de finais do século XIX, que fora habitado pela família Barbot antes de ficar deserto. Mais tarde, seria convertido em Centro de Educação Especial. Tinha sido palco de sessões de fotografia de JC para mandar às dezenas de correspondentes no estrangeiro (*pen pals* se chamavam na época). Nesta fase estaria contaminado por uma falsa mania das grandezas, esse fogo-fátuo das aparências e tentava impressionar as suas correspondentes de

além-mar. Era uma renda só em selos para o estrangeiro que lhe consumia grande parte da mesada. Nunca tivera grandes amigos nas redondezas. Os seus primos direitos viviam a uns 200 metros de distância perto do palacete da avó deles, que mais tarde o tio converteria num prédio de quatro andares de apartamentos. Entretanto, haveriam de viver muitos anos no número 150 da mesma rua mesmo em frente a outro Palacete do Dr. Vitorino Leão. Um dos filhos deste médico seria um dos seus, poucos e bons, amigos de longa data, tendo feito a tropa com ele em Timor. Outros irmãos foram alunos de sua mãe. Havia duas jovens atraentes nas redondezas. Faziam trepidar todos os jovens da sua idade. Nunca tivera sorte com nenhuma delas. Ainda bem, que a vida afetiva das “*piquenas*” era algo que não se pode qualificar de propriamente proba. Uma delas, era filha dum advogado com fama de vigarista e a outra, filha duma professora (separada, divorciada ou mãe solteira?) colega da sua mãe, que sempre sonhara casar rica, não olhando a meios. Não se sabia se havia conseguido os seus intentos ou se se limitara a trocar a sua beleza atraente por umas meras iludências.

Mudemos, por instantes, da vida sexual das vizinhas do Porto para a ilha de S. Miguel. Aqui, nesta remota costa norte, existem muitas coisas positivas. A vizinha em frente acaba de bater à porta, já noite alta para os locais a dizer para mover o carro para o sítio preferido. As outras viaturas que ocupavam o espaço favorito já tinham ido embora.... Ao chegar a casa, vindo de Ponta Delgada, estacionara quase ao fundo a rua pois havia tratores e vários carros à porta de casa.

Trouxe-lhe à lembrança uma cena passada em 1968. Será melhor começar a descrever os vizinhos da sua casa de infância em mais pormenor. Começando pelo seu prédio, era propriedade dum arquiteto conhecido da família, de origem transmontana de Urrós, Mogadouro [entre Bemposta e Sendim de Miranda] lá para os lados da fronteira mais oriental do Nordeste. Tinha construído o prédio para a família.

No rés do chão viveu, até falecer, a mãe do arquiteto. Em 2008 vivia um neto a quem este não se coibia de cobrar renda atualizada. JC e família viviam no 1º andar. No 2º andar, havia uma família fidalga, quase falida, de apelido Santa-Martha. O dono do prédio, a mulher e os três filhos habitavam no 3º e 4º andar. Uma das características que mais marcara JC naquela parte de cima do prédio, era a existência de um enorme salão quase totalmente recheado com uma gigantesca rede de comboios elétricos, que fazia as suas delícias. Para a frente da casa, uma sala de música onde aprendera a gostar de Bob Dylan, Joan Baez e tantos outros sons contestatários do início da década de 60. No terraço existia, então, uma pequena piscina onde também iam nadar sempre que podiam. Claro que este acrescento do 4º andar e da piscina eram ilegais. O tio de JC, arquiteto e diretor de urbanismo na Câmara, estava sempre a ameaçar mandar lá os fiscais. Ninguém lhe perdoaria se ele fizesse cumprir a lei.

Do lado esquerdo da casa, havia meia dúzia de prédios mais antigos, habitados por pessoas de poucas posses.

Ali estavam sediadas uma drogaria, uma mercearia e uma confeitaria pomposamente chamada Brasília embora nada tivesse a ver com o país irmão. O dono desta era um “engenhocas” falhado que tinha acabado de inventar um ecrã protetor capaz de dar cor à televisão a preto e branco...Depois, o inventor desapareceu da região e a Brasília deu lugar a uma outra confeitaria denominada Universal, sem qualquer relação com o vizinho Cineteatro Vale Formoso. Este cineteatro passou na década de 1990 para as mãos da, também Universal, Igreja do Reino de Deus. Já há muito deixara de ser um cinema de bairro para passar a exibir filmes pornográficos antes de se reconverter em antro religioso. Isto se não se considerar como autêntica pornografia o roubo descarado desta seita aos seus acólitos.

Do lado direito da casa (para quem está voltado para a rua), havia melhor vizinhança.

No r/c contíguo vivia o Pinto de Almeida, um fala-barato, vendedor de qualquer coisa que ora não recorda. No andar de cima, havia os pais do João “Cabeçudo” assim denominado por ter uma cabeça desproporcionada em relação ao corpo. No último andar havia um engenheiro transmontano (de Sabrosa) de apelido Serôdio. Viria a ser notícia no seio da família em 1969. JC resolvera ir dar uma volta no carro dos pais (obviamente não estavam em casa e não lhe haviam emprestado as chaves da viatura). Quando chegou, o vizinho tinha posto o seu BMW 600/Isetta no lugar em que JC deveria colocar o carro do seu pai. Já era quase meia-noite quando pedira à sua irmã para ir a casa do vizinho explicar-lhe a situação. E o senhor lá veio, de roupão e chinelas mudar o carro para ele estacionar...ainda hoje, passados quase 40 anos sobre o evento, a sua irmã gostava de lhe recordar em público tal incidente.

Hoje já ninguém pode parar à porta daquela casa no Porto, nem sequer se conhecem os vizinhos e jamais se esperaria deles algo mais que um bom-dia se a tal ajudar a educação que tiveram...mudam-se os tempos. Esse BMW Isetta era um carro espantoso.

A irmã do seu tio arquiteto namorava na época, com o atual marido, que tinha outro carro ainda mais sensacional. Era tão leve que quase se pegava ao colo. Tratava-se duma invenção germânica, como a anterior. Mais pequeno, menos potente e mais leve. Surpreendia toda a gente porque se locomovia embora soasse a uma motorizada e não a um carro. Recordava esse carro de 2 cilindros e 15 CV apenas. Quisera um igual quando fosse grande. O Goggomobil fora assim batizado em honra dum sobrinho do presidente da companhia que os fabricava, Hans Glas, cujo diminutivo era “Goggi”. Daqui resultou Goggi's Mobile (minicarro) ou Goggomobil. Era um pequeno veículo de sucesso devido a ser um autêntico carro em miniatura e não uma motorizada.

Não obstante os eventuais traumas causados por esta mudança de casa e zona residencial, JC fora um aluno acima da média nos dois primeiros anos (atual 5º e 6º) do Liceu Alexandre Herculano na Avenida Camilo, Porto.

A 31 de janeiro de 1916, o então Presidente da República, Bernardino Machado, presidiu à cerimônia do lançamento da primeira pedra do edifício concebido pelo célebre arquiteto português Marques da Silva. O novo liceu começou a ser frequentado a partir do ano letivo de 1921/22, contemplando inicialmente 28 salas de aula, laboratórios, gabinetes e salas específicas para Física e Química; salas especiais para Ciências, Geografia, Desenho e Música; biblioteca e anfiteatro para espetáculos (Teatro e, mais tarde, Cinema). Havia 5 pátios de recreio, um pátio de desporto, 3 ginásios, piscina, cozinha e refeitórios, sanitários, gabinetes médicos, sala de professores, gabinete do médico escolar e 3 "habitações" para o reitor, para o chefe de secretaria e para o tarefeiro (cf. Relatório anual do Liceu 1934/35). No início da década de 1960, por iniciativa do Reitor Martinho Vaz Pires, acrescentaram-se 8 salas de aulas para garantirem um aumento à previsão inicial de 800 alunos, distribuídos pelos cursos Geral e Complementar dos Liceus (Letras e Ciências). As únicas alterações verificaram-se nas salas que passaram de 28 para 36 e na construção de uma capela destinada, nas palavras do Reitor, "aos pais que acompanhavam os filhos aos exames". Desde a sua origem em 1906, até ao ano de 1933 a frequência fora mista. A partir de 1933 seria só masculina, o que mudaria de novo após a Revolução dos Cravos.

As memórias de professores liceais na vida de JC são escassas, mas não podia deixar de referir aquilo que considerara sempre uma injustiça que o marcara profundamente e ao seu caráter probo. O Morais Sarmiento, que era professor de História, obrigava os melhores alunos a terem explicações privativas com ele para subirem de nota. Sendo um aluno acima da média, era inacreditável ter de pagar para subir uma nota que o seu mérito deveria outorgar. Outro professor que lhe deixou uma má impressão foi um Henrique (qualquer coisa) de Sá, parente das suas primas do Azinhoso. Um dia expulsou-o injustamente da sala de aula de Matemática por qualquer razão, que achara infundada e da qual se não recorda. Fora a sua única falta disciplinar, a manchar a sua exemplar carreira liceal em oito anos do Liceu. Fora desmerecida. O professor de Música (então designado Canto Coral) achava que JC tinha uma ótima primeira voz até completar 12 anos. Por isso gravou, em 1961, um disco, single, de 45 rpm em casa do seu tio. Apenas se recordava do tema principal "*Et maintenant*" de Gilbert Bécaud) e dois cânticos ("*carols*") de Natal. Fora escolhido como aluno modelo daquela turma e ali estava ele em todas as aulas na primeira fila a mostrar aos outros que era melhor que eles nalguma coisa. Na voz. Iria fazer dela uma arma mortífera, anos mais tarde, quando ingressara na rádio. Tremendamente frustrante foi a mudança de voz no ano seguinte que o impediu de ser o melhor em qualquer coisa.... Dos restantes *profs*, pouco, ou nada, sobra nos arquivos mortos da memória. Havia a professora de Português, monstruosamente grande e gorda. Recebera o afetivo cognome de "carro de assalto". Da professora de Francês apanhava boleias com ela e com as filhas que estudavam no Liceu Rainha Santa Isabel. O professor de Moral, salvo erro o Padre Brochado, tinha a mania de fazer sabatinas e de dar "santinhos" aos melhores e mais rápidos a disparar os conhecimentos

religiosos. Dos profs de Inglês não guardava qualquer memória, assim como dos de Desenho, matéria tenebrosa para um mal-amanhado como ele, igualmente desajeitado a Física e Química. Todas as outras disciplinas e professores foram apagados com tinta indelével. Não obstante tentar não se recordava.

O caminho de ida e vinda para o liceu era demorado. Quando não apanhava um elétrico n.º 8 na Rua do Campo Lindo, ou um n.º 7 ou 7/ (lia-se sete com traço) na Rua de Vale Formoso, ia sozinho a pé até à esquina da Rua de Antero de Quental com a Rua da Constituição (10-15 minutos). Depois teria de tomar outro carro elétrico da linha 20 até à Praça do Marquês de Pombal. Aí, finalmente, entrava no n.º 15 até Silva Tapada ou 15/ Antas que o levava mesmo até ao Bonfim. Daqui eram mais 200 metros, a pé, até ao Liceu na Avenida Camilo. De elétrico a viagem demorava mais de uma hora e tal, se não houvesse atrasos e a coordenação de horários fosse bem feita. Hoje em dia era impensável um aluno sujeitar-se a tal rotina lenta e demorada. Poucos eram transportados de carro nessa época. Por aquele Liceu passaram nomes bem-soantes da praça portuguesa destinados a ministérios vários e alta finança.

Depois de algum tempo começara a ter boleia regular numa viatura dos Bombeiros disponibilizada ao Vice-presidente da Câmara Municipal do Porto (Eng.º Veiga de Faria) ou ao vereador Barbot, pais de colegas seus. Ia a pé (eram só 10-15 minutos) ter a casa deles, na Rua de Faria Guimarães (ambas as vivendas foram já demolidas e substituídas por prédios) e o carro dos Bombeiros levava-os ao Liceu. Adoravam um momento especial na viagem quotidiana. O carro dava um salto, com as quatro rodas no ar, quando acelerava na descida da Avenida Fernão de Magalhães, mais ou menos onde há agora o Hotel Vila Galé Porto. Parecia que o estômago ia para o tejadilho do carro. Nunca se esquecera dessa sensação matinal tão agradável. Quase regurgitava o pequeno-almoço como se fosse herbívoro.

Outras vezes, apanhava boleia da professora de Francês que morava na esquina das ruas de Faria Guimarães e António Cândido e levava as filhas ao Rainha Santa. Este Liceu ficava quase ao lado do Alexandre Herculano. Era para lá que os jovens cheios de testosterona iam ver a saída das meninas. Quando podiam e a “bófia” (PSP - Policia de Segurança Pública) os deixava, pois estava ali só para os enxotar, como varejeiras em busca de carne crua. Dizem que em Lisboa a cena era diferente. No Porto, de severos costumes, não se misturaram os jovens dos dois sexos em estabelecimentos de

ensino, até à Revolução dos Cravos em abril de 1974. Assim crescera. O fruto proibido tinha sempre uma atração e desejo maiores.

Havia sido o mais novo a entrar na escola primária com 6 anos e o mais novo no liceu, ainda com 9 anos, o que para além de ser um recorde para a época o deixava bastante orgulhoso. As turmas tinham cerca de 30 alunos. Aos 11 anos estava já no terceiro ano. Até ao quinto ano do liceu fora excelente em Francês e Inglês (o que não admira se tivermos em conta que frequentava um curso de línguas privado e tinha com quem praticar em casa). Era bastante bom a História e a Geografia. A Português, curiosamente, era um aluno que raramente passava do 10.... Nas outras disciplinas mostrava dificuldades em Desenho, Matemática, Física e Química.

No ano em que chegou ao liceu, chegaram ao Porto os primeiros troleicarros (1959), que funcionavam na Avenida Rodrigues de Freitas (à porta do Rainha Santa Isabel e por detrás do Alexandre Herculano). Iam até à Baixa e depois até Massarelos. Foi uma loucura pois toda a gente queria experimentar aquele novo meio de transporte, bem silencioso em relação aos velhos carros elétricos.

Eram pintados de vermelho escuro e com o tejadilho cinza, sendo fabricados em Inglaterra pela BUT (British United Trolley) com chassis Leyland e motor elétrico de 99 kW (135 CV) Metropolitan-Vickers. Tinham duas portas e podiam transportar até 55 passageiros, 32 sentados. A primeira encomenda de 20 tróleis chegara ao Porto durante o início de 1959 e resistiriam até 1992. Acabariam em 1997 quando se extinguiu a última linha (#49) entre o Mercado do Bulhão e o Hospital de S. João, vítimas dum progresso impiedoso que preferiu a maior poluição e menor produtividade dos autocarros aos elétricos e tróleis.

4.4. ENTRETENIMENTOS EM 1960

A rádio era uma companhia habitual nos seus tempos de liceu. JC tinha um pequeno rádio de galena com uns auscultadores do tempo da 2ª Grande Guerra, herdados do seu pai e da sua tia (irmã mais nova dele) quando eram locutores na Rádio Renascença. A galena era uma coisa bem pequena numa época em que os transístores ainda não tinham invadido o mercado e tornado a rádio verdadeiramente democrática para a população. Ter rádio era ter *status*. Era um instrumento elitista dos que queriam cultivar-se e manter-se informados.

Nessa galena ouvia o programa 23ª hora na Rádio Renascença, todas as noites, antes de se deitar. Realizado por Joaquim Pedro, Matos Maia, João Pedro Baptista (o trio criador), João Martins, Armando Marques Ferreira e Fernando Curado Ribeiro. Mais tarde contaria com José Corte Real. Era nesse programa que em 1966 surgia o "5 minutos de Jazz" do José Duarte, e que ainda existe em 2008. Havia também o programa PBX de Carlos Cruz e Fialho Gouveia no RCP em 1967.

Os outros entretenimentos eram poucos, jogar às cartas (King, canasta e paciências), dominó, Monopólio. Quando era pequeno, passava horas a olhar para o pequeno ecrã. Não perguntem porquê. A mira técnica até tinha um parente a que se chamava ironicamente "*Pedimos desculpa por esta interrupção. O programa segue dentro de momentos*", que tinha o diminutivo de "*Olha, partiu-se a fita outra vez!*" Esses tempos de TV eram parques e insípidos. Havia o Pedro Homem de Mello com o seu programa de folclore e a sua voz afetada, companheiro de nascença do seu pai em Afife.

O engenheiro Sousa Veloso da TV Rural sempre sorridente com o seu capachinho na cabeça durou trinta anos. Depois, caiu no esquecimento até ser repescado para anúncios em 2007-2009.

Alguns dos pesadelos da infância foram povoados por este senhor que interpelava JC a meio dos sonhos com a sua característica voz a falar paulatinamente de colheitas. Os mais jovens detestavam-no. Os desenhos animados na televisão vinham sempre a seguir à TV Rural, e tinham de assistir ao programa do Sr. Eng.º, desesperando pelo seu fim, à medida que se ia desenvolvendo dentro de cada jovem um sentimento que ainda não se conhecia bem. Chegara a odiar o Eng.º Sousa Veloso, desejava que desaparecesse para não haver mais TV Rural antes dos desenhos animados e sem ter de ouvir a frase mítica: "*Despeço-me com amizade até ao próximo programa.*"

Durante essa década a programação infantil assumiu um papel mais forte na televisão e junto do público. A equipa que levou este projeto a bom porto tinha nomes que hoje são uma referência e que

então fizeram maravilhas. Deles evocam-se João Lobo Antunes e Júlio Isidro. Foi com eles que JC aprendera a jogar melhor Xadrez...

Apareceram, entretanto, as séries míticas, como "Os Vingadores", "Missão: Impossível", ou o favorito de todos: "Bonanza", que marcaram profundamente os anos 60. Quem não se lembra de Robin dos Bosques? Havia ainda um extremamente jovem Roger Moore no inesquecível e irresistível "Santo" (Simon Templar) com o seu mirabolante Volvo P2 (1962-1969) ou ainda no papel principal em "Ivanhoe"

Jamais olvidada, por razões que nunca soubera explicar naquela época, a série australiana (1960-61) "Whiplash"

Peter Graves (mais tarde o ator principal da Missão Impossível) desempenhava o papel de Christopher Cobb que vivia em pleno deserto australiano no século XIX. Contava a história do norte-americano Christopher Cobb e a sua criação de gado na Austrália da primeira carreira de carruagens na Nova Gales do Sul. Mais tarde foi outra série de sucesso australiana, "Skippy, the Bush Kangaroo" e a estrela era Skippy, um Eastern Grey Kangaroo, num fictício Waratah National Park (baseado e rodado no real Ku-ring-gai Chase National Park a norte de Sidney). As histórias eram centradas nas criaturas e nos perigos das suas aventuras no mato australiano. A música de guião fora composta por by Eric Jupp e ainda hoje é reconhecida mundialmente.

Longe estava, então, JC de saber que o seu percurso terreno o haveria de impelir para aquelas paragens...

António Lopes Ribeiro e António Melo eram os rostos de um programa mítico que ficou no coração de muitos portugueses: Museu do Cinema (1957-1975). Jornalista, produtor, realizador, homem de teatro e tantas outras coisas, António Lopes Ribeiro apoiou a primeira obra de Manoel de Oliveira "Aniki Bobó." Mítica era a sua frase do "diz Boa-Noite, António" e o António Melo lá balbuciava "boa noute".

Ao domingo havia sempre a missa em direto, que antecipava a sacramental pergunta, "posso ficar a ver a missa na TV? hoje não me estou a sentir muito bem...". A educação sexual era inexistente, as conversas com os pais sobre estes assuntos eram tabus. As dicas de colegas eram fantasiosas e mais pareciam inspirar-se em descrições dos Lusíadas e daquilo altamente erótico que se lia na História Trágico-Marítima Portuguesa. Esta era aliás uma excelente fonte de inspiração lendo o que os cafres faziam às jovens donzelas europeias que supliciavam. Sempre quisera ser um cafre. A televisão era censurada e nada de erótico ou sensual se via. Uns fugazes beijos sem erotismo e jamais cenas de sexo. Também os filmes eram censurados. Para a sua idade havia apenas os filmes para maiores de 12 anos. Havia em casa de seus pais alguns livros ilustrados do século XIX que detalhavam as mulheres de cada região portuguesa e outras coisas do género. Nas praias os jovens ainda usavam fatos de banho com alças e elas usavam um conjunto completo. A inexperiência era substituída pelo engenho e imaginação. "A lógica pura arruína a vida do espírito" já dizia Saint Exupéry. As raparigas da escola

industrial Filipa de Vilhena tinham fama de serem malandras. Quando não ia lá bastava sentar-se à secretária, no seu quarto, a fingir que estudava enquanto as estudava na paragem do elétrico mesmo em frente. De vez em quando, com o pretexto de ir ver a caixa do correio, vinha cá a baixo ao rés do chão falar com elas. Nessa altura já a viúva dum meio-irmão da sua avó paterna vivia no rés do chão. Como era “cuscas” estava sempre à janela ou a abrir a portinhola de vidro da porta para ver quem entrava ou saía, quem é que estava com ele. Essa tia-avó nunca mereceria a sua simpatia em grande parte por essa atitude intrometida e bisbilhoteira. Em 1973, aquando do seu primeiro casamento, já essa tia estava muito mal e tinham feito planos para se mudarem para aquela casa. Ela resistiu a tudo e ainda veio a conhecer a sua segunda mulher em 1980 e a sua filha em 1986. Depois, ainda duraria mais uns anos. Numa altura em que ainda se não usavam câmaras de televisão para efeitos de segurança nada melhor do que aquela tia para manter a casa segura.

O primeiro café da zona com o belo nome Cenáculo abriu - se a memória não falha - em 1961. O nome evocava quer a Grécia Antiga quer os grandes debates filosóficos entre os escritores do final do século XIX. Era muito frequentado pelos estudantes de Medicina da zona e mais tarde por JC. Criou-se uma verdadeira tertúlia de casais, como os seus pais, que geraram hábitos e mesas fixas. Curiosamente, e mau grado muitos dos originais membros terem falecido, ainda se mantém essa rotina, quarenta e cinco anos mais tarde, conforme a sua mãe de 85 anos e amigas bem atestam. Tomava-se um café depois do almoço, depois a tarde ia escorrendo e as pessoas iam ficando para o lanche. Durante muitos anos, na fase final do liceu e na universidade, passara ali muitas tardes a estudar, sozinho ou acompanhado, a ver quem entrava e saía ou ocasionalmente a jogar bilhar na cave sordidamente escura e insalubre. Por vezes, era este o sítio onde se trazia uma namorada nova para impressionar o pessoal. A sua mãe, um certo dia, dissera-lhe para não trazer mais nenhuma que já nem os nomes conseguia fixar quanto mais as caras delas.

Uma das suas habituais fugas a esta rotina era a de ir ensaiar, ainda nos tempos de liceu, com um grupo de música rock muito *soft* que tinha o piroso nome de "Fantasmas do Ritmo" constituído por JC na voz, pelo Jorge Alvarez na bateria e por um primo deste, o António Jorge Martins, no piano. Mais tarde acrescentaram-se as guitarras e violas elétricas, mas já JC desistira de ser vocalista dada a sua total nulidade para a função. Fizera, com mais sucesso, a gestão dum grupo musical que levara a atuar na Igreja de Cristo-Rei, pedindo emprestada a aparelhagem de som a um primo, dono duma loja da especialidade. A *Babs & Cia.*, como era conhecida a banda tinha uma vocalista feminina (a Bárbara, coisa raríssima na época) que era a principal atração desses concertos para jovens, apadrinhados pelos padres franciscanos de Cristo-Rei. JC ficava por detrás dos cortinados do palco a movimentar o órgão de luzes e a consola sonora. A atração pelo espetáculo fazia-se sentir.

A sua avó paterna continuava a sua (crê-se que infeliz) vida sem um queixume, remetida ao conforto do seu quarto onde tricotava ou crocheta, quando não jogava uma das muitas paciências de cartas que a entretinham. À medida que os anos passavam iam falhando (morrendo) amigas e primas. Saía menos ou vinham-na buscar menos vezes. Quando lhe apetecia tocar piano lá ia para casa da filha mais velha, na mesma rua, tirar o pó à pianola. Há muito desistira de ensinar aos netos algo mais que uma ou outra nota solta duma qualquer canção popular da época. Muitos anos depois da sua morte descobriu-se um livrinho no qual apontava todas as despesas que fazia com a escassa mesada que o filho (pai de JC) lhe dava. Nesse livrinho até os poucos selos gastos em cartas para o Brasil para o filho mais velho (que nunca a veio ver e raras vezes lhe escreveu) estavam apontados, além dos novelos de lã e fio de tricotar. Tinha medo que alguém a acusasse de gastadora! Deve ter sofrido com essas privações nos derradeiros anos de vida, limitada a estar presente como uma estranha na casa do filho e da nora e com umas breves fugas até à casa das filhas.

Pode ter tido os seus defeitos, nunca foi habituada a trabalhar nem a fazer nada, de repente perdeu o marido, a fortuna e viu-se dependente do segundo filho com quem foi viver. Enquanto isso, o resto da sua família deleitava-se com os despojos da fortuna. JC pensara nesta problemática um certo dia, já nos Açores. Decidira que tinha o dever de acrescentar estas linhas, mesmo que a mãe discordasse e apresentasse as suas razões, já sobejamente conhecidas. Sabia-se que deve igualmente ter sido um tormento para a sua mãe recém-casada ir viver com as picuinhas e manias de grandeza e de sangue-azul da sogra e das cunhadas. Também não deve ter sido pera doce. Nunca, antes, tentara ver como devia ser difícil a vida da sua avó sem autonomia, sem dinheiro, sem teto seu. Sempre dependente dos outros e das suas vontades. Mesmo assim guardava dela a melhor das memórias e a forma como o seu pai conseguira balançar e gerir a presença da avó e da mãe sob um mesmo teto. Aliás, algures nestes escritos, dirá que o mesmo se passara com outra pessoa. A sua avó materna fizera o mesmo à sogra dela. Pode ser genético, esperava não o herdar.

A irmã de JC tem uma leitura diferente dos eventos, em parte por, atualmente, estar muito na linha seguidista da mãe. Por outro lado, era demasiado pequena à data da morte da avó paterna (11 anos) para ter sido influenciada por ela. Mas a irmã de JC pensa isto agora numa época em que a sua visão da vida é bem distinta. JC recordava-se bem dela como uma extraordinária irmã que sempre fora. Compincha, dedicada e abnegada, sempre pronta a encobrir os “feitos” do irmão. Muitas vezes, apesar de frequentar o círculo de amigos do irmão, não podia acompanhá-los, mas nunca se insurgia nem protestava. Era o verdadeiro exemplo de irmã que se podia desejar. JC nunca o esquecera. Sempre pronta a ajudar e intervir apesar de ser cinco anos e meio mais nova. Sem a irmã, JC nunca poderia ter feito o que fez. Mais tarde, as coisas e as pessoas mudaram, mas a recordação da irmã até esta ter 21 anos, era recheada de momentos de verdadeiro companheirismo e

fraternidade. Que se registre. Bem se recordava do seu apoio quando se separara da mulher no “anno horribilis de 1975” e fora viver, de novo, com os pais.

Voltando aos estudos, no quinto ano do liceu (1963-64) JC passara o ano a Letras e chumbara a Ciências. Neste período dos 13-15 anos só pensava no sexo oposto. Na altura era saudável e politicamente correto. Esses pensamentos (para o bem e para o mal) o iriam acompanhar durante grande parte da sua vida. Demasiadas hormonas, diriam agora. Caso chumbasse nesse ano, o pai prometera que o ia meter a marçano na mercearia do Sr. José e do Sr. Manuel (mesmo ao lado da casa). Acabara por não ter coragem para tão tremendo castigo. Metera-o num colégio externo (Grande Colégio Universal, Rua da Boavista). Ainda tivera a oportunidade de dizer ao pai, 25 anos mais tarde (1988), que tinha cometido um erro ao não ter a coragem de o mandar para marçano uns tempos. Teria aprendido humildade e trabalho. O Grande Colégio Universal era um colégio de rapazes (naquela época, recorde-se, não havia colégios nem liceus mistos no Porto) bastante rígido e entregue a padres com a fama de exigentes. Isto ajudou e permitiu que passasse de ano. Raras são as recordações desse ano exceto ter-se estreado a jogar bilhar "snooker" num café da esquina da Rua da Boavista e da Praça da República, hábito que se iria prolongar por mais dois anos até terminar o liceu. Raramente pegara num taco de bilhar depois disso.

Um dos professores que mais o marcara nesta fase (dois últimos anos do liceu) foi exatamente o de Religião e Moral, Padre Mário de Oliveira, mais tarde conhecido como o Padre da Lixa, preso pela PIDE pouco depois e autor de vários livros contestatários da linha oficial do Vaticano. Este padre não fazia sabatinas como o velho Padre Brochado do outro liceu. Falava de temas que compreendiam e lhes interessavam. Estava sempre muita gente à porta do seu quarto num anexo do (atual) Hospital Infantil de Maria Pia a tentar falar com ele. As aulas eram partilhadas com o despertar duma consciência cívica e política que mais tarde viria a marcar a sua vida.

Durante esta fase aconteceu outro facto traumático (1966). Morreu a sua avó paterna a quem estava tão profundamente ligado. Sentira um ruído, de noite. Pensara que fosse o vizinho de cima a atirar as botas de caça para o chão. Na manhã seguinte constatariam que tinha sido a avó a cair. Tentara levantar-se, caíra fulminada e ali ficou inanimada a noite toda. Hoje, sentia remorsos por não ter ido ver.

Essa morte marcou-o de várias maneiras, bem mais que outras que já tinham ocorrido no seio da família. Abandonara a fase religiosa. Tornara-se ateu. Bloqueara essa fase da juventude e apagara-a da sua mente.

Apetecia-lhe esquecer tudo aquilo. Sentia que a vida era demasiado injusta. Perdera o seu primeiro baluarte sólido. Lembrava-se das vezes sem fim que estivera com essa avó paterna a jogar às cartas (era perita em paciências). Doutras vezes viam postais ilustrados do fim do século XIX. Liam os postais que o avô lhe escrevera, numa técnica que nunca vira repetida: redigia no sentido horizontal e depois tornava a garatujar sobreposto no sentido vertical...ouvira muitas fábulas da vida de ricos que tinha tido (e muito o influenciaram) mas raramente ouvira uma queixa.

A avó quando se sentia mal ia para casa da filha onde tinha a pianola que gostava de tocar.

Este enorme piano tinha um sistema mecânico que permitia tocar pautas pré-impresas em metal (tipo Braille) e como não cabia no apartamento para onde se mudaram em 1959 acabou por ir para a casa da irmã do seu pai. Sabe-se que era muito criticada pela nora por não trabalhar nem saber fazer nada, mas fora assim que nascera e crescera, mantendo calado dentro de si o desgosto de nunca mais ter visto o filho que fora para o Brasil em férias ainda jovem. Lá ficara para sempre, sem nunca a vir ver, nem para ela conhecer os netos mais velhos. JC os iria visitar no Rio em 1994.

Fora essa avó que lhe inculcava o orgulho na família (o sangue da família é sempre mais espesso que a água e vem à tona), nas memórias coletivas que fazem da língua e da cultura esta herança que transportava. Sempre o apoiara e (muitas vezes) o encobrira. Estava sempre lá, ao seu lado, quando era preciso, ao passo que os pais raramente estavam lá ou falavam com ele, fruto do trabalho que tinham, da sua educação e do seu feitio.

Esta influência foi decisiva na sua educação (e bem cara lhe havia de custar, pelas emendas que teria de fazer ao seu rumo de vida). Marcara-o nos anos decisivos do crescimento, motivada sobretudo pela ausência anímica dos pais sempre obcecados em trabalharem mais com o fito de darem, aos filhos, uma vida melhor, mas descurando toda a afetividade de que era tão carente. A presença constante da avó nesses anos formativos fora essencial também para mais tarde ter tantos desgostos como tivera. Até para viver em busca do materialismo que viria a caracterizar os primeiros quarenta e cinco anos de vida. Mas nem por isso deixava de ter por ela uma adoração ilimitada. Recordava tanto momento bom que lhe proporcionara na infância. Afinal, esses momentos são os que se guardam para evocar em idades mais maduras.

Depois do seu enterro, o seu pai decretara uma semana (ou mais) de luto profundo. Nem as persianas se levantavam nem se podia ligar o rádio ao almoço para escutar os Parodiantes de Lisboa nos Emissores Associados de Lisboa, ou então o folhetim do Tide que vinha seguir ao noticiário da hora do almoço e que a sua mãe gostava de ouvir. Parecia um velório dentro de casa, silêncio que não era entrecortado sequer por suspiros e ais, pois esses eram sinais de fraqueza e ali não havia fracos.

As recordações do Colégio Universal podem ser poucas, mas cumprira a sua missão: passara a secção de Ciências do Curso Geral dos Liceus (antigo 5º ano, atual 9º). Fora finalmente para o sexto ano (primeiro ano e penúltimo do velho Curso Complementar dos Liceus, atual 10º) com 15 anos e mudara para outro liceu, o então denominado Liceu Normal de D. Manuel II (hoje Rodrigues de Freitas). Era lá que eram colocados em estágio os professores acabados de formar. Na vizinhança havia também outro liceu feminino, Carolina Michaëlis, que mais tarde a sua irmã iria frequentar com o bônus da atração das suas colegas bastante talentosas. Lembrava-se bem de a ir buscar no carro do pai e aproveitar para trazer todas as colegas "giras" e depois levá-las a casa sempre na esperança de as convidar para uma festa ou um "convívio". Das eleitas algumas serviram muitas vezes para tapar furos ou "tampas", graças a essas boleias de sábado de manhã (sim, nessa época ainda havia aulas aos sábados até ao meio-dia). Os políciais bem os mandavam circular e pediam para não estarem parados. Como era legítimo ir buscar uma pessoa de família a polícia nada podia fazer pois nem sequer comprovavam a família das pessoas que metiam nos carros.

Era um divertimento sociocultural de relevo, esse de ir buscar as pequenas à saída dos liceus. Houve uma fase em que se ia a correr da saída do Colégio Nossa Senhora da Paz (no Marquês de Pombal) ou do Colégio do Rosário (na Avenida da Boavista) para depois vir a tempo da saída do Liceu Carolina Michaëlis. Costumavam variar de carro. Pediam automóveis aos primos, amigos e outros familiares para irem sempre em veículos diferentes e impressionar mais as jovens. Já se sabia que estas primeiras impressões podiam ser muito positivas. Claro que ser um pinga-amor bonito sempre ajudava. Não o dizer seria falsa humildade. Além do mais, o facto de dar boleias às colegas da mana sempre ajudava a abrir a porta dos pais mais "caretas" relativamente ao convívio entre sexos. Eventualmente recebiam-se uns convites para entrar ou para jantar. Nunca se sabia o que dali adviria. Tivera muitas mães a fazerem convites destes para o pretexto de criar empatia com as filhas delas na mira de um bom casamento. Nunca fora muito nessa cantiga para desgosto das ditas mães. Essas atividades casamenteiras para um jovem poeta sonhador estavam longe de qualquer tergiversação. O amor devia ser um sentimento entre jovens e não uma imposição de preferências paternas ou maternas.

David Mourão-Ferreira foi uma presença constante na RTP. Em 1964 havia apresentado "Hospital das Letras", em 68 retomava o diálogo em "Imagens da Poesia Europeia", sempre agarrado ao seu cachimbo. Hoje não poderia apresentar o seu programa. Em 1969, um homem apaixonado pela palavra, culto e comunicador nato, Vitorino Nemésio, assinava na RTP um programa mágico: "Se Bem Me Lembro". Um programa de conversas que o viria tornar bem popular. E a sua presença, tão natural na televisão, enganava mesmo - era uma absoluta estreia de Nemésio frente às câmaras. Mas o tempo viria a torná-lo, com justiça, uma presença assídua e importante. Outra data histórica foi 8 de janeiro de 1969: a conselho de Ramiro Valadão, o Prof. Dr. Marcello Caetano avança para as câmaras, e surge em casa dos portugueses a falar num programa com um absoluto, mas dissimulado objetivo político. "Conversas em Família". Uma indigestão, a estreia da TV em

Portugal para propaganda de Estado. Nesse ano, em maio, quando em Houston se preparavam para revolucionar a história do Homem no espaço, em Portugal a "revolução" era feita mesmo em frente às câmaras. Raul Solnado, Carlos Cruz e Fialho Gouveia, com Luís Andrade na realização, criavam o "Zip-Zip". Um dos programas mais influentes da televisão portuguesa, e mesmo na história do país.

Nele tomou parte JC, colaborador da sua versão radiofónica "Tempo ZIP" (1970: Carlos Cruz, Zé Fialho Gouveia, José Nuno Martins, João Paulo Guerra). Uma grande coroa de glória ter colaborado regularmente naquele programa de atração e popularidade universais.

JC começara a fumar às escondidas. Primeiro Ritz, depois Estoril ou Sintra (sempre gostara de cigarros de filtro branco). Era um fumador ocasional fruto da pressão dos pares. Começara com a mania dos isqueiros. Um dia fora multado pela polícia com autoridade para os apreender a quem não tivesse licença de uso e porte de isqueiro.... Muita gente hoje pode não saber, mas no Portugal Salazarista (especificamente entre 1937 e 1970), para ter um isqueiro era preciso ter licença de uso. Tal qual a licença de uso e porte de arma.... Atuavam diversos "caçadores de multas" a tentar apanhar todos os que acendiam o isqueirozito e não eram portadores da respetiva licença. O Decreto-lei 28219 de novembro de 1937 era para proteção da Fosforeira, com o monopólio da fabricação de fósforos. A licença de isqueiro foi abolida em maio de 1970. Quanto ao regime político que criou leis tão extraordinárias como a licença de isqueiro, foi abolido a 25 de Abril de 1974. Os caçadores de multas andavam à paisana. Tinham de estar sempre precavidos num café pois qualquer um podia ser fiscal e ganhar a sua "comissão". A licença (nunca a tivera) era uma imponente folha de papel finíssima que dizia: "República Portuguesa - Licença de Isqueiro"! Salazar quisera sempre proteger os fósforos, da "Fosforeira Nacional", os "amorfos", como constava da caixa de muito fina madeira onde eram vendidos. Se alguém não apresentasse a referida licença ao ser interpelado por um "fiscal de isqueiros" ou por um polícia, sujeitava-se ao pagamento de uma multa e à apreensão do acendedor. No verso do documento de autorização de uso do isqueiro havia a referência aos "delinquentes". Portanto, todo o lume que escapasse ao monopólio da Fosforeira, pagava licença. Um tipo até podia ser abordado na rua por um fulano que, redobrando a aba do casaco, dizia: --- Fiscal! Ora venha de lá a licenciãzinha! Consta que a única solução para a multa era acender sempre o isqueiro "debaixo de telha". A licença, passada por uma Repartição de Finanças, era nominal, o que significava que um mesmo isqueiro não podia ser utilizado por outra pessoa sem que esta tivesse uma licença para o utilizar. E não era nada barata.

Mais tarde, no dia em que fizera 21 anos de idade após o jantar, enquanto ainda estavam sentados à mesa, o pai oferecera-lhe um cigarro SG-Ventil dizendo que já podia fumar. Nessa altura sacara do seu maço de Estoril do bolso e dissera “*obrigado, pai, mas prefiro dos meus*”. Ao contrário de muitos jovens de hoje mal sabia o que era beber. Em casa o pai autorizara-o a beber o equivalente a um dedal de vinho misturado com água durante uma refeição ao dia. Nem se recordava sequer se gostara ou não. Aquilo sabia apenas a água e nem teria notado a diferença, mas fazia-o sentir mais homem.

Esses dois anos finais do curso liceal decorreram sem grandes dificuldades exceto ter começado a namorar aos 16 com alguém que a família não considerava ser compatível com os seus pergaminhos. Ela vivia bem longe. Correspondiam-se às escondidas pois ela era mais velha uns seis anos. As cartas iam para casa de primos e amigos. Depois eram escondidas em locais mais ou menos difíceis de descobrir. Até um dia em que o seu pai descobrira um dos tacos do parquet do chão um pouco desequilibrado. Por baixo dos tacos começou a descobrir cartas de quentes declarações amorosas. Este namoro estava condenado por várias razões. A diferença de idade era grande. Quando tudo começou tinha 15 e ela 21. Estava no liceu e ela na Faculdade de Letras de Coimbra. Claro que aquela paixão que ela sentia era anormal. Ele não o via assim, antes pelo contrário, sentia-se o maior com uma mulher mais velha a fazer-lhe a corte. Era bom para a imagem, para o ego e sabe-se lá para que mais. Havia outro fator contra, era prima direita do marido duma das primas do Azinhoso. Vinha duma família com a reputação de ter uma moral contrária aos bons costumes. Constava que o pai dela e a cunhada (irmã da mãe dela), enfim intrigas e escárnio. Tudo isto eram boas razões ou ingredientes para o namoro continuar. Havia oposição dos pais e da prima comum. JC lembrava-se bem de estar em férias na aldeia (Eucísia) e ela ir num táxi visitá-lo (uma viagem que demorava na altura mais de duas horas e custava um balúrdio). Depois eram os telefonemas infundáveis e as cartas diárias, o gosto e o incentivo pelos seus escritos poéticos de adolescente. Vivia no Solar dos Pimentéis então ainda em pé e imponente.

Ela fazia viagens ao Porto às escondidas de todos. Com a sua proverbial falta de sorte acabavam sempre por ser descobertas. Passara a encontrar-se com ela em casa doutros primos que viviam no Porto. Mal entrara na Faculdade começara a ir todos os fins de semana a Coimbra à boleia ou de comboio. Fora muitas vezes com o falecido oftalmologista Rufino Ribeiro. O filho (Paulo) frequentava a faculdade em Coimbra e mais tarde seria seu oftalmologista (1996). Uma vez chegara mesmo a ficar em "Repúblicas" de estudantes para poder passar o fim de semana em festas, no Jardim Botânico ou na Quinta das Lágrimas.

Claro que para ir para Coimbra sem levantar suspeitas tivera de inventar uma história sólida. Como se dava bem com um parente Dom Francisco Bernardo, Conde da Azenha (título criado a 27 de setembro de 1852) que era da sua idade e andava em engenharia, resolvera improvisar. Passara a dizer que ia para a quinta dele, fazendo depois uma detalhada descrição dos salões da sua casa senhorial sem jamais lá ter ido nem saber bem onde ficava. Lá para os lados ou perto de Vizela. Pensava JC que estava encontrado o amor da sua vida, dado ter sido o primeiro duradouro, mas nem sequer se recorda por quê e quando acabou ou quem o terminou.

4.5. JORNALISMO, UM APRENDIZ DE FEITICEIRO

Em 1967 começara JC a sua longa carreira de jornalista da forma mais casual possível ao fazer a reportagem do Circuito Internacional de Vila Real e da Fórmula 3. Vendera um exclusivo à Rádio Renascença para quem haveria de trabalhar até sair de Portugal em 1973. A história começa duma

forma bem mais prosaica. Estava convidado em Vila Real pelo seu tio que era à data Diretor Clínico do Hospital e responsável médico pela prova.

Calmamente assistiam na bancada principal às provas quando se deu um grande acidente com um corredor chamado Tim Cash, segundo a reminiscência que guarda do incidente. Como falava bem inglês, fora chamado para servir de intérprete. Acabara a entrevistar o acidentado, gravando tudo no seu portátil que já o acompanhava nesses dias para toda a parte. Quando saíra do hospital era lógico que todos quieram saber o que se passava (o homem salvou-se) e limitara-se a ver quem lhe oferecia mais pela fita (naqueles tempos ainda não havia cassetes). Ganhou a alta soma de 500\$00 pelo feito.

Mais tarde cingira-se a escrever para a Rádio Renascença numa clara demonstração de saber aproveitar as oportunidades. Oferecera-se para colaborar com eles em futuras provas. A RR achara que o jovem JC tinha pinta e dignaram-se aceitá-lo como colaborador de automobilismo para a Zona Norte. Foi trabalhar com o célebre e popular programa Página 1 de José Manuel Nunes, com colaboradores como Joaquim Amaral Marques, Adelino Gomes, Pedro Castelo. Era o programa de rádio mais ouvido e logo à primeira tentativa tinha entrado. Viriam a ser notáveis as coberturas que faziam dos eventos desportivos a norte do país.

Curiosamente, uma das notícias mais importantes que transmitira fora a morte de Otis Redding, num desastre de aviação em 10 de dezembro de 1967. Isto porque não se usavam frequentemente telexes (quem se lembra deles hoje?) e JC passava a vida a ouvir estações piratas como a Rádio Caroline, Rádio Luxemburg, onde tinham acabado de dar a notícia. Nessa altura as notícias do mundo demoravam dias a chegar às redações dos jornais e das rádios. Não só nessa época.

Mais tarde, em plena década de 1990, ainda enviava os seus despachos para a agência Lusa, para a Rádio Macau (TDM - RTP) e, mais tarde, para o jornal Público através de telex. Tinha de os ir enviar à baixa de Sidney. Chegava a Lisboa e ao jornal, provavelmente, com mais de um dia e meio de atraso.

O sistema de reportagem foi-o desenvolvendo e melhorando ao longo dos tempos, sem lições de ninguém porque nunca fora feito antes. Inicialmente não lhe pagavam nada, depois começaram a pagar as despesas, gasolina, telefones e alimentação. Por fim, já tinha uma avença e pagava aos seus colaboradores em cada prova. Era um dos dois maiores sonhos da sua juventude: ser advogado e seguir a carreira diplomática ou ser jornalista. Desde os 12 ou 13 anos que sonhava com essas profissões. Este já cá cantava, da outra desistiria. Viria a não diplomaticamente acabar por dar muitas voltas ao mundo sem ser advogado.

Numa primeira fase fazia a cobertura de eventos motorizados com o seu melhor amigo e piloto de competição em ralis, o Taka e ocasionalmente um primo ou um amigo juntava-se a eles. Iam ver as classificativas cronometradas mais importantes e seguiam em busca dum telefone para dar os tempos desse troço cronometrado. A seguir começaram a ter mais de um carro para fazer a cobertura e podiam ter várias equipas a transmitir os dados à medida que os concorrentes iam percorrendo os vários troços. Era a verdadeira cobertura em direto e ao vivo. Já nessa época se vivia com muita intensidade a febre dos Ralis em Portugal. Havia gente em todos os montes e serras, fosse a que hora fosse. Por mais ermo e deserto que fosse o local havia lá gente.

Nos primeiros anos o que os identificava perante os polícias era um cartão retangular prensado com a palavra PRESS a branco sobre fundo vermelho. Depois mandaram imprimir autocolantes com a identificação da estação emissora e do programa. Havia um gravador portátil de cassetes e um par de auscultadores de estúdio para as entrevistas, à partida e à chegada, com uns fios esquisitos que serviam para transmitir o som através do telefone. Reportagem na hora com meios improvisados e inventados por jovens como ele. Uma vida excitante para um adolescente que lhe permitia não só contactar com todos os pilotos, como com os organizadores, equipas de assistência, e com as jovens que eram atraídas para este tipo de eventos. Que mais podia desejar? Isto tudo e ainda lhe pagavam para ouvir a sua voz na rádio.

Foram, anos e anos sempre a correr, vividos intensamente entre ralis e treinos num velho Opel Kapitän 1958 ou num Volvo "Marreca" PV 544 de 1959 percorrendo tudo o que era estrada municipal ou caminhos de cabras. Uma vez numa florestal, perto de Gondarém (à saída de Viana do Castelo), saíra uma manada de vacas à sua frente e quase que embatiam num pelourinho. Raramente saíram da estrada. Exceção feita ao primeiro rali de iniciados que fizeram em que depois de partirem de Santa Luzia (Viana do Castelo, de novo) embateram fortemente com um penedo. O motor ficou no lugar do pendura e a roda sobressalente veio para o seu lugar. O carro ficou com a frente desfeita. JC teve umas equimoses e hematomas nas costas, os quais depois de devidamente tratados no hospital de Viana nunca viriam a ser do conhecimento de ninguém. Tão abalado ficara com o acidente que saíra do carro a correr a cantarolar, sem razão aparente, "Corre Nina" do Paulo de Carvalho, para logo a seguir voltar para tentar desligar o corta-corrente com medo de que deflagrasse um incêndio.

O seu pai desesperava quando ia sair com o Taka de carro, e recusava deitar-se até JC chegar. Pois bem, se na maior parte das vezes, a noitada não excedia as duas da manhã, muitas vezes houve em que quase chegavam ao amanhecer. O pai ficava na salinha da televisão, a ler, ou a dormir, fumando cigarro atrás de cigarro, incapaz de adormecer sem ter a certeza de que o filho chegava são e salvo. Bem deve ter passado as passas do Algarve enquanto JC estava nesta fase difícil. Muitas vezes quando tentava meter a chave na fechadura já lá estava o pai vindo do escuro a abrir a porta e a ralar-lhe. Foram anos e anos assim, não estudava o suficiente e só se dedicava a carros e a namoricos e havia

longas tertúlias com amigos como o José António Salcedo, que viria a reencontrar quase quarenta anos depois, em que se debatia filosofia, a vida, religião e a humanidade.

Ao longo dos cinco anos seguintes percorreram Portugal (mais de um milhão de quilómetros era a estimativa da época) por estradas que nunca nenhum cristão visitara. Numa das vezes entraram numa aldeia cujo nome foi esquecido (algures entre Vimioso e Miranda, talvez Outeiro) onde nunca viatura motorizada alguma entrara até então pela porta do seu castelo. A população veio toda à rua aplaudir e fazer perguntas. Muitos nunca tinham visto um carro em toda a sua vida pois jamais haviam saído de lá. Estava-se nos anos 60 e era como se estivessem em plena Idade Média. Nas estradas mais recônditas de Trás-os-Montes raramente se encontrava movimento, para além de uma ou outra viatura pachorrenta com a sua carga ou um trator dos que começaram a surgir em Portugal por essa década. Muitas vezes iam para sítios em que nem um café existia. Noutros não havia telefones públicos. Ainda se não tinham inventado os telemóveis e a rede dos TLP, futura Telecom, era ainda incipiente nas zonas mais remotas de Portugal.

O perigo maior nessas estradas transmontanas, beirãs ou minhotas, eram os burros, as carroças ou os carros de bois e pouco mais. Ainda havia simpáticos cantoneiros a acenarem nas estradas e a cortarem as ervas das bermas. Até hoje muitas dessas estradas jamais viram outro cantoneiro e as casas dos cantoneiros estão infelizmente destruídas, desabitadas e em ruínas. Podiam até ter sido aproveitadas para pequenas unidades de turismo se alguém quisesse ou tivesse visão, mas isso era pedir muito aos portugueses. É um verdadeiro sacrilégio ver o abandono a que foram votados tantos ícones numa era em que o que existia e funcionava bem foi substituído por outras estruturas mais modernas, mas que não funcionam. ***O desbaratar de riquezas sempre foi apanágio deste país que viveu sempre à custa dos outros, primeiro das especiarias, dos escravos, do ouro do Brasil e mais recentemente dos subsídios de Bruxelas.*** É uma dor de alma viajar em pleno começo do século XXI e ver pombais abandonados, casas de cantoneiros, estações da velha C.P. destruídas, com um valioso espólio, incluindo azulejos maravilhosos, ao abandono com as velhas pontes (algumas delas notáveis obras de arquitetura) e os ramais dos caminhos de ferro servindo para criar mato. É criminoso perderem-se as vias de pequena bitola onde dantes circulavam ronceiros os comboios que estabeleciam o contacto entre o Portugal profundo e os centros de poder. Ignóbil Estado este que assim delapida património da Humanidade!

Hoje as estradas, municipais e secundárias, estão em bem pior estado do que estavam naquela época. JC fizera centenas de milhares de quilómetros, entre 1996 e 2005, por estradas secundárias que percorrera na década de sessenta. Vira-as definharem sem melhoramentos de espécie alguma, com um ou outro remendo de alcatrão, a maior parte delas esburacada e sem manutenção de qualquer espécie, enquanto as juntas de freguesia

locais e o novo IEP (Instituto de Estradas de Portugal) se digladiam a ver de quem é a competência de limpeza das mesmas.

Voltando à Rádio Renascença e ao automobilismo, JC e amigos iam acompanhando ralis e outras provas de velocidade. As últimas, em cuja cobertura estivera, foram nos Circuitos de Vila Real e de Vila do Conde onde, com o Pedro Roriz, ajudaram o já falecido José Fialho Gouveia na reportagem para a RTP. Ali tiveram o, também já falecido, Adriano Cerqueira a ajudar a contar as voltas ao circuito. Sim, porque naquele tempo ainda não se usavam computadores para contar as voltas. Havia cronómetros para calcular os tempos pois a organização ainda não dispunha de meios para facultar tais dados durante a prova. O Adriano havia acabado de regressar de África onde fizera o serviço militar e estava deseioso de se meter no automobilismo. Mais tarde seria ele, durante décadas, a face do automobilismo na RTP. JC teria a oportunidade de voltar a trabalhar com ele no Circuito de Macau em 1981 e 1982.

*Cenas a registar deste período de automobilismo, para além das provas em que entrara com o seu grande amigo "Taka", aliás de seu cognome completo "Takatakata" (Ludgero Carvalho de Abreu) quer no seu BMC Mini 1000 e num Cooper S 1275 cc, ou no seu Ford Escort Cosworth Lotus 1600, existem muitas. Convirá aqui referir que Joel Azara era o autor dos desenhos animados ou banda desenhada maravilhosa do piloto kamikaze **Takatakata**. Um piloto de óculos, desajeitado, desafortunado e persistente sempre nas suas missões kamikaze, tal como o seu amigo em treinos de ralis. Uma das primeiras provas em que entraram com o Lotus fora no campeonato nacional de iniciados 1971 organizado pelo clube Estrela e Vigorosa Sport, dirigido por Matos Chaves e Luiz Canedo (falecido em 2005). Boas recordações dos perigos que corriam naquela época. Uma noite, num reconhecimento ao pé de Entre-os-Rios, ficaram com o carro suspenso numa curva. Só se ouvia o som das águas lá em baixo. Quando a manhã surgiu viram onde estavam. Foram salvos (humilhação das humilhações!) por um carro de bois que os retirou do precipício. Chegaram a casa pelas oito da manhã quando todas as famílias já tinham corrido os hospitais e a polícia a saber deles.*

Outra vez, no Minho, na região da Serra da Cabreira quando tentava pedir a alguém que o deixasse utilizar o telefone fixo (ainda não havia telemóveis naqueles dias) foram recebidos com uma carga de tiros de caçadeira que mal lhes deu tempo de correrem para o carro e pôr-se em fuga. Isso viria a dar-lhe a luminosa ideia de passarem a ter telefones de campanha instalados nas provas cronometradas (no início e fim dos troços) o que foi feito pela primeira vez nos ralis e provas de velocidade. Passavam a ter um ascendente enorme sobre os restantes repórteres com o envio em tempo real dos resultados dos troços cronometrados. Fora a primeira vez, no mundo, que se procedera assim. Ainda neste período (talvez em 1971) no velho Estádio das Antas puseram, pela primeira vez, um microfone dentro do carro, enquanto o então campeão nacional (Francisco "Xico" Santos) dava

as suas voltas à oval do estádio. Foi também a primeira vez no mundo que se utilizou um meio de transmissão radiofónica dum carro em prova, coisa que hoje é banal com as câmaras de vídeo e imagem a serem colocadas em todos os pontos das pistas e nos carros. Talvez tenha sido a coisa mais inovadora que JC fez em toda a vida.

Era comum faltar às aulas na universidade e ir acordar o Taka para tomarem café a Guimarães, almoçarem em Valença e dar um salto ao Gerês. Convém lembrar que nessa altura era nas velhinhas estradas nacionais, estreitas e cheias de curvas, passando por tudo que era aldeia e lugarejo, que se faziam as viagens. Uma média superior a 30 km/h não era nada má. Uma viagem do Porto a Vila Real fazia-se num tempo recorde de duas horas (eles fizeram-no em 92 minutos) para pouco mais de cem quilómetros. Uma ida do Porto a Lisboa, antes da autoestrada, era uma proeza para mais de três horas e meia (fizeram-no em duas horas e dez minutos). Os condutores “normais” chegavam a demorar cinco horas ou mais. Arrepiava-se hoje de pensar nessas viagens. Outras vezes aproveitavam feriados como o do 1º de dezembro (princípio dos nevões de inverno) para irem dar uma volta maior. Normalmente era até ao Gerês para verem o espetáculo das primeiras neves do ano, ou até ao Alvão e Marão. Outras vezes iam mais longe.

Assim aconteceu em 1970 quando levara o Taka e um primo a Trás-os-Montes passando por Vila Real, Bragança, Vimioso, Azinhoso, seguindo depois até à Serra da Estrela. Dessa vez ficaram a dormir no Azinhoso, depois de terem passado a reta de Vale da Madre (antes de chegar a Mogadouro) a mais de 120 km/h no Austin Cooper S já debaixo dum forte nevão. Na Serra da Estrela, sem terem correntes para os pneus, a tarefa de chegar às Penhas foi difícil e envolveu um auto atropelamento. Um deles ficava na curva a dizer se o Taka podia tentar subir. Como o gelo era muito, o seu primo foi apanhado pelo capô do Mini e foi a deslizar estrada abaixo durante vários metros. Lá chegaram ao cume perante o ar incrédulo de todos os outros automobilistas devidamente equipados para aquele clima. O pior foi que não conseguiram dormir em sítio nenhum pois não havia vagas. Nem a sua canção do bandido a uma empregada de mesa serviu para dar direito a um teto num quarto de pensão. Foram para o alto da gélida cidade da Covilhã junto ao cemitério, e tentaram dormir alguma coisa sem morrerem de frio. De duas em duas horas tinham de ligar a *chauffage* do carro para se aquecerem minimamente pois não tinham levado roupa especial. Uma noite inesquecível da qual se lembrava sempre que passava pela Covilhã. Ali estivera em maio 1969 com o Teatro Universitário na estreia da peça de Lope de Vega "*Fuenteovejuna*".

Embora as suas notas de admissão à Faculdade fossem excelentes, a mudança de tipo de ensino foi (de novo) traumatizante pois custou-lhe imenso a adaptar ao novo ritmo e às exigências de trabalho. Sentia que era apenas mais um número e não uma pessoa como estava habituado a ser tratado no liceu. Aqui cada um era

deixado à sua sorte e que se desenrascasse. Começara com atividades extracurriculares tais como o Teatro, do qual tinha já dois anos de experiência liceal.

A sua estreia pelo TUP (Teatro Universitário do Porto) ocorreu a 22 de abril de 1969 sem a presença dos seus pais que jamais o incentivaram em qualquer das suas atividades extracurriculares. Tiveram, depois, uma digressão à Covilhã e outra a Coimbra onde presenciaram os incidentes estudantis com a PIDE a abater um estudante e o chefe da PIDE (um tal Figueiredo) na primeira fila a ver se eram todos subversivos (só alguns, diria JC dissimulando-se na sombra para não ser descoberto).

Nesse período tivera o prazer de ouvir o Mário Viegas dizer poemas seus numa sessão no TUP, depois dos ensaios (daquelas em que tomavam parte o Zeca Afonso, o Manuel Freire, e outros). Foi uma grande honra pois pressentia-se que o Mário Viegas iria longe (faleceu em 1996) na sua arte de declamação que o levou a altos voos, vários discos, programas na rádio e TV. Um dos textos que ele lera constava do primeiro volume de poesia de JC publicado em livro (*edição de autor, Crónica do Quotidiano Inútil, maio 1972*). Fora também nesta fase da vida que começara a saber melhor o que custa trabalhar pois empregara-se em “*part-time*” na Crediverbo. Vendera Enciclopédias Verbo e outros livros entre novembro 1970 e março 1971, com algum sucesso financeiro.

4.6. A SOCIEDADE DA TRETA

Hoje, vive-se numa sociedade de treta ou parafraseando Harry G. Frankfurt “*On Bullshit*”. Esta característica é a mais nova adjetivação da sociedade atual. A treta (*bullshit*) é mais perigosa e insidiosa que as mentiras, pois, que está nas tintas para a verdade. Está de tal modo generalizada e entrincheirada nos discursos dos políticos e dos fazedores de ideias que dificilmente a extirparão. Trata-se duma nova regra socialmente aceite por todos, escondendo dos destinatários aquilo que o seu autor ambiciona. Tendo sido inicialmente utilizada pelos responsáveis de marketing e de relações públicas para vender, passou a ser utilizada por toda a gente mesmo sem intenções de vendas. Toda a gente tem opinião esclarecida sobre tudo, mesmo que nada saiba sobre o assunto. Agora, em jornais e telejornais todos são comentadores. Todos opinam sobre tudo e mais alguma coisa, mesmo que não detenham nenhuma formação ou conhecimentos específicos sobre a matéria. A hipocrisia passou a substituir a busca da verdade e a defesa dos interesses de Estado. Já não se ouvem ministros dizerem o que é melhor para o país, mas apenas o que pode servir os seus interesses e dos grupos que os alimentam. Cada vez mais o que se lê nos jornais tem de ser posto em causa. Assiste-se a jogos de futebol com comentadores que não sabem disfarçar o seu sectarismo clubístico. Dá para nos interrogarmos se estão a ver o mesmo jogo que nós. Num país em que a responsabilidade morreu solteira, ouve-se sempre dizer que se vai fazer um estudo, inquérito ou uma investigação, para apurar responsabilidades. Os resultados, quando publicados, se não forem esquecidos, nunca apuram nada. Exige-se que alguém saia e diga a culpa é minha, a incompetência foi nossa, ou desse jaez.

É a regra da treta aplicada a tudo, desde os professores doutores sem cursos que são apanhados a lecionar sem quaisquer pruridos em instituições do ensino universitário, a ministros corruptos envolvidos em negociatas resultantes dos seus anteriores lugares políticos. Ministros a empregarem as mulheres, os filhos, os cunhados, os sobrinhos, os primos e as primas descaradamente, sem concurso, porque, alegam, essas são as pessoas da sua confiança. Ou como recentemente se soube a Câmara Municipal de Lisboa distribuía casas como quem oferece bombons a pessoas da sua confiança, amigos e outros que metiam a devida “cunha”. Acho melhor que o povo português responda na mesma moeda com o seu voto. Devem dá-lo apenas a pessoas da vossa inteira confiança e da vossa família. É a descrença total no sistema político, da saúde, da justiça, da educação, de tudo. Os alunos não passam e a taxa indica Portugal atrasado? Então vamos passar os alunos todos e a taxa melhorará. Os alunos não aprendem? Vamos reduzir e simplificar os cursos ao denominador mínimo comum para que todos passem e possam ser doutores. Que interessa que os licenciados não se empreguem, que os cursos nada tenham a ver com a realidade e com o mundo do emprego? Criem-se mais cursos, novos diplomas e façamos disto um país de doutores que a taxa ainda está baixa. Mais regra da treta.

A vida está cara? Para quem? Para o professor Cavaco antes das três reformas que acumula com o vencimento de Presidente? Ou depois de ser Presidente da República com mais uma reforma paga? Para todos aqueles que fruto de arranjinhos vários depois de trabalharem x tempo no lugar y recebem compensações, pagamentos ou rendas vitalícias que podem acumular livremente com qualquer outro emprego sem jamais perderem as reformas anteriores? Mas se pensam que isto está bem pior do que há 25 ou 50 anos, fiquem por cá mais uns 25 anos e veremos se ainda há reformas para alguém. O único personagem interessante, pela sua integridade, parece ser o ex-Presidente Ramalho Eanes que recusou ser promovido a marechal e em finais de 2008 recusou retroativos de mais de um milhão de euros que injustamente o tinham impedido de receber em pensões acumuladas. Claro que JC faz estas afirmações fruto de uma inveja descontrolada e cega por não ter uma Fundação Soares ou outra qualquer a receber subsídios do Estado, de já não ter ninguém da família no Governo ou no Parlamento, de não pertencer ao bando dos que perpetuam a regra da treta. O autor ainda é do tempo em que uma verdade bem contada podia arruinar a carreira de qualquer pessoa, hoje nem uma mentira bem contada afeta seja quem for...

4.7. ADOLESCENTES DEPRIMIDOS

Lembrava-se JC de, aos 14 ou 15 anos, na aldeia da Eucísia de ter bebido a primeira e única cerveja em toda a vida que o levou à cama com uma hepatite “A” que o manteve de cama durante um período prolongado. Não se lembrava se era das sopas de leite que bebera diariamente, mas ficara igualmente alérgico ao leite e ao seu cheiro. Mais tarde, ocasionalmente, JC bebera um ou outro cálice de Vinho do Porto familiar. Fazia-o para acompanhar um colega de liceu que consigo estudava e tinha aquela mania, fazendo-se passar por bom apreciador. Recordava vivamente a chegada a casa, vindo do liceu. Ia preparar umas sandes especiais com quatro ou cinco andares de altura, de marmelada, manteiga e açúcar, queijo. Comia uns quatro ou cinco pães antes do almoço sem perder o apetite. Aparte estas lembranças pouca recordação guardava desses dois últimos anos de liceu além do seu namoro.

Não sendo brilhante nos seus resultados, o 6º e 7º anos do liceu (10º e 11º anos) foram feitos com uma boa média, mas no exame da primeira época de admissão à faculdade tivera 3 a Matemática que era uma cadeira nuclear. Tiveram de o meter à pressa com explicações. Com alguma aplicação da sua parte acabara por tirar 19 valores na 2ª época, notas excelentes do exame de admissão à Faculdade de Economia. Aproveitara o que restava das férias para os habituais e inconsequentes "affaires" de verão em Espinho para onde era costume irem desde há anos.

Será importante recordar aqui a sua segunda experiência radiofónica. Fora algo que jamais esqueceria, ao colaborar com a Rádio Alto Douro (RAD) entre 1966 e 1967. A RAD acabaria sendo integrada na RDP em 1975 juntamente com a Rádio Graça; Emissora Nacional; Rádio Clube Português; Rádio Voz de Lisboa; Rádio Peninsular; Rádio Ribatejo; Rádio Alfabeta. A Rádio Alto Douro era propriedade do avô dum primo seu. Em casa dele, o pai que era na época o Sr. Grundig (por ter a seu cargo aquela marca para território nacional), montara um estúdio improvisado, com insonorização total a esferovite.

Tinham começado a gravar programas com a ajuda dum certo António Figueiredo (atualmente professor universitário e ilustre economista dum grande banco). JC escrevera a várias estações piratas como a Radio Caroline e a Radio Luxemburg a pedir envio de discos e outro material. Redigiam os seus textos e faziam a gravação, montagem e todos os arranjos para um programa semanal de uma hora que era transmitido (se a memória não falha) todos os sábados. Difundiam música que raramente se ouvia nas rádios comerciais e na Emissora Nacional (precursora da RDP) acompanhada de textos esclarecedores sobre as grandes correntes musicais (isto passa-se pouco antes de Woodstock). Estavam todos profundamente influenciados pela cena musical e cultural musical norte-americana e inglesa. Nunca chegara a ir à Régua ver os estúdios do programa

que se chamava "Estúdio-2". Era um programa patrocinado pela própria estação, sem intervalos publicitários, e com bastante audição na região.

Ainda hoje guardava religiosamente uma disquete, cópia em mau estado, de um dos programas que emitira em maio 1967.

Uma interessante experiência que jamais esquecer e a que se juntavam vários artigos para a juventude tinham sido escritos numa revista jovem em Lisboa chamada "Musidisco" e mais tarde na "Flama". Esta faceta literária da sua juventude vinha na sequência da publicação entre 1963 e 1964 do jornal "Centaurus" propriedade dos alunos do Liceu Alexandre Herculano, em oposição ao velho jornal "oficial" do liceu denominado "Prelúdio" que consideravam deveras conservador, estático e formal. JC e o Celso Ferrão tinham decidido meter mãos à obra, batendo todas as lojas das redondezas do Liceu (em especial lojas de equipamentos musicais, livrarias, etc.) em busca de apoios publicitários e através da mimeografia, ou stencil, lá conseguiram publicar uns tantos números desse jornaleco estudantil. Escreviam sobre tudo e todos, num tom leve e mais juvenil que os seus colegas mais velhos de "O Prelúdio" que era feito sob a orientação do Padre Brochado. Era este o padre de Moral que lhe dava "santinhos" como prémio por vencer as muitas sabatinas que fazia nas aulas. O Padre não devia ter ficado muito satisfeito com a concorrência de jornais, mas nunca o mostrara.

Evocava bem um colega tipo (apresentador de TV) António Sala que tinha a mania de clamar e por isso aproveitaram o seu jeito para incluir uma secção de poesia, coisa que não era muito vulgar naquele tipo de publicações, na época. Havia uma secção de xadrez na qual colocavam problemas de difícil solução, dentre os livros que estudava daquela matéria que não fazia, obviamente, parte do currículo escolar.

Voltando atrás no tempo, do 3º ao 5º ano passava a vida em casa do João Paulo Lage. A sua família era transmontana, de Carrazedo de Montenegro ou Jales no planalto do mesmo nome, perto de Vila Pouca de Aguiar. Além de jogar futebol num pequeno campo que eles tinham no quintal, jogava imenso xadrez com eles (João Paulo, Eduardo e Carlos) e com um vizinho com o qual fora disputar a final do Torneio Académico de Xadrez Escolar.... Além disso passava horas com o P. d'Eça, um primo seu, a jogar xadrez até altas horas da manhã. Fizeram centenas de jogos que se prolongavam por dias ou semanas.... Desta primeira fase liceal recordava bem, apenas, mais dois ou três colegas como o João Pedro Menéres e o João Paulo Malafaia Baptista. O primeiro "redescobri-o" em 2008, como o responsável pela exploração agrícola de Romeu e do restaurante Maria Rita, ao pé de Mirandela. Escrevera-lhe e já lhe falara. Se ainda não o tinha reencontrado em pessoa ia sabendo dele pelos prémios de azeite ecológico que ganhava e pela obra que fizera na sua quinta, herdada do bisavô Clemente Menéres, um dos grandes personagens do início do século XX em Trás-os-Montes.

A Quinta do Romeu nasceu da visão de Clemente Guimarães Menéres, nascido em 1843 na Vila da Feira, com uma energia enorme. Foi para o Rio de Janeiro aos 15 anos onde então residiam parentes seus. Regressou cinco anos depois, dedicou-se ao comércio e voltou lá mais tarde. Percorreu a Europa Central e de Leste e o Médio Oriente à procura de mercados. Tinha um caminho novo a percorrer. Talvez por isso, acrescentou um nome, Menéres, ao Guimarães que já tinha. Não cabia no País nem na família. Fundou imensas sociedades para exportar produtos portugueses, nomeadamente vinhos, conservas e cortiça. Criou a primeira fábrica de conservas e a primeira fábrica de rolhas em Portugal. Aos 31 anos, em 1874, parte em carro de cavalos para Trás-os-Montes para comprar os sobreirais que ouviu dizer que por lá havia. Cria uma propriedade, a Quinta do Romeu, com uns milhares de hectares dispersos por oito concelhos do distrito de Bragança. Refaz as vinhas que encontra dizimadas pela filoxera e alarga os olivais que existiam. Como a qualidade dos vinhos e o “terroir” o justificavam, na remodelação da Região do Douro de 1907 é autorizado a produzir Vinho do Porto. Participou em muitas feiras na Europa e na América do Norte e do Sul. O diplomata Venceslau de Moraes no seu livro “Cartas do Japão” refere, com elogios, a sua presença na Feira de Osaca de 1903. Em 1902 funda, com os filhos, a atual Soc. Clemente Menéres Lda. Depois de falecer, em 1916, sucedem-lhe os filhos, netos e bisnetos. Um dos filhos, Manoel Menéres, na década de 60, pessoalmente restaura e renova três aldeias locais, cria infantários para as crianças e um restaurante para as sustentar com a sua receita, o Maria Rita, e faz também o Museu de Curiosidades. Com o mesmo espírito, os seus descendentes continuam e aperfeiçoam a Quinta do Romeu, com carinho e dedicação. Também com persistência, muita. Passou esta Sociedade os tempos da implantação da República, das duas grandes guerras, da revolução de abril, da integração europeia e atua agora no palco global. Produz um dos melhores azeites do mundo e vinhos do Porto e de consumo de muita categoria. Vende para a Europa, América e Ásia. Procura-se, no Romeu, uma harmonia entre as pessoas, as culturas agrícolas, o ambiente e a economia. Como se fosse música. Para lá da agricultura biológica, com alma. Eticamente empenhados. Conscientes dos pés na terra e do Divino no “céu”. Alimentados por Ambos.

Todas estas recordações lhe haviam sido despertadas ao deparar-se com um texto sobre a crise dos adolescentes atuais e suas depressões. Foi nessa fase da sua vida que JC começara a ter de improvisar recursos económicos, incluindo cobrar propinas em duplicado aos seus pais, facto que o seu pai mais tarde (1980) admitiu saber, mas ter deixado passar.

A maior dos pais de jovens e adolescentes costumam enfrentar atualmente uma situação desconcertante de terem filhos que, por um lado, se comportam irresponsavelmente sem dar importância às coisas que teoricamente lhes deveriam interessar e, por outro lado, manifestam sentirem-se devastados pelo peso dos estudos, pela incerteza do futuro ou até por pequenos reveses do quotidiano. Em vários aspetos da vida parecem terem nascido sabendo tudo e por outro lado são incapazes de enfrentarem minúsculos contratemplos. “Estou deprimido” é uma expressão recorrente nesta geração paradoxal. Inconsciência crónica com um excesso de preocupações. Da banalidade despreocupada à angústia paralisante.

Como é possível, interrogam-se os pais e educadores, que uns jovens tão pouco dados a levar a vida a sério se tornem em vítimas quando veem as coisas malparadas. Estarão a exagerar? Não se

tratará antes dum estratagema de auto desculpa, um recurso para obterem compaixão e evitarem terem de atuar como é costume? Tudo leva a crer que não é assim. Poucas vezes se trata de excesso de birras e de espanto de crianças malcriadas tentando comover os adultos assustadiços a fim de conseguirem levar a sua por diante. Aumentou substancialmente na última década o número de consultas de adolescentes nos serviços de urgência psiquiátrica.

Num hospital de Barcelona as estatísticas indicavam recentemente, em primeiro lugar, as alterações de conduta, seguidas das crises de ansiedade com quase 25% do total de casos. Se a estes acrescentarmos os 15% de tentativas de suicídio teremos de admitir que se trata dum problema grave e crescente. Trata-se, de facto, de intolerância à frustração. Muitos jovens não aguentam os revezes porque não foram treinados para os enfrentarem. Nasceram sobreprotegidos, acostumados a conseguirem da sua família mais próxima tudo aquilo que querem, falta-lhes a experiência de sentirem necessidades ou de passarem pela penúria, carecendo de defesas face às dificuldades. Já se disse e redisse até à saciedade, e com um certo fundamento, que os pais das últimas décadas estão a criar inválidos, sem recursos para enfrentarem um mundo regido pela competitividade e pelos elevados padrões de exigência, quer a nível laboral quer profissional, como ainda nas relações interpessoais e na integração social. Os adolescentes naufragam no trajeto entre uma infância almofadada que nada lhes exigiu em termos de sacrifícios e um futuro que se lhes apresenta erizado de obstáculos. A geração paterna apenas tem para lhes oferecer a perpetuação desse estereótipo. A sobreproteção e a permissividade excessivas fizeram deles dependentes, sem qualquer autonomia quando se trata de fazer planos, de tomar decisões maduras e de confrontarem os seus próprios problemas.

Não será, porém, justo adotar o discurso de serem os pais culpados, como acontece hoje em dia com a maior parte dos diagnósticos sobre o mal-estar da juventude e a desventura da adolescência. As famílias, apenas em parte, são culpadas da irresponsabilidade dos filhos que acabam por pagar com angústias a sua vida mole. Não adianta colocar mais esse peso nos ombros dos pais. Atuaram movidos pelo carinho mesmo que este se tenha revestido de formas erradas. A maior parte dos jovens deprimidos deixou de buscar apoio e cumplicidade nos amigos como acontecia até há pouco tempo, quando se refugiavam duns pais cheios de defeitos, mas mais eficazes a gerirem a segurança emocional que é necessária nesses momentos. Muitos especialistas estão de acordo sobre o facto de as causas da intolerância e da frustração nas idades jovens estarem intimamente ligadas aos valores propugnados pelos meios de comunicação.

Quando, desde a nascença, um jovem recebe através do televisor mensagens incessantes sobre o consumo fácil, o êxito assegurado e a felicidade gratuita, não é descabido pensar que alguém os incapacitou para enfrentarem a dura realidade. Esse alguém não foi nem o pai nem a mãe, incapazes de negarem todos os seus caprichos, mas foram os meios de comunicação capazes de enganar e de manipular as mentes dos seus recetores consumidores. A televisão (ou a publicidade que dirige como uma soberana implacável os conteúdos e as formas

das suas mensagens) é o agente principal dessa frustração. Que capacidades de enfrentar os problemas podem ter aqueles que durante os anos mais recetivos das suas vidas foram metralhados a todas as horas com promessas de felicidade virtual, de satisfação através do consumo, de êxito imediato, com visões da vida pintada como um espetáculo de diversões que nunca termina? O discurso mediático e mercantil alimenta uma falta de maturidade que só se revela quando a realidade nua e crua mostra a sua face e o jovem constata que nada é como lhe disseram, criando um desajustamento causador de insatisfação e ansiedade extrema. Assim como nos anos 60 e 70 se falava da geração rebelde, nos anos 90 foi a geração Prozac, agora dá a impressão de termos chegado à geração da frustração. Nem poderia ter acontecido doutra forma, mas a evidência não resolve o problema nem serve de consolo. Quando os adolescentes dizem que estão agoniados e deprimidos estão na maior parte dos casos a falar a sério, sofrendo a sério mais do que se possa imaginar. (adaptado e traduzido de José María Romera p. 92 de El Correo Digital 14/5/2006

Numa conferência sobre educação e sobre conflitos de gerações, o médico inglês Ronald Gibson começou a conferência citando quatro frases:

1) A nossa juventude adora o luxo, é mal-educada, troça da autoridade e não tem o menor respeito pelos mais velhos. Os nossos filhos hoje são verdadeiros tiranos. Eles não se levantam quando uma pessoa idosa entra, respondem aos seus pais e são simplesmente maus.

2) Não tenho nenhuma esperança no futuro do nosso país se a juventude de hoje tomar o poder amanhã, porque essa juventude é insuportável, desenfreada, simplesmente horrível.

3) O nosso mundo atingiu o seu ponto crítico. Os filhos não ouvem mais seus pais. O fim do mundo não pode estar muito longe.

4) Esta juventude está estragada até ao fundo do coração. Os jovens são malfeitores e preguiçosos. Eles jamais serão como a juventude de antigamente. A juventude de hoje não será capaz de manter a nossa cultura.

Após ter lido as citações, ficou satisfeito com a aprovação dos espetadores. Então, revelou a sua origem:

- A primeira é de Sócrates (470-399 a.C.)

- A segunda é de Hesíodo (720 a.C.)

- A terceira é de um sacerdote do ano 2.000 a.C.

- E a quarta escrita em um vaso de argila descoberto nas ruínas da Babilónia (atual Bagdad) com mais de 4.000 anos de existência.

Aos que são pais: RELAXEM, POIS SEMPRE FOI ASSIM... GRAÇAS A DEUS!

A propósito deste trecho convirá ainda fazer algumas constatações mais comezinhas, como por exemplo a de que a atual geração não passou por nada em termos de privações familiares comparado

com a geração de “*baby boomers*” a que JC pertencia, nascida no pós-guerra (entenda-se 2ª Grande Guerra). A geração rebelde que, no fim dos anos 60, se revoltava contra o *status quo* na França e contra a guerra colonial em Portugal tinha algo contra que lutar. Vivia melhor que a geração de seus pais, em termos de conforto e de posses económicas, mas era arrastada para projetos militares que nada lhes diziam e aos quais se opunham. Queriam tomar parte na construção da História em vez de serem arrastados como uma nota de rodapé para essa história tal como acontecera aos seus pais.

Depois chegou o 25 de Abril e as liberdades misturaram-se inicialmente com as libertinagens em que tudo era permitido. Os jovens dos anos 70 e 80 nasceram já com o rei na barriga. Nada era proibido, tudo era permitido e assim sendo podiam almejar a uma sociedade sem classes em que todos tinham acesso ilimitado a todos os bens sendo felizes de então e até todo o sempre. As crises económicas que atravessaram o mundo não se fizeram sentir severamente na Europa Ocidental (exceção feita à crise do petróleo de 1972-1974) e a máquina da publicidade assenhoreou-se da televisão e demais órgãos de comunicação social moldando aquilo que hoje temos em casa ou os que dela saíram há pouco. Por mais que lhes tenham dito que a vida era feita de sacrifícios, não passaram pelas suas experiências dolorosas, nem as viram nem as sentiram.

Frequentar uma universidade não era um apanágio de elites, nem mesmo frequentar universidades privadas. Os cursos facilitaram o acesso a canudos com a fama de servirem para distinguir entre os que vencem na vida e os outros, embora na prática começasse a ser diferente. As classes sociais esbateram-se e o grande fosso, entre os que tinham e os que não tinham, passou a ser uma memória do passado. Claro que como pais fizeram o que lhes competia dando o máximo de bens materiais aos filhos, já que no tempo deles não tinham tido livre acesso aos mesmos. Haviam aproveitado também para se rodearem desses mesmos bens e deixado de poder viver sem eles. Parecia uma sociedade de abundância sem limites ao que os seus filhos podiam aspirar a ter. A pressão dos pares a nível social, e engendrada ou movida pela insaciável máquina da publicidade, ajudou-os a que lhes comprassem tudo e mais alguma coisa. Só que quando a árvore das patacas seca, o que ocorre quando os filhos saem de casa é que estes se dão conta de que até as mais pequenas coisas têm um custo.

A vida está feita de pequenas coisas, o que os irrita profundamente porque quando chega a altura das grandes coisas já não há dinheiro para nada. Como crianças mimadas que são, em vez de lutarem por trabalhar mais e ganhar mais, queixam-se, entram em depressão e sofrem, mais apáticos ficam (na inação em vez da ação) e deprimem-se ainda mais. Para eles tudo é um direito divino que compete aos pais satisfazer. Quando os progenitores não podem ou não querem continuar a alimentar essa ilusória vida fácil a que os habituaram, sentem-se obviamente traídos pela sociedade e pela família. Mas o que não sabem é que um dia irão ter de ser eles a pagar pelas dívidas que o mundo e a sociedade dos seus pais lhes deixaram. Então, aí sim, terão razão para se sentirem deprimidos.

Parece a história deste país que habitamos, mas não é. Foi tudo inventado numa deprimente tarde chuvosa de inverno aqui na ilha de S. Miguel.

4.8. A ENTRADA NA UNIVERSIDADE É SEMPRE TRAUMÁTICA

Na universidade conheceu logo a Mia, segundo ou terceiro grande amor da sua vida (faleceu nos anos 80, JC estaria agora viúvo). Trata de encontrar ou de se deixar encontrar por uma mulher que preenchesse as suas necessidades afetivas, nos anos seguintes. JC optara por uma mulher mais madura, mais velha (outra vez?) uns cinco ou seis anos. Buscara uma figura maternal que lhe preenchesse um certo vazio dos seus anos mais jovens?

Ainda recordava vividamente que numa noite de S. João fora cear com ela, alguns primos e amigos. Eram 5 ou 6 da manhã. Tinham andado felizes, a pé, até casa sempre a cantar apesar dos 7 km de distância. Foi uma fase afetivamente estável durante três anos. Depois, ela casara. Deixara de pensar nela. Hoje, com esta idade mais avançada tais reminiscências traziam-lhe um sorriso aos olhos, quiçá mais irónico do que cético. Tal como sempre fizera, nunca se arrependera de nada. Nem dos erros e asneiras que cometera, nem das decisões erradas ou intempestivas que tomara e que causaram sérios sacrifícios na sua vida e no seu bem-estar.

Mesmo hodiernamente, sabendo-a já morta, tentava sem conseguir, recordar-se de cheiros, aromas e sabores dessa época. Nem sequer sabia já qual era o nome da fragrância francesa do perfume Givenchy que lhe comprava nesses anos. Foi uma fase que poderia ter sido retirada de qualquer filme francês, a preto e branco, mas com muita cor, passado na “rive gauche” do Sena. Como estudantes nos anos 60. Escapuliam-se para lugares recônditos, tomavam pequenos-almoços em sítios inesperados, havia mar, pinhal, montanha, algum estudo e bastante poesia, daquela poesia doentia, cheia de amor e de promessas, que só os amantes e os políticos conseguem materializar.

Posteriormente, conheceu outrem com quem tivera um tórrido "affair", meramente poético e literário nunca consumado. Mais tarde, essa jovem romântica casaria com um conhecido industrial de têxteis que lhe garantiria uma vida de luxos e benesses, e a entrada nas páginas cor-de-rosa. JC começaria uma nova relação de ano e meio, com outra jovem amante de poesia. Tudo acabara exatamente no dia do casamento dela. Começava a mover-se em areias demasiado movediças, demasiados amores terminando em casamentos que não o seu. Supérfluas cenas perigosas pelas proibições vigentes na sociedade em que estavam inseridos. Viam-se muito amiúde. Fora mesmo a Castro Laboreiro, junto da fronteira de S. Gregório, ver a casa e a família dela. JC considerava que estas três pessoas irmanadas no seu amor à poesia marcaram a fase de amadurecimento. Foram de ulterior importância pois viria a pagar pesadamente o peso destas transgressões. Situações com similaridade iriam ocorrer na sua futura vida matrimonial.

O espectro da tropa havia-se tornado numa realidade só adiada pela frequência universitária. Era só uma questão de tempo até se concretizar. Foi conseguindo sucessivos adiamentos na incorporação militar com documentos da sua frequência universitária até ao fim do curso. Foi uma época interessante. JC tornara-se politicamente ativo, após 1967, ao frequentar o TUP (Teatro Universitário). Ali organizavam concertos secretos com o Zeca Afonso e o Manuel Freire. Paredes-meias com o Quartel-General da GNR onde pensavam que se estava a ensaiar uma peça. Também o faziam. Como cenarista o já famoso Mestre José Rodrigues. Nos ensaios participavam o poeta Mário Viegas e a atriz (futura locutora e vereadora da Cultura da Câmara Municipal do Porto) Manuela Melo. Ulteriormente, no segundo ano do seu curso (1969), JC cofundara a Pró-Associação de Estudantes da F.E.P.

Dado que era proibido formar Associações Estudantis Universitárias servira-se dum qualquer "buraco" da lei para criar a Pró-Associação. Fizeram manifestações ou "manifs", como se chamavam na época, contra a guerra colonial. Viram a U.P. (Universidade do Porto) no Largo dos Leões invadida pelos cavalos da GNR que subiam a longa escadaria em perseguição dos alunos que corriam a acoitar-se no sótão onde se albergavam as seis salas da F.E.P. (Faculdade de Economia do Porto).

Uma das coisas mais importantes em termos organizacionais, a que meteu mãos à obra, foi a preparação de vários convívios de Economia.

Num deles arrendaram o Palácio de Cristal (atual Pavilhão Rosa Mota) e contrataram o Manuel Freire, uma fadista (Maria da Fé ou Lenita Gentil) e outra artista cujo nome há muito se perdeu nos esconsos da memória. Era difícil organizar: havia que contactar e contratar os músicos, pedir a aparelhagem emprestada a uma das lojas da especialidade (VADECA, atual Valentim de Carvalho, ou à Ritmo dum primo seu) na Rua de Santo António (ou 31 de janeiro conforme as modas políticas). Depois havia que improvisar uns cartazes. Era preciso distribuí-los pelos Liceus (D. Manuel e Carolina Michaëlis) que eram os alvos privilegiados pois era daí que vinha mais gente (finalistas de 6º e 7º anos, atuais 11º e 12º). Não era comum haver muita interligação com outras faculdades. Conhecia algumas pessoas de Engenharia e de Letras, mas a menos que se fizesse parte desses grupos não iam às festas deles nem eles vinham às suas. Compravam-se uns blocos de rifas numeradas para colocar à porta e vender os ingressos na esperança de recuperar o investimento feito. Os "artistas" não cobravam cachet, mas havia despesas com o transporte e comida, além do custo do aluguer do local, da tipografia, etc.

Só muito recentemente, em pleno século XXI, se recordara desta sua vertente de capacidade organizativa.

Zeca Afonso estava proibido e não podia atuar em público, por isso restava-lhes contactar o Manuel Freire, o Adriano Correia de Oliveira, o Luís Goes, como cantores de intervenção já que o José Mário Branco estava

em França assim como o Sérgio Godinho, entre outros. Hoje em dia contratam um qualquer “pimba” como o Quim Barreiros enquanto na época tinham de condescender apenas com uma fadista local típica, Lenita Gentil ou a mais sofisticada Maria da Fé, dado serem do gosto popular da maioria enquanto uma minoria esclarecida apreciava os cantores malditos ou proibidos. O custo de entrada era de 30 escudos (15 cêntimos) em 1969 ou 1970, segundo a sua irmã lhe recordara em tempos, pois pedira esse dinheiro emprestado a uma amiga dele para poder ir. Só tinha 15 anos na época e a mesada duma miúda dessa idade era insuficiente para um “Convívio de Economia”. Não se lembra de ter perdido dinheiro com estas atividades pelo que devem ter sido um sucesso comercial. Nessa época, os convívios e as Queimas das Festas não eram ainda fábricas de monumentais bebedeiras. Embora ocorresse uma ou outra, as pessoas não iam lá especificamente para esse fim. Agora os caloiros e outros vão exclusivamente para se emborracharem até ao coma alcoólico.

Isso evocava o sistema australiano de se embebedarem na quinta-feira, depois do trabalho e regressarem segunda-feira. Quando se lhes perguntava, se tinha sido um bom fim de semana, respondiam alegremente “*deve ter sido, não me lembro de nada*”. Evoque-se, a este propósito, que numa das suas inúmeras idas a Towal Creek (em Comara, Bellbrook, Nova Gales do Sul), a sua quinta favorita, dos amigos Landers, levava o recém-chegado Jacko que ainda mal falava inglês. Depois de jantarem vieram uns “jackeroos” e “jilleroos” locais e das redondezas (vaqueiros de ambos os sexos) beberem uns copos. Uma festa informal. De hora a hora, metiam-se nas suas carrinhas de caixa aberta e lá iam percorrer 18 ou 20 km até ao bar da aldeia mais próxima para trazerem mais uma grade com 144 cervejas. Depois de o terem feito várias vezes, o ambiente era já quente dentro da casa e animado. Ao ponto de o Jacko já contar em língua portuguesa como pegava touros de cernelha e todos se rirem imenso. Tinha sido um verdadeiro sucesso, este seu amigo de Angola acabado de chegar à Austrália. JC fora deitar-se quando o ambiente já nada inspirava de educativo ou de sóbrio. O amigo, porém, decidira ficar até mais tarde. Não tendo tido o cuidado de conhecer a enorme casa, típica de criadores de gado, e já não havendo ninguém a quem perguntar onde dormir, foi espreitar os cantos da casa. Nas casas de banho encontrara gente de ambos os sexos em diferentes estádios de coma alcoólico. Nos vários quartos deparara com cenas semelhantes, exceto num, onde o filho dos donos da casa, o David estava de chapéu à cobói e botas de montar lidando com as vagas alterosas em cima duma Jill qualquer. Apenas se via o chapéu subir e descer. Ouvia-se arfar. O Jacko esteve para os interromper para indagar se aquilo era o “Australian Way”. Conteve-se, mas na manhã seguinte, por entre a enorme ressaca dos sobreviventes, não parava de se rir a contar o evento.

Esta quinta onde JC adorava ir ficava a mais de 700 km de Sidney. Sempre que podia lá iam passar um fim de semana prolongado. Ia-se até Port Macquarie, na costa norte do estado (Nova Gales do Sul), seguia-se mais em frente rumo norte para Kempsey e fletia-se para o interior na rota das montanhas e de Armidale. A partir de Bellbrook, a estrada deixava o asfalto e passava a terra batida ou gravilha solta. Andavam-se 20 km até se

chegar a um portão da quinta. Depois, passavam-se duas barreiras separadoras de gado, já dentro da propriedade, guiando-se por mais dez ou quinze minutos, até se chegar a um ribeiro onde tinham de esperar que os viessem buscar para atravessar de barco. Uma curta travessia já que o ribeiro não era largo nem muito profundo. Em época de cheias havia um segundo ribeiro a atravessar, caso contrário, o trator ou o pequeno camião tipo Unimog conseguia passar sobre as águas. Mais quinze minutos e chegava-se às casas da propriedade. A luz elétrica e a água já eram correntes, mas de fabrico local. Como locais eram a carne, o leite, o pão e outros produtos da terra e centenas de cabeças de gado. Havia cavalos bravos (brumbies) e outros, mais ou menos domesticado que podiam montar. O resto do gado bovino era guiado por motos ou cavalos dum pasto para outro.

Era uma propriedade enorme, demorava horas a dar uma volta de jipe e não se via tudo. Há seis gerações que a família Landers ali estava estabelecida. Com as sucessivas secas (atualmente sofre-se a maior, desde há três mil anos), as crises da agricultura e baixos preços do gado acabariam por dar à exploração a enorme quinta. Com o avançar da idade dos progenitores estes eram incapazes de cuidar dela apenas com a ajuda dum dos filhos. Os restantes tinham ido estudar e não regressaram. Lá, como cá, o engodo das grandes cidades contribuiu para a desertificação. Mas não se pense que eram uns labregos estes donos da quinta, várias vezes os viram vestidos a rigor para irem assistir a concertos ou a óperas. Ninguém diria que as mãos escalavradas lidavam com a terra e com o gado no resto do ano.

Que diferença dos portugueses.

Ainda assim, Towal Creek vive hoje na memória dos seus tempos áureos.

4.9. I HAD A DREAM. O SILÊNCIO DOS BONS. DOS FILHOS E DOS PAIS

“ I had a dream...”

Martin Luther King Jr.

Uma certa madrugada quando a Lomba da Maia (fevereiro 2007) e mais de 99,9% da população do arquipélago dormia, JC deliciava-se com um espetacular concerto de André Rieu no *Radio City Music Hall* em Nova Iorque. Sonhou que com o dinheiro necessário para trazer os mais de cem elementos do grupo Johann Strauss, que acompanha André, se obtinham melhores resultados para a educação musical das massas do que todos os orçamentos dos Ministérios da Cultura desde 1975.

Era bonito ver as crianças e os adultos impelidos por aquela explosão musical saltarem a dançar para as coxias daquele espaço, com capacidade para mais de 10 mil pessoas. Era belo ver as lágrimas comovidas dos espetadores ao ouvirem óperas célebres ou a mais mundana Amazing Grace naquela partilha completa entre a orquestra, cantores, músicos e população. Sonhou que era possível colocar as crianças açorianas a gostarem de música, dita clássica, e a ouvirem peças de Strauss a Mozart e outros sem as associarem a jogos de PlayStation. Então, acordou e viu que a RTP só dava programas com interesse a partir das 3 da manhã, porque o que o povo gosta é de telenovelas...

O governo central em Lisboa esvazia de serviços o interior profundo e as pessoas são forçadas a buscar novas oportunidades na costa, em especial junto das metrópoles Lisboa e Porto. À medida que esvaziarem as escolas, os politécnicos e universidades do interior atrás de si ficarão, apenas, os velhos abandonados. Dantes, havia o prestígio dos filhos a estudarem cursos superiores, mas o desemprego dos licenciados, vai aumentar; quando os cursos superiores deixarem de equivaler a empregos e respeitabilidade. Irá acentuar-se o fosso entre a cidade e as vilas e aldeias. Os jovens raramente regressarão aos seus locais de nascimento, que sem importância ficarão – cada vez mais – desertos. Mesmo que houvesse emprego, não haveria escolas ou hospitais ou outros serviços nos locais de origem. Será o continuar da agonia dos mais velhos e das pessoas do interior, que se recusam a abandonar as suas terras e a sua herança patrimonial. Assim, enquanto caem pontes em Entre-os-Rios e comboios no Tua, as faraónicas obras e elefantes brancos do TGV e ALCOCHETE só servem para mascarar o país que somos. Entretanto, com a subida das águas do mar o resto da costa irá desaparecer.

" O que mais preocupa não é nem o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem-caráter, dos sem-ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons"

Martin Luther King

"... o que podes fazer pelo teu país?" perguntou J. F. Kennedy.

Deputados, administradores de bancos e empresas públicas com reformas chorudas e corrupção. Lucros exorbitantes nos bancos e empresas com administradores ex-ministros, ex-deputados, ex-qualquer coisa recebendo dividendos desmedidos. Os professores escolhidos para bode expiatório com carreiras congeladas. Os alunos, sem estudarem, passam para não estragarem as estatísticas em Bruxelas e para a ministra fazer um brilharete. Pena é que só seja um fogacho de curta duração que os vindouros lamentarão. Querem-se políticos a pensarem no país, a congelarem 150 deputados inúteis, a desburocratizarem, a pensarem no progresso da Nação sem betão nem alcatrão. Queremo-los num hospital, repartição, tribunal, transportes públicos coletivos, a tirarem o seu número na fila sem privilégios nem mordomias, sem um médico de família, como milhões de portugueses.

Devaneou JC que o país tinha deixado de ser Lisboa. Idealizou aldeias, crianças em escolas reativadas, campos cultivados e os mais idosos a usufruírem de boas reformas. Não podia continuar silente. Tinha de erguer o seu grito de revolta porque aquilo que todos ouvimos é apenas o **grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem-caráter, dos sem-ética**. Andava há meses a matutar neste tema. Nos Açores, naquele princípio do ano (2006), nada havia de relevo nacional ou mundial a assinalar, a não ser a repetição de tradições. Era o dia dos amigos, seguido uma semana depois pelo das amigas, agora deturpado das origens. Uma mera desculpa para umas jantaradas com sessões de *striptease* masculino ou feminino, conforme a audiência. Entretanto, começavam na quarta-feira de cinzas as habituais romagens que durante as semanas seguintes iriam encher as estreitas estradas com o seu colorido e os seus cânticos noutra manifestação de fé ancestral, também esta mesclada de paganismo religioso.

O que se passa, de facto, mas como é invisível não é comentado, é a perda irreparável dos laços tradicionais entre pais e filhos, muitas vezes apenas mantida através da "compra" da sua presença por viagens e estadias. Tinha observado o fenómeno não só no seio da sua família alargada, mas em famílias que o rodeavam e em todas se verificava idêntico fenómeno. Lembrava-se de durante as mais de duas décadas e meia em que estivera expatriado sempre ter tido o cuidado de voltar em férias a Portugal ver pais e filhos. Ainda hoje lamuriava que com os gastos dessas viagens não tivesse aproveitado para viajar mais pelo Pacífico, ir à Nova Zelândia, Fiji, Nova Caledónia, Filipinas, Vanuatu e outras ilhas. Não é que tivesse saudades, pois essas perdera-as pelos 23 ou 24 anos. Cria piamente que tinha a obrigação de vir a Portugal ver os de cá, já que, os de cá jamais iriam

lá...por mais bilhetes de avião que lhes mandasse ou por mais súplicas que fizesse. Lastimava-se de não ter ido a outras terras, mas viera para estar com a família, alargada a primos e descendentes. Mantivera sempre este vínculo a um passado mítico. Só muito mais tarde viria a desmistificar.

Os seus filhos gémeos, mais velhos, foram crescendo a milhas. O contacto era mais assíduo enquanto estavam todos longe. A partir do momento em que passara a residir no país, esse convívio foi-se esvanecendo. Por mais tentativas que fizesse, nunca conseguira repô-lo ao nível da distância. Acabara por se acomodar. Aceitara a opção deles, que nunca a sua.

Tudo mudara ao radicar-se, em 1996, definitivamente neste cantinho à beira-mar prantado. Foi como se uma barreira, até aí inexistente, se erguesse. Como pai, pretensamente almejado, porque longínquo, passou a ser indesejado. Estando aqui, ao pé, podia querer intrometer-se na vida deles. Nunca o fizera. Não eram esses os seus desígnios, nem esboçara tenção de o fazer. Enquanto o seu benjamim crescia (e já ia nos dez anos), a filha estava na Austrália (já há anos sem vir, depois duma série de visitas dos 8 aos 13 anos). Qual não fora o seu espanto quando (fevereiro 2006), lhe comunica que decidira juntar dinheiro para vir ver o pai e demais família.... Assim o fez e muita alegria lhe dera.

Pouco antes (dezembro 2005), foram voando pelo Atlântico mar para passar o Natal com a sua mãe. Era sempre JC quem fazia os esforços de deslocação, pois reconhecia (se bem que começasse a ter sérias dúvidas) que os filhos tinham esse dever. Até então, esperava que os seus e os dela fizessem o mesmo. Não tivera essa sorte.

O primo de Ponta Delgada tem duas filhas expatriadas, em Lisboa e em Angola. Regularmente vêm visitá-lo (quando não são eles a irem lá). O segredo: apostou nos incentivos económicos à vinda delas. Outro casal tem filhos únicos aqui noutras ilhas. São eles que cá vêm. a alternativa era enviarem bilhetes de avião para os filhos os visitarem. Discorda JC. Já decidi que, a partir de agora, quem vier cá virá à sua custa, sem subsídios. Então não apregoa que faz os colóquios sem subsídios? Estivera [e estava ainda] sempre disposto a fazer tudo o que fosse preciso pelos seus pais. Sonhara durante anos que isso se repercutiria consigo. Já não tinha ilusões. A relação não era biunívoca, as gerações não eram estanques.

Que se passou, entretanto no país e no mundo? Erraram na educação dada aos filhos? Não lhes inculcaram valores pelos quais se guiaram durante as suas vidas? Não souberam transmitir esses laços? Algo de errado devem ter feito. Será apenas a sociedade que já nada tem a ver com a deles. O casamento deixou de ser uma meta. Os jovens agora amancebam-se para ver se dá. Para pagarem menos impostos. Se não der ou quando não der, é muito mais fácil e económico, cada um ir à sua vida. Os filhos não programados vêm quando vêm. Depois logo se vê. Entretanto, usufruem da

vantagem de os pais serem à moda antiga. Sempre vão colaborando com o que for preciso para terem a alegria de verem o/a/s neto/as.

Havia, na sua infância, uma palavra para os definir: palonços.... Os filhos irão aprender à custa própria, como os pais fizeram e antes deles os avós e tantos outros.

Esta apenas é uma reação ao envelhecimento e à evolução tecnológica brutal, que ocorre em volta, para a qual esta geração não estava preparada. Como qualquer revolução, deixa uns mais preparados que outros para arrostar com provações e prosseguir. Quando aprenderem as duras realidades do custo de vida é bem provável que telefonem aos pais a solicitar a comiserção. Mais um pequeno subsídio para enfrentarem as dificuldades.

Está JC profundamente cético e negativista, nesta matéria, pois sabe que a velhice (com ou sem subsídios) vai encontrar um grande silêncio por parte deles, incapazes de os verem envelhecer como ele se vira envelhecer e soubera aceitar graciosamente as mudanças que isso implicou nos seus pais. A missão de pai já não é a mesma. Hoje para além de trabalhar e garantir o sustento da família, deve educar e conduzir a vida de seus filhos. Por mais ocupado que possa estar, deve dispor de tempo para conversar e estar junto aos filhos. É um engano pensar que estes irão de alguma forma pensar automaticamente que os amamos pelo simples facto de amar. É necessário um esforço constante e consciente para partilhar os verdadeiros sentimentos e pensamentos por meio de palavras, de uma maneira aberta e confortável. Principalmente, de atitudes e exemplos.

É preciso estar ciente que com o passar dos anos muitas coisas evoluíram e se transformaram, inclusive no que diz respeito à relação entre pais e filhos. Não podemos agir como os nossos pais agiam no passado. Estamos em constante evolução e nada melhor que muito bom senso e muito amor para educar os nossos filhos, para manter um bom relacionamento. Na Austrália havia 97% de coisas positivas, mas queixava-se dos 3% que abominava, pela inumanidade de tratamento dos pais pelos filhos. Ao vir para Portugal pensava encontrar aqui esses 3% que lhe tinham feito falta. Enganara-se, ambos os países tinham sociedades similares de desprezo pela terceira idade.

JC sabia como desiludira os seus pais durante décadas. Queriam dele uma imagem outra, dum espelho em que não estava, e a que não pertencia. Nada disso pedia aos seus filhos. Iria agora tentar concentrar-se no mais novo. Dar-lhe o mais que pudesse da sua geração, em termos de experiência e de conselhos úteis. Beneficiara de ter vivido mais tempo com ele do que qualquer um dos outros. Para JC foi ótimo. Seria recíproco? Quanto ao resto forçosamente iria fazer os mesmos telefonemas que fazia para a sua mãe, sem se lembrar de que raramente recebia um telefonema dos filhos. Se

queria saber deles teria de tomar a iniciativa. Curiosamente, a sua mãe começava a estar aflita e a contar a toda a gente que se arrependia de ter obstado a deixar JC seguir a carreira das Letras e Humanidades que ele pretendia. Sossegara-a, estava perdoada. Não fizera mal. Chegara, na mesma, ao seu destino. Tivera de fazer uns milhões de quilómetros de desvio, mas chegara. Já não recriminava os seus pais por não o terem deixado seguir Direito em Coimbra. Escrevera direito por linhas tortas. Assim corriam as modas (fevereiro de 2007).

CAPÍTULO 5 - TIMOR PORTUGUÊS

“A educação é, pois, a arte que se propõe este objetivo, a conversão da alma, e que procura os meios mais fáceis e mais eficazes de o conseguir. Não consiste em dar visão ao órgão da alma (os olhos), visto que já a tem; mas, como ele está mal orientado e não olha para onde deveria, ela esforça-se por encaminhá-lo na boa direção.”

Platão, “A República”, quando dialogava com seus discípulos sobre uma república ideal.



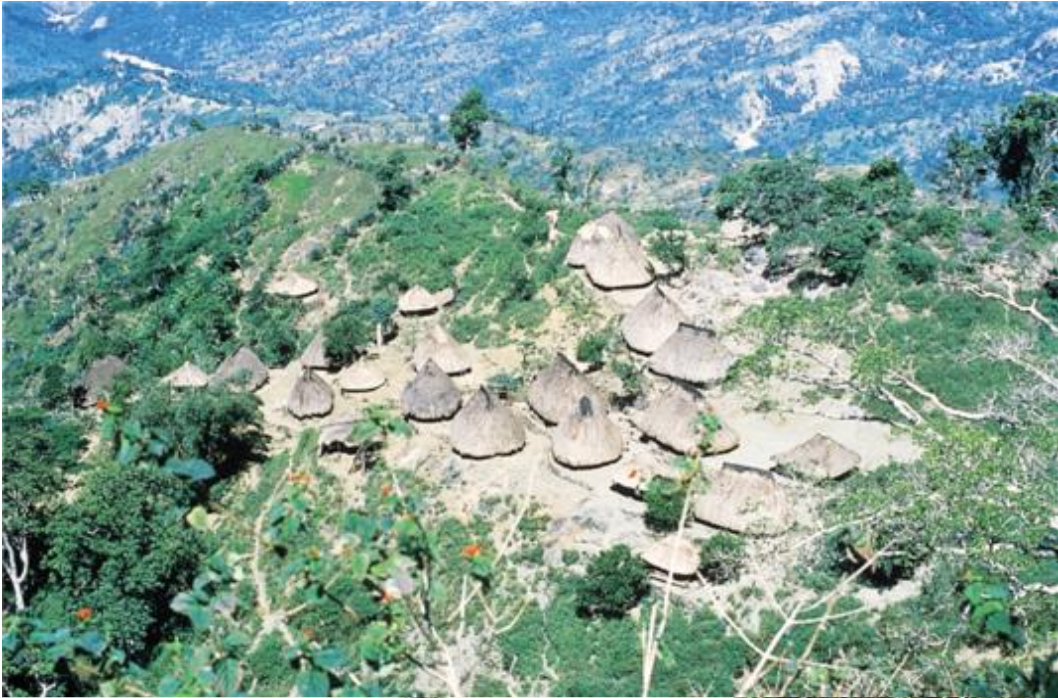




















Amar é encontrar na felicidade de outrem a própria felicidade.

Gottfried Leibniz



5. VIDA NOVA

5.1. FINALMENTE A MALFADADA TROPA E O CASAMENTO, DOIS MALES NUNCA ANDAM SÓS

A 9 de outubro de 1972 começava o capítulo da sua vida que mais o marcaria e de forma indelével. Deixaria estigmas que nem o tempo sararia. JC foi finalmente obrigado a regressar à realidade. Entrou, pela primeira vez, no Convento de Mafra, para seis meses de recruta do SMO (Serviço Militar Obrigatório), depois de terem falhado todas as tentativas para evitar ingressar, graças a um problema congénito da coluna, que herdara da sua mãe e o impedia de fazer esforços físicos violentos.

Quando caíra do cavalo num verão prévio, no Sendim da Ribeira, pensara que a dor nas costas era devida a essa queda. Só mais tarde, numa aula de Educação Física, se viria a descobrir a extensão da origem daquela dor de costas. Causara dias de imobilidade total. Fizera exames e testes. Ficara a saber que nunca mais teria uma vida física normal devido aquela malformação congénita.

Ficara, então, mais convicto de que com aquela deficiência jamais seria chamado a pegar em armas. Estava seguro de que escaparia à mobilização para a frente de combate. Estas convicções viriam a ser fortemente abaladas. Fora apurado como **Apto para Todo o Serviço** e efetivamente incorporado como cadete a oficial.

Seis meses de enormes dificuldades. Viva-se um intenso período anticolonial. As forças de libertação infligiam pesadas baixas no exército colonial.

A disciplina era suportável, mas havia imensos abusos de poder por cabos e sargentos que seriam seus subalternos seis meses mais tarde. Uma das coisas que mais o chocara naquele período, nem era a disciplina militar rígida nem a má alimentação, nem toda aquela nova realidade bélica para que ele, como pacifista, não estava preparado, o que mais o afligira era a falta de higiene dos seus camaradas de armas, fossem eles advogados, médicos ou doutras ocupações da classe média ou média-alta. E a classe de outubro 1972 em Mafra era de luxo, com colegas cadetes ostentando nomes pomposos como Casal-Ribeiro, Eça de Queiroz, Sachetti (filho dum dos esbirros da PIDE), Rodrigo Ferreira (herdeiro do Delfim Ferreira), Rebimbas (sobrinho do bispo de Aveiro), etc.

Mas hábitos de higiene isso era outra coisa...

A terapia ocupacional dos seis meses de recruta era difícil. Por vezes desnecessariamente exagerada. Conforme havia previsto, logo que chegou a altura de fazerem marchas prolongadas havia o perigo de ficar paralisado como já lhe acontecera aos 16 anos em que andara a fazer prolongados exercícios de reabilitação, fisioterapia e radioterapia. Fora, então, que ficara totalmente paralisado durante mais de 24 horas após ter caído mal num exercício do trampolim na aula de ginástica do liceu durante o 6º ano. Fora consultar os melhores especialistas de ortopedia para descobrir que sofria de sacralização (S2 e S3), lombarização (das vértebras L4 e L5), espondilose e espondilolistese. Pois bem, em Mafra mal começara uma marcha, ainda não teria andado nem uns dez quilómetros, ficara de novo, paralisado. Tiveram de mandar vir um helicóptero para o levarem ao Hospital Militar em Lisboa, na Artilharia Um, onde terá permanecido duas semanas. Doutra vez, fora evacuado de jipe. Quando regressou (a Mafra) trazia a indicação de não poder carregar nem a mochila nem a G-3. As suas marchas limitavam-se a 3 km. Isto deu lugar à caricata cena de fazer um quilómetro de marcha com um cabo a carregar os 20 kg de equipamento. Depois, JC entrava no jipe de acompanhamento após fazer outro quilómetro e assim sucessivamente. Isto causava grande inveja aos restantes recrutas. Grande sucesso iria ter a comandar homens na selva, sem jipe para o transportar.

Ao fim dos seis meses tivera a distinta honra de ser o oficial com a mais baixa classificação que alguma vez se tinha graduado: 10,3 valores. Na tropa não podiam dar-se ao luxo de o chumbar na recruta. Foi mandado passar uma semana de férias a casa. Nessa época tinha namorada e repartia espartanamente o seu curto tempo. Decidira definir a sua vida conjugal rapidamente. Em breve seria mobilizado para ir servir nas colónias.

Conhecera-a numa discoteca do Porto onde estava sempre. Outras vezes, ia até à recém-inaugurada discoteca do “Orfeu” na Rua Júlio Dinis. JC já era frequentador da Urraca (nessa época a melhor discoteca na Foz do Douro). A jovem tinha acabado de regressar de três anos nos Estados Unidos, sem se saber bem o que lá andara a fazer. Atravessava uma depressão, constante e continuada, provocada por dependências várias. Ninguém sabia o que fazer, além de chamarem um psiquiatra oportunista que lhe receitava mais uns “Mandrax,” e outros, que só serviam para a manter num estado de torpor. Como doente era uma boa mina para a psiquiatria explorar. Ao ter conhecimento do que se passava, na sua santa ingenuidade e vontade de benfazer, JC convencera-se de que se a tratasse com dedicação, amor e carinho, ela se curaria. Ao fim de pouco tempo já comia. O motorista da avó dela vinha buscá-lo para jantar em casa dela. Naquela era, JC estava ainda muito envolvido em ralis e reportagens para a Rádio Renascença.

Entretanto, na frente de combate a sério, fora mandado apresentar-se em Tomar. Ali passou um mês como Aspirante de Infantaria, reclassificado em Aspirante de Intendência. Posteriormente, viu resolvida a sua situação de reclassificação militar devido ao problema de coluna, sendo transferido para Leiria (RAL-4) como Aspirante SAM (Secretariado e Administração Militar). Estivera em estágio, um outro mês, naquele afamado centro de operações especiais e secretas, chamado Santa Margarida. Depois de estar ali e regressar a Leiria, pedira licença de casamento. Findas as curtas

férias regressara à base ao RAL-4. Em Leiria, tinha como oficial superior um major que dava pelo nome de Ernesto Melo Antunes. Mais tarde ficaria bem conhecido do povo português. Com ele teria longas conversas e passeios à beira rio, sobre a situação sociopolítica e económica do país. Esta foi uma amizade profunda que o levou a ler alguns dos estudos que o major preparava para o futuro. Acreditava que iriam ocorrer nos próximos cinco anos. Os longos passeios, do Castelo em frente ao quartel até ao rio, eram passados a falar e a filosofar sobre o estado da Nação. Sobre o que se poderia fazer para que o futuro fosse mais brilhante.

JC deplora em surdina, em frente ao espelho da sua alma, aliás, o ecrã do seu computador, as saudades da Austrália. De Bragança. Do seu amor súbito e suicida pelo Faial e Pico. Tão pronto, a realidade o confronta com a certeza de que está aqui preso e amarrado. Dificilmente sairá deste buraco, bem verde e bonito é verdade. É bonito. E que mais? É bonito. Mas tão deserto como o Saara. Falta-lhe gente com quem dialogar a nível intelectual, falta-lhe um Melo Antunes com quem trocar sonhos e imagens do futuro melhor para o país. Falta-lhe uma tertúlia, um Cenáculo onde pudesse falar e ouvir, trocar sonhos e discutir opções de vida. O seu idealismo poético iria morrer com ele. Sozinho, silente. Estes mutismos enormes, que ora partilha consigo mesmo, estão a torná-lo cada vez mais árido. A sensatez reitera que os silêncios não são de hoje. Vão sempre desaguar nas feridas por sarar. Cicatrizes por curar. Estigmas. Datam da sua primeira lua de mel. Dos anos loucos de sofrimento e dor que se seguiram. Dentro e fora do SMO.

Escravo sim, mas nunca escravizado, diria em desabafo numa das suas múltiplas tentativas de catarse do passado. Equacionava constantemente o que fizera, onde estivera, como procedera. Tentava descortinar melhores meios de proceder em situações semelhantes. Insistia nesta sua introspeção insana, mas terapêutica. Quiçá hedonista, destinada apenas a evitar repetir o sofrimento de outras eras. Voltara a Leiria onde permaneceria de abril a setembro de 1973. Evoca ter sido exigente com os subalternos. Confraternizava e dava-se bem com o Melo Antunes. Perdera longas horas ao telefone com a sua cara-metade.

Nos meses subsequentes ao casamento travara uma luta titânica com um camarada de armas desconhecido. Cada um tentava evitar ser mobilizado para a Guiné. Convém recordar que, nesta altura, a guerra de libertação havia ali atingido o seu auge. A população civil e mulheres de militares tinham sido evacuadas para vasos de guerra, ao largo da costa guineense, o que sucedia pela primeira vez em doze anos de conflito. Obviamente, nenhum deles estava minimamente interessado em ir para as quentes plagas guineenses.

Reviveu o que se passara em abril 1966, sete anos antes.

Fora convidado como primeiro estudante português para fazer parte dum Student Exchange Program com a Terra dos Mil Lagos, a Finlândia. Ali passara menos de um mês em Hämeenlinna, no sul. Em pleno círculo

polar ártico, Rovaniemi, a cidade mais a norte de todo o mundo. O sol não se punha durante seis meses, motivo de angústia porque é difícil habituar-se uma pessoa mediterrânica a ver o sol durante 24 horas. A função clorofilina de cada um altera-se radicalmente. Dentro da casa superaquecida havia sauna. As pessoas andavam quase em traje de verão. Ao ar livre estavam uns pouco hospitaleiros -27 ou -30 °C, capazes de gelar os ossos, qualquer que fosse o agasalho. No seio daquela gente acolhedora, quase todos falavam inglês. Durante anos, mantivera contacto com duas correspondentes daquelas paragens. Na semana que passara no sul da Suécia, apenas a estudante falava inglês e a integração fora mais difícil. Sítios jamais olvidados eram os lagos infindos em Turkuu, Hämina e outras cidades cujos nomes ficaram no esquecimento.

Exatamente ao pensar no frio nórdico recordava o oposto, o calor da África para onde não queria ir. Havia um ramo do clã familiar, primos direitos do pai, há mais duma geração em Angola. Sempre entendera que se quisessem lutar contra os movimentos de libertação o deveriam fazer. Não ele e os jovens do continente europeu.

Encontrara uma boa compreensão por parte do velho coronel, comandante do RAL-4 e a maior parte dos seus fins de semana era autorizado a passá-los em casa, para estar com a sua mulher. Apesar das cunhas e falcatruas (valia tudo menos morrer em África), com um amigo na secção de mobilização a tentar colocá-lo no local certo, a sua mobilização mudava de destino todas as semanas. O Comandante do RAL-4 (Regimento de Artilharia Ligeira n.º 4) chegou a dizer que ele deveria ter grandes cunhas para estarem sempre a mudar a sua mobilização. Em finais de agosto de 1973 sucedeu o imprevisto. Outro camarada, cujo nome nunca aprendera, acabara de se oferecer para ir primeiro e foi para a Guiné-Bissau. Entretanto, um louco varrido, o alferes miliciano, de seu cognome “Zé Sopapo” como era afetuosamente conhecido em Timor, pediu transferência para Angola. Isto criou uma vaga em Timor para JC. Foi mobilizado.

Teria duas semanas de férias, para se despedir da família, com partida marcada para 17 setembro 1973, na primeira de muitas viagens pelo mundo.

5.2. PARTIDA PARA TIMOR, CHEGADA A DILI

Era um grupo díspar de pessoas naquele avião. Foi a primeira vez que tropas portuguesas eram aerotransportadas para Timor. Iam rumar ao Oriente exótico e desconhecido.

A primeira noite seria passada em Paris. Dormiram num Hotel em Montmartre. Era um pequeno hotel económico, a umas centenas de metros do trottoir onde as senhoras da noite tinham o seu métier. A memória não ajuda. Pode ter sido o Hotel Antin Trinité Opéra Paris, nº 74, rue de Provence. As Galerias Lafayette mesmo em frente. Muito perto da "Opera", do Louvre e de Montmartre. O hotel de 46 quartos estava rodeado de bons restaurantes, teatros e cinemas. Toda a animação noturna que se podia desejar.

Por seu turno, as galerias Lafayette eram já então um magneto capaz de atrair todas as pessoas em busca de moda, perfumarias, comida ou mesmo souvenirs.

Como JC conhecia a cidade levava alguns camaradas para jantar num pequeno bistro. Pudera fazer as honras de connaisseur dos vinhos da Borgonha e de Bordéus. Tivera de os controlar. Desconheciam que se tratava de vinhos bem fortes. Não estando habituados, corriam o risco de não acordarem na manhã seguinte. Foram jantar mesmo ao lado do hotel, a curta distância do Boulevard Haussman. As mesas vestidas de xadrez, vermelho e branco, evocavam tabernas portuguesas. O vinho era servido em carafes de litro que se esvaziavam rapidamente. Se a "nouvelle cuisine française" já tinha sido inventada não se recorda. Serviram pratos de tamanho normal e com comida abundante, em vez dos enormes pratos com uma amostra de comida que caracterizam a rapinagem da nova cozinha francesa. Na manhã seguinte tomara o pequeno-almoço típico: café, chá ou chocolate, sumos de frutas, cereais, iogurtes, queijo, fiambre, Viennoiseries, pão com manteiga, compota ou mel.

Quando se dera conta, já toda a gente estava no autocarro que os iria levar ao aeroporto de Orly. JC a fazê-los esperar durante mais de uma hora, observando-os da janela do 1º andar. Ponderava se os 16 contos que levava dariam para sobreviver seis meses em Paris. Sim, porque já pensava em desertar. Nem o seu pai nem o seu mecenas (administrador do Banco Totta & Açores) e padrinho se haviam mostrado dispostos a condescender com tal fuga. Adorava Paris. Já lá estivera. Tinha um medo irrefreável do desconhecido que o esperava. Inicialmente, pensara que o pai (apesar de frustrado por não ter sido admitido para o serviço militar por ser demasiado magro) o poderia apoiar financeiramente. Idealizava uma fuga escandinava, para os Países Baixos ou França. Tantos conhecidos seus haviam já desertado. Foram esses pensamentos que lhe ocorreram, durante essa longa hora. Não abriera a porta a ninguém. Aquele hotel dispõe hoje de televisão e canais via satélite,

mas na época apenas dispunha de telefone. Não atendera o telefone interno que tocava incessantemente. Dispusera-se, por fim, ir.

A sua avó paterna sempre lhe dissera que como nativo do Dia do Anjo da Guarda nada de mal lhe aconteceria. Estava convicto de que o pai jamais o apoiaria. Consideraria essa fuga desonrosa. Resolvera-se a descer as escadas, para alívio dos restantes e consternação do senhor Neves, representante e guia da Air France, que temia perderem o voo do 747. Chegados a Orly, o capitão (Manuel Alberto Santos Clara) ia em primeira classe. Os restantes em classe económica e JC (como sempre) alcandorava-se a voos bem mais altos.

Com a sua habitual descontração conseguiu que uma simpática hospedeira o levasse para o bar, no 1º andar

Lá passaria a viagem a beber champanhe francês e a apreciar as vistas magníficas. Fizeram uma paragem em Telavive onde entraram tropas israelitas que revistaram tudo e todos. Até se deram ao trabalho de desmontar uma máquina de barbear elétrica em busca de explosivos. Fora a primeira vez que vira medidas de segurança semelhantes às que passariam a vigorar no resto do mundo, trinta anos depois, após a queda das Torres Gémeas em 9/11 (11 de setembro 2001). O cenário em volta era de guerra. Havia aviões de combate na pista. Estavam a duas semanas da Guerra dos Seis Dias. Rumaram para Bangucoque. Na pista ruminavam búfalos de água que era preciso afugentar à chegada de cada avião. Naqueles tempos, a capital do antigo reino do Sião era uma pacata urbe. Adiante relata esta viagem com a pena da sua veia poética. Enorme era o espanto do capitão Santos Clara, que, com direito legítimo à primeira classe, estranhava a sua presença ali. Mais tarde ficariam amigos. Seria um dos poucos militares com quem se dera socialmente após o SMO (Serviço Militar Obrigatório).

Em Bangucoque mudara a tripulação. Aterraram em Denpasar, capital da indonésia ilha de Bali. Espantaram-se, assustados com o tamanho das enormes baratas voadoras que pisavam enquanto andavam rumo ao terminal. O calor abrasador e húmido era semelhante ao de Bangucoque. Partiriam num pequeno bimotor de oito lugares para o aeroporto "internacional" de Baucau. O de Díli não estava operacional.

A beleza das trovoadas e relâmpagos ficariam para sempre imbuídos na sua memória. Iluminavam milhentas ilhas vulcânicas do arquipélago. Uma viagem com alguma turbulência, mas sem grandes sobressaltos.

EURASIAMENTE À VOL DE 747b

1. DA EUROPA AO ORIENTE-DO-MEIO

*alando de paris logo passamos o azur da côte
sem escândalos nem coroas arruinadas
escarpas e praias despidas de homem*

nove mil metros restituem à natura

impolutas ficções

(depois, o mediterrâneo é um lago semeado de grécias

logo a seguir à itálica bota

corfu vigia em tons de ocre

em tempos creta foi nome de ilha

na mitologia de zeus).

da turca ankara sobrevoámos izmir

mandam-nos regressar

estamos no oriente-do-meio

a guerra volta dentro de dez dias

e só dura seis

telavive é um amontoar branco de colinas

um algarve deslocado

na planície árida velhos aero-despojos

entram comandos autometralhadorizados

importunam

espiam

revistam

obrigados e silentes

somos a abrasadora quietude do jumbo

partiremos

sempre mais tarde que previsto

no deserto amarelecido qual alentejo

repousam monstros de muitas lutas

nos kibbutz labutam formigantes sionistas

- este povo traz consigo o estigma

da aniquilação

própria e alheia

cheira a morte. -

cheiram a morte!

II. A TERRA DOS PERSAS

embaixo sorriem sombras

minúsculos pontos rasgando a treva

quilómetros de fantasmas ancestrais

casas talvez brancas

bairros de adobe

avenidas ocidentais
 mesquitas
na poeira do cansaço
 um nome semimágico
teerão
a história do xá
 um povo sem voz
 à espera
o silêncio compungido do imperialismo
aterrámos lado a lado com estrelas ianques
estranho porto no coração do petróleo
persépolis foi há 2500 anos
 o mito de alexandre
 hoje.

III INDIANA UNIÃO

a meu lado um saxónico cacareja
o nojo imenso da miséria
 suja imundície
estamos em delhi, a nova
 capital das castas
ghandi morreu há muito e era mahtma
indira é mulher e déspota ao que dizem
país estranho de contrastes e civilizações
dele guardo esconsas imagens
 fome e pobreza
estamos no subcontinente da morte lenta
aliviado respiro
 ao deixar o hindustão

IV. NO REINO DO SIÃO

é já dia
 os arrozais me espreitam
verde o país
 castanho é banguecoque
em plena pista búfalos pachorrentos
 a banhos de lama
camponeses debruçados
 nos pântanos colhem o arroz
pequenas árvores dividem o asfalto

chove lá fora
 sob 42° C de sol
 lufadas de calor húmido nos penetram
 densa respiração no ar por condicionar
 lentas formalidades num inglês arrevesado
 a vida possui aqui uma lenta ritmia
 todo o tempo nos espera
 nas autoestradas camionetas com jovens
 patrolhas militares
 todos os veículos se cruzam dos lados todos
 coloridos templos incrustados de pedrarias
 ouro maciço de budas
 descalços com cintos sagrados
 nos embasbacámos
 este o país do mistério
 igrejas e fortes portugueses
 memórias de tratados reais siameses e lusitanos
 o mercado flutuante é uma cidade imensa
 longos canais pútridos nesta veneza oriental
 sente-se o aroma do dólar nas ruas
 por entre golpes de estado adiados
 a cem quilómetros se combate
 é o apelo do futuro
 os thais são simpáticos e ardilosos
 milhares de anos de sabedoria a explorarem europeus
 os preços função da nacionalidade
 no faustoso erawan hotel
 o luxo grandiloquente oriental
 a sofisticada comodidade do ocidente
 uma volta rápida pela cidade dos mil-e-um-templos
 para lá das faces mudas
 se encerra
 o mistério
 o convite
 voltarei
 um dia.

V. TIMOR

timor cresceu cercado

lendas que a distância empolgou
 o sonho
 a quietude
 as 1001 noites do oriente exótico
 o sortilégio dos trópicos
 para o europeu
 chegar era já desilusão
 desprevenido
 sobrevoa estéril ilha
 montes e pedras
 agreste paisagem sulcada
 leitos secos
 abruptas escarpas
 terra sem marca de homem
 esparsas cabanas de colmo
 será isto timor?
 o avião desce o vazio em círculos
 em vão os olhos buscam a pista
 por trás de um montículo imprevisto
 se vislumbra o "T"
 e a torre de controlo dos folhetos de propaganda
 nunca existiu
 a alfândega é o bar
 a sala de espera
 sob o zinco e o colmo
 isto é baucau
 aeroporto internacional
 a vila salazar dos compêndios
 que a história esqueceu
 uma turba estranha se amontoa
 à chegada do cacatua-bote
 o patas-de-aço
 esta a cerimónia sagrada do deus estrangeiro
 descendo dos céus
 dia de festa para os trajes multicoloridos
 o contraste do castanho de sóis pigmentados
 cinco da matina
 e é já o pó e o calor
 o espanto mudo nas bocas incrédulas
 as formalidades aqui com sabor novo

espera lenta e compassada
séculos de futuro por viver
antes que ele venha
antes não venha

num barracão zincado uma velha bedford
de carga com caixa fechada

vidros de plástico sob o toldo puído
pomposo dístico colonial
carreira pública baucau-dili

picada em terreno plano
mar ao fundo

baucau
cidade menina por entre palmares
densa vegetação tropical

connosco se cruzam estranhos homens de lipa
galo de combate ao colo
entre torsos e braços nus

das ruínas do mercado se evocam
desconhecidos templos romanos

estrada n.º 1 até dili
sulcam-se abruptas as encostas do subão
ao mar sobranceiras

ali se adivinham cristais multicolores
em lugar de pontes se atravessam ribeiras
enormes
leitos secos

o tempo as converteu em estradas de ocasião
pedregoso solo
cores indefinidas
castanhos e verdes

palapas dissimuladas na paisagem
imagens tristes de pedras e montes

baías primitivas
inconquistas

praias de despojos e conchas
paraísos insuspeitos

as gentes de sorrisos vermelhos
assusto-me
não é sangue nas bocas gengivadas

masca, mescla de cal viva e harecan

na parte alta da cidade o complexo militar
barracas insalubres
 sob a sombra dos hospitais
 um civil um militar
 em fresco e verdejante vale
triste esta cidade
 pretensamente euro-africana
palapas marginando ruas
 nelas vive o timor
 sem água nem luz
 dez ou quinze filhos
 que importa
 a miséria é só uma e a mesma?

esta "a terra que o sol em nascendo vê primeiro"

aqui as imagens
 e são já história
não se repetirão
aqui não daremos testemunho
 como transfigurar
 colónias pacíficas
 em palcos de guerra.

Mal chegara a Timor vira uma paisagem desoladora, árida e suja. A sua primeira impressão fora de repulsa, era pior do que tudo o que se pudesse imaginar. Mais atrasado, inculto, selvagem e rude que o local mais retrógrado de África. Desolador. Um primitivismo assustador. Consternava. Eram cinco da manhã e o calor já apertava. Ia alto o sol. Uma surpresa muda acompanha os esgares dos recém-chegados. Timor é de facto assim, com casas esparsas de bambu como as que se vislumbram por sob as asas do bimotor. O visitante questiona-se: *"Como é isto possível? Será isto Timor?"* O pequeno avião desce em círculos concêntricos. Os passageiros - inquietos - procuram em vão um aeroporto que teima em não se mostrar. De súbito, por detrás de uma colina que ninguém anteviu, numa rotação brusca, aí está o pequeno "T" da pista.

A imponente torre de controlo dos panfletos turísticos não se vislumbra. Existe uma pequena torre, mas não a que vinha fotografada nas imagens do panfleto turístico. Os edifícios poeirentos com teto de colmo eram a aduana, o bar e o salão de embarque. Este é o aeroporto internacional de uma Vila Salazar (apenas conhecida como Baucau) que só existe nos textos de geografia dos liceus portugueses. Aqui, as formalidades têm um novo

sabor, semelhante ao lento, mas rítmico compasso de espera das pessoas que os antecipavam, como se tivessem séculos de vida para viver. Uma estranha turba se aglomera cá fora. Este é o espetáculo sempre indescritível da chegada da "cacatua bote" (a grande catatua) ou "patas de aço". Uma espécie de cerimónia de um deus estrangeiro descendo dos céus. Parecem assistir a esta manifestação sagrada como se fosse o começo de uma nova religião. As suas vestes multicores contrastam com os muitos sóis a que os séculos as expuseram. São apenas cinco da matina. Poeirentas e calorentas. A alguma distância, uma velha camioneta de carga. Uma Bedford com telhado de zinco, abrigava-se do sol protegendo os velhos bancos de madeira. Ostentava o pomposo letreiro de Carreira Pública #1 Díli - Baucau. Encaixaram-nos na traseira da velha Bedford (provavelmente da Série S, uma RL dos anos 50), com bancos de suma-a-pau e toldo de lona. Seriam umas épicas sete (7!) horas rumo a Díli. JC e o capitão Santos Clara estavam vestidos de blazer azul. As calças, à partida brancas, à chegada cor de duna.

A sinuosa estrada de montanha volve-se para o mar, descendo lentamente do aeródromo. Ruma a essa cidade menina, Baucau, escondida entre as folhas dos palmeirais e luxuriantes florestas tropicais. Pela traseira da camioneta vislumbram-se novas imagens, mas não restam dúvidas. Aquela era uma terra morta à nascença.

Cruzam-se com homens vestidos de saia (aprenderão mais tarde que se chama "lipa"), estreitando galos de combate entre os seus braços nus e o torso, enquanto caminham. Baucau tem algumas casas de pedra. Sobressaem por entre as de terra e adobe. Havia o aspeto exótico da população colorida. Das ruínas do mercado evocam-se templos romanos desconhecidos. Aliás, a imagem que perduraria para sempre na sua mente era a de Baucau como se fosse um templo romano em ruínas. Nunca mais a voltaria a ver. Uma curta paragem para uma sandes e limonada na messe do quartel-general local. Mesmo em frente estava uma piscina. Subitamente parece estar deslocada no tempo e no espaço. De regresso à estrada n.º 1, Baucau – Díli, mal se vislumbrava o caminho por entre a densa vegetação. Mas eram tantos os precipícios sobre a costa alcantilada! A meio da viagem, que parecia durar mais de 400 ou 500 km, pararam para tomar outra refeição, mais ligeira, no pequeno aquartelamento do Manatuto.

Chegaram à messe de oficiais, em Díli, pelo meio-dia. Timor esteve sempre envolto em lendas e contarellos que só a distância podia criar. Em Portugal, não passava de um sonho, a calma quietude das mil e uma noites. O Oriente exótico e os sortilégios dos trópicos. Ao chegar, um Europeu só podia sentir a desilusão. Sobrevoava uma ilha, aparentemente, estéril, povoada por montes e pedras. Cenário rústico intersetado por ribeiras secas. Altas escarpas abruptamente voltadas ao mar, uma terra devastada desde a sua criação. Ecologicamente virgem. Tecnicamente virgem acabado de sair do neolítico. Por desbravar, por conquistar, por colonizar. Sem sinais de vida, sem marca de civilização humana. Arribas alcantiladas, a pique sobre um mar de corais brancos. A picada de montanha, por vezes, aproxima-se tanto das ribanceiras e do abismo que os seus corações entram em animação suspensa. Ao longo do caminho vão transpondo leitos secos de ribeiras que o tempo, a incúria dos

homens e os elementos, converteram em estrada de ocasião. O chão de gravilha, por vezes apenas pedregoso, a cor indefinida entre o castanho e o verde, as casas de colmo (aprenderiam depois que se chamam “palapas”) disfarçadas por entre a vegetação, tudo serve para propiciar uma imagem de pedras e colinas. Estradas herdadas da ocupação colonial nipónica durante a 2ª Grande Guerra. As baías, primitivas e inconquistadas por barcos de qualquer tamanho ou tipo. Praias cheias de conquilhas, caranguejos e outros destroços das ondas, revelando paraísos insuspeitos. O éden pode ter sido aqui.

É difícil ver os nativos e os seus sorrisos abertos. Engasgam-se espantados. Não é sangue que jorra dos seus lábios, apenas a masca: uma mistura de cal e areca (harecan em Tétum). Mastigá-la é um placebo psicológico para a comida que não existe. Em janeiro de 1998, recordará essa imagem ao ouvir na rádio o José Ramos Horta a apelar à solidariedade internacional para debelar a fome que ainda grassa no território. Os sorrisos vermelhos escondem fomes de séculos. Não é de hoje, nem de ontem, nem do tempo português, japonês ou indonésio. É eterna esta fome. De súbito, após passar e deixar para trás vilas e aldeias que só a memória despalavrada pode recordar, eis Díli. Afinal, eram apenas 212 km e sete horas mais tarde, uma viagem fulminantemente rápida. Uma avenida extremamente larga, espalha a poeira pesada por sobre o colmo das palapas vizinhas e por algumas casas de cimento com teto de zinco. Ao entrar em Díli, por leste, podiam ver os chineses e os timorenses a partilharem a promiscuidade criada pela falta de estruturas urbanas adequadas.

Díli é uma planície. Espraia-se por um mar espelhado como um lago. Uma baía majestosa acentuada pela sombra imponente da ilha do Ataúro. Um porto incipiente abriga uma pequena e anacrónica lancha onde flutua uma esfarrapada bandeira portuguesa. Uma longa avenida acompanha a marginal, terminando no bairro residencial do Farol. Aqui, as vivendas coloniais, construídas depois da 2ª Grande Guerra, abrigam os chefes de departamento e dos escalões superiores do exército colonial.

Por esta época, Díli dispunha apenas de 16 quilómetros de asfalto esparsamente distribuídos por pequenas e poucas estradas e ruas da capital. Três casas apenas sobreviveram à devastação nipónica da Grande Guerra. No aeródromo a que pomposamente chamaram aeroporto de Díli, um Land Rover limpa a pista dos pachorrentos búfalos, das vacas balinesas e dos porcos selvagens. A principal artéria comercial atravessa Díli de ocidente a oriente, através do centro, espinha dorsal da capital. Ali se alberga o Governo (um imponente edifício pomposamente denominado Palácio) e o Museu cujo nome ostenta o vazio de todos os tesouros exportados por anteriores governadores e colonizadores, ao longo dos séculos.

Um museu vazio, dois polícias sinaleiros nas horas de ponta, e poucas pessoas pachorrentamente sentadas nas esplanadas. É ali que, à noite se podem encontrar os verdadeiros *bas fonds* de Díli. Não só as prostitutas locais, mas as máquinas de póquer e as *slot-machines*. O submundo, a vida

subterrânea, o moroso afogar de esperanças e sonhos há muito olvidados. Uns, poucos, restaurantes servindo comida chinesa. Bares, como o "Texas" e a "Tropicália", onde os soldados e a bebida silenciam uma progressivamente maior distância de Portugal. Díli, setembro 1973, uma cidade sem vida, morrendo devagar nas suas próprias cinzas (que se irão acender, na realidade, em 1999), por entre o silêncio e a triste voz rítmica dos *tokés*, o calor pútrido e o voo alado das desmesuradas baratas voadoras. Durante o dia podiam-se ver alguns, poucos, carros particulares, e muitas viaturas oficiais com a sua típica cor negra. Inúmeras motorizadas ruidosas circulavam por entre os jipes do exército, conduzidos pelos motoristas militares. Esperam pacientemente em frente ao liceu ou ao cabeleireiro, pelas esposas, tornadas professoras de liceu, dos oficiais do exército colonial português. Estarão mesmo no liceu, na escola primária ou no cabeleireiro? O pessoal militar, a pé ou nas Berliets e Unimogs. Por entre os timorenses, veem-se chineses. Díli é isto, a desolação. A devastação viria mais tarde.

Nas colinas, num local para esquecer, relíquia de uma guerra perdida, estavam as instalações militares com o seu quartel-general e os barracões de zinco, insalubres e insanitários. Pode ter sido um ótimo local duzentos anos antes, bem abrigado pelas montanhas circundantes. A sua localização estava fora do tempo e do espaço. Quinhentos metros acima do nível do mar num local proeminente, abrigado pela maciça flora, estavam os dois hospitais. Um pequeno grupo de edifícios mais modernos para o hospital civil, outro, mais antigo, para o militar dispendo de dúzia e meia de camas. Esta cidade pretensamente europeia é triste. As palapas progridem, crescendo para os passeios quase inexistentes, albergam os timorenses que ali vivem sem luz elétrica, sem água encanada nem esgotos. Dez ou quinze crianças, em cada família, brincando em volta alheias a tudo. Que lhes interessa se a miséria é a mesma, será sempre a mesma? *"Esta é a terra que o sol, em nascendo, vê primeiro"*, como a insígnia oficial proclama bem alto do escudo e brasão de armas do, então, Timor Português. Com isto, JC lega as imagens e as palavras. Fazem já parte integrante da História. Não se irão repetir num milhão de anos. Isto presenciara: como transfigurar pachorrentas colónias do Pacífico em cenários de guerra e morte. Como oficial miliciano da Intendência, e não como um profissional homem de armas, JC sentiu-se como um dos muitos que, mais tarde, seriam seguidores da Junta Militar ou Frente de Salvação Nacional em Lisboa, forçado a três anos de solidão nesta remota, mas pacífica terra.

Em 2008, fora confrontado com a morte dum amigo. Era bem mais jovem do que ele, mas sofrera um ataque cardíaco fulminante. Estava a apanhar banhos de sol, quando se encontrava de trabalho, em Cabo Verde. Ficara durante uns dias transido. Poucos meses antes, em agosto 2007, falecera o Cristóvão Santos, assessor do Ramos Horta, jornalista das suas primeiras lides de jornalismo político e com o qual combatera a ausência do 25 de

Abril em Timor Português. Isto tinha-o trazido de volta à realidade nua e crua. A passagem terrena é curta e o melhor a fazer é aproveitá-la bem, enquanto cá se anda. Nunca se sabe quando chega o prazo de validade de cada um. A quantidade de horas desperdiçadas em guerras, desentendimentos, amuos é enorme, considerando o já imenso tempo malbaratado a dormir e noutras atividades sem impacto na marca terrena que cada um pensa deixar. Disto é feita a matéria humana. Quem era JC para endireitar o mundo? Já deixara de o fazer há mais de uma década. A morte, como já escrevera, por diversas ocasiões e de muitas formas, é uma noção tabu na sociedade ocidental. Não se prepara para ela nem a aceita livremente quando chega. JC preferia uma maneira de ser e de estar mais em conformidade com os ritos orientais. Toda a vida é experimentada tendo em mente que a morte é o passo seguinte, o fim, o objetivo primário. A vida é a fase transiente e passageira, e não um desfecho em si. Apenas uma curta etapa da passagem por esta orbe que diariamente os humanos destroem.

A morte da sua avó paterna em 1966, do seu avô materno em 1974, do seu melhor amigo em 1976, do seu pai em 1992 e dos seus tios maternos em 2000, além de outros, familiares e amigos, muito o tinham estigmatizado. A ausência dessas pessoas pesava na sua forma de estar na vida hoje. Muitas vezes existem pequenas conquistas e alegrias que gostaria de poder partilhar com elas e já o não pode fazer. Costumava dizer que teria ainda uns 20 anos à sua frente, se repetisse a durabilidade do fumador inveterado que o seu pai era, mas havia ainda tanta coisa por fazer e tão pouco tempo para o concretizar. Quanto mais tempo livre teoricamente se tem menos tempo resta para o fazer, para uma pessoa se dedicar ao que é verdadeiramente importante.

Estava a ser, cada vez mais, problemático estabelecer as tais pontes, a comunicação com os filhos. Mais do que fora quando tentara penetrar no mundo silencioso e austero da personalidade do seu próprio pai. Mais difícil do que quando tentara derrubar a aparente frieza e indiferença do seu pai, que nada mais era do que amor dissimulado (mostrá-lo, seria sinal de fraqueza). Agora, com os filhos, era como se vivessem em planetas ou galáxias distantes e não usassem a mesma forma comunicativa. Não encontrara um tradutor automático na internet para poder falar com eles.

Tivera sorte, apesar de tudo, pois não fora escolhido para dois anos de luta contra os movimentos de independência africana em Angola ou Moçambique.

5.3. BOBONARO (set. - dez 1973). DILI (dez 1973 - abril 1974)

Tudo era diferente e estranho. Conhecera outros oficiais que lhe deram as boas-vindas. De imediato dera baixa ao Hospital Militar, no mesmo dia ou no dia seguinte, a queixar-se de reais e fortes dores de costas. Aí permanecera, quase uma quinzena, no alto daquela colina fresca e

verdejante a observar as queimadas dos nativos. Fruindo da bela vista para o mar e para a ampla baía de Díli.

Ao fim desse tempo fora obrigado, contra os seus veementes e desesperados protestos, a ir destacado para a montanha. Mais propriamente 120 km a sul, para o Esquadrão de Cavalaria de Bobonaro onde fora colocado. De nada adiantou tergiversar, que a viagem o iria matar, pois não havia avião para Bobonaro. Tinha mesmo de ir no meio de transporte existente. A estrada #1 Baucau Díli, como acabara de constatar, era má e atravessava ribeiras onde deveria haver pontes, mas não estavam lá porque tinham caído com as últimas chuvas. Contudo, esta estrada de montanha que iria agora conhecer, passava pela Maliana (centro arrozeiro e cafezeiro) tendo sido construída pelos japoneses durante a sua ocupação de Timor na 2ª Grande Guerra. A via não estava nas condições em que a tinham deixado, mas bastante pior, devido aos deslizamentos de terras e aos estragos de mais de 30 anos de negligência após a guerra. O transporte era feito numa Mercedes Berliet. JC ia deitado por cima dos mantimentos trimestrais, ao sol, sem proteção do calor e do pó além do quico ou boina do exército. Uma viagem épica com uma pausa agradável na messe de sargentos na Maliana onde dormira uma curta sesta, deitado no chão de cimento fresco, após um almoço no destacamento militar local.

A vila de Bobonaro nas montanhas voltadas a sul, já perto da fronteira indonésia, consistia principalmente numa rua comprida que terminava nos quartelamentos militares, na messe e numa pista de cavalos (chamar-lhe hipódromo seria demasiado). Havia uma mera meia dúzia de casas em pedra, as restantes eram palapas de colmo e uma ou duas casas, tipo palafita, que eram casas sagradas ou *lulic*.

Aí permaneceria até dezembro numa não-declarada guerra de silêncio, quase sem pronunciar uma palavra com os restantes dez oficiais. Um deles, de apelido Monge, era tão malcriado e violento que provocara uma altercação. Isto depressa lhe valera ser instaurado um burlesco processo disciplinar pelo capitão da unidade, de seu nome Cariano. A acusação de não se ter defendido dum ataque físico dum oficial mais graduado e não saber evitar que o mesmo acontecesse era surrealista e valer-lhe-ia cinco dias de detenção. Pena essa, depois agravada para oito dias de detenção no seu quarto, que partilhava com o capelão, um jovial Padre Domingos. Foi uma fase bem difícil.

Os reabastecimentos ocorriam de três em três meses e o correio normalmente só vinha uma vez por mês. O telefone de campanha mal dava para se conseguir contactar com Díli. Todos os dias escrevia cartas, quase um diário, à sua mulher, mas raramente recebia resposta dela. Amiúde, recebia epístolas semanalmente enviadas pelo seu pai. A messe era envidraçada a toda a volta e ao sair para se ir deitar (os quartos ficavam separados da messe) era literalmente assaltado por milhões de insetos e outros bichos voadores que pululavam junto às janelas atraídos pela luz. Aliás, as janelas estavam cobertas, todas as noites, por essa fauna. Da bela e envidraçada Messe, um salão bem aprazível que

dava para o picadeiro, via-se um emaranhado montanhoso à distância. Chamavam-lhe a “Mesa dos Japoneses”, uma montanha com um planalto, onde os nipónicos haviam instalado um dos seus quartéis-generais na grande guerra.

Bobonaro tornara-se sinónimo de desespero e de raiva. Apenas a compaixão e serenidade do cirurgião, António José Gomes da Silva e da mulher, também médica, iam amolecendo essa ira, até chegarem à época de Natal. Foi, então, que vira ser-lhe autorizada a almejada transferência para Díli. Transferência rara e inusitada. Terá aqui havido efeitos de uma qualquer proteção superiora, mas nunca o corroborara.

Fora para a Chefia dos Serviços de Intendência. Passaria, poucos meses depois, a ser o segundo oficial mais antigo, logo após o Chefe de Serviços, e a desempenhar as funções do capitão que não existia naqueles serviços como adjunto do major. Mal chegou a Díli instalou-se no Hotel Turismo, o único digno desse nome e onde ficaria umas semanas. Aqui já não tinha problemas para tomar um banho quente.

Após a sua transferência conseguira, na noite de 24 de dezembro 1973, estabelecer contacto via telégrafo com a sua mulher. Logo o avisou não estar interessada em ir para Timor. Como prenda natalícia admitiu estar envolvida com outro homem. Divisou JC com os seus próprios olhos, e salientava sempre a palavra enxergar, os seus primeiros cabelos grisalhos a nascerem mal se olhou ao espelho com a face contorcida pela dor que o atormentava e a impotência da distância. Bebera em excesso, de raiva e impotência, nessa noite e na seguinte - dia de Natal. Havia sempre a desculpa de o calor apertar. O Gin Tonic era bom para combater a malária (paludismo) devido ao quinino que continha. Diziam até que era melhor que os comprimidos de quinino. Pode ter-se iniciado aqui uma rotina de bebida que não existira, duma forma regular, até essa data.

Logo que pudera procurara onde viver. Mudara-se para a sua primeira casa em Díli, em plena Rua Comercial, em frente ao *Vu Vi Vong* (grande loja de ferragens). Situava-se num conjunto de, salvo erro, três apartamentos no mesmo prédio térreo onde estava a companhia de prospeção petrolífera, a Timor Oil (Oceanic) à face da rua.

Mandara fazer uns armários improvisados, uma mesa de madeira preta e quatro cadeiras, mais quatro cadeirões de rota e outra mesa na sala de estar, compunham o ambiente. Aquilo até parecia uma casa. Estivera naquela casa uns poucos meses antes de se mudar para a "Sota", num dos três apartamentos desta loja comercial e livraria, em Lecidere.

Iria conhecer a célebre Praia da Areia Branca, de águas bem quentes. Depois iria aos montes, ali bem por cima da baía de Díli, até Dare ver o Seminário onde estava uma placa em homenagem aos

Portugueses de antanho. A vista de espantar faria qualquer ocidental perder a vocação religiosa...Daria mais uns passeios para nor-noroeste, pela costa até Liquiçá. Até às lagoas de Tacitolu, infelizmente mais tarde celebrizadas por virem a ser uma vala comum dos assassinados pela Indonésia. A praia da Areia Branca a uns 3 ou 4 km de Dili (de todas, esta era a sua favorita) era um espanto. As suas águas entre os 24 e os 33 °C. tinham duas barreiras naturais de coral a separar a baía do mar alto, naquela meia-lua coroada por montes (onde agora termina o Cristo-Rei de gosto duvidoso que os indonésios mandaram erigir durante a sua ocupação). Dentro de água havia uma cavidade, já perto do areal, com mais de dez metros de profundidade. Constava que ali teria caído uma bomba japonesa no decurso da 2ª Grande Guerra. Nunca se aventurara mais do que a um metro ou dois de profundidade. Dizem os peritos que havia tubarões na baía da Areia Branca. Por vezes, na maré-alta, saltavam da primeira para a segunda barreira de coral que havia na baía, mas durante a sua estadia nunca vira nenhum. Vira, sim, pequenos crocodilos de água salgada (ou seriam de água doce?) ao pé da sua casa em Lecidere. Nem se recordava se era depois duma enxurrada ou antes, mas que eram pequenos eram.

São parentes dos “saltwater crocodiles (Crocodylus porosus)”, da vizinha cidade australiana de Darwin, onde atingem facilmente 4 metros (ou mais) de comprimento. Ultrarrápidos no ataque vivem entre a água doce e a salgada. Existem desde há 200 milhões de anos. São dos mais velhos sobreviventes e espécie protegida.

Uns anos mais tarde, em 2007, diziam que não havia crocodilos na costa norte.

“Raramente aparecem..., mas apareceu um crocodilo na Areia Branca, Díli. As instruções eram: «Quando o virem para lá do coral, nadem. Quando o virem mergulhar, saiam da água». A coisa resultou durante uns tempos. Os polícias portugueses queriam dar-lhe um tiro, mas os timorenses diziam que nem pensar, era o avô deles, até que os militares australianos, mais experientes nestas coisas de crocodilos de água salgada, foram capturar o bicho. E afinal não era só um, mas três...”

O crocodilo é um animal sagrado para os timorenses. A ilha de Timor tem, supostamente, a forma de um crocodilo. Todas as comunidades têm lendas sobre o aparecimento do primeiro homem sobre a terra, para criar o seu clã ou tribo. Não resistirei a transcrever aqui a da criação de Timor, narrada pelo poeta Fernando Sylvan:

“Disseram, e eu ouvi, que desde há muitos séculos um crocodilo vivia num pântano. Este crocodilo sonhava crescer, ter mesmo um tamanho descomunal. Mas a verdade é que ele não só era pequeno, como vivia num espaço apertado. Tudo era estreito à sua volta, somente o sonho dele era grande.

O pântano, é bom de ver, é o pior sítio para morar. Água parada, pouco funda, suja, abafada por margens esquisitas e indefinidas. Ainda por cima, sem abundância de alimentos ao gosto de um crocodilo.

Por tudo isto, o crocodilo estava farto de viver naquele pântano, mas não tinha outra morada. Ao longo do tempo, milhares de anos, parece, o que ia valendo ao crocodilo era ele ser grande conversador. Enquanto estava acordado, conversava, conversava.... É que este crocodilo fazia perguntas a si mesmo e, depois, como se ele próprio fosse outro, respondia-se-lhe.

De qualquer maneira, conversar assim, durante séculos, gastava os assuntos. Por outro lado, o crocodilo começava já a passar fome. Por dois motivos: primeiro, porque havia naquele charco pouco peixe e outra bicharada que lhe conviesse para refeição; segundo, porque só muito ao largo passava caça de categoria e tenra: cabritos, porquitos, cães...

Muitas vezes, exclamava: “Que grande maçada viver com tão pouco, e num sítio destes!

“Tem paciência, tem paciência...” dizia a si próprio.

“Mas viver de paciência não é coisa que alimente um crocodilo” – recalcitrava-se-lhe.

Naturalmente que tudo tem um limite. Incluindo a resistência à fome. E o crocodilo entrou a sentir uma fraqueza que lhe quebrava o ânimo e o definhava. Os seus olhos iam-se amortecendo e já quase não podia levantar a cabeça e abrir a boca.

“Tenho de sair deste lugar, e procurar caça mais além...”

Eforçou-se, galgou a margem e foi ganhando caminho através do lodo e, depois, da areia. O sol estava a pino, aquecia a areia, transformava todo o chão em brasas. Não havia safa, o crocodilo perdia o resto das suas forças e ia ficar, ali, assado.

Foi nesta altura que passou um rapazinho que exprimia os seus pensamentos cantarolando.

“Que tens Crocodilo, Ah! como tu estás?! Tens as pernas partidas, caiu-te alguma coisa em cima?”

“Não, não parti nada, estou completamente inteiro, mas, apesar de ser pequeno de corpo, há muito não aguento com o meu próprio peso. Imagina que nem forças tenho já para sair deste braseiro.”

Respondeu o rapazinho: “Se é só por isso, posso ajudar-te” e, logo de seguida, deu uns passos, carregou o crocodilo e foi pô-lo à beira do pântano. No que o rapazinho não reparava, era que, enquanto carregava o crocodilo, ele se animava ao ponto de arregalar os olhos, abrir a boca e passar a língua pela serra dos seus dentes.

“Este rapazinho deve ser mais saboroso do que tudo o que provei e vi em toda a minha vida” – e imaginava-se a dar-lhe uma chicotada com a cauda para adormecê-lo, e, depois, devorá-lo.

“Não sejas ingrato” – diz-lhe o outro com quem ele conversava e era ele mesmo.

“A fome tem os seus direitos”.

“Isso é verdade, mas olha que trair um amigo é um ato indigno. Este é o primeiro amigo que tens.”

“Então vou-me deixar ficar na mesma, e morrer à fome?”

“O rapazinho fez-te o que era preciso, salvou-te. Agora, se quiseres sobreviver, trabalha e procura alimento.”

“Isso é verdade...”

E quando o rapazinho o poisou no chão molhado, o crocodilo sorriu, dançou com os olhos, sacudiu a cauda, e disse-lhe: ““Obrigado. És o primeiro amigo que encontro. Olha, não posso dar-te nada, mas se pouco mais

conheces do que este charco, aqui, tão à nossa vista, e se um dia quiseres passear por aí fora, atravessar o mar, vem ter comigo...”

“Gostava mesmo, porque o meu sonho grande é ver o que há mais por esse mar fora.”

“Sonho? Falaste em sonho? Sabes, eu também sonho...” arrematou o crocodilo.

Separaram-se, sem que o rapazinho sequer suspeitasse de que o crocodilo chegara a estar tentado a comê-lo. E ainda bem.

Passados tempos, o rapazinho apareceu ao crocodilo. Já quase o não reconhecia. Via-o sem sinais das queimaduras, gordo, bem comido...

“Ouve, Crocodilo, o meu sonho não parou, e eu não o aguento mais cá dentro”.

“O prometido é prometido. Aquele meu sonho... Mas com tanta caça que tenho arranjado, quase me esquecia dele. Fizeste bem em vir lembrar-mo. Queres, agora mesmo, ir por esse mar fora?”

“Isso, só isso, Crocodilo.”

“Pois eu, agora, também. Vamos então.”

Ficaram ambos contentes com o acordo. O rapazinho acomodou-se no dorso do crocodilo, como numa canoa, e partiram para o alto mar. Era tudo tão grande e tão lindo! O mais surpreendente para os dois, era o próprio espaço, o tamanho do que se estendia à sua frente e para cima, uma coisa sem fim. Dia e noite, noite e dia, nunca pararam. Viam ilhas de todos os tamanhos, de onde as árvores e as montanhas lhes acenavam. E as nuvens também. Não se sabia se eram mais bonitos os dias se as noites, se as ilhas se as estrelas. Caminharam, navegaram, sempre voltados para o sol, até o crocodilo se cansar.

“Ouve-me, rapazinho, não posso mais! O meu sonho acabou...”

“O meu não vai acabar...”

Ainda o rapazinho não tinha dito a última palavra, o crocodilo aumentou, aumentou de tamanho, mas sem nunca perder a sua forma primitiva, e transformou-se numa carregada de montes, florestas e de rios.

É por isso que Timor tem a forma de crocodilo.”

Em tempos imemoriais, Timor era uma sociedade onde não havia dinheiro e a fortuna de cada indivíduo era aferida pelo gado que possuía: cavalos, búfalos, cabras, porcos, assim como ouro e prata. Os animais não eram utilizados para a alimentação, pois havia um uso mais importante para eles: em vida, eles mostravam quão bem-sucedida uma pessoa fora e, em morte, muitos destes animais eram sacrificados para uma festa que servia para enviar a alma para os céus. Os **animais NUNCA eram sacrificados** como tributo religioso, mas sim como comida para os convidados. Havia festas para celebrar nascimentos, onde a proporção era sempre correta entre familiares diretos (ou consanguíneos) e os familiares da outra parte (sogros, cunhados, etc.)

A maior parte dos casamentos era arranjada para uniões políticas e não por razões mais prosaicas como a compatibilidade entre dois seres humanos, ou amor. Num batizado, os convidados bem podiam ser de outra parte da ilha, de outra tribo ou clã. Estas festas e reuniões serviam para cimentar as obrigações que cada aliança política impunha em cada tribo ou clã, servindo para manter a paz entre as comunidades e dentro de cada uma.

Na época do cultivo, havia cerimónias especiais para aplacar a ira dos KLAMAR e assegurar-se de que o KLAMAR guardião sabia que as sementes estavam a ser plantadas no ventre da Terra Mãe. Assim, o guardião KLAMAR poderia garantir que elas eram frutuosas.

Se a plantação era feita com as primeiras chuvas e, depois, não chovia, dizia-se que os espíritos maus haviam morto a alma das plantas e não que o agricultor havia cometido o erro de fazer o plantio demasiado cedo. Na época das colheitas era sempre uma azáfama para conseguir colher tudo antes de os ratos comerem a colheita do ano. Os ratos eram, é óbvio, obra dos espíritos malignos. O mesmo se dizia se as plantas tivessem doença, ou falhassem a sua missão por qualquer razão, tal como o excesso de chuva.

A casa em Timor (UMA) representa muito mais do que o mero local para habitar. As religiões animistas não dispõem de igrejas ou capelas, razão pela qual as casas são bem melhores para fins religiosos. Uma casa tradicional assentava em dois pilares ou alicerces. Um deles representa o sexo masculino e o outro, o feminino. Em Timor, tudo existe aos pares. As casas estão divididas em duas partes, e numa delas a mulher é suprema. Como a casa tem este significado religioso, a mulher é muitas vezes a cabeça da família (e, isto bem antes do extermínio masculino dos anos 70 e 80, pelos indonésios) em termos religiosos. No pilar feminino penduram-se os sacos tecidos pelas mulheres, onde repousam as placentas secas dos ocupantes das casas. Tais sacos devem acompanhar cada pessoa através de toda a vida. Caso tal não aconteça, essa pessoa deixa de estar protegida contra os KLAMAR, e não pode regressar à Terra Mãe como uma pessoa completa na altura da morte.

Todos os desastres são aceites com um fatalismo natural, como derivados do trabalho dos espíritos maus. Até mesmo os acidentes são atribuídos a fetiches ou invasões de espíritos. Foi sempre assim, o que permitiu aos timorenses suportar as maiores desgraças e calamidades, e continuarem a seguir as suas vidas como se nada de anormal se tivesse passado. Isto foi visível nos anos que se seguiram à invasão e domínio indonésio. A importância dada a combater os efeitos do KLAMAR leva muitos timorenses tradicionais a mudarem de nome, a fim de os KLAMAR não saberem onde eles estão e não há ninguém capaz de os convencer a voltar ao antigo nome. Isto era extremamente desconcertante para os portugueses quando efetuavam o recenseamento bienal.

O casamento, e em especial a preparação deste, consumia imenso tempo e cerimónia. O método usual era por HAFOLI (literalmente: fixação do preço) em que os intermediários (normalmente, um Katuas escolhido pela família) demoravam, pelo menos, um ano a estabelecer todas as condições contratuais da aliança. As oferendas apropriadas iam sendo passadas, de parte a parte, à medida que os termos do acordo iam sendo fixados. Em cada estágio do processo um/a LIA NA'IN recitava longos excertos de poesia DADOLIN (versos de duas linhas), dando a ênfase à aliança com a outra parte. Uma Lia Na'in da outra parte faria idêntica declamação, enquanto os convidados iam comendo o que fora oferecido pelos parentes do noivo. Depois de todos os termos da aliança conjugal terem sido discutidos e acordados, e as oferendas iniciais passadas de uma parte a outra (búfalos, cavalos locais (kudas), ouro e prata pela família do noivo; cabras, porcos e tecidos por parte da noiva), os dois jovens podiam começar a coabitar numa base noturna em casa dos pais da jovem. O único rito de casamento era a consumação do mesmo.

Em tempos idos o casamento era levado a sério. Primeiro, o futuro noivo pedia autorização aos pais da futura noiva para casar. Depois, os Katuas decidiam se ele era ou não apropriado como candidato a fazer parte do clã (ou como praticante do sacerdócio da Mãe Terra). Apenas homens e mulheres casados podem tomar parte em todos os ritos religiosos e segredos do clã. Quando os Katuas decidiam que o jovem não era apropriado ou conveniente, terminavam ali os preparativos iniciáticos para o casamento. atualmente as coisas já não se passam

assim. A partir de 1975 cada jovem toma por mulher quem ele muito bem entende, sem ter de a barlaquear, nem seguir as cerimónias. A isto chama-se HAFE.

Ao contrário da civilização ocidental, e, tal como de facto é bastante comum nas culturas orientais, o casamento entre primos diretos não é desprezado, desde que os noivos sejam filhos de um irmão e irmã. Se os noivos forem filhos de duas irmãs ou irmãos, o casamento é totalmente vedado.

A escravatura existiu até 1975, mesmo apesar de proscrita e negada pelas autoridades portuguesas. Os jovens, de ambos os sexos, eram vendidos como ATAN (escravos) para efetuarem serviços não remunerados de criados (KREADO, aquele/a que cuida de bebés) e não dispunham de liberdade para abandonar a família. Os seus donos ou patrões eram responsáveis pelo seu bem-estar, e, de uma forma geral, mesmo durante a ocupação portuguesa e em especial até à 2ª Grande Guerra, eram tratados condignamente e, em muitos casos, faziam parte integrante da família, pelo que era normal ao tornarem-se adultos casarem com a filha do patrão de que haviam cuidado ao crescer.

Os Timorenses têm uma deferência muito especial para com a morte, altura em que as virtudes dos falecidos são contadas ao mundo dos vivos com todos os detalhes, por aqueles que veneram tal falecimento. A morte de um ente querido, importante no seio do clã, criava um vácuo que necessitava ser rapidamente preenchido. Isto demorava longas horas de conversações e negociações entre os Katuas do clã, que tentavam encontrar a pessoa certa para preencher esse vazio. Por vezes, não existia dentro de um grupo ninguém capaz de ocupar a posição vaga, pelo que se tornava necessário recorrer a alguém de uma tribo vizinha. Em situações extremas, podia até acontecer que o clã se repartisse em dois.

Quanto à morte e dívidas do falecido, passado um ano sobre a morte, os familiares e todos aqueles que eram credores ou tinham uma aliança com o falecido eram convidados para uma Cor Mêta (KORE METAN) ou celebração pela partida, no local onde a alma do falecido havia emergido do ventre da Mãe Terra. Muitas das dívidas eram pagas pela própria preparação da festa. Os convidados enchiam-se de tudo o que era bom de comida e TUAKA (vinho de palma). Estas festas duravam uma semana de danças na qual eram contadas histórias sobre as virtudes dos falecidos.

Das suas recordações ao chegar em 1973, lembrava-se também dos curiosos caranguejos azuis, castanhos, esverdeados, minúsculos, que ao pôr do sol saíam das profundezas da areia húmida (onde ninguém os pisara, vira ou presentira durante o dia) para encetarem mais uma marcha não se sabe para onde. Eram centenas ou milhares numa manobra de precisão militar que a natureza orquestrara há séculos e se repetia diariamente. Teria de estudar mais tarde este fenómeno.

Depois de alguns artigos escritos para o jornal local durante o tempo que estivera em Bobonaro, foi nomeado Editor-Chefe de "A Voz de Timor", em fevereiro 1974. O jornal de tiragem semanal reduzida tinha quatro páginas apenas, numa terra onde a rádio emitia só duas ou três horas ao dia, onde a TV não tinha chegado e os telefones eram um luxo de que alguns tinham ouvido falar. Havia apenas a Rádio Marconi para se ligar para o resto do mundo através dum cabo submarino. Isto permitia um contacto telefónico e telegráfico de má qualidade e irregular.

Lembra-se de ter escrito um artigo sardonicamente crítico das eleições para a famigerada Assembleia Nacional. A sua sátira mordaz fora entendida pelos apaniguados do regime (como o secretário do governador, José Joaquim Espiga Tomás Gomes) como sendo exemplificativa do apoio que as novas gerações davam ao velho regime. Só lamentava não ter recuperado esse número de A Voz de Timor e não ter guardado esse manuscrito. Logo a seguir dá-se o abortado Golpe das Caldas (da Rainha) a 16 de março e logo a seguir o 25 de Abril que só chegaria a Timor a 18 de novembro desse ano. A onze de março, e sem qualquer pré-aviso, o Governador Alves Aldeia deixa o território rumo a Portugal para "*expor os problemas de maior impacto [ao Governo de Lisboa] na promoção socioeconómica do povo timorense, considerada prioritária em relação a todos os demais.*"

A dezasseis de março, na pequena vila das Caldas da Rainha em Portugal, um grupo de oficiais do exército tenta, sem sucesso, arrebatar o poder ao Dr. Marcello Caetano, então Primeiro-ministro, que sucedera a Salazar, como perpetuador da ditadura, sob um manto de pseudo-abertura política designada como "primavera política". Sobre o abortado 'Golpe das Caldas' nada transpira em Timor até mais tarde.

Em 26 de março, o governo australiano apresenta um protesto formal ao governo português pela concessão por Lisboa dos direitos de prospeção de petróleo à companhia norte americana "Oceanic." A área em contencioso tinha cerca de 23 mil milhas quadradas (59,565 km²) e, de acordo com a reivindicação australiana, continha partes já sob a concessão dada à companhia australiana Woodside-Burmah Oil. Para além disso, de acordo com a Nota Oficial de Protesto, do governo de Camberra, outras áreas da zona de concessão da Oceanic faziam parte de uma área que estava a ser negociada entre a Indonésia e a Austrália para perfurações de prospeção.

De facto, um terço da área concedida à Oceanic era um enclave entre plataformas offshore já projetadas, e cedidas por concessão à australiana Woodside-Burmah.

Entretanto, em Camberra, o embaixador português, Dr. Mello Gouveia apresentava ao Governo Australiano uma Nota Oficial [de Protesto] onde o Governo declarava "não poder reconhecer a reclamação australiana, por não haver legislação suplementar entre os dois países, ambos signatários do Tratado de 1954 (Convenção Internacional sobre Fronteiras Marítimas)." Gough Whitlam, primeiro-ministro australiano reagiu energicamente a esta Nota, numa Conferência de Imprensa, em que afirmava, que: "O Governo Australiano tem o direito de defender os recursos naturais do país que estão a ser postos em questão no Mar de Timor."

Esta confrontação sobre o dossier petróleo vai, em breve, passar a segundo lugar face às gravíssimas crises constitucionais em ambos os países. Uma controvérsia sobre educação abalava por esses dias Timor, com o Dr. Félix Silva Correia, (então representante da ANP em Timor e Chefe da Repartição dos Serviços Provinciais de Educação), reagindo iradamente contra observações críticas às estruturas da educação e alegados aumentos de alfabetização. O jornal local "A Voz de Timor" publicara, em 19 de março, um suplemento especial dedicado à educação e, nele incluía uma entrevista auto elegíaca do Dr. Félix Correia. Os editoriais denunciam as falsas estatísticas e

apresentam propostas para melhorar o nível de ensino e de alfabetização. Em vez de aceitar os dados estatísticos oficiais de 80% de alfabetização JC avançava com o mesmo número, mas representando o analfabetismo. De imediato, a máquina política manipulada pelo Dr. Correia inicia um coro de protestos de apoio à educação, na sua maioria assinados em cartas à Redação pelos mais representativos líderes locais e funcionários públicos. JC é sujeito a um inquérito oficial liderado pelo Governador interino. Alguns professores, irritados pelas acusações, que consideram difamatórias, exigem uma reparação.

Timor vive os últimos dias do decrepito Estado Novo e nem sequer se dá conta disso. No mesmo número, publicava-se um artigo 'Educação e Autonomia', já com algumas décadas, do autor português proscrito, António Sérgio. Recorde-se que este autor era tabu (antes do 25 de Abril), mas o artigo não motivou comentários, se bem que devesse ter sido banido de publicação. Incoerência dos censores ou mera e flagrante ignorância?

Curiosamente (ou talvez não), Ramos Horta escreve editoriais a apoiar Félix Correia. Como Editor-Chefe do jornal e autor de "*Educação - Um Suplemento Especial*" JC é suspenso. Sendo oficial miliciano está sujeito aos regulamentos e normas militares, devendo enfrentar a justiça militar pelo seu crime. A repressão das hierarquias militares suscita uma greve simbólica (de braços caídos) dos Serviços da Imprensa Nacional, liderados por Cristóvão Santos, onde o jornal era impresso. O Governador interino impõe profundos controlos no jornal depois daquele danoso desaire. O autor, silenciado com a mordaza do RDM (Regulamento de Disciplina Militar) fica impedido de se expressar publicamente ou de apresentar defesa. Esta controvérsia arrasta-se até abril 1974.

Entretanto, como Chefe Interino do Batalhão de Serviços de Intendência, responsável por víveres e combustíveis em todas as unidades militares do território, JC consegue aprovar um novo sistema de utilização de gasolina. Pela primeira vez, os soldados e os cabos (os mais desfavorecidos economicamente) passam a ter direito a obter artigos de consumo para uso pessoal, tal como já acontecia com as elites hierarquicamente superiores. Crê-se que o Comandante Militar Interino, Tenente-coronel Mário Dente, assinara o despacho para o novo sistema, sem lobiçar a sua perigosa latitude. Nesse mesmo dia, 5 de abril, como resultado da ação do novo sistema, outra controvérsia surgia: as autoridades civis exigem que o governo intervenha e cancele o sistema. Convém referir que os civis estavam sujeitos a restritas medidas de racionamento de gasolina desde dezembro 1973. Os militares tinham estoques à sua disposição para um consumo máximo até dezoito meses, fruto da gestão cuidada dos Serviços de Intendência. A situação entre civis e militares é tensa. As chefias militares temerosas. Evitam agir em vésperas da chegada do Governador e Comandante em Chefe. O próprio Governador, Coronel Aldeia, nomeara JC para tomar conta do jornal, pouco depois de o trazer de Bobonaro para Dili.

Ainda na célebre edição de 19 de março, JC publicara uma colagem com alusões à falhada rebelião das Caldas da Rainha. Incluía-se também uma menção ao controverso livro "*Portugal e o Futuro*" pelo, então General Spínola (em breve, novo Presidente de Portugal), e o apoio que tal livro recebera nas Nações Unidas.

Outros editoriais naquele número histórico abordavam os problemas que poderiam ter provocado o Golpe das Caldas, seus precedentes e possíveis implicações futuras. Nada disto fora censurado. O sucesso foi tal que obrigou, pela primeira vez na história do jornal, a que se fizesse uma reedição.... Enquanto isto acontecia, reorganizara o jornal e passara-o a diário, lentamente aumentara a tiragem e o tamanho da edição especial de sábado. Começara com 8, passara a 12, 16 e finalmente 24 páginas, com a ajuda do Chefe da Imprensa Nacional, Cristóvão Santos e com o (futuramente celebrado prémio Nobel da Paz) José Ramos-Horta a trabalhar como seu secretário no jornal. Era uma tarefa difícil num sítio onde não chegavam notícias, a não ser por onda curta, as revistas e jornais da metrópole eram velhas quando chegavam.... Fizera colagens bem interessantes, retiradas de várias revistas para ilustrar as principais notícias, dado que tinham grandes dificuldades técnicas em imprimir imagens, e as que podiam eram pequenas. O equipamento era bem antigo. A composição era manual e morosa pois não havia grande variedade de tipos de letra.

O Governador Aldeia retorna a Timor a 19 de abril. Logo após a sua chegada ao aeroporto profere o seu mais virulento discurso, para espanto dos locais.

Negando qualquer representatividade ao denominado "Movimento dos Capitães," Aldeia salienta que "o abortado Movimento das Caldas foi severamente reprimido, e não encontrou qualquer eco ou apoio em todas as camadas, inclusive militares." Classificando de 'traidores' os capitães envolvidos, Aldeia, neste discurso, diz ainda da alegria que sentia (em nome dos timorenses), ao ver satisfeitas todas as propostas apresentadas ao Governo Central, abrindo caminho a uma nova era de prosperidade para Timor: "Falando em nome de todos os Timorenses, tenho o prazer e a alegria de vos dizer que o Governo de Lisboa está satisfeito por poder ajudar o fiel povo de Timor, que durante tantos séculos tem sido tão fortemente Português." Este discurso, o mais político de todos os que Aldeia fez marcou uma viragem do seu estilo habitual, de sobriedade política. Houve quem especulasse que estaria a aproveitar-se dos últimos acontecimentos durante a sua estadia em Portugal. Pouco tempo demoraria a que Aldeia e o seu discurso fossem votados ao esquecimento total, lá no cemitério da política donde raramente se regressa.

De facto, o seu melhor discurso marcou o princípio e o fim das suas aspirações políticas.

Em 27 de abril, por sua ordem direta, executada pelo seu Secretário pessoal, Dr. J. J. Thomás Gomes, a composição deste seu discurso era retirada da Imprensa Nacional e a gravação do mesmo era retirada da estação local de radiodifusão ERT (Emissora de Radiodifusão de Timor.) O discurso quer no seu registo

magnético, quer na sua transcrição escrita são, deveras, comprometedores, em termos do 25 de Abril em Portugal. Assim começou o que alguns denominaram, como "Aldeiate."

Embora Timor não dispusesse de telex, desde o ano anterior dispunha já de contactos radiotelefónicos com o mundo exterior. Assim, quando a Revolução dos Cravos aconteceu em 25 de Abril houve quem recebesse a notícia via telefone. Depois disso, era só uma questão de perder algum tempo agarrado aos rádios de ondas curtas.... Era hora de jantar e JC estava de Oficial (Ajudante) de Dia no Quartel-general. O idoso Oficial de Dia já estava há muito a olhar para o seu umbigo, depois da sua rodada habitual de vinho "Periquita" ou outro qualquer. O operador da Telecom local, a Rádio Marconi, ligou a dizer a JC que ia ter uma chamada telefónica uma hora depois. Chamou o condutor de serviço, mandou-o ligar o Jeep e passados quinze minutos estava em Díli, ansiosamente esperando 'a chamada'. Pressentia tratar-se de algo muito importante. Anteriormente, acordara com a família que só haveria telefonemas em caso de emergência. Há muito que confirmara que toda a sua correspondência era sujeita a censura prévia e as suas chamadas telefónicas gravadas. Sem perder tempo, pede ao condutor para passar por casa nos apartamentos da SOTA, no Largo de Lcidere, onde comunica aos colegas de habitação (o cirurgião Prata Dias e o engenheiro Proença de Oliveira, subchefe da Repartição dos Serviços de Agricultura) o que ouvira. Era a REVOLUÇÃO. Pede-lhes o máximo sigilo, liga o rádio em ondas curtas e regressa ao Q.G. (Quartel-General) onde anota no relatório que nada havia a assinalar da 'ronda' pela cidade. Durante o resto da noite, escuta avidamente os noticiários da BBC, Rádio Austrália e toda uma série de emissoras (até ouvira a Rádio Paquistão, pela primeira vez). Na manhã seguinte, o camarada Freitas, que ia render o autor, pergunta se havia novidades de Portugal. Sem confiar em ninguém, depois do que se passara com a controvérsia no jornal no mês anterior, responde-lhe: "*Nada, que esperavas?*"

Os dias que se seguem são caóticos, com toda a espécie de rumores a circular e um generalizado sentimento de incredulidade pelos acontecimentos. Quando as novas de que o governador tinha mandado apreender a gravação e a versão impressa do seu discurso, a maior parte das pessoas convenceu-se de que a 'Revolução dos Cravos' não era já fruto da imaginação. Os dias passam, e o oportunismo camaleónico é avassalador. Do dia para a noite todos são revolucionários. A necessária e esperada demissão do Governador Alves Aldeia começa a demorar mais do que as pessoas haviam esperado. Torna-se necessário que ele entregue a sua carta de demissão depois do já famoso discurso em que, de forma obstinada, se opunha àquilo que era já o novo regime político.

Começam a tomar vulto os rumores de que o capitão tenente Leiria Pinto, Comandante da Defesa Naval, é o nomeado pela Junta para agir localmente. Estes boatos confundem muita gente, pois Leiria

Pinto era considerado como tendo ideias de direita extremamente conservadoras. Ao mesmo tempo, há quem afirme que o Chefe de Estado-maior, Major Arnao Metello, um sombrio oficial de carreira, do exército, vindo de boas famílias, é o homem de confiança da Junta de Salvação Nacional. O major Metello é um oficial conservador conhecido pela sua falta de decisão e pela falta de garra em tudo o que se reportava à ação colonial de Portugal. A oposição à continuação do coronel Aldeia no poder cresce de dia para dia. Ameaça tornar-se numa bola de neve, com os militares definitivamente divididos entre os progressistas - na sua maioria oficiais milicianos, furriéis e sargentos - e a velha guarda dos oficiais de carreira.

Entretanto em Portugal, os soldados usam os cravos encarnados nos canos das suas espingardas. O povo anda excitado com a liberdade acabada de aprender. Sobem os barómetros da esperança depois de 48 anos de obscurantismo. A situação começa a clarificar-se em maio, embora nem todos os decretos aprovados em Lisboa se tornem extensivos a Díli. Quase nem um tiro fora disparado em Portugal. O regime caiu porque estava tão podre que estava incapacitado de suster qualquer ataque frontal. A celebrada vitória vem estampada em todos os jornais e revistas que chegam a Timor, mas de uma certa forma, parece estar a anos-luz de Timor.

Depois do 25 de Abril (data da Revolução dos Cravos em Portugal) JC começara a publicar artigos que o Comando Militar e, em especial o CEM (Chefe do Estado-Maior Arnao Metello) queriam evitar. Começara a ser chamado todas as manhãs ao CEM que simpaticamente mandava o seu motorista no velho Volkswagen do Estado-Maior buscá-lo a casa. Nessa rotina lá tinha de explicar porque publicara artigos censurados e considerados material proibido. Esta rotina prolongou-se por bastante tempo e trouxe consequências ao seu serviço militar. Uma verdadeira caça ou o jogo do gato e do rato. Em julho desse ano morreu o seu avô materno por quem nutria um amor muito especial e de forma profunda por essa pessoa doce, carinhosa e com um enorme coração. Só saberia dessa morte em setembro.

5.3. A EXPETATIVA, A FRAUDE E O DESENCANTO maio 1974.

A especulação termina quando Arnao Metello é confirmado como o novo representante do governo em Timor. As pessoas esperam e exigem uma atitude decisiva e imediata, mas ele hesita. A nova ordem legítima não se faz impor. O exército mostra-se agitado, mas Arnao Metello é um procrastinador e nada de significativo se faz.

António Arnao Metello, engenheiro civil, falecido a 29 de julho de 2008, trabalhava em Macau desde a década de 90 no Laboratório de Engenharia Civil e foi vice-primeiro-ministro de Vasco Gonçalves, entre 08 de

agosto de 1975 e 19 de setembro do mesmo ano. Antes tinha sido também ministro da Administração Interna do quarto Governo Constitucional, também liderado por Vasco Gonçalves, entre 26 de março de 1975 e 08 de agosto do mesmo ano.

Ao longo da sua carreira política e militar, António Arnao Metello foi também chefe do Estado Maior das Forças Armadas em Timor-Leste e representante no território do Movimento das Forças Armadas (MFA) na altura da guerra civil timorense que ditou o abandono da administração portuguesa e a invasão indonésia.

Em Macau, António Arnao Metello esteve ligado à atividade na área da engenharia antes de ingressar no Laboratório de Engenharia Civil de Macau onde desempenhava as funções de chefe de departamento de estruturas.

A PIDE (a Polícia para a Informação e Defesa do Estado) tem 20 membros em Timor. Alguns deles são detidos em condições de turistas de luxo, demonstrando como se vivia num país de brandos costumes. Outros não só continuam em liberdade, mas mantêm-se em funções, continuando a beneficiar dos seus carros e casas do Estado. A burocracia administrativa resiste ferozmente à Nova Ordem. Será que a Revolução dos Cravos não passou de uma invenção da comunicação social? Ou será esta, apenas a longa distância entre a ficção e a realidade? Como o Dr. J. Pestana Bastos escreve à data:

"O Governador manteve-se nas suas funções (vício de base). Um defeito de cúpula, ímpar, determinante duma política e determinado por ela não deve nem pode mudar de tónica, de linguagem, estrutura, clique, de filosofia política, sem se comprometer irremediavelmente e deixar na mesma posição o governo que o referenda. Nada disto significa, aqui e neste momento, crítica ou inconsideração pelo Coronel Fernando Alves Aldeia ou pela sua ação. Se a sua ação foi meritória mais uma razão para não o ser a partir de então".

Como falar das malhas da burocracia, originada em premissas coloniais? A manutenção dos chefes de departamento é um erro perigoso que vai implicar, mais tarde, que se tomem medidas de emergência. As posições fundamentais são mantidas, inalteradas, por demasiado tempo nas mãos de indivíduos totalmente dependentes do 'velho regime' e os quais se opõem ferozmente ao 'novo regime' e aos que o representam.

No início de maio, o governo impõe novos delegados seus para a Rádio (ERT), jornal ('A Voz de Timor'), linhas aéreas locais "TAT". Embora já haja um novo delegado nomeado pelo governo para a Rádio Marconi, esta entidade continua as suas escutas telefónicas como até então fizera. Alertado, o major Metello encolhe os ombros e diz que nada disso os deve preocupar. Sabendo como a Rádio Marconi havia sido responsável por muitos dos 'casos políticos' acontecidos durante o seu primeiro ano de existência, alerta-se a população para aquela situação.

Todo o correio por mala militar (o qual representa cerca de 95% do total) mantém-se sujeito a censura. Demora uma semana a fazer a triagem do correio, desde ser descarregado do avião até ser distribuído. As intrigas e os boatos florescem neste período. Muitas pessoas estão ostensivamente opostas ao *'novo regime'* mas mantêm as suas posições de poder e influência. Outras, rapidamente ficam desapontadas com os ventos da mudança. Há também quem se oponha ao governador, mantido ativamente no poder como suprema autoridade em Timor.

O delegado da Junta mal se vislumbra e é inoperante. O escândalo irrompe quando oficiais da PIDE são mantidos nos seus postos sob a nova designação de PIM (Polícia de Informação Militar). Continuam a poder utilizar os carros do Estado, casas e outras despesas totalmente financiadas pelo executivo. Outro exemplo curioso é o de um oficial de carreira (Capitão) ainda à frente de uma subunidade no Quartel-general, embora ele mesmo admitisse pertencer à polícia secreta. Finalmente, antes do fim do mês de maio, o chefe do Departamento Provincial de Educação (Félix Correia) é exonerado e as atividades da Mocidade Portuguesa (o movimento da juventude baseado numa fórmula Nazi) são dadas por findas.

Alguns delegados da Junta de Salvação Portuguesa são esperados em Timor trazendo com eles - espera-se - o cheiro fresco dos cravos encarnados e da revolução de que tantos ouviram, mas ainda não puderam observar. Com eles, chega a desilusão e o desapontamento.

Um, é o Major Garcia Leandro (posteriormente Governador de Macau) conhecido das gentes de Timor, de uma anterior comissão de dois anos em que fora um mero Secretário do Governador (Brigadeiro Valente Pires). Alguns graves incidentes administrativos e económicos ocorreram sob a sua égide. Posteriormente, um inquérito oficial fora rapidamente arquivado, sem conclusões, mas um enorme montante desaparecera ou levava sumiço sem se saber para onde ou como. A comunidade chinesa é perentória sobre o não regresso do Sr. Major Leandro e é extremamente cooperante com provas documentais sobre os referidos incidentes.

Mais tarde (outubro 1974) alguns jornais de Portugal especulam sobre a possibilidade de o Major Leandro ser um dos principais candidatos à posição de Governador de Timor. Dado existirem pressões [dos chineses e dos dois jornalistas em Timor], acaba por se contentar com o cargo de Governador de Macau. Entretanto, em Portugal, o semanário "Expresso" de 25 maio 1974 dedica quase toda a sua primeira página a Timor, sob o título: "**TIMOR: situação controversa agora sem vendilhões do templo...**"

De facto, a situação político-militar está confusa em Timor. Depois da visita dos delegados da Junta (Majores Garcia Leandro e Maia Gonçalves) em vez da verdadeira voz de um governo revolucionário, as pessoas

constatam que as velhas formas de esquecimento a que a colónia foi votada no passado se iriam manter. Há quem anseie por Salles Grade, anterior Chefe de Estado-maior em Timor, até 1973.

Durante a controversa visita dos delegados da Junta, Leandro faz declarações bem ambíguas e nebulosas:

"i) Que o MFA (Movimento das Forças Armadas e espinha dorsal da Junta) sabe perfeitamente bem o que se está a passar em Timor, e não há necessidade para as pessoas em Timor se preocuparem.

ii) Que a permanência do consulado Aldeia está perfeitamente justificada porque as suas atividades são predominantemente administrativas, logo não políticas (sic).

iii) Que o MFA não tolerará mini-revoluções ou mini-movimentos assim como atos tendentes a afastar o Governador e Comandante Militar em Chefe, os quais apenas podem ter origem em grupos minoritários."

Estas declarações obscuras e dúbias levaram muita gente a indagar se tais eram pontos de vista pessoais e não linhas mestras do MFA. Apoiada por estas declarações a emissora local apressa-se a proclamar que *'se o governador Aldeia for afastado haverá um banho de sangue devido ao seu conhecimento profundo da população local.'*

Criticamente, afirma JC, em editorial no jornal local, que o postulado destas premissas está fundamentalmente errado. Diante de centenas de pessoas reunidas no Ginásio Escolar para escutar as vozes da revolução o, então, Major Leandro proclama que o semanário "Expresso" é sensacionalista e incorreto na sua reportagem sobre Timor. Ele também promete descobrir, no seu regresso a Lisboa, quem foram os autores das 'notícias alarmistas que obviamente *"conspiram contra a paz e tranquilidade na ilha."* Toda a gente sabe que há duas pessoas a escrever para o "Expresso": Cristóvão Santos, Diretor da Imprensa Nacional e JC. Ambos fizeram parte das revelações do "Aldeigate" quando o Governador Aldeia chamou traidores aos revoltosos de então, agora no governo. De facto, uma cópia do discurso de Aldeia fora por eles escamoteada para fora do território utilizando hippies australianos rumo ao Cupão (Kupang). Outra cópia fora enviada para um intermediário sob nome falso, de forma a não alertar os censores.

Quando a PM (Polícia Militar) veio, sem mandatos, fazer buscas a casa dos dois suspeitos não conseguem encontrar as duas cópias em falta, porque estas já iam rumo a Lisboa. Aquele material queimava como ácido, e não era aconselhável tê-lo ou tocar-lhe. Este, e outros factos são relevantes para estabelecer os antecedentes daquilo que a seguir se vai passar. A imputação do Governador tem o seu início real quando a composição começa a ser impressa e, de imediato retirada para encobrir a existência do seu discurso.

Um último detalhe da sessão no Ginásio, *Leandro mandara sair algumas pessoas por terem cartazes 'contra o governo marcelista ainda no poder em Timor'.*

Muita gente não conseguia entender esta democracia guiada, pois centenas de pessoas haviam passado pelos cartazes, respeitando-os, quer concordando ou não com os mesmos. O representante da Junta e do Governo Provisório no poder em Portugal não pudera nem quisera respeitar aqueles cartazes. Depois de Leandro e Maia Gonçalves saírem do território ficou um certo vazio. Mesmo antes de sair, Garcia Leandro valida a mensagem da emissora sobre o banho de sangue que se verificaria se a população ficasse sem o governador Aldeia. De facto, esta não era a forma adequada de começar a descolonizar a mais distante e esquecida colónia do Império Português que ora se desmoronava.

A revolução de abril abriu as portas à autodeterminação das colónias e à criação de partidos políticos. Embora fosse incipiente, a vida política em Timor começa a tomar forma. A nascente democracia em Portugal é acompanhada da autodeterminação e independência para as ex-colónias. São praticamente simultâneas e consequência da Revolução que derruba o regime ditatorial de Salazar e Caetano.

Os movimentos de libertação em África lutavam uma guerra cansativa devido à intransigência do regime de Salazar. Lisboa mantinha-se imperturbada pelos ventos de mudança que assolavam o continente, em especial nas maiores colónias, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Quase toda a administração colonial (embora houvesse exceções honrosas) era, quase sempre, caracterizada pela incompetência, boçalidade e pelo padrão de injustiças. Estas, podiam ir da requisição à população nativa africana de tudo o que era valioso (pepitas, diamantes, peles, dentes de elefante, etc., quando não as mais apetitosas jovens para fins lascivos, desculpados pela solidão e afastamento da pátria...).

Não havia praticamente escolas, além das missões religiosas que haviam proliferado ao longo dos séculos, e as administrações militares pecavam por falta de informação adequada relativamente aos seus súbditos nativos.

A metrópole exportava tudo o que podia para as colónias para assim pagar tudo o que delas recebia, pelo que a balança comercial vivia em grande parte à custa delas. Por isso não convinha desenvolvê-las nem convinha investir. Para as colónias iam todos os inúteis, que o regime amparava e apoiava, para preencherem funções para as quais não estavam preparados nem eram competentes, mas em troca das quais recebiam mordomias e salários avultados. Houve sempre exceções, mas nunca passara disso, de exceções com grandes homens idealistas que viam sempre neutralizadas as suas intenções e consciências, para que nada fosse feito. Não se deve esquecer que a teia colonialista do governo central se havia limitado a manter as estruturas quase tribais existente desde há séculos, não facilitando ou impedindo o acesso dos nativos a qualquer tipo de educação além

da primária. Na burocracia colonial os principais lugares estavam reservados aos continentais ou importados de outras colónias. A nível do exército sempre fora vedado o acesso a todos os que não fossem filhos de pais europeus, desta forma deixando de fora, mestiços e nativos, discriminando efetivamente contra a criação de elites cultas locais.

Identicamente se dificultara a emigração de colonos portugueses, em especial para as províncias ultramarinas de Angola, Moçambique e Timor, favorecendo o êxodo de mais de dois milhões de pessoas para o Brasil nos finais do século XIX e primeira metade do século XX, o que foi excelente para desenvolver o novo país independente e manter em atraso ancestral todas as outras colónias.

Entrementes, em Timor os sentimentos nacionalistas crescem na sombra, sem serem vislumbrados pelos europeus. Devido ao subdesenvolvimento socioeconómico e aos atrasos da educação até aos anos 50, existe apenas uma incipiente elite impreparada para canalizar esses sentimentos nacionalistas de forma eficaz. Nos anos 60 começara a verificar-se um investimento maciço nas estruturas educacionais (até então quase inexistentes), seguido de um incremento das estruturas socioeconómicas da colónia, que lentamente altera a sua imagem centenária de abandono. Tudo isto vem promover, mesmo que indiretamente, a emergência de uma elite capaz de desencadear sentimentos nacionalistas e despertar a vontade timorense. Começa a notar-se durante o regime colonial, através da imprensa local e do jornal do seminário católico 'Seara'. Era acompanhada de formas incipientes e camufladas de desobediência civil. Já, as inúmeras rebeliões contra a administração portuguesa (a última das quais em 1959) imediatamente reprimidas e subjugadas, haviam ajudado a estabelecer uma embrionária identidade nacional.

Durante maio 1974, beneficiando da liberdade política concedida pela Revolução de abril, formam-se os principais partidos políticos em Timor:

A UDT (União Democrática Timorense) em 11 maio, que começa por defender uma forma de Federação com Portugal (evoluindo mais tarde para o desejo de independência). UDT/UDETIM é predominantemente um grupo católico formado por Francisco Lopes da Cruz, César da Costa Mouzinho, João Carrascalão e Mário Carrascalão.

A ASDT (Associação Social Democrática Timorense) forma-se a 20 de maio para evoluir em setº 1974 para FRETILIN [Frente Revolucionária De Timor-Leste Independente]. Proclama a necessidade de se obter a independência total. Os seus fundadores e líderes são: Francisco Xavier do Amaral, José Ramos Horta, Nicolau Lobato e Justino Molo.

Sob a égide da Indonésia em 27 maio surge um terceiro partido, a APODETI [Associação Popular e Democrática de Timor]. Defende a integração na Indonésia sob um estatuto autónomo especial. Este partido nunca chegaria a alcançar mais do que 2 ou 3 por cento do apoio popular. Fundadores e líderes eram: João Osório Soares, José Martins, Abel Belo, e Arnaldo Araújo.

Mais tarde novos partidos se formam, todos eles carecendo de apoio popular significativo, tais como KOTA e PT (Partido Trabalhista). O Governo seguindo instruções de Lisboa para promover a formação de grupos políticos locais, atribui subsídios até 50 000\$00 a cada partido. Inicialmente, quer a ASDT quer a UDETIM (UDT) carecem de poder popular. A APODETI é considerada como uma espécie de anedota quando proclama a *'reintegração histórica das duas metades da ilha sob a bandeira indonésia.'* Os manifestos iniciais de tais partidos políticos embrionários contêm pontos curiosos que reputamos importantes para compreender o contexto em que foram criados, em vez de nos limitarmos a papaguear o que foi deturpado ao longo de mais de duas décadas e não corresponde à realidade. A ASDT afirma:

"... Defende intransigentemente o direito à independência para o Timor-Dili. Os timorenses têm capacidade natural para, como qualquer outro povo, governar as suas terras. Nós, timorenses não somos uma raça inferior, indolente, etc. como nos pretendem alguns classificar - tentando assim destruir a nossa própria dignidade, o orgulho de sermos timorenses, o amor que votamos a esta ditosa terra nossa amada ... um ideal indestrutível: fazer de Timor uma terra livre, de gente livre, terra de paz e progresso, sem ódios, discriminações raciais, sem ricos muito ricos e pobres muito pobres. A ASDT luta por um direito universalmente reconhecido ... o direito à independência ... rejeitando energeticamente qualquer forma de integração a potências estrangeiras. A ASDT vai diligenciar junto do Governo Central para que o plebiscito só se realize dentro de cinco anos, nessa altura o povo de Timor escolherá o seu destino."

A Comissão Organizadora da UDETIM (UDT) escolhida entre os fundadores integrava:

*Mário Viegas Carrascalão, Chefe dos Serviços de Agriculturas e Florestas,
Humberto Jorge da Conceição, Chefe dos Serviços de Finanças, e depois Interino da Economia e Preços,
Domingos de Oliveira,
António de Sousa Nascimento, Chefe da secretaria da Agricultura e Florestas,
Fausto do Carmo Soares, Manuel Babo, Jacinto Soares dos Reis, e Fernando do Rosário dos Mártires.*

No seu manifesto inaugural protestava contra os informadores da PIDE/DGS:

"Considerando que tais indivíduos exerciam atividades não só atentórias da dignidade e liberdade dos seus patrícios, mas também perniciosas, e considerando que é do interesse de todo o povo timorense a divulgação da identidade dos elementos condicionadores das suas liberdades primárias..."

O manifesto exigia publicamente ao Governo da Província que:

Seja elaborada lista de informadores da PIDE/DGS e dada a conhecer ao público,

Sejam repostas pelos mesmos elementos as quantias indevidamente percebidas, sendo o total entregue à Assistência Social,

Sejam saneados os informadores que forem funcionários públicos.

A curiosidade destas exigências reside no facto de ser voz corrente que um dos fundadores da UDT era um ativo informador. Nenhuma lista de agentes da PIDE/DGS foi alguma vez publicada. Num comício da ASDT, em Hatolia, foi afirmado que *"Portugal já nada queria ver com Timor, motivo pelo qual os timorenses teriam de passar a contar unicamente consigo próprios. É no seu melhor interesse começarem a aprender Bahasa Indonésia para enfrentarem os desafios do futuro."*

Esta premonição causou séria contestação e motivou um protesto ao delegado do MFA, então Major Arnao Metello, visto que a recém-criada Comissão de Orientação Política, órgão consultivo sem poder para impor as suas resoluções, criado para apoio aos recém-formados partidos não atuara. Indiretamente os dois principais partidos envolvem-se numa controvérsia, causada por um jornal de Lisboa.

A edição de 21 junho do 'Jornal do Comércio' transcrevia uma reportagem da Agence France Press de Jacarta, onde se afirmava que José Ramos Horta recebera (junho 17) uma carta de Adam Malik, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, apoiando a independência de Timor-Leste. A mesma notícia dizia ainda que "os três partidos em Timor vão encetar negociações no sentido do adiamento do referendo previsto pelas autoridades portuguesas para março 1975." A UDT prontamente desmente esta notícia alegando que "só as agências noticiosas indicam data para o referendo, visto o governo português não o ter feito."

O comunicado acrescenta:

**"A data do plebiscito deve ser condicionada pelo incremento que for dado pelo governo português ao desenvolvimento social, político, cultural e económico de Timor, cujos níveis atuais são praticamente iguais a zero. A fixação de qualquer data sem prévia observância de um mínimo de suficiência no desenvolvimento daqueles setores, será interpretada pela UDT como um autêntico convite ao suicídio político do povo timorense que em tais circunstâncias se deve abster de votar ..."*

O artigo do "Jornal do Comércio" acrescentava que *"Os mesmos partidos propõem igualmente formar desde já (junho 1974) um governo provisório com individualidades naturais de Timor."* A UDT acentuava em relação a isto:

"É a primeira vez que existe tal iniciativa, desde já, e em princípio a UDT apoia, não obstante estar muito longe de crer que exista da parte do governo português qualquer intenção de permitir que tal iniciativa possa ser concretizada nos tempos mais próximos. A desconfiança da UDT alicerça-se nos pontos seguintes:

a) Todos os lugares de chefia que vagaram nestes últimos tempos (Educação, Transportes Aéreos, Aeronáutica Civil) foram integralmente preenchidos por elementos não timorenses;

b) O povo não ter sido ouvido na nomeação do futuro Encarregado do Governo (Tenente Coronel Níveo Herdade) o que é interpretado como antidemocrático e de nenhum apreço pelo que os timorenses poderão pensar sobre tal;

c) Ser militar o Encarregado do Governo, que continuará a desempenhar simultaneamente o cargo de Comandante Militar. Esta medida leva a supor que não existem em Timor pessoas com capacidade suficiente para desempenharem aquelas funções, e pergunta-se se a separação dos poderes civis e militares recentemente levada a efeito, fica anulada?"

Citando ainda o 'Jornal de Comércio' e o despacho da AFP em Jacarta, o secretário da ASDT, Ramos Horta pedia

"uma reunião tripartida para elaborar uma plataforma de transferência imediata (junho 1974) de poderes para o escol da população local, adiando por QUATRO ANOS as eleições gerais".

A UDT contestava tal ideia por ser antidemocrática

"se não for previamente submetida a consulta popular e, utópica na medida em que o governo português não deu mostras do mínimo indício de boa vontade na participação de timorenses na administração local".

Este longo comunicado da UDT acrescentava:

"Ramos Horta considera que pelo facto de 90% da população da ilha ser totalmente iletrada e sem qualquer formação política, um plebiscito a esse nível seria uma espécie de fraude. A UDT crê que se o povo timorense ainda é constituído por uma grande maioria de analfabetos não quer dizer que seja ignorante ou estúpido, pois ele sabe o que quer e por que quer. Quando assim é não se pode falar em qualquer tipo de fraude... seria abominável pretender eternizar a situação de colónia em que vivemos. Que o governo português se não fique por palavras e dê início quanto antes ao cumprimento da promessa de desenvolvimento."

E mais adiante a UDT, através de Mário Viegas Carrascalão (até ao 25 de Abril Vice-Presidente da ANP em Timor e Deputado), clarifica:

"Manutenção parece querer dizer continuidade, o que seria totalmente contrário às aspirações da UDT. Assim, para que não haja mais equívocos declara que é sua intenção lutar por um futuro de Timor enquadrado

num esquema de ligação a Portugal (com evolução entre a Federação e a possível independência) mas numa situação de igualdade e nunca de dependência."

Entrevistado pela rádio local, Carrascalão critica Ramos Horta por este ter afirmado que

"a ASDT desejava a independência completa, não se opondo, porém, a uma possível união com a Indonésia, após negociações em plano de igualdade," criticando ainda o dirigente da ASDT pelo seu falso desmentido das afirmações ao jornal australiano 'Northern Territory News' em fevereiro 74 (atrás referido) e inquirindo se desta vez tal não se repetiria.

"Parece," diz Carrascalão, "que Horta tem duas opiniões: uma para com os jornalistas estrangeiros e outra para os ingénuos." A UDT é fortemente criticada por alguns setores de opinião pública. As mais relevantes críticas são de Francisco Borja da Costa:

"... Para além de vir subscrito por Mário Carrascalão, conhecido pelas suas atuações políticas no anterior regime, o comunicado enfermava de contradições como a da repulsa pela não consulta ao povo Timor para o novo Encarregado do Governo quando no citado documento se afirmava ser o plebiscito um suicídio político. Aqui mais pareceria uma manobra oportunista de colocar alguns dos licenciados timorenses que a UDT tinha nos seus quadros e que tanto rareavam em Timor. Por outro lado, parecia que para a UDT a situação de colónia era apenas de dependência política e, que uma vez transferido o poder político para os timorenses tal situação deixaria de existir, embora Timor se passasse a enquadrar num sistema de ligação a Portugal evoluindo entre a Federação e uma possível independência".

Só política, pergunta-se? A reação política sobre uma nova proposta da ASDT, para introduzir o ensino de *Bahasa Indonésia* como cadeira opcional para o curso preparatório de professores de posto escolar e, como opção com o Francês (!) no ensino liceal e técnico, prova que o sentimento popular sobre a Indonésia não é dos mais quentes.

Finalmente em 15 de julho, uma nova era começa quando o governador Aldeia transmite os seus poderes ao Tenente-Coronel Níveo Herdade. No aeroporto, umas centenas de pessoas saudaram pela última vez Aldeia, que lacrimejando diz: "*Obrigado a todos, qualquer que seja a escolha, que seja para bem do povo timorense.*" Quase ao completar três meses sobre o seu regresso de Portugal, partia Aldeia um homem que cumpriu fielmente o seu dever de deixar a colónia de Timor na era negra do subdesenvolvimento. Devido à crise do petróleo dos anos 70, a inflação e os modestos aumentos de salários provocaram uma crise sem saída. A solução foi o subemprego a salários inferiores e desemprego.

Antes de o salário mínimo ser fixado em 1973, muitas pessoas labutavam por uns meros 4\$50 com direito a uma colher de milho inteiro cozido, por dia! A tais 'assalariados' competia o desempenho de tarefas extraordinariamente duras e custosas, as quais se deveriam destinar a animais de carga e não a seres humanos. Sabendo qual o vencimento e alimentação correspondente, que dizer? Com 25\$00 ao dia foram muitas as pessoas do mato e das montanhas que foram atraídas para Díli e outras cidades para aí encontrarem o desemprego. Esta situação era novel para a maioria delas, habituada a arar campos, lavrar o seu talhão de terra e obter todos os géneros da mãe natureza. Muitas pequenas e médias companhias foram obrigadas a reduzir os seus efetivos depois da introdução do salário mínimo, pois que não o podiam comportar. O salário mínimo, embora justo e moral, teve efeitos secundários bastante negativos...não houve nenhum estudo que o precedesse a prever como iria afetar globalmente a economia.

Governar postos coloniais é sempre fácil, basta decretar algo e que se lixem os estudos de impacto ambiental ou viabilidade.

5.4. FILAS PARA COMIDA E O PÂNICO. RACIONAMENTO, agosto

Depois de uma reação alarmista quanto à fuga de divisas, a administração vê-se forçada, relutantemente, a impor novas medidas restringindo as operações cambiais com divisas estrangeiras. As multas (de Esc. 1 000\$00 a 500 000\$00) nunca chegaram a ser aplicadas. De facto, a situação é muito mais grave do que as entidades estão dispostas a admitir. Durante vários meses, o banco emissor, BNU (Banco Nacional Ultramarino) não tinha divisas para cambiar notas e moedas mas apenas Traveller's cheques, embora fosse a única entidade autorizada a lidar com divisas estrangeiras.

O açambarcamento e o mercado negro eram vulgares. Proporcionavam lucros chorudos: o dólar americano era cotado a Escudos 25\$50, mas vendido por Esc. 50\$00. O dólar australiano cotado a Esc. 34\$00 transacionava-se ao valor do dólar americano. No fim de cada comissão de serviço cada pessoa tinha direito a transferir um montante equivalente ao seu salário. Com a ajuda do pessoal da empresa de construções de estradas (Moniz da Maia, Serra & Fortunato) montantes bastante superiores eram transferidos. A ridícula imposição de uma taxa cambial sem paridade, entre o Escudo de Portugal e o de Timor, criava um valor artificial para este (só no mercado interno, sem qualquer aceitação no estrangeiro) excetuando Timor Ocidental onde era desvalorizado a 30%. Os Serviços Provinciais de Fiscalização estavam mal apetrechados humanamente para lidar com o êxodo de capitais e divisas e os enormes furos legais para o fazer. Todos os europeus faziam, direta ou indiretamente, parte do mercado negro.

O governo, entretanto, considerando os contínuos racionamentos de géneros essenciais nomeia comissões para estudarem o problema. Estas concentram a sua atenção nas faltas de milho, arroz e feijão. Estudam a atualização de preços dos produtos alimentares subsidiados nos mercados de Díli, propondo medidas para debelar a crise. Com efeito, durante os últimos meses, havia-se assistido ao triste espetáculo de centenas de timorenses (não metropolitanos e não chineses) agrupados sob o escaldante sol, durante várias horas ao dia para terem a oportunidade de apresentarem o seu Bilhete de Identidade e conseguirem uma mera ração de bens essenciais como arroz e açúcar. As pequenas quantidades que estas pobres criaturas podiam obter nem sequer justificavam as longas horas de espera, mas eram a única alternativa à fome. Os Serviços Provinciais de Economia, graças à sua calamitosa atuação no setor de reabastecimento e géneros provocaram a maior crise sectorial de sempre desde a ocupação japonesa. A população militar não sofrera restrições ou racionamento impostos pelos serviços de Economia, desde que se tornara independente daqueles para obter os seus géneros e combustíveis, em 1973. Utilizando as suas capacidades de transporte, captavam toneladas

de géneros (em especial, cereais) que estavam a apodrecer em vários pontos do território pela inépcia dos serviços civis.

Os Serviços de Economia eram dirigidos pelo jovem Dr. Henrique Chagas de Jesus, (antigo secretário do então ministro da defesa de Portugal, Silva Cunha), comissário da Mocidade Portuguesa (MP, movimento juvenil), e Censor da Comissão Provincial de Censura. Sempre tentou explicar as crises, através de fatores exógenos, sem nunca admitir que se devia basicamente à incompetência e ineficácia das estruturas coloniais locais ou à falta destas. Exemplos abundavam: centena de toneladas de arroz, apodrecendo no Suai (na costa sul) à espera de transporte que nunca chegaria. Simultaneamente, o governo importava algumas (insuficientes) toneladas de Singapura a preços elevadíssimos. A falta de dados estatísticos, planeamento, provisão e armazenamento, são algumas das causas principais das crises. Outras, são a política de improvisação, a incompetência técnica e, talvez até um boicote deliberado para manter a corrupção e os benefícios daí advindos.

Como gerir um país pequeno como Timor, se por longos períodos as pessoas não têm acesso a cerveja, tabaco, fósforos, leite, margarina, azeite, óleo, combustíveis, açúcar, batata e outros géneros essenciais?

Por outro lado, refira-se a falta de sistemas viários capazes (rodoviários, marítimos e aéreos) e outras estruturas de transporte como responsáveis pelas falhas da administração colonial em vez de serem utilizadas como circunstâncias atenuantes no caso do povo de Timor vs poder colonial português. Para enfatizar como as pessoas lidam com estas crises, será importante realçar que a maioria das pessoas sofreu com elas. A minoria de Europeus (portugueses, civis ou militares) e os Chineses tinham meios económicos suficientes para absorver todas as subidas de preços e, nalguns casos eram mesmo capazes de promover o açambarcamento. Os comerciantes chineses sentindo o aumento de tensões étnicas por razões económicas deixam de encomendar substituição de estoques, com medo de agitação civil generalizada, tal como acontecera anos antes na Indonésia.

Os Serviços de Economia abrem mão dos seus cofres para pagar pequenos montantes de géneros e combustíveis, importados de Singapura e Austrália. Esta política de esbanjamento e delapidação do erário público, leva membros do governo a estes e a outros países para 'negociar' a compra daqueles géneros. Em vez de organizarem fornecimentos constantes a preços de mercado para suprir faltas de produção e distribuição locais, acabam por comprar por preços exorbitantes, quantidades apenas suficientes para uns dias de consumo. Os militares, entretanto, beneficiam de uma melhoria sensível no setor de abastecimentos a todos os remotos postos do território, com seis a dezoito meses de abastecimentos em armazém. Isto deve-se a uma política coordenada de transporte entre viaturas civis e militares durante as épocas secas, e um aumento das capacidades de armazenamento em locais de difícil acesso ou isolados. Esta política acaba por trazer elevados dividendos para os militares que

beneficiam de uma melhor dieta com todos os itens habituais, mesmo que haja demoras nos reabastecimentos trimestrais que via marítima chegam de Portugal, Angola e Moçambique.

Medidas idênticas poderiam ter sido adotadas pela administração civil, se o governo tivesse importado mais viaturas pesadas de transporte para as duras tarefas nas (praticamente inexistentes) estradas e, se tivesse despendido dinheiro em torná-las transitáveis. Em vez disto, vultuosas quantias são gastas e os problemas não se resolvem.

Dois anos antes (novembro 1972) a construtora civil portuguesa "Moniz da Maia, Serra & Fortunato, Lda SARL" tinha ganho o concurso para construir novas estradas e aeródromos no território. A data de arranque prevista era junho 1973, mas a tardia elaboração do contrato, manteve o projeto parado, com pesados prejuízos financeiros.

Em novembro 1973, os estaleiros e hangares estão completos. A maquinaria pesada e equipamento diretamente importado do Japão já tinham chegado em agosto. O equipamento encomendado a Portugal e outros países europeus continuava sem chegar. O equipamento importado da Austrália era retardado devido a constantes greves e disputas industriais que se opunham a exportações para o território colonial. Os atrasos obrigaram a elaboração de estudos locais com base em fotografias aéreas desatualizadas, pois diziam respeito a uma estação seca e todos sabiam como a geopaisagem mudava em cada estação de chuvas.

Finalmente, após muita indecisão, arranca a construção da estrada #1, Díli - Baucau em agosto [1974], com início em Fatu-Ahi, nos subúrbios orientais de Díli. Um projeto viário de tal envergadura era vital quer em termos políticos, quer económicos.

Como Baucau tinha o único aeroporto internacional, a estrada constituía a sua ligação terrestre à capital. Em termos de valor económico interno, a nova estrada Ermera - Maliana (perto da fronteira com a Indonésia) servia não só uma das maiores concentrações populacionais, mas oferecia um melhor escoamento para o centro cafeeiro de (Ermera) exportar as suas colheitas. Também estavam previstos dois novos aeródromos com 1 400 m de comprimento no Suai (Costa Sul) e Lospalos (Costa Leste). Em agosto 1974 os atrasos ameaçavam já impedir a maior parte destes projetos, devido às enormes perdas em investimento já acarretadas. Quanto a mão de obra, estes projetos iam criar 36 lugares de especialistas (trinta recrutados em Portugal) e 200 postos de trabalho indiferenciado (operadores de guias, tratores, etc.). Tudo isto representava Esc. 220 000\$00 por mês reciclados na própria economia local, com uma criação total de 300 novos postos de trabalho. Outra ligação interna devia ser construída entre Díli e Same na costa sul, atravessando o território através de cidades e vilas montanhosas como Maubisse e Aileu, propiciando novas vias de abastecimento para as ricas colheitas do sul.

O projeto inicial previa a construção de cinco aeródromos, mas limitações de financiamento restringiram a planificação original. O futuro novo aeroporto de Díli teria 1,400 m de comprimento revestido de asfalto e capaz de receber qualquer tráfego. Mas, de acordo com as dimensões dos aviões de carreiras internacionais era

demasiado pequeno para acomodar os grandes Jumbo e exageradamente grande para os aviões de porte médio e pequeno.

A batata importada oficialmente com isenção aduaneira passou de Esc. 2\$50 para 10\$00/kg. O arroz passa a ter o preço controlado. O arroz posto à venda pelos Serviços de Economia nas principais lojas de Díli (Tai Ing, Fernandes, Hia Seng) tinha de ser vendido ao mesmo preço (Esc. 8\$00/kg.) em Viqueque (costa leste), em Baucau (noroeste) ou no Suai (costa sul). Sendo Díli um centro urbano, onde tudo se consome e nada se produz, é fácil imaginar como enormes colheitas de arroz eram deixadas a apodrecer. Existia um excesso de produção de arroz nas áreas produtoras e descomunais carências nas regiões onde se consumia. A falta de sistemas rodoviários e a dificuldade de organizar transportes, aliada à proibição de repercutir no preço do arroz o custo de transporte, impossibilitava que se beneficiasse das boas colheitas. Por outro lado, o governo era forçado a efetuar importações de pequenas quantidades a 15\$80/kg da Austrália e Singapura. Era patético o apreço pelo improvisado, a carência metodológica (mesmo de estatísticas) em que só à última hora se planificam hipóteses de substituição de mercados de importação para artigos e géneros de primeira necessidade com pequena elasticidade de substituição. Que dizer quando as isenções aduaneiras são estabelecidas 'in extremis'? Quantas vezes não poderiam ter sido preestabelecidas para facilitar uma programação de custos e rentabilidade para determinar uma política de preços? Quantas licenças de importação não foram utilizadas? Quem fiscalizou? Quantos os casos de sobrefaturação de produtos importados? O único caminho, em termos económicos, parecia ser o de uma transição rápida de pobre para a bancarrota.

Por outro lado, a UDT tornava público um editorial do seu programa semanal de radiodifusão 'Mau Alin' [22 agosto 1974]:

"Conjugar todos os timorenses válidos e de boa vontade...para num esforço comum encontrarem soluções nítidas...libertando-os assim da fome, da miséria, da ignorância, da contingência e da exploração vividas ao longo destes séculos...A manutenção de ligação...com Portugal não será de metrópole colónia, situação que a UDT nunca quis, mas como membro duma comunidade de expressão lusíada. Se Timor, como lamentavelmente afirmou o Ministro da Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos é 'um transatlântico imóvel' que tem custado muito dinheiro aos portugueses, que a Indonésia não está disposta a substituir no suporte financeiro é porque o combustível enviado pelo bom povo português para o pôr a sulcar os mares em busca do progresso, não foi colocado nos verdadeiros depósitos mas reexportado por transbordo para outros transatlânticos...Não acredites em quem negar a possibilidade de autonomia e independência sob o pretexto de falta de recursos naturais. Existem, importa descobri-los, desenvolvê-los... Sem falar das pesquisas petrolíferas por equipas estrangeiras, cujos resultados estão cada vez mais fechados no concílio dos deuses.... Vamos providenciar no sentido do futuro apoio técnico, financeiro, e humano...poder realmente beneficiar as classes mais

desfavorecidas...desta forma Timor não será o saldo do ex-Império colonial que tanto desgosta e preocupa o Dr. Almeida Santos."

[*Nota do Autor* - Pode parecer inacreditável, mas estas palavras não carregam hoje o mesmo peso que tinham em 1974, ou será apenas porque hoje nos sentimos fora da atmosfera em que então se vivia? O tempo deixou uma pátina bem pesada sobre a puberdade de *Timor*].

A religião e a Igreja foram objeto duma entrevista ao Padre Martinho Lopes, Governador do Bispado de Díli, publicada em "V.T." na ausência do Bispo:

"Para uma população de 659 102 habitantes e numa família cristã de 196 570 membros, a Diocese de Díli dispõe apenas de 44 sacerdotes, 8 irmãos, 49 irmãs religiosas, 120 monitores, 80 professores e catequistas... A Igreja tem contribuído para a promoção social com as escolas da Diocese (primária e secundária). A Igreja não tem partido na atual conjuntura política. A razão por que o Sr. D. José não pode deixar de lutar contra a proliferação (?) de boîtes, é que ele é o guardião da Fé Católica e da Moral Cristã; ora sabendo de antemão que as mesmas são focos de miasmas venenosos para com essa Moral Cristã, que vão empestando o ambiente cidadão, proporcionando ruína às almas e como Bispo Católico a quem Deus confia as almas redimidas com o sangue precioso de um Deus morto na Cruz..."

Este pequeno extrato da entrevista serve para demonstrar como o poder político do Bispo Católico permitiu e tem permitido que um membro do clero vete a abertura de *boîtes* e outros centros de diversão, não se opondo, no entanto, à introdução de 'slot machines'. Apenas abertas a nativos timorenses, e não a militares, aqueles centros eram um constante sangrar dos infelizes trabalhadores que aí iam diária ou semanalmente gastar os salários de miséria que auferiam.

O Timorense, é jogador por índole, gosta de jogar e apostar, fá-lo por tudo e por nada. Tal era o caso surrealista aprendido no Hospital Civil em 1974: um morto e um gravemente ferido como resultado de uma briga verbal seguida de aposta: - vamos ver qual catana corta melhor, a tua ou a minha? E zás, cada um tentou decepar o outro. Ao cirurgião competiu juntar os bocados.

Outro exemplo surrealista: - Um membro de uma tribo agastado com a infidelidade da mulher barlaqueada aposta que se a tornasse a apanhar em falta lhe cortaria a cabeça e iria entregá-la às autoridades militares competentes. A cena passou-se nas montanhas do interior em finais de 1973. Qual não foi o choque consternado do sargento português no aquartelamento militar quando o homem entra com a cabeça da mulher sob o braço (como se fosse um galo de combate) e se entrega voluntariamente às autoridades. Em Timor-Leste a ficção não se inventa, faz parte do quotidiano.

Num território rodeado de mar como Timor, a vida era feita para dentro, para a terra e as montanhas. A riqueza dos seus mares estava virginalmente desaproveitada.

O único farol em Díli tem apenas um alcance de 12 milhas. O porto de Díli pode admitir navios até 145 m de comprimento e 9 m de calado. Tem três grandes lacunas: impossibilidade de abastecimento de combustíveis, inexistência de frigoríficos e oficinas navais. A Díli um navio só vinha para cargas e descargas. Um só garante o comércio com o exterior. Tratava-se do 'Musi' da ex-KPM pertencendo a uma companhia de Singapura que faz as ligações Singapura-Díli em cada vinte dias. Todas as importações vindas da Europa têm o seu entreposto em Singapura e são movimentadas pelo Musi que, com capacidade de 1000 toneladas carregava por vezes, 600 ou mesmo só 300 toneladas... Com a Austrália as ligações por meio do 'Broriver' são de 3 em 3 meses, sem regularidade... As ligações regulares com Macau iniciaram-se com o "MacDili," de duas toneladas pertencendo à Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM). A frota de duas barcaças em serviço contínuo assegura o escoamento dos produtos da costa norte para Díli. Põe-se o problema do escoamento dos produtos do celeiro de Timor, que é a costa sul. Depois do desaparecimento do 'Arbirú' chegou-se à conclusão da necessidade de uma barcaça de 150 toneladas e dum rebocador. A primeira fase concretizou-se com a aquisição da 'Lifau', a barcaça está a ser construída (30 m. de comprido e capacidade de carga de 180 toneladas).

Esta era a panorâmica dada pelo comandante naval em agosto de 1974, embora faltasse assinalar a lancha canhoneira de fiscalização "Tibar", e a razão para não mencionar a única força de defesa naval era decerto o facto de a "Tibar" raramente estar operacional, passando mais tempo na doca seca do que em água. Outros exemplos podiam ser dados. Quatro estudantes timorenses passaram dois anos em Portugal aprendendo métodos de pesca totalmente inadequados. Pouco a pouco se vai obtendo a noção da mais absoluta falta de estruturas em Timor, a carência total de meios. Isto era Timor, terra onde nada era feito, todos os incentivos eram negativos, todos os esforços de melhoria estavam fatalmente destinados à desilusão e ao desalento. Timor uma terra sem hipóteses de sobrevivência, morrendo uma morte lenta, tão lenta que as pessoas até acreditavam que Timor vivia... Timor para quem o tempo parara havia muito, terra onde só as palavras viviam em si próprias no engano triste do "*Loké dalan foun*" [caminho para o desenvolvimento], uma via para a estagnação total timidamente dissimulada a todos os níveis. Terra calma onde nunca nada acontece.

5.5. TIMOR: UM TRANSATLÂNTICO IMOBILIZADO OU A CONTAGEM DECRESCENTE?

Em Portugal, em finais de agosto [1974], o Dr. Almeida Santos tomou parte numa mesa redonda sobre as perspectivas de Timor, organizada pelo semanário "EXPRESSO" que foi severamente criticada pelo médico miliciano, Dr. Jorge Pestana Bastos na 'V.T.':

" Timor - um transatlântico ancorado entre o Pacífico e o Índico? Ou meramente encalhado? Timor, uma exploração deficitária? Mais cara ou mais barata do que os jardins da Gulbenkian (em Lisboa). Um problema espinhoso? Um bico de obra 'tout court'? O Dr. Almeida Santos não o quer como saldo de um império, a Indonésia não o quer como déficit de outro. Independência? Inviável? Foi consultada a Austrália? Talvez as Filipinas... O Japão mostrou interesse em tempos; para os Estados Unidos fica um pouco fora de mão.

Bem, o Dr. Almeida Santos não disse tanto. O ministro Almeida Santos não poderia legitimamente dizê-lo, mesmo a título pessoal numa mesa redonda. Não é por nos desagradarem que as razões ficam menos razoáveis. Pois considerámo-las. Algumas foram já apresentadas. Ocorre-me, porém, sugerir que talvez falte considerar seiscentas mil razões. "Magnas, dir-me-ão, e em certo sentido são-no, ignorá-las é já propor uma nova Constituição Política 'avant la lettre': "De como 600 000 pessoas podem perder a nacionalidade sem serem ouvidas nem achadas. Adquiriram-nas do mesmo modo? Parcialmente verdade, não inteiramente relevante. Há que averiguar se a querem conservar, não se a querem obter.

Se tiverem uma noção fragmentária, imprecisa, porventura incorreta, têm o direito de a corrigir, de decidir em que sentido a vá modificar. Têm o direito de propor ou não, quaisquer formas de associação ou de convivência privilegiadas; e a mais nove milhões de razões que em relação ao assunto ainda não lavaram as mãos na bacia de Pôncio Pilatos.

Tudo isto tem que ver com o direito dos povos à autodeterminação e à independência ou à independência ou autodeterminação? OU até à autodeterminação até (no tempo) à independência? Ou à autodeterminação até (na possibilidade) à independência? E só até aí? E porque não um pouco mais? Recusamos então o direito à autodeterminação e à independência? O direito à independência não será ir longe de mais? (Que em matéria de autodeterminação começamos nas colónias, mas não chegamos às câmaras).

Dependências há duas, a saber: uma 'ante' que é subordinação, e uma 'pós' que é independência. Onde não basta ouvir uma das partes que interdependem. Se por um sentimento de culpa e expiação ou de uma urgência em adotar o figurino da moda, sentimos, (sentis) Timor como empecilho há que estabelecer primeiro: - Quem sente e o quê. Se em nome de uma ideologia ou de um sã egoísmo queremos (quereis) ter as mãos livres para cultivar o jardim (à beira mar), saibamos (sabei) primeiro se há um consenso ou na sua falta procuremos uma maioria.

Se para uma viagem à Europa não precisamos de um barco velho nos antípodas não é retirando o passaporte à tripulação que nos desobrigamos perante ela e perante nós...Não sei se a mesa redonda terá confundido (o homem com o ministro, o ministro com o Governo Provisório, o Governo Provisório com o sentimento nacional). Em caso afirmativo enganou-se redondamente."

Esta opinião crítica do Dr. Pestana Bastos, um psiquiatra controverso e quiçá excêntrico, revela o amor que ele sente por Timor onde viveu alguns anos e onde lutou sempre contra as declarações paternalistas dos poderes coloniais. Num certo sentido, o Dr. Bastos retrata um conhecimento dos sentimentos locais, compreende e sente Timor, recorda talvez muito vivamente - a forma muito distorcida como tudo relacionado com Timor foi sempre relatado para o mundo exterior. Isto pode ajudar o leitor a compreender o que se vai seguir.

5.6. A INDONÉSIA OBTÉM O ASSENTIMENTO DA AUSTRÁLIA À REINTEGRAÇÃO DE TIMOR - setembro.

É em meados do mês que se lê com certa estupefação que o Coronel Aldeia tinha sido exonerado, a seu pedido, do cargo de Governador. Foi louvado pela competência, zelo e inteligência com que desempenhara tais funções. Este é mais um exemplo vergonhoso do abandono a que Timor estava votado por Portugal. Interesses políticos, que interesses? Eram sinónimos de um esquecimento total de Timor por parte de Lisboa. Agora, é correto admitir que a revolução do 25 de Abril não se fizera para ser aplicada a Timor, Portugal não lhe deu o que sempre lhe recusou: AUXÍLIO. Autodeterminação e independência teriam de ter um preço a ser pago pelos Portugueses e não apenas pelos Timorenses. Timor pediu e foram-lhe dadas promessas vagas e palavras sem conteúdo.

As falsas opções levantaram esperanças, demasiado altas e demasiado depressa, criando situações propícias à guerra civil, primeiro, a que se seguiria uma guerrilha durante 23 anos. A guerra jamais esperada, sentida ou desejada, opção falsa imposta pela violência sob o nome de Timor, a criação de um abismo ideológico baseado no reavivar de ódios ancestrais já olvidados. Ou seria esta a via original (?) da descolonização à Portuguesa? A vietnamização da guerrilha atual entronca num amontoar de erros graves cometidos ao longo de séculos culminando nuns rápidos oito meses, como veremos adiante. O partidarismo e pseudoisenção dos chamados partidos políticos criam um abismo entre os Timorenses que 500 anos de colonialismo não conseguiram.

Acusações óbvias têm de ser dirigidas para descrédito dum processo revolucionário que se autodenominou de pacífico e que no fim se revelou sedento de sangue. Como justificar que em Timor o “Absolutamente Impossível” tenha acontecido?

O Comandante Naval Manuel Lourenço Pereira, fundador e diretor nominal do jornal local "V.T." [A Voz de Timor] desliga-se do mesmo. Em sua substituição, assume funções Francisco Lopes da Cruz, um nativo timorense conotado com o Bureau Central e Político da UDT. JC, desiludido com o crescente partidarismo político decide demitir-se como Editor Chefe, sendo substituído pelo chefe de redação, Dr. Alberto Trindade Martinho, autor das primeiras sondagens à opinião pública. Exausto, por mais de um ano de lutas contínuas, sem meios técnicos, humanos ou materiais para desempenhar as suas funções, sujeito às mais inacreditáveis pressões psíquicas e morais por defender os princípios mais sagrados, o autor entrega nas mãos do Dr. Alberto Martinho pedras basilares, documentais e evidenciais, sobre os erros de anteriores administrações. Nunca foram divulgadas nem vieram a lume. Talvez o seu sucessor não estivesse interessado. Entretanto, em Lisboa, o Presidente Costa Gomes

sucedo ao Presidente Spínola, enquanto em Jogyakarta, Gough Whitlam (1º Ministro Australiano) avista-se com o Presidente Suharto, e anuncia que *'Timor independente provavelmente não terá viabilidade'*. O Dr. Almeida Santos anuncia uma visita a Timor durante o mês de outubro 1974. Adam Malik, então ministro dos estrangeiros indonésio, declara publicamente em 17 junho 1974:

"Timor tem direito à independência e a Indonésia não tem pretensões territoriais sobre nenhum território tal como estipulado na sua Constituição e tentará ter uma boa relação com um Timor independente."

Sem contar com esta declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros, apenas cinco dias antes, o deputado John Naro defendia a integração de Timor-Leste na Indonésia. Um mês mais tarde os Generais Ali Murtopo e General Benny Murdani completavam o plano para incorporação do território, a ser efetuada logo que possível e com utilização de força se necessário. O jornal diário "Berita Yudha" na sua edição de 28 de agosto [1974] em editorial afirma: *"O direito à autodeterminação não pode ser separado de uma estratégia geral global."*

A noção de tentar integrar Timor na Indonésia não era nova. Em finais de 1972 ou 1973, o Grupo de Ação Especial do Serviços Secretos Indonésios [Bakkim/OPSUS] gravemente preocupado com os avanços comunistas e a retirada norte-americana do Vietname, já se manifestava vocalmente contra uma possível independência de Timor.

O General Suharto que hesitava aceitar as propostas integracionistas de alguns dos seus generais e conselheiros, tem uma reunião em 6 setembro 1974, em Wonosobo na ilha de Java com o Primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam que ofereceu o apoio australiano à política indonésia de integração de Timor-Leste. Poucos dias depois, a comunicação social (australiana, portuguesa e internacional) noticiava em manchete:

"o apoio australiano à integração"...

"o Governo australiano considera esta opção para Timor como sendo importante para a estabilidade na região."

O comunicado oficial acrescenta que *"o apoio da Austrália à integração de Timor-Leste na Indonésia"* depende de um *"referendo dos seus habitantes aprovado pela comunidade internacional."* Mais tarde, a Austrália irá esquecer esta pré-condição para reconhecer a anexação, sem que o povo de Timor-Leste tenha podido votar tal integração de acordo com a comunidade internacional. Os interesses estratégicos e a preocupação com a estabilidade regional, aliadas ao pânico criado pela

progressão do comunismo no Vietname [Saigão tombou a 30 abril, 1975], o desejo de manter um bom relacionamento com a Indonésia, ditaram a decisão australiana *"de total acordo com o Presidente Suharto no assunto."*

O apoio dos EUA e o acordo australiano foram fundamentais para o Presidente Suharto decidir avançar com a anexação. É por demais consabido que o Mar de Timor (entre a Austrália e a Indonésia) é rico em petróleo. Em 1971/1972, a Indonésia e a Austrália assinaram um acordo definindo as suas fronteiras marítimas, as quais obviamente excluía o vazio ('gap') entre o Timor Português e a Austrália. Durante 1974/1975 estavam a decorrer conversações entre a Austrália e Portugal para definir os limites daquela área tão rica. A Austrália não estava nada satisfeita com o progresso daquelas por estarem muito aquém das suas expectativas.

O seu embaixador em Jacarta reitera numa mensagem datada 17/8/75:

"Interrogo-me sobre se o Departamento [Ministério] terá feito valer o interesse do Ministro ou do Ministério de Minerais e Energia na situação de Timor. Parece-me que o Departamento pode bem ter interesse em encerrar o presente 'vazio [Gap] na fronteira marítima acordada e isto poderia bem mais facilmente ser conseguido negociando com a Indonésia do que com Portugal ou com um Timor Português independente."

O apoio dado pelo governo australiano no encontro de 6-8 setembro 1974 significa que uma decisão só é tomada após tal encontro: *"Timor-Leste tem de ser integrado na Indonésia, independentemente da vontade do seu povo."*

Curiosamente quer aquela decisão quer o seu conhecimento público precedem a transformação da ASDT [Associação Social Democrata Timorense] num novo e revitalizado partido político denominado FRETILIN [Frente Revolucionária Para Timor-Leste Independente] a qual só acaba por ter lugar uns dias mais tarde [11 setembro 1974]. Tal decisão precede também a viragem à esquerda na política portuguesa, que ocorre com a queda do Presidente Spínola [28 setembro 1974] sendo substituído pelo General Costa Gomes, e precede também o movimento do 15 de março 1975.

Torna-se óbvio que a radicalização dos partidos políticos em Timor-Leste e a viragem à esquerda da política portuguesa (durante o período de transição para implantação da democracia em Portugal) servem os melhores interesses da Indonésia para se justificar a si mesma, aos olhos do mundo, pela anexação de Timor-Leste. A decisão para a anexação antecede aqueles acontecimentos e assenta em quatro razões fundamentais:

O pânico instalado no mundo ocidental e na ASEAN (Associação das nações do Sudeste Asiático) confrontados pelo avanço comunista no Vietname e a subsequente retirada norte americana, simbolizada pela queda de Saigão a 30 abril, 30, 1975;

Razões geoestratégicas ligadas à importância da Indonésia para os EUA, Austrália e o mundo ocidental em geral;

Os interesses económicos (sobretudo australianos) na enormemente rica bacia do Mar de Timor;

As necessidades internas do regime militar indonésio, e dos 'falcões' para consolidar a frágil unidade nacional do arquipélago [havia outros movimentos autónomos a manifestarem-se noutras ilhas] através de uma lição exemplar de força obtida por uma invasão, seguida da imediata sufocação de qualquer reação de Timor-Leste.

Infelizmente, os efémeros e inúmeros Governos Portugueses, no instável período que se seguiu à Revolução de abril, não se opõem firmemente, como deviam, às ambições da Indonésia. Incapazes de avaliar ou entender as realidades culturais, económicas e políticas de Timor-Leste, aqueles governos limitam-se a defender apenas o direito à autodeterminação. O povo do território "*deve escolher o seu próprio destino, sem opor quaisquer objeções à integração na Indonésia se essa for a vontade livremente expressa do povo de Timor-Leste,*" como esses governos tantas vezes apregoam, será o princípio por que tais governos se vão reger cometendo um erro bem mais trágico de avaliação do que alguém poderia prever à data. A Indonésia avança com o seu plano de anexação, contando com o apoio da Austrália, a cumplicidade conivente do mundo ocidental em geral e dos EUA em particular, a compreensão da União Soviética e uma muito ténue oposição de Lisboa.

O primeiro passo é a desestabilização do território, para o qual o presidente Suharto dá 'luz verde' em outubro de 1974. Para a operar é lançada a 'Operasi Komodo' liderada pelos Generais Benny Murdani e Yoga Sugama, e o Coronel Sugiyanto. Estas operações incluíam o recrutamento de agentes de Timor-Leste, propaganda falsa pelas Rádio Kupang e Rádio Atambua (na metade indonésia da ilha) disseminada pela agência noticiosa oficial ANTARA e reportagens alarmistas sobre a situação em Timor-Leste.

Esta operação vai centrar-se também no aliciamento dos líderes políticos de Timor-Leste, com toda a forma de promessas e ofertas (mais tarde traduzidas em pressões) e na radicalização dos partidos políticos locais através de agentes indonésios infiltrados.

A segunda fase desta operação ('Operasi Komodo') irá ter início no começo de 1975, incluindo a preparação militar da invasão quando se torna evidente que há uma rejeição quase total por parte dos timorenses de qualquer projeto integracionista na Indonésia. O General Benny Murdani é o principal arquiteto dos preparativos de invasão de Timor. Em 18 de fevereiro 1975 um simulacro de invasão tem lugar em Lampung, na ponta sul da ilha de Sumatra, com vista à preparação das tropas, criando um cenário para a operação que irá

ter lugar uns meses mais tarde em Timor-Leste. De acordo com analistas australianos, o exercício foi um fracasso total e atrasaria a invasão de Timor.

A crise espreita, de novo, ou então não será ela mais um efeito colateral da revolução dos cravos encarnados? O abastecimento das principais necessidades dietéticas dos timorenses agrava-se subitamente. Numa sessão pública no Ginásio de Díli, com os delegados do M.F.A. é divulgado um documento no qual se manifesta *'ser necessário expulsar os chineses porque são exploradores do povo de Timor'*. Como é do conhecimento geral o comércio importador vive de créditos obtidos nos mercados externos de Taiwan, Singapura, Hong Kong e Tailândia. Devido à instabilidade e a um certo grau de alarmismo sobre a insegurança que se vivia, um determinado número destes credores corta o seu apoio a Timor, desta forma estrangulando todas as importações. A necessidade de procurar manter no exterior alguma confiança na situação política em Timor era absolutamente vital para a sobrevivência económica da ilha.

Recorde-se que no fim da 2ª Grande Guerra, alguém se lembrara de propor que Europeus e Timorenses concentrassem os seus esforços em empreendimentos comerciais, como forma de limitar a supremacia comercial chinesa. Verificou-se um surto vultoso de investimentos iniciais, mas esses empreendimentos tiveram vida curta e acabavam sistematicamente na bancarrota. O ódio contra os japoneses estendeu-se, de certa forma, aos chineses e contra tudo o que é oriental, numa atitude típica de desconfiança tão comum aos impérios colonizadores. O resultado desta crise forçou o Departamento de Economia a assumir insolitamente o exercício do comércio de forma discriminatória.

A distribuição de géneros, em postos oficiais do governo autorizados para o efeito, está sujeita ao estatuto socioeconómico do povo. Assim, os escalões menores da administração civil veem, uma vez mais, os seus direitos básicos negados, e têm de se conformar com um racionamento muito restrito. Simultaneamente, o exército colonial, os funcionários públicos de patentes mais elevadas e todos os civis [de origem europeia] têm a capacidade de comprar quantidades suficientes de víveres, sob a desculpa bacoca de que a sua presença em Timor é indispensável, dado o seu papel decisivo, pelo que têm de estar bem alimentados. Os nativos têm de se confinar às fontes de abastecimento alternativas e considerarem-se gratos pela falta de oportunidades de carreira profissional e pela absoluta falta de progresso nas mesmas.

O delegado do M.F.A. em Timor, Major António Carlos Arnao Metello parte em visita oficial a Portugal após dois meses de luta acérrima contra o Encarregado do Governo, Níveo Herdade. A situação nos escalões superiores da hierarquia militar era de confusão e tensão. A cúpula militar viu vários altos oficiais serem desterrados para fora de Timor por, alegadamente, terem tomado parte num abortado minimovimento

antirreacionário para depor o Encarregado do Governo. Dentre esses contavam-se um Tenente-coronel, uns Capitães, um Juiz do Tribunal de Direito e oficiais milicianos, num total de 25 pessoas. Fora uma enorme depuração dos escalões mais altos da hierarquia em tão reduzida comunidade militar.

O autor saiu deste lote de deportados após escrever várias cartas ao Major Melo Antunes, com quem trabalhara anteriormente, a dar-lhe conta da situação que se vivia em Timor. As cartas indicavam que, além das que seriam enviadas pela via normal do correio militar, provavelmente sujeitas a censura ou destruição, iria enviar cópias das mesmas por meios seguros através da Austrália e da Indonésia. Assim fizera de facto ao confiar cópias a “hippies” que faziam de Díli o trampolim para chegarem a esse último paraíso na terra que Bali era então. Essas cartas cheias de descrições sobre tudo o que se passava, e provavelmente não era conhecido em Lisboa, podem ter sido a razão de não ter sido incluído naquele grupo, como queria o então governador Níveo Herdade, de acordo com documentos secretos posteriormente revelados pelo coronel Moraes da Silva.

A introdução ao manifesto político da FRETILIN tem um novo ideário que muitos consideraram ser um plágio do manifesto político do P.A.I.G.C. (o Partido unificado africano para a independência da Guiné e de Cabo Verde). Vejamos aquele documento histórico que irá transfigurar a política local:

"Assim como não é possível a existência dum fascismo liberal nem tampouco a de um colonialismo democrático, torna-se absurdo que qualquer forma de dependência, quer revista aspetos declarados, quer subtilezas de sujeição, possa promover o progresso da terra e a libertação dos povos sob regime colonial. É um facto que os 500 anos de colonização portuguesa se traduziram condensadamente, no seguinte panorama 'humano, socioeconómico, cultural e político' nitidamente opressivo e violador dos mais elementares direitos que devem assistir a qualquer ser humano."

A surpreendente transfiguração obedecendo a um esquema tipo (PAIGC, FRELIMO, etc.) que a ASDT sofre, já sob a orientação discreta de alguns dos seus membros, recém-chegados de Lisboa, marca um desvio do amadorismo político que ameaça criar reações futuras. Entretanto, os jornais citam fontes oficiais indonésias afirmando que "*o futuro de Timor-Leste não deverá afetar a Indonésia na sua estabilidade política*". O MNE, Adam Malik, entrevistado em Jacarta admite que

'quer Portugal quer a Indonésia concordaram que o futuro de Timor deveria ser decidido pelo próprio povo, e que a degeneração do General Spínola como Presidente da República Portuguesa não há de alterar a política de descolonização dos seus territórios ultramarinos cumprindo a promessa de dar-lhes independência.'

O Ministro do Interior, Amir Machmun rapidamente acrescenta que *'a Indonésia aceitaria a integração de Timor se essa fosse a vontade expressa pela população'*.

O influente General Ali Murtopo, chefe dos Serviços de Informação Militar revelou que *'representantes de organizações políticas de Timor têm dirigido apelos à Indonésia para que auxilie a reintegração do território.'*

Simultaneamente em Jacarta, a 27 de setembro o jornal militar "*Berita Yudha*," ataca dois importantes comerciantes e importadores chineses de Díli: Jape Kong Su and Lay Kian Fun. De acordo com o jornal, aqueles dois chineses seguindo instruções do Partido Comunista Chinês [da República Popular da China]) haviam colaborado e financiado a manifestação da FRETILIN em 14 de agosto de 1974, onde alguns milhares de pessoas manifestaram a sua simpatia por aquele partido. Aqueles destacados comerciantes veementemente repudiaram as alegações e solicitaram ao cônsul indonésio em Díli, Dr. Tomodok a reposição da verdade.

5.7. A VISITA. NOVA "RELIGIÃO". NOVO GOVERNADOR OUTUBRO:

Divulgava-se entretantes, o programa da esperada visita do Dr. Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial à colónia esquecida, e o grande acontecimento iria ter lugar a 12 de outubro. Estavam previstas reuniões e encontros com os Chefes de Serviços e Departamentos Provinciais, com as associações económicas (A.C.A.I.T.), associações cívicas e políticas, delegados do Governo (na S.A.P.T.A.), assim como visitas a Maubisse e ao 'Monumento dos Massacrados' [2ª Grande Guerra] em Aileu. A Câmara Municipal de Díli convidava o público a concentrar-se frente ao Palácio das Repartições (Palácio do Governo), e convidava o comércio e indústria a encerrar os seus estabelecimentos para o evento. Tudo isto era demasiado remanescente do “velho estilo” das manifestações públicas, tão vulgares durante a ditadura. A visita foi adiada uma semana para permitir a inclusão de visitas à Austrália e Indonésia pelo Dr. Almeida Santos, mas apesar disso, centenas de pessoas das montanhas acompanhadas das tradicionais 'Companhias de Moradores' haviam descido a Díli para vitoriar o representante do governo português. Almeida Santos chegou, uma semana depois, acompanhado pelos Majores Hugo dos Santos e Garcia Leandro, ambos do M.F.A. e o distinto jornalista [futuro Ministro da Cultura] Dr. Raul Rego. À sua chegada, um emocionado Almeida Santos *anunciava*:

"... Nunca tive razões para me sentir tão orgulhoso da minha Pátria como no decurso desta Peregrinação. Encontrei 2 000 palavras portuguesas na Indonésia, 15,000 trabalhadores portugueses em Sidney. "

No Salão de Festas do Palácio do Governo, o Presidente da Câmara de Díli, César Mouzinho (da UDT) profere uma alocução histórica e alegórica:

"... Os atos de bravura, dedicação e lealdade à Bandeira das Quinas perpetuadas pelo povo timorense em quatro séculos da sua história plenamente justificam a nossa presença e dá-nos amplo direito de continuarmos Portugueses: Direito que impõe uma obrigação!"

Ao chegar a sua vez, o Dr. Almeida Santos, dirige-se à Assembleia Municipal em tom poético, histórico e erudito que poucos poderiam entender cabalmente:

"... Tão sólida era a raiz implantada no solo de Timor, tão nobre a ideia e tão válida a obra, que a tudo resistiu incólume, a presença portuguesa. Quando outros quiseram substituir-nos por atos de conquista onde permanecíamos por ato de descoberta, de ocupação e de presença, Timorenses sacrificaram a vida para não

traírem o coração e Timor continuou Português. E eu diria que Português continuará pela tradição histórica, pela cultura, pelo sentimento....

Queremos tornar possível uma consulta popular e direta, em clima de igualdade de condições, de liberdade e legalidade e ordem e do escrupulosos entendimento e acatamento dos resultados dessa consulta. Timor não é ainda autossuficiente. E dificilmente se pretenderá em que algum momento dos quase cinco séculos que vão durante a nossa presença, aqui permanecemos para disso tirar vantagens. Permanecemos apenas por vocação, por princípio, se se preferir, por gosto... Nunca...regateamos o nosso apoio económico, técnico, cultural e humano às populações de Timor...nem sempre o colonialismo foi imagem de pressão política, de exploração económica.

Dizem-me que entre os grupos de expressão política que [a revolução d']o 25 de Abril ativou em Timor figura um que advoga a total independência...mas será realista que se pense em radicalizar desde já a preocupação de desvinculação política quando Timor está longe da independência económica? São bem conhecidos os perigos do neocolonialismo económico. Chega sub-repticiamente em invólucros de papel selado e em formas subtis de investimento. E nunca mais sai. Daí que Timor deva optar entre ilusórias perspectivas de fatura imediata e definitivas possibilidades de independência futura. Aí é que toda a impaciência e precipitação lhe podem ser fatais. E é aí que Portugal... pode surgir e surge como o aliado natural de povos a ele para mais ligados por afinidades de língua, sentimento, cultura... se põem aqui e agora problemas de geografia política.

A História prefere a evolução à descontinuidade e quando determinado ponto de equilíbrio se apoia em cinco séculos de estratificação social, ou seja, no que isso representa de valores e sentimentos, é arriscado mandar os povos ao alfaiate do futuro para que lhes talhe um fato de circunstância, à revelia desses sentimentos e valores.

Não quero também desconhecer que existe em Timor quem identifique a busca da felicidade dos timorenses com qualquer sorte de conexão política com a Indonésia. Não seremos pró ou contra. Tal solução teria o sufrágio da geografia, e a Indonésia é um povo nobre e uma nação valorosa. Permito-me, não obstante, duvidar de que esteja na mais pura linha do fenómeno da descolonização, supondo que o estivesse não do sentimento da maioria dos habitantes de Timor a substituição de um povo por outro no exercício do domínio político sobre determinado território...

Trata-se de autonomizar não de dar satisfação a simples mudança de colonizador. Convenço-me, não sei se por acreditarmos facilmente no que desejamos, de que a grande parte da população de Timor deseja continuar ligada a Portugal. Se esse desejo vier a encontrar confirmação no resultado da consulta a que será submetida nada poderá ser mais honroso para os portugueses e seu governo. Daí retiraremos apenas, como é óbvio, satisfação moral.

Timor pela vontade da maioria dos seus habitantes será aquilo que quiser ser.... Após a legalização de partidos políticos locais, publicar-se-á a lei eleitoral (1 homem = 1 voto), faltando apenas definir a qualidade de eleitor, através ou não de recenseamento.

Entretanto, os grupos políticos terão oficializado estatutos e programas e definido as suas opções quanto ao futuro estatuto do território. No termo dum período destinado ao livre debate e ao confronto das respetivas teses situar-se-á o sufrágio a que será garantida ampla fiscalização, inclusive por observadores da ONU. Este pode revestir a consulta plebiscitária pró ou contra qualquer das teses em confronto ou a eleição de deputados a uma assembleia constituinte para elaborar a futura constituição. Pessoalmente prefiro esta segunda via... A

Austrália não tem outro interesse que não seja o bem-estar das populações... sem comprometer-se o equilíbrio e estabilidade da área geográfica em que Timor se insere...A Indonésia não alimenta quaisquer ambições territoriais sobre Timor Português. Uma só pretensão: que a descolonização não venha a despertar ambições que ponham em causa ou risco a estabilidade e paz na área geográfica em que os seus interesses se jogam tão fortemente..."

Assim falava, Almeida Santos, ministro para a descolonização. Ignora-se quem lhe terá passado mandato, logo após a sua chegada, para advogar 'teses' sentidas pela maioria da população, se tal vontade era ainda desconhecida. Como falar de descolonização, preservando a estabilidade geopolítica regional, se esta é imperialista, logo colonialista? Estes são os erros fulcrais de Almeida Santos, na primeira tentativa de Portugal lidar com o futuro de Timor-Leste. Estes erros serão tragicamente pagos pelo povo timorense. Estava aberto o caminho, acicatar-se-iam ódios ancestrais pelas prematuras afirmações dum ministro. Durante o discurso, os milhares e manifestantes, de acordo com as suas simpatias partidárias, aplaudiam ou vaiavam. Mais tarde ao receber os chefes tradicionais, Almeida Santos salientaria o seu tendenciosismo:

"Nunca tive uma causa tão nobre para defender, junto do meu Governo, como esta, ou seja a causa do vosso patriotismo...cheguei a não acreditar que pudesse ir tão longe a vossa fidelidade à nossa bandeira e à nossa Pátria...também não fazia a mínima ideia do tamanho dos problemas locais e da sua gravidade e tendo nós permitido que a situação em Timor chegasse a tais estados de carência em todos os serviços e que, apesar disso, em vez de encontrar revolta eu só tivesse encontrado lealdade...Na base da nossa política está o respeito pela vontade da maioria das populações, qualquer que essa vontade seja, se for a de ficarem ligados a Portugal, ficarão ligados a Portugal. Se for qualquer outra, será igualmente respeitada, mas levo daqui a convicção que não há efetivamente qualquer outra."

Almeida Santos convida o Régulo Dom Gaspar Nunes a visitar Portugal como herói do Portuguesismo demonstrado durante a ocupação japonesa na 2ª Grande Guerra. O Ministro disse ainda:

"Vou daqui convencido que o verdadeiro e genuíno Timor está na montanha... Eu já conhecia o amor a Portugal, o amor à bandeira, não conhecia a religião desse amor. Foi aqui, em Timor, na montanha, que vim conhecer essa religião. Posso afirmar-vos que ninguém em Portugal pensou ou pensará em abandonar Timor... é um fenómeno que a sociologia não explica. Se, como tudo parece desenhar, a consulta for no sentido de manter laços de afinidade política com Portugal, e não só culturais e sentimentais, ficaremos felizes e procuraremos estar à altura do nosso pacto secular renovado..."

Houve alguns protestos de alguns progressistas contra o protecionismo dado pelo ministro às teorias do movimento UDT, contrastando com o isolamento concedido à FRETILIN e ao pouco reconhecimento a que foi votada a APODETI.

Poder-se-ia pensar que o Ministro, secundado por Garcia Leandro, e o [muito detestado] Inspetor Administrativo Sousa Santos (caraterizado como um 'caixeiro viajante' da política) tinham ideias preestabelecidas. [ou estaria ele meramente a dar-lhes ênfase em virtude da visita?] Muitas pessoas profundamente envolvidas com o anterior regime político estavam a ser legitimadas na sua perpetuação do regime colonial, por aqueles que supostamente ali estavam para representar o descolonizador. Que descolonização original era esta? A supremacia do poder dos antigos dirigentes políticos estava a ser mantida. As elites tradicionais impostas pelos Portugueses depois da Guerra, e a eles fiéis até ao último alento estavam a tentar desesperadamente manter o status quo, como privilegiados representantes dos oprimidos. Ingenuamente confundia-se a 'parte' com o 'todo', e a vasta maioria de mais de 600,000 Timorenses não tinha a hipótese de expressar a sua livre escolha, de forma honesta e isenta. Para quê estar a reconhecer legitimidade a maiorias preestabelecidas sem que o povo de que tanto se falava tivesse manifestado a sua vontade?

Numa Conferência de Imprensa organizada à pressa, Almeida Santos diria que depois de ter falado com representantes da FRETILIN ele os teria convencido de que

"o reconhecimento imediato da independência 'de jure' não seria a melhor solução: primeiro, porque não há independência política sem independência económica e, segundo, porque independência imediata viria a justificar maiores apreensões do ponto de vista dos interesses da Indonésia e Austrália, que se cifram na salvaguarda da estabilidade geopolítica da área."

Enquanto a independência não vinha era necessário algum apoio económico após esta visita, ou seja, pagar os défices do transatlântico. Dois rebocadores das plataformas marítimas *offshore* da Woodside-Burmah Oil transportavam 200 mil litros de combustível sem frete de transporte durante outubro para colmatar as sérias faltas de combustível em Timor, graças a uma oferta daquela petrolífera.

Será conveniente notar que, durante os seis primeiros meses de 1974, a BOCAL (Burmah Oil Company of Australia) usou Timor-Leste como a base para os seus prospetores no mar de Timor, perto do Suai e de Viqueque. A BOCAL era uma subsidiária da Woodside-Burmah Oil, que tinha firmado um acordo com Portugal para a prospeção e exploração de petróleo e outros hidrocarbonetos na plataforma marítima a sul de Timor. Dois estudantes de Timor foram, então, convidados para frequentar um curso, patrocinados por uma bolsa de estudos especial na Austrália, a fim de se juntarem no futuro às explorações. As hipóteses de uma plataforma marítima permanente offshore e um mais amplo âmbito de prospeções estavam planeados para abril 1975, naquilo que

alguns membros da administração descreviam como uma nova fonte de oportunidades de emprego para os jovens timorenses.

Em 29 outubro 1974, o Conselho de Ministros e o Secretariado do M.F.A. aprovam novos governadores para Macau e Timor, respetivamente, Major Garcia Leandro e Tenente-coronel Mário Lemos Pires. Este último desempenhara o difícil posto de Comandante-chefe da Guiné-Bissau antes da revolução, tendo passado para o Estado-maior do Exército como Chefe de Gabinete do então Ministro da Defesa, Cor. Firmino Miguel. Este será o homem que ficará nos anais da história como o último governador-geral de Timor Português. Mas havia povo desesperadamente em busca de um rei porque o Roque [Rodrigues] já lá estava.

Totalmente inesperado, um novo partido político é criado no rescaldo da visita oficial a Timor do Príncipe da Coroa de Portugal, Dom Duarte Nuno de Bragança, herdeiro do trono português [cujo último rei fora destronado e assassinado em outubro 1910]. Decidindo jogar alguns peões pró Realeza vai numa controversa visita a Timor, reclamando que a extrema lealdade à bandeira real é algo que deve ser levado em conta na luta pelo seu futuro. Depois de tal visita real (ou deveremos designá-la por principesca?), surge a Associação Popular Monárquica Timorense (APMT) cujo ideário se baseava na

“1. formação de uma monarquia democrática com características análogas às verdadeiramente democráticas do Extremo Oriente e da Europa;

2. Escolha de um Rei entre os Régulos locais, através de eleições livres;

...

15. Defender todos os princípios monárquicos democráticos de todo o mundo.”

Enquanto estes monárquicos buscavam um novo Rei, o Roque já lá estava e não estava a jogar xadrez. Roque Rodrigues, um advogado, mentor ideológico da FRETILIN e membro do seu Politburo, chega a Timor, depois de alguns anos em Portugal. Rapidamente se tornará na principal força por detrás do espectro político da FRETILIN. novembro 18 é o dia que assinala a chegada do último Governador colonial de Timor Português e simultaneamente o seu último Comandante-em-Chefe, Coronel Lemos Pires. No aeroporto a recebê-lo o Encarregado de Governo, Ten-Cor. Níveo Herdade salienta as crises afetando Timor:

"Crise de combustíveis, subida do custo de vida, dificuldades e escassez de transportes, boatos alarmistas de minorias e de mal-intencionados, falta de artigos de primeira necessidade, baixa produção de géneros de base, debilidade de infraestruturas, carência de quadros técnicos, fuga de divisas, mercado negro..."

O novo Governador exorta:

"...os metropolitanos residentes ou em comissão de serviço (a quem) cabe a alta obrigação moral de não interferir com o processo político. Descolonizar não é abandonar... é instrumento de paz, não de intranquilidade. As Forças Armadas têm de atuar como árbitros, elemento isento, garante de segurança e tranquilidade...todas as opiniões são válidas desde que não sirvam o neocolonialismo, mas sim os verdadeiros interesses de Timor."

A nova equipa governamental era composta por

Major Queiroz Martins BARRENTO, Chefe de Estado-maior do CTIT (Comando Territorial Independente de Timor), que já estivera em Timor de 1968 a 1970;

Major Francisco Fernandes da MOTA, Chefe do Gabinete de Assuntos Políticos e Adjunto do gabinete militar do Comando-Chefe, com uma comissão em Timor, 1968 a 1970;

Ten-Cor. José Ângelo Teixeira de MAGALHÃES, Comandante Militar do CTITimor;

Major Adelino Rodrigues COELHO, Chefe do Gabinete Militar do Comando-Chefe e Chefe do Gabinete do Governador, treinado pelos exércitos dos EUA e Brasil;

Dr. Libânio PIRES, ex-Secretário Geral da Guiné-Bissau (no tempo de Spínola) e membro do Comité de Descolonização da Guiné-Bissau durante a presidência do General Spínola;

Major Silvério Henrique da Costa JÓNATAS, responsável pela pasta da Comunicação Social.

Depois de ter convidado o Chefe dos Serviços de Intendência e o seu adjunto, JC, tendo ambos recusado o lugar, o novo Governador empossa, no seu primeiro ato oficial, o novo Chefe dos Serviços de Economia (e Preços), Major Alberto Simões RIOS, o qual ficava desde logo sujeito à resolução imediata de problemas como o de

"Levantamento de stocks de géneros de primeira necessidade existentes em Timor e manutenção de níveis não críticos, modificação de fluxos de intercâmbio comercial de Portugal e Moçambique para os países vizinhos de Timor, regularização de importações..."

Depois da sua posse, o novo Governador-geral avistou-se em audiência conjunta com representantes dos três movimentos políticos, UDT, APODETI e FRETILIN, a quem esclareceria sobre as linhas mestras do processo de descolonização em curso que ele iria seguir. Lemos Pires no

seu primeiro encontro com entidades da vida económica local na sede da ACAIT anuncia que "*em relação a Timor a fuga de divisas não poderia ser classificada senão como traição.*"

O Governador afirmaria que a "dependência quase exclusiva das importações e as dificuldades em obter crédito externo, onerava os preços".

A propósito da maior empresa timorense, SAPTA, Lemos Pires salientaria que

"Dada a sua importância económica continuaria em funções como Delegado do Governo, o major RIOS" (Chefe dos Serviços de Economia e Preços). Era um assunto controverso dado que o Major RIOS era conhecido como preferindo sempre desempenhar funções civis mais bem remuneradas e altamente lucrativas para além de desfrutar de constantes viagens ao estrangeiro. Para algumas pessoas isto garantia um certo descrédito ao governo, embora se tivesse de admitir ter havido algumas melhorias na frente económica como resultado das atividades do Major RIOS.

O Major MOTA frisaria que o Partido Trabalhista de Timor (PTT) e o Partido Popular Monárquico de Timor (PPMT) eram projetos sem qualquer representatividade, e que como grupos políticos nem sequer se incomodaram a apresentar-se ao novo Governador. O Chefe de Gabinete dos Assuntos Políticos anunciou ter já entregado uma lista de nomes indigitados para o Conselho de Governo. Também estava em curso um projeto para o novo Estatuto Constitucional elaborado pelo Dr. Valadas Preto, desembargador de Lourenço Marques em Moçambique, representando o Ministro da Coordenação Interterritorial. O novo elenco governativo não perdeu tempo a implementar novas regras. A mais controversa foi a abolição do horário único de trabalho, das 7 da manhã à 1 da tarde, e a introdução de um segundo período de trabalho das 3 às 5 da tarde. Dentre as novas medidas apresentadas, pela aparentemente ativa equipa governamental, salientam-se o novo projeto para a Emissora de Radiodifusão; o novo esquema para atribuição e distribuição das casas do Estado, utilização das viaturas oficiais e o início de voos regulares entre Lisboa e Díli por aviões da Força Aérea Portuguesa (Boeing 727).

Todas as licenças graciosas foram congeladas para os funcionários públicos e membros do exército. O novo governador do Timor Português, iniciou um processo sistemático de descolonização antevendo uma autodeterminação futura a médio prazo. Apoiando uma proposta da FRETILIN, bem recebida pela UDT, de formar uma coligação entre os dois principais partidos, o governador preside ao que se esperava fosse (após 20 janeiro 1975) o caminho para a independência entre 5 a 10 anos.

Esta postura política e outras medidas destinadas a instilar a moderação e serenidade no território foram vistas com maus olhos pelas autoridades da Indonésia que as criticam violentamente. As provocações constantes da Rádio Kupang e Rádio Atambua aumentam pronunciadamente neste

período. Por entre estas atividades do novo governador-geral e da sua equipa, passa despercebida a criação da "Operasi Komodo" (Operação Lagarto) sob a direção do Major General Ali Murtopo, para se ocupar de todos os assuntos relativos a Timor-Leste. Ainda no campo militar chega um novo Batalhão de Polícia Militar a Timor.

Mais tarde, devido ao seu envolvimento em atos políticos, ficará conhecido como 'A Companhia Vermelha'. Entretanto, em Lisboa, a confusão sobre o futuro do território é apenas comparável à falta de interesse no seu futuro. O Primeiro-ministro, Dr. Mário Soares manifesta a sua disponibilidade para conceder a independência, enquanto o Dr. Almeida Santos recentemente chegado de Timor, garante que os ministros encarregues dos negócios estrangeiros da Indonésia lhe haviam dado garantias de não intervenção no futuro da colónia. Apenas uns dias mais tarde, uma delegação Indonésia é perentória ao assegurar que o seu país apenas aceitará uma, de duas, soluções possíveis para Timor-Leste: "A continuação dos laços com Portugal ou, a integração na Indonésia."

Ignorada por todos e, mantida secreta até 1981, foi a reunião de Ali Murtopo, com as principais figuras políticas do novo regime português. Em 14 de outubro (1974) em Lisboa, o, então, Presidente Costa Gomes, o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves, e o Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, Dr. Jorge Campinos tiveram um encontro secreto com Ali Murtopo, Chefe dos Serviços Secretos da Indonésia. Durante tal encontro a verdadeira versão da posição Indonésia sobre Timor-Leste, é clarificada: *"Timor Português será apenas Português ou Indonésio. Não há terceira opção."*

Embora o Governo Português aceitasse em termos latos a posição indonésia, salienta a necessidade de restabelecer laços diplomáticos a nível de embaixador, entre os dois países, e menciona todas as alternativas possíveis para a colónia. O Dr. Almeida Santos tem um encontro com Ali Murtopo em Lisboa, antes de visitar Timor. De acordo com algumas fontes, esta foi a verdadeira razão pela qual a sua visita foi adiada de 11 para 18 de outubro. Murtopo tinha aterrado em Lisboa, imediatamente depois de o General Spínola ter sido substituído pelo esquerdista General Costa Gomes, o que aumentou o desagrado de Murtopo para com o novo regime. Nos encontros de Lisboa, o Dr. Campinos [Secretário para os Negócios Estrangeiros] estava acompanhado do Major Arnao Metello, considerado como simpatizante da Indonésia, com base nos "direitos históricos {sic} da Indonésia sobre Timor-Leste".

Dentre os atos políticos do novo governador-geral Lemos Pires, podem citar-se a criação do Comité Coordenador composto por oficiais do exército para implementarem localmente a política do MFA. Aquele Comité era composto por oficiais de carreira e milicianos. Equipas de oficiais são nomeadas para propagarem o novo regime através de Timor, em sessões públicas de doutrinação política. As licenças estavam todas canceladas e só, mais tarde com uma amnistia decretada pelo

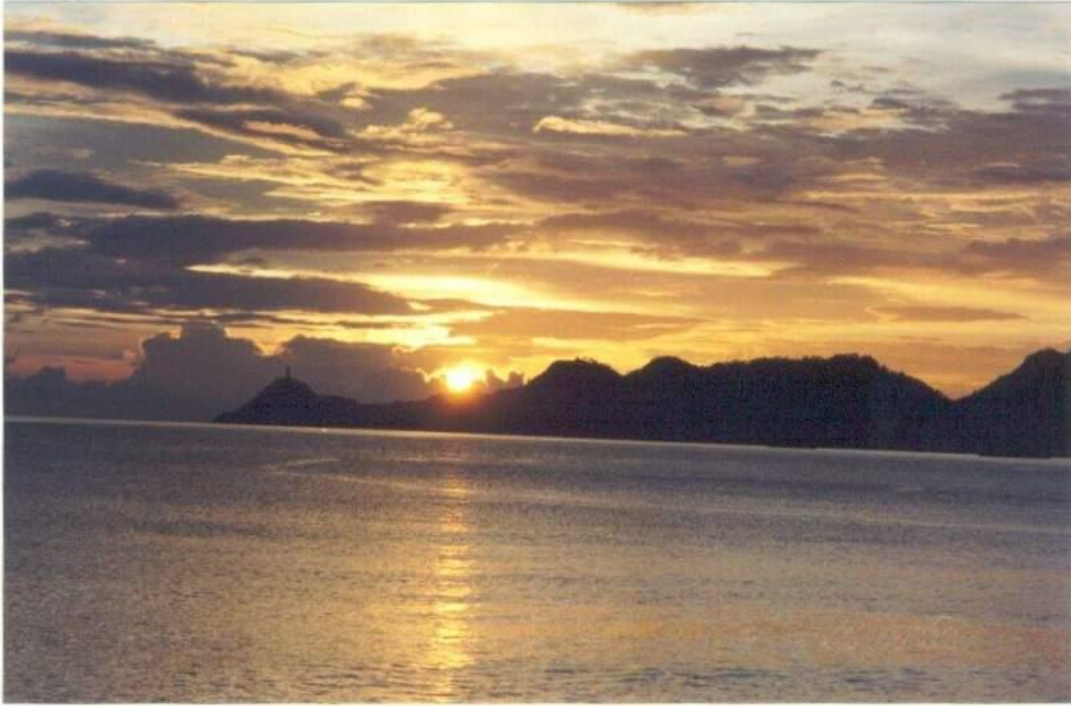
general Spínola voltara JC a ter direito a férias. A 18 de novembro chega o novo e último comandante militar que o convida para liderar a pasta da Comunicação Social. Recusa.

Entretanto, telefonara à sua mulher. Ela de novo veio com a conversa de haver outro e que não era bem-vindo se regressasse a Portugal. Foi aí que decidira ir para Bali, terra paradisíaca dos hippies e onde havia ocidentais radicados desde a década de 1940 como escritores e pintores no seio daquela mescla hindu e indonésia.

CAPÍTULO - 6 BALI, AUSTRÁLIA

Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas

João Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas









6. BALI, AUSTRÁLIA, PORTUGAL E MACAU

6.1. AMNISTIA, FÉRIAS, VIAGENS

JC, depois da amnistia concedida a todos os militares pelo Presidente Spínola, é finalmente autorizado a partir [início de dezembro 1974] em gozo de licença militar prolongada, viajando para Bali e Java (Jacarta, Jogyakarta, Surabaya) antes da Austrália (Melbourne e Sidney). Ali estabelece contactos com os diplomatas portugueses nas capitais estaduais, e tenta aperceber-se da revolução e dos sentimentos quanto ao futuro de Timor-Leste.

Depois de regressar à Indonésia, a caminho de Timor, é impedido de embarcar num voo da Merpati Airlines para Kupang (Timor Ocidental), porque o território está 'off-limits' (interdito). Tentando insistir, reiterando a sua posição como Oficial do Exército [Português], a situação agrava-se mais, sendo tido como suspeito de ser espião e interrogado pelas autoridades militares da Indonésia. Volta, de novo, a Bali. Mais tarde regressará a Díli. A sua chegada tão fora do prazo assinala a possibilidade de um caso de tribunal marcial, por deserção, como é exigido por elementos mais conservadores da hierarquia militar. Contudo, devido à situação de rarefação de oficiais do exército, o Chefe da Intendência que estava a tentar regressar a Portugal, não tem subordinado imediato para lhe suceder. É aceite a explicação de não poder voar de regresso. O seu estatuto de 'AWOL' (ausente sem licença) revogado. Recebe um louvor por altos e meritórios serviços. É promovido a Chefe Interino dos Serviços de Intendência.

Parara em Bali em novembro ou dezembro de 1974 por acaso dum telefonema que o deixava de novo solteiro, geograficamente já o estava. Em tempos fizera uma estatística e dos casais que conhecera em Timor nem um se mantinha casado! Eram três ou quatro na primeira aventura em Bali, garanhões esfaimados pela ausência de tudo em Timor, incluindo mulheres. A gentileza e cortesia das locais deixou-os assombrados. Mais tarde descobririam que era só simpatia. Mais nada. Ainda hoje carpia nunca ter namorado uma balinesa. A comida barata, humidade insuportável, as praias eram um espanto. Passeara, conhecera gente.

A seguir seria uma paixão, o regresso súbito a Timor e uma deserção com ida para a Austrália. Nesse período fizera bodysurf apesar do medo ancestral que tinha do mar e recusava-se a sair do mar apesar da chuva torrencial. Sentia-se verdadeiramente feliz e livre. Proferiria mais tarde ser esta a sua fase de libertação de preconceitos e regras, uma aprendizagem tardia e uma emancipação. Seria também o fim da inocência, mas a ingenuidade permanecia. Momentos inesquecíveis. Levaram-no com a habitual fogosidade e impetuosidade a perder a cabeça por uma mulher e a apanhar o primeiro avião, a custo das habituais rupias para a corrupção no aeroporto da metade ocidental da ilha. Vendera em Díli as suas posses para a viagem. Nelas se incluía uma das raras máquinas de filmar Super-8 que havia em Timor.

Os seus colegas, oficiais e furriéis, que as compraram agradeceram a paixão.

Conseguira assim dinheiro suficiente para subornar a agência de viagens da família do Capitão Chungue e conseguira lugar num dos voos superlotados para Jacarta. Ali chegado apresentara-se na Embaixada Australiana acompanhado dum documento que comprovava ser um oficial do exército português e duma carta dela a garantir-lhe acomodação garantida quando fosse à Austrália. Dispunha então de bilhete de regresso e de dinheiro suficiente para a estadia pelo que rapidamente lhe deram o visto desejado. Embarcara no primeiro avião para a Austrália. Fora colocar-se à porta dela logo após ter-se instalado no YMCA (alojamento para jovens cristãos, Young Men's Christian Association). Lembrava-se bem de que levava duas malas e mal saíra do terminal das linhas aéreas Ansett na baixa da cidade, apanhara um elétrico. O condutor, emigrante jugoslavo, metera conversa com ele e achou piada à sua história de amor louco e nem sequer trocara a nota que lhe dera para pagar a viagem. Fora ele que lhe indicara onde dormir barato e lhe dissera onde sair, passadas umas tantas paragens. Depois de ir ao YMCA tomara novo elétrico por St Kilda Rd. e pela Commercial Road em direção a Prahran. A mãe dela nem queria abrir-lhe a porta, com cara de poucos amigos e desconfiada desse wog. Disse que não estava, pois, tinha ido às corridas de cavalos com umas amigas. Esperou toda a tarde em Malvern Road, frente à rua dela em Bendigo St, sentado como um parvo, num banco na paragem de autocarro na esquina. Por trás ficavam uns prédios horrorosos com mais de 20 andares que eram de habitação social construída nos anos 70, numa altura em que se gentrificou o subúrbio que era predominante irlandês e grego. Esperara até à noite e nada. Só no segundo dia a vira. Ela tratara-o com desprezo, perguntando-lhe o que estava ali a fazer. Queria fazer a vida dela e estar com a família e amigos depois de tantos anos fora. Sentiu-se subitamente de coração despedaçado, mais uma vez rejeitado, no que ameaçava tornar-se um hábito incómodo. Não tinha significado nenhum, uma aventura de férias e nada mais.

Passaram-se dias até a convencer finalmente a ir tomar um café. Nessa noite foram jantar a um ótimo restaurante na Baixa. JC, como sempre, grande otário pagou, mas não houve clique nenhum.

Entretanto, conhecera o irmão dela, Bryan, então ainda casado com uma certa Gayle. Tivera pena de JC e tirou-o do miserável hostel onde estava albergado e levou-o para casa dele por uns dias. A mulher dele, com quem já tinha alguns problemas matrimoniais, não apreciou minimamente a vinda deste intruso que andava atrás da cunhada. Menos ainda apreciou quando Bryan o começou a apresentar a gente vária, a levá-lo a festas e bares, a apresentá-lo a amigos e amigas, a levá-lo a passear e a conhecer Melbourne, seus subúrbios, praias... JC sentira a situação tão tensa com a Gayle, que resolveu mudar-se para um hotel barato na baixa. O dinheiro que levava começava a ser insuficiente para o elevado custo de vida australiano. Tinha ido a uns concertos, lembra-se que Neil Young e até Roberto Carlos (pasmese!) eram atrações da época naquele mês. Aproveitara para ir ao Hard Rock Café onde ouvira pela primeira vez a Renée Geyer, que mais tarde ouviria ao vivo em muitos outros sítios e ficaria como a sua cantante favorita para o resto da vida. Perdera o festival tipo Woodstock que havia em Sunbury, mas acabara por ver a cidade a pé e gostar imenso da Austrália.

Haveria de regressar, apesar, deste contratempo afetivo. Crê-se que foi neste momento decisivo que decidiu tornar-se australiano.

Fora de seguida ao Consulado Português (então situado na baixa, em St Kilda Road) onde pontificava o, já falecido, John Dowd e prontamente lhe adiantaram cem dólares (coisa que ninguém faz hoje em dia). Depois, resolvera ir até Sidney conhecer a cidade dado que a sua "mulher" de Bali deixara de representar chance viável para a sua vida afetiva, sempre tão conturbada. Continuar a andar atrás dela era um desperdício de tempo e dinheiro. Em Sidney ficara num hostel (pousada da juventude) em Bondi North com vista para a praia de Bondi. Fora até Strathfield onde estava, então, o velho Consulado, ali conhecera o saudoso Deolindo da Encarnação e o cônsul Mello Gouveia, que o levaram a almoçar e se disponibilizaram a tudo. Tinha lá estado, uns dias antes, o Zé Ramos Horta. Trocaram-se impressões sobre a situação em Timor., tal como já fizera em prolongadas conversas com John Dowd em Melbourne.

Depois desta curta estadia turística e de ter decidido que este era o país onde viveria o resto da sua vida, regressara aos amigos que deixara em Bali.

Não demorara muito tempo a conhecer gente nova. Aliás, era, infelizmente, a marca pessoal da sua vida afetiva. Ali também existe desde há muito uma comunidade de hippies misturada com verdes, ecologistas, naturalistas.... Entretanto JC mudara e não só de aspeto. Deixara crescer a barba e o cabelo e usava uma fita (bandana) a segurá-lo. Usava calções de linho e sandálias com camisetas tipo batik. Ficara a memória do dia que nunca mais findava e do banho prolongado por entre vagas alterosas.

Mais uma experiência que se guardaria no baú das memórias.

Um certo dia, andava JC de mota numa rua de Kuta Beach quando foi reconhecido por um companheiro de armas de Timor. Era o Carlos Alão que lhe disse que estava considerado como desertor em Díli pois deveria ter-se apresentado em janeiro 75. Proferiu também a notável novidade de que o período do SMO havia sido encurtado e que se voltasse ficaria a substituir interinamente o Chefe dos Serviços de Intendência, que se queria ir embora e assim eles talvez arquivassem o processo. Assim viria a fazer.

Comprara a meias com o seu "mate" Dick Thornton (um vigarista barato de Bondi em Sidney) um pequeno café restaurante chamado *Perama's* especializado em bolos. Jamais esqueceria o Banana Cake (bolo de banana).

Tinha-lhes custado para aí uns 20 contos para comprar aquele restaurante. A família que o vendeu continuava a viver lá e a cozinhar na mesma, só que o trabalho era pago pelos dois novos sócios e donos do botequim. Dava sempre lucro porque era bom. O Dick acedeu a ficar a tomar conta até JC regressar em breve, pois ia ficar uns tempos largos ali. Partiu JC em 29 fevereiro 1975 de regresso a Timor.

Entretanto, o que se passara ali e no mundo que deixara há pouco?

6.2 O GOVERNO EMITE UMA MENSAGEM. FRETILIN RECONHECE PORTUGAL. OS PARTIDOS POLÍTICOS E A R.T.P. JANEIRO 1975:

Janeiro começara calmamente com a mensagem de Ano Novo do Governador Ten-Cor. Lemos Pires onde este expressa os seus votos de:

"Que o processo político se desenvolva em paz...garantida pela intenção do povo e Forças Armadas. O ano de 1975 será decisivo para Timor [seria apenas uma esclarecida premonição?] é fundamental que todos disso tenham consciência. Compete às Associações Políticas, futuros partidos, criar desde já ambiente de entendimento mútuo para facilitar a opção definitiva, verdadeiramente conscientes da sua importante e Histórica missão e seus deveres para com o povo. Assumirão decerto as responsabilidades inerentes à sua liderança buscando as melhores soluções em clima construtivo de tranquilidade."

A Fretilin emitia um comunicado no qual reconhecia Portugal como único interlocutor válido do processo de descolonização,

"aceitando, participar no Conselho de Governo, sendo condição sine qua non antes de participar no referido órgão que seja dado início ao saneamento...denunciando uma vez mais, publicamente que no atual Conselho figuram membros de órgãos do deposto regime (nomeadamente Assembleia Legislativa e ANP). O quadro administrativo, baluarte do colonialismo tem de ser substituído por uma instituição verdadeiramente democrática. A Fretilin salienta que o chefe dos Serviços de Administração Civil [Administrador Santa] continua a figurar como vogal nato e apraz-lhe registar que o comerciante Jape Kong Su já foi retirado do mesmo."

Um comunicado oficial da Repartição do Gabinete expressava a este respeito:

Em nome da FRETILIN foi lido um comunicado que pretendia esclarecer a participação daquele partido no Conselho, fazendo-a depender do saneamento. S. Exa. o Governador reiterou a sua concordância com a posição ideológica da FRETILIN, embora não a pudesse aceitar por não se coadunar com a necessidade de solucionar os problemas quotidianos da vida de Timor. O saneamento está em marcha, mas fundamentar-se-á nas provas concretas para cada um dos casos em análise; pelo que seria prematuro e descabido tomar decisões sem que tais provas estivessem cabalmente analisadas. Também o Governador não teve qualquer dúvida em aceitar um delegado da FRETILIN, que anteriormente havia pertencido à Junta Consultiva. Uma vez que a inclusão de elementos da Fretilin, que à partida anunciavam a sua determinação de não colaborarem ativamente, não podia ser aceite, os seus delegados não foram investidos. Por não ser aceitável o funcionamento com elementos de um só partido decidiu-se não empossar qualquer dos membros... O Governo constata que uma associação política que afirma defender os interesses da população se coloca à margem da construção do quotidiano numa fase tão importante e decisiva depois de se ter comprometido a fazê-lo. A política de

descolonização prosseguirá com firmeza no rumo traçado não sendo afetada pelas demoras que acontecimentos deste género poderiam ocasionar. O futuro de Timor está nas mãos do seu povo e suas associações políticas. As decisões administrativas do Governo continuarão a ser tomadas sem uma discussão prévia com representantes da população."

O Conselho de Governo de que a administração depende para o processo político a girar parece amaldiçoado.

Tem de se entender aqui a posição da Fretilin, não só em termos ideológicos, mas, sobretudo, porque aqueles que foram responsáveis pelos piores casos de abuso colonial ainda estão agarrados ao poder e sobrevivem às reestruturações políticas. O passado político de tais pessoas está de tal forma imbuído no velho regime, que a menos que se lhes faça uma lavagem política ao cérebro, é praticamente inviável esperar-se delas a promoção da nova ordem política, implantada depois da revolução do 25 de Abril. Com toda a sua artimanha e o conhecimento dos intricados meandros do poder mantinham abertos canais de acesso direto aos poderes decisórios.

É então que o governo procede à reestruturação das principais pastas. Os Serviços provinciais de Planeamento e Integração Económica (SPIE), a Repartição Provincial de Serviços de Estatística (SE) e o Centro de Informação e Turismo são eliminados. O Executivo divide-se em quatro subgabinetes:

GAP (Gabinete de Assuntos Políticos),

GCS (Gabinete de Comunicação Social),

GPEE (Gabinete de Planeamento Económico e Estatístico),

GCI (Gabinete de Coordenação de Informações).

Curiosamente o GCS (Gabinete de Comunicação Social) publica um telegrama a 16 janeiro [1975] do Ministério da Coordenação Interterritorial no qual se afirma: "*Posição Oficial Governo Português é a que Respeitará Resultado Consulta Popular qualquer que seja.*" O único civil no novo elenco governativo, Dr. Libânio Pires inesperadamente deixa Díli na mesma data. De acordo com alguns boatos, estava descontente com o processo de descolonização adotado pelos militares e entregou a sua demissão. O GPEE (Gabinete de Planeamento Económico e Estatístico) anuncia que a SAPTA (Sociedade Agrícola 'Pátria e Trabalho') se transformaria em sociedade anónima. O Governador Ten-Cor. Lemos Pires, entretanto, está a tentar incutir novos conceitos nas burocráticas mentes dos seus funcionários públicos. Durante uma reunião com o funcionalismo público de Díli, o governador salienta que:

"A estrutura de Timor assenta essencialmente no funcionalismo público, pelo que o rendimento de Timor depende diretamente da sua eficiência. A noção de 'fatalismo' é o aspeto mais negativo da população Timor...é sempre 'normal' tudo o que acontece. As coisas acontecem porque têm de acontecer, depois ver-se-á como resolver. O excesso de burocracia - a chamada empatoracia - é um fator chave da falta de eficiência dos serviços, e da falta de 'iniciativa', em que não se apresentam soluções, mas em que tudo se remete 'à consideração de V. Exa.' ou, algumas vezes, mais elegantemente 'à alta consideração de V. Exa.' ou ainda 'V. Exa. no seu alto critério decidirá'. Sou tão mortal e limitado que todos, não podendo decidir sobre aspetos técnicos que não percebo, em assuntos que outros estudaram e não deram soluções. A Agricultura é a base da produção interna, prevendo ligeiros aumentos de preços nos géneros de primeira necessidade bem como para os salários mais baixos (e unicamente para estes) melhoria de condições para a contratação de técnicos para melhorar a produtividade do setor rural."

Quando alguém o questiona sobre a "timorização" dos salários Lemos Pires diria:

"Estou autorizado pelo Governo Central a fazer aumentos de vencimentos, mas isso corresponderia a uma irresponsabilidade, não posso aumentar os vencimentos sem me preocupar com o que vai acontecer em agosto" [seria esta outra premonição?] ... boatos decorrentes de invasões da Indonésia, deslocação de forças militares, etc., criam uma sensação de insegurança que provoca ela mesma nova onda de boatos. Vejo difícil que partidos de ideologias diferentes se fundam...coligação não é interpenetração tendo em vista pontos comuns, a coligação é fácil e desejável...os elementos mais preponderantes dos partidos são quase todos funcionários...façam todos um pequeno esforço para se coligarem...sem questões de animosidades pessoais pelo interesse de Timor. Outro problema e já me começo a cansar dele é o da invasão indonésia para cortar a cabeça aos brancos, principalmente aos do [Bairro] Farol. Acho ridículo e qualquer dia passo a ser chamado de ridículo pela República da Indonésia."

Desde setembro 1974, antes do representante do MFA, Major Arnao Metello, partir para Lisboa, o autor começa a propagar a noção de que, a menos que seja desenhada e implementada uma estratégia clara para o futuro político de Timor-Leste, os Indonésios irão aproveitar-se da agitação e insegurança existentes. As leis de censura ainda se mantêm e em alguns casos (o de JC, por exemplo) é vulgar existirem escutas telefónicas e a defenestração de correio privado. A única hipótese de enviar informações de Dili, sem que seja apreendida, é aproveitar alguns hippies australianos a caminho de Bali para as meterem no correio indonésio. Algumas dessas notícias eventualmente acabam por chegar a Portugal e são publicadas em jornais onde se menciona que existem pessoas em Timor que temem uma invasão indonésia.

É evidente que depois da "Operasi Komodo" ser posta em ação em outubro 1974, barcos da Marinha Indonésia patrulham águas de Timor. Nalgumas noites, podem ver-se navios, ao largo, em frente à Baía de Dili. Convém referir que a Ilha do Ataúro não tinha nenhum sistema de iluminação elétrica capaz de ser observado

de Díli (a 23 km de distância). Mesmo depois de observar aquelas luzes movendo-se para a frente e para trás no negro horizonte, semana após semana, ninguém acredita que possa ser a Marinha Indonésia. Bem alertava JC para a sua presença nestas águas, mas todos o achavam já enlouquecido e ninguém lhe prestava a atenção que os seus avisos mereciam. Um pouco a história do lobo.... As rotas comerciais da marinha mercante para a Austrália raramente atravessam os mares entre Díli e Ataúro. Darwin nunca lidou com 300 barcos por ano vindos de Timor. Os operadores radiotelegráficos no quartel-general ocasionalmente apanham conversas em Bahasa Indonésia, vindas do mar, mas os serviços secretos nunca se deram ao trabalho de os verificar ou traduzir. Para eles, o perigo está dentro das fronteiras de Timor-Leste e não se apercebem do perigo externo.

A 20 de janeiro 1975, a "RTP" desloca uma equipa de câmaras e alguns jornalistas para acompanharem os progressos do novo governo local e as medidas tomadas para a descolonização de Timor. Na entrevista, o Governador Lemos Pires afirma:

"A abertura da livre expressão em Timor alterou todo o panorama político do território...os partidos lançaram-se abertamente na propaganda política e se bem que altamente desejável isso provocou uma certa onda de instabilidade, na medida em que as populações despolitizadas - para não dizer altamente despolitizadas - não absorveram esse impacto político com grande tranquilidade. Um problema muito controverso é o da viabilidade da independência - a UDT e a FRETILIN preconizam que a independência a vir a ser obtida seja com o patrocínio de Portugal. Já tenho dito aos partidos que considero Timor, de momento, sem viabilidade económica para a independência...tem de ser conseguida progressivamente com uma ajuda estranha aos próprios timores ou requer um tempo relativamente longo para se poder efetivar. Qual será a orientação geral da população? Para quem pende a população? Qual a solução que mais agradará ao povo de Timor? Muito difícil é a resposta... o povo está muito despolitizado. Por exemplo quando eu vou ao interior e as populações perguntam: "Sr. Governador como é que vai ser?" São vocês que são de Timor quem pode responder. "Se o Senhor governador disser como é, a gente faz." Ora isto representa muitos anos de presença colonialista portuguesa em que a vontade do povo não foi deixada aflorar com a liberdade e consciência desejável e isto não se consegue modificar em pouco tempo...teremos de esperar com certa calma que a evolução política se defina melhor, que os partidos políticos assumam as responsabilidades que de facto têm de elucidar a população para que ela possa escolher livremente o futuro a que tem direito."

Também os partidos políticos se pronunciaram amplamente à RTP, sobre as razões da sua existência, ideários e objetivos, para que em Lisboa pudessem sentir os ventos das liberdades políticas a soprarem nas colónias distantes e longínquas do Império, que ora se desmantelava. Domingos de Oliveira, secretário-geral da UDT dizia:

"A UDT foi o primeiro partido a surgir, em 11 de maio 1974. Na sua primeira reunião, alto e bom som se afirmou que o objetivo final da UDT é a independência de Timor Díli, mas porque de momento não existem condições nem infraestruturas para uma independência segura, preconizamos uma ligação com Portugal até que

a independência seja possível. Pelo interior não fizemos mera propaganda, sondámos o que o povo de Timor Díli realmente deseja e isso é a independência. Tal não significa uma espécie de esquecimento do pouco materialmente válido que os portugueses fizeram durante cinco séculos de colonialismo. Apesar dos erros, o povo sabe que algo de positivo se fez, por isso mesmo no nosso ideário estão contidos princípios que depois de declarada a independência, Timor será integrado em pé de igualdade numa comunidade de língua portuguesa com Angola, Moçambique, Guiné, Brasil e Portugal. A UDT conta com bastante apoio popular, do povo que quer caminhar para a independência, mas que ao mesmo tempo sabe que nas condições atuais há falta de valores humanos e económicos e porque Portugal tem uma missão histórica a cumprir e não pode abandonar uma população inteira sem estar preparada para a independência, o povo acha que Portugal deve ajudar até que se atualizem as estruturas."

Francisco Xavier do Amaral, presidente do Comité Central da Fretilin esclarece:

"Atendendo a múltiplas circunstâncias, após várias discussões e sondagens de um pequeno grupo de timores para se saber qual o caminho mais certo para um futuro feliz da população de Timor, a Fretilin começou por ser uma Associação Social-democrata. Internamente enfrentou uma grande oposição e reação bastante grande também a nível governamental, no período do então governador Alves Aldeia e no do Encarregado do Governo Níveo Herdade. O nosso programa de rádio foi suspenso por 60 dias; no interior encontrámos vários obstáculos por parte da reação, já que a população é passiva...a Fretilin foi julgada e condenada por um tribunal local. Neste momento a existência legal é viável pelo processo progressista que defende o programa do MFA, mas se no futuro não fosse viável atuaríamos mesmo na clandestinidade...porque a Fretilin tem a linha das massas contra a exploração do homem pelo homem. Continuámos admirados da existência dum partido minoritário defendendo a integração na Indonésia que considerámos absurda...haveria em Portugal possibilidade de um pequeno grupo querendo integrar Portugal na Espanha? Por isso vemos a existência da APODETI como ilegal. Esperamos que a nossa independência 'de jure' seja reconhecida em breve para formarmos um Governo provisório e prepararmos a nossa independência 'de facto'. A nossa luta não é contra o povo português, estamos solidários com ele no processo que libertou Portugal do fascismo. A nossa luta é contra o colonialismo, contra a exploração do homem pelo homem e ao mesmo tempo uma prevenção ativa contra o neocolonialismo. Desde a primeira hora que a Fretilin rejeita toda a ideologia contrária à independência do Timor-Leste. Neste momento não se discute o que aqui se fez ou não, algo se fez e isso representa alguma coisa. A nossa linha será defender Timor para a independência, mas também, se possível - e isso será possível sem dúvida - formarmos uma comunidade de expressão de lusíada."

A Fretilin tenta assim sossegar os mais descontentes membros da comunidade quanto à sua determinação em manter Timor dentro de um quadro viável de comunidades portuguesas, mesmo depois de ser independente. Já o secretário-geral da APODETI, Osório Soares diz à 'RTP':

"De momento não estou muito preparado para falar sobre o partido...fui apanhado de surpresa a fazer umas transplantações de plantas. Dada a distância de Timor em relação à Metrópole e o fracasso de 400 anos

de colonização está à vista a evolução do desenvolvimento de Timor, a falta de maturidade política, de maturidade económica desta terra, pelo que não são soluções: nem a Federação, nem a Independência. Num olhar retrospectivo à história antiga de Timor, vemos que anteriormente à colonização existia unidade, portanto a divisão é feita pelo próprio colonialismo. Extinto este, temos de voltar à antiga causa que nos separou. A ligação à Indonésia era a mais viável para a situação presente, assim nasceu a APODETI. Ao longo deste período, após a criação da APODETI, em 27 maio 1974, temos procurado fazer um plano de horizontalidade, em trabalho de extensão, dando a conhecer às populações as suas tradições antigas, fazer reviver seus sentimentos anteriores...

A posição da APODETI, pela sua responsabilidade internacional, implica o consentimento da Indonésia.

“A atividade desenvolvida em Timor [janeiro 1975] já nitidamente estruturada em algumas regiões, quer dizer regulados e populações que defendem e aceitam os nossos princípios, como Atsabe, Rai-Mean, Ai-Assa, e Oé-cusse. O objetivo da APODETI é o referendo, em primeiro lugar vencer as eleições ou o referendo, conforme ficar decidido pelo Governo e logo após constituir uma comissão formada por Portugal, uma da Indonésia e outra da APODETI para o estudo da forma de transição em período a definir para o desenvolvimento e progresso sociocultural do povo de Timor. Quanto à afirmação de que a APODETI é ilegal, factos concretos refutando tal acusação: o Dr. Mário Soares [então Primeiro Ministro] afirmou que "para a descolonização se teria de ouvir a Indonésia e a Austrália" e o Dr. Almeida Santos [Ministro para a Coordenação Interterritorial] na ONU referiu que Timor só teria duas possibilidades: "Ficar sob o controle de Portugal ou a integração na Indonésia". A APODETI além de razões históricas e geográficas é o único partido que pode dar uma solução realística a Timor."

A APODETI guarda bem o seu jogo, explorando declarações do Dr. Mário Soares e do Dr. Almeida Santos para enaltecer a sua posição no xadrez político. Um advogado português radicado em Timor, há vários anos, Dr. Cravo Cascais [que aderiria oficialmente à UDT, aquando do golpe militar deste partido em agosto 1975] alertava então para *"o gritante desfasamento entre a lei [Portuguesa] aplicável e a realidade de Timor."*

“Pretende-se defender a sociedade dum dos seus membros considerado criminoso, na pressuposição errada de que essa mesma sociedade assim o deseja, quando pelo contrário, essa mesma sociedade determina e impõe sob pena de descrédito e marginalização, a atitude do agente, pela qual o mesmo é condenado. Uma vez em liberdade o agente condenado, e perante igual situação procederá do mesmo modo. A aplicação de penas para prevenir e reprimir crimes, não atinge assim, nenhuma dessas finalidades enquanto a sociedade continua a exigir atitudes idênticas dos seus membros, àquelas por que são condenados. É necessária e urgente a 'timorização' da justiça, não já nas estruturas, mas nas normas que essas estruturas devem aplicar."

Este exemplo gritante da aplicação de leis de base portuguesa a timorenses pode ser comparado com a injustiça de aplicar códigos judiciais de qualquer colonizador ao colonizado. De facto, as pessoas estão a ser sentenciadas pela mera utilização das suas tradições consuetudinárias. A sociedade força certos códigos de honra, depois o colonizador (assumindo a sua superioridade colonial) vai puni-los pelo ultraje da sua atitude ao meramente seguir tais códigos de honra. Tente-se imaginar como seria escandalosa a situação na Austrália, entre os Aborígenes e o resto da população, ou quiçá mesmo entre os Libaneses, Gregos, Italianos, ou qualquer outro grupo étnico, tentando impor as suas leis ao grupo predominante anglo-saxónico na Austrália e às suas leis.

6.3. EDUCAÇÃO DESCOLONIZADA. COLIGAÇÃO SIM, APODETI NÃO. OS ANTECEDENTES DA GUERRA E A CIMEIRA. AS MANOBRAS DE BASTIDOR

Entretanto, o Governador Lemos Pires, nomeava uma Comissão de Reformulação do Ensino, com sete elementos alguns dos quais eram um pouco controversos:

Roque Rodrigues, alferes miliciano, um dos impulsionadores do manual político da FRETILIN; Alferes miliciano Eng.º António Barbedo de Magalhães e a sua mulher Dr.ª Judite de Magalhães; Caldeira Batista, Professor primário, simpatizante afeto à UDT, íntimo colaborador do ex-presidente da ANP, Dr. Félix Correia [Presidente local da ANP, o único partido político português legal na ditadura, e Chefe dos Serviços de Educação]; António Duarte Carvarino, Presidente da "Casa dos Timores em Lisboa," ideologicamente um vanguardista afeto à FRETILIN e impulsionador da alfabetização em Timor.

Igualmente anunciava o governador, o arranque na construção da estrada Díli-Maliana assim como melhoramentos bem necessários nas estradas Lautém-Loré e Baucau-Bé-Asso. Durante a tomada de posse da Comissão de Reformulação do Ensino, o Major MOTA, [Chefe de Gabinete dos Assuntos Políticos e Chefe de Gabinete do Comandante Militar], sumariamente descreve o processo político em Timor:

"Das conseqüências do 25 de Abril em Timor distingo dois períodos: um até 18 novembro 1974, outro após esta data em que chegou o Governador Lemos Pires e a nova equipa governamental. Em 13 de maio, dá-se o primeiro sinal oficial em Timor da sintonia com a nova problemática criando-se uma Comissão para a Autodeterminação de Timor, para apoio e coordenação da política local. O seu trabalho foi a politização das cúpulas dos embrionários movimentos de opiniões e, simultaneamente um esforço para tirar a APODETI da clandestinidade".

O Major MOTA acrescenta:

"Durante a sua existência [Comissão para a Autodeterminação] notam-se sinais de desacordo entre oficiais e o Governador Aldeia que havia sido extremamente infeliz ao apreciar o [abortado] "Movimento das Caldas" [em 16 março 1974] chamando traidores e outros nomes àquele punhado de jovens que tudo sacrificara para modificar o país. E que depois, sem sucesso, o governador Aldeia procurava justificar a sua adesão à nova situação política. Depois disto há um incremento de atividade partidária e dão-se os primeiros contactos das associações políticas nascentes, com países estrangeiros. A 15 de julho toma posse o novo Encarregado de Governo. A situação política sofre uma evolução de carácter negativo...assume peso no processo político, um conjunto de pessoas ligadas à manutenção do status quo. Não se vislumbra ainda qualquer medida

descolonizadora. Timor continua o seu sono eterno de séculos. As associações políticas mais progressistas (honra seja feita à ASDT) veem-se desencorajadas e iniciam o processo de luta reivindicativa conducente a impor o seu ideário. A ASDT é a primeira a fazer um comício em Díli, atacando frontalmente as minorias privilegiadas que pontificavam em Timor, viu-se a breve trecho positivamente banida do processo democrático e afastada porque ameaçava as estruturas existentes. Em 15 de agosto a não-aceitação, pelo Governo, da Comissão para a Autodeterminação (que vinha fazendo um interessante trabalho de politização e ajuda de politização das cúpulas) leva os membros desta Comissão a solicitar a sua desnomeação. O clima militar foi-se deteriorando até atos de insubordinação e de indisciplina coletiva que se agravariam com a deslocação a Lisboa do então Chefe do Estado-maior, Major Arnao Metello, face à total inoperância do governo local e à falta de diretivas concretas de Lisboa. As associações políticas radicalizam posições e criam um clima demagógico onde avultam acusações, onde personalizam muitas questões e se reacendem ódios antigos.

"É neste clima que surge o novo Governador e sua equipa, com o aval da Comissão de Descolonização, para descolonizar 'de facto.' Alguns conceitos de descolonização que têm norteado a ação do Governador:

- 1) Transferência de responsabilidade da 'coisa pública' para os Timores (gradual e progressivamente),*
- 2) Fim de privilégios de minorias não representativas do povo, que à sombra do regime colonial fascista oprimiram grandes massas absolutamente apolíticas,*
- 3) Romper com a dependência do colonizado face aos colonizadores, acabando com a imposição ao timorense de padrões ocidentais (modo de vida, ensino, justiça, etc.) é frequente ver o europeu não acreditar nas potencialidades do 'Bére Mau' da montanha, o que é um erro profundo,*
- 4) Aceitar o estado de ilegitimidade do colonizador que veio ocupar o lugar do habitante e, acabar com todo o autoritarismo e paternalismo nas relações com o povo timorense."*

O major Jónatas (Chefe do Gabinete de Comunicação Social no novo executivo) citaria:

"Podemos caracterizar o ensino em Timor como de tipo colonialista, elitista e veículo dum aparelho fascista com o recurso quase exclusivo a professores metropolitanos, não sendo dadas oportunidades iguais a todos os jovens, sendo feita uma segregação em função das posses económicas. A cultura timorense surge mais no mercado que nas escolas...ela tem de vir à superfície."

Dentro do espírito de cooperação preconizado por Lemos Pires, mas um pouco inesperadamente, a UDT e a FRETILIN assinaram um comunicado de acordo conjunto. Para contrabalançar a pressão exercida por transmissões da Indonésia e a propagação de boatos alarmistas pela APODETI, esta plataforma de coligação visava a consecução de finalidades comuns evidenciadas no texto. Bem importante para a compreensão do emaranhado político em jogo no território, do extenso comunicado dos dois partidos, salientam-se aqui os pontos mais importantes daquele histórico documento:

- 1. Independência total para Timor-Leste (Timor-Dili designação adotada pela UDT).*

2. *Repúdio da APODETI, por defender ideais integracionistas e neocolonialistas contrários aos verdadeiros interesses do povo de Timor-Leste e à carta das Nações Unidas.*

3. *Rejeição da integração em qualquer potência estrangeira nomeadamente Indonésia, mas após a independência, serão encetados esforços no sentido de se promoverem relações de boa vizinhança, amizade e cooperação com todos os povos do mundo, incluindo a Indonésia.*

4. *Repúdio do colonialismo, neocolonialismo e imperialismo. Introdução de novas estruturas políticas, económicas, culturais e sociais, verdadeiramente democráticas em substituição das caducas estruturas coloniais para a construção e desenvolvimento do país.*

5. *Reconhecimento de Portugal, como único interlocutor válido no processo de descolonização. Estabelecimento de acordos de cooperação em todos os setores e a todos os níveis para benefício dos povos de Timor-Leste, ou Timor-Dili, e de Portugal. Adoção da língua portuguesa como oficial.*

6. *Recurso à ONU para acompanhar Portugal, no processo com vista à independência nacional. A coligação reserva-se o direito de selecionar os países membros, que deverão tomar parte na Comissão de Supervisão, não devendo participar as grandes potências, países da ASEAN e outros sob influência da Indonésia, incluindo Austrália.*

7. *Formação dum governo de transição através de negociações em Lisboa (Portugal, FRETILIN e UDT).*

8. *Acordos internos: Criação de Comissão 'ad hoc' para supervisão de programas de rádio, comícios e artigos para divulgação pública; Não-agressão ideológica e respeito mútuo por programas [políticos] e ideários;*

9. *Cooperação para a consciencialização política do povo orientada para a independência nacional;*

10. *O Timor (Português) passará a chamar-se Timor-Leste e os seus cidadãos 'Timores'.*

A parte final do comunicado tem uma mensagem da coligação ao povo português e aos povos das colónias africanas, da qual se extraem os seguintes parágrafos:

"Enquanto as colónias de África estão em vias de atingir a independência total, o povo de Timor-Leste enfrenta agora a mais dura prova da sua história colonial - a guerra fria movida pelo bloco imperialista. Isolado no Sudeste Asiático, alcunhado por um ministro do Governo Provisório [de Portugal] "transatlântico imóvel", o povo de Timor-Leste apela para a solidariedade dos povos irmãos."

Imediatamente após ser tornado público este comunicado, o Comando-Chefe emite uma nota alegando:

"...a gravidade das afirmações impõe um esclarecimento e uma advertência...censurando-se a marginalização da APODETI, rejeitando qualquer tipo de pressão, reafirmando a isenção das Forças Armadas face à coligação [da FRETILIN e UDT]".

Com efeito, trata-se de uma bem-intencionada atitude. Verdadeiramente democrática e até de certo modo sofisticada do comandante-chefe (e Governador).

Numa sociedade politicamente emergente isto irá criar mais problemas do que aqueles que visava resolver. A população fica a interrogar-se, como é que o governador que tanto exorta à união, solidariedade e cooperação, critica a coligação logo após esta ser tornada pública, e a denigre como hipótese de mudança para a paz e tranquilidade do clima geopolítico de Timor. A população tão acostumada a que lhe dissessem o que fazer, como

fazer e quando, não entende as críticas após lhe ter sido sugerida uma coligação. A desinformação e má-língua relativas à iminente invasão de Timor passam a ser constantes e levam um comentador australiano de rádio a anunciar em 24 de fevereiro 1975 que "a Indonésia está a preparar um ataque de forças anfíbias e antiaéreas a Díli (capital de Timor-Leste) e a Baucau (a segunda cidade) dentro de semanas". Como que a confirmar tais intenções, o Cônsul Indonésio em Díli, Dr. Tomodok manda regressar a sua família para a Indonésia.

Simultaneamente um jornal indonésio, "The New Standard", controlado pelo Conselheiro do Presidente Suharto em Segurança, General Ali Murtopo, publica artigos onde se afirma que "Timor não se pode tornar independente por não dispor de recursos naturais e porque um Timor independente seria permeável à penetração comunista afetando a estabilidade regional".

Em princípio de março 1975, o Comando Indonésio para Assuntos de Segurança anuncia que "Timor Ocidental está vedado (fora de limites) a jornalistas indonésios e estrangeiros". Isto coincide com a aplicação de bem necessárias benfeitorias às estradas do Kupang (Cupão) até à fronteira com Timor-Leste e à preparação para a [futura] invasão da colónia portuguesa. março 1975 é um mês pleno de acontecimentos para o futuro dos timorenses, mas poucos sabem disso. Em Londres, realiza-se um encontro secreto entre Ali Murtopo e representantes do governo português, para discutir o futuro de Timor Português. Desconhecido para a maioria das pessoas, este encontro dissimulado entre portugueses e Indonésios tem lugar por entre o maior segredo e traição.

Entre 3 e 5 abril, antes de visitar Timor-Leste, Suharto tem morosas conversas com o primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam na pacata cidade da Queenslândia, Townsville.

Todo um conjunto de acontecimentos não publicados está a ter lugar sem que as partes interessadas tenham algum conhecimento de que o seu futuro está a ser decidido nas suas costas, de forma paternalista tipicamente colonial, pelos seus padrões imperiais. De acordo com relatórios secretos do MNE Australiano, a situação modificou-se rapidamente entre janeiro e abril [1975].

Documentação apresentada à reunião de ministros da ANZUS pelo MNE Australiano contém as seguintes afirmações, datadas de abril, 1975:

"A grande urgência do assunto [Timor Português] já não tem razão de ser. As luzes encarnadas que se acenderam em finais de fevereiro, e que levaram o Primeiro-ministro a enviar uma mensagem pessoal ao Presidente Suharto, mostram agora o tom amarelo contínuo. Os Indonésios garantiram-nos, a todos os níveis, que não estão a contemplar intervenção militar. A propaganda indonésia está com um tom menos estridente. Os últimos relatórios secretos revelam que não existem preparativos para "uma ação militar a breve trecho.

Os Portugueses, entretanto, manifestaram a sua vontade de seguir um calendário muito gradual para a descolonização de Timor. Isto parece também ser aceitável para os grupos políticos no terreno, e para os Indonésios. Conversações secretas ao mais alto nível entre Indonésios e Portugueses tiveram lugar no início de

março. Estas parecem terem resultado altamente satisfatórias para os Indonésios com as garantias portuguesas de que não haverá uma proclamação imediata de independência (nos moldes da de Moçambique) mas, que de facto, haverá um processo prolongado de descolonização (cinco a oito anos) terminando com uma decisão da Assembleia Constituinte sobre o estatuto político futuro do território.

O Presidente Suharto reiterou ao Primeiro-ministro em Townsville [3-5 abril] que a Indonésia não tinha "ambições expansionistas e que favorecia um processo de autodeterminação para os Timorenses Portugueses. Estas garantias são bem-vindas, mas no caso de uma situação incerta, os Indonésios, estarão claramente de sobreaviso contra quaisquer sinais de que o destino do Timor Português não seja do seu agrado.

Parece claro que os Indonésios permanecem inabaláveis na sua determinação de que, em última análise, o Timor Português deverá tornar-se parte da Indonésia. Os Indonésios veem a meta de incorporação como podendo ser atingida através de um ato de autodeterminação influenciado pela Indonésia e acreditam (talvez erroneamente) que já obtiveram o acordo de Portugal para facilitar os atos encapotados da Indonésia para atingir esse fim. Tudo indica que nas circunstâncias atuais, um ato de autodeterminação pode favorecer os partidos pró-independência, independentemente do grau de envolvimento indonésio que houver. Ao mesmo tempo, será adequado reconhecer que a FRETILIN não está ao mesmo nível, em termos de representatividade e demonstrada capacidade para tomar as rédeas do poder, como, por exemplo, a FRELIMO em Moçambique. A sua aliança com a pró-Portuguesa UDT parece também estar tremida. Os próprios indonésios consideram, que com o tempo e oportunidades, que Portugal lhes concedeu, pode ser possível, com bastante trabalho, quer encapotado quer a descoberto, construir uma APODETI bastante forte. Estas são as sementes de um mais imediato problema na aparente oposição dos Indonésios aos planos Portugueses para se movimentarem de forma rápida e estabelecerem um governo de transição em Timor Português, que gradualmente tomaria conta das responsabilidades de autogoverno no território.

Enquanto a UDT - FRETILIN parecem aceitar um período de transição bastante longo antes da independência, a coligação também prevê uma transferência progressiva de poder real para um governo funcional, refletindo as forças políticas em Timor. Onde é que isto nos conduz?

Enquanto o Timor Português permanecer quieto, sem nenhuma prova evidente de envolvimento e subversão comunista, e os grupos locais não se deixarem manipular por grupos dissidentes da Indonésia, o governo indonésio não deverá deixar que as ações se precipitem no território, mas concentrar-se-á em desenvolver ali a sua influência. O Presidente Suharto é cauteloso e pragmático. Ele orgulha-se de ser responsável pela política externa da Indonésia e procurará uma solução para o problema de Timor que seja consistente com aquela. Caso não se verifiquem acontecimentos desfavoráveis no território, os Indonésios podem até vir a aceitar a ideia de um Timor independente e modificar, concomitantemente, os objetivos da sua política. Mas não há decerto sinais de que o tenham feito até agora.

Numa análise final, a decisão indonésia será baseada naquilo que ela entender como o interesse nacional e até que ponto entenda Timor Português como uma ameaça à sua segurança. A Austrália não está diretamente envolvida. Cremos ser de Portugal, a responsabilidade de levar o território a atravessar o que deverá ser um longo processo de descolonização, dados os baixos níveis de desenvolvimento social e político.

O produto final deve ser consistente com os desejos do povo do Timor Português. O melhor resultado, do nosso ponto de vista, seria ainda qualquer forma de associação com a Indonésia, mas isto está longe de obter

apoio popular em Timor ou de ser fácil para os Indonésios o obterem. Os prognósticos a longo prazo são para uma situação deveras difícil. O grau de envolvimento australiano será, como se antevê, mínimo."

Os peritos australianos de Negócios Estrangeiros sobre Timor, se por um lado estavam dispostos a aceitar as garantias dadas pelos Indonésios, por outro lado, mantinham-se fora de um potencial conflito. Entretanto a coligação UDT-FRETILIN está em vias de se desagregar. Lopes da Cruz, Secretário-geral da UDT numa visita à Indonésia em abril, acusa a FRETILIN de ser comunista, ameaçando com uma nova coligação com a APODETI.

Mais tarde, a FRETILIN exige uma retração, mas a UDT declina. Imediatamente depois do seu regresso da Indonésia, Lopes da Cruz recusa integrar uma delegação conjunta às colónias africanas. Esta delegação surge dum proposta da FRETILIN ir a África em busca de apoios dos movimentos de libertação, que se preparam para adquirir a independência de Portugal. Lemos Pires (num gesto bem-intencionado ou ingénuo?) propõe organizar conversações para a Cimeira entre todos os partidos, que pouco depois se realizaria em Macau. A FRETILIN opõe-se a este encontro e acusa o governo de divisionismo, em antecipação do eventual apoio obtido pela coligação em África junto dos Movimentos de Libertação.

Um advogado português, Dr. João Loff Barreto, apresenta uma comunicação no Tribunal Mundial, em meados de 1981 onde proporciona detalhes do tal encontro secreto em Londres (de que falámos há pouco):

"Almeida Santos afirmou que Portugal estava bem consciente das vantagens quer da incorporação [de Timor] na Indonésia quer da manutenção de laços com Portugal, mas que em sua opinião, Portugal nunca haveria de impor uma decisão contrária à vontade do povo. Ele sugeriu que a Indonésia poderia utilizar o período de transição para encorajar o povo timorense a aceitar a ideia de incorporação, lutando contra a hostilidade [dos Timorenses] face à Indonésia. Para que tal fosse conseguido, eles [Indonésia] deveriam convencer a APODETI a cooperar no processo de descolonização e oferecer ajuda económica a Timor."

De acordo com Loff Barreto, a delegação portuguesa pediu ao representante indonésio para estar presente na Cimeira de Macau a ter lugar em 15 de junho 1975. Importante é o facto da Indonésia, quiçá intencionalmente, ter revelado à FRETILIN as conclusões do encontro de Londres, talvez como parte de um vasto plano para boicotar o processo de descolonização. Esta interpretação, de Loff Barreto, irá forçar a FRETILIN a não estar presente na Cimeira de Macau. Como mencionado atrás, várias são as fontes que provam este ponto. Para Michael Richardson, as negociações secretas resultam num acordo verbal entre as duas delegações. Num artigo publicado no jornal de Melbourne 'The Age', Richardson escreve:

"Portugal aceitou, como o meio mais fácil para descolonizar Timor, a incorporação de Timor através de ato, internacionalmente aceite de autodeterminação, evitando a todo o custo a internacionalização da situação em Timor nas Nações Unidas."

Hamish Macdonald, no livro *"Suharto's Indonésia"*, publicado pela Fontana em 1980, menciona que, num relatório secreto da OPSUS [Unidade de Operações Especiais da Bakkim, chefiada por Ali Murtopo], se alega que:

"Portugal espera que a Indonésia aceite a ideia de incorporação através de um ato de autodeterminação, e que exerça pressão sobre a APODETI para tomar parte em tal processo. Para tal fim, a imagem da Indonésia terá de ser melhorada, visto que a maior parte da população fronteiriça em Timor a considera um inimigo hostil."

Relativamente a este ponto, os Indonésios irão mais tarde, utilizar o argumento de que receberam garantias do Primeiro-ministro Vasco Gonçalves ao general Ali Murtopo, que *"era irrelevante para Portugal se Timor continuasse [ou não] sob soberania Portuguesa."*

Daqui se pode inferir que as manobras subtis dos portugueses fizeram ricochete. Desde o primeiro momento em que se envolveram em conversações secretas com os indonésios, os portugueses estavam encurralados. Não podem evitar a opinião pública internacional (ou mesmo a portuguesa) sobre as intenções da Indonésia. Comprometeram-se irremediavelmente com os Indonésios. A única alternativa possível, naquela altura, foi então discutida pelo Major Vítor Alves, Dr. Mário Soares e Dr. Jorge Campinos (os principais negociadores) mas unanimemente rejeitada. Tal alternativa consistia em abandonar todas as negociações bilaterais [com a Indonésia] e apelar para que as Nações Unidas impedissem a invasão. Alguns líderes portugueses defendiam tal opção: Major Melo Antunes, Ten-Cor. Lemos Pires (o último governador de Timor Português), e os representantes locais do Comité de Descolonização, Majores Jónatas e Mota, mas os seus esforços foram desfeiteados por Almeida Santos e Vítor Alves.

Existe uma insidiosa coincidência entre o que acontece mais tarde [a anexação da Indonésia em julho 1976] e a situação, quando em 1941 os japoneses invadiram a ilha. Embora esta tivesse ocorrido durante a segunda Grande Guerra, a primeira tem lugar num período de enorme agitação política e deterioração do poder em Lisboa. O ponto comum é o de em ambos os casos, o Governo Central de Portugal ser totalmente incapaz (se não totalmente sem vontade de o fazer) de organizar recursos suficientes para manter a sua autoridade na mesma colónia.

6.4. O REGRESSO A DILI

Enquanto se acompanhava a situação política em Timor, em Bali, a família dos donos originais do Perama's perdera o principal comedor dos bolos de banana.

Estes eram os seus favoritos, entre outros doces, que eram menos enjoativos que a cana-de-açúcar esmagada por primitivas máquinas em qualquer esquina e que custavam uns centimos. JC fora a uma agência de viagens e tratara de arranjar os documentos necessários para provar que não pudera partir antes para Díli pela Zamrud, companhia para a qual tinha bilhete de regresso a Timor. Por isso viajou na Merpati (outra das companhias internas de aviação da Indonésia). Partira JC em 29 fevereiro 1975 para Díli. Mal chega depara com o governador no aeroporto a despedir-se de alguém. Apesar do seu aspeto hippie foi logo reconhecido e foi-lhe oferecida uma boleia no Mercedes governatorial até à cidade. Deixou-o em casa e convidou-o a ir visitá-lo na manhã seguinte. JC assim que se refrescou, foi logo a correr falar com o seu chefe, numa tarde de imenso calor.

Claro que naqueles preparos de vestuário e de cabelos longos mal o reconheceu antes de se sentar calmamente como era seu apanágio a ouvir narrar as suas desventuras desses dois meses.

Assustado, lá foi ao governador na manhã seguinte, devidamente equipado com o fardamento da praxe. Depois de ouvir uma preleção explicou que não pudera voltar mais cedo. A companhia de aviação indonésia Zamrud tinha interrompido os voos - o que até era verdade - e custara-lhe a conseguir transferir os bilhetes para outra companhia, a Merpati - o que também era verdade - e não tinha já dinheiro para adquirir um bilhete novo sem conseguir trocar o que tinha e não pudera utilizar. O governador aceitou as provas que levava, disse que ia arquivar o processo sumário de deserção que lhe havia sido instaurado. Aproveitou para lhe mostrar um Louvor por Altos e Relevantes serviços no Setor de Reabastecimentos e Combustíveis, que havia sido proposto pelo seu Chefe da Intendência. Ficara espantado! Mais satisfeito ainda ficara o major, seu chefe, por finalmente poder regressar a Portugal e deixar a Chefia do Serviço de Intendência para JC, dado que os restantes oficiais eram muito novos e sem experiência suficiente, enquanto ele estivera já a atuar como Capitão embora fosse apenas um alferes promovido a tenente.

Acabara por fazer um acordo com o governador, falando-lhe do restaurante para que ele o deixasse regressar a Bali e depois apanhar o próximo voo militar português com escala em Jacarta.

O resto do tempo (cerca de um mês, visto que na sua guia de marcha se indica a partida a 30 de abril 1975 e chegada a Lisboa a 27 de maio de 1975) passara-o muitas vezes naquele estado de imponderabilidade a desempenhar as funções de chefe da intendência. Cortara levemente o cabelo e ia a despacho ao CEM (Chefe do estado-maior) gozando a sua nova felicidade e a irresponsabilidade de não ter que se preocupar mais com as notícias a publicar, com a censura, ou com a revolução em curso. Contava as horas até que o deixassem partir tal como haviam acordado. Consta que nas altas patentes apenas deram conta do seu cabelo comprido e do seu sorriso feliz.

A tropa nesta altura era uma balda total.

Em casa dedicava-se a um jogo curiosíssimo com os seus companheiros. Qualquer um deles passava a vida a comprar inúmeros géneros no supermercado (açambarcamento puro e duro) pois sabia-se como era difícil abastecer a população civil. Ora bem, como não tinham acesso a todos os bens e ele tinha dezenas de latas de pêssigo em calda, começara a vender-lhes as latas. Depois, esquecia-se deste facto e era ele mesmo quem as comia. Um negócio de que nunca se cansaram de falar, mesmo quando se reencontraram 25 anos mais tarde...

Conhecera, entretanto, melhor um dos poucos casais civis que havia em Díli, com quem se dera superficialmente antes, ele estava na Agronomia em comissão civil e ela (da prestigiosa família Sá Nogueira) não trabalhava além dumas aulas. Devem ter sido os dias menos dolorosos da sua estadia em Díli. Por fim, chegara o dia de partir. De novo apanhou um avião (sem saber que seria o último que apanhava em Timor) e partira para Bali, num dos célebres bimotores Hawker Siddeley, num Douglas DC2 ou talvez num Hawker de Havilland DH-104 Dove 6, dado não haver registos fotográficos da época e a memória já não ser o que era. Para trás deixara uns caixotes com livros e roupas para serem despachados no próximo avião militar (Boeing 747 das FAP) para Portugal e que era esperado em Timor no verão desse ano. O carro, a sua benquista mota, e tudo o mais ficariam. Estava certo de voltar em breve e queria ficar a viver em Timor ou mesmo em Bali.

Não houve grandes despedidas, exceto dos seus colegas de casa e amigos mais íntimos que ainda não tinham sido autorizados a regressar a Portugal, agora que a “guerra” acabara e a tropa estava a ser desmobilizada rapidamente.

Há muito adotara a terra que “*o sol em nascendo vê primeiro*”. Com a independência próxima iria ter um lugar naquela sociedade. Finalmente teria uma pátria no verdadeiro sentido, em comunhão com o chão que pisava.

Já nem se lembrava daquele mês angustiante que passara no verão anterior quando a sua mulher “de jure”, aquela com quem aparentemente casara há 18 meses, lhe fizera uma visita relâmpago de duas ou três semanas e gastaram mais nesse período do que ele gastava num ano. Fora um curto período para esquecer. Um dia, ela decidira ir a Timor com a mulher do cirurgião, um dos colegas de casa do JC, para a acompanhar e aos dois filhos pequenos (um recém-nascido). Chegara, detestara tudo e todos, em especial o clima, comprara tudo o que o supermercado único tinha (importado da Austrália), fora até às praias locais, dera uns mergulhos, conhecera os amigos locais do marido, odiara a casa que este lhe tinha preparado com tanto custo e dificuldade, numa terra em que nem móveis havia. Ignorara que ele fizera os impossíveis para vir da montanha para Díli o que raramente alguém conseguia. Improvisara uma casa pequena, mas agradável onde se podia estar. Isso nada lhe dizia a ela e logo que pode, arranjou lugar no avião. Tal como viera assim se fora, sem deixar marcas nem

saudades. Nem ela sabia explicar por quê e para quê tinha lá ido por tão pouco tempo. Talvez para mais tarde se vangloriar de que lá estivera. A visita fora de tal modo rápida e inconsequente que JC sempre pensara que não mereceria mais do que uma mera nota de rodapé nas suas memórias de Timor.

Mal chegara a Bali, em maio 1975, JC acabara por vender o restaurante (a sua quota de 50%) e ainda tivera de pagar pela mota do seu sócio, Dick Thorne, que se pizgara sem pagar o aluguer da dita. Depois de algumas semanas chega um telegrama a dizer que deveria seguir para Jacarta, pois, um avião militar português o levaria de volta a Portugal. Foi para a capital. Desta vez, e ao contrário do que fizera antes, não se aventurou a ir ver de novo Borobodur ou Jogyakarta onde já estivera antes no natal de 1974. Apreciara imenso Borobodur essa enorme catedral hindu redescoberta em finais do século XIX, 40 km a noroeste de Jogyakarta.

Este templo é considerado uma das sete maravilhas do mundo. Visto de avião parece que flutua. Em tempos, de acordo com os geólogos, foi um grande lago, rodeado agora por povoações a 235 m acima do nível do mar. Quem começou a construção do Borobodur foram os reis da dinastia hindu Sanjaya, mas logo a cessaram. No ano de 780, o rei Sanmaratungga da dinastia budista Shailendra começou a governar a região e continuara a construção. Mas adaptou o complexo segundo seu próprio conceito de mundo. Isto significa que a construção originalmente hinduísta se tornou num grandioso monumento budista dedicado ao Buda Mahayana. Foi misteriosamente abandonado pouco tempo depois, sendo efetivamente o maior santuário budista do mundo. Está disposto em quatro níveis, representando os níveis da realidade, dos quais apenas três visíveis, dado que o outro se situa sob a terra. O primeiro nível tem cinco degraus. No segundo nível, podem apreciar-se 72 Stupas (templos) dispostos em três círculos, cada um dos quais contendo no seu interior uma estátua de Buda. No terceiro nível, uma Stupa gigantesca, mas vazia (representando o vazio cósmico). Os ingleses administraram a colónia de 1811 até 1815. O governador-geral de Java foi Sir Thomas Stamford Raffles, homem progressista que acreditava que Java poderia ser o lugar de uma civilização desenvolvida. Raffles incumbiu o funcionário holandês H. C. Cornelius de explorar a região onde (como acabara de saber) havia, escondida pela vegetação, uma enorme construção. Foi revelado ao mundo por Raffles in 1814, enterrado e parcialmente em ruínas. Cerca de duzentos homens começaram a desenterrar o monumento e a restaurá-lo de maneira simples durante 5 anos até 1910. Tem 42 metros de altura (o que equivale a um prédio de 13 andares) e mede 123 x 123 metros com dez andares de altura sendo do primeiro ao sexto na forma quadrada e circulares do sétimo andar ao décimo. Está virado para leste e contém 1460 painéis dos quais 1212 são em relevo de dois metros de largura. O total de estátuas de Buda atinge 504. Entre 1973 e 1983, foi completamente reconstruído sob o patrocínio da Unesco, sendo totalmente "desmontado", cada pedra foi marcada, tratada e limpada quimicamente, e novamente recolocada. A reforma custou 25 milhões de dólares. O formato deste tempo é uma mistura dum zigurate (pirâmide da Ásia menor) com uma stupa indiana.

JC foi até à Embaixada de Portugal em Jacarta, onde conheceria pessoalmente o célebre major Vítor Alves, do Conselho da Revolução, que estava a tentar infrutiferamente ir a Timor (acabaria por

nunca ir porque os indonésios o retiveram no Kupang e não teve outro remédio senão vir-se embora). JC alojara-se num albergue da juventude “Wisma de Lima” em Jacarta. Aproveitara para tratar dum pé infetado, há um mês, devido a uma queda de mota em Kuta Beach. A embaixada indicou-lhe um médico. Fora de *bemo* e depois duma boa espera no meio de mais de 50 pessoas, foi atendido, a ferida tratada e receitados antibióticos. Ainda hoje tem a marca desse ferimento com origem em Bali e se não fosse ao médico em Jacarta ter-se-ia tornado numa ferida gangrenada.

O escritor turístico contemporâneo Brian Thacker tentou em 2008 seguir as pisadas da viagem aconselhada em 1974 pelos fundadores da Lonely Plante, Maureen e Tony Wheeler no seu primeiro guia de viagens pelo sudeste asiático. Usou apenas as informações ali recolhidas (há um terço de século) partindo de Melbourne convicto de que a maior parte dos locais mencionados no Guia se tinham tornado viadutos ou autoestradas. O livrinho de 148 páginas esbarrou logo numa dificuldade em Darwin, para ir para “Timor Português” pois o voo trissemanal da TAA a um custo de 73 dólares australianos (\$73) há muito tinha desaparecido, assim como a companhia aérea TAA e algumas companhias indonésias existentes naquela época. Com a sua recente história de agitação, Timor já não era a “colónia antiquada” descrita no Guia. Não tinha nenhum turismo ao contrário do que acontecia em 1974, e os locais pensavam que qualquer estrangeiro era um alvo de quem extorquir dinheiro pois devia estar a trabalhar para a ONU ou uma NGO. A “Beach House” de Dili (conhecido como o “Hippie Hilton”), esse hotel na praia (uma palapa de colmo com água potável e o mar a escassos metros já não existia. Os excelentes restaurantes chineses de Baucau, mencionados no Guia, desapareceram quando os seus donos foram obrigados a abandonar a ilha com a maior parte da população chinesa aquando da invasão indonésia de 7 de dezembro de 1975. Já na Indonésia, Thacker teve a agradável surpresa de encontrar muita coisa inalterada, as casas ainda de pé e nas mãos dos mesmos donos ou de seus filhos e netos, como foi o caso de Jalan Jaksa, ainda o centro dos turistas de pé descalço ou “backpackers”. O hostel Wisma de Lima, onde JC estivera, era agora gerido pelo filho do dono. O pai abrira o Hostel em 1969 quando todos pensavam que ele enlouquecera. Em 2008 a rua está pejada de hotéis e restaurantes. Também na vila montanhosa dos artistas, em Ubud os restaurantes daquela época ainda existem embora a paisagem já não seja a mesma, com as ruas pejadas de carros buzinando em vez de picadas não asfaltadas por entre arrozais. O “Canderi” e o “Ibu Rai” tinham agora netos dos donos a geri-los e serviam a mesma ementa, “bean soup and Bali-style porridge” (sopa de feijão e papa de aveia).

Quando JC falava da sua estadia em Bali, reconstruía sempre mentalmente esse período e juntava as poucas fotos de que dispunha para melhor ilustrar a época, da qual falava trinta anos mais tarde como se tivesse ocorrido na véspera: “*Quando vivi na Indonésia, em Bali*” e depois perorava sobre o tempo que lá vivera onde a melhor água era a do mar a uns cem passos da sua cabana de colmo.

Era uma palhoça com cobertura de colmo, base e teto de madeira e paredes de bambu, aí duns 30 metros quadrados. Havia janelas de bambu a toda a volta, e umas traves fortes no teto a segurar a cobertura de colmo. Ao acordar, era levantar e ir dar um mergulho naquelas águas quentes, sem preocupações, sem amanhã, nem

ontem. Cá fora havia as instalações sanitárias que até eram ocidentais, ao contrário do que acontecera na sua casa anterior e no "losmen" onde também vivera. E isso contrastava, felizmente para ele, com as do primeiro "losmen" em que tinham apenas um buraco no chão, com duas pegadas grandes onde se deveria colocar os pés e depois agachar. Para se lavarem havia uma espécie de tanque da roupa, com um balde que tinham de encher e depois despejar por cima de cada um quando já estavam ensaboados. Havia um pequeno espelho para aqueles que ainda faziam a barba, uma atividade rara nos idos de 1973-1975.

A princípio aquilo fazia uma certa impressão, mas vivera em Timor quase dois anos sem banhos quentes, e raramente tendo acesso à luz elétrica. Esta vida era ainda mais primitiva e mais simples. Aqui comprara o seu primeiro par de "jeans" (ganga ou bombazina chamam-lhe os portugueses) e umas sandálias à Jesus Cristo, enquanto o cabelo e a barba cresciam e surgia uma fita na testa.

Finalmente, JC fora chamado à realidade. Recebera um telegrama de aviso da embaixada a dizer para que data estava previsto o avião de regresso à Europa. Ao chegar ao aeroporto informaram-no de que o avião estava em escala técnica. Não o autorizavam a embarcar pois não havia manifesto de carga nem de passageiros naquele voo de maio de 1975. Dentro do aeroporto a alguns metros de distância, mas sem poder chegar-se mais a eles, vira alguns colegas, o comandante da aeronave e o capitão Cariano (o tal que o punira com cinco dias de detenção, posteriormente agravada para 8 dias em Bobonaro pouco depois da sua chegada).

Ligou, pressuroso, para a embaixada que lhe disponibilizou uma senhora nativa da Indonésia para servir de intérprete. Apesar de, naquela época, falar já fluentemente Bahasa, foi ouvido por um coronel indonésio que estava intrigado como é que um oficial do exército português podia ter o aspeto andrajoso de hippie que tinha. Lá lhe explicou que estava já em férias e aguardava embarque para voltar a ser civil. Mesmo assim o coronel queria saber como é que tinha passado os últimos meses a entrar e sair da Indonésia, para a Austrália e Timor, pois a única explicação que tinha para tal era a dele ser um espião. Foi complicado e demorado. Depois de conferenciar, com outras altas patentes, deixá-lo-ia embarcar.

Levava consigo uma pequena mochila às costas, um *rucksack* (espécie de mochila militar redonda e verde, com um metro de altura) cheio de roupa suja e limpa...e uma sacola de linho a tiracolo com os documentos.

6.5. ANNO HORRIBILIS. OUTUBRO 1976: DIÁSPORA MACAENSE

Ao desembarcar em Lisboa no aeroporto de Figo Maduro dera de caras com os camaradas revolucionários e barbudos do MFA. Apenas estavam interessados em saber se trouxera armas. Essa era a sua única preocupação.

Isto espantara JC. Não era homem de armas. Nem se lembrava quando fora a última vez que experimentara uma, no já longínquo treino de tiro para oficial em Maфра. Apenas abriram duas malas que tinham vindo de Díli e deram uma olhadela à parte de cima do saco de roupa suja. Pouco depois da sua chegada (11 julho) o Ministério do Exército escreve um ofício a perguntar quando é que estivera em Jacarta! Ficaria colocado na situação de disponibilidade (reserva territorial) em 6 de junho de 1975. Meses mais tarde, o centro de recrutamento da Póvoa de Varzim, para onde o seu processo fora transferido, indicava-lhe que havia sido promovido definitivamente a Tenente na disponibilidade.

Era o que tinha para mostrar depois de anos a defender a “pátria”.

Não foi ter com a mulher, com quem casara pelo cartório há mais de dois anos, ficando no hotel Lutécia enquanto esperava que o seu velho amigo Takatakata o viesse buscar. Telefonara já a dizer que estava em Portugal. A viagem para o Porto fora feita debaixo de chuva. O Ford Escort Lotus Cosworth estava de tal forma com o diferencial preparado para ralis que até um Ford Anglia 1000 os ultrapassou perto de S. João da Madeira na velha Estrada Nacional n.º 1. A autoestrada n.º 1 Porto Lisboa ainda não existia...

Inicialmente ficaria em casa dos pais, boquiabertos com o seu aspeto. Era especialmente difícil para o seu pai sofrer a humilhação de sair, envergonhado, de casa com um filho hippie. Tempos difíceis em que estoicamente os seus pais aguentaram tudo. Ninguém sabe como. Agora em retrospectiva JC lamentava o sacrifício adicional que lhes causara. Passara uns dias a rever amigos e conhecidos. A história aqui confunde-se entre o imaginado e o real. Foi outra vez viver para casa dos pais dela mais uns tempos. Em maio de 1976, um ano depois de ter regressado a Portugal, nasceram dois gémeos do sexo masculino.

Entretanto, quer o seu pai quer o seu mecenas e padrinho se haviam recusado a darem-lhe dinheiro (eram cerca de 20 contos) para regressar a Timor. A 11 de agosto 1975, a UDT dá o golpe militar. Dez dias depois a Fretilin dá o contragolpe. Assim se fechava a porta de regresso de JC a Timor num avião militar da Força Aérea Portuguesa tal como concebera antes de sair de Díli. Não havia mais maneira de regressar. Timor iria entrar em breve na sua fase de genocídio generalizado.

O nascimento dos gémeos culminava uma fase de desespero em busca de emprego. Quem iria empregar uma imitação bem-falante de Jesus Cristo? Com o seu aspeto apenas uma firma de fabrico de botões, algures para os lados do Freixo, gerida por comunas lhe ofereceu emprego. Propunham-se retirar 70% do vencimento para o Partido. Não aceitou. Ia continuar sem clube nem partido.

Dedicou-se ao fotojornalismo com um amigo, Pedro Ricca. Ganhava uns tostões nisto e em explicações sobre o marxismo a uma recém-universitária. Não bastava suplicar para o deixarem regressar a Bali. Ninguém lhe emprestava dinheiro pois tinham a certeza de que uma vez partido jamais regressaria.

A sua legítima esposa recusava o divórcio. Continuava com a sua chantagem emocional e económica, pois, que fora para isso que engravidara daqueles gémeos prematuros e raquíticos, cheios de aflições respiratórias. O seu sogro naquela época não apoiava a separação. JC embarcara numa espiral autodestrutiva, enquanto escrevia o seu best-seller "*Timor-Leste 1973-1975, o dossier secreto*".

Esse ano de 1975 foi o seu verdadeiro ANNO HORRIBILIS. As ténues memórias, que dele guarda, prefere que fiquem para sempre enterradas na bruma dos tempos. O seu companheiro de armas, Celinhos, emprestara-lhe quando viera de Timor, um descapotável Auto Union (AUDI) SP 1000. Além deste, fora buscar à garagem do sogro um Skoda que servia para todos os putos da família aprenderem a conduzir. Arranjou-o, artilhou-o, tirou-lhe os para-choques e ficou com melhor aspeto. O seu aspeto condizia com o do carro, jovem economista, ambicioso, desempregado, sem posses.

Depois de tudo tentar e já em desespero de causa resolvera apelar ao seu ex-chefe militar, o major Chefe dos Serviços de Intendência Militar em Timor, para ver se tinha conhecimento de alguma hipótese de trabalho remunerado. Felizmente, acabara de ser nomeado Administrador da Companhia de Eletricidade de Macau e precisava de um Economista para gerir o setor administrativo, pessoal, armazenamento e transportes.

As condições eram boas para um jovem de 26 anos: vinte contos ao mês (limpos ou isentos de impostos), cama, mesa e roupa lavada. Direito a casa mobilada, todas as despesas médicas pagas, carro da companhia, energia elétrica (a mais cara do mundo) totalmente paga, três meses de férias em qualquer parte do mundo de dois em dois anos. Cortara o cabelo, comprara uns fatos e aceitara. Depois de duas idas a Lisboa assinara contrato, durante a sobremesa, em plena Cervejaria Portugália, em outubro desse ano. Partida marcada para o Natal 1976.

Fizera um mês de estágio na Central Térmica do Carregado.

Nesta época já deixara de viver com a mãe dos seus filhos gémeos. Regressara a casa dos seus pais. Chegado o Natal, despedira-se dos gémeos e da família e partira para Macau.

Estava de volta ao Oriente exótico que o enfeitiçara. Não era Bali, Austrália ou Timor, era Macau bem mais perto de qualquer um daqueles destinos. À chegada tinha um funcionário (ainda se lembrava do nome dele, Sr. Cruz) da CEM (Companhia de Eletricidade de Macau) à sua espera e dum colega futuro, Eng.º Saltão, mulher e filha que também haviam chegado nesse dia a Hong Kong. Ficaram instalados no Hotel Estoril na Avenida Sidónio Pais.

Como era seu direito, tinha requisitado uma casa grande como se toda a família se viesse a reunir consigo, o que nunca deve ter passado pela cabeça de ninguém. Logo na primeira semana foram homenageados com um jantar de 15 pratos oferecido pela administração da CEM. Ali se debatera pois não sabia comer com os pauzinhos. Em Timor comia imensa comida chinesa, em restaurantes chamados A100 ou A200 ou noutros locais, mas sempre com talheres, nunca experimentara os pauzinhos.

Eram poucos os lusitanos nesta época, um N. Tavares da Silva, mulher e dois filhos, um J. Valente e mulher, M. Saltão e mulher, L. Quintela e mulher, J. Lima. Mais um ou outro engenheiro ou engenheiro-técnico, que naquela época ainda se discriminavam uns dos outros e o Sócrates de Sousa não nascera para os igualar.

Acabariam por totalizar 80 tecnocratas ao fim de um ano e pouco. Foram os primeiros duma nova leva colonial. Eram mal recebidos e mal vistos pelos locais. Salários exorbitantes, casas pagas e demais regalias. Os locais tinham salários de fome e condições de vida inferiores. Nessa época como residentes havia meia dúzia de portugueses, acompanhantes de cada governo e governador mais as famílias locais seculares descendentes de portugueses vulgarmente denominadas macaenses.

O resto era chinês.

Uns anos depois e a presença destes novos colonizadores seria totalmente apagada pelas condições milionárias firmadas pelos novos descobridores da árvore das patacas. Chegariam uns 2 mil portugueses que eventualmente haviam de atingir dez mil, para posteriormente diminuírem quando foi da entrega de Macau à República Popular da China em 1999.

Os nomes das ruas estavam escritos em português, mas ninguém falava a língua. A avenida onde residia chamava-se Sidónio Pais, mas se não dissesse *sidonau páci* (transcrição fonética literal) nenhum condutor de táxi o levaria lá. Estas primeiras semanas de adaptação foram marcadas por um encontro que, feliz ou infelizmente, viria marcar o seu futuro e daria lugar a mais um casamento no notário. Conhecera na receção do hotel uma jovem macaense. Começou JC a degustar a comida local bem diferente da comida chinesa mais picante a que se habituara em Timor. Apreciara também, que nisto fora sempre uma pessoa aberta, novas culturas, novas línguas, novas experiências.

A adaptação inicial foi fácil. O pior foi que para ocupar os tempos livres e em busca de novas sensações JC se tornara assíduo cliente do Casino Lisboa, do magnata Stanley Ho. Rapidamente perdera quatro meses de vencimento. Era na altura o maior e mais importante casino do Oriente. Acabava de trabalhar, metia-se na carrinha, sua viatura oficial nos primeiros tempos e lá estava no Blackjack com os companheiros Tavares da

Silva, Valente, Lima e Saltão. Ao fim de algum tempo a meter vales de adiantamento de vencimentos resolveram pedir ao Saltão, que era o menos jogador de todos, que servisse para rebentar com a banca. Assim, conseguira recuperar rapidamente numa semana, o que perdera em meses. Comprara uma aparelhagem para substituir a de Timor. Vendera-a para fazer a viagem à Austrália. Quando chegou ao hotel trazia uma aparelhagem sonora da Phillips e um televisor da mesma marca. Jurou nunca mais entrar num casino para jogar, promessa até hoje foi cumprida, passados mais de trinta anos.

Os casinos eram diferentes dos europeus, os chineses, os tancareiros e as tancareiras entravam descalços, maltrapilhos e apostavam fortunas que nunca ganhara em toda a sua vida. Nos cantos dos salões de jogo havia escarradores. Não se viam funcionários públicos que esses estavam estatutariamente proibidos de lá entrar, exceto nos feriados públicos. Todos os executivos da CEM eram considerados privados embora pertencessem ao governo de Macau, antes de ser anexada pela EDP. Entretanto acelerara o processo da moradia mobilada a que tinha direito e que lhe viria a ser concedida pouco depois. Tinha três quartos, pois JC tinha dois filhos.

O trabalho de JC era difícil porque a CEM era uma enorme companhia de 750 empregados, falida e desorganizada. Tinha sido comprada aos ingleses e mudara o nome de MELCO (Macao Electric Light Company) para CEM, mas os hábitos e as tradições de trabalho mantiveram-se. Comprara logo no começo do ano o primeiro carro a ficar oficialmente registado em seu nome. Tratava-se de um Fiat 128 3P Coupé S, todo artilhado, cabeça rebaixada e com uma potência surpreendente que o iria servir durante um ano e meio ou dois. Estivera mesmo, quase a inscrever-se com ele no Grande Prémio de Macau dadas as suas capacidades desportivas. Mais tarde, este potente carro viria a ser quase assassinado com quilos de sal no depósito de gasolina, quando as seitas resolveram adicioná-lo à gasolina, em vingança por ter cortado um dos esquemas de extorsão a candidatos a funcionários.

Como muito bem disse John Stuart Mill (1806-1873) num livro “Sobre a Liberdade” em que defende a liberdade de discussão e expressão com argumentos importantes, “*existe uma banalidade epistémica: somos todos falíveis*”. JC só o descobriria muito tempo mais tarde, já bem entrado nos seus quarenta anos, pois que até então sempre se sentira infalível na sua metodologia calculista de pesar sempre os prós e contras, antes de tomar qualquer decisão. Isto nunca o impedira de, como agora, não tomar decisão nenhuma e serem os outros os culpados por forçarem-no a adotar e aceitar a decisão que outros tinham tomado. Assim acontecera, ela decidira e não ele que se mantinha a ponderar. JC fazia assim uma arqueologia do seu pensar e decidir, que, por vezes, desenterrava esqueletos corroídos pelo seu penar. Ou como François La Rochefoucauld disse “*a gratidão da maioria dos homens não passa de um desejo secreto de receber mais favores*. JC tinha, obviamente, problemas de consciência relativamente aos seus filhos gémeos e não se arriscava a iniciar um

processo litigioso. A sua mulher continuava a recusar falar de divórcio. O impasse mantinha-se há mais de um ano. Ela recusava-se a tentar refazer a vida e ir viver para Macau com os gémeos.

A jovem macaense rececionista do Hotel Estoril, entretanto, fora admitida para telefonista da CEM em Coloane durante o período de férias escolares (terminara o sétimo ano do liceu). Um dia saíram os dois para jantar, foram à praia ver o luar e céu estrelado. A sua desonestidade, infidelidade e a cedência fácil à luxúria e ao prazer egoísta e hedonista caracterizavam a mente insegura de JC. Não só neste período, mas durante grande parte da sua vida adulta. Adúltera? A macaense, entretantes, despedira-se do seu lugar de telefonista, porque as férias estavam a chegar ao fim. Não se despediu dele. Continuou fazendo dele a sua ocupação.

Em finais de setembro aparece, inesperadamente, a mulher de JC com um dos gémeos. O outro ficara em Portugal. O cinema ia continuar. Este filme não era uma comédia. A sua mulher, apesar do inferno que se tornara a vida sob um mesmo teto, ficaria até desde finais de setembro 1977 até ao princípio de abril 1978. O abismo repetiu-se nesses meses. Ela chegara mesmo ao ponto de lhe tentar invalidar o contrato de trabalho por infidelidade. Fora uma tentativa desesperada, deveras curiosa, numa sociedade como a macaense, em que muitos tinham as suas concubinas, numa tradição secular sem que as primeiras damas ou “*tai tai*” alguma vez levantassem um pio que fosse ou fizessem escândalo. Eram os segredos mal guardados numa cidade pequena onde o vício, e tudo o mais sempre de mãos dadas. Felizmente, JC entrara para a Rádio (ERM - Emissora de Radiodifusão de Macau) e isso ocupava mais algum do seu pouco tempo livre.

A macaense emigrara, com a família, pois já lá tinha dois irmãos na Austrália Ocidental. Esta fase final em Macau com a mãe dos gémeos foi marcada por discussões diárias, agressões verbais e ameaças. Quando partiu de volta a Portugal onde estava o outro filho gémeo, JC ficara cheio de remorsos por ver o seu filho partir, até quando nem ele sabia. O seu amigo Nick Griffin, jornalista da TV de Hong Kong, entretinha-se morbidamente apaixonado pela francesa Françoise como forma de se tentar ressarcir do facto de a Gillian, mulher dele, o ter trocado por um comandante da Polícia de Hong Kong. Nisso eram os dois irmãos na desgraça.

A nível de trabalho, o seu esforço do primeiro ano começava a dar resultados práticos e logo que a Central Coloane lhes fosse entregue, no regime de chave na mão, estavam prontos para tomar conta dela e geri-la.

Descobriria um esquema de corrupção na admissão de pessoal menor (serventes, condutores, auxiliares, etc.) segundo o qual os aspirantes a uma vaga pagavam antecipadamente um ano de vencimento a fim de poderem entrar. Como resultado, passara JC a fazer essas admissões dependentes de si, pois que aquela descentralização de tarefas dera tão mau resultado. Uns dias depois de o esquema estar montado surgiram as retaliações. O carro apareceu primeiro com os pneus furados, depois meteram-lhe sal no motor, o que obrigou a que fosse o motor desmontado e lavado, peça a peça. Um dos responsáveis pelo esquema de corrupção e seu subordinado como

Chefe de Armazém (um simpático e prestável senhor), nascido em Moçambique, de etnia chinesa, veio ter com ele e dizer-lhe que conhecia pessoal dum das seitas de Macau (a mais conhecida era a sap sei kei ou 14 quilates) que podia descobrir quem estava por detrás daquilo. Agradeceu-lhe, mas não aceitou.

Depois de algumas repetições da sabotagem à sua viatura particular e à de serviço, como não dispunha de garagem por esses dias passou a dispor de proteção policial todas as noites.

6.6. NATAL 1978: O FAROESTE AUSTRALIANO

Quando o Natal (1978) se aproximou, demonstrou a sua total instabilidade emocional. Até mesmo o caos mental por que a sua tola cabeça atravessava e contactou a macaense.

Foi a Perth e ficou a viver com ela e a irmã em Cottesloe, um excelente subúrbio de praia na Austrália Ocidental que ainda não visitara. Lá, noutra subúrbio mais afastado, estavam os pais e três irmãs recém-emigrados que ainda não conhecera. Ali se tinham fixado desde a saída de Macau. Fora aqui, em Perth, que viria experimentar a temperatura de 43 °C num belo dia em que o MGB-GT descapotável da sua futura cunhada se recusara a andar mais numa subida dum parque de automóveis.

Todo o trânsito parara à espera de que o MG arrefecesse.

Dia 24 tivera de ir a uma Missa do Galo, em inglês, regressando depois para uma ceia tipicamente macaense, mas onde eram notórias as semelhanças gastronómicas portuguesas. Nos dias seguintes com o seu futuro cunhado, Charles Clifford, então namorado (depois marido) da irmã mais velha dela, já divorciada dum casamento que durara anos com um primo direito macaense, começara a deliciar-se com as águas quentes a bordo do iate Breakaway ao largo da ilha de Rottnest. Dias de pesca, sol e mar.... Aquilo sim era uma boa vida. Estava firmemente decidido a cumprir a sua nova promessa de fazer daquela a sua terra, pátria adotiva, já que Timor estava a ferro e fogo. Já antes o decidira quando ali estivera em 1974.

Fruto dos rápidos desenvolvimentos na arena amorosa, acabaria por não ir a Portugal ao casamento da sua irmã que ia, finalmente, dar o nó com o Gil, que não era Grissom como o da série CSI, antes pelo contrário.

A incessante, desordenada, busca da felicidade e as tentativas desordenadas de ser feliz eram as únicas preocupações de JC naqueles dias. No fim de janeiro convencera a jovem macaense a voltar com ele, pois o avô paterno acabara de morrer na ausência dela, de seus pais e demais familiares emigrados na Austrália. Esse avô fora o último Cônsul Português em Cantão (Guangzhou) durante a 2ª Grande Guerra.

JC ofereceu-se para lhe pagar um bilhete de ida e volta, para o caso de querer regressar à Austrália.

Depois de estarem em Macau, quer os pais dela, quer um irmão mais velho, emigrado na Austrália desde os 15 anos, queriam à força que ela regressasse aos estudos na Austrália. Ali iniciara um curso de Graphic Design no ano anterior.

Tentou novamente abordar a mulher com a qual ainda se encontrava legalmente casado para que lhe concedesse o divórcio. Quando soube que desta vez JC queria o divórcio, e não parecia ter já pruridos em relação aos filhos gémeos, depois de tantos meses e anos de hesitações, ficou ainda mais furiosa. Os traumas de guerra e do SMO que tanto o havia afetado e haveriam de marcar a sua vida toda, sem nunca sararem ou desaparecerem, impeliam-no.

Agora, mais do que nunca, ia tentar refazer a sua vida. Ia começar de novo. Tentar ser feliz, ter uma família e uma estabilidade que compensassem as carências e os desgostos que a destruição do seu modus vivendi tivera devido à tropa. Vivia com a jovem macaense, quase dez anos mais nova, cheia de vitalidade. Não pretendia, porém, que o divórcio lhe retirasse os "direitos paternais". Acabaria por ter de interpor um processo litigioso, depois de tantas tentativas de acordo se gorarem. Como sempre acreditara na igualdade de direitos e deveres, entre os sexos e no casamento.

Trabalhava na CEM das 09:00 às 17:00.

Depois vinha a casa mudar-se e tomar um duche antes de zarpar para a ERM, que em breve seria adquirida pela RTP e se passaria a chamar Rádio Macau. Aqui, tinha a seu cargo (ao longo dos anos) programas de música e de sátira, mas já não fazia os noticiários e traduções de notícias como dantes. A Direção entendia que ele era demasiado rebelde e não acatava as censuras ou ordens superiores. Estes programas iam das 19:00 até à meia-noite, durante a semana, e ao sábado até às duas da manhã. Depois, iam cear. Esse ano foi realmente excitante. JC enveredara por um caminho dúbio. Queria gozar a vida como se não houvera amanhã. Um hedonista perfeito em perfeito levante exótico.

Excessos de regras orientais tão prazenteiras para um espírito ocidental, que tantos estragos fizeram em grandes figuras como o escritor *Camilo Almeida Pessanha* (Coimbra, 7 setembro de 1867 - *Macau*, 1 de março de 1926).

Em 1894, transferira-se para Macau, onde, durante três anos, foi professor de Filosofia Elementar no Liceu de Macau, sendo nomeado em 1900 conservador do registo predial em Macau e depois juiz de comarca. Entre 1894 e 1915 voltou a Portugal algumas vezes, para tratamento de saúde, tendo, numa delas sido apresentado a Fernando Pessoa que era, como Mário de Sá-Carneiro, grande apreciador da sua poesia. Poeta português, expoente máximo do Simbolismo, Pessanha era um viciado em ópio.

Apesar dos bons e sólidos princípios em que fora educado, vivia agora uma fase desregrada sem rei nem roque.

Assim se passaram os anos até 1982, entremeados com férias de mês e meio em Portugal num ano, noutro ano na Austrália. Era sempre uma boa desculpa para rever amigos e família. Os seus contratos com a CEM

eram bienais e eram sucessivamente renovados. Entretanto, requerera já o processo de emigração para a Austrália a abrigo da cláusula de reunião de família, dado que a macaense já vivia de facto com ele há mais de dois anos. Quando lhe concederam o visto tivera de pedir adiamentos por causa das renovações do contrato da CEM. O divórcio litigioso foi decretado em finais de 1979. ALELUIA. Estava, enfim, livre para casar logo que a papelada fosse registada e processada no seu assento de nascimento. Em março de 1980, a senhora conservadora do Registo Civil de Macau recusou casá-lo sob uma falsa interpretação da lei, mas na prática era apenas por ser amiga da sua ex-mulher. Não perdera tempo a recorrer da decisão.

Fora a Hong Kong meter os papéis. Ali casou em junho. Cerimónia civil rápida com os padrinhos e testemunhas.

Depois, houve uma pequena festa privada para oito pessoas em casa da madrinha de casamento (mulher do então Cônsul-Geral de Portugal na colónia britânica) para comerem o bolo e beberem o champanhe francês. Seguiu-se a viagem para Macau onde apanharam o tradicional banho de arroz. Mudaram de roupa e foram para a boda na Estalagem de Coloane com uns 130 convidados incluindo alguns dos mais elevados representantes do poder chinês. Estava lá o jovem Edmund Ho (futuro governador de Macau após a devolução de Macau à China) a dar-lhes o lai si, além do Roque Choi, Ho Hin e Stanley Ho (o dono dos casinos). A razão para tanta gente deve-se ao costume chinês do lai si, ou seja, dinheiro num pequeno envelope vermelho debruado com um desenho dourado. Todas estas ofertas deram e sobraram para pagar a boda. Convidara e misturara toda a gente. O diretor geral da CEM, mulher e filhos, sentado ao lado do chefe de armazém, o comandante da marinha com as francesas do cançã (“can-can”), o mecânico e suas famílias com o diretor da Rádio etc. As pessoas inicialmente intimidadas acabaram por se tornarem mais humanas durante umas horas. Quando todos saíram já JC estava exausto. Os pais recusaram-se, com uma qualquer desculpa habitual, a estarem presentes apesar de lhes ter enviado bilhetes de avião. Apenas a mãe portuguesa da sua mulher macaense veio da Austrália e aproveitara para reencontrar amigos que ali fizera ao longo de 30 anos.

Foram à Tailândia passar dez dias. A longa lua de mel ficou adiada para Portugal. Estiveram no Algarve com a irmã e o cunhado. Foram umas férias selvagens sem horas para nada, jantavam muitas vezes depois da meia-noite.

Na Austrália, alugaram um carro e viajaram pelo estado da Austrália Ocidental, fartaram-se de passar dias no mar no iate Breakaway e a ir a festas mascaradas. Em 1982 fora JC intimado pela embaixada australiana de Hong Kong a fazer as malas até dezembro, se não o seu visto era cancelado e a autorização de emigrar revogada. Lá foi a correr trocar o seu Toyota Cellica 2.0 ST que comprara quando se fartara do sal no depósito do Fiat. Optara por um carro mais citadino, um Nissan Sunny 1.6 Hatchback, com todos os extras que conseguira rapidamente importar de Hong Kong. Depois, foi a tarefa de embalar tudo e o carro em 30 m³ num contentor. Executaram modelos em miniatura para provarem aos cétricos “coolies” chineses que os 174 caixotes iriam caber. JC chegaria ao continente-ilha a 14 jan^o 1983, quase na mesma data em que chegara a Macau anos antes.

Mais velho, mas nem por isso necessariamente mais maduro, sonhava com uma casa com piscina, um barco ancorado numa marina e uma vida cheio de futuro.

6.6. AUSTRÁLIA. A ILHA E O NASCIMENTO DE UMA FILHA

Acabou JC por se instalar numa casa alugada, mesmo por cima da dos seus sogros, em Waverley, NSW (Nova Gales do Sul). Eles tinham mudado de Perth para Sidney havia pouco tempo. JC levava o dinheiro suficiente em poupanças para comprar uma casa. O contentor chegou uns dias depois, em finais de janeiro de 1983. Fizeram bastantes obras de melhoramentos na casa, o que implicou que aprendesse a carpinteirar.

Arrancou o papel da parede que tinha não se sabe quantas camadas. Foi um trabalho moroso durante o qual um casal português, emigrado há muito, os ajudou durante vários dias. Depois disso, arrancaram do chão as carpetes com mais de trinta anos. Pintou-se o chão de preto para contrastar com as portas brancas e as maçanetas vermelhas. Nos tempos seguintes viajou pela Austrália (costa leste) a fim de conhecer bem o país onde estava. Um dia, JC apercebeu-se que o dinheiro estava a desaparecer e nenhum dos dois trabalhava. Ao constatar-lo, cancelou as férias prolongadas, adiou a ida a Portugal e começou a sua busca de trabalho.

A integração na Austrália multicultural foi relativamente fácil e sem sobressaltos de maior.

Uma irmã da sua mulher emprestou-lhes, para segundo carro, um Holden automático EK 1961, de 2.26 litros e 6 cilindros, com 56 kW, 3 velocidades, caixa automática Hydramatic que ia dos 0 - 100 km/h em 24,9 segundos. Foram produzidos, apenas, 150 214 exemplares daquele carro, por ele cognominado “Dominic”. Ainda o conduziram durante uns meses, enquanto a sua dona passeava pelo mundo, mas depressa se concluiu que o carro implicava inúmeros trabalhos de manutenção para além dum consumo exorbitante de 24 litros aos 100 km...

Estes primeiros anos caracterizam-se por uma integração lenta numa sociedade tolerante regida por meritocracia e não por cunhas (o mérito da mediocracia!).

Lentamente cada um foi encontrando o seu nicho de oportunidades que passaram por estádios vários: um jornal português, o consulado geral de Portugal (onde foi adido comercial, cultural e serviu de elo de ligação às comunidades), depois o ministério federal da imigração e por fim o do emprego onde se viria a fixar. Aqui esteve meses a manipular estatísticas sobre o (des)emprego e a escrever discursos positivos para o ministro provando o impossível, sobre a descida do desemprego.

Esteve igualmente, durante anos, profundamente envolvido no delinear da política multicultural que a Austrália adotou, como representante do sindicato da função pública.

Começara também a sua atividade de linguista e tradutor. Aumentara o enorme leque de oportunidades de escritor e jornalista trabalhando para vários órgãos de comunicação social. A sua mulher trabalhava, e estudava

na universidade, dando início a uma prometedora carreira como designer gráfica, futuramente premiada como uma das melhores do mundo.

Em 1986 nasceu a sua filha Ingrid em agosto, numa altura em que financeiramente já estavam bem. JC além do trabalho no Ministério do Emprego, das traduções e aulas na universidade (leccionava tradutologia a potenciais candidatos a tradutores e intérpretes), trabalhava para a agência de notícias Lusa, a RDP, a RTP, rádio e TV de Macau e jornais vários, quer em contrato quer em freelance.

Sempre fora jornalista.

O nascimento da filha fora demorado, mas não complicado. Começara o trabalho de parto pelas 07:40 da manhã quando foram para a maternidade Royal Hospital for Women em Paddington (transferida em 1997 para o Prince of Wales Hospital em Randwick). As contrações finais duraram um dia completo.... Tinha-se preparado para um parto normal, pois acompanhara as sessões de preparação para o nascimento assistido, os trabalhos de respiração e os exercícios todos. Pelo sim pelo não levava uns úsques para o carro naquilo que em inglês se designa como "Dutch courage". O nascimento prolongava-se e enquanto esperava nasceram umas seis ou sete crianças...A certa altura foi necessária uma injeção epidural. JC era já quem precisava da injeção e não a mãe da criança. Os seus sogros trouxeram-lhe o jantar. Finalmente pelas 23:27 (quase 16 horas após entrar no hospital) nascia a sua filha. O pai esteve presente, pela primeira vez, em todos os momentos do parto, no primeiro banho, no primeiro colo.... Importantíssimo momento, pois, embora não fosse o seu primeiro filho, o seu nascimento foi acompanhado de fio a pavio. Viera a casa dar a boa nova aos seus pais e dormir umas horas. Não havia telemóveis naquela data. Mãe e filha passados dois dias estavam em casa.

Trabalhava ainda JC nesta época no Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional, na secção de Relações Públicas como Jornalista. Em 1987 a vida obrigou-os a mudar do rico apartamento em *Centennial Park* (em frente ao *Royal Agricultural Show*) para Randwick. Mudara para um enorme apartamento num condomínio fechado, entre árvores centenárias e um ribeiro, com vista para o mar e cheio de pássaros australianos (incluindo os irritantes Kookaburras que o acordavam pelas 05:30 da manhã).

Em 1988, trouxera a criança a Portugal para mostrar a todos os familiares e amigos, dentro da tradição ancestral de exhibir os recém-nascidos. A partir de 1989, as relações com a sua mulher macaense entraram numa fase de deterioração rápida sem vida em comum. JC trabalhava sistematicamente doze a quinze horas por dia. Começaram a dormir em quartos separados, ele no estúdio de onde enviava as suas notícias e crónicas, a altas horas da noite a fim de apanhar o noticiário da manhã em Portugal. Ela dormia com a miúda no quarto de casal. Almoçava regularmente no restaurante chinês Choys, ao lado do Serviço Nacional de Emprego onde trabalhava por essa época. Este ótimo restaurante chinês dava para praticar o seu limitado cantonense. Vinha para casa pelas 5 horas, mudava-se, preparava o jantar e enviava notícias ou pesquisava-as, contactando com Camberra, Perth, Melbourne...a saber confirmações de notícias sobre Timor. Fazia a revisão da imprensa diária para sacar

notícias para Portugal e seguimento em dias posteriores. Ouvia noticiários da ABC e tentava arranjar material para artigos. Depois de jantar e de alguma televisão, continuava a trabalhar até à uma ou duas da manhã. Pelas sete e pouco estava a pé. Acordava-as. Esta a rotina monótona de trabalho, sete vezes por semana, sem carinho nem afeto a não ser o da filha. Brincava com ela todos os dias, sempre que possível, e era ela quem o aguentava a manter-se vivo. Estava resignado. Não iria abandoná-la como tinha abandonado os gémeos, dizia a si mesmo.

Em 1990 voltaram a Portugal. A mulher estava gordíssima pois não perdera peso depois do parto. Fora convidado para um congresso de verão da universidade do Minho em Braga em julho 1992. Estavam 21 representantes de todas as comunidades portuguesas no mundo lusofalante. Todas as despesas pagas pelo governo português.

No fim desse ano foi suspenso pela Lusa, agência noticiosa portuguesa, depois de inúmeras desavenças ao longo dos anos. O motivo foi ter publicado em inglês uma notícia que transmitira e a Lusa publicaria mais tarde. Metera a Associação de Jornalistas Australianos ao barulho e foi-lhe reconhecido que se tratava duma suspensão de serviço por motivos políticos. Jamais trabalharia para eles. Contaria este episódio em detalhe no seu segundo livro sobre Timor, lançado em 2005 em CD-livro, “Historiografia de um repórter (Timor-Leste vol. 2 1983-1992)”. Já anteriormente lhe haviam censurado notícias sobre Timor. Inicialmente não compreendia a razão desta censura. A notícia era inócua e decidira confrontar o Gonçalo César de Sá diretor da agência no Sudeste Asiático e Pacífico. Ele explicou que o teor da notícia era demasiado sensível motivo pelo qual fora truncada e reduzida. Chamou-lhe uma data de nomes e desligou. Ligou, de novo, a pedir calma. JC perdera-a para sempre.

No poder, como primeiro-ministro, Cavaco e Silva.

CAPÍTULO 7 – DE TIMOR ANCESTRAL AOS DIAS DE HOJE

Naturam expelles furca, tamen usque recurret

(mesmo que expulses a natureza com o esteio, ela voltará sempre).

Horácio, Epístolas, I, 10, 24:



7.1. PORQUE É QUE HÁ GUERRAS TRIBAIS EM TIMOR – I (23-31 maio 2006)

Antes de mais creio que a única coisa de que não posso ser acusado é de ser politicamente correto: nunca o fui durante o Estado Novo e muito menos agora em que a censura é mais sofisticada e invisível. Isto escreveu JC em 25 maio 2006 no blogue do Elos Club de Uberaba.

http://www.uaisites.adm.br/iclas/forum_ver.php?CdNotici=13)

O Diploma legislativo 107 de 19 dezembro 1928 do governador Teófilo Duarte dizia

"Considerando que a função colonizadora dos diversos povos...se exerce principalmente pela intervenção dos elementos europeus... Considerando que a fixação de tais elementos no seio das populações atrasadas é o melhor incentivo para o seu progresso e integração no movimento civilizador..."

Por aqui se vê o politicamente correto da posição colonial portuguesa em Timor. Geoffrey Gunn fala especificamente e dá-lhe o título ao seu capítulo 10 (Timor Lorosae 500 Anos ed. Fundação Oriente pp. 211) "O Colonialismo Capitalista em Timor Português 1894 - 1941". Foi Celestino da Silva que em 1897 criou a SAPT (Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho) descrita por Clarence-Smith como um estado dentro do estado. Não podemos deixar de examinar os métodos de Celestino da Silva...acusado de

fomentar guerras para se apoderar de terras e mesmo de prisioneiros, para os fazer trabalhar virtualmente como escravos..., mas algum trabalho livre, especialmente nas plantações chinesas à volta de Liquiçá, coexistia com uma "quase escravatura"...e o uso de trabalho forçado..., mas a primeira grande tentativa para um regime fundiário colonial encontra-se num decreto especial de 5 de dezembro de 1910. Ao abrigo deste Diploma competia ao governador toda a responsabilidade na concessão das terras em regime de aforamento e na transferência de propriedades com áreas até 2500 hectares..."

O esquema Freycinet de 1818 é esclarecedor sobre os "reinos da ilha de Timor": 23 sob soberania portuguesa, tributários 24 e aliados 18, isto ao longo de um período de 200 anos. A partir de 1811 Goa foi ordenando ao Leal Senado de Macau que adiantasse fundos para cobrir as despesas da administração colonial em Timor... num subsídio anual de 6000 patacas.

Só lendo a História se sabe que Timor foi sempre uma colónia portuguesa, mais por omissão do que por ação, citando o próprio JC em "Timor-Leste O Dossier Secreto 1973-1975", logo na introdução... Ora reza a história que quando os portugueses chegaram a Timor encontraram uns que ficaram calados quando os viram: eram os timorenses ocidentais ou *Kaladi* enquanto os da Ponta Leste lhes viraram o cu, daí serem os *Firaku*. Posteriormente esta noção passou a distinguir os do

leste *Lorosae* e os do oeste *Loromonu*. Mais recentemente surgiram designações como “maubere”, termo de que Ramos Horta tanto gostava e que viria a ser abolido em 1998. Para entender melhor o que se passou no século XX debruçemo-nos atentamente no livro da Coleção Fórum “Ocupação e Colonização Branca de Timor” da autoria de Teófilo Duarte, datado de 1944.

1894...Ano em que assumiu o seu governo.... Celestino da Silva...

A nossa acção de presença efectuava-se em Dily, por intermédio do funcionalismo e duma companhia de guerra com um efectivo de setenta praças, que durante quási todo o ano permaneciam no hospital ou nos presídios para onde os arrastavam os seus vícios e o seu carácter de incorrigíveis vindos de Macau. Em todo o litoral norte, havia os comandos de Pante Makassar em Okussi e os de Batugadé, Maubara, Liquiçá, Aipelo, Manatuto, Baucau, Lautém; e no sul apenas os de Viqueque, Alas e Fatumeia. Estes comandos reduziam-se a uma paliçada, quási sempre de palapa, sem consistência nem condições defensivas de valor... A sua acção limitava-se à área contígua ao forte, e quando os ventos corriam desfavoráveis, desaparecia com a fuga no vapor, de todo esse pessoal escapo às represálias dos reinos e que vinha refugiar-se em Dily, à espera que as habituais operações de reocupação lhe permitissem voltar aos seus postos. O interior encontrava-se assim sem um comando...Certamente que a eleição dos régulos era sancionada pelo governo; também é facto que eles vinham prestar vassalagem a Dily, formalidade que pouco lhes custava cumprir, e que os interessava pelo espectacular de que era revestido tal acto; ainda é certo que expedições compostas de “moradores” e de reinos inimigos batiam umas vezes por outras, os povos mais insubmissos, mas os resultados práticos eram nulos, pois que vencedoras as colunas, logo que elas retiravam, os povos continuavam as suas vidas com umas centenas de búfalos e cavalos a menos, com a perda de luas de ouro, de panos, etc. e com uns milhares de habitantes mortos ou foragidos, e vivendo os restantes no mesmo estado de selvajaria e insubmissão que dantes. As diversas tribos agremiadas em reinos mais ou menos importantes passavam os anos em guerras intestinas cujo fundamento era o desejo de roubarem aos seus vizinhos os seus gados, os produtos agrícolas, as mulheres e as terras. Não havia progresso compatível com tal desordem que era extensiva às centenas de milhar de timores, e ora se viam lutas formidáveis entre vinte e trinta mil homens de cada partido, ora elas se resumiam a pequenos, mas numerosíssimos combates de centenas de guerreiros.

Esta introdução permite esclarecer - recuando cem anos no tempo - porque existem em 2006 confrontos que se chamam de étnicos, que alegadamente assentam na discriminação das tropas entre *Lorosae* e *Loromonu*. São centenas de anos de guerras tribais (das quais se fala adiante) que nunca foram resolvidas de forma satisfatória muito por culpa da colonização branca dos portugueses caracterizada sempre pela omissão em todos os quatro cantos do Império. Durante todo o século XX houve centenas de revoltas e guerras tribais, sendo as mais célebres as de Manu-Fahi e a de Uato-Lari, embora se tivessem diluído após a II Grande Guerra. Com isto pretende-se deixar bem claro que a pretensa unidade timorense contra o invasor indonésio colocou de parte estes conflitos tribais nunca resolvidos. Quando o inimigo era só um e se chamava Indonésia as guerras tribais ficaram esquecidas.

Depois de conquistada a independência e dados os primeiros passos rumo à democracia, que não tem fundamentos históricos ou tribais onde assentar, é chegada a altura de se acertarem as contas. Se não houver uma intervenção firme que permita sentar à mesma mesa, todos os intervenientes tribais do território, a situação ficará decerto fora de controlo, para gáudio da Indonésia e da Austrália que melhor partido podem tirar da sua exploração das riquezas de Timor. Ainda será possível evitar mais confrontos, mas terá de se criar, por exemplo, um Conselho de Sábios como propunha Castro Seixas em “Pública” (jornal Público de 21 de maio de 2006) e “*criar mais do que uma rai-klaran (Terra do meio ou Mundo) e torná-las património nacional. Regiões onde as pessoas afluem duas ou três vezes por ano. Sem esses rituais de nacionalidade será mais difícil construir adequadamente a nação*”. É apenas preciso que a elite dominante, burguesa e educada em português, entenda esta realidade raramente estudada e tenha a coragem de não se vingar, mas antes crie uma atmosfera de conciliação que dê razão a uma nação para todos os timorenses e não apenas para as tribos que agora estão na mó de cima (JC, maio 2006).

.... As diversas tribos agremiadas em reinos mais ou menos importantes passavam os anos em guerras intestinas cujo fundamento era o desejo de roubarem aos seus vizinhos os seus gados, os produtos agrícolas, as mulheres e as terras. Não havia progresso compatível com tal desordem que era extensiva às centenas de milhar de timores, e ora se viam lutas formidáveis entre vinte e trinta mil homens de cada partido, ora elas se resumiam a pequenos, mas numerosíssimos combates de centenas de guerreiros. Para o comerciante, tal estado de coisas era lucrativo, pois que o consumo de pólvora e de armas permitia-lhe auferir largos proventos; para o Timor, tal ocupação era agradável, visto que dotado de índole guerreira preferia os frutos das razias, àquêles que pudesse arrancar à terra, mas mantinha-o selvagem; para Portugal esta situação embora vergonhosa, era inevitável, visto que uma ocupação imediata e sólida só se conseguiria à custa de pesados sacrifícios com expedições, e com a permanência de quadros e efectivos que pudessem colher os frutos, sempre tardios de tais processos. Por isso os nossos governadores consideravam-se muito felizes, quando as ditas guerras entre os reis timores não se apresentavam com o carácter de francamente rebeldes contra a nossa soberania, e quando os régulos se prontificavam a aceitar a fórmula, embora platónica do preito de vassalagem. Muitas vezes, um ou outro pedia o nosso auxílio, o qual quasi sempre se procurava negar, ou a nossa intervenção como medianeiros, e numerosos eram os casos em que Portugal aparecia como árbitro entre as partes, que ou se conformavam com a solução proposta, ou preferiam recorrer às armas, e neste caso, o nosso papel limitava-se ao de espectador impotente para se impor aos milhares de contendores.

Bem cedo, Celestino da Silva reconheceu que antes de ensaiar e levar a efeito, tentativas de desenvolvimento económico, se impunha o terminar de contendas, quer de povos para povos, quer de rebeldias contra a soberania, e por isso começou uma obra de ocupação, morosa, porque os recursos lho impunham, mas contínua e segura. Não se sentiu com forças para entrar logo numa

campanha franca e aberta contra todos aqueles que não acatavam a sua autoridade; e assim é que tendo desembarcado em maio, manda em sete de julho, o alferes Duarte com cem moradores, a fim de procurar conciliar os reinos do Piço e de Liquiçá, que se encontravam em guerra.

A diplomacia do oficial, os presentes aos régulos intermediários, e ainda a força de cem espingardas, fizeram com que terminasse a luta sangrenta, e é de notar o trabalho do referido comandante, que antes de recolher a Díli, entendeu que devia completar a sua missão de mediano, com a solicitação, de resto atendida pelos povos, para uma limpeza geral às plantações de café, contíguas ao seu acampamento, e que eram propriedade dos referidos indígenas. Este episódio é o despontar de uma nova política em Timor, que mais tarde haverá de ser generalizada com um grande sucesso, não só ali, como em outras colónias...o oficial deixava de ser o severo comandante de tropas e colunas, tudo raziando, devastando, e fazendo consistir a sua glória no número de vítimas caídas, para se transformar no colonizador, que após os rudes combates a que obrigava a índole insubmissa dos povos que lhe mandavam bater, procurava encaminhá-los no sentido da riqueza e civilização. Ampliações de plantações, aberturas de estradas, limpezas de caminhos, etc., tudo, trabalhos que faziam do Comandante Militar ou de Posto, o guia de todos os que na véspera tratara com a severidade de um dominador.

As instruções dadas por Celestino a tal respeito eram as seguintes:

“É indispensável que os comandantes militares subalternos se instruem sobre a língua dos indígenas, seus usos e costumes; que conheçam dentro da área da sua jurisdição, todos os caminhos ainda os mais recônditos, todas as povoações, todos os habitantes, os chefes indígenas e suas famílias; que lhes não passe despercebida a saída para fora, ou a entrada de qualquer; que tenham perfeito conhecimento de todos os casamentos, óbitos e nascimentos; que façam um arrolamento exato da população; que não deixem derrubar florestas cuja destruição possa exercer influência nas condições climatéricas; que não deixem despir de arvoredo, as nascentes de água; que conservem sempre em bom estado de limpeza as suas plantações de café, e se fazem cultivos suficientes para a sua alimentação; se há transgressão dos regulamentos de polícia rural dos mercados; se o contrabando se exerce; se são respeitados os regulamentos que regem a venda do sal; e enfim se há quaisquer causas que possam vir a alterar o sossego público. É isto que os Senhores comandantes militares têm o dever de exigir dos seus subalternos, além do mais que especialmente lhes determinem, por isso que das faltas, dos desleixos, da incúria deles, são os primeiros responsáveis.”

Veja-se a sequência dos seus trabalhos de ocupação militar e administrativa; à medida que se ia sentindo com força suficiente para os pôr em prática.

Em agosto, Celestino cria o comando do Remexio, a pouca distância de Díli, de onde podia ser socorrido com facilidade. Significava este facto, dada a situação da localidade no interior, a intenção firme de realizar a penetração; e tal comando é uma lança apontada contra Aileu e Manu-Fahi. Em outubro vale-se do pedido de auxílio feito pelos povos de Ermera, Atsabe e Bobonaro contra os Lamaquitos que os atacavam, para lançar uma expedição contra estes rebeldes, a qual comandada por um major que levava dois oficiais, doze europeus e duzentos e sessenta moradores de Díli, os bate após vinte dias de lutas; aproveita-se então desta vitória, e em dezembro estabelece o comando de Aileu, a meio da ilha, guarda avançada da do Remexio, criado cinco meses antes. Manu-Fahi sente-se cada vez mais ameaçado, mas o prudente e astuto governador não julga ainda azado o momento de dar o golpe de massa que aquele reino, o mais poderoso de Timor e cronicamente rebelde, precisava. Mete-se a época das chuvas que dificultam as operações militares, mas o balanço guerreiro daqueles seis meses de governo da colónia é bem lisonjeiro, pois traduz-se em uma campanha vitoriosa, e na criação de dois comandos militares no interior.

No ano seguinte (março de 1895), uma nova coluna de um capitão, quatro oficiais, dezassete praças de primeira linha e duas companhias de moradores, é lançada contra os reinos de Oeste, os mesmos batidos no ano anterior. Os seus bons resultados ao cabo de vinte e quatro dias, permite em junho, a criação dos comandos de Cailaco e Ermera, e em agosto, a do comando-geral da contracosta, que é uma nova cunha que se vem juntar à de Aileu cravada em pleno coração de Timor. É neste mesmo ano, que se lança contra Manu-Fahi, uma poderosa expedição comandada em pessoa por Celestino e composta de três alas: a de Oeste chefiada pelo capitão Câmara, tendo como base de abastecimento e operações o comando de Fatumeia; a de Leste apoiando-se em Alas; e a do centro dependente diretamente do governador, com base em Aileu. Como traço de união entre o centro e a ala direita muito destacada, há os arraiais do alferes Duarte que se apoiam na Ermera e Cailaco. São ao todo doze mil homens, dentre os quais apenas marcam umas dúzias de soldados europeus, e uns centos de moradores, sendo o resto arraiais armados e combatendo à maneira indígena. O plano de operações é de grande envergadura, e dele devia resultar a asfixia dos rebeldes, estrangulados pelo abraço mortal das três colunas.

Infelizmente o comandante da ala direita, dado o seu papel de relevo na colónia, aonde era secretário do governo, julgando-se por isso autorizado a proceder com certa independência, em lugar de se limitar ao papel de efetuar a demonstração de força que lhe fora recomendada, de modo a conter

os reinos de Oeste em respeito, para que estes não pudessem prestar auxílio a Manu-Fahi, e seguir então a colaborar nas operações contra este povo, avança para o Sul, em vez de o fazer para Leste, prende, vexa, espanca régulos, e bombardeia a povoação de Forem, num estado de irritação e orgulho enormes, pela resistência passiva oposta ao fornecimento de carregadores. É certo que o estado de espírito daqueles povos não permitia depositar neles grandes esperanças para exigir uma possível colaboração, mas segundo as conclusões formuladas no inquérito ao desastre, isso devia ser mais uma razão para não se usarem meios violentos e para procurar que ao menos se não manifestassem ostensivamente.

A não-observância de tal atitude teve como resultado um ataque formidável por parte de todos aqueles povos, uma luta desesperada que durou um dia e uma noite, e uma retirada de Forém sobre Fatumeia quando começaram escasseando as munições. Ao chegarem, porém, aqui, encontraram o forte incendiado e a guarnição trucidada; o desânimo apoderou-se de todos, e fazendo fogo aqueles a quem restavam cartuchos e fugindo os restantes num salve-se quem puder indescritível, são na sua quase totalidade, vítimas de uma chacina implacável. As cabeças cortadas de quatro oficiais, de alguns sargentos, e de várias praças europeias e indígenas, são troféus que fazem delirar os rebeldes; as peças de artilharia, algumas centenas de espingardas e de munições servir-lhes-ão para a campanha do próximo ano contra as nossas forças, e o forte de Batugadé abandonado pela guarnição espantada do morticínio é pasto das chamas.

A repercussão em Díli de tal desastre é enorme, e exige o regresso imediato do governador, então em operações na baliza de Manu-Fahi; os europeus julgam voltados os velhos tempos em que a capital era ameaçada de perto pelas hordas selvagens e anteveem as cabeças de todos constituindo já ornamento das cubatas dos vencedores. A serenidade volta, embora a muito custo. Da parte do governo há que por de parte o plano esboçado para um envolvimento de Manu-Fahi, e as operações limitam-se a ataques feitos pelas duas colunas subsistentes, a do centro e a da esquerda, que queimam povoações, cortam cabeças, e fazem as presas habituais, sem que, entretanto, os resultados fossem os que se almejavam, quando se concebera e planeara a campanha. Em outubro criou-se, porém, o posto de Comoro, e assim Díli fica cingida por três comandos: o do Remexio, o de Aileu, e o de Comoro, que a põem a coberto de qualquer surpresa e eventualidade.

Os primeiros meses de 1896 passam-se na preparação da campanha de desforra do desastre de Cova e Fatumeia; entretanto em junho desse ano, estabelece-se o posto de Buibau, a doze quilómetros

de Liquiçá, e que representa nesta região, a flecha de penetração no interior; nesse mesmo mês se inicia a reconstrução de Batugadé base permanente de ataque aos reinos de Oeste, sob a proteção duma forte coluna de desembarque e de outras duas manobrando a leste de Lois, cuja missão era não deixar efetuar a concentração de toda a região rebelde contra Batugadé, o que se conseguiu. Uma delas, a do comando do alferes Duarte empenhou-se a fundo contra Cotubaba, Sanir e Cova, e em trinta dias faz uma colheita abundantíssima de cabeças.

Em agosto, a coberto destes sucessos, cria-se o comando de Balibó, a quinze quilómetros para o interior de Batugadé; em setembro ataca-se Deribate, o qual é batido pelos quatro mil e setecentos auxiliares do alferes Duarte, e em outubro Fatumeia. Estas vitórias para a obtenção das quais muito contribuiu uma companhia de duzentos e cinquenta africanos, chegada nos meados desse ano, constituíram uma expiação tremenda para aqueles povos, pois a preocupação de dar um exemplo severíssimo levava a não conceder quartel e a não poupar sexo nem idade. Regiões houve como Cova que ficaram, despovoadas, pois os habitantes que escaparam dos furores da carnificina fugiam para o holandês, e temerosos das represálias impostas não só pelas colunas como pelos postos, não se aventuravam a voltar às suas terras.

Em janeiro de 1897, cria-se o comando de Bobonaro, o qual com Batugadé e Balibó consolida cada vez mais o nosso domínio entre aqueles povos. Em maio desse ano monta-se o posto de Laivai e em julho o de Laleia. Em setembro, numa expedição de sete dias bate-se Lolotoi e Camenasse, a sul de Bobonaro, e como consequência cria-se o comando do Sudoeste, abrangendo Bobonaro, Lolotoi, Suai e Raimea.

O ano de 1898 é consagrado a recolher os frutos das vitórias alcançadas em 1896 e 1897, e a beneficiar do labor guerreiro que tinha caracterizado estes dois anos, e assim em março cria-se o posto de Ossú, em julho o de Laclubar; em outubro o de Cotubaba, e em abril seguinte o de Guguleuro.

Em julho 1899 dominam-se as veleidades de revolta da gente de Cailaco e de Atsabe, numa campanha de noventa dias na qual perdeu a vida o bravíssimo alferes Duarte, que em Timor deixou um nome aureolado de glória. O seu prestígio entre o indígena era de tal natureza que a lenda da sua invulnerabilidade às balas vulgares passou a ter foros de coisa assente, e a superstição Timor fez correr que só uma bala de ouro podia matar o terror das suas falanges. Algumas se fabricaram com tal fim, mas o destino, caprichoso como uma mulher, fez cair morto o bravo “Arbirú” num parapeito que

acabara de saltar com a sua temeridade habitual. Foi uma perda importante para a colónia, porque oficiais como esse denodado batalhador não apareciam com frequência, pois realizava o protótipo perfeito do chefe de guerra de tropas irregulares. Este simples subalterno saído dos quadros inferiores do exército, tinha a centelha guerreira e comandava cinco e seis mil guerreiros com um “sans façon” e uma naturalidade estupendos. Adaptara-se de tal maneira ao seu papel de chefe de horda, que para animar as suas tropas em combate, não raras vezes marchava à sua frente, bailando e entoando os hinos de guerra Timores, desprezando as balas que prostravam os seus companheiros e que o pouparam a ele durante tantos anos. Morreu, porém, a morte dos heróis, em plena batalha e com a consciência do dever cumprido. Honra à sua memória!

Como consequência destas vitórias, cria-se o comando da Hatolia e o posto de Leimea, e em agosto o de Barique. Assim em cinco anos, instalam-se várias linhas de postos de ocupação permanente, em direções perpendiculares às costas Norte e Sul, e dominando as regiões entre Batugadé e Bobonaro, Liquiçá e Hatolia, Díli e Maubisse, Manatuto e contracosta, Baucau e Ossú, o que juntamente com Viqueque e Alas significava o estabelecimento em toda a ilha de postos militares agrupados em comandos. De quarenta em quarenta quilómetros, estava-se seguro de encontrar um posto de oficial, sargento ou régulo fiel, com a sua guarnição, pequena é verdade, mas a que emprestava uma enorme força, moral e material, a proximidade de outros postos, e o apoio das repetidas colunas expedicionárias. O Timor sentia-se apertado numa rede cada vez mais densa de comandos e postos, não desfrutando já daquela liberdade guerreira, a que estava habituado. Então manifesta-se aqui, ali, por toda a parte, o estremecer dos reinos, dos sucos, das povoações, flanqueados e embaraçados numa malha flexível cedendo um momento, para recuperar a sua primitiva posição. É um explodir não já de revoltas importantes, mas sim de distúrbios sucessivos de pequena intensidade, visto que a ação política dos comandantes, orientada no sentido de aproveitar as rixas e inimizades ancestrais impedia as grandes combinações.

Em outubro de 1900, como exceção há ainda a revolta de Manu-Fahi dominada porém a breve trecho. A título de esclarecimento, para se poder fazer ideia dos recursos militares com que dominavam tais rebeliões e da intensidade que revestiam os combates: Oficiais superiores 15, oficiais inferiores 18, oficiais de 1ª linha 45, 2 voluntários, 24 régulos, 54 cabos, soldados e corneteiros, 25 oficiais superiores comandantes das forças irregulares, 1096 forças da 2ª linha, 12 333 forças irregulares, 649 auxiliares carregadores, 30 maqueiros...

Em dezembro de 1901 há a rebeldia de Nunomerque, em julho 1902 bate-se o Suro, em agosto Lautém e Lolotoi, em janeiro 1903 Letefoho e finalmente em julho, Aileu.

Em março 1904 Calicai (*Kalikai*) sofre o ímpeto de duzentos moradores e dois mil auxiliares armados de espingardas de pederneira, e deixa em poder dos vencedores trezentas cabeças e duzentos búfalos, tendo-se consumido oitenta e duas granadas e cinco mil e oitocentos cartuchos, além de dezoito barricas de pólvora.

Em outubro de 1904 cria-se o posto de Iliomar ao sul de Lautém, que por ser o comando mais remoto, não prendera tanto a atenção dos governos. Em março desse ano há o sobressalto de Funar, em julho de 1905 o de Aituto e em janeiro de 1906 estende-se cada vez mais a ocupação para o sul de Lolotoi, atingindo-se Memo.

Em maio de 1907 o eterno irrequieto e o adversário de mais peso, aquele contra o qual as armas nunca tinham alcançado uma vitória de tal maneira decisiva que lhe tirasse, de todo, as veleidades de instigador de rebeliões, lança fora a máscara com que fora iludindo as desconfianças, e lança-se na guerra, o que obriga à mobilização de todos os recursos, mas que teve por consequência, o ministrarse-lhe uma lição tão severa que o levou a ficar sossegado durante alguns anos.

Do exposto se vê que desde meados de 1894 a 1900, a ocupação se estendeu a quase todo o interior, e que as últimas revoltas anuais quase sempre insignificantes, e dominadas pelos recursos locais de cada comando, eram estremeções epiléticos de um povo sufocando nas malhas apertadíssimas de uma organização administrativa que lhe paralisava os movimentos desordenados e atrabiliários. Tal resultado conseguiu-se sem o auxílio de expedições do exterior, pois tirante a companhia desembarcada após o desastre de 1895, sempre as campanhas se fizeram com moradores de Díli e Manatuto armados de espingardas Remington e principalmente com arraiais usando azagaia e catana, pois as quinhentas espingardas não chegavam para os milhares de timores que combatiam a nosso lado hoje, para serem batidos amanhã pelos seus adversários de véspera, agora nossos aliados.

Lutar nestas condições era para nós uma empresa perigosíssima, por termos não só de nos precaver contra traições, como também por não possuímos a superioridade esmagadora que na maioria das lutas travadas pelos povos civilizados nas colónias, lhes é assegurada por uma maior eficiência de armamento. Os nossos moradores usando a Remington, certamente combatiam em melhores condições que o inimigo, mas não só o seu número era pequeno, como também a ausência de disciplina e espírito militar que os caracterizava, não faziam deles uma

tropa segura. As dificuldades eram tremendas pois para nós que sempre tínhamos o papel de atacantes, e é inconcebível como indígenas de civilização rudimentar, armados na sua quase totalidade de azagaias e catanas, tinham, entretanto, atingido uma perfeição espantosa na maneira de prepararem os seus entrincheiramentos. Não havia combate que não se traduzisse da nossa parte em demorados bombardeamentos de posições inimigas, no ataque e conquista feitos palmo a palmo das linhas sucessivas de trincheiras, na destruição de abatises, de covas de lobo, de traveses e de parapeitos feitos de terra, de plantas espinhosas, de bambuais enfim. E isto num terreno acidentadíssimo de que em Portugal não há similar, no meio dum arvoredado traiçoeiro que permitia os fuzilamentos à queima-roupa e contra um povo que nos acessos de desespero lutava por vezes com uma bravura tão heroica que ela poderá sofrer com a de qualquer outro.

Melhor que qualquer descrição é a transcrição do diário de campanha do Chefe de Estado-Maior da coluna de operações contra Manu-Fahi, de 1900, o qual abrange o período que decorre de 17 de outubro a 25 de novembro:

A marcha para Aileu efetuou-se pela seguinte forma, no dia determinado: Na frente, com intervalo de uma hora, o comboio devidamente escoltado por forças de Viqueque, Vemasse, Laleia e Laga; Guarda avançada, o arraial de Viqueque; Corpo principal, moradores de Batugadé, de Baucau e o arraial de Vemasse; Guarda da retaguarda, os arraiais de Laleia e Laga; Na testa do corpo principal seguia S. Ex.^a o Conselheiro Governador e o seu Estado-Maior, o serviço de saúde, capelão e outros oficiais que iam assumir o comando das suas respectivas unidades; Escolta do quartel-general, moradores de Manatuto. A marcha para Aileu, em terreno amigo fez-se em condições regulares, podendo reputar-se boas, se se atender às deficiências e péssimas circunstâncias dos caminhos mal traçados e construídos, quando não se limitavam aos trilhos dos indígenas, com declives exageradíssimos, muito estreitos, maus pisos, argilosos geralmente, o que os tornava escorregadios à menor humidade que recebiam, de cotovelos apertadíssimos, trepando e descendo elevadíssimas montanhas. Estas condições, porém, eram de sobra conhecidas, e absolutamente impossíveis de remediar na estreiteza do tempo, em que urgia realizar as operações de guerra, por se aproximar com brevidade a época das chuvas, época doentia em que as marchas são impossíveis, pelas numerosas ribeiras e linhas de água que é forçoso atravessar e que são impraticáveis nesta época. Durante a marcha e à ordem de S. Ex.^a o Governador, fez-se o primeiro alto em Comoro às 7,15 horas, a.m. e o primeiro grande alto em Vessaca, onde se preparou a refeição da manhã, às 10,15 a.m. em uma portela da montanha de Mano-Udo, que dá passagem para a sua vertente Sul, tendo antes havido um pequeno alto a meio da vertente que olha para o Norte. No primeiro grande alto, em Vessaca, cuja altitude é de 1:082 metros, reconheceu-se mais uma vez, para os que não se estreavam nesta campanha, o grande inconveniente dos maus e estreitos caminhos, e do transporte de carga por indígenas, dando um extraordinário alongamento à coluna de marcha, impossibilitando num dado momento e em determinado ponto a concentração de todas as forças, e retardando de bastantes horas as marchas, obrigando a andamento muito moroso, tornando-as por isso muito fatigantes e incómodas, para o que também em grande parte contribui a falta de disciplina que os seus chefes naturais não sabem manter, salvo raras exceções, consentindo nas constantes paragens e descansos que logo aproveitam para comer ou mascar e que à sua vontade fazem durante as marchas, se não são vistos dos oficiais e oficiais inferiores de primeira linha. Estes factos, porém, que noto

no meu diário por cumprimento rigoroso do meu dever, nem me surpreenderam nem causaram estranheza, por os conhecer de experiência, por serem irregulares as forças às quais me estou referindo, e por não haver meio que completamente remedeie os inconvenientes apontados, embora a generalização do uso já estabelecido do transporte de cargas a dorso de cavalos, com arreios apropriados, melhore muito as condições das marchas em tempo de guerra. Saída de Ve-Saca às 12H:15 do dia, chegada ao Comando militar de Aileu às 12,30, p.m. sendo o caminho depois da descida da montanha de Mano-Udo, feita pelo leito da Ribeira a que uns dão o nome de Lacló e outros de Aileu, esta afluente da de Lacló e que passa a duzentos metros do reduto do comando militar. Estabeleceu-se o “acampamento” entre duas povoações abandonadas, ambas denominadas Uro-Buli, altitude 1:250 metros, e entre as ribeiras de Era-Meta; à retaguarda e Maubisse à frente. O sistema seguido no serviço de vigilância e segurança de noite nos acampamentos, durante toda a campanha foi sensivelmente aconselhado por Peroz no seu livro “La Tatique au Landan”, adotado já em muitas expedições em África, como em 1894 na Guiné, na campanha contra os papuas e grumetes da ilha de Bissau, contra o poderoso chefe Vátua, o Gungunhana, com resultados muito seguros. A linha de desenvolvimento do acampamento, moldando-se à crista militar do terreno, e apropriando-lhe todas as ondulações e vantagens militares, era contínua e de traçado irregular e por vezes caprichoso, devido ao acidentado do terreno e à natureza das forças irregulares de que se compunha a coluna de ataque, sendo impossível por falta de instrução militar, ainda que o terreno o permitisse, impor-lhes formações regulares de batalha, em ordem unida além da linha geral e exterior de defesa ocupada pelos diferentes arraiais conservarem estes a mui próxima distância as suas reservas, que em caso de ataque reforçariam a primeira linha, pondo-a ao abrigo de qualquer ímpeto atrevido do inimigo em massa. Além destas disposições, mantiveram-se sempre, apesar do preconizado por Peroz, os postos de observação nos altos que dominavam os caminhos e passagens, que mais facilmente podiam dar acesso a quaisquer tentativas do inimigo, obtendo-se sempre os melhores resultados e maior segurança nos acampamentos, tendo sido sempre frustradas todas as tentativas feitas pelo inimigo de dia ou de noite, de ataque às nossas posições.

Dia 6. Por determinação de S. Ex.^a o Conselheiro Governador, foi o chefe de Estado-Maior, o seu ajudante e pessoal respectivo, dirigir um “reconhecimento ofensivo” a Leolaco, empregando as forças do centro, da esquerda, ala direita e reserva, conforme as circunstâncias e necessidades da ocasião; começou o reconhecimento pelo ataque de artilharia à povoação da direita de Leolaco, simulando com forças de infantaria, ataques em diferentes pontos do monte em direção à povoação do régulo. A princípio, o inimigo inteiramente a coberto pelas suas trincheiras e espesso arvoredo, conservou-se silencioso, sem denunciar os seus postos defensivos, mas apertado pelo avançar das forças de infantaria, calado o fogo da artilharia, em toda a linha das nossas posições de ataque, rompeu em grande aclala, respondendo em toda a sua linha defensiva que circundava o monte de Leolaco, aos fogos das nossas forças, reconhecendo-se então que além de alguns postos avançados bem fortificados, para guarda dos currais de búfalos, abastecimento de água e quaisquer outros fins, tinha o inimigo uma extensa trincheira de terra, revestida de bambu grosso, cingindo a crista militar do monte Leolaco., toda seteirada com três ordens de seteiras, sendo estas formadas na espessura das trincheiras, por tubos de bambu. O inimigo embora bem distribuído com ordem e disciplina em toda a sua linha defensiva não me pareceu numeroso, calculando-o em oitocentos a mil homens. Reconheci mais que estava bem fornecido de pólvora, pelo uso frequente que fazia dos seus fogos, respondendo aos nossos, o que não é dos costumes desses povos quando lhes não abunda a pólvora, porque só empregam então os tiros quase a queima-roupa. A povoação era dominante, muito arborizada, regularmente fortificada, separada por uma ribeira funda e estreita, - Tato-Besse

– das nossas posições a norte, as quais ocupavam as cumeadas de um contraforte cujo nó, ocupado pela ala direita estabelecia a ligação de Leolaco com Riak; a E. e a N.E. descia em rampa suave o caminho descoberto até à ribeira de que já falamos, Tato-Besse, ficando-lhes sobranceiros os montes de Bandeira e Husso, célebre este último por ali ter sido ferido em 1895 o valente e malogrado alferes Duarte; pelo lado sul era inacessível, e as melhores informações diziam que não havia água em Leolaco, abastecendo-se o inimigo da pequena ribeira de Tato-Besse. Recolhidas estas informações que foram presentes a S. EX.^a o Conselheiro Governador, determinou o mesmo Ex.^{mo} Senhor “ataque geral” para o dia imediato, conforme o determinado na ordem número vinte. Neste reconhecimento sofreram as nossas forças algumas baixas, sendo mortalmente ferido o soldado da companhia de Timor, N.º 40/173 Froádio Bonifácio. Durante a noite, não houve novidade. Continuou a varíola a atacar o nosso posto.

Dia 7. Efetuou-se o combate geral de Leolaco, iniciado pela artilharia como estava determinado. O ataque demorou desde as 6 horas a.m. às 5,30 p.m. resistindo sempre o inimigo com bastante valor e tenacidade. Tomaram-se-lhe alguns postos, mas vencido um entrincheiramento, outro aparecia resolutamente defendido pelo inimigo; em todos os pontos tomados, foram-lhe destruídos os abrigos. As nossas forças sofreram algumas baixas, devendo o inimigo ter sofrido grandes perdas, que não puderam ser avaliadas, por se ter conservado sempre abrigado e encoberto e ser espesso o arvoredo. Não houve novidade durante a noite. Começaram a aparecer diarreias e febres nos arraiais e a da varíola.

Dia 8. Como se tivesse esgotado a reserva geral de munições de guerra e não tivessem chegado as que a todo o momento se esperavam de Alas, para onde tinham já partido os carregadores necessários, e expedidas todas as ordens, determinou S. Ex.^a o Conselheiro Governador que houvesse hoje descanso geral às forças, mantendo as suas posições e impedindo que o inimigo saísse dos seus entrincheiramentos. Pela 1 hora p.m., saiu o inimigo das suas trincheiras com algum gado para se abastecer de água na ribeira, foi batido e repellido com grandes perdas pelas forças do centro e da esquerda. De noite não houve novidade.

Dia 9. Efetuou-se de novo o ataque geral a Leolaco como foi determinado em ordem número vinte e dois. Tomaram-se mais alguns postos ao inimigo que defendia palmo a palmo a sua posição, não chegando, porém, a alcançar-se em parte alguma, a trincheira grande. As nossas forças tiveram as baixas que constam do relatório do serviço de saúde. Durante a noite não ocorreu incidente algum; as munições de guerra começaram a escassear e a desenvolver-se a varíola.

Dia 10. Realizou-se o ataque determinado na ordem respetiva, tomando-se com bastante dificuldade alguns postos inimigos; este vendo aproximar-se a artilharia para lhes bater com maior certeza as trincheiras, fez uma sortida por E. pretendendo tomar uma boca de fogo B.E.M. 75 às forças do centro, sendo repellido com grandes perdas entre mortos e feridos. A boca de fogo foi defendida com toda a energia, pela sua respetiva guarnição e apoio dos moradores de Díli e Lacló, sendo gravemente ferido o capitão de moradores de Díli, Marçal Sequeira, que se houve com toda a valentia. Às 4,30 p.m. conseguiu a artilharia demolir uma parte da trincheira. E. dando o centro e ala esquerda, investida às trincheiras que transpuseram, e foi queimada uma povoação, dependência do régulo, sofrendo o inimigo numerosas baixas. Como fosse adiantada a hora e o inimigo tivesse recuado para outros entrincheiramentos, retiraram as forças do centro e ala esquerda para os seus acampamentos, conservando intercetado ao inimigo o abastecimento de água. Continuaram os ataques de varíola nos arraiais, algumas febres e diarreias.

Dia 11. Continuação do ataque à povoação do régulo em Leolaco que não pode ser tomada, mostrando as nossas forças grande cansaço e fadiga pelo serviço aturado de tão repetidos ataques e algum desânimo, por se baterem a peito descoberto contra o inimigo bem fortificado e fortemente entrincheirado e a coberto. Ainda assim, foi o inimigo repellido de alguns dos seus postos, sofrendo perdas consideráveis, tomando-se-lhes as últimas nascentes de água de que poderia abastecer-se, e que ficaram ocupadas e defendidas por postos das forças do centro e ala esquerda. A noite sem novidade. Tomaram-se como nos dias anteriores, alguns búfalos ao inimigo.

Dia 12. Descanso geral para todas as forças da coluna, mantendo as suas posições e impedindo que o inimigo se forneça de água e saia dos seus últimos entrincheiramentos.

Dia 13. Ataque a Fenan, povoação grande de Manu-Fahi, a SE. de Leolaco, pela ala esquerda, sob o comando do senhor alferes Antunes, e pelo centro comandado pelo Sr. Capitão Vasconcelos, ficando em Leolaco o inimigo cercado pelas restantes forças da reserva e ala direita, ocupando a primeira e segunda unidade do comando dos senhores alferes Andrade e tenente Reveredo, respetivamente as posições da ala esquerda e centro. Na noite de 12 para 13, foi feita uma investida de surpresa, às trincheiras inimigas, pelos arraiais de Ulmera, Fatomasse e pico da reserva, coadjuvados pelos de Irlelo, Atabai e Balibó da ala direita, que não deu resultado. Às 2,30 horas da noite de treze, o inimigo surpreendeu um dos nossos postos de primeira linha, constituído pelo arraial de Vemasse, matando-nos à arma branca quatro homens, e ferindo-nos nove, tendo causado um princípio de pânico que brevemente se desvaneceu, sendo o inimigo repellido e perseguido com bastantes baixas. Não houve qualquer outra novidade.

Dia 14. Continuação do ataque a Fuan, conservando-se em volta de Leolaco a mesma vigilância e atitude, trocando-se algum tiroteio com o inimigo, conseguindo os arraiais de Fatomasse, Ulmera e Pico, aproximarem-se das últimas trincheiras inimigas, lançando fogo ao revestimento exterior de bambu. A ala direita destacou uma coluna volante em perseguição do inimigo e apreendeu-lhes bastantes animais. Não houve novidade alguma durante a noite.

Dia 15. Prossegue com vantagem para as nossas forças o ataque a Fuan. Em volta de Leolaco continua o inimigo a ser incomodado com repetidas investidas dos nossos, que todos os dias lhe matam gente, apreendendo-lhes búfalos, cavalos e outros animais, a maior parte mortos a tiro e que são consumidos na alimentação das diferentes forças. Mantém-se a proibição do consumo de munições para armas retrocargas, por estar esgotada a reserva geral da coluna, ser reduzida a das diferentes unidades, e não poder contar-se senão com a remessa que se requisitara ao depósito geral, esperada hoje ou amanhã, por não haver no depósito de material de guerra do distrito. Durante a noite, não houve novidade.

Dia 16. Tomada de Tuan, perdendo o inimigo cinquenta e nove prisioneiros, oitenta e cinco cabeças, e muitos mortos e feridos, alguns deles atacados de varíola; as presas em milho foram abundantes; as nossas forças tiveram trinta e dois feridos e sete mortos. As forças que tomaram Tuan efetuaram o avanço em Manu-Fahi, até o mar do Sul; às 10 horas a.m. o inimigo de Riak e Babulo que se refugiara na serra de Kablak atacou pela retaguarda a ala direita, fazendo ao mesmo tempo deste lado uma surtida o inimigo concentrado em Leolaco com o fim talvez de dar fuga aos seus chefes e famílias, sendo, porém, repellidos com grandes perdas e cortada a cabeça ao chefe de Riak. A noite decorreu sem novidade. Apresentaram-se os chefes de Rotuto pedindo perdão.

Dia 17 e 18. Descanso geral às forças da coluna, conservando-se cercado o inimigo em Leolaco. Chegaram as munições de guerra esperadas. A epidemia de varíola continua a sua marcha progressivamente assustadora;

o inimigo em Leolaco promete apresentar-se às autoridades, se S. Ex.^a o Governador lhe levantar o cerco, não o fazendo na ocasião porque teme as represálias das nossas forças. Estas noites passam-se sem incidente algum, sendo profundo o silêncio das posições inimigas.

Dia 19. Último ataque a Leolaco pelas razões aduzidas na respectiva ordem; S. Ex.^a o Conselheiro Governador assistiu e dirigiu pessoalmente este ataque estabelecendo-se no centro da linha geral de investimento em Turo, mandando o seu chefe de Estado-Maior e adjunto para o flanco direito. A artilharia iniciou o ataque, dirigindo muito regularmente os seus fogos, e aproximando-se a quatrocentos metros da posição mais forte do inimigo. A primeira investida das forças de infantaria sob a proteção dos tiros de artilharia, que eram feitos com bastante precisão, foi arrojada e valente, aproximando-se a cinco metros da trincheira mais alta e forte do inimigo, onde caíram os primeiros feridos das nossas forças do flanco direito, e entre eles o régulo de Atabai, Dossi Lelo, o que causou um certo desânimo. Restabelecido o primitivo entusiasmo, deu-se uma investida que poderia ter sido coroada de melhor êxito se uma bala não prostrasse gloriosamente no campo de batalha, ferindo-o no coração, o 2º sargento Ernesto da Conceição, número 65/512 da Companhia de Guerra de Timor, e que comandava uma boca de fogo B.E.M. 75. Este 2º sargento que com tanto valor se tinha distinguido em outros combates, já na campanha de 1896, já durante esta, terminado o fogo de artilharia, terminado o fogo de artilharia e tendo recebido ordem do chefe do Estado-Maior, de mandar avançar sobre a trincheira, um troço de forças irregulares que abrigadas sob uma grande árvore, ali se achavam há já bastante tempo, como visse cumprida a ordem, e o senhor tenente Borges e o primeiro-sargento Gomes que com alguns moradores de Manatuto e Pico tentavam o assalto à trincheira inimiga, para ali se dirigiu também com alguns moradores, que na ocasião tinham sido mandados de reforço ao senhor tenente Borges como tinha pedido; ali chegado, tão teimosamente se expos a tão curta distância da trincheira inimiga, trezentos a quatrocentos metros, que em breves minutos caía nos braços do senhor tenente Borges, fulminado por uma bala no coração. Imediatamente reanimei o ataque, mandando fazer repetidos toques de avançar, insistindo em novos assaltos, no extremo do flanco direito, enquanto era removido para o hospital de sangue o cadáver do valente segundo sargento, para evitar o desânimo que a morte de um europeu sempre produz entre as forças amigas. O ataque prosseguiu, rompendo de novo a artilharia fogo, contra as posições inimigas, sem que fosse possível levar as forças indígenas a um assalto decisivo à trincheira inimiga, porque apenas lhe caía um homem morto ou ferido, logo recuavam, empenhando-se exclusivamente em defender o morto ou ferido do corte de cabeça, trazendo-o consigo, conforme é dos seus usos e tradições guerreiras, para não cair em poder do inimigo que não lhe perdoaria o corte de cabeça. Em virtude das ordens de S. Ex.^a o Conselheiro Governador sustentou-se o ataque até às cinco horas p.m. Caiu depois das 2,30 p.m. alguma chuva constante, mas miúda. Durante a noite, não houve incidente algum.

Dia 20. Descanso geral às forças da coluna, mantendo-se as guarnições em volta de Leolaco. Foi comunicado aos rebeldes, por ordem de S. Ex.^a o Governador, que a gente do povo que se apresentasse em certo prazo, seria perdoada, podendo desde hoje vir abastecer-se de água à ribeira, desarmada, impondo algumas condições ao régulo de Manu-Fahi para obter perdão e ser reconhecido oficialmente como chefe do reino. A noite decorreu sem novidade alguma.

As guerras em Timor, como se acabou de ver, exigiam um enorme dispêndio de energia e a adoção de precauções especiais. Se as marchas, os estacionamentos e os combates se não

faziam com os cuidados adotados pelos exércitos combatendo na Europa, eram, entretanto, rodeados de complicações desconhecidas à maioria das expedições das outras colónias. Como explicar, pois, a eficiência de tais trabalhos de ocupação, realizados num lapso de tempo relativamente curto, usando de meios tão rudimentares, e contra povos que se sabiam defender?

Quando em todas as outras colónias se tornava necessária a remessa periódica de expedições metropolitanas, a fim de se dominarem revoltas e fazer a ocupação, como conceber a adoção de processos tão diferentes em Timor, com uma população superior à da Guiné, e com tradições não menos belicosas que as dos povos dessa colónia? Essas medidas eram o fruto da concepção dum espírito genialmente organizador e dotado dum tato administrativo como é raro encontrar-se. Celestino valia-se das rivalidades dos diferentes povos para os enfraquecer e dominar. Uma vez não intervinha nas suas lutas senão por baixo de mão, como se depreende das seguintes notas enviadas aos comandantes militares de Aileu e Alas:

“Ao Sr. Comandante militar de Aileu se comunica para os devidos efeitos e por ordem de S. Ex.^a o Governador que é muito provável que o reino de Alas ataque a jurisdição de Tutuluro pertencente a esse Comando: em tal caso deverá V. conservar-se inteiramente estranho, porque ao governo convém que Tutuluro seja derrotado, e a todos os que lhe falarem em tal assunto responderá que o governo nada tem com tal guerra, que são questões entre povos que eles resolverão como entenderem e puderem, mas ao mesmo tempo proibirá, publicando os bandos do costume, que em toda a área do seu comando se venda pólvora e mais munições de guerra, e ensinará aos maiores da sua jurisdição que lhes é inteiramente vedado o interferirem na guerra que se der entre Alas e Tutuluro...” Ao Sr. Comandante militar de Alas se comunica para os devidos efeitos por ordem de S. Ex.^a o Governador e em resposta à sua nota n.º 57 de 26 do corrente, que pode permitir ao Sr. Régulo de Alas que junte os seus arraiais e castigue a jurisdição de Tutuluro pelos latrocínios e crimes a que se refere; mas faça-lhe saber que a guerra não pode prolongar-se além de 20 de Agosto próximo, pois que os arraiais do seu reino deverão estar já reunidos e à disposição do governo depois de tal dia; far-lhe-á também saber que a guerra não pode ser feita como é costume fazê-las em Timor, e que é indispensável que ele coloque a gente de Tutuluro na impossibilidade de inquietar o reino de Alas durante alguns anos. Esse levantamento de arraiais por parte do reino de Alas pode favorecer e encobrir os projetos do governo relativamente a Manu-Fahi, Raimea e Suai. Nesta data se previne o comandante de Aileu para que fique impassível perante a guerra que Alas vai fazer a Tutuluro e que evite que mais gente da sua jurisdição se junte a tal reino, mas V. não tomará alguma ostensiva em tal guerra para que não se diga que é feita pelo Governo, e limitar-se-á particularmente a aconselhar o D. Januário e o D. Félix sobre a maneira de a fazerem, deixando-lhes ver que o Governo não terá dúvidas em lhes emprestar a pólvora que necessitem, responsabilizando-se eles pelo pagamento dela, para os ajudar; nesta

data se dá ordem ao Comandante de Alas para proibir desde já a venda de pólvora na área de toda a sua circunscrição, a que também pertence Tutuluro”.

Estas notas são modelos perfeitos da política indígena habilíssima em que se destacam aspetos fundamentais:

- *enfraquecimento duma tribo à qual se criam dificuldades de municiamento, através da atuação duma outra a que se dão facilidades de toda a espécie, desde o empréstimo de pólvora até aos conselhos militares;*
- *dignificação da função dos chefes indígenas aos quais se refere com cortesia, tratando-os de senhores régulos; existência duma curiosa tradição de valorização dos régulos que adotavam nomes portugueses dignificados pelo uso de dons;*
- *utilização destes dissídios para adormecer desconfianças das tribos que se pensa castigar, fazendo uma mobilização de arraiais a favor do governo disfarçada sob o véu de puras questiúnculas indígenas.*

Quando Celestino se sentia com força, era ele quem como governador organizava a repressão contra tribos mal sujeitas, jogando com os fatores militares e políticos como nunca ninguém fez com tanta habilidade. Não havia combinações políticas de régulos inimigos, que lhe não fossem denunciadas, e para isso muito contribuía o maravilhoso serviço de espionagem exercido pelas suas numerosas amantes indígenas que sendo filhas, mulheres, ou parentes dos chefes lhe comunicavam tudo o que se passava, a começar pelas prepotências e abusos dos comandantes.

Nunca houve um governador nem possivelmente tornará a haver nenhum que com Celestino possa rivalizar em conhecimento dos usos e costumes timores, que estivesse mais ao facto de tudo quanto se passava na colônia que administrava, e que melhor partido soubesse tirar das rivalidades dos povos e das intrigas que promovia entre eles. Por isso a sua ação era sempre oportuna, e fazia-se sentir quando menos os seus inimigos o esperavam.

Quantas e quantas vezes, uma estafeta vinda dos confins da colônia aonde Celestino se encontrava nos seus contínuos deslocamentos, levava a Díli a ordem de concentração para as companhias de moradores, deixando perplexos até os seus mais íntimos, desconhecedores do que se passava! Aquele atlético transmuntano, cuja alma parecia talhada no granito das penedias que o tinham visto nascer, gostava por política e temperamento, de se rodear de mistério, e comprazia-se em correr os riscos de laços romanescos, que ao espírito do Timor selvagem apareciam rodeados de qualquer coisa de sobrenatural. Quantas vezes pelo negrume da noite, o aparecimento repentino e imprevisto da sua figura hercúlea, em plena reunião de régulos conspiradores, fazia cair estes de joelhos implorando o perdão para uma falta, que tão longe estavam de julgar ser suspeitada do “catua”, nome porque designavam o Governador! Quantas vezes o velho vapor Díli levantava ferro com rumo desconhecido levando a bordo o enigmático Governador, e voltava dias depois, com alguns cativos que tinham estado Prestes a revoltar-se e que ao irem a bordo prestar uma fingida homenagem ao “embote” aí ficavam retidos!

Por isso, Celestino da Silva ficou sempre para o indígena, o homem cujos olhos perscrutavam tudo e todos, aquele para quem não havia segredos por mais bem guardados que fossem. Significativo de tal estado de espírito é o episódio de na revolta de 1912, quatro anos após a sua exoneração, os chefes principais terem voltado às avessas o retrato que pendia das paredes da sala dum comando que acabavam de assaltar, a fim de que os seus olhos os não incomodassem nas resoluções que iam tomar!

Terminava uma campanha, e logo se erguiam os muros dum pequeno forte; um comando militar ou posto se estabelecia nele, e os povos das imediações ficavam sob a fiscalização e direção das autoridades que, como dissemos, os obrigavam a abrir caminhos, a construir pontes, a cuidar das suas plantações, a ampliar as zonas culturais, e os impediam de fazer as guerras que tanto tinham sido do seu agrado.

Era um trabalho insano esse, nos intervalos das campanhas, para o qual se tornava necessária uma energia de ferro, de modo a reprimirem-se abusos constantes da autoridade, a canalizar energias num sentido inteiramente novo para os elementos administrativos, e a convencer os régulos a tornarem-se não os espoliadores do seu povo, mas sim os seus dirigentes no novo caminho a trilhar, que era indicado nos seguintes termos:

... “Além disso, sendo a cafeicultura uma importantíssima fonte de riqueza, e indiscutível a natural indolência dos indígenas, é indispensável que os comandos militares incitem o povo ao trabalho e forcem os régulos a cuidarem das plantações existentes improdutivas por falta de granjeio, e a fazerem outras. Se não obrigarmos estes povos ao trabalho, e os não ensinarmos, esta colônia permanecerá ainda por muito tempo no estado de atraso agrícola em que atualmente se encontra. Os régulos são em geral tão indolentes como os homens que governam, mas obedecem logo que se lhes ordena qualquer serviço, embora não seja para o Estado, mas só em proveito deles mesmos. Eu tenho mandado um oficial que tem as aptidões necessárias a diversos reinos, para ordenar a limpeza das plantações de café, bem como o amanho do terreno para novas plantações, e em nenhuma parte ainda, esteve a lutar com a resistência dos povos. Tenho também fornecido, a título de empréstimo, enxadas, alavancas e pás que têm de ser restituídas ou pagas na próxima colheita; só assim poderei conseguir que a cafeicultura se desenvolva e prospere...”

A situação atual (maio de 2006) é bem complexa. JC limitara-se a alertar para a história bélica que toda a gente parecia esquecer ou mesmo desconhecer. Nem as elites nem os jovens alguma vez leram estes episódios que bem retratam a grande nação de tribos timorenses. Os Timorenses são aquele povo “bonzinho” que sofreu a invasão indonésia, cujas crianças em fuga para a montanha durante a noite nem choravam, mas são também estes que aqui se retratam e JC conheceu entre 1973 e 1975. Depois e já é história, em 2007 e 2008, sucedeu-se o que estava previsto, a troca de cadeiras entre

Xanana e Ramos Horta, um atentado mal contado que serviu para matar o renegado Alfredo Reinaldo, um Xanana dissociado da realidade, e um país mais parado que nunca, cheio de desempregados, onde a justiça não funciona e o abismo espreita.

7.2. PORQUE É QUE HÁ GUERRAS TRIBAIS EM TIMOR – II 30 MAIO – 1 de junho 2006

Para entender melhor o que se passou no século XX em Timor, debrucemo-nos mais no livro “Estudos Coloniais nº 2”, Coleção Fórum, “Ocupação e Colonização Branca de Timor” da autoria de Teófilo Duarte, ex-governador de Cabo Verde e de Timor, Vogal do Conselho do Império Colonial da Editora Educação Nacional Lda de 1944.

Em 1929, ano em que deixamos o governo da colónia, além dos trezentos e quarenta funcionários públicos brancos, dos seiscentos e noventa mestiços e dos quatrocentos e sessenta mil indígenas havia uma forte sociedade agrícola e comercial pertencente aos herdeiros do ex-governador Celestino da Silva, dispendo de milhares de hectares ocupados por plantações de café, de borracha, de cacau, de produtos pobres, e incultos. Neles se colhiam cerca de duzentas toneladas de café, quinze de cacau e cinquenta de borracha que eram exportadas para as Índias Holandesas... era dirigida por um português, nove empregados brancos e os restantes indígenas. Uma Sociedade Agrícola, a Companhia de Timor, dispendo de enormes extensões de terrenos quase todos incultos e com dois europeus apenas. Doze plantadores brancos portugueses, cultivando o café de que colhiam uma quantidade insignificante, que para o mais importante dentre elas andava por quatro toneladas. Dois comerciantes que mal podiam concorrer com os restantes chinas e árabes. 85 Deportados da legião vermelha, idos uma não antes da Guiné, para onde tinham sido enviados primitivamente da metrópole. Julgamos que tal situação não se deve ter modificado quase nada, até à data dos lamentáveis acontecimentos que se deram na colónia em 1941, a não ser no referente à existência de deportados, pois aquele número foi posteriormente aumentado com mais umas dezenas, medida essa adotada não por motivos sociais, mas sim políticos... Timor é a colónia portuguesa que se encontra mais afastada da metrópole... Ainda hoje uma viagem normal para aquela nossa colónia da Insulíndia demora quarenta e cinco dias, enquanto para a Guiné se faz em oito, e para Angola em vinte... uma ida a Timor, ainda antes da Guerra [IIª Grande Guerra], representava qualquer coisa de complicado, com a utilização sucessiva de carreiras francesas, inglesas e holandesas, e com demoras de cinco e seis dias em Génova, Singapura, Batávia [Atual Jacarta], Surabaia, etc.. Depois a tradição ligada ao nome de Timor, sinónimo de terra de clima horrível, que matava ou inutilizava fatalmente, o que provinha do desconhecimento quase absoluto do interior que era magnífico; o estado de permanente insubmissão das populações nativas, com as conseqüentes e periódicas chacinas dos raros europeus a quem o dever do ofício impunha a permanência num ou noutro porto afastado da capital; a falta, enfim, de toda a espécie de comodidades próprias duma colónia quase toda por ocupar; tudo isso criava uma lenda em volta de Timor, que fazia com que a colocação ali de qualquer funcionário fosse considerada como o pior castigo que se lhe podia aplicar... A Holanda apesar de ter valorizado intensamente a ilha de Java, habitada por quarenta milhões de malaaios, conservava em estado de desenvolvimento económico bastante primitivo a colossal Sumatra, quase toda por aproveitar, Bornéu e Nova Guiné que passam por terem ainda tribos antropófagas, e dezenas de ilhas naqueles mares, entre as quais a sua metade de Timor, incomparavelmente muito mais atrasada que a nossa.

A característica da obra de Celestino foi a ocupação militar e administrativa. Alguns anos depois, aparece em Timor um homem que fará igualmente um governo brilhante, embora sob outro aspeto: o de fomento. Referimo-nos a Filomeno da Câmara.

Desde a exoneração de Celestino da Silva até à data da publicação do livro (em 1944), foi o único governador de Timor que marcou uma posição de grande relevo, não só devido às circunstâncias que o caracterizavam, como à circunstância fortuita de ter permanecido seis anos à frente da colónia. Logo no início do seu governo, teve de dominar a mais temerosa revolta indígena de que havia memória.

Os chefes timorenses libertos da golilha que a saída de Celestino quebrara, aproveitaram-se do pretexto da elevação do imposto de capitação, para tentarem sacudir o jugo a que mal se podiam acomodar. Um oficial e vários sargentos que permaneciam no interior foram trucidados; a primeira coluna comandada pelo Governador teve um desastre sério em Aituto, vendo-se obrigada a abandonar uma peça de artilharia, vários materiais, e a retirar precipitadamente para Aileu. O pavor em Díli, perto do local do combate foi enorme, pois os factos avolumaram-se de tal modo, que davam o Governador como chacinado, e os rebeldes avançando sobre a capital. A população branca embarcou no vapor “Dili”, num salve-se quem puder, e só a comunicação telefónica do próprio Filomeno conseguiu fazer desaparecer a atmosfera que uma notícia intempestiva e falsa criara. A chegada, porém, de algumas companhias de soldados africanos e da Índia, fez entrar as coisas num caminho favorável para as nossas armas, e assim é que, após seis meses de luta intensa, Manu-Fahi, o eterno fulcro de rebeliões, o histórico ninho de rebeldias foi batido e obrigado a submeter-se, sendo a mortandade tão grande, e a lição de tal maneira dura, que ela lhe serviu até agora.

Apenas Oecússi se manteve rebelde e foi dominado no ano seguinte, após uma campanha rápida e sem grandes lances. Foi nesta guerra que Filomeno se viu obrigado a desenvolver uma energia formidável, para neutralizar incompetências, pusilanimidades e más vontades, que se criou a fama de bárbaro e de homem de pelos no coração. Ele não só consentira às tribos que combatiam a favor do governo, a sua usança tradicional de decapitarem os vencidos, mas inclusivamente iniciara a cerimónia adstrita ao canto de guerra Timor, dando o histórico pontapé num dos crânios que se encontravam numa lúgubre pira, no campo de batalha.

O indígena nas suas guerras não prescindia de exercer o direito que lhe vinha de costumes seculares, de cortar as cabeças dos desgraçados que no ardor da luta lhe vinham às mãos, de com elas formar um trágico amontoado perante o qual entoava o “lorçá”, hino guerreiro que, ao branco, causa calafrios; e de as correr em seguida a pontapé. O valor e a fama de cada guerreiro avaliavam-se entre eles, pelo número de crânios que tinham suspenso à porta da sua palhota; e os milhares de vozes que num soturno e lúgubre concerto infernal entoavam a célebre canção de guerra, série infinda de insultos para os vencidos, certamente exerciam na sensibilidade efetiva do Timor, a mesma impressão que os nossos cânticos patrióticos têm sobre nós. Filomeno no início da campanha tentou coibir tal usança, mas ao ver-se na perspectiva de ser abandonado pelos seus arraiais, irritados com a proibição de raziarem, roubarem e massacrarem, não teve remédio senão condescender com tais costumes.

Por isso, ele foi alvo, na metrópole, convulsionada pelas ideias de falsos humanitarismos que nela imperavam após 1910, de verrinosas campanhas dos seus inimigos políticos e pessoais. Mas aquela tormenta passou, e Filomeno pode-se lançar rasgadamente na execução dum longo plano de fomento, que pena foi não ser seguido pelos governadores que lhe sucederam. As ideias de Celestino sobre a necessidade de expansão da cultura do café, foram postas em prática, duma maneira ampla e colossal. Adotando o princípio de cultura forçada, executada em Java por Van den Bosch, e que em vinte anos faria passar a produção, de duzentos e cinquenta mil picos, no valor de cinco milhões e quinhentos e cinquenta mil florins, para um milhão e oitenta e dois mil picos, valendo trinta milhões de florins, Filomeno afastou-se, porém, dos pormenores que aos olhos do mundo civilizado tinham merecido ao governo holandês, os ápodos de sistema espoliador e ressuscitador dos velhos tempos da escravidão.

Enviveiram-se milhões de pés de café durante os últimos quatro anos do seu governo; fizeram-se transplantações colossais dos mesmos, para matas que hoje são a riqueza de inúmeros povos; experimentou-se a sua adaptação a terrenos no resto da colónia em que ele era desconhecido, umas vezes com êxito e outras sem ele, como no “Mundo Perdido” de Viqueque. Houve a fúria do café, e todo o comandante militar ou de posto fazia consistir o seu melhor título de funcionário cumpridor, executando viveiros e plantações o mais gigantescos possíveis.

Outrotanto se deu com a cultura do coqueiro, e a tudo presidia Filomeno, sem um agrónomo, sem um prático sequer, estudando, escrevendo artigos doutrinários, discutindo e rebatendo pontos de vista às vezes meramente técnicos. Sem exagero se pode ainda dizer que o governador palmilhou a colónia, e onde quer que houvesse uma mata a aproveitar e a encher de café, aonde quer que lhe dissessem ser apropriado o terreno para um palmar, era certa a sua presença.

Por isso, passados dez anos, as estatísticas aduaneiras registaram o fruto de tal labor, traduzido num aumento de exportação de cinquenta por cento em relação às quantidades anteriores, e assim é que, se a riqueza da colónia aumentou em tão larguíssimas proporções, a Filomeno o ficou devendo. A produção não correspondeu ao que se disse ter-se plantado? Os coqueiros produzem ali não aos sete anos, como se escreveu, mas sim aos catorze? Muitas plantações morreram por terem sido feitas em terrenos calcários e por conseguinte impróprios? Foi infeliz a ideia das plantações comunais, partilhadas entre o Estado e indígenas, por inculcarem no espírito destes a ideia de que elas eram do governo, só as tratando obrigados, e abandonando-as logo que lho permitiam?

É certo que em todas estas observações há uma grande parte de verdade, e que tais circunstâncias fizeram com que logo após a sua exoneração se perdessem as plantações mais recentes por falta de cuidados; que o tratamento das antigas fosse muito descuidado, e que o produto das novas passasse a ser umas vezes o quinhão mais ou menos integral dos povos, e outras o exclusivo dos chefes, conforme a maior ou menos consciência destes, e a fiscalização mais ou menos intensa dos comandos.

Por isso, o resultado da sua obra que teria sido colossal, se Filomeno tem permanecido mais meia dúzia de anos à frente de Timor, ou se os seus sucessores a tivessem tratado com carinho, foi de frutos relativamente modestos para o esforço desenvolvido, e teria sido de efeitos quase nulos, se ele, à semelhança do que sucede com quase todos os governadores, ali tivesse permanecido apenas os dois anos que eram então da praxe. Entretanto Filomeno foi o único administrador a valer que a colónia teve nos últimos trinta anos, e as deficiências apontadas não conseguem empanar o brilho duma obra que há de ficar sempre considerada extraordinária.

Nunca em Timor se trabalhou com tanto entusiasmo e tenacidade, e nunca tanta charrua arrou os campos até então virgens; e estes trabalhos conjugados com outros pertencentes a diversos ramos de atividade económica e social, tais como a criação da Caixa Económica, a reforma do ensino, etc., constituem um honroso programa de realizações para qualquer governador.

Filomeno teve sempre uma predileção especial pela atuação económica do indígena, nunca tendo dado importância de maior às possibilidades de povoamento europeu. Ou porque as dificuldades com que deparava para a vinda de colonos se lhe antolhassem irremovíveis, a avaliar pelo insucesso das negociações entabuladas para a fixação de açorianos residentes em Hawai que chegaram a mandar a Timor um seu delegado a estudar o caso, ou por quaisquer outras razões, o certo é que ele nunca esboçou qualquer iniciativa no sentido de intensificar a política iniciada por Celestino, e durante o seu governo nenhum outro colono aportou a Timor.

Entretanto, a proteção dispensada às atividades brancas colonizadoras instaladas por Celestino através da companhia a que já nos referimos, fizeram com que as más vontades que ameaçavam a existência do incipiente núcleo branco existente não fossem por diante. Assim, tal companhia foi singrando através dos anos, constituindo um elemento de progresso na colónia, devido às suas iniciativas em montar oficinas de descasque de café, de melhorar a sua preparação, de tratar culturas desconhecidas como o cacau e a borracha, e de concorrer como china e o árabe nas transações comerciais. Aquela companhia é o único elemento económico branco nacional de valor na colónia, e mesmo os outros que se ali foram instalando, saíram dos seus empregados, os quais se foram fazendo, um pouco, mercê das facilidades por ela dadas.

As próprias numerosas concessões de terrenos feitas no seu tempo a funcionários redundaram quase todas em insucessos, em virtude destes as não poderem dirigir pessoalmente, por causa dos seus afazeres profissionais.

Filomeno, como não podia deixar de ser, teve a sorte de todos os governadores que marcam situações de excepcionai relevo, e por isso à semelhança do que sucedera com Celestino, deixou o governo da colónia, mercê do trabalho de sapa que os seus inimigos realizaram junto de qualquer mediocridade governamental, que os acasos da política tinham feito passar pelo ministério das colónias. Assim, Timor viu perdidas as largas possibilidades de valorização que lhe poderia ter valido a manutenção daquele homem de governo em tal posto. Os anos passaram e nem os boletins oficiais nem a tradição apontam a efetivação de medidas de grande relevo no referente ao desenvolvimento económico da colónia, principalmente no aspeto do povoamento branco...

Apenas em 1927 o “Boletim Oficial” publica uma série de disposições legislativas que, integradas num plano de conjunto, visam robustecer as incipientes atividades económicas existentes. A política de Celestino e de Filomeno das culturas feitas pelo indígena, do café, da copra, do tabaco, do sândalo, do chá e da borracha, receberam um incremento enorme. Ele é traduzido na execução de viveiros monstros, totalizando 26 milhões de pés de café, de cem mil cocos, de um milhão de árvores, borracha, etc.

Em lugar, porém, de se repetir o processo de Filomeno, da criação de plantações comunais, envereda-se pela distribuição individual de centos ou de milhares de plantas a cada indígena, que as transplantará para os seus terrenos, ficando delas proprietário. Ao mesmo tempo o incremento dado às culturas pobres do milho e do arroz, faz com que os preços destes artigos se vendam a preços excecionalmente baixo em relação aos anos anteriores, tal é a sua abundância.

Apesar da balança comercial de Timor acusar nos últimos anos, um saldo positivo, a saída porém de numerário para pagamento de fretes, juros de capitais, transferências, etc., faz com que a sua balança econômica seja bastante desfavorável, donde resulta que a situação da Colônia é medíocre e está longe da prosperidade que os seus recursos lhe permitem atingir...

Timor desde sempre que vem vivendo de subvenções e empréstimos, ora da Metrópole ora de outras colônias, donde se vê que tanto no antigo regime de centralização administrativa como no moderno de autonomia, as mesmas dificuldades têm-se repetido sincronicamente, criando uma atmosfera de asfixia intolerável....

As perspectivas de aproveitamento e da fixação como colonos, de alguns elementos locais, foram ampliadas, mercê de circunstâncias fortuitas, por outras de colonização branca, de características mais ou menos penais. A metrópole ia enviar como deportados oitenta e cinco filiados da célebre Legião Vermelha, que durante anos tinha trazido o país aterrado com as suas bombas, com os seus tiros, com as suas violências enfim contra autoridades e figuras em destaque no comércio, na indústria e nas profissões conservadoras... e embora a matéria-prima não fosse a ideal para trabalhos de colonização, resolve-se tentar a chance do aproveitamento de alguns desses elementos. Uma dúzia deles que se conseguisse fazer vingar como colonos, numa colônia em que, como dissemos, apenas existiam doze, já era interessante...

Além do estado de abatimento físico e moral em que chegavam, e de virem desprevenidos de quaisquer meios financeiros, eles não conheciam o meio, e a sua quase totalidade não fazia a menor ideia do que fosse a agricultura.

Organizada, pois, uma lista das suas profissões providenciou-se da seguinte maneira: levantou-se-lhes o moral, pondo-os em liberdade, dias após a sua chegada, prometendo aqueles que se comportassem corretamente, toda a espécie de ajudas para ganharem a sua vida, e fazendo surgir na sua mente a perspectiva de virem a ser colonos pura e simplesmente, em lugar de deportados sujeitos a um severo regime de vigilância e repressão. Cuidou-se do seu revigoramento físico fortemente abalado por uma longa e depressiva viagem por mar, fornecendo-se-lhes uma habitação razoável, mosquiteiros, quinino e roupas de que todos eles vinham bem necessitados. Empregou-se cada um conforme as suas aptidões ou as possibilidades de trabalho que oferecia a colônia, de modo a que o subsídio mensal que lhes foi atribuído – dois terços do vencimento dum soldado branco -, lhes pudesse ser retirado dentro dum prazo relativamente curto, a fim de que eles se não convencessem de que tinham vindo na situação de funcionários, embora modestos, do Estado...

Durante um ano que com eles lidamos, nunca constituíram, para nós, qualquer grave preocupação. É que apesar das draconianas e tremendas instruções dadas às autoridades, no sentido de reprimirem pela força, desmandos que fizessem perigar o sossego público, o que era do conhecimento dos deportados, e que até certo ponto contribuíram para que mantivessem sempre uma linha de conduta razoável, todos eles tinham o sentimento de generosidade com que eram tratados, eles, pobres farrapos humanos para quem a visão infernal de Timor constituía um pesadelo durante a viagem...

Trechos da carta da mãe dum deportado, Maria Viegas (Carrascalão), enviada ao “Diário de Lisboa”

“Oxalá que a obra do Sr. Teófilo Duarte no referente aos deportados seja seguida pelo seu sucessor, fornecendo-lhes créditos por um fundo de colonização...Oxalá que seja seguido esse exemplo que minorou muitas lágrimas e sofrimentos físicos e morais.”

... A substituição do governador levou o seu substituto a não querer continuar com um sistema em que o Governo central lhe podia pedir severas contas, pelo menos no aspeto do reembolso de capitais, visto que os mencionados financiamentos se vinham fazendo à margem de qualquer autorização ministerial, pois o Governo central sempre se desinteressara da sorte dos indivíduos em questão. Despejou-os para Timor, e o governador que se arranjasse como pudesse, não lhe dando quaisquer instruções sobre o regime de liberdade ou de reclusão que haveria a adotar, sobre subsídios para alimentação e vestuário, sobre competência disciplinar a exercer.

Não há que culpar o novo governador da criação da nova situação, visto que ao Governo central cabe apenas a culpa de nunca ter encarado a valer o problema. Por isso, a suspensão das regalias provocou o estiolamento das incipientes atividades que vinham de há apenas um ano. Os deportados passaram a viver miseravelmente do subsídio de alimentação que lhes fora fixado, a envolverem-se em desordens, e a morrerem lentamente, devido ao clima, à inércia e ao esgotamento físico e moral provenientes duma vida desregrada e sem objetivos.

Poucos foram os que conseguiram singrar. Algumas centenas de crianças mulatas devem ser a única reminiscência que daqui a anos se encontre da estadia daqueles oitenta e cinco deportados da Legião Vermelha. Anos depois (1931), nova leva de deportados chega a Timor, mas desta vez não eram eles simples operários bombistas, mas sim gente de entre a qual se destacavam figuras do maior relevo na política portuguesa. Antigos ministros como Helder Ribeiro e Utra Machado, acamaradavam com estudantes das escolas superiores, com funcionários categorizados, com muita gente, enfim, exercendo profissões de bastante tomo. Embora não se pudesse contar com a maioria de tais elementos para ali se fixarem, visto que eles não perdiam a esperança de que uma reviravolta política os pudesse restituir ao país, não há dúvida que muitos se poderiam aproveitar, embora a título provisório, e que de entre estes, bastantes se poderiam deixar seduzir com novas perspectivas de vida, quando se desiludissem da queda da atual situação política.

Porém, também desta vez o problema não foi encarado pela metrópole e por isso, eles por lá por lá continuaram vegetando, vivendo do magro subsídio governamental e pouco fazendo de útil para si ou para a colónia, em comparação do que se teria podido conseguir. Mais uns centos de mulatitos a acrescentar aos provenientes dos legionários, deverá ser também o principal resultado do balanço dado à permanência de tantos elementos brancos em Timor, que pela primeira vez, desde que é portuguesa, viu um tão numeroso contingente de metropolitanos, o que lhe teria permitido sair da deficiente situação em que se encontrava, no referente principalmente à colonização portuguesa. Entretanto dos quarenta que não foram amnistiados e que lá ficaram, alguns foram singrando como se verifica da seguinte relação, porventura incompleta, e que mostra, se a

conjugarmos com as mencionadas quando tratamos dos reformados e dos deportados sociais, o que se poderia ter conseguido...

O Dr. Leal Brandão, dedicou-se à profissão de advogado, José Moreira Júnior à de solicitador, 1º sargento Granadeiro a de professor particular; Álvaro Freire meteu-se a dirigir uma fábrica de tijolo em Balide, José Horta (pai de Ramos Horta) fez-se comerciante (como membro dum grupo progressista apoderara-se de uma canhoneira portuguesa para com ela tomar parte na guerra civil em Espanha contra Franco), Costa Alves, idem... (seguem-se mais 14 nomes)... é pouco, mas verdade seja, que o holandês no seu Timor, ainda tem menos brancos!

Vejamos como é tratado este capítulo - aqui descrito por um ex-governador português – num livro em inglês do Dr. John G. Taylor, sociólogo em Inglaterra e autor do livro “Indonesia’s Forgotten War, the hidden history of East Timor” publicado pela Zed Books e Pluto Press Austrália em 1991 pp. 11-13: (traduzidos pelo autor)

Entre 1884 e 1890, organizou-se um programa de construção de estradas usando trabalho escravo. Em 1889 criou-se uma companhia a SAPTA (Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho) que introduziu plantações de café em Ermera, no noroeste. A partir de 1908 uma taxa individual foi aplicada a todos os indivíduos Timorenses de idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos. A única forma de as famílias de camponeses pagarem esta taxa era através da produção e venda de bens nos mercados para além dos que criavam para consumo próprio e subsistência. De 1911 a 1917 foi introduzida uma nova taxa sobre a produção de copra. A introdução destas medidas, em especial a utilização de trabalho escravo criou um grande ressentimento entre os timorenses. Houve reinos que se uniram sob a liderança dum “Liurai” do distrito de Manu-Fahi (Same) chamado Dom Boaventura. A rebelião durou dezasseis anos culminando numa revolta que abarcou toda a colónia durante dois anos, de 1910 a 1912. Os portugueses foram forçados a trazer tropas de Moçambique e uma lancha canhoneira de Macau. As forças de Dom Boaventura foram destroçadas em agosto de 1912. Um jornal australiano, o Angus de Melbourne escrevia que mais de três mil timorenses foram mortos e quatro mil capturados...

Com a resistência esmorecida, os Portugueses introduziram a sua política para minar o sistema tradicional de alianças políticas entre tribos e famílias. A posição dos liurais foi enfraquecida pela abolição dos seus Reinados. A colónia foi dividida em unidades administrativas, numa forma geral baseadas em “sucos” (uma espécie de principados). Um pouco do poder administrativo foi assim entregue à unidade abaixo do reino na hierarquia indígena. Isto veio dar novos poderes aos chefes de suco, embora a sua eleição como administradores estivesse sujeita à aprovação dos portugueses. Os portugueses criaram duas novas circunscrições administrativas: o posto que abarcava vários sucos e o concelho que controlava os postos através dum administrador português. Desta forma, os portugueses tentavam substituir o sistema político timorense com uma estrutura e hierarquia independente das alianças tribais e de reinos. O essencial desta campanha de “pacificação” era a tentativa de destruição dum aspeto crucial do sistema social de Timor, cuja reprodução limitava a influência do controlo português. Idênticas campanhas de pacificação ocorriam neste período na metade holandesa da ilha. Foi após esta “pacificação” que se chegou à Sentença Arbitral acordada em 1913 e firmada em 1915 sobre as fronteiras. ...

Embora os reinos fossem abolidos formalmente as ideologias legitimando a hierarquia política tradicional e os rituais de intercâmbio foram mantidos. Os chefes de suco tinham de garantir o apoio dos liurais, desta forma os dois sistemas acabavam por coexistir. Um sancionado através da coerção e uso de força e o outro por uma forte tradição cultural. Quando os dois sistemas se tocavam a nível de chefe de suco ou de aldeia, a tradição timorense dava alguma legitimidade à hierarquia colonial, mas, de facto, ambos coexistiam numa trégua nem sempre fácil. O estado Novo de António Salazar estabelecido após o golpe militar de 1926 começou a formalizar a missão civilizacional dos portugueses nas suas colónias através da criação duma nova relação institucional entre estas e a metrópole. O Ato Colonial de 1930 centralizava o poder político sobre as colónias, colocando-as sob a direta dependência de Lisboa. Assembleias ou Conselhos Legislativos foram criados para representar os interesses coloniais locais das elites: a administração, a igreja, os donos de plantações e o exército. Os seus poderes eram, porém, limitados e limitavam-se a consultas com o governador duas vezes ao ano. Mas mais importante para o futuro de Timor era a criação através dessa lei de duas categorias de pessoas: os indígenas (nativos não assimilados) e os não-indígenas incluindo mestiços e assimilados (nativos assimilados). Para se obter este estatuto de assimilado e a sua correspondente nacionalidade portuguesa um Timorense tinha de falar a língua e ganhar o suficiente para manter a sua família além de ter de provar que tinha um bom carácter. Este critério era dispensado para aqueles que trabalhavam na administração e no comércio. Ao contrário da maioria da população, os assimilados podiam votar nas eleições para a Assembleia Nacional e para os órgãos legislativos locais. Esta distinção entre indígenas e não-indígenas e uma limitada admissão de timorenses para o sistema político colonial português teria uma importante ação na criação duma elite política indígena durante o período pós-guerra e durante a luta pela independência.

Por seu lado, Geoffrey C. Gunn, “Timor Loro Sae 500 anos” ed. Livros do Oriente afirma (pp. 16-17, 176-189):

Na verdade, o carácter excecional e ritualizado que a guerra assume em Timor – o Funu timorense – foi reconhecido por autores portugueses como o governador Afonso de Castro, que na década de 1860 escrevia “... as rebeliões em Timor têm sido sucessivas, podendo dizer-se que a revolta é ali o estado normal e a tranquilidade o excecional”. É de assinalar que, um ano após o Tratado de Lisboa de 1859, a colónia foi dividida em dez distritos pelo governador Afonso de Castro. Com esta finalidade foram estabelecidos, inicialmente, dez e depois onze comandos militares para gerirem os distritos...

Em 1861, quase imediatamente após entrar em vigor a nova reorganização de Afonso de Castro, os pequenos reinos de Lacló e Ulmera, ambos perto de Díli revoltaram-se. O governador Castro enfrentou esta rebelião pela força. Acontece também que, graças à tendência de Castro para registar os factos corretamente, a revolta de 1861 é uma das mais bem documentadas, embora seja também verdade que, no que se refere às causas, ele é menos explícito. ... (em março 1861) soube-se em Díli que havia movimentos de preparação de guerra no reino de Lacló, situado a cerca de 40 km a leste de Díli, dominando as comunicações estratégicas entre a capital e Manatuto. ... Cabreira, um soldado veterano na colónia ... foi enviado a Manatuto para ali estabelecer a base das operações contra Lacló, enquanto o governador tentava levar o reino leal de Liquiçá a marchar contra Ulmera, o principal centro da insurreição, localizado a cerca de 15 km a oeste de Díli. Mas mesmo quando

cabreira se instalou em Manatuto, um mês e meio mais tarde, apenas podia confiar nas forças de Vemasse. As simpatias de Manatuto iam para Lacló e, a oeste, um certo número de reinos – incluindo, em particular, Maubara, recentemente recuperado aos Holandeses – fizeram causa comum com Ulmera. A 10 de Junho o governador declarou o estado de emergência em Díli e distribuiu armas aos cidadãos enquanto preparava a defesa da cidade. A situação era tão grave que até mesmo o capitão China foi convocado para “armar todos os chineses, seus filhos e os escravos”. O governador podia contar também com o apoio de 40 “fundus”, ou soldados indianos, exilados em Timor em consequência da sua deserção das forças armadas britânicas depois da Revolta dos Cipaios em 1857. Embora Castro tenha tomado a precaução de pedir reforços a Goa, em tropas e mantimentos, sabia que estes demorariam a chegar. A batalha contra Lacló, que se iniciou em abril, não terminou senão a 26 de agosto, depois de uma série de ataques efetuados pelas forças coloniais e de uma continuada guerrilha por parte de Lacló. Embora o regente de Lacló tenha pedido a paz, Castro quis fazer um exemplo desta rebelião, reduzindo o acampamento a cinzas e dando carta-branca aos seus auxiliares para queimar, pilhar e caçar cabeças. Em junho 1863, Laga, na região de Macassae, revoltou-se ...Mais tarde foi a vez de Fatumasi se revoltar e de, por sua vez, ser dominado com as forças coloniais auxiliadas pelo régulo de Ermera...Em agosto de 1867, o povo de Vemasse, um reino na costa nordeste que incluía Laga, na região de Macassae revoltou-se contra Laleia, sitiando-a. O governador com uma força de soldados regulares e “guardas” fornecidos pelos reinos amigos de Motael, Hera; Lacló e Manatuto rompeu o cerco e acabou com a situação...Naquilo que foi descrito num relatório oficial português como uma revolta contra os impostos, o reino de Lerman, sob o comando militar de Maubara e de idioma Kémak revoltou-se contra a autoridade portuguesa ...Em 1868 os portugueses enviaram uma força militar a Sanir cujo rei se recusava a pagar impostos. Os Sanor também de língua Kémak eram tributários de Balibó e estavam sob o comando militar de Batugadé...Em Cova, a revolta estava, evidentemente, a fermentar havia vários anos... o forte de Batugadé, localizado nos domínios de Cova foi transformado em quartel-general das operações militares...No mesmo mês as forças portuguesas foram obrigadas a bater em retirada para a segurança de Batugadé ... o governador enviou duas Howitzer e duas peças de artilharia de campanha e um reforço de 1 200 homens, entre “moradores” leais e a gente dos reinos de Batik, Laleia, Ermera, Cailaco e Alas... um mês mais tarde a operação foi declarada “inacabada”. Forças adicionais vindas de Oecússi, Ambeno, Cailaco e Ermera reuniram em Batugadé... em maio de 1871, o então governador João Clímaco de Carvalho, chegou a Batugadé com um grande séquito para um encontro com a Rainha de Cova e com a Rainha de Balibó..., mas a Rainha de Cova não compareceu... foi só em princípios de 1881 que o governador pode informar categoricamente Macau que o reino de Cova se tinha “submetido” à autoridade portuguesa. Em 1887, o infortunado governador Alfredo de Lacerda e Maia foi assassinado por um grupo de “moradores” numa emboscada na estrada de Díli para Lahane... este assassinio marcou o início de uma insurreição dirigida conjuntamente por diversos liurais chefiados por D. Duarte e seu filho D. Boaventura de Manu-Fahi. A revolta de Maubara teve início em 1893 durante o mandato do governador Cipriano Forjaz, atacando os postos de Dare e Fatuboro e oferecendo o território capturado aos Holandeses...De 1893 a 1896 houve várias rebeliões em Lamaquitos, Agassa, Volguno, Luor-Bote, Fatumane, Fohorem, Lalaba, Cassabau, Calalo, Obulo, Marbo, Manu-Fahi que se consubstanciaram sob o governo de Celestino da Silva (1894-1908) em termos de vassalagem para os reinos rebeldes de Maubara (1893), Hera e Dailor (1894), Fatumane (1895) e Buibau e Luca (1896), Manu-Fahi resistiu até 1900 depois de ter estado a ser atacado por três frentes por forças coloniais e mais de 12 mil timorenses. Em 1902 houve insurreições em Letefoho, depois foi Aileu (1903),

*Quelicai (1904) e novamente Manu-Fahi em 1907. Deve notar-se que nem toda a guerrilha em Timor era anticolonial, dadas as raízes de hostilidade histórica, os conflitos de fronteiras e comerciais (agrícolas ou de gado). Depois de 1911 a 1912 de novo Manu-Fahi chefiada por Dom Boaventura. Curiosamente a 8 dezembro 1911 no Suai foi toda a população evacuada incluindo prospectores de petróleo ingleses (Pélissier, René, *Timor en guerre: Le Crocodile et les Portugais 1847-1913*” Pélissier, Orgeval, France, 1996, pp. 257-258). Mais tarde Decreto 30:004 de 27 de outubro de 1939 seria criada a Companhia Ultramarina de Petróleos para pesquisar jazidas de petróleo a oriente do meridiano 125° 50' E GW.*

Ainda Geoffrey C. Gunn afirma

*“... a pacificação colonial da guerra de Manu-Fahi ou das várias revoltas de 1894-1901, 1907-1908 e 1910-1913, causou a perda de 90 000 vidas. As célebres companhias de moradores tiveram a sua última participação em guerra no ano de 1912, e foram reabilitados simbolicamente em 1937 no consulado do governador Álvaro Fontoura que os deixava desfilar nos seus bizarros fardamentos (Fontoura, A., 1942, *O Trabalho dos indígenas de Timor*, ed. Agência Geral das Colónias, pp. 105-107), armados de paus em forma de espingarda, coberturas coloridas e penas na cabeça e uma minúscula bandeirinha verde-rubra presa a estas hipotéticas espingardas. O comandante empunhava geralmente uma espada curva a que chamam espada de Macassar. Nalguns regulados os moradores organizaram pequenas formações de cavaleiros-lanceiros usando as lanças embandeiradas. Aproveitou-se este entusiasmo para organizar as forças voluntárias de moradores e estabeleceu-se a sua colaboração com as forças militares da colónia como estava naturalmente indicado; mas essa organização requeria um prévio e demorado estudo de cada regulado para não se ir destruir a hierarquia indígena evitando também reacender rivalidades muito antigas entre regulados de que ainda existem sinais palpáveis.*

Por seu turno James Dunn (*Timor: A people betrayed*, Jacaranda Press, 1983, pp. 19-20) afirma:

“... Em 1893 a revolta de Maubara, um dos mais importantes reinos nativos a ocidente de Díli, foi a primeira duma série de rebeliões que devastaram muito do setor económico da colónia. Assim quando o governador Celestino da Silva tomou posse em 1894 a sua colónia estava num estado lastimável. Foi recebido com uma ampla rebelião, guerra intertribais, depressão económica e anarquia. Nalgumas áreas a agricultura tinha sido totalmente abandonada e a produção anual de café, sempre o índice da prosperidade de Timor, tinha baixado para 800 toneladas. Em 1895, depois de duas campanhas contra os rebeldes e um sucesso reduzido, Celestino da Silva montou um exército de 28 europeus e mais de 12 mil outras tropas, na sua maior parte guerreiros timorenses, fornecidos pelos liurais, e foi tentar aniquilar aquilo que se tornara numa imensa revolta liderada por Dom Boaventura de Same. Seguiram-se meses de intensas lutas, e massacres de ambos os lados, antes do governador poder clamar vitória e começar a reestruturar a sua administração civil e militar. Como resultado destas vitórias militares, Timor tornou-se independente da autoridade da colónia portuguesa de Macau e o governador passou a ser diretamente responsável perante o governo central em Lisboa. Mas a resistência estava longe de ter esmorecido, e por mais de uma vez, pegou em armas contra as forças portuguesas. No início

de 1912 uma imensa campanha contra Dom Boaventura na área de Same causou a morte, de acordo com os próprios portugueses, de 3424 rebeldes e ferimentos em 12567, com 289 baixas portuguesas e 600 feridos. Aos olhos dos portugueses, o governador Celestino da Silva foi um dos melhores governadores de Timor. Decerto que ele foi um dos grandes responsáveis pela “pacificação” de Timor numa longa campanha prosseguida sem mercê durante um período de doze anos, mas o custo em sofrimento humano foi enorme. Nos períodos de paz melhorou a administração criando 11 distritos militares de comando e 48 postos militares. É-lhe igualmente atribuído o crédito pela melhoria substancial da produção agrícola, introdução de novas colheitas e melhoria das técnicas agrícolas, mas tais melhorias visavam beneficiar sobretudo os portugueses e os mestiços (Celestino foi um dos fundadores da SAPT) muitos dos quais se tornaram prósperos cultivadores, e beneficiou ainda os chineses que já se estavam a notabilizar como mercadores e intermediários na colónia. Até à invasão japonesa de Timor durante a guerra não se registaram mais rebeliões tribais. A colónia dividida em nove concelhos passou a ter treze compostos por 60 Postos Administrativos e uma Câmara Municipal (Díli). As circunscrições eram chefiadas por um Administrador e dividiam-se em postos, liderados por um chefe de posto, subdivididas em sucos (grupos de aldeias) com um chefe de suco, e mais adiante estavam as povoações também com um chefe embora este fosse honorífico. Os chefes de posto podiam ser recrutados localmente, mas os administradores tinham de ser de carreira.

A última revolta ocorreu em 1959. JC escrevia em “Timor-Leste o dossier secreto 1973-1975”

“Se as tropas aliadas tivessem deixado Timor neutral, pode ser que 60 mil timorenses tivessem sobrevivido à brutal invasão japonesa e aos bombardeamentos aliados. Depois do Armistício, a Administração Portuguesa escolhe como novos “Régulos” pessoas nas quais poderia confiar, embora, a maioria, carecesse de legitimidade real capaz de os impor às tribos e comunidades locais. A administração portuguesa continua a utilizar os mesmos métodos brutais e de trabalhos forçados com que experimentara antes da Guerra eclodir. Isto provoca a infame rebelião de 1959 em Uato-Lari (na costa leste) em que milhares de guerreiros indígenas marcham para lutarem contra os Portugueses.

Para alguns historiadores a rebelião foi provocada por agitadores indonésios, mas não deixou sombras de dúvida que se tratava de uma situação temível.

Eventualmente uma “Bére – Bi (mulher timorense)” trai o seu próprio povo e lança o alarme no Sporting, um clube em Díli (Filipe Themudo Barata, ex governador 1959-1963, em ‘Timor Contemporâneo’, ed. Equilíbrio Editorial, Lisboa 1998, apresenta a versão oficial da rebelião, que difere desta, e que ocorreu enquanto ele estava em trânsito para tomar posse como Governador). Reforços são imediatamente enviados de Goa (uma então colónia portuguesa na Índia) e acaba por não se derramar sangue. Centenas de patriotas timorenses são deportados para as colónias de Moçambique, Angola, Cabo Verde, e S. Tomé e Príncipe. Para o povo de Timor-Leste a guerra só voltará 16 anos mais tarde. Entre 1945 e junho 1974, o governo indonésio cumprindo as leis internacionais assevera nas Nações Unidas e fora dela ‘não ter ambições territoriais sobre o território de Timor’. Em 1960, Timor era considerado um território não autónomo sob administração portuguesa de acordo com a

Resolução 1514 (XV) de 14 dezembro 1960. Entre 1962 e até 1973, a Assembleia Geral da ONU aprova várias Resoluções que apoiam o direito à autodeterminação de Timor-Leste e das restantes colónias portuguesas, eufemisticamente denominadas Províncias Ultramarinas, em sintonia com a França que designava os seus territórios coloniais como ‘Territoires d’outre Mer’. A rebelião começou a 7 de junho de 1959 na povoação de Uato-Lari e estendeu-se até Viqueque e de acordo com Bruce Juddery do Camberra Times combinava elementos anticoloniais, antiportugueses e tribais. O governador português exacerbou os ânimos ao formar uma milícia em Lospalos na ponta leste a fim de combater a rebelião. Numa semana morreram entre 500 a mil pessoas. Segundo Juddery a Indonésia tinha infiltrado oficiais seus meses antes para semear sentimentos dissidentes no litoral norte até Baucau. Bill Nicoll (The stillborn nation, Visa, Melbourne, 1978) explica que os indonésios eram dissidentes da Permesta (rebelião das ilhas exteriores da Indonésia, Molucas do Sul), apoiados pela CIA para lançarem uma guerra secessionista mais ampla na Indonésia. Aparentemente não tinham o apoio de Jacarta embora o cônsul indonésio fosse demitido em 3 junho 1959. Os indonésios tinham obtido asilo português, mas foram expulsos enquanto os dirigentes locais do movimento de Uato-Lari foram deportados para Angola e só foram autorizados a regressar a Timor em 1968. [Chrys Chrystello op. cit.]

Nesse ano abriu a delegação da PIDE em Díli que além de vigiar timorenses também se preocupava com a Timor Oil Company e ameaças dos sindicalistas australianos. Abílio de Araújo liga a PIDE a uma resposta à insurreição de junho 1959. Nesse ano, a equivalente australiana, ASIS (Australian Secret Intelligence Service) abre uma delegação em Díli. A comunidade árabe de Timor situava-se em Alor, a oeste de Díli, e quando tenta naturalizar-se indonésia no Consulado em Díli, os portugueses ofereceram-lhe a nacionalidade portuguesa (Kompas, 15 agosto 1977). Já Themudo Barata (Timor Contemporâneo’, Lisboa 1998) narra assim a sublevação:

“As primeiras notícias de que algo de preocupante se passa no leste chegam ao administrador de Baucau nos primeiros dias de junho, através duma informação do encarregado do posto de Baguia: dois dos indonésios de Viqueque ter-se-iam reunido com alguns chefes nativos de Uato-Lari e Uato-Carbau para planear uma revolta. As reuniões efetuaram-se de noite e naqueles próprios postos. ...

Nesse mesmo dia o administrador de Baucau é instruído para “ter os indonésios preparados para, se necessário, serem transportados para Díli. O Administrador – então em Díli – transmite estas instruções para Baucau, com o pedido de as comunicarem também para Viqueque. Porém, já em 3 de junho aquele administrador havia sido chamado pelo Encarregado do Governo, que o incumbiu de regressar de avião a Baucau para prender dois timorenses tidos como implicados no movimento (um deles o encarregado da estação postal).

O administrador de Viqueque foi informado, em princípios de junho, por carta da administração vizinha (Baucau) dos acontecimentos de Díli e das movimentações dos asilados de Viqueque até Uato-Lari e Uato-Carbau. Pareceu-lhe, porém “que tais notícias não correspondiam à verdade”, pois todos os dias se avistava com os indonésios. E além disso, quatro deles tinham acabado de assinar uma declaração em papel selado pedindo para regressar à Indonésia. É provável que, pressentindo que as coisas não estariam a correr-lhe de

feição, isto fosse uma simples tentativa de se escaparem. Todavia, pela meia-noite de domingo, dia 7, a residência do administrador estava a ser assaltada e ele a ver-se obrigado a retirar sob fogo dos sublevados!

Nas vésperas, o secretário da administração de Baucau havia-lhe transmitido instruções do governo para que os indonésios fossem avisados que uma viatura os viria buscar “a fim de regularizarem assuntos do seu interesse”. Santa ingenuidade! Os indonésios apercebem-se que o cerco se aperta. Na manhã desse domingo, o administrador ouve alguns dos indigitados na presença dum velho colono. Todos garantem que nada fizeram e nada sabem. Contudo, apesar disso, determina que um dos apontados como mais ativo aguarde a conclusão das averiguações no quartel dos “sipaios”. Este finge obedecer, vai buscar a sua roupa a casa dum amigo, mas no percurso encontra-se com o tenente Gerson que o manda seguir imediatamente para Uato-Lari para sublevar esse posto. Ele cumpre. O administrador só a posteriori descobre tudo isto.

Na ocasião continuava a confiar, considerando que “algum perigo que porventura pudesse existir havia passado”. Tanto assim que – como confessa no seu relatório – na tarde desse domingo jogou tranquilamente futebol com os indonésios “quando já arriavam a bandeira nacional em Uato-Lari”. De facto, pelas cinco da tarde, Uato-Lari é assaltado pelo chefe atrás referido com apoio de alguns sipaios, tendo o cuidado de cortar logo as ligações telefónicas com Viqueque. Convoca o povo e manda emissários a Uato-Carbau para falarem com dois chefes de suco desse posto e com instruções para fazerem o mesmo. O plano prossegue com êxito! Pelas oito e meia dessa noite, três indonésios (Gerson, Jeremias Pello e Moniaga) reúnem-se em casa dum funcionário aposentado com mais três ou quatro timorenses de certo nível cultural e umas dezenas de outros mandados vir de localidades próximas. Moniaga havia procurado contacto telefónico com os asilados de Baucau. Ou não o conseguiu ou não foi convincente, pois estes nove indonésios foram presos na manhã seguinte sem qualquer dificuldade: estavam todos pacatamente dormindo.

Sentindo-se descobertos, os asilados políticos de Viqueque decidem assaltar a secretaria da administração e apropriar-se de todas as armas e munições, o que fizeram cerca das onze e meia da noite, regressando com esse espólio à casa onde se haviam reunido. Entretanto Gerson mandou cortar as ligações telefónicas com Ossú (No caminho de Baucau – Viqueque) e interceptar a estrada com árvores para impedir o trânsito. Nessa noite – num novo gesto bem revelador do seu estado de espírito de uma extrema confiança para além dos limites da prudência – o administrador dispensou um dos dois sipaios armados que, com os “moradores”, fariam a guarda à secretaria “porque o ambiente era calmo”, “porque o movimento tinha sido já descoberto em Díli e efetuadas prisões e porque já os indonésios estavam prontos a seguir para Díli nessa manhã (...) aparentemente satisfeitos (...)” A guarnição era pequena obrigando-os a perder por vezes noites sucessivas. Quis poupá-los. Grande deceção iria ter! Poucas horas depois dá-se o assalto à secretaria. Há guardas que resistem e são feridos. O administrador só dá conta do que se passa, quando os sublevados se decidem a assaltar a sua casa. Pouco deve passar da meia-noite.

É cercada pelos indonésios, que arregimentaram também uns timorenses que dormiam por ali para receberem salários e pagamentos de cocos que tinham vendido ao estado. Surpreendido pelo tiroteio, reage como pode. O tenente Gerson comanda o grupo que ataca a residência, enquanto outro asilado, acompanhado por um timorense dos que estiveram na reunião, toma posições junto à ponte da estrada para Ossú, no intuito de impedir a retirada. O administrador consegue meter-se num jipe com a família e com um aspirante administrativo (timorense) que o coadjuvava e, debaixo de fogo, com o jipe varado pelas balas, felizmente sem danos pessoais, chega a Ossú, tendo logrado passar sobre os troncos que pretendiam barrar-lhe a estrada. Telefona para o seu

colega de Baucau pedindo 50 “moradores” para o acompanharem no seu regresso a Viqueque., logo que deixasse a família em segurança.

Pelas três da madrugada telefona também para Díli (para o chefe de gabinete) a dar conta desta grave ocorrência, o qual lhe determina que peça o jipe da missão local e se dirija a Baucau, para onde lhe serão dadas diretivas. Os sublevados não ficam inativos. Apropriam-se da camioneta da administração de Viqueque e seguem para Uato-Lari. Chegam pela manhã sendo recebidos pelos amotinados que tinham ao peito tiras de pano com as cores da bandeira indonésia. O tenente Gerson, com dois timorenses mais evoluídos, prossegue para Uato-Carbau, onde são igualmente bem recebidos.

Em Díli, o chefe de gabinete, após o dramático relato do administrador Ramos, telefona ao chefe da polícia. Dão umas voltas rápidas pela cidade para esclarecer uma perseguição suspeita (ou fantasiosa?) que haveria sofrido o radiotelegrafista que aquela hora entrava de serviço, segundo participação que acabara de fazer à polícia. Dirigem-se à residência do Encarregado de Governo que dá ao tenente Braga instruções para informar o Chefe de Estado-Maior acerca da situação e para lhe dizer que deve mandar imediatamente preparar duas secções de atiradores reforçadas, sob o comando dum subalterno para seguirem para Baucau logo ao alvorecer. Isto para além, claro está, de outras providências como: controlo de comunicações telefónicas, alerta das unidades militares e imediata detenção dos restantes asilados indonésios.

Pelas seis da manhã, o Encarregado de Governo assiste no campo de aviação de Díli à partida daquela pequena força para Baucau, onde haviam sido mandadas requisitar camionetas e convocados alguns civis (timorenses, europeus e chineses) a quem foram distribuídas armas e munições. Recomenda-se aos chefes nativos da circunscrição de Baucau que reúnam os seus homens e patrulhem a sua área com os meios tradicionais.

Pouco depois do meio-dia de segunda-feira, o administrador Ramos regressa a Viqueque apoiado por essa pequena força (um oficial, um sargento e nove praças), estando ele próprio armado apenas com uma simples espingarda calibre .22, cedida por um particular. Pelo fim da tarde sabe-se que havia regressado o motorista da camioneta de um comerciante chinês, que os sublevados coagiram a ir a Uato-Lari e que dá notícias preocupantes: os revoltosos foram recebidos por bastantes chefes nativos com os seus arraiais. Decide-se então promover também o levantamento de arraiais fiéis.

Na zona de Viqueque, com exceção de Lacluta, a população reagiu mais lentamente. Em Lautém a reacção foi muito viva e muito rápida: poucas horas depois todo o povo se mostrava disponível e, nessa noite, o respetivo administrador tinha já à sua volta centenas de homens. Nessa agitada manhã de segunda-feira, dois dos restantes asilados de Viqueque são detidos a caminho de Ossú, prova que os revoltosos apenas haviam encontrado algum apoio na região a leste da estrada Baucau – Viqueque, nas áreas de Uato-Lari e Uato-Carbau.

Segundo as últimas informações chegadas ao gabinete, os rebeldes haviam deixado em Uato-Lari gente sua chefiada pelo António Metan e pelo indonésio Moniaga e tinham reunido a norte de Uato-Carbau três grupos relativamente numerosos. Suspeitava-se que tivessem – ou que pensassem ter – apoios em Laga, fundeadouro no estreito de Wetar (na costa norte), onde a presença demasiado frequente de córcoras indonésias causava certa desconfiança.

Os arraiais de Lautém, coordenados pelo administrador Serra Frazão e apoiados por uma parte da pequena diligência militar estacionada em Lospalos, formam o cerco por leste, mantendo-se também atentos à zona de Laga. Em Díli há preocupação e um certo nervosismo: são poucas as informações sobre o que realmente se passa nas áreas sublevadas e são muito poucos os meios. Na terça-feira, dia 9, decide-se enviar um reforço

de mais alguns soldados e designa-se o capitão Manuel João Fajardo para dirigir localmente as operações. Este destacamento iria de avião, mas, afinal, à última hora, vai em alguns Unimogs militares.

É manifesta uma certa tensão no relacionamento entre o estado-maior do comando militar e a repartição do gabinete do Encarregado do Governo, ainda que o responsável máximo seja, em ambos os casos, a mesma pessoa. Uma divergência importante surge quanto ao plano a seguir para dominar a sublevação. O chefe de gabinete (que, na prática, vinha coordenando tudo, em ligação com os administradores) discorda da orientação seguida pelo capitão que passou a comandar as tropas enviadas para o leste, o qual centra as suas forças e preocupações em Viqueque, para onde faz seguir também todo o pessoal civil disponível em Baucau, incluindo médicos e enfermeiros. Ao contrário, entendia o gabinete ser fundamental impedir o acesso dos revoltosos à costa norte e dar, portanto, toda a atenção à zona de Baguia para barrar o caminho para Laga. O capitão era apoiado pelo Chefe do Estado-Maior.

O tenente Braga coloca o assunto ao Encarregado do Governo (e Comandante Militar) que concorda com as suas preocupações, mandando imediatamente reforçar a guarnição de Baguia com parte de um destacamento militar que guardava a estação de rádio de Baucau. O tempo corria. Estava-se já a 10 de Junho. As comunicações com Viqueque continuam difíceis. Desde há dois dias nada se sabe da coluna militar. A diligência de Baucau seguiu na noite de 10, quarta-feira, para Baguia e na madrugada seguinte segue de Díli uma nova secção de atiradores para a substituir. E – atente-se na pobreza dos meios – envia-se mais um cabo e duas praças timorenses com uma Bazuca para reforçar Baguia.

Pelas 11 horas de 11 de junho, efetivamente os insurretos estão à vista de Baguia e pelo meio-dia tentam um primeiro assalto à tranqueira (Recinto de proteção a antigas instalações militares em Timor onde depois se instalaram os postos administrativos. Nesse preciso momento estava a chegar um jipe com o tal lança-granadas Bazuca, que nem sequer houve tempo de recolher dentro da tranqueira. Só num pequeno intervalo entre os assaltos isto se consegue. Os sublevados retrocedem com algumas baixas, recompõem-se e, por mais de uma vez, repetem a tentativa. Felizmente, para nós, as armas e munições que tinham roubado eram de fraca qualidade (muitos cartuchos não disparavam). Iniciam a debandada em direção a Uato-Carbau.

Na circunscrição de Baucau, apenas dois chefes nativos do posto de Baguia tinham apoiado os revoltosos, mas não conseguiram sublevar os seus povos e foram mortos pelos seus próprios homens. No final da tarde, quando o gabinete procurava ainda obter notícias da coluna do capitão Fajardo, surge inesperadamente na linha a voz de um guarda-fios que procurava restabelecer as ligações telefónicas com Ossú. Estava escondido no mato e não ocultava o medo bem natural que sentia naquela situação. Já havia podido contactar com o seu colega de Uato-Carbau, que o informou que os rebeldes já tinham regressado após o ataque a Baguia, fugindo para as suas terras ou procurando esconder-se. Pouco depois, o mesmo guarda-fios informa que esse seu colega lhe diz que se ouviam grandes estrondos para os lados de Uato-Lari. Vem depois a saber-se que eram as nossas forças que, antes de entrarem em Uato-Lari, haviam disparado granadas de morteiro.

Este pequeno incidente é bem revelador das enormes dificuldades técnicas no domínio das comunicações e, também, da falta de ligação entre as pessoas. Somente pelas 10 da manhã do dia 12, sexta-feira, o Encarregado do Governo (e Comandante Militar) entra em contacto com o capitão Fajardo. Estava já em Uato-Lari. Procedia a averiguações que retardavam o seu avanço para Uato-Carbau. Segundo ele, os rebeldes estariam concentrados na foz da ribeira de Irabere, preparando-se para atacar Uato-Lari. Todavia, nesse momento a coluna com os arraias do administrador de Lautém atacava Uato-Carbau, depois de ter atravessado a vau aquela ribeira.

Continuavam a ser diferentes as perspetivas do gabinete e do comando das operações militares: o primeiro considerava urgente que a coluna se ligasse aos arraiais no ataque a Uato-Carbau: o segundo entendia que o essencial seria conter a ameaça da presumida concentração na foz da Irabere.

O Comandante Militar chama imediatamente o Chefe de Estado-Maior e determina que, na manhã seguinte, o capitão Barreiros (acompanhado dum antigo funcionário civil que conhecia bem aquela região) fosse assumir o comando da coluna, enquanto o anterior prosseguia as suas averiguações em Uato-Lari. Parte de avião para Baucau no dia 13. Na véspera, os arraiais de Lautém ocupam Uato-Carbau. A rebelião desmantela-se. Os rebeldes espalham-se. É o "salve-se quem puder". Mais uma semana e, dos principais responsáveis apenas havia por capturar um dos indonésios, que foi detido na manhã do dia 20 e um ajudante de observador dos serviços meteorológicos, detido quatro ou cinco dias depois. Precisamente nesta ocasião (22 de junho) chegava eu (Filipe Themudo Barata, governador 1959-196) a Timor...

O instrutor do processo pensa que foi tudo iniciativa do próprio cônsul Nazwar Jacub, solidário com rebeldes de Sumatra, que via no êxito da sublevação em Timor um reforço para o seu partido. Talvez isso tenha uma grande parcela de verdade, mas o facto é que o novo cônsul (Teng Ku Hussim) continuou a dar apoio aos implicados e, inclusive a sugerir-lhes o recurso ao asilo político. E mais ainda. As ameaças da Indonésia não pararam. As atividades suspeitas do novo cônsul prosseguiram e, poucas semanas após o meu regresso à Metrópole, na fronteira terrestre (região de Covalima), há mesmo infiltrações declaradas de grupos de cerca de 200 indonésios acompanhados de polícias com pistolas-metralhadoras e espingardas, que deram origem a sérios confrontos e a firme reação das nossas tropas de 2ª linha.

John Taylor, no seu livro "Timor - A História Oculta", p. 59, explica a sua visão citando José Martins (líder do Kota):

"Relatórios sobre o grau de envolvimento indonésio na rebelião variam consideravelmente, alguns argumentando mesmo, que os catorze oficiais eram agentes diretos do governo indonésio, enviados certamente para organizar o derrube da administração colonial. O que parece mais provável é eles terem sido líderes locais, verdadeiros dissidentes, que tentaram mobilizar o descontentamento local como meio de refazerem a sua base, em Timor-Leste.

O que é inquestionável é que eles foram ajudados tanto pelo cônsul indonésio em Díli, como por apoiantes em Kupang, no Timor indonésio, os quais tinham concordado em fornecer armas. Estes factos indicam que já existia um lóbi integracionista que tinha o apoio, a certo nível, do governo indonésio."

Aliás, as consequências desta "aventura" foram mínimas para os instigadores indonésios, que foram apenas expulsos. Como sempre aconteceu e pelos vistos continua assim ainda hoje, os timorenses envolvidos é que foram carne para canhão, tendo sido mortos, deportados, presos e sido "premiados" com a presença da PIDE em Timor a partir desse momento.

James Dunn (Timor: A people betrayed, The Jacaranda Press, 1983, pp. 33-34) declara enfaticamente

“É altamente improvável que o governo indonésio esteja implicado, ou que soubesse mesmo o que se estava a passar. Tudo começou com um barco carregado catorze sobreviventes indonésios do movimento “Permesta”, um dos grupos da chamada “Revolta dos Coronéis” contra o Presidente Sukarno e o governo central, comandada pelos coronéis Lubis, Kawilarang, Simbolon, Hussein, Warouw e Sumual.

Os refugiados aportaram a Timor Português provavelmente vindos do sudeste das Celebes (Sulawesi) onde a força principal da resistência militar tinha sido aniquilada pelas forças do governo central. Buscaram asilo político em Timor Português e, a seu tempo, foi-lhes autorizada a permanência na zona de Baucau.

Contudo, os indonésios rapidamente se aperceberam de que o sistema colonial português não lhes agradava, e começaram a semear intriga a dissidentes timorenses na zona de Viqueque – Ossú, Baucau, Uato-Lari, e mesmo em Díli, numa tentativa de destronarem o poder colonial.

Os asilados obtiveram também o apoio do cônsul indonésio em Díli, que, parece ter agido sem o conhecimento o consentimento de Jacarta.

O que se passou foi que a amante rejeitada dum dos principais conspiradores divulgou o planeado golpe à polícia em Díli e foram tomadas as devidas contramedidas.

Contudo, registaram-se violentos confrontos nos distritos de Ossú, Viqueque e Uato-Lari., nos quais cinicamente os portugueses utilizaram tropas de 2ª linha de reinos vizinhos que eram tradicionalmente hostis aos rebeldes timorenses, tendo a oposição sido prontamente aniquilada duma forma sangrenta.

Mais de 150 foram mortos e centenas feitos prisioneiros. Sessenta timorenses foram exilados para Angola e Moçambique e, a seu tempo, os dissidentes indonésios expulsos de Timor.

O cônsul foi chamado e repreendido pelo seu envolvimento. Os Indonésios reclamaram a sua inocência ou qualquer envolvimento no conluio de 1959, mas os portugueses que pouco ou nada sabiam da insurreição em Sulawesi desconfiaram. Parece, no entanto, haver poucas dúvidas de que se tratou duma iniciativa local dos fugitivos da Indonésia Oriental que foram capazes de explorar o descontentamento com a administração local. O conluio foi provavelmente demasiado amador e, mesmo que não tivesse sido descoberto, provavelmente não teria tido sucesso em desalojar os portugueses.

Contudo, o incidente teve profundas implicações nas autoridades locais e nos Portugueses em geral, dado coincidir com uma intensificação da campanha do Presidente Sukarno contra o imperialismo e colonialismo. Os portugueses reagiram com um aumento da sua capacidade de segurança na província e na fronteira e com o aumento da delegação da PIDE.

Contudo, o incidente não se repetiu. Havia disputas fronteiriças de tempos a tempos, normalmente causando algumas baixas ou perda de vida, mas normalmente tratava-se de confrontos derivados de roubo de gado, ou de disputas tribais envolvendo os dois lados da fronteira.

Sempre que um incidente desses ocorreu, causava tremenda inquietação em Díli e especulação duma intervenção indonésia. Um dos pontos mais alto desse nervosismo ocorreu em 1962 quando os holandeses finalmente cederam a Irian Jaya [Papua] ocidental à Indonésia. Era temido que Timor-Leste fosse o próximo alvo de libertação, mas a campanha “ganyang malaysia (esmagar a Malásia)” veio trazer uma nova dimensão e proporcionar alívio à administração colonial [portuguesa].”

Esta também a versão dos eventos de que JC se serviu no livro *“Timor-Leste o dossier secreto 1973-1975”*, mas que como se vê é bem diferente da do ex-governador Themudo Barata. Depois

desta longa visita ao passado, do fim do século XIX a meados do século XX, parece difícil atribuir os incidentes iniciados em abril 2006 a conflitos tribais, dado que parecem ter-se esgotado em junho 1959, sem qualquer registo posterior de lutas intertribais.

O poderio dos régulos e liurais esmoreceu e em 1975 era pouco mais do que simbólico. A divisão administrativa colonial portuguesa fizera esbater esta tradicional divisão dos povos de Timor, e, posteriormente, com a ocupação indonésia parece ter-se esfumado de vez. O que não desapareceu, porém foi a animosidade ancestral entre o oeste e o leste, agora enriquecida pela dicotomia de resistência ativa contra a Indonésia representada pela Falintil e pelos povos de leste contra os povos de oeste, associados ao colaboracionismo com o invasor.

Desde a proclamação da independência que se ouvem queixas dos antigos guerrilheiros. Cremos que o Estado falhou totalmente por minorizar estas queixas e deixá-las latentes nos milhares de guerrilheiros compulsivamente passados a uma reforma sem benefícios fiscais ou económicos, sem ocupação ou treino para desempenharem a sua posição na nova sociedade democrática timorense.

A má divisão da atribuição dos postos de comando e chefia militares a pessoas Loromonu em detrimento dos Lorosae tem *ab initio* um certo fundamento nas queixas que motivaram os incidentes que levaram em fevereiro à saída de mais de 500 militares, prontamente demitidos por abandono do cargo. Cremos que o governo subestimou a real dimensão do problema e se serviu duma legitimação legalista para a levar a cabo sem se aperceber da caixa de Pandora que poderia estar a abrir. Houve inação e incúria e uma forma sobranceira de tratar o problema.

O Presidente Xanana depois de ouvir os descontentes mostrou que estava a favor doutro tipo de solução, mas o governo permaneceu mudo e firme na sua decisão de não os reintegrar. Até aqui verificaram-se dois factos apenas: descontentamento por origem étnica e por motivos de privilégio aos Loromonu. Não havia ainda nenhuma tentativa de golpe de estado. Só quando os autoproclamados líderes militares rebeldes (ou meramente desertores?) intensificam as suas exigências, após a criação duma Comissão de Inquérito, e pedem a cabeça do governo ou a demissão do mesmo, obviamente com o apoio de forças externas como foi dito por Mari Alkatiri, se pode começar a falar de tentativa de golpe de estado.

O plano B, certamente apoiado pelos EUA, Austrália e outros, confiava que a candidatura do embaixador José Luís Guterres tivesse amplo apoio das bases da Fretilin, o que não aconteceu. Foi um fracasso total e veio

reforçar ainda mais a liderança do primeiro-ministro (sempre tão odiado pela Austrália que jamais lhe perdoa as duras negociações para a exploração do petróleo e a sua firmeza em não abdicar duma linha de crescimento económico lenta, mas segura). Nesta altura já as tropas australianas estavam em fase adiantada de preparativos para uma “invasão pacífica” de Timor a pedido deste jovem país.

Não se contesta que as coisas chegaram a um ponto em que era forçoso pedir a ajuda do exterior para terminar com os conflitos entre exército e polícia, ao longo das mesmas margens de divisão que atrás se mencionaram. A rapidez da chegada das tropas australianas só veio comprovar que o seu estado de alerta para intervir se tinha precipitado com a vitória esmagadora de Mari Alkatiri no Congresso da Fretilin.

Nesta ocasião esperava-se muito mais do sábio Xanana que se limitou a uma ou outra pálida intervenção e preferiu manter-se na sombra, em vez de vir a terreiro clarificar as águas. Sei que muitos em Portugal atribuem a Xanana qualidades mais próprias dum santo do que dum ex-guerrilheiro, mas, decerto, a maioria não estava preparada para o ver apenas como um homem como veio a demonstrar ao longo desta fase do conflito. Por seu turno, quem não perdera tempo a demarcar-se e a criticar o governo foi Ramos Horta, esse sempre ambicioso líder timorense para quem o cargo de Secretário-Geral da ONU é o mínimo a que se acha com direito. Manobrando os bastidores, e, posteriormente avistando-se com os militares revoltosos e traidores ao seu juramento perante o Estado veio a conseguir preencher o vácuo de Xanana e a intransigência do governo. Nessa altura já toda a máquina da desinformação da comunicação social australiana, cujo interesse no petróleo não pode ser descurado, aliados à sua velha antipatia por Mari Alkatiri, estava pronta a levar a tentativa de golpe de estado a uma fase mais avançada.

Aqui entra o elemento indonésio até então silencioso: os jovens armados de catanas e armas ligeiras a repetirem as façanhas de 1999, pegando fogo a casas, roubando documentos das repartições (sabendo bem o que queriam, as provas que implicavam o general Wiranto nas atrocidades de então) e criando o pânico em vários bairros da cidade de Díli. A história do petróleo e a prisão de Eurico Guterres podem ter mais a ver com isto do que a mera antipatia que todos parecem agora sentir contra Mari Alkatiri. Como escrevia Henrique Correia em 31 maio (2006):

“Estes senhores, Reinaldo e Salsinha foram eleitos por quem? Qual é a autoridade deles para exigirem a demissão do 1º Ministro? O País não pode ser governado na rua. Espero que os líderes timorenses não cedam a estas pretensões absurdas. Estamos a assistir à repetição da novela “CPD-RDTL”.

Se não gostam do Mari Alkatiri, formem um novo partido para concorrer às próximas eleições, daqui a um ano, ou votem num dos partidos que se opõem à Fretilin. Assim é que se faz num país democrático.

Se preferem outro tipo de regime em que sejam eles a mandar, vão para outro país, que há por aí muitos assim, ou mudem-se para a ilha Fatu Sinai e declarem a independência. O rei seria D. Alfredo I, o “almirante”.

Quem é este comandante Reinaldo? Foi capturado pelas tropas indonésias em 1975, e foi colocado como servente ou carregador no exército indonésio nas Celebes e Kalimantan antes de escapar para a Austrália. Arranjou emprego como estivador nas docas da Austrália Ocidental onde esteve durante nove anos, antes de regressar a Timor depois do histórico referendo de 1999. As suas “proezas náuticas” foram rapidamente postas a funcionar nas novas forças de defesa de Timor (F-FDTL) tendo sido nomeado Comandante dos dois barcos de patrulha que constituem a marinha do novo país. Mas a sua carreira rapidamente esmoreceu e o Brigadeiro-General Taur Matan Ruak transferiu-o para o quartel-general em Díli. Foi uma desfeita que ele jamais perdoou ou esqueceu. Mais tarde, foi nomeado comandante dum pelotão de polícia militar com 33 homens após ter estado a ser treinado no Australian Defence Force College em Camberra em finais de 2005.

Forjou também um passeio operacional num barco patrulha da Real Marinha Australiana (RAN) a pensar tomar conta da Estação Naval em Hera nas proximidades de Díli. A crise começou em 28 de abril 2006, com a manifestação de 600 militares expulsos do Exército. A manifestação foi dispersada pelo Exército, que abriu fogo e matou quatro pessoas. Logo após a ação, o comandante Alfredo Reinaldo, líder rebelde, fugiu para as montanhas com 25 homens armados. Dias depois, 12 policiais foram assassinados pelo Exército, o maior massacre ocorrido no Timor desde a sangrenta repressão indonésia que ocorreu após o voto a favor da independência, no plebiscito de 1999.

Reinaldo disse que o protesto era a resposta às promoções incentivadas no Exército por Rodrigues, aliado ao primeiro-ministro Alkatiri que, segundo o líder rebelde, queria o controlo militar para aumentar seu poder político perto das eleições de 2007. Além disso, a revolta de Reinaldo incentivou um fenómeno novo no país: o confronto violento entre os habitantes do oeste e a minoria do leste que controla o Governo e as Forças Armadas. O major Alfredo Reinaldo abandonou a hierarquia de comando das forças armadas a 4 de maio 2006, acompanhado de mais 15 efetivos da Polícia Militar, unidade que comandava.

O outro autoproclamado líder dos rebeldes é Gastão Salsinha, nascido em Ermera e que representa os interesses dos rebeldes Loromonu. Consta que terá sido detido no ano passado por contrabando de sândalo e foi-lhe cancelado o curso para capitão que estava a frequentar. Salsinha é um amigo muito chegado de Rogério Lobato, o qual parece ter estado envolvido noutra caso misterioso duma apreensão de sândalo em 2002, nunca totalmente explicada.

O nome da família Lobato é sinónimo com a longa guerra de autodeterminação do povo. O seu irmão e líder da Resistência, Nicolau foi morto num combate com forças especiais da Indonésia em 1978. A sua mulher tinha sido executada no porto de Díli, logo após a invasão indonésia de 7 de dezembro de 1975. Um dos cinco membros do Comité Central da Fretilin enviados para o estrangeiro em 1975 (juntamente com Mari Alkatiri, Ramos Horta e Roque Rodrigues), Lobato tinha ordens para obter apoio para a recém-anunciada independência de Timor. Em 1978 esteve a ser treinado pelos famigerados Khmer Rouge antes de ir para Angola, onde foi preso em 1983 por abuso dos poderes diplomáticos, tráfico de diamantes e solicitar os serviços de prostitutas. Depois, esteve envolvido num grupo de “conciliadores” promovido pela Indonésia no início da década de 1990, tendo regressado a Timor em novembro de 2000 sem uma base de apoio popular forte. Esta situação não durou muito. Excluído do governo de transição da ONU foi atraído pela defesa dos direitos dos veteranos guerrilheiros, tendo desafiado a legitimidade da recém-criada F-FDTL. As ameaças ao governo e a sua provocação acabariam por dar frutos, quando em 2002 foi nomeado Ministro da Administração Interna.

Não perdeu tempo a criar uma força nacional de Polícia capaz de rivalizar com as F-FDTL, um corpo de 30 mil homens com três ramos paramilitares.

Depois desta intervenção australiana com 2 mil homens, à data em que escrevo, virá a fatura do "apoio" australiano que tentará colocar um governo fantoche ou mais maleável no trono em Díli.

Uma espécie de protetorado de Camberra que é o novo xerife na região. Para isso, a ambição desmesurada de Ramos Horta, pode ajudar, seja para Secretário-geral da ONU seja para primeiro-ministro timorense. Que promessas terá ele recebido agora do governo de Camberra? Quem se não lembra já do anunciado apoio que (Horta) disse ter recebido de Gough Whitlam em 1975, quando este já dera luz verde a Suharto para invadir com a promessa duma não-intervenção australiana?

O programa “The World Today” em 30 maio 2006 12:21:00, (Repórter Toni Hassan e Edmond Roy) entrevistava Damien Kingsbury, do International Development Studies na Universidade Deakin University, que afirmou

“Um exército de apenas 1500 homens é demasiado pequeno para ter qualquer capacidade prática de defesa. Serve uma função simbólica, mas causa mais mal do que bem... ocasionalmente interfere na política, está dividido dentre as suas fileiras.

Outro problema que é ridículo e é um erro, é a escolha da língua portuguesa que é oficial conjuntamente com o Tétum, e em resultado disso números significativos da população não fala nenhuma delas porque foram educados em Bahasa Indonésia, além de haver mais 15 idiomas locais.

O Primeiro-ministro que passou décadas em Portugal durante a luta de independência fala Português – uma língua que o povo que ele governa não entende nem fala. Isto só vem aumentar as críticas da sua arrogância e do seu desprendimento.

A maior parte da população fala indonésio e existe uma falta de comunicação entre o governo e o povo, em especial nos tribunais e na burocracia. Penso que isso deve ser reconsiderado.

Mais uma achega a dizer que o problema de Timor é devido à língua portuguesa quando em Timor alegadamente falam todos Bahasa para se entenderem. Segundo estes analistas 1º a Fretilin, 2º a falta de razão para a existência dum exército e 3º a língua portuguesa, são os culpados deste falhanço que não teria ocorrido se todos falassem indonésio.

Ninguém se deu conta que em qualquer democracia o povo é quem escolhe em quem vota. Neste caso a Fretilin, goste-se ou deteste-se, teve mais votos que todos os outros juntos.

Foi a Fretilin com o apoio dos restantes partidos que decidiu sobre a língua portuguesa e o Tétum. JC, como cidadão australiano, também está farto de dizer que os problemas da Austrália se devem a ter uma rainha

longínqua, inoperante e ridícula, mas nas urnas, o seu voto não chegou ainda para tornar o seu país numa República.

Acham que deveria arranjar uns contestatários para criar conflitos como em Timor e mandar a democracia às urtigas?

O presidente Xanana Gusmão renovou o seu apelo à reconciliação e à união nacional, num dia em que foram anunciadas oficialmente as mudanças nos Ministérios da Defesa e do Interior. "*Vamos esquecer o que passou. É nossa obrigação perdoar e reconstruir nossa amada nação*", disse Gusmão, num discurso no quartel da polícia em Díli. Gusmão assumiu, no início da semana, o controle do Exército e da polícia para deter o confronto entre as duas forças, que receberam a ordem de se recolher aos quartéis. A nação recebeu o anúncio oficial de que o ministro de Relações Exteriores, José Ramos Horta, vai assumir a Defesa no lugar de Roque Rodrigues, e que o vice-ministro do Interior, Alcino Baris, foi promovido a ministro. Rogério Lobato e Roque Rodrigues apresentaram a sua demissão (para evitarem serem destituídos) em consequência da crise de 28 de abril, com a manifestação de 600 militares expulsos do Exército.

A manifestação foi dispersada pelo Exército, que abriu fogo e matou quatro pessoas. Logo após a ação, o comandante Alfredo Reinaldo, líder rebelde, fugiu para as montanhas com 25 homens armados. Dias depois, 12 policiais foram assassinados pelo Exército, o maior massacre ocorrido no Timor desde a sangrenta repressão indonésia que ocorreu após o voto a favor da independência, no plebiscito de 1999. Reinaldo disse que o protesto era a resposta às promoções incentivadas no Exército por Roque Rodrigues, aliado ao primeiro-ministro Alkatiri que, segundo o líder rebelde, queria o controlo militar para aumentar o seu poder político perto das eleições de 2007. Além disso, a revolta de Reinaldo incentivou um fenómeno até agora novo no país: o confronto violento entre os habitantes do oeste e a minoria do leste que controla o Governo e as Forças Armadas.

O levantamento também evidenciou os atritos entre o presidente timorense, Xanana Gusmão, o político mais apreciado do país, e Alkatiri, muito impopular por professar a religião muçulmana em Timor-Leste, onde 90% da população é católica. Alkatiri declarou à televisão australiana que não existe um conflito de poder entre ele e Gusmão.

Os confrontos entre ex-militares e ataques de grupos de civis armados deixaram cerca de 20 mortos na capital. Por alegadamente não conseguirem controlar a situação, as autoridades timorenses solicitaram ajuda militar à Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Portugal. Mais de dois mil militares e policiais australianos, neozelandeses e malaios chegaram ao país. A polícia anda desaparecida há um mês, a população faz filas durante horas para receber arroz e o pânico dos ataques já produziu 60 mil refugiados e deslocados que não se moveram de seus esconderijos, apesar de estarem em vigor as medidas especiais de segurança.

Timor-Leste, um dos países mais pobres e pequenos do mundo. Tem 857 mil habitantes e a mesma extensão do Alentejo. Um país muito bonito, amado por muita gente - o ex-presidente americano Bill

Clinton e o secretário-geral da ONU, Kofi Annan -, mas talvez bem situado demais. Desde o início dos tempos foi invadido por viajantes - chineses, portugueses -, muitas vezes foi espancado e assassinado por seus vizinhos - chineses, japoneses, indonésios, malaios. Timor tem a maior taxa de fertilidade do mundo - 7,8 filhos por mulher -, um solo árido e muito pobre que mal chega para alimentar a população, uma idade média de 20 anos, nenhuma indústria digna desse nome e um desemprego galopante e sem subsídios que o compensem.

"O Estado está em transição e construção, metade da ajuda externa é dedicada a pagar os assessores estrangeiros, ainda não há aposentadorias nem lei eleitoral, nem quadros técnicos bem formados, e Alkatiri, primeiro-ministro, prefere guardar as receitas do petróleo, cujo fundo de reserva já soma mais de US\$ 600 milhões, a distribuí-lo demagogicamente entre as pessoas", diz um diplomata europeu que se não identifica. Os três, são amigos desde a adolescência, por isso não se levam muito a sério", diz fonte próxima a Gusmão. "Alkatiri e Gusmão respeitam-se e temem-se igualmente, mas acabam sempre se entendendo", diz um assessor do presidente.

A dupla Alkatiri-Horta é que cedeu. A Igreja, a Austrália, os EUA, o petróleo e a ambição de poder surgem como as questões chaves de uma rixa que começou discreta e se agrava diante da legítima recusa de Alkatiri a demitir-se dado ter sido democraticamente eleito pela maioria da população. Ramos-Horta quer mais que o Ministério da Defesa. Tem todo o apoio e a influência internacional da Igreja Católica que presume contar com 98% de católicos e que não hesitou em catalogar o primeiro-ministro como muçulmano e comunista. Os padres criticaram ferozmente a aposta em separar a Igreja do Estado - há religião opcional nas escolas - e criticam suas políticas sociais como próprias "do Terceiro Mundo mais retrógrado". Alkatiri mandou estudantes com bolsas para Cuba e contratou 500 médicos cubanos para os hospitais públicos.

Segundo uma fonte da cooperação europeia, trata-se de uma luta sem quartel: "O partido de Alkatiri, a Fretilin, é a única organização, além da Igreja, implantada em todo o território. Para os padres locais, é um partido de Marx contra Deus". Há um ano (abril 2005) os bispos de Díli e Baucau, com a colaboração do embaixador americano, John Rees, homem de confiança de Bush que ajudou a distribuir comida entre os manifestantes, lançaram o primeiro desafio de rua ao governo "infel" de Alkatiri.

"Ofereceram transporte em autocarros e sanduíches e organizaram um acampamento no centro de Díli. Muita gente gritava: 'Viva Cristo, morte a Alkatiri'", lembra um funcionário da ONU.

A indústria de café do Timor-Leste sofreu um sério golpe com o aumento da violência, que paralisou as operações em meio à temporada da colheita. "A colheita (da nova safra) começou em maio, e seu pico deve ser atingido neste mês. Mas, com todas as estradas fechadas, não há meio de transportar os grãos do interior para as fábricas processadoras", disse o diretor de café e de outras safras do Ministério da Agricultura, Caetano Cristóvão. "No mercado estima-se que a produção atingirá entre 15 e 18 mil toneladas, em comparação com a safra de 2005, apontada entre 10 e 11 mil toneladas. Apenas os pequenos fazendeiros estão colhendo e processando os grãos em máquinas

pequenas ou secando-os ao sol”, disse Cristóvão. Em termos globais, Timor-Leste, com uma produção média anual de 7.000 a 10.000 toneladas, é um produtor pequeno entre gigantes, como o Brasil e o Vietname, contribuindo com cerca de 1% da produção global. No entanto, o café não é pouca coisa para a economia desta jovem república, sendo a sua principal fonte de divisas estrangeiras. Um quarto da população (de 947 mil habitantes, em 2005) depende do café para subsistir (Dados: Dow Jones).

7.3. A SITUAÇÃO EM TIMOR 1-11 junho 2006

Nuno Souto, da Austrália, escrevia a JC em 11 de junho de 2006. Uma opinião sobre as opiniões:

Sem dúvidas que estás a bater em muitos pontos certos. A corrente situação quanto a mim é anormal e tem muito a ver também com o facto de o Alkatiri ter sido o único até agora a fazer finca-pé à Austrália na questão dos royalties do petróleo. Portanto, tornou-se "inconveniente".

A Austrália explora as tensões internas da Fretilin para se desfazer dos elementos incomodativos. E claro, daí a exploração do papão das "lutas internas" e do "Leste vs Oeste" e outras coisas do género. Se bem que historicamente verdadeiras, nunca causaram ataques a Díli ou tentativas de derrubar o governo, nem nos tempos da outra senhora.

Note-se que as revoltas desses tempos NUNCA causaram distúrbios destes em Díli ou ameaças à autoridade.

É bem de notar por exemplo que o ACA ("A Current Affair", Canal 9), um programa de notícias aqui de Sidney, mandou dois repórteres para filmarem os desmandos e saques em Díli.

Fizeram-no, sem o mais pequeno problema, a falarem com os saqueantes DURANTE os ataques. No entanto, a tropa australiana encarregada de manter a ordem, queixa-se de que quando chega aos locais da desordem já é "muito tarde" para apanhar alguém.

*Ora bem: os repórteres, conseguem filmar os desmandos. Mas a tropa chega muito tarde? Como? Enfim...
Nuno Souto*

A 2 de junho era anunciado que o general australiano se iria reunir com o líder rebelde timorense: INACREDITÁVEL. A Austrália é um dos poucos países democráticos no mundo que entrevista os desertores doutros países. Se fosse noutra sítio, e dado que em Timor o governo foi democraticamente eleito (a ONU disse e nós acreditamos), prendia-se o Reinaldo e o Salsinha por terem incitado à violência, causado homicídios a forças policiais, criarem o caos e tentarem deitar abaixo um governo democrático. Se não se acautelam, um dia, um destes homens aparece como futuro ministro [do interior ou da defesa?] num governo fantoche criado pela Austrália, como fizeram nas ilhas Salomão.

Pode ser que estejamos todos equivocados, mas só nós vemos isto ou todos têm medo de falar? Ninguém estudou as táticas de desestabilização? Imaginem que isto se passava na Austrália, onde um senhor primeiro-ministro (de quem até JC não gosta minimamente) que tratou mal os refugiados e candidatos a imigrante, tratou mal e porcamente os aborígenes (pior que os seus antecessores). E se JC publicamente resolvia agir como Reinaldo ou Salsinha e exigir a demissão de John Howard para responder por tais crimes. Sabem o que lhe aconteceria? Ia de cana, em menos dum segundo, por

atacar o senhor, líder dum país, democraticamente eleito por uma maioria. Ninguém entrevistaria JC nem queria saber a sua opinião. Porque é que em Timor TEM DE SER DIFERENTE?

Blogue Malai Azul Quinta-feira, junho 08, 2006 Vergonha. Shame on you.

Os seguranças do Presidente da República entregaram as armas a militares australianos, que os desarmaram. Mas na Pousada de Maubisse, os australianos nunca tentaram desarmar o Alfredo Reinaldo nem o seu gangue, com os quais convivem alegremente. Hoje, puseram nas mãos de um dos desertores uma M16, para lhe tirarem a fotografia. Também, não permitiram que a GNR fosse à prisão de Bécora entregar os detidos, sob ameaça de abrirem fogo, se não aceitassem ir desarmados. Não foram.

7 de junho de 2006 20:18

Deve ter ficado claro para os mais céticos (ou ingénuos) quais as verdadeiras intenções da Austrália quanto a Timor. Tinha visto na TV, poucas horas antes, um desertor que ameaça o Estado com total liberdade de movimentos e proteção das forças australianas, bem armado, enquanto agora os mesmos que protegem esse traidor viram os canos das armas para os portugueses, talvez por eles terem começado a fazer em 2 dias o que os australianos não fizeram em semanas - começar a fazer detenções e impor a ordem pública. Razão tinha o ministro dos Negócios Estrangeiros português quando recusou a subordinação dos militares portugueses aos australianos. A receção eufórica que o povo dedicou aos portugueses também terá contribuído para a atitude desesperada dos australianos. Aguarda-se com ansiedade qual a reação de Ramos Horta e Xanana Gusmão, que tanta graxa têm dado à Austrália nos últimos dias. Quero ver até que ponto têm um resto de orgulho e dignidade. Se foi para isso que pediram ajuda a Portugal, então poderíamos ter poupado uns milhõezitos e eles nem chegavam a sair daqui. Ass. Henrique Correia

8 junho 2006 TRIBUNA LUSA, José Gomes

Os soldados da GNR em Timor foram bloqueados no quartel-general, como era previsível. Estamos perante uma situação perigosíssima. A verdade é que Timor foi invadida pelos australianos, que estão para ficar e declarar a falência do estado timorense. Portugal tem a obrigação de alertar a comunidade internacional para isso, que já é demasiado evidente. No dia 25 de maio, reproduzi neste blogue um interessante artigo. Segundo uma fonte muito bem informada, estava em curso um golpe de estado em Timor, comandado pelo presidente do Banco Mundial, o falcão Paul Wolfowitz e pelos seus links indonésios e australianos. Wolfowitz foi embaixador dos Estados Unidos na Indonésia e tem relações privilegiadas com os serviços de inteligência de Jacarta, que, recentemente conseguiram penetrar no Departamento Australiano de Negócios Estrangeiros (DFAT), nos serviços secretos australianos (ASIS), usando esquemas de chantagem para descredibilizar pessoas importantes por alegado envolvimento em casos de pedofilia. Também segundo esse artigo, a Woodside, a maior companhia de petróleo e gás natural da Austrália, teve recentemente uma disputa árdua com o governo de Timor. O major Alfredo Reinaldo terá sido o homem contratado pelos australianos para lançar a confusão em Timor, visando a alteração dos contratos com a Woodside. Há informações que indicam que recebeu apoio e treino de negociantes de armamento australianos, com ligações à administração Bush e a John Howard. Bush e Howard encontraram-se em Washington antes do início da rebelião, para adaptar a Timor o modelo adotado nas ilhas Salomão, depois de ali se ter provocado uma guerra civil.

O modelo consiste em provocar uma rebelião, para depois oferecer assistência militar e deixar permanecer essa assistência até à exaustão dos recursos e à declaração de falência do Estado. Seria, a propósito, muito interessante saber quanto custa por dia a Timor a assistência fornecida pela Austrália. Sintomático é o facto de o primeiro-ministro australiano ter aparecido na televisão, logo nos primeiros dias a pedir a demissão de Mário Alkatiri. Ainda mais sintomático é o facto de a mulher de Xanana o ter acompanhado, quando o marido guardava o mais veemente silêncio. Ao que parece a reação dos australianos foi a de forçarem a «ajuda» entrando no território contra a vontade do presidente timorense.

Depois de terem entrado no território os australianos forçaram a aceitação da «ajuda» e condicionaram a entrada de outras ajudas, nomeadamente da Malásia e da Nova Zelândia. O que está a acontecer com a GNR era de todo previsível. Na lógica dos australianos, ou a GNR se coloca sob o comando australiano ou será considerada hostil. O governo português deveria ter previsto isto, deveria ter tido a sensibilidade para perceber que o que se passa em Timor-Leste é uma disputa pelo petróleo, em que participam, de forma ativa e concertada a Woodside e diversas firmas do universo do ex-presidente Suharto, a ela aliadas e ao presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz.

*Num pequeno país como Timor o custo de uma rebelião é baixíssimo e altamente lucrativo, tomando em consideração o valor das reservas petrolíferas. Estamos, pela primeira vez no século XXI, perante um golpe de estado à velha maneira americana. Tenho poucas dúvidas de que a nossa GNR, apoiada pelas tropas fiéis ao governo, conseguiriam por termo à rebelião e garantir a ordem constitucional. Mas nada pode fazer contra o exército australiano que os chacinará se tentarem bloquear os rebeldes que a Austrália financiou. Hoje foi o primeiro aviso. **Portugal Global***

8 junho 2006 Do Malai azul, um leitor escreve SOS. Austrália está a sufocar democracia de Timor. Salvem Timor dos australianos

A GNR está a ser alvo desde a primeira hora de ameaças veladas australianas. Em 1999 os soldados tinham ordens expressas para não afrontarem os indonésios. Em Díli arderam mais de 20 edifícios fundamentais. Em 2006 os australianos estão numa política desesperada para fazer cair o primeiro-ministro de Timor, de preferência até que o matem. Entraram e não deram segurança ao primeiro-ministro e ao presidente do parlamento. Uma vergonha de uma premeditação. Só baixaram as orelhas quando as FALINTIL/FDTL mostraram estar ao lado das instituições democráticas, não deixando de mostrar a sua lealdade ao Governo e ao estado...

A Austrália sempre tentou influenciar o rumo dos acontecimentos em Timor-Leste. Hoje fá-lo de forma armada. Protegem os rebeldes contra o estado de direito. Mas a culpa será só deles? Onde está o apelo de Ramos Horta e de Xanana Gusmão para que os australianos desarmem os rebeldes? Ainda não foi ouvido... Todos falam de queda e resignação de Mari Alkatiri. Ninguém fala de regresso à normalidade? Timor está ocupado militarmente pelos australianos, querem alterar as leis para terem poderes. Salvem Timor-Leste dos australianos, eles são verdadeiramente os maus da fita! # postado by Malai Azul: 15:32

9 junho 2006 Televisão australiana denuncia «esquadrão da morte». Ramos-Horta pede investigação

O ministro timorense dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, José Ramos-Horta, pediu hoje uma investigação urgente sobre um alegado «esquadrão da morte» formado para intimidar e eliminar opositores do

primeiro-ministro e líder da Fretilin, Mari Alkatiri. A denúncia da existência do «esquadrão da morte» foi feita pelo canal televisivo australiano ABC, que mostrou imagens do grupo recolhidas durante a noite num local não identificado fora de Díli, vendo-se indivíduos com uniformes e armados. O alegado chefe do grupo, identificado como comandante Railos, afirma que lhes foram dadas 18 armas e 6.000 cartuchos de munições, bem como veículos e uniformes. 20:14 9 junho 2006

9 junho 2006 Marcelo Mikaso, Folha de S. Paulo, Premiê de Timor-Leste nega que raízes étnicas da crise

Há quatro anos a comunidade internacional --o mundo lusófono em particular-- saudou a independência de Timor-Leste como uma vitória da liberdade, após os 27 anos de brutal ocupação indonésia que se seguiram à colonização portuguesa. Nas últimas semanas o minúsculo país, mais mal colocado no ranking do FMI (PIB per capita de US\$ 400, último colocado entre 192 nações), mergulhou em uma crise que parecia empurrá-lo para a beira da guerra civil e da desintegração. O estopim foi uma rebelião de militares demitidos por indisciplina, mas em poucos dias a violência iniciada por eles tomou conta do país, principalmente da capital, Díli, convertendo-se em caos generalizado e dando margem a ataques de gangues que levaram o governo a pedir a intervenção de tropas estrangeiras. No centro do confronto está o premiê Mari Alkatiri, que aprovou a expulsão dos soldados em março, e cuja demissão é exigida pelos rebeldes para suspender os ataques. Em entrevista concedida à Folha em português irretocável Alkatiri, 55, descartou a renúncia, rejeitou as alegações de que a crise atual tem raízes étnicas e reconheceu que a herança institucional deixada pela ONU originou alguns dos problemas atuais. A seguir, trechos da entrevista, concedida por telefone, de Díli.

Folha - Muitos culpam o sr. pela atual crise. Há dois dias uma multidão pediu sua saída em Díli. O sr. aceitaria renunciar se disso dependesse a volta à calma em Timor?

Mari Alkatiri - Eu já ignoro essas exigências. Já respondi várias vezes a isso e não vou voltar a responder sempre que um grupo aparece fazendo exigências.

Folha - Mas o que o sr. responde àqueles que o acusam pela crise?

Alkatiri - Para fazer exigências as pessoas têm que fazer acusações. E essas acusações contra mim, me culpando pelos problemas do país, não são novas, vêm desde 2002.

Folha - A demissão de 590 militares aprovada pelo sr. que foi o estopim da crise, foi um erro?

Alkatiri - Em qualquer parte do mundo quem abandona o quartel tem que ser demitido. Aqui há um fenómeno político que se misturou com essa questão disciplinar.

Folha - Uma queixa contra o seu governo é que o grupo em torno do sr., permaneceu boa parte do período da ocupação indonésia fora do país, defende um projeto que não atende aos anseios de quem ficou no país, gerando ressentimentos. Há essa discrepância?

Alkatiri - É falsa, pois no meu governo só 20% estiveram fora do país. E se esse ressentimento existe, as pessoas insatisfeitas com meu governo não deveriam ter o receio de ir às urnas em 2007 para derrubar o governo por vias democráticas, não com violência.

Folha - Há também alegações de que entre as raízes da crise estão divergências étnicas entre o leste e o oeste.

Alkatiri - Tenho certeza de que a crise é profundamente política. Se o problema fosse étnico já teríamos tido um banho de sangue, porque seriam centenas de milhares de pessoas em confronto, como nos grandes lagos, na África.

Folha - Em artigo publicado no caderno Mais! dois pesquisadores brasileiros afirmam que a adoção do português como língua oficial, apesar de ser falado por menos de 5% da população de Timor-Leste, também gerou ressentimentos. Como o sr. vê a questão?

Alkatiri - Quando se adotou o português em Angola e Moçambique também não era falado por mais de 5% ou 6% da população e nunca foi fonte de problemas. A verdade é que se realmente isso se tornou um problema é porque outros interesses que são estranhos ao país tentaram usar isso para criar problemas.

Folha - Há quatro anos o mundo saudou a fundação de Timor-Leste como uma vitória da liberdade. Agora o país parece estar se desintegrando em seu próprio caldo de divergências. A guerra civil ainda é um risco?

Alkatiri - Eu nunca acreditei na possibilidade de guerra civil em Timor-Leste. O povo não quer mais guerras. Para evitar isso é que nós pedimos a intervenção de forças internacionais. Agora muito menos acredito que possa haver uma guerra civil. Se não tivéssemos contido os apoiantes do governo teríamos no mínimo 5, 10 mil pessoas nas ruas para fazer contramanifestação. Até aqui temos conseguido fazer isso e evitar um derramamento de sangue.

Folha - Hoje o sr. acha que seria melhor não ter respeitado a liderança da ONU?

Alkatiri - Se tivéssemos mudado algo teríamos sido imediatamente condenados por violação dos direitos humanos.

Folha - A pressão para que o sr. renuncie continua. Em que circunstâncias o sr. aceitaria deixar o cargo?

Alkatiri - Esqueça essa pressão, porque eu ignoro-a. Renúncia eu não aceito. Ir para as eleições e meu partido perder tudo bem. Isso eu aceito porque sou um democrata.

Folha - O sr. tem mantido contacto com o governo brasileiro, gostaria que o Brasil ajudasse de alguma forma?

Alkatiri - Mantemos contacto através do embaixador aqui e da CPLP. O Brasil é um país irmão, amigo, com história comum e identidade cultural, a participação do Brasil em situações difíceis como esta seria ótimo. Temos de encontrar o formato legal para isso.

Folha - Quais as lições desta crise?

Alkatiri - Aprendemos muito com essa crise e espero que possamos fazer o melhor com esse aprendizado. A governação nesses quatro anos tem sido saudada de forma unânime pela comunidade internacional, Banco Mundial e FMI, uma governação transparente, competente. No entanto, falhamos em alguma coisa para isso ter acontecido. Precisamos ter modéstia suficiente para ver onde falhamos e corrigir.

Expresso 10.06.2006

... a força de 1900 militares que o Governo de Camberra enviou para o território esteve seis dias sem fazer uma única detenção nas ruas, na semana mais crítica em Díli, com incêndios, tiros e batalhas campais de pedras em vários bairros da cidade.... os magistrados deslocaram-se ao quartel-general das tropas australianas para informarem o oficial da sua disponibilidade para trabalhar 24 horas por dia, assegurando sempre que necessária a presença de um juiz, de um procurador e de um defensor, de modo a procederem ao auto de notícia, ao inquérito e à elaboração do mandado de captura no momento das detenções. A primeira detenção seria feita apenas no dia 5 de manhã pela GNR, menos de 24 horas após a chegada do contingente português a Díli e ainda sem as suas viaturas de intervenção. Alguns magistrados que decidiram ficar, apesar de lhes ter sido dada ordem de evacuação pela ONU, manifestaram-se «revoltados» por terem sido ignorados durante tanto tempo, considerando que a posição australiana durante a primeira semana de intervenção pôs em causa a imagem e a

solidez do estado de direito em Timor-Leste. Um sentimento agravado pela proposta australiana de alterar a lei timorense, de modo a adaptar os procedimentos legais das detenções à realidade judicial australiana e que acabou por ser afastada pelas autoridades timorenses. Também a falta de apoio dada pelas forças internacionais na segurança aos edifícios dos tribunais e da Procuradoria-Geral é encarada com perplexidade nos meios judiciais de Díli. O Tribunal de Recurso foi vandalizado, destruídos os gabinetes do presidente e do legislador e roubados todos os computadores e mesmo os frigoríficos.

10 junho 2006 DN – Austrália entrega à ONU justiça e polícia em Timor por Armando Rafael

DN

A Austrália entende que o Estado timorense falhou e que as autoridades de Díli não estão em condições de recuperar o controlo do país, pelo que deveria ser a ONU a liderar o processo de reconciliação, ajudando a credibilizar as principais funções do Estado, de forma a serem convocadas eleições para maio do próximo ano. O que pressupõe, entre outros aspetos, que a polícia timorense pudesse ser comandada por um oficial estrangeiro, à semelhança do aparelho judiciário do país. Mesmo que fosse necessário recorrer à nomeação de juízes, procuradores, defensores públicos e até oficiais de justiça internacionais. Já quanto à estabilização, Camberra entende que as forças envolvidas nesse esforço deveriam manter-se sob comando e controlo do contingente internacional, recusando o chapéu da ONU. É isto que resulta de um documento confidencial australiano a que o DN teve acesso.

A polícia, as leis, a justiça, tudo nas mãos de estrangeiros... só? Não querem mais nada? Isto vai bem.

Henrique Correia 11/6/2006

BLOCO DE NOTAS [851]

1. Relativamente aos acontecimentos de Timor-Leste, tem sido largamente ignorado pela comunicação social portuguesa que, para além da Austrália, há outros atores a seguir tudo com muita atenção. É o caso da Indonésia (ANTARA, 7.6.2006) e da ASEAN em geral. Importa seguir com atenção a questão deste prisma, até porque poderá haver novidades em breve. [00:49]

2. Outra coisa que a comunicação social portuguesa tem esquecido: os motins de 4 de dezembro de 2002 em Díli. Houve, supostamente, pelo menos dois relatórios sobre os acontecimentos, um do Governo de Timor-Leste e outro da ONU. Nunca foram divulgadas as conclusões. Talvez agora se possa saber alguma coisa? [00:52]

3. A Austrália, evidentemente, não vê com bons olhos a presença da GNR. A estratégia australiana é muito clara: depois desta fase inicial de atrito, Camberra vai aumentar significativamente o seu contingente policial para diluir o peso da GNR e, de seguida, enquadrar a componente policial da intervenção -- mas não a militar - - ao abrigo de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU. Será uma questão de tempo até que a GNR, ao serviço da ONU, fique sob comando unificado... australiano! [00:59]

4. Já disse e volto a repetir: não fala grosso quem quer, fala grosso quem pode. Quando um ministro esquece este princípio elementar está aberto o caminho para uma humilhação. [02:05]

5. Nos países a sério, os militares e os diplomatas na reforma costumam desempenhar o papel de consciência crítica. Na prática dizem aquilo que os seus colegas no ativo não podem nem devem dizer. Em Portugal, na área da defesa, Loureiro dos Santos desempenha parcialmente esse papel. Na área diplomática, infelizmente, ninguém tem uma função semelhante. [02:09]

10.06.2006 JORNAL DE NOTÍCIAS MAUBERE, *Os novos rebeldes da montanha*

Estão quietos, à espera. Argumentam que não querem uma guerra civil, mas não aceitam outra condição para voltarem das montanhas senão a demissão e o julgamento do primeiro-ministro Mari Alkatiri, que acusam de ter mandado matar civis inocentes. Timor é um território tortuoso. As distâncias são mais longas do que parecem. Basta sair de Díli para perceber que só há um caminho de ida e volta para chegar a qualquer lugar. Prólogo: a 28 de abril, os militares leais ao general Taur Matan Ruak e à hierarquia das FDTL (as Forças Armadas criadas em 2001 com a incorporação de antigos guerrilheiros das Falintil e de novos recrutas) envolveram-se em confrontos com 600 desertores do Exército e centenas de civis que se manifestaram frente ao Palácio do Governo. Os desertores exigiam que fossem investigadas algumas altas patentes do Exército (os coronéis Lere Anan e Falur), acusadas de discriminar os soldados loromonos, oriundos dos concelhos mais ocidentais do país, por nem eles nem ninguém das suas famílias terem pegado em armas para lutar contra o regime de Jacarta. Nessa sexta-feira à tarde começou a revolta. Desde então, vários grupos de militares loromonos e também de polícias rebeldes foram refugiar-se em locais considerados seguros, no interior do país, perto das terras onde nasceram. Na capital, os soldados das FDTL estão retidos nos quartéis, sob a vigilância das forças internacionais, mas os conflitos entre os civis nos bairros são inevitáveis. Na prática, é a única cidade no país onde lorosaes (oriundos dos distritos de leste: Baucau, Lospalos e Viqueque) e loromonos (oriundos dos outros distritos, representando dois terços da população) coabitam. Estão demasiado próximos para não se agredirem. Por isso as coisas estão tão calmas nas montanhas: lá, não se misturam. São precisas quase duas horas de carro para ir até Gleno, no concelho de Ermera, a 40 quilómetros de Díli. No mercado ao ar livre qualquer vendedor diz onde está o cabecilha dos 600 desertores conhecidos por peticionários (por terem feito uma petição em janeiro a Xanana Gusmão, exigindo a investigação dos tais dois coronéis e do general Matan Ruak). O tenente Salsinha e duas ou três dezenas dos seus homens ocuparam um antigo orfanato abandonado. É ali que dormem, sem vidros nas janelas, sem luz ou água. Vestem-se à civil e, aparentemente, não têm armas. Nas paredes do orfanato, alguns soldados reproduziram o que chamam «massacre de Raikotu», desenhando militares armados das Falintil a disparar sobre mulheres e crianças. Todos os rebeldes falam desse momento: a tarde de sexta-feira, dia 28 de abril, quando ao voltarem da manifestação no Palácio do Governo para Raikotu, no limite ocidental da cidade, já depois do aeroporto e muito perto do quartel-general de Matan Ruak, os peticionários dizem ter sido atacados pelas costas por um batalhão de 105 homens do coronel Lere Anan, o número dois das Forças Armadas. Em Díli, nos bairros loromonos, fala-se de 50 a 60 mortos civis. Os desertores que se concentraram em Gleno com o tenente Salsinha levaram três dias para fazer o caminho a pé. Sabem apenas que as outras centenas de colegas foram para as suas terras, espalhando-se pelos concelhos loromonos do país, mas não têm notícias deles. No hospital nacional de Díli, e de acordo com o diretor António Caleres Júnior, nesse dia e no dia seguinte deram entrada nas urgências quatro mortos (identificados ao EXPRESSO) e mais de 60 feridos. Todos civis baleados. «Supunha-se terem ficado hospitalizados, mas naquele fim de semana as famílias vieram buscá-los à pressa». Estavam com medo das Falintil. Metade dos feridos encontrava-se em estado grave. A dois quilómetros do orfanato ocupado pelos peticionários, um outro grupo de militares acantonou-se numa casa modesta com dois ou três quartos e alguns anexos. Ao contrário dos peticionários, estão armados e não se consideram desertores. «Eu e o major Tara saímos dos quartéis no dia 3 de maio e viemos com 32 homens para as montanhas por solidariedade, para defender o povo e os nossos colegas loromonos», explica o major Marcos Tilman. Mais tarde chegaram também 21 polícias civis loromonos, assim que os conflitos dentro

da Polícia Nacional de Timor-Leste estalaram entre etnias, num contágio em cadeia. Reunidos em Ermera, reorganizaram-se e estão agora a viver como uma unidade militar normal, com o organigrama hierárquico pendurado na porta da casa, postos de vigia montados e uma escala de turnos. A população está do lado deles e a entrada em Ermera é detetada com muita antecedência, dando-lhes tempo de reação para se esconderem no mato. «O primeiro-ministro tem de se demitir e de se submeter ao tribunal internacional. Ele é um criminoso porque deu ordens para disparar sobre pessoas inocentes», argumenta o major Marcos. No dia 7 de maio, um terceiro grupo ainda veio reforçar as forças rebeldes: o major Alfredo Reinaldo, comandante da polícia militar, com mais 17 homens, também armados e também não se assumindo como desertores. A coordenação operacional dos três grupos foi-lhe passada para as mãos. Colega de carteira dos majores Marcos e Tara no curso para graduados das Forças Armadas em 2001, é o oficial com maior experiência de comando. Um novo episódio obrigou, no entanto, Alfredo a mudar de poiso para a pousada de Maubisse. No dia 23 de maio, na mesma altura em que os majores Marcos e Tara reuniam com o ministro Ramos-Horta em Suai, não muito longe de Ermera, acertando com ele as condições mínimas para começar um diálogo com o general Matan Ruak, o major Alfredo atacou uma coluna das FDTL, matando dois militares. Dois dias depois, alguns elementos das Falintil retaliariam, matando em Díli nove polícias loromonos desarmados. Em Maubisse, vigiado por tropas australianas, Alfredo continua a ser o líder militar máximo dos rebeldes. «Não acredito em nada do que Alkatiri diz. Não há diálogo enquanto ele for primeiro-ministro». Reportagem de **Micael Pereira** (texto e fotografias), enviado a Timor.

7.4. TIMOR A 1ª NAÇÃO DO SÉCULO XXI ou 2º PROTETORADO DO SÉCULO...

Vejam as exigências dos revoltosos na montanha e dalguns líderes de partidos minoritários (pouco representativos, mas bem vocais) que temem repetir os resultados das últimas eleições. Dizem-se ameaçados.

Exigências de todos os que são facilmente manipulados em troca duns pequenos nada. Se recuarmos a 1975 veremos que, então, se compravam votos com sacos de arroz e transístores. Se retrocedermos mais vemos como foram os acordos entre as tribos, quer contra Portugal, quer entre si e contra outras tribos (Timor-Leste o dossier secreto 1973-1975). O que poucos parecem ver é que Timor caiu por causa da política do dominó de Kissinger em 1975. Está em riscos de cair outra vez. O porta-voz de então atualmente domina a cena da comunicação social internacional. Como sempre, Ramos Horta, talvez por saber que já não tem margem para chegar a Secretário-geral da ONU contenta-se com as migalhas de futuro líder de Timor. Com ou sem Xanana, porque este é ainda uma incógnita, depois de ter levado ao extremo a sua leitura dos poderes presidenciais na atual constituição. As pressões para que continue com todos os poderes atuais, e mais alguns, é um ótimo remédio para um regime semidemocrático ou para um regime presidencialista. Nas mãos dum bom títere dominado pelos interesses de Camberra poderia ser um ótimo autocrata numa ditadura, mais ou menos benévola, suportada pelas forças internacionais lideradas pela Austrália.

Os interesses do petróleo em jogo são de tal forma elevados que a maioria das pessoas nem se apercebe destas boas intenções e da repetição de que o governo atual falhou.

Reparem que o governo (australiano) que diz isto tudo "a bem de Timor" é o mesmo que acaba de reconhecer ter prendido dezenas de cidadãos seus ilegitimamente por pensar que eram ilegais a tentarem imigrar. Agora já nos massacram todos os dias com a história dos esquadrões de morte (novo acelerar do Plano B, para a deposição do governo), com as reivindicações de soldados desertores e traidores (em férias na Pousada de Maubisse e em Gleno), com as pseudo-ameaças contra a vida de líderes de partidos da oposição (de quem não ouvimos uma palavra nos últimos anos). Fala-se em mortos (que ninguém viu) cujas famílias não os choram. Confinam-se as forças da GNR ao canto mais problemático de Díli com a ameaça de serem desarmados se não obedecerem ao xerife australiano. Não se ouvem vozes para a reposição da legalidade constitucional democrática. Só se fala num governo de transição que, obviamente, não terá poderes para fazer nada, a não ser o que o xerife mandar.

Assistimos incrédulos a uma guerra em que se proclama que os jovens mais cedo ou mais tarde vão deixar de ter o Português como uma das línguas oficiais. Depois, só arranjarão emprego se falarem o inglês dos seus novos amos. Idêntico ao que acontecera no tempo indonésio. Nenhum dos políticos timorenses está neste momento a pensar naquilo que será melhor para o povo timorense. Aprenderam com os políticos portugueses. Sabem a história de desuniões e de intrigas ancestrais que

caracterizam Timor. Preocupam-se mais em estabelecer as suas áreas de influência. Manter velhos feudos. Não há interesse pessoal em se unirem a favor da reconciliação nacional.

JC lembra-se bem do que se passava, em Timor sob ocupação indonésia, quando ainda era Correspondente no Estrangeiro [Lusa, RDP, Público, etc.]. As reuniões semanais infintas em Sidney com Ramos Horta e João Carrascalão, e mais esporádicas com Roque Rodrigues, Ágio Pereira, Lola Reis e outros porta-vozes ou membros da Resistência Timorese. Eram caracterizadas por desinteligências profundas. Ancestrais ódios mal dissimulados. Uma espécie de revanchismo pelas atitudes que cada um tomara no passado. Em mais duma ocasião, ameaçara deixar de reportar a luta clandestina. Até que se entendessem e se unissem. Alertava-os para o beneficiário direto daqueles desencontros, a Indonésia. Por vezes, muitas vezes, a maior parte das vezes, fora difícil chegar a um consenso. Conseguira-o. Nada do que passa o surpreende.

Como escrevera JC em 1997:

*“O regresso [dos Timorenses a Timor independente] seria marcado por profundas diferenças. Os refugiados da Austrália aceitarão de forma pacífica os colaboracionistas que ali permaneceram, voluntária ou involuntariamente? Que conexões terão os filhos desses, que colaborando ou não, forçosamente ali ficaram com os que falam inglês ou português? Nenhuma, pois provavelmente apenas poderão comunicar através de Bahasa Indonésia. Em tal contexto e partindo do princípio que a guerrilha e a oposição civil conseguiram libertar o país do jugo javanês, seriam poupados os milhares de pessoas que coabitaram com os indonésios, como forma de sobreviverem? Por outro lado, pondo questões morais de parte, há um ‘fait accompli’ na presença indonésia, por voluntária ausência dos portugueses e lutas internas, naquilo que se designou a guerra civil e apenas durou de agosto a setembro 1975. Famílias separadas por três continentes, sem hipóteses de reunião, devem esperar o futuro confiantes de que o bom senso vai prevalecer, com a sua dose de realismo, para permitir àqueles que saíram de Timor se poderem reunir aos que labutam em Portugal, Macau e Austrália. Para os outros, há que continuar a insistir para que os organismos internacionais descubram uma fórmula para tornarem a situação menos injusta e menos dolorosa. **A sobrevivência do povo maubere depende apenas dele e da sua adaptação, do seu querer, do seu saber manter a cultura tradicional em atmosferas humanas modernísticas.** O governo australiano – depois de silenciosamente assistir à destruição da ex-colónia portuguesa – ignora os problemas sociais que diariamente se acumulam e quotidianamente são enfrentados pelos timorenses. As dúvidas, a distância e o tempo não ajudam a sarar as feridas de que enfermam os timorenses aqui residentes. O futuro pode ser mais sombrio do que o passado e o presente...”*

Hoje, mais do que nunca, era importante saber-se que existe um governo a funcionar em Díli. Parece que funciona na maior parte do território. Funciona como o Império Português, na maior parte

dos casos, por omissão mais do que por ação. Seria importante saber que medidas Xanana pode implementar sem aprofundar mais as feridas por sarar de tantos timorenses, apoiando-se no ambicioso Ramos Horta cujo limite parece ser o infinito. Desde que alguém o apoie ele acredita que vai chegar lá, seja lá onde for...

A política dos meios de comunicação social australianos seguindo a política governamental (cada vez há menos vozes discordantes nos mass media australianos) tem até à exaustão criado conflitos e denegrado a posição de Mari Alkatiri. Querem substituí-lo à força para que as concessões de petróleo e as disputas sobre fronteiras marítimas sejam resolvidas a favor de Camberra. Todos os dias surgem novidades “Alkatiri criou esquadrões da morte”, “Alkatiri armou a Fretilin”, “Alkatiri mandou matar a oposição”, “Alkatiri não sabe governar nem tem condições para governar”, “os revoltosos exigem a demissão de Alkatiri”, e tantos outros títulos repetidos até à exaustão em tantas e tantas notícias dos jornais e televisões de todo o mundo. Fazem recordar a lengalenga dos anos 70 a insistir que a Fretilin era comunista, tinha alianças com a República Popular da China e era uma ameaça à paz e estabilidade asiáticas...

Os EUA (estes EUA de Bush nada têm a ver com os de Clinton) têm uma dívida para com a Austrália e o seu apoio à ação norte-americana no Iraque. Por isso irão votar a favor de qualquer proposta australiana que surja na ONU. A Grã-Bretanha também tem a sua agenda ligada aos EUA e Austrália e desconhece-se quantos países poderiam apoiar iniciativas portuguesas que contrabalançassem a posição do xerife australiano. Por outro lado, a ASEAN, liderada pela Indonésia, aproveitará para se vingar da independência de Timor, por mais maturidade que alguns dos seus líderes clamem ter.

Não se vislumbra assim nenhum cenário favorável a evitar que Timor se torne num protetorado australiano, de acordo com uma política delineada e premeditada há muito. Será que Timor ainda pode dizer BASTA depois de ter pedido a intervenção estrangeira? Quem o iria fazer se não for Alkatiri?

Xanana pode estar tentado a ceder às inúmeras pressões dos seus amigos australianos e apaziguar os revoltosos, deixando cair o atual governo, criando um vácuo constitucional conducente a futuros golpes de estado. A Igreja, solícita, ajudará a dar-lhe o apoio de vastos setores representativos da sociedade timorense, se bem que não referendados pelas urnas. Ramos Horta todos os dias se diz disponível para primeiro-ministro, para criticar Alkatiri ou para exigir mais um inquérito às alegações sobre este, por mais disparatadas que sejam.

A ONU só decidirá a 20 de junho. Até lá continuam a mandar os australianos sem imporem a ordem, que isso não lhes convém, e por isso queriam a GNR confinada à zona de Comoro. Vão também proteger os revoltosos e todos os que atacarem Alkatiri ou se digam vítimas deste. Vão surgir mais deputados e membros da sociedade timorense a clamar a destituição do governo, sempre

apoiados por pedidos de inquérito e de notícias dos meios de comunicação australianos. Vai haver mais prédios ardidos e uns tantos atos de vingança nas casas e propriedades doutros para ajuste de contas antigas.

O governo em Díli totalmente manietado vai-se mostrar impotente e logo, incapaz de governar. Isto fará erguer, ainda mais alto, o clamor para a sua substituição em nome dum alegado governo de unidade nacional que só irá fragmentar ainda mais a sociedade entre Fretilin e o resto do país. Não era esta a receita da guerra civil em agosto de 1975? Era, mas a de então era orquestrada pela Indonésia enquanto esta é orquestrada pela Austrália com a conviência e colaboração ativa de nomes sonantes da vida política timorense. A história repete-se. Alguns dos intervenientes são ainda os mesmos.

Desculpem a pergunta, mas quem é que se vai lixar outra vez? O desgraçado do timorense, desempregado, pobre, inculto pois vai continuar a ser manipulado como sempre foi. O povo timorense irá fazer o que os líderes lhes disserem. Tal como, antigamente, fazia quando os régulos e liurais mandavam. A história repete-se e reproduz-se. Ninguém o ensinou a ler, nem lhe deu livros. Não sabe que essa tem sido a sua vocação ao longo de cinco séculos de colonialismos. Parece fadado a repetir esse ciclo autofágico. O que parece certo é que vai haver paz em Timor, mesmo que seja a paz podre que já se antecipa.

O campeonato mundial de futebol, dentro de dias, vai ajudar a que aquilo que lá se passa fique despercebido por entre o interesse nacionalístico das equipas de vários países a sonharem com a Taça. Os interessados irão manter-se empenhados. Os leitores de jornais irão desmotivar e encolher os ombros. Sabe-se que Portugal não tem cotação nos mercados diplomáticos internacionais para ombrear com a Austrália e EUA. Limitar-se-á a erguer a sua voz isolada. A CPLP não existe e não se fará ouvir ou será despicienda e o Brasil, longe, anda preocupado com os mensalões e outras corrupções.

Desde abril que JC vive dominado por eventos internacionais que lhe tocam demasiado perto para não se exprimir da única forma que sempre soube, escrevendo, lendo, narrando, tirando analogias e conclusões.

Sabe-se como passou uma parte enorme da sua vida dedicada a eles. Referimo-nos, como é óbvio, a Timor-Leste para onde fora convidado a ir em agosto a um Fórum Internacional sobre a Língua Portuguesa. Seria a sua primeira visita depois de 31 anos de ausência. Andava todo entusiasmado com a perspetiva desse retorno histórico. Quis o destino que tudo ficasse sem efeito. Uma vez mais os políticos se encarregaram de evitar o seu regresso. Também não se preocuparam em convidá-lo quando se tornaram independentes. Será a maldição de nunca mais regressar a Timor uma realidade?

Adiante se irão percorrer pequenos comentários a notícias que foram surgindo ao longo da crise antes de regressar à realidade açoriana onde vive atualmente e que é menos conturbada.

21 junho de 06 Portugal Diário. Registo civil destruído. Moradores culpam inação das tropas australianas

Um incêndio de origem criminosa destruiu hoje o Registo Civil de Comoro, na zona ocidental de Díli, cujos moradores atribuíram a ocorrência do sinistro à inação das tropas australianas presentes na capital de Timor-Leste. Um morador em Comoro, que pediu para não ser identificado, contou à Lusa que, há quatro dias, já se tinha registado um incêndio no edifício «rapidamente combatido pelos bombeiros. Depois esteve aqui a GNR, mas hoje, com a chegada dos australianos, e porque esta é a zona deles, os portugueses foram-se embora», disse a mesma fonte, referindo-se às zonas de atuação das forças internacionais presentes em Timor-Leste. «Poucas horas depois, foi a vez de os australianos abandonarem o local e o resultado foi este. Perderam-se os poucos documentos que não foi possível retirar», acrescentou. O incidente registou-se durante a tarde e os responsáveis pelo incêndio não foram identificados pelos moradores. A área onde se situava o Registo Civil fica em Comoro, bairro sob jurisdição da GNR, mas dentro da zona de intervenção das forças militares australianas. Apesar disso, efetivos da GNR mantiveram-se três dias no local, devido à ausência dos australianos e correspondendo a um pedido do ministro da Justiça timorense, Domingos Sarmento, devido à existência de «informação vital», conforme disse à Lusa fonte oficial. No edifício encontravam-se documentos referentes a registos de pessoas e de propriedades. O comandante operacional da GNR, capitão Gonçalo Carvalho, confirmou que efetivos portugueses se mantiveram três dias na área para garantir a segurança do edifício, ao lado de uma esquadra da Polícia Nacional de Timor-Leste. Segundo os bombeiros de Díli, registou-se mais um sinistro da parte da tarde, no bairro de Bécora, onde arderam três casas, junto ao terminal rodoviário. Não se registaram vítimas nos dois incêndios.

Comentário JC: Logo que a GNR sai de Comoro os australianos deixam mais um fogo atear...não há ninguém que fale sobre isto ou que peça a saída das tropas australianas? Convém apenas lembrar que existem disputas sobre titularidade de propriedade desde 1974, envolvendo sobretudo timorenses e indonésios.

21-06-2006 9:39:00. Fonte LUSA. Xanana Gusmão exige demissão Mari Alkatiri por "perda de confiança"

Lisboa, 21 junho (Lusa) - O presidente timorense, Xanana Gusmão, exigiu a demissão do primeiro-ministro, Mari Alkatiri, por considerar já não merecer a sua confiança, numa carta enviada ao chefe do governo. Na carta, Xanana Gusmão refere-se a um programa da série "Four Corners" transmitido pelo canal televisivo australiano ABC, explicando a Mari Alkatiri que no documentário são feitas "graves denúncias sobre o seu envolvimento na distribuição de armas a civis". "Tendo visto o programa 'Four Corners', que me chocou imensamente, só me resta dar-lhe oportunidade para decidir: ou resigna ou, depois de ouvido o Conselho de Estado, o demitirei, porque deixou de merecer a minha confiança, enquanto Presidente da República", escreve

Xanana Gusmão. "Espero uma resposta sua até às 17h00 de hoje, 20 de junho de 2006", lê-se na missiva assinada por Xanana Gusmão". ASP. Lusa/Fim

COMENTÁRIO JC: a crise que já era surrealista assume contornos inequívocos. Agora temos um ex-conceituado programa de televisão australiana a demitir o primeiro-ministro de Timor. Sempre pensara que Mari Alkatiri perdera a confiança de Xanana. Se for demitido por causa dum programa de televisão, cujos argumentos já foram refutados nestas páginas ou postos em dúvida, parece ser demais. Espera-se ansiosamente que a televisão australiana indique quem será o novo primeiro-ministro.

22 junho LUSA – Xanana acusa a Fretilin

O presidente Xanana Gusmão, acusou hoje a direção da Fretilin de ter comprado os votos dos delegados ao recente congresso do partido no poder, questionando a sua legitimidade. Numa mensagem ao país, em tétum, Xanana Gusmão lembrou que a direção da Fretilin, liderada por Mari Alkatiri, saída do congresso realizado em Díli de 17 a 20 de maio passado, foi eleita por braço no ar, em vez de voto secreto. A este propósito, Xanana Gusmão invocou a lei dos partidos políticos para questionar a legitimidade da direção da Fretilin. No congresso, Mari Alkatiri foi eleito secretário-geral do partido com 97,1 por cento dos votos. EL/PNG. Lusa/Fim

COMENTÁRIO JC: É pena que tenha demorado um mês para formular estas acusações. Será que as prova ou espera que a ABC e *Four Corners* façam um programa sobre o assunto? Este Xanana ou é diferente daquele que nós conhecíamos ou está a ser manipulado.

No entanto, para quem conhece a lei, Xanana não tem poderes constitucionais para exigir a demissão do primeiro-ministro, de acordo com o Artigo 112.º (Demissão do Governo)

1. Implicam a demissão do Governo:

- a) O início da nova legislatura;*
- b) A aceitação pelo Presidente da República do pedido de demissão apresentado pelo Primeiro-Ministro;*
- c) A morte ou impossibilidade física permanente do Primeiro-Ministro;*
- d) A rejeição do programa do Governo pela segunda vez consecutiva;*
- e) A não aprovação de um voto de confiança;*
- f) A aprovação de uma moção de censura por uma maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.*

2. O Presidente da República só pode demitir o Primeiro-Ministro nos casos previstos no número anterior e quando se mostre necessário para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas ouvido o Conselho de Estado.

22 junho de 06 Premiê timorense deve renunciar, defendem partidários

Díli, 21 jun. (Lusa) - A oposição interna na FRETILIN, defendeu em coletiva de imprensa a demissão de Mari Alkatiri dos cargos de primeiro-ministro e de secretário-geral do partido. Segundo Vicente Ximenes "Maubosy", antigo membro do comité central, Alkatiri deve "poupar o partido e o país de mais danos". "Quanto maior a demora (na demissão de Alkatiri), maior será o sofrimento do povo", disse. Maubosy estava acompanhado do secretário de Estado para a Coordenação da Região III, Egídio de Jesus, e do ex-embaixador em Camberra, Jorge Teme. Na convenção realizada em maio, a oposição interna apresentou-se unida em torno da candidatura do embaixador nos EUA e nas Nações Unidas, José Luís Guterres. No entanto, Guterres desistiu de concorrer porque o voto não seria secreto, deixando Alkatiri se reeleger como secretário-geral do partido, com 97,1% dos votos. Em carta enviada ontem ao primeiro-ministro, o presidente Xanana Gusmão, exigiu sua renúncia, afirmando ter perdido a confiança em Alkatiri. O chefe de Governo é acusado de ter montado um grupo, com armas e fardas da Polícia Nacional, para exterminar adversários políticos. O Ministério Público iniciou a investigação sobre o envolvimento do ex-ministro Rogério Lobato, que fez a distribuição das armas.

COMENTÁRIO JC: A Lusa (Brasil) "esqueceu-se" de dizer que esta oposição interna de Maubosy, Teme, José Luís Guterres, foi esmagada no último Congresso da Fretilin em maio. De repente aparece o número de 37 mortos em vez de 21. Onde estão os corpos? Quem fez a contagem? Sabe-se que as democracias ocidentais nem sempre podem ser exportadas para nações onde a mera noção do cumprimento da lei é estranha, mas deve favorecer-se o primado da lei e não das emoções. Crê-se que Lobato, Alkatiri e tantos outros (a começar pelos oficiais revoltosos) devem ser julgados pelos Códigos [civis, penais e militares] já existentes e aplicáveis, em vez de o serem pelos jornais e pelos interesses mal dissimulados do governo australiano.

O problema a que se assiste agora, uma vez mais, é que as feridas de agosto 1975 nunca sararam. Ao contrário da tentativa de reconciliação de Xanana com os indonésios. Estão todas à tona, entre os que são e os que não são da Fretilin (lideradas por Xanana e alguma oposição no seio do parlamento). Neste momento, todos os timorenses estão de novo a ser joguetes entre estas duas forças, sabiamente manipulados pelos australianos, norte-americanos. Peões de todos e dos jogos de influência e ânsia de poder. Ramos Horta o mais vocal e visível, entre tantos outros. Por isso, era fundamental que a lei fosse respeitada e cumprida e os seus prevaricadores ouvidos, julgados e condenados, se fosse caso disso. A demissão dum governo democraticamente eleito é um péssimo serviço à futura democracia do jovem país.

Claro que a Austrália não se importa. Já decidiu que tipo de protetorado ali vai implantar com a complacência do mundo ocidental e o beneplácito dos americanos [como um primo de JC insiste em tratá-los] (perdão, americanos). No fundo será a solução deste país que prevalecerá e os milhares de refugiados vão regressar a suas terras. Casas já não terão a acreditar nas promessas dos novos messias que irão surgir desta embrulhada, chamem-se eles o que se chamarem.

Uma vez mais foi o pobre e martirizado povo de Timor quem se lixou. Os mandantes ficam a rir-se da sua esperteza saloia, das suas vitórias e do seu poder adquirido. É para isto que JC alerta.

Não defende Xanana, nem Alkatiri. Nem qualquer outro mero eleito por mais autocrático ou menos democrático que seja. A história repete-se. Ninguém a leu, nem mesmo depois de publicar longos extratos. O povo sairá mais pobre. Alguns sairão mais ricos. Sempre aconteceu ao longo da história. Viva a descolonização exemplar de Portugal. Viva a história de sucesso da ONU em Timor. Viva a ajuda imprescindível da Austrália para por ordem em tudo. Daqui a uns anos vamos ter guerrilhas em Timor a lutar contra a exploração colonial australiana, mas isso fica para outra conversa...

Domingo, junho 25 Blogue Causa Nossa. - Presidente não se demita. Demita-o! Ana Gomes

Presidente - não se demita. Demita-o! É o teor de um SMS que acabo de enviar ao Presidente Xanana! Interferência nos assuntos internos, acusar-me-ão. Eu não sou governo, sou deputada, cidadã portuguesa e amiga de Timor-Leste. Trabalhei muito por ver o povo de Timor-Leste livre e independente e não vou assistir impávida a que um punhado de casmurros de matriz totalitária precipite de novo o país no caos. "Interferi" muito, antes, por Timor-Leste e não me arrependo. É preciso que em Portugal se entenda que Mari Alkatiri até hoje não juntou os milhares de manifestantes da Fretilin, que diz estar a reter para não provocar mais perturbações, pura e simplesmente porque não os tem. Os militantes de base da Fretilin são quem está mais desapontado com os falhanços deste governo. Alguns membros do governo também o sabem - e por isso se estão a demitir. Vejam o que disse a Micató, Domingas Alves, uma militante da Fretilin que se destacou na resistência no interior durante a opressão indonésia, quando se demitiu ontem do cargo de conselheira do PM para a igualdade das mulheres. Os militantes da Fretilin que estão próximos do povo sabem bem que o povo - por justas e injustas razões - odeia Mari Alkatiri e outros membros do seu governo. Sabem bem que muitos e graves erros foram cometidos, que inviabilizam que Mari Alkatiri continue à frente da governação. Eles não podem deixar que a obstinação de um punhado de gente arrogante e desligada da realidade arraste mais o país para o caos. [publicado por AG] 25.6.06

COMENTÁRIO JC: Exmo. Senhor Presidente Aníbal Cavaco e Silva

Por favor demita esta deputada portuguesa. Pode ter sido uma boa embaixadora de Portugal em Jacarta, mas passou-se, de vez. Sei que não tem poderes na Constituição para o fazer e que ela foi livremente eleita, mas depois do arrazoado abaixo e doutros anteriores nada mais lhe resta senão demiti-la. Se não se demitir ameace o senhor demitir-se. A ficção - cada vez mais - imita a realidade, seria cómico se não fosse trágico.

Sábado, junho 24, 2006 Seria de antologia... A cozinha no centro da política internacional

anónimo séc. XX <http://anonimosecxi.blogspot.com/2006/06/seria-de-antologia.html>

No editorial de hoje do DN, Eduardo Dâmaso critica a influência da mulher Kirsty sobre Xanana.

JC também achara desbocada a entrevista dada há algumas semanas a uma rádio australiana, mas, o que hoje lhe despertou a atenção, foi o facto de Dâmaso achar que Kirsty só fala na cozinha.

Xanana Gusmão "pôs o país em alvoroço dizendo em papel timbrado e com a solenidade das declarações de Estado o que a sua mulher diz habitualmente na cozinha lá de casa". E por que não na sala? Ou no quarto? Ou mesmo na casa de banho? Enquanto um toma duche o outro lava a cara e conversam... Ou será que Kirsty só tem lugar na cozinha como todas as mulheres? Dâmaso admite que Kirsty, além da cozinha, também fala "em incursões pelos bairros pobres de Díli". É aquela costela social que elas também têm...postado by Susana 22.6.06 Este texto - para que o albergue dos danados chamou a atenção, seria de antologia, sobre o machismo ideológico que nos envenena, se não fosse, também, antológico de como batalhas nossas nos podem distrair ou despriorizar o que, no momento, é fundamental. Falo de Timor. Não quero saber se Kirsty é lady ou lorde, se falou na cozinha, no salão ou sentada na sanita enquanto Xanana fazia a barba, quero é sublinhar que falou e o que disse, não por ser uma desbocada mas por ter sido muito grave - e elucidativo -, embora com a grande vantagem de também ter sido uma verdadeira denúncia anunciada do que o presidencial esposo viria a dizer, depois do que, outros e eles, têm vindo a fazer contra um governo que foi eleito pelos timorenses contra suas excelsas vontades e que contra seus interesses vem governando. Veja-se que não menos machista é a função distribuída às "primeiras damas" de fazerem incursões pelos bairros pobres e degradados enquanto os "primeiros damos" concretizam as políticas que criam os pobres dos bairros e os degradam. O que me choca, e de forma em que a angústia se imiscui e só pode ser vencida com a certeza de que as esperanças renascem nas lutas que continuam depois de cada assassinio das esperanças aparentemente concretizadas, é o que têm sido as traições a este povo de Timor. Mas a vitória final não será a dos não vêm lágrimas, mas apenas petróleo. Postado by Sérgio Ribeiro

Comentário: GR disse...

Esta ex-jornalista australiana fez, críticas sobre a política interna, pronunciou-se sobre posições (não difundidas até à altura) do PR de Timor. Criou maior instabilidade com as suas afirmações, quer nacional como internacionalmente. É triste que a senhora Kirsty Sword, não passe de uma moça de recados do PR timorense. Mas só se confirma o tipo de presidente que Timor tem. Em que país um PR manda a esposa dar recados, preparar a população, para dias depois ele vir dizer a mesma coisa? Ou será Kirsty Sword, uma agente australiana e Xanana anda sob as suas ordens? Seja a situação qual for, o povo de Timor não merecia tal sorte! Quantos irão morrer, por não quererem estar sob jurisdição da Austrália? GR

24 para 25 de junho de 2006 Jorge Heitor, Público: José Ramos-Horta demissionário. Fretilin não aceita que Mari Alkatiri se demita

José Manuel Ramos-Horta demitiu-se ontem de ministro timorense dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, depois de o Comité Central (CC) da Fretilin, reunido em sessão extraordinária, não haver aceitado a saída do primeiro-ministro Mari Alkatiri; ao contrário do que ele havia antecipado como a solução mais adequada para

a presente crise. O chefe da diplomacia australiana, Alexander Downer, lamentou profundamente a partida daquele a quem se referiu como "um bom amigo". Houve mais tiros na capital, Díli, na altura em que se conhecia a demissão tanto de Ramos-Horta como do ministro dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, Ovídio de Jesus Amaral, noticiou a ABC News Online. Também o vice-ministro da Saúde, Luís Lobato, comunicou ter apresentado a demissão. A Fretilin continuou a dizer que, "a qualquer momento, poderá fazer entrar na cidade dezenas de milhares de pessoas afetadas ao presidente do partido, Francisco Guterres, "Lu-Olo", e a Alkatiri". O comandante das forças australianas destacadas em Timor-Leste, brigadeiro Michael Slater, declarou que os seus homens estavam preparados para a possibilidade de um confronto entre partidários e adversários do primeiro-ministro.

PEDIDO O APOIO DA IGREJA CATÓLICA

O CC reafirmou que "a Fretilin tem total disponibilidade para tudo fazer no sentido de encontrar uma solução duradoura, respeitando a Constituição e as leis; com base no diálogo e no consenso nacional". Apelou a Xanana e ao primeiro-ministro "para não se demitirem das suas responsabilidades constitucionais". Propôs o diálogo com o Chefe de Estado, que na semana passada ameaçara demitir-se se Alkatiri o não fizesse. Solicitou apoio tanto à Igreja Católica como a outras confissões religiosas, "com vista à solução da crise.. Quanto a Ramos-Horta, que a AFP ontem apresentava como "o delfim natural" de Xanana, "ficará em funções até à formação de novo Governo"; mas ninguém sabe ainda dizer que espécie de governo é que será este. Estanislau da Silva, membro da Comissão Política Nacional da Fretilin, declarou em conferência de imprensa que Alkatiri chegou a colocar à disposição do partido o lugar de primeiro-ministro, mas que isto foi recusado. Diplomatas ocidentais citados pela Reuters declararam que gostariam de ver Ramos-Horta como chefe do Governo. Os críticos do atual detentor do cargo [Alkatiri] alegam ter sido este muito influenciado pela linha socialista da Frelimo e do MPLA, durante os seus anos de exílio. O desemprego é de cerca de 70 por cento, num país de um milhão de habitantes, e a oposição argumenta que Alkatiri não foi capaz de criar postos de trabalho, apesar de Timor-Leste poder dispor dos direitos de exploração de petróleo e gás natural. **Jorge Heitor** 24 para 25 de junho de 2006

26 junho 2006 Blogue CACAU BRANCO. Ex-Consultor do grupo Amorim assessora José Ramos Horta

CRISTÓVÃO SANTOS, nasceu português, tem 55 anos e chegou à Austrália em 1975. Jornalista, iniciou a sua carreira no jornal «Norte Desportivo», passando depois pelo «Novidades» e, finalmente, escreveu para o «Diário de Lisboa». Em 1969 partiu para Timor, onde se tornou amigo pessoal de Ramos Horta e lutou ao lado dos guerrilheiros da Fretilin quando a Indonésia invadiu o território. Depois de a sua casa ter sido bombardeada e de a filha ter ficado gravemente ferida, a família foi retirada de emergência para Darwin. Uma vez na Austrália, Cristóvão Santos continuou a luta por Timor-Leste, como porta-voz da Fretilin, e reiniciou a carreira de jornalista, tendo chegado a redator-chefe do matutino «Sun News Pictorial». Mais recentemente, trocou a profissão de jornalista pela de consultor, sendo o relações-públicas da maior empresa portuguesa a operar na Austrália, o grupo Amorim. Na qualidade de consultor, Cristóvão Santos foi ainda um dos principais mediadores entre a Phillips Petroleum Austrália e o Governo timorense, que resultou na assinatura do novo tratado de exploração de gás no Mar de Timor.

COMENTÁRIO JC: Sobre este Cris escrevia-se em “Timor-Leste 1973-1975 o dossier secreto”:

Entretanto, em Portugal, o semanário “Expresso” de 25 maio 1974 dedica quase toda a sua primeira página a Timor, sob o título: “TIMOR: situação controversa agora sem vendilhões do templo...”

De facto, a situação político-militar está confusa em Timor. Depois da visita dos delegados da Junta (Major Garcia Leandro e Major Maia Gonçalves) em vez da verdadeira voz de um governo revolucionário, as pessoas constataam que as velhas formas de esquecimento a que a colónia foi votada no passado se iriam manter. Há quem anseie por Salles Grade, anterior Chefe de Estado-maior em Timor, até 1973. Durante a controversa visita dos delegados da Junta, Leandro faz declarações bem ambíguas e nebulosas:

“Que o MFA sabe perfeitamente bem o que se está a passar em Timor, e não há necessidade para as pessoas se preocuparem.

Que a permanência do consulado Aldeia está perfeitamente justificada porque as suas atividades são predominantemente administrativas, logo não políticas (sic).

Que o MFA não tolerará mini-revoluções ou mini-movimentos assim como atos tendentes a afastar o Governador e Comandante Militar em Chefe, os quais apenas podem ter origem em grupos minoritários.”

Estas declarações ambíguas e dúbias levaram muita gente a pensar que tais eram pontos de vista pessoais e não linhas mestras do MFA. Apoiada por estas declarações a emissora local apressa-se a proclamar que “se o governador Aldeia for afastado haverá um banho de sangue devido ao seu conhecimento profundo da população local.” Criticamente afirmamos no jornal local que o postulado destas premissas está fundamentalmente errado. Diante de centenas de pessoas reunidas no Ginásio Escolar para escutar as vozes da revolução o, então, Major Leandro proclama que o semanário “Expresso” é sensacionalista e incorreto na sua reportagem sobre Timor. Ele também promete descobrir, no seu regresso a Lisboa, quem foram os autores das “notícias alarmistas que obviamente conspiram contra a paz e tranquilidade na ilha.”

Toda a gente sabe que há duas pessoas a escrever para o “Expresso”: Cristóvão Santos, Diretor da Imprensa Nacional (mais tarde porta-voz da FRETILIN e ministro da Comunicação Social no curto governo da República Democrática de Timor-Leste) e/ou o autor deste livro. Ambos fizeram parte das revelações do “Aldeigate” quando o Governador Aldeia chamou traidores aos revoltosos de então, agora no governo. De facto, uma cópia do discurso de Aldeia foi escamoteada para fora do território utilizando hippies australianos rumo ao Cupão (Kupang), outra cópia foi enviada sob nome falso para um intermediário sob nome falso, de forma a não alertar os censores. Quando a PM (Polícia Militar) veio sem mandatos fazer buscas a casa daqueles dois suspeitos não conseguem encontrar as duas cópias em falta, porque estas já vão rumo a Lisboa. Aquele material queima como ácido, pelo que não era aconselhável tê-lo ou tocar-lhe. Este, e outros factos são relevantes para estabelecer os antecedentes daquilo que a seguir se vai passar. A imputação do Governador tem o seu início real quando a composição começa a ser impressa e, de imediato retirada para encobrir a existência do discurso. Mesmo antes de sair, Garcia Leandro autentica a mensagem da emissora sobre o banho de sangue que haveria se a população ficasse sem o governador Aldeia.

De facto, esta não era a forma adequada de começar a descolonizar a mais distante e esquecida colónia do Império Português que ora se desmoronava.

É português, tem 55 anos e chegou à Austrália em 1975. Jornalista, iniciou a sua carreira no jornal «Norte Desportivo», passando depois pelo «Novidades» e, finalmente, escreveu para o «Diário de Lisboa». Em 1969 partiu para Timor, onde se tornou amigo de Ramos Horta e lutou ao lado dos guerrilheiros da Fretilin quando a Indonésia invadiu o território. Depois da sua casa ter sido bombardeada e de a filha ter ficado gravemente ferida, a família foi retirada de emergência para Darwin. Uma vez na Austrália, Cristóvão Santos continuou a luta por Timor-Leste, como porta-voz da Fretilin, e reiniciou a carreira de jornalista, tendo chegado a redator-chefe do matutino «Sun News Pictorial». Mais recentemente, trocou a profissão de jornalista pela de consultor, sendo o relações-públicas da maior empresa portuguesa a operar na Austrália, o grupo Amorim. Na qualidade de consultor, Cristóvão Santos foi ainda um dos principais mediadores entre a Phillips Petroleum Australia e o Governo timorense, que resultou na assinatura do novo tratado de exploração de gás no Mar de Timor. (notícia em 25 junho de 2006)

JC trabalhara com Cristóvão Santos (falecido em 31 agosto 2007) ao longo do tempo em que dirigira, como Editor-Chefe, o jornal A Voz de Timor. Posteriormente, restabelecera contacto aquando da sua saída do *Sun News Pictorial* para o Grupo Amorim e antes do trágico falecimento da sua mulher Sofia em 2004 ou 2005.

Era um bom profissional. Manteve-se afastado da Fretilin depois de ir para a Austrália em novembro 1974. Esteve sempre silencioso sobre Timor mesmo quando JC o interrogara a esse respeito. João Carrascalão nunca gostara dele e não o escondia chamando-lhe oportunista.

JC teve uma boa relação profissional e de amizade com ele, enquanto esteve em Timor [1973 a 1975]. Atualmente correspondia-se ocasionalmente. Quando viu o nome dele surgir como porta-voz de Ramos Horta, pouco após os incidentes de abril 2006, interrogou-se sobre que interesses ocultos australianos estariam por detrás da sua mudança da Austrália para Timor.

Naturalizado australiano, sem laços a Portugal nem a Timor, Cris Santos jamais iria para lá trabalhar a menos que.... Claro que não era por idealismo nem por devoção. O facto de ter sido consultor da Phillips Petroleum Austrália nas negociações com o governo de Díli só vem cabalmente responder à interrogação anterior. Como se alguém duvidasse que o petróleo comanda todos os incidentes de Timor. O resto são figurantes.

Díli, 26 jun. (Lusa) Timor-Leste: Mari Alkatiri vai ser ouvido sobre distribuição de armas

Díli, 26 jun. (Lusa) - Mari Alkatiri, que hoje anunciou a intenção de se demitir da chefia do governo timorense, foi convocado para prestar declarações sexta-feira no processo de distribuição de armas a civis, disse à Lusa fonte judicial. A audição foi justificada com as declarações feitas na semana passada pelo ex-ministro do Interior, Rogério Lobato, "que confirmou todas as alegações feitas por Vicente da Conceição "Railos", veterano da luta da resistência. O comandante Railos acusara Mari Alkatiri e Rogério Lobato de terem ordenado a distribuição de armas a civis. Na sequência dessas acusações, o ex-ministro do Interior encontra-se

presentemente em prisão domiciliária a aguardar o fim da instrução do processo. Nas declarações que prestou à juíza, Rogério Lobato "não negou nenhuma" das quatro acusações que sobre ele impendem, de conspiração, tentativa de revolta, posse ilegal de armas e associação criminosa, pelas quais arrisca uma pena de 15 anos de cadeia. Mari Alkatiri tem negado repetidamente as acusações de que é alvo, considerando que se trata de uma campanha para fragilizar o governo e a FRETILIN para as eleições de 2007. EL. Lusa/Fim

Díli, 26 Jun. (Lusa) Timor-Leste: Texto integral da declaração de demissão de Mari Alkatiri

Díli, 26 jun. (Lusa) - O primeiro-ministro timorense, Mari Alkatiri, anunciou hoje estar pronto a demitir-se do cargo para evitar a resignação de Xanana Gusmão, assumindo as funções de deputado até final do mandato. Numa conferência de imprensa sem direito a perguntas, Alkatiri assumiu a sua quota-parte nas responsabilidades pela crise em que o país se encontra e disse estar pronto a contribuir para a formação de um governo interino, em diálogo com Xanana Gusmão. Falando em tétum, português e inglês, Alkatiri, que apelou à compreensão dos militantes da FRETILIN para esta sua decisão, disse estar disponível para contribuir para a apresentação de um Orçamento no Parlamento. O texto integral da declaração lida hoje em Díli aos jornalistas pelo primeiro-ministro:

"Tendo refletido com a profundidade necessária sobre a situação vivida no país; Considerando que acima de todos os interesses estão os interesses da nossa nação; Assumindo a minha parte das responsabilidades pela crise por que mergulhou o país; Recusando-me terminantemente a contribuir para o aprofundamento da crise; Reconhecendo que todo o povo merece viver num clima de tranquilidade e de paz; Esperando de todos os militantes e simpatizantes da FRETILIN toda a compreensão; Declaro: Pronto a resignar do cargo de primeiro-ministro do governo da República Democrática de Timor-Leste para evitar a eventual resignação de Sua Excelência o Senhor Presidente da República; Pronto a manter com o Senhor Presidente da República diálogo no sentido de contribuir, se necessário, para a formação de um governo interino; Pronto a contribuir para a apresentação de um Orçamento de Estado no Parlamento Nacional; Mais declaro que passo a assumir as minhas funções de deputado no Parlamento Nacional até ao fim do meu mandato". EL. Lusa/Fim

26 junho de 06 Timor-Leste: Xanana aceita demissão Alkatiri Estado Díli, 26 jun. (Lusa) –

"A Presidência da República informa que hoje, dia 26 de junho de 2006, S.E. o Presidente da República recebeu a carta de resignação do Dr. Mari Alkatiri das suas funções de primeiro-ministro do governo da República Democrática de Timor-Leste", lê-se num comunicado de três parágrafos divulgado pelo gabinete Xanana Gusmão. O presidente timorense, segundo o comunicado, informou Mari Alkatiri de que o seu pedido de resignação "toma efeito a partir do dia de hoje. A fim de garantir o bom funcionamento das instituições democráticas e uma gestão eficaz da crise nacional enfrentada pelo país", Xanana Gusmão convocou o Conselho de Estado para terça-feira, às 09:30 locais. Xanana Gusmão saiu ao fim da tarde (hora local) do seu gabinete no Palácio das Cinzas, em Díli, para a sua residência em Balibar, arredores da capital, sem fazer declarações aos jornalistas. EL/PNG. LUSA/Fim

25 junho 2006 - Sobre a Declaração Presidencial do dia 22 de junho: Adelino Gomes, do Jornal Público, afirma: "Discurso político inimaginável".

Sem dúvida que o é. Lamentavelmente para Timor-Leste, o Presidente Xanana Gusmão revela que é tão-somente um homem! O mito, o herói, o semideus que tantas pessoas 'viam' nele, afinal é apenas um homem...que revela todas as fraquezas de qualquer outro homem...que não é 'mito', não é 'herói' nem um 'semideus'.

Lamentavelmente, muitos necessitam de um 'D. Sebastião', dizem-se democratas, mas têm uma enorme necessidade de serem conduzidos por personalidades dirigentes com características e instintos ditatoriais. Xanana Gusmão, revela e surge perante todos, como um D. Sebastião com aquelas características e aqueles instintos e expõe publicamente o que tem de pior e de estrutural na sua personalidade:

a) a falta de respeito pelos outros, se não forem 'yes men', ou não se deixarem cativar/enrolar no seu charme;

b) o autismo - perante a realidade existente, aquela que existe para além do grupo que o envolve;

c) a incapacidade de lidar com o conflito pessoal - opta habitualmente por duas vias alternativas: fingir que o conflito não existe, deixando-o avolumar com a passagem do tempo ou, criando a dependência afetiva para 'agarrar' as pessoas, muito usado nos seus atos de reconciliação, através de um dom que possui: carisma!; e, por último mas de importância equiparável aos traços anteriores,

d) a necessidade irrefreável de tudo dirigir, de tudo controlar. Xanana Gusmão tentou genuinamente fazer a transição de Comandante da Luta de Libertação e de um grupo de guerrilha para Chefe de Estado...não conseguiu. Acima de tudo, porque não conseguiu viver/conviver/aceitar a divisão de poderes que qualquer Estado democrático de Direito define como elemento essencial/central de um sistema democrático.

Xanana Gusmão revela-nos que levou o seu 'autismo' político ao limite do inimaginável, porque

a) Resume e reduz a Constituição ao seu art.º 1º, nº 1: "A República Democrática de Timor-Leste é um Estado [...] baseado na vontade popular..." - a parte que lhe interessa para, demagógica e populisticamente, exercer o poder, porque "o Povo quer e eu oiço o Povo" - leia-se "L'Etat c'est moi!"

b) Despiu-se definitivamente do seu papel de Chefe de Estado para se deixar enrolar na teia da animosidade, do ressaibo, do rancor, da aversão, do ódio, e do ressentimento de que resultou uma Declaração 'Presidencial' à Nação em que o Chefe do Estado de Timor-Leste se 'abstrai' da existência do Estado, sai da esfera do Estado, para se concentrar e limitar-se à esfera do pessoal e do mesquinho

c) Apela emocionalmente ao fim da violência...para se dirigir ao 'Povo' afirmando com voz trémula que "ganhámos a guerra!".

Por tudo isto, receio pelo futuro de Timor-Leste. **Adelino Gomes.**

25 junho Blogue Portugal global. Um lugar para arquivar pensamentos oportunos e politicamente incorretos <http://portugalglobal.blogspot.com/2006/06/desmentido.html>

Desmentido. Não é verdade que a sociedade de advogados em que trabalho, MRA, tenha patrocinado num passado recente, qualquer das partes que envolvidas na disputa de interesses no Timor Gap. Há situações em que o direito não tem nenhuma relevância, sendo certo que o direito internacional é o parente mais frágil da família. Continua a ser de uma acutilante atualidade a discussão da problemática dos riscos dos contratos petrolíferos, sobretudo em quadros de soberania débil. No caso de Timor é muito interessante para todas as partes envolvidas que se esclareça se é verdade ou mentira que a mulher do Presidente é um agente encoberto da inteligência australiana. postado by Miguel Reis @ 1:13 AM

Comentário JC: Quase dois meses depois dos primeiros incidentes a Austrália obtém a sua primeira vitória: a saída do incontornável Mari Alkatiri que tantos milhões de dólares custara aos cofres da indústria petrolífera. Tanto trabalho dera aos negociadores e dezenas de advogados por parte do governo australiano. Agora, tudo será mais fácil com um poeta (Xanana) temporariamente

controlado (ou sob a influência de Kirsty Sword) e um grande pragmático, oportunista, como Ramos Horta. Como atrás se escrevera espera-se agora que a TV australiana anuncie o novo primeiro-ministro e as coisas se comecem a compor. A polícia gerida diretamente pela Austrália. Alguns ministérios nas mãos de gestores sabiamente colocados pela sua docilidade ao governo de Camberra.

Esquecera-se de mencionar o povo que dorme na rua. Ficou sem casa, sem emprego ainda à espera dos dólares do petróleo. Estamos todos certos que a Caritas Australiana lhes vai dar uma esmola como sempre deu aos aborígenes australianos. Com a desculpa de que as leis não se fizeram para serem cumpridas, porque a vontade do povo (de que minoria falamos aqui? os 4 mil manifestantes numa população de perto de um milhão? A Igreja Católica?) é soberana, temos um primeiro-ministro demissionário. Foi julgado e condenado na praça pública com um advogado de acusação chamado Austrália ou petróleo (a tradução do nome não deu para entender).

Xanana declara “*ganhámos a guerra*”. Continua idolatrado por todos. Considerado ao nível dos deuses. Mas veio para a rua lavar a roupa suja utilizando linguagem inadmissível num Chefe de Estado. Deixou ao seu Príncipe Perfeito (Ramos Horta) o trabalho de estar sempre pronto a sacrificar-se pela Nação. Teve a ajuda da comunicação social australiana, e alguma portuguesa, que não se coibiram de dizer que Timor era um projeto falhado enquanto Mari Alkatiri estivesse no poder. Veremos o que virá a seguir, se guerrilhas nas montanhas a lutar contra a ocupação colonialista australiana e seus títeres, se uma guerra civil, se um banho de sangue.

Talvez, a calma aparentemente podre voltará a pairar sobre Timor até que ecluda – de novo – um problema que obviamente se não vai resolver agora, apesar da demissão do primeiro-ministro. As tensões, as fraturas e a discórdia ancestral continuam por sarar. Enquanto essas não forem abordadas e resolvidas, estas cenas irão repetir-se com outros intervenientes e alguns dos mesmos, que só desaparecerão com a morte. É bem provável que outra das vítimas destes incidentes de abril 2006 acabe por ser a língua portuguesa mas quanto a essa manteremos felizmente algumas esperanças de que a Austrália não será capaz de se ver livre dela tão facilmente quanto pensa. Mais uma vez o povo timorense é a única vítima de um conflito gerado pelo petróleo. Já o tinha sido aquando do acordo de Timor Gap entre a Austrália e a Indonésia. Volta a sê-lo. Limitar-nos-emos a assistir impotentes.

Em breve o tema desaparecerá das páginas dos jornais. Para todos aqueles que têm escrito, e insultado, por JC denegrir o bom-nome da sua compatriota australiana, a Primeira-dama, Kirsty Sword Gusmão, queria lembrar que a hipótese de a Austrália ter uma mulher infiltrada na política de Timor já não é virgem. Aconteceu com uma agente da ASIO na década de 1970. Ela viveu com Ramos Horta. Apesar dos desmentidos todos que fez, aquela espia (Wendy Holland) antes de morrer de MS (esclerose múltipla) – acabou por publicar vários escritos nos quais contava como foi a sua ida para Timor para acabar a viver com Horta, mas fica para outro livro. Como sempre, toda a gente fala mas ninguém se deu ao trabalho de estudar a História...

O que importa é que os alegados líderes da rebelião não têm no seu passado nenhuma história de luta anticolonial. São títeres às mãos dos seus instrumentalizadores, sejam eles de Camberra, de Jacarta ou até do próprio clero de Díli. A prisão de Eurico Guterres pode ter mais a ver com isto do que a mera antipatia que todos parecem sentir contra Mari Alkatiri. Depois, temos de juntar os interesses geoestratégicos (no cerne da invasão de 7 dezembro de 1975) e o petróleo. Houve 21,5% de apoiantes da integração na Indonésia. Estão insatisfeitos com a independência e com a política de Alkatiri. Reveem-se mais em Eurico Guterres. Não é coincidência os ataques surgirem logo após aquele ir para a cadeia. Há ainda militares e uma pequena franja política indonésia que apoia Guterres e não perdoa a independência e há muitos timorenses desejosos de os ajudar.

Foi pena que os líderes (Alkatiri, Horta, Xanana e Roque Rodrigues) não tivessem visto isto a aproximar-se como um tsunami. Que pensassem serem apenas umas pequenas ondas que a areia da nova democracia estancaria. Foi pena que à semelhança desse governador colonial (Celestino da Silva) não se tivessem dedicado a emprestar pás e enxadas para ocupar os guerrilheiros desempregados das Falintil. Foi pena que, com a mudança dos tempos e dos costumes, não tivessem "nonas" (amantes) para lhes contar o que se passava nos quatro cantos de Timor. Foi pena que tenham sido apanhados "desprevenidos" por esta insurreição tão bem orquestrada pela Austrália, por alguns insatisfeitos que nunca lutaram por Timor durante a ocupação indonésia (estavam na Indonésia e na Austrália) e por uma pequena proporção de elementos jovens insatisfeitos manipulados por Guterres e outros acima deste.

Pena que Xanana esteja a ser ouvido pela voz de Kirsty Sword e não falasse enquanto era tempo, ele afinal escolheu entre os seus os homens do exército timorense que comanda, enquanto para a polícia foram os outros, muitos deles envolvidos com a Indonésia durante a ocupação desta. Esta linha de clivagem pode ter ajudado os estrategas de Camberra a vingarem-se de terem de ceder 50% do Timor Gap a Timor-Leste, fruto das boas capacidades de negociação de Mari Alkatiri. Já todos se esqueceram que a Austrália começou por oferecer 20% a Timor. O petróleo esteve sempre por detrás disto. Outorgar novos contratos à ENI italiana e concessões à Republica Popular da China (odiada em Jacarta) não aumentaram a reduzida popularidade de Mari Alkatiri face a Camberra e à vizinha Indonésia. Alkatiri seria sempre David contra Golias.

A seguir virá a fatura do "apoio" australiano num governo fantoche ou mais maleável em Díli. Por outro lado, ninguém esqueça que o embaixador americano se deu ao trabalho de ir ter com Reinaldo, um desertor, um fora da lei, para saber quais eram as suas reivindicações. Esta preocupação dos norte-americanos com a democracia é de louvar. Devem-se ter recordado do MFA em Portugal e das reivindicações dos militares. Quando JC desertou farto de clamar no deserto, porque o 25 de Abril tardava a chegar a Díli, ninguém o quis ouvir, nem australianos, nem norte-americanos. Os australianos também já entrevistaram o Reinaldo. Já sabem o que ele quer. Foram eles que o treinaram. Se diz que precisam de tirar o Alkatiri, dão uma ajuda. Isto começa a lembrar o Chile em 1973.

Aliás, se formos atrás na história recente, podemos recordar o que a Austrália fez nas Fiji em 1987 ao democraticamente eleito Temoci Bavadra (pronunciado bavandra): ajudou o golpista coronel (depois major-general) Sitiveni Ligamamada Rabuka (pronunciado rambuka) a depô-lo depois dum golpe de estado em 14 de maio de 1987 a que se sucedeu outro em outubro. Rabuka foi um mero instrumento nas mãos dos senhores feudais que se insurgiam com o domínio das ilhas pelos indianos, introduzidos ali no início do século XX. Crise étnica e devolver a Fiji aos Fijianos e não aos Indianos, era o grito da altura. Demorou dez anos para a democracia regressar às Fiji.

Veremos o que vem a seguir, mas enquanto se não dedicarem esforços à formação da tropa e duma força policial eficaz, incapaz de se cindir sob os fortes laços centenários da etnicidade tribal, enquanto se não ocupar a população, jovem e desiludida, em trabalho remunerado, que lhe augure qualquer futuro (até agora nem presente nem futuro lhes era prometido), enquanto não se explicar à população porque é importante que falem Português em vez de Bahasa ou de Inglês, enquanto isso não for feito, não há doações internacionais que cheguem nem fundos do petróleo que aguentem a instabilidade.

Há genes tradicionais e centenários que têm de ser estudados conjuntamente com a influência que a ocupação indonésia e a sua lavagem ao cérebro causaram. Há que ter em conta o recente exemplo das ilhas Salomão. Há que evitar que Camberra passe a gerir os ministérios mais problemáticos de Timor ou a decidir o que é melhor para este jovem país. Há que deixar os Timorenses governarem-se e a criarem condições para o fazerem. Uma boa medida seria darem-lhes de volta os recursos marítimos roubados por pactos leoninos firmados por Camberra. Isso permitiria que o país sem contrair empréstimos ou dependente de outros, dividisse a riqueza por todos os timorenses. Que criasse empregos para os milhares de jovens sem futuro. Que criasse uma unidade nacional, que nunca existiu e não tem tradições. Existiu sempre uma pesada e ancestral herança de guerras intertribais. Timor tem de ser para todos e não para alguns. Tem de abarcar todos os que lutaram fora pela autonomia, os que lutaram dentro contra a ocupação indonésia e os que se acomodaram à ocupação indonésia. Só quando se criarem condições para este entendimento nacional e global terá valido a pena lutar pela independência, durante mais de duas décadas e meia.

A comunidade internacional pode ajudar a facilitar o desenvolvimento destas noções, mas terá de se libertar dos interesses óbvios dos lóbis do petróleo. Sem a desculpa esfarrapada de a língua portuguesa ser a culpada.

Se a CPLP existisse, para lá do papel, seria uma ótima oportunidade das ex-colónias de Portugal (incluindo o Brasil) mostrarem o que é a solidariedade. Isso é pedir demais. Se a ONU tivesse mais força poderia ajudar a construir o que nunca construiu, mais interessada em criar negócios milionários para os seus conselheiros do que em construir um país novo pela raiz. Sobretudo o que é preciso é que ajudem os timorenses a criar a sua nação. A aprenderem o que é viver em democracia.

Reitera JC que sempre escreveu para os timores e não para as elites que os dominam. Bastava que as entidades de ajuda internacional fizessem o mesmo (1 junho 2006)

CAPÍTULO 8 - LUSOFONIAS AÇORIANAS

O Tempo é um ótimo professor. Pena é que mate os seus alunos.
(Hector Berlioz)



Todos os dias devíamos ouvir um pouco de música, ler uma boa poesia, ver um quadro bonito e, se possível, dizer algumas palavras sensatas.

Goethe

8. LETRAS AÇORIANAS

8.1. LUSOFONIA AÇORIANA. LITERATURA AÇORIANA

Ao chegar a S. Miguel em nova etapa da diáspora pessoal logo JC se dispôs a criar nos Açores uma versão insular dos Colóquios da Lusofonia (*a única iniciativa, concreta e regular em Portugal sobre esta temática lusófila*).

Os primeiros dois Encontros tiveram lugar na Ribeira Grande, descentralizado com o 3º Encontro Açoriano da Lusofonia na simpática urbe da Lagoa em 2008. Motivo de enorme interesse centrava-se na presença dos escritores açorianos DIAS de MELO e DANIEL de SÁ, que autografaram as suas obras durante a sessão de abertura. Havia ainda mais autores presentes numa mostra de livros. Dias de Melo então com 83 anos escrevia, não só sobre os baleeiros que o tornaram célebre, mas sobre o basalto da sua ilha natal do Pico. Um escritor sempre revolucionário que sente o pulsar das suas gentes nas suas palavras, na sua atitude de escutar tudo e depois traduzir para livro, ele que é basalto e mar como muitas das gentes tradicionais do Pico. A sua obra merecia ser divulgada por todas as escolas e universidades do país, mas continua - infelizmente - olvidada. A Universidade dos Açores passa, por vezes, à margem dos escritores açorianos como quem tem vergonha dos seus filhos. Estes Encontros visavam repor um pouco a justiça que merecem e no lugar de destaque que devem ter. Apreciam-se os que venceram lá fora nas Américas e obnubilam-se os que não emigraram. Sem querer desmerecer as mais de 3 dezenas de apresentações feitas pelos oradores ao longo de quatro dias, ressaltam-se duas que justamente honravam Daniel de Sá. Fora já com espanto que as pessoas o viram surgir para a cerimónia de autógrafos dado ser um escritor recluso, mas maior foi o espanto quando acedeu a partilhar o palco e a responder aos autores que falavam de si e da sua obra.

JC parou um momento admirado com tudo o que não se cansava de aprender sobre este arquipélago de uma beleza estonteante, uma vasta família de nove irmãs debruadas a cores diferentes.

Pouco sabia antes de chegar a S. Miguel para além do sotaque “afrancesado” difícil de entender. Pena tinha da ignorância dos outros que continuavam a desconhecer ou a ignorar sobre estes cumes de montanha que assomam, a intervalos, aqui no meio do Oceano. O pouco que se aprendia nos bancos de escola era exíguo, já esquecido ou nunca ensinado. Raramente se ouvia falar do arquipélago. No Continente apenas mencionavam o anticiclone e os terramotos frequentes. Agora, graças a esse deprimente meio de comunicação unilateral chamado telenovela já se sabia pelo menos que os Açores existem. É como se estas nove ilhas fizessem parte dum mundo à parte, quiçá ainda por descobrir. Como se fosse um triângulo das Bermudas onde tudo o que é relevante desaparece dos telejornais. Já era assim durante o Estado Novo e pouco mudou quanto à visibilidade real destas

ilhas para a pessoa comum. Aqui se mantinham gentes orgulhosas e ciosas das suas tradições e costumes, em torno duma família nuclear que noutras partes foi já dizimada pelo chamado progresso do século 20. Aprendia-se depressa o significado de quatro estações num só dia, o clima mudando constantemente e tanto chovia como fazia sol...a paisagem não parava de espantar, eternamente verde no verão ou inverno, com a beleza inigualável das suas lagoas, crateras e dos montes peçados de vacas alpinistas. Ao estudar a história destas ilhas sentira essa vontade irreprimível de partilhar com o mundo os seus novos saberes, porque sem sabermos a história, sem falarmos a língua e sem conhecermos as tradições e cultura nunca conheceremos nenhum povo. Em sua volta, pairavam os chamados milhafres também conhecidos por milhanos ou bilhanos, quais abutres na espera duma presa. Eram o ex-líbris da sua derradeira morada.

Nem a visão dessas imponentes aves o entusiasmava como outrora o mar o fascinara ao ponto de ter escrito um testamento no qual exigia que as suas cinzas fossem lançadas ao Oceano Pacífico. Era o Atlântico em toda a sua pujança que ignorava absorto pelas montanhas, vulcões, lagoas e tremores de terra. Estava longe do mar Pacífico de nome, mas guerreiro nos seus efeitos, neste desterro voluntário no meio do Atlântico, o velho mar que banhara a Atlântida dos sonhos e utopias de poetas como ele. A vida era assim, acordara um dia e a profissão mandava-o sobreviver numa ilha, parada em pleno Oceano, agitada por vulcões e outros fenómenos do género. Ninguém lhe dera a escolher entre ficar na recém-adotada matéria de Bragança ou regressar à austral pátria longínqua. Viera a Portugal por mor duns tratamentos. Acabara por ficar, como se o seu destino estivesse previamente delineado. Apenas lhe fora dado saber que tinha de partir e (re)começar. Sentia-se errante, nómada sem estepes nem desertos a calcorrear ou a cavalgar. Partira jovem. Voltava amadurecido. Tinha ido em descoberta de paragens longínquas que o destino lhe reservara, para a sua natureza errante, não sedentária. Conhecera povos, aprendera línguas e vivera em mundos que nem Marco Polo imaginava. Sentia-se irremediavelmente alinhavado a essas paragens longínquas, a essas gentes e suas maneiras e houvera que reaprender os modos ocidentais, falsos e superficiais, feitos de códigos refinados ao longo dos séculos pelas várias civilizações, desde a Idade Média obscurantista ao século das Luzes. Ainda bem que aprendera na infância as falas desses povos gentios disfarçados para agora poder comunicar com eles, sem que jamais suspeitassem ser ele um espião infiltrado na corte da ocidental praia lusitana, tal como alegadamente Cristóvão Cólon o fora na corte de Castela ao serviço de Dom João II. Iria lutar por salvar a língua e os costumes daqueles povos, que nem sequer conheciam o valor do que tinham. Ser-lhe-ia mais fácil como “estrangeiro”. Havia passado muitos anos, muitas luas sobre as suas cavalgadas na crista das ondas e do mundo. Nem se lembrava bem como tudo começara ou porquê, se fora uma fuga já encenada e premeditada ou mero acidente de percurso que esses também surgem quando menos se espera. Certo é que as amarras nunca tinham sido fortes à terra onde o cinzento e o granito o viram nascer num pós-guerra de incertezas que o seu signo

acentuaria. Por via disso encarregara-se de colorir a sua vida, tanto quanto possível, com a cultura doutros e tornara-se resiliente como essa pedra da terra onde nascera. Ali mesmo lançaria as sementes do seu novo projeto. Quem sabe se não era já o último grande projeto duma vida? Andavam todos tão ocupados na sua lufa diária de sobreviver no poder que olvidados estavam da presença mágica destas ilhas de reduzidas proporções e populações que novos mundos deram ao mundo e apenas são lembradas pelas catástrofes naturais e pelo mau tempo? Era imperioso alguém ler esses autores, que ora andava a traduzir, e lhes desse vida, os trouxesse à mais que merecida ribalta. Foi assim que aproveitando o ensejo meteu as mãos ao teclado e fez o seu primeiro escrito sobre a literatura açoriana mesclando-a com o perigo do genocídio das línguas

8.2. DA LITERATURA AÇORIANA TRADUZIDA A DANIEL DE SÁ

Alguns grandes vultos portugueses nasceram nos Açores, como Gaspar Frutuoso (1522-1591 historiador), *António José de Ávila* o conde de Ávila, marquês e duque de Bolama, Manuel de Arriaga (1840-1917), Roberto Ivens (1850-1898), Antero Tarquínio de Quental (1842 -1891 filósofo e poeta), Teófilo Braga (1843 -1924 escritor político e presidente da República), Canto da Maya (1890 -1981 escultor), Vitorino Nemésio (1901-1978 escritor), António Dacosta (1914 -1990 pintor) ...etc. Chegados aqui convém lembrar que o debate académico em torno da expressão «*literatura açoriana*» é antigo – e chegou a contaminar os próprios autores, quando estes se reuniam em encontros, congressos e simpósios nos anos 80 construindo lentamente uma intensa rede de amizades, afinidades intelectuais e intertextualidades.

Onésimo escreveu dois livros e coordenou outro em torno do assunto: A Questão da Literatura Açoriana (1983), Da Literatura Açoriana – Subsídios para Um Balanço (1986) e Açores, Açorianos, Açorianidade (1989). Nesses anos, falava-se em artesanato, folclore e cultura açoriana, mas nada causava tantos embaraços como falar em literatura açoriana. O problema colocou-se primeiro por razões políticas. Em 1975, três anos antes de morrer, Vitorino Nemésio deixara-se utilizar pela Frente de Libertação dos Açores (FLA), movimento independentista hoje formalmente extinto, como candidato a Presidente da futura República. Nos anos seguintes, e contra a vontade da maioria, os separatistas insistiram em usar a literatura das ilhas como um dos sinais da identidade nacional destas. Depois, vieram modas e tendências. Hoje, é questão arrumada para a maioria. Se há literatura cabo-verdiana ou literatura são-tomense, contestar a existência da literatura açoriana é sinal de um «um restinho de Inquisição», diz Onésimo.

«É, pelo menos, um ramo único no contexto da literatura portuguesa» diz Eduardo Bettencourt Pinto, um angolano que se tornou «escritor açoriano» por escolha própria e que publicou no Campo das Letras, A Casa das Rugas (2004). <http://joelneto.blogspot.com/2005/12/reportagem-literatura-que-farei.html>).

O que prevalece é a opinião de Pedro da Silveira, (Flores 1922-2003) e autor de *A Ilha e o Mundo* (1953):

«A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos a favor da sua existência. Apenas precisa de sair do gueto que lhe tem sido a sina («Açores», Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária, coordenado em 1977 por João José Cochofel para a Iniciativas Editoriais)».

A verdade é que, lentamente, os escritores foram encontrando o seu espaço. Podiam citar—se dezenas e tantos ficariam por mencionar.

Onésimo de Almeida leciona na Universidade de Brown uma cadeira de Literatura Açoriana. Na Universidade dos Açores, Urbano Bettencourt ministrava o curso de literatura açoriana como unidade curricular de licenciaturas em dois semestres (O programa da disciplina de 2002 não se alterou desde então, apenas se atualizou a bibliografia crítica e foi variando o leque das obras obrigatórias, embora mantendo o Mau Tempo no Canal. Os trabalhos individuais dos alunos permitiam abordar as obras de autores mais recentes e que aparecem na bibliografia fornecida.); havendo um módulo de 10 horas "Portugal atlântico e a açorianidade" integrado nos Cursos de verão". O próprio Urbano nos declarava não saber se "existem outros cursos de iniciação à Literatura açoriana. Na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Assis Brasil orienta um curso de literatura açoriana, mas já em pós-graduação. Há, no entanto, trabalhos e projetos aqui e ali; em França está a ser desenvolvido um projeto de doutoramento sobre o suplemento literário "Glacial" (Angra do Heroísmo, 1967-1973). Urbano iria começar a dar um módulo de poucos dias numa iniciativa da Universidade dos Açores e da Terceira Idade na Ribeira Grande ao dealbar de 2009. Sabendo isto os Colóquios lançaram um repto, atualmente em estudo, para a criação de uma cadeira de Estudos e Literatura Açorianos em regime pós-graduação ou independente de qualquer currículo através de ensino a distância.

Como recém-chegado a estas ilhas tivera a honra e o privilégio de aprender as idiossincrasias micalenses e picoenses quando traduzira obras de Daniel de Sá, Manuel Serpa, Victor Rui Dores. Deparou-se com noções etimologicamente novas contrastando com o uso ancestral que o continente lhes apõe nos dicionários. Tratava-se de desvendar as ilhas como mito paradisíaco recuando na sua essência até à infância dos autores, sem perder de vista que as ilhas reais já se abriram ao peso do presente e não podem ser apenas perpetuadas nas suas memórias. Muitas vezes a obra dum autor sofre drasticamente quando, em vez de ser tomada apenas como obra, é erigida ao estatuto regionalista, que não pretendeu para si própria. Podem deduzir-se da leitura destes autores, algumas características relevantes para a açorianidade:

- 1. O modo como o clima inculca um caráter de torpor e de lentidão em que a pressa é amiga da morte;*
- 2. O modo como a História define os habitantes deste arquipélago, quase tão afastados da metrópole como há séculos atrás;*
- 3. A forma como se recortam todos os estratos sociais: vincadamente feudais apesar do humanismo que a revolução dos cravos alegadamente introduziu nas relações sociais e familiares;*
- 4. O modo como a proximidade da terra se manifesta ainda de forma sobrejacente fora das pequenas metrópoles que comandam a vida em cada ilha, num centralismo autofágico e macrocéfalo.*

Neste universo tão idílico não buscou JC - ao traduzir essas obras - a essência do ser açoriano. De certeza existe, em miríade de variações insulares, cada uma vincadamente segregada da outra, se o homem se adaptou às ilhas ou se estas se continuam a impor condicionando a presença humana, para assim evidenciar a sua diferença específica, neste caso a açorianidade. Estando esta presente

num escritor, explicá-lo é tarefa para estudos mais complexos do que a mera atividade do tradutor, por mais empenhado ou apaixonado que possa estar pelo objeto da sua tradução.

A existência, ou não, de literatura açoriana não passa, pela existência desta açorianidade. Pedro da Silveira (1923-2003) captou "as mundividências açorianas", abrangendo na sua poesia "as inquietações e os sonhos de gente viva de todas as partilhas e um verdadeiro compromisso social", enquanto apenas tivera a oportunidade de captar uma fotografia da alma dos escritores que traduzira.

Luiz António de Assis Brasil analisou a obra de Daniel de Sá especialmente a narrativa de ficção (*Ilha grande fechada. Lisboa: Salamandra, 1992, Crónica do despovoamento das Ilhas. Lisboa: Salamandra, 1995*), a qual revela facetas bem características da denominada identidade insular, em especial da ilha de origem.

“Coloca-se assim a evasão como um destino ao qual o açoriano se entrega com a fatalidade do cumprimento de um dever. O resultado é a errância, a transitoriedade e o permanente desejo da volta. Quando acontece, essa volta nunca é satisfatória: o emigrado jamais poderá deixar de ser americano, e mesmo que construa uma casa suntuosa em sua freguesia original, contribua para a igreja e participe das festas coletivas, todos lhe conhecem a história. Intentando uma análise mais ampla, percebemos quanto os componentes tradicionais da literatura açoriana estão presentes nessa obra: a sensação de estar-se numa prisão, o desejo de evadir-se, a saudade a roer os calcanhares, a estreiteza do ambiente insular, a desconfiança das terras estrangeiras. Daniel de Sá mostra-nos uma outra realidade: aqui já não há quem abandone a ilha, mas todos são prisioneiros desse cárcere que se circunda de infinitude por todos os lados. O título, grafado no singular, o é naquele sentido antigo: então temos crónicas, onze no total, que tratam dos teres e haveres açorianos, nomeadamente da ilha de S. Miguel, mas cujos interesses vão além.”

No plano da linguagem, o autor de *“O Pastor das Casa Mortas”* dá-se ao luxo de exportar, por mimética, para uma das regiões mais interiores e montanhosas de Portugal, a Beira Alta, o seu herói. Este, busca um amor perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados, por entre o pastoreio, numa verdadeira apologia da solidão física e mental. Este é o retrato de Manuel Cordovão, lusitano de um amor só para toda a vida. Como o autor diz trata-se de um livro dedicado *“Às mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal.”* A narrativa acaba por poder ser lida como uma ode ao açoriano isolado de si e do mundo, utilizando terminologia não insular neste amor perdido que se encontra apenas quando Caronte ronda. Como diz o autor

“Embora eu vivesse numa ilha pequenina, a cinco minutos do aeroporto de quase todas as companhias aéreas que havia no Mundo, isso para o caso pouco importa!”

Aliás, esta transposição da naturalidade geográfica do personagem deixa-nos permanentemente na dúvida se a Teresa do “*Pastor*” não será irmã gémea da personagem feminina que acompanha os seus passos na digressão por “Santa Maria: a Ilha-Mãe”. Em ambas as obras “*as palavras [são] tratadas suavemente, amenizando as arestas da fonética, como se com elas não pudesse nunca ofender-se alguém.*” Trata-se de uma visita não ao “*despovoamento das ilhas*”, mas do país real, montanhoso, interior e inacessível de Portugal. Aqui não se resgata o imaginário coletivo naquilo que tem de mais genuíno e identificador, antes pelo contrário, se dá a palavra a uma erudição improvável de um apascentador de cabras. Aqui não há a memória plural, que vem de Gaspar Frutuoso, mas sim uma ficcionalização dum fenómeno que não se mimetiza só nesta digressão pela Beira Alta. As *Casas Mortas* são-nos apresentadas como um resultado inevitável e inelutável ao longo da vida do personagem principal, sem que a sátira ou o humor permeiem a couraça de convicções de Manuel Cordovão.

Existe uma interdependência do autor, dos personagens e do leitor, que nos levou a ver e rever dezenas de vezes, uma só passagem do livro para lhe darmos o tom, o colorido, a sonoridade e a poesia das prosas. De início pensei que seria ocasião única, mas rapidamente me apercebi de que era recorrente à totalidade da obra ficcionada. O resultado da escrita de Daniel de Sá é uma prosa rica, densa e tensa, enovelando em diálogos simples e curtos um enredo que prende da primeira à última página e o levou a interrogar-se como ficara órfão intelectual desde que acabara de traduzir o livro. As suas personagens e a sua escrita faziam já, de tal modo, parte da sua vida que sentia uma espécie de síndrome de Estocolmo, ficara cativo e apaixonado pelos captores...e agora, depois como iria ser? Iria ele mesmo tentar escrever um livro que o libertasse dessa poção mágica que ingerira na escrita doutrem?

Já o outro livro intitulado “*Santa Maria Ilha-Mãe*” é uma viagem ao passado, permeada de uma nostalgia quase lírica e duma magia da infância e suas cores simples, mas bem nítidas. Fala-se de como os Açores conviveram com o isolamento ao longo dos séculos, dos ataques de piratas, essa ameaça constante a inculcar ainda mais vincadamente as crenças de origem religiosa — numa ilha felizmente não muito assolada por terremotos ou explosões piroclásticas. Essa *mundividência*, transporta-nos ao mais interessante guia ou roteiro turístico jamais escrito. O título gerou controvérsia, quer na versão portuguesa quer inglesa, como o próprio autor notaria: “*Não se trata de "mãe" com valor de adjetivo, mas sim de dois substantivos, tanto mais que os liguei com hífen em Português. É uma ilha que é mãe também...*”. Diz-nos o autor

“O Clube Asas do Atlântico era um dos meus quatro lugares míticos. Os outros três, eram a capela de Nossa Senhora do Ar, o Externato e o Atlântida Cine. Ainda hoje recordo exatamente o seu cheiro”

e todos nós - ao lê-lo - sentimos com ele, os cheiros, as cores e as melopeias que nos descreve. Todos os que leram esse livro - sentem com o autor, os cheiros, as cores e as toadas que nos descreve.

Nestas navegações literárias, uma pessoa não lê apenas, mas percorre uma viagem tridimensional recheada pelos cinco sentidos que fluem da escrita como lava “pahoe-hoe” (pronuncia-se pah hoi hoi) de aparência viscosa, mas fluida, brilhante e entrançada como cordas prateadas. Os outros autores subitamente parecem ser todos do tipo lava “A a” (ah ah), grossa e áspera, que é um magma de forma geral constituído por rochas solidificadas que são empurradas. Aqui nada é impelido embora por vezes se assemelhe na sua descrição e nos contornos emocionais à pedra-pomes que é o piroclasto dominante das rochas traquíticas (mais siliciosas do que o basalto). Nesta, a vesiculação é extremamente elevada e as vesículas de tal modo estanques, que a rocha pode flutuar na água por largos períodos.

Também a escrita de Daniel de Sá flutua por tempos infindos. A observação de qualquer pedaço de basalto revela-nos, quase sempre, a existência de *vesículas* disseminadas na rocha. Resultam de gases separados do magma que, não tendo conseguido escapar a tempo para a atmosfera, ficaram assim aprisionados na rocha sob a forma de bolhas onde também ficam retidos *ad eternum* todos os leitores. Estes livros pertencem a um mesmo tempo “*falar do passado açoriano é, também, falar do seu presente, e referir-se ao presente é remeter inapelavelmente ao passado, o que mostra a unidade e a solidez de propósitos do livro*”, como diria Assis Brasil, referindo-se ao notável e quase único traço constante de profundo humanismo que informa os textos. Todas as personagens, são de tal forma credíveis que nos sentimos transportados ao local e vivemos partilhando os sentimentos dos interlocutores. Como magistralmente disse a escritora canadiana Ann-Marie MacDonald, “*A tradução, tal como a escrita, é uma arte e uma maestria, com um toque de alquimia. Quando o autor e o tradutor se reúnem, o resultado pode ser inspirador. As nuances traduzem a língua numa forma de arte.* “

8.3. ATÉ JÁ, BALEEIRO DA ESCRITA

“A esperança num mundo melhor já não será para mim, talvez não será para nenhum de nós e eu revoltome com aquilo que vejo à volta de mim”

Dias de Melo

24 setembro 2008. Hoje fiquei mais pobre e de novo órfão. Até maio deste ano pouco ou nada sabia sobre Dias de Melo que convidei a estar presente como Escritor convidado no 3º Encontro Açoriano da Lusofonia juntamente com o Daniel de Sá que nos últimos dois anos se tornou numa espécie de mentor literário para mim. Eram estes os dois representantes da literatura açoriana que quis dar a conhecer a todos os que ainda nem sequer sabiam da existência da mesma.

*Dias de Melo era um operário, um agricultor, um pescador, um escultor que trabalhava, ceifava, pescava e esculpia cada palavra, como se fosse um baleeiro do Pico, referência constante das suas conversas como o é também Mestre José Faidoca, personagem sempre presente nas histórias que Dias de Melo também testemunhou como homem do mar, pescador, marinheiro, mestre de lancha. Escreveu como se da janela da sua casa no Alto da Rocha na Calheta de Nesquim vigiasse os botes e as lanchas da Calheta, baleando contra os Vilas e os Ribeiras. Andei apenas quatro meses na descoberta da genialidade, da sinceridade da obra de Dias de Melo (que ainda não estudei na totalidade, mas apenas os títulos reeditados pela VerAçor). Foi uma paixão literária à primeira vista, pois a sua escrita flui e embrenha-se como o nevoeiro em que os baleeiros se debatiam ao longo de séculos na luta inglória e injusta para ganharem a vida. Se tivesse que resumir o autor a uma palavra usaria **INJUSTIÇA**. É da sua denúncia que trata ao abordar temas como a emigração, a vida no Pico natal, as realidades sociais e económicas, a repressão no Estado Novo, e em todas, para além dos inúmeros dramas humanos retratados na linguagem simples dos homens do povo, lá vem a injustiça.*

Não querendo ordenar classificatoriamente os escritores como se de autores de música popular se tratasse, o certo é que desde que o comecei a ler, Dias de Melo alcandorou-se ao lugar cimeiro das minhas preferências e sinto-me extremamente honrado por ter trocado algumas palavras com ele, durante o colóquio e no jantar do primeiro dia de trabalhos. Não o conhecia, mas entendendo as suas obras e a sua vida de luta fica-se com a sensação de sempre termos convivido, de pertencermos à mesma família, uma espécie de alter-ego daquilo que gostaríamos de ter sido.

Autor e compositor de música popular, Dias de Melo ficará inexoravelmente conhecido como o escritor da baleação e da condição humana. Coube-lhe a sorte de ter recebido algumas merecidas homenagens públicas nos seus últimos meses de vida quando viu, a 2 de maio 2008 (na véspera do Encontro Açoriano) reeditar algumas das suas melhores obras. Cumpre-nos a nós não deixar que a sua memória se esvaneça e porfiar para

que os seus livros sejam lidos por todas as novas gerações. Herman Melville na sua epopeia da Moby Dick na qual retrata alguns açorianos, não conseguiu resumir a essência dos baleeiros como Dias de Melo pois este era um espetador atento da sua luta quotidiana e resolveu dá-la a contar ao mundo.

Disso vos trago testemunho com a saudade que a sua morte nos deixa a partir de hoje, na certeza de que só honraremos se o continuarmos a ler e a traduzir.

Como diria o Daniel de Sá, JC estava a ficar pior (isto é, mais eremita) do que ele. Raramente saía do seu "castelo", nome pomposo que dera à "falsa" onde JC tinha o escritório com vista para as vacas alpinistas e para a costa até à Bretanha. Por outro lado, havia a satisfação dum dever enorme cumprido: o de ter acabado este livro. Trata de tudo e de nada, uma ficção histórica narrativa sem heróis nem moral. Poderia ser uma lenda ou um diário de bordo de muitas viagens. Muitos anos nos mares salgados que tantas lágrimas e fel deram. Na lenda havia um Rei Artur, Sir Galahad, os cavaleiros da Távola Redonda e a busca pelo Santo Graal. Aqui não há Dom Quixote, nem Sancho Pança nem moinhos de vento, contra os quais espadanar. Há apenas um cavaleiro da poesia, da utopia, temeroso e aventureiro, sequioso de aprender outras línguas, hábitos e culturas. De Trás-os-Montes, sua mátria desconhecida parte à conquista do "lulic" em Timor Português, dos hippies em Bali na Indonésia, sobrevive em Portugal ao Verão Quente de 1975, atravessa as Portas do Cerco na China de Macau, percorre a Austrália Ocidental, Vitória e Nova Gales do Sul, com passagem pelo oriente do meio e seus emirados, metade da Europa, da Ásia e parte do Pacífico Sul, antes de ir redescobrir o Brasil e Portugal e outros países para, por fim aterrar como um Buteo buteo rothschildi na ilha de S. Miguel, Açores. Daqui partira fugazmente em conquista de Santa Maria, Faial, Pico e S. Jorge. Se na pátria Austrália descobriu uma tribo aborígine a falar um crioulo português com mais de 450 anos, na mátria descobriu Bragança e nos Açores descobriu um povo e literatura que a maior parte do mundo desconhecia.

8.4. PROJETO DE ESTUDOS AÇORIANOS 2008-2012

A vida sem provações não vale a pena ser vivida.

– Sócrates, *Apologia*, 38

O último projeto megalómano de JC era dar voz universal aos escritores dessas ilhas mágicas e assombradas a que ora chamava já suas, abaná-los das suas consciências súbditas e resignadas. Teria de acenar-lhes com o mundo que bem sabia, intimamente, iria querer conhecê-los e lê-los, mal soubessem que eles existiam. Pena eles se terem contentado com as ilhas como audiência. Esta era mais uma ideia daquelas destinadas a granjear inimigos e invejas, quem sabe até se os poucos que ainda lhe falavam não o iriam votar definitivamente ao ostracismo por ousar defender interesses que tomara como seus. Ninguém contratara JC para essa missão impossível, afinal, todos haviam sobrevivido até aí sem as suas boas intenções megalomaníacas. Eram todos esses autores conhecidos nos seus círculos restritos e gozavam de boa reputação no seio dos expatriados. Que mais era preciso? 300-500 Livros era uma boa tiragem para a maioria das edições desses escritores açorianos que o mundo infelizmente desconhecia e JC se ia empenhar em dar a conhecer. Era urgente e imperioso. Tinham de ser ouvidos, lidos e estudados antes de serem tragados por um cataclismo como o que afundara a Atlântida. Tudo começara no dia em que se pusera a traduzir alguns desses autores e descobrira neles a vida e a imortalidade que julgava inexequíveis. Não era um trabalho fácil pois um escritor raramente se alcandora à fama daqueles jogadores efémeros de futebol que, em cada dois ou em cada quatro anos, tentam arrebatá-los as multidões atrás deles, como se fossem velhos deuses gregos descidos do Olimpo. Eram a antítese deles, com a sua sobriedade, honestidade, integridade e humildade. Não se julgavam salvadores do mundo, nem tampouco enviados por uma qualquer divindade para gravarem as palavras na rocha sagrada que iria perpetuar uma civilização. Aqui não se tratava dum retângulo com mais de cem metros e vinte e duas pessoas a correrem atrás dum esférico para o enfiarem numa rede. Era apenas um enorme campo, sem delimitações, nem marcações onde se traçavam no alvo papel os hieróglifos, nesse fluir ritmado das palavras ao som das ondas destes mares, entremeadas pelo cíclico estremecer dos solos numa lembrança de Hefesto, Deus do fogo, dos metais e da metalurgia, filho de Zeus e Hera.

Ou seria recordando Hades, irmão de Zeus e Posêidon? Enquanto o primeiro detém os Céus e o segundo os Mares, Hades é o senhor do mundo subterrâneo, o Inferno local genérico para a moradia dos mortos.

A escrita dos autores açorianos fluía como lava incandescente, era o próprio magma descendo a 25 de junho de 1563, da Serra de Água de Pau para destruir Vila Franca do Campo, todas as suas casas, igrejas e ermidas.

Três dias depois houve a erupção do Pico das Berlengas, seguida de inundações torrenciais que arrastaram para o mar tudo quanto havia ficado de pé na Ribeira Grande, incluindo os seus moinhos. No lugar do Pico das Berlengas surgiu a enorme cratera hoje conhecida como a Lagoa do Fogo.

Nada do que escrevia parecia ter paralelo na enormemente rica e diversa literatura açoriana que lentamente ia conhecendo com cada livro que traduzia. Esses autores locais eram tão persistentes como tenazes foram os habitantes da Ribeira Grande que durante quatro décadas labutaram na sua reconstrução. Aqueles homens não se deixavam vencer nem pela doença nem pela natureza. Sofrendo as inclemências do tempo, reconstruíram tudo, limpando as terras, recompondo os moinhos, refizeram as suas casas e repararam os seus templos, erguendo a nova ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, depois incluída na Igreja de S. Francisco onde hoje forma a capela do Senhor Santo Cristo da Coluna. Embora os autores açorianos tenham os seus livros lidos apenas por umas, poucas, centenas de pessoas no arquipélago e na diáspora, continuavam, ano após ano, a arar as palavras como se fossem terreno pedregoso sem húmus, mais duro que o basalto e mais inóspito que os terrenos do Pico. Estavam assim esses autores tão olvidados como a população esquecerá já as erupções mais célebres do arquipélago.

Erupção da Lagoa do Fogo: (um vulcão que pode estar sempre prestes a despertar)

Em 1563, com a erupção de um vulcão em cuja cratera está a Lagoa do Fogo, deu-se um novo cataclismo em S. Miguel de maiores proporções que a subversão de Vila Franca do Campo. Ora, o Dr. Gaspar Frutuoso, embora não estivesse na ilha fixou residência na Ribeira Grande dois anos depois nas cinzas daquele cataclismo. Já o Nordeste se encontrava devastado e ainda ninguém ali sabia a origem do que estava a suceder. O povo entregava-se á proteção da Virgem, implorando a misericórdia divina. Terra farta e de excelentes criações, via toda a sua riqueza desfeita e imaginava chegando o fim dos seus dias. Com este dilúvio morreram todos os pássaros de toda a sorte. Dilúvio - chama Frutuoso a esta chuva de pedras de várias "granduras" e de cinza fina e branca, que havia de petrificar-se, transformando as. Os povos, cheios de pavor, abandonaram as casas e saíram para as ruas, largos e praças, e os lamentos e preces misturaram-se e ouviram-se em toda a parte. E os abalos seguiram-se, a pequenos intervalos, toda uma noite...a terra tremeu quarenta vezes. Os habitantes do Nordeste, da Ribeira Grande, de Vila Franca, não cessaram de implorar a clemência divina. E parecia que as suas preces tinham sido ouvidas, porque durante o domingo, 28 de julho, nenhum abalo se sentiu. Porém logo na segunda-feira começou outra vez a terra a tremer mui amiúde e rijamente, mais horrenda e espantosamente. Ao anoitecer, notou-se uma densa e grande nuvem que pairava sobre a serra de Água de Pau. A nuvem subiu e alastrou-se. Em toda a ilha foi visível e a todos deu a ilusão de que caminhava na sua direção, quer estivessem

em Ponta Delgada, quer na Ribeira Grande, quer em Vila Franca. Os povos olhavam-na estarecidos e no seu ânimo abalado e supersticioso não lhes parecia já uma nuvem, mas um monstro colossal e fabuloso. E a nuvem crescia tão obscura e tão mal-assombrada que, estando a noite algum tanto serena e clara, a tornou tão triste e desairosa que a todos dobrou a desconsolação e medo, dando de si mostras de aparências mui espantosas, variando-se com a sua feia escuridão em diversas figuras e mui horrendas... não parecendo nuvem, mas coisa fabricada para destruição das gentes. E o monstro aéreo, que assim parecia aos ânimos espavoridos, abriu grandes bocas e por elas vomitou línguas de fogo que iluminaram todo o horizonte, caminhando negro e pavoroso sobre Vila Franca.

Diz o cronista:

Vendo-a (a nuvem) todos se puseram de joelhos, pedindo misericórdia. Estariam assim tanto espaço quanto se poderiam dizer quatro credos de vagar, e em todo este tempo a nuvem não descansou de botar de si fuziladas por todo o corpo dela, sem estrondo que parecia que se abria o céu com fogo, chegando com a ladainha a dizer-se: Santa Maria, ora pro nobis, se abalou a esta palavra a nuvem de cima da gente e se tornou ao norte com as três bocas diante, porque deu uma volta sobre a gente, como um navio e virou as bocas, como proa caminho do norte. Pareceu àquelas almas crentes que as suas fervorosas preces tinham afastado o monstro fantástico e fabuloso e que o terrível castigo que as ameaçava tinha sido suspenso pela clemência divina, mas pouco tempo durou esta ilusão porque pouco depois começou a sair do alto da serra, donde viera a nuvem, um sopro grande, branco, sem trovoadas, e a terra a tremer muito, logo seguido de uma densa chuva de cinzas e pedras em tal quantidade que as pessoas ficaram cobertas e barradas como se em caldeiras de cinzas delidas fossem metidas. Então o pânico apôssoou-se de novo da multidão. A lembrança do cataclismo de 1522 invadiu os ânimos e a população fugiu desordenadamente para os campos, para os montes, para Ponta Garça, para a Ribeira das Tainhas, para o mar. O vulcão que, no alto da Serra de Água de Pau, rebentara, poupou a antiga capital de S. Miguel, por terem caído as suas ardentes lavas sobre a parte norte da ilha, na então vila da Ribeira Grande e seus termos. A terrível erupção dera-se no mais alto sítio da Serra de Água de Pau - já denominada o vulcão - junto dos picos das Berlengas e das Mesas, entre os quais ficava situada uma pequena lagoa. Começou naquele dia 28 de junho, como dissemos, o pico hante a vomitar torrentes de lava ardente, que corriam pelas vertentes norte da serra, como ribeiras caudalosas, abrindo sulcos nos terrenos. Submergiram-se, por vezes, estas correntes impetuosas para aparecer mais adiante, alastrando-se em pastosos lagos sobre as terras lavradas. Formaram-se assim, pelo posterior arrefecimento, os vastos espaços de rugosas pedreiras que chamam biscoutos e que aqui e ali mancham de negro e de infecundidade a terra arável desta ilha fértil. No dia 2 de julho uma outra erupção, no Pico do Sapateiro, mais próximo da vila da Ribeira Grande, veio juntar-se àquela na sua fúria destruidora. E as duas crateras, ao desafio, expulsavam das suas entranhas as lavas candentes que, correndo, como ribeiras, por colinas, campos e vales, tudo assolavam, ao mesmo tempo, que, com violento ímpeto, arremessavam para o ar, a alturas inauditas, massas ígneas e grandes pedras, algumas da grandura de bois, diz o cronista, que ao cárem se fragmentavam, juncando os terrenos, ou o mar, com pedras-pomes que, por mais leves, iam a maior distância, flutuando as que caíam no mar. Foi tal a quantidade dessas pedras que flutuavam no mar, que acumulando-se, chegaram a formar pequenas ilhas, derivando ao sabor das águas. Foram as piores erupções que ocorreram em S. Miguel. Contudo, embora o das Furnas seja o mais ativo e perigoso, está mais ou

menos controlado. No vulcão da Lagoa do Fogo, as águas da lagoa começam a aquecer, com pequenos abalos de origem tectónica com falha no graben Lagoa-Congro.

A erupção do vulcão das Furnas: (o vulcão mais perigoso dos Açores).

Erupção do Cinzeiro, Ano do Cinzeiro ou simplesmente Cinzeiro, é o nome porque ficou conhecida a grande erupção do Vulcão das Furnas de 3 de setembro de 1630. Foi a maior das erupções registadas após a colonização dos Açores, do tipo pliniano, com grande explosividade, emitindo um gigantesco volume de pedra-pomes e de material pomítico pulverizado para a atmosfera. A nuvem obscureceu o Sol por três dias e cobriu a ilha com uma camada de cinzas que nalgumas zonas distantes excedeu 1,5 m de espessura. A erupção atirou cinzas para a alta atmosfera que se depositaram na ilha das Flores, mais de 360 km para oeste. A camada de pedra-pomes flutuante impedia a navegação nas proximidades da ilha. Causou centenas de mortos. Terminou a 2 de novembro de 1630, isto é, 61 dias depois do seu início.

Mas quem quereria saber disto ou de tudo o que mais rico existe neste arquipélago esquecido e distante das mentes e vontades dos governantes de Lisboa desde o Terreiro do Paço aos nossos dias? E se os governantes se descuidam há séculos em cuidar dos açorianos que dizer dos restantes que mal sabem da nossa existência? Nem sempre assim é. De quando em vez, surge uma exceção, como foi o caso a 10 de Junho de 2008 quando o escritor Daniel de Sá foi merecidamente agraciado com o grau de oficial da ordem do Infante D. Henrique. Um grupo de amigos homenageou-o num jantar a 13 de junho e aí, em nome dos Colóquios da Lusofonia apresentou JC a proposta, que se segue, de criação dos Estudos Açorianos.

*É um privilégio estar aqui hoje nesta singela, mas sentida homenagem a um ser muito especial, que noutra país, noutra continente, certamente teria sido convidado para representar a cultura. Felizmente novas vozes fazem ouvir o seu clamor para o reconhecimento mais do que merecido a este grande homem das letras e da cultura. Resta-me esperar que a sua obra continue a ser editada, reeditada, traduzida e divulgada nos quatro cantos do mundo, como um verdadeiro representante desta açorianidade micaelense e universal que tanto orgulho devia inculcar em todos os que aqui habitam. Infelizmente a Universidade dos Açores carece de um curso de literatura e cultura açorianas onde esta e outras vozes se possam fazer ouvir. A Universidade de Brown tem há anos uma cadeira chamada Literatura Açoriana – e na Universidade dos Açores, Urbano Bettencourt ministrou desde 1990 o curso de literatura açoriana (enquanto unidade curricular das licenciaturas) com a duração de dois semestres; havendo outro curso, "Portugal atlântico e a açorianidade" como módulo de 10 horas integrado nos Cursos de verão. O próprio Urbano nos declarava que de momento não sabe se, "para lá do que o Onésimo leciona na Brown existem outros cursos de iniciação à Literatura açoriana; embora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Assis Brasil oriente um curso de literatura açoriana mas já em pós-graduação." **Considero que é indecoroso não haver esta disciplina nos açores.** Chegou a altura de criar os Estudos Açorianos e Daniel de Sá a liderá-los com o apoio de nomes como Urbano Bettencourt...*

Posteriormente, foi avançada uma proposta mais ambiciosa de Rafael Fraga. O desafio é concretizar este desiderato, com apoios e mecenas que o concretizem, dentro ou fora do seio da universidade [dos Açores], entidade estática e formal a quem desafiamos, diversas vezes já, para aceitar o repto. Podemos criar a cadeira de estudos e literatura açorianos, através de educação à distância, incluindo autores de todas as nove ilhas, com o apoio duma instituição, fundação, etc., mesmo que não seja num qualquer programa curricular de licenciatura ou mestrado. São precisas vontades férreas e abnegação para levar este projeto avante, pois era como se

se sentisse em toda a ilha um grandíssimo e espantoso tremor de terra, durando por espaço d'um credo, em que parecia que os elementos, fogo, ar e água, pelejavam no centro d'ela, fazendo-a dar grandes abalos, com rancos e movimentos horrendos, como ondas de mar furioso, parecendo a todos os moradores, que se virava o centro d'ela para cima e que o céu caia, e acabando o espaço do Credo ou de um Pater Noster e Ave-maria a todo o mais, e ainda não foi tanto, tornou outra vez a tremer mais brandamente outro tanto e sendo já dia claro, se ajuntaram algumas pessoas, que viviam pelos montes e nas quintas, e os que ficaram vivos no arrabalde, espantados todos dos grandes tremores e estrondos que ouviram; e vendo a vila no estado em que se encontrava pasmavam da enorme força desta ideia.

8.5. O FUTURO DOS AÇORES E UMA MÃO CHEIA DE IDEIAS A DESENVOLVER

Chega de discutir o mundo, vamos transformá-lo.

Karl Marx (filósofo alemão 1818 -1883)

Muito a dizer sobre esta temática, agora que S. Miguel cada vez mais se parece com o continente e as restantes ilhas parecem os Açores. Aliás, muitos micaelenses já assim tratam os restantes habitantes do arquipélago como sendo os “Açores”. Trata-se duma transferência psicológica do complexo de superioridade da metrópole portuguesa para a ilha de S. Miguel e desta para as restantes ilhas. Quando, em 2008, Ponta Delgada entra na sua fase de “*funchalização*” e tenta atrair os grandes navios de cruzeiro pode - se for bem-sucedida, - estar a resolver o problema dos “vaqueiros”. Com efeito, daqui a seis anos ou menos deixará de haver fundos europeus para a excessiva produção de leite que se regista na maior parte das ilhas. Depois do fim da gesta heroica e brutal dos baleeiros, que Dias de Melo tão bem retratou, aproxima-se o fim da era do leite. Virão dias de fome e de aflição. No entanto, nada ou muito pouco foi feito para a reconversão dessas centenas largas de famílias que vivem do “leite” num ciclo vicioso de maiores produções para “sacar” maiores fundos europeus.

É preciso haver visão como quando o chá sucedeu às laranjas. Os políticos insulares, como os seus congéneres continentais vivem nas suas torres de marfim condicionados ao ritmo da reeleição e não deverão ter visão para “imaginar” os Açores daqui a 20 ou 30 anos. Talvez a sociedade civil (se existir, pois passa despercebida a maior parte do tempo) pudesse contribuir com uma série de iniciativas pensantes sobre que futuro quer para estas nove ilhas. Sempre era melhor do que navegar à vista, sujeitos aos ventos de bolina que nos podem arremessar para mares desconhecidos cheios de personagens lendárias como Adamastor ou de meros eventos naturais como furacões a juntar ao nosso habitual ciclo do fogo vulcânico e da terra a tremer. Quem sabe se não poderiam converter as vacas leiteiras em produtoras de carne da melhor qualidade para exportação, usando a tecnologia existente e a mão de obra local atual sujeita a uma apropriada componente de atualização de formação e desenvolvimento pessoal? Nos EUA já há quem aproveite o estrume do gado bovino para produzir energia ecológica...será que estes campos podem produzir biodiesel?

Na data em que escrevia, as manchetes dos jornais falavam da crise institucional criada pelo novo estatuto autonómico, oportunidade gloriosa para se pensar não apenas na autonomia política

mas na verdadeira autonomia que pode projetar para voos mais altos: a autonomia financeira, capaz de suportar os custos normais da insularidade que torna proibitivas as viagens entre ilhas, que coloca preços exorbitantes em estabelecimentos hoteleiros só para ricos ou estrangeiros oferecendo em troca serviço de qualidade muito inferior ao que seria de esperar para os preços praticados. Como a maior parte da população já vive nos Estados Unidos da América e do Canadá por que não pensar numa associação a esses países, que talvez fosse mais proveitosa do que a pseudoautonomia de Portugal? Poder-se-ia criar uma união como a de Porto Rico já que passar a Estado depois do Havai parece ser difícil. Podia-se manter a língua e cultura portuguesas e beneficiar de “*greencards*” para toda a população que iria decerto emigrar, tornando mais rentável a manutenção das ilhas como destino turístico e de férias dos saudosistas. São ideias arrojadas como estas que podem propulsionar para o futuro em vez de se ficar dependente da autonomia portuguesa, ou de sonhar dissimuladamente com uma independência que nunca virá.

Por outro lado, e falando mais seriamente, como a terra é fértil quando se acabarem as vacas gordas leiteiras poderiam diversificar e produzir queijos, ou carne de vaca de qualidade. Poderiam aproveitar os solos úberes para produzir produtos agrícolas para mercados de nicho e exportar para o mundo. Infelizmente ainda não vira nem ouvir nenhum dos técnicos agrários, vulgo engenheiros, propor ou estudar quais os mercados de nicho que estas férteis terras poderiam fornecer. Crê-se que o turismo de iates e de cruzeiros para um escalão alto (e por isso se vai duplicar o número de camas existentes nos próximos cinco anos) irá trazer alguns benefícios e mais prejuízos com um agravamento automático do custo de vida, da inflação. Preços inflacionados para turista rico é já hoje a norma... Trata-se de um segmento altamente difícil de prever, pois funciona com ondas e picos de moda e por isso, mesmo que a ideia “Açores” pegue, nada garante que se vá manter a menos que se consiga conservar e inovar a oferta de serviços distintos e diversificados dos restantes mercados. A aposta em si é tão ambiciosa como as “Portas do Mar” a que atrás se referiu e cujos resultados só serão visíveis dentro duns cinco anos ou mais. Parece limitada pois ao colocar os ovos todos numa mesma cesta não se salvaguarda o que pode acontecer com uma crise continuada dos combustíveis a preços exorbitantes.

Ainda neste campo continua a falar-se em criar mais campos de golfe, já Portugal começa a parecer um enorme campo de golfe (desconhece-se onde se irão buscar tantos golfistas como os necessários para os manter abertos...). Em sua modesta opinião poderia aproveitar-se a criação do chamado turismo marítimos subaquático aliando este à exploração científica dos mares dos Açores.

É ecológico, existe uma componente “verde” importante, o mercado está em crescimento e a oferta a nível mundial ainda é escassa. No turismo tipo aventura poderiam aproveitar-se melhor as potencialidades do perigo do mau tempo no canal, atraindo um enorme potencial de aventureiros para sentirem o que em tempos idos os baleeiros sentiam nas suas “cascas de noz,” nesses botes onde a audácia e a coragem se sobrepunham por vezes à fúria assassina dos elementos.

Outra atividade que poderia ser melhor aproveitada como subproduto turístico era a das caminhadas e montanhismo vulcânico, que poderia criar vagas para alguns dos licenciados em vulcanologia pela Universidade dos Açores servirem de guia na exploração dos milhentos vulcões terrestres guiando as pessoas pelas grotas acessíveis, explorando as caldeiras, explicando as colossais forças da natureza que construíram estas ilhas. Notara JC a falta desta atividade recentemente ao visitar S. Jorge, Pico e Faial. Nestas caminhadas poderiam usar-se biólogos para explicar a flora endémica e a fauna das ilhas (como por exemplo se está a começar a fazer para o priolo) incluindo garajaus, cagarros, etc., criando-se centros de interpretação em cada ilha como já existe no Faial com o Centro do Mar na antiga Fábrica da Baleia, no Pico com o Museu da Indústria Baleeira em S. Roque e Museu dos Baleeiros nas Lajes do Pico.

Podiam aproveitar-se os cortejos etnográficos, dar-lhes uma componente mais turística e mais cientificamente histórica como forma de atrair emigrantes e turistas, para festas que são tão diferentes das restantes. Assim como na Lomba da Maia se criou o Museu do Linho, na Lombinha da Maia (ambas em S. Miguel) se ensinam homens a trabalhar na tecelagem tradicional, como na Maia (S. Miguel) se prepara um Museu do Tabaco, falta unir as duas restantes fábricas de chá para criarem um único e condigno Museu do Chá, tarefa que a Confraria do Chá de Porto Formoso, deveria ter como prioridade...Podiam e deviam manter-se abertos [para lá do horário normal do funcionamento das repartições públicas], os Museus, que tão do agrado são dos turistas que nos visitam (como forma de garantir a vinda de outros interessados).

Podia dar-se emprego a tanto pescador desempregado (e a receber o Rendimento Mínimo ou de Reinserção Social sem nada dar de volta à sociedade) criando pequenas firmas para passeios de barco na costa das ilhas, nos meses turísticos (junho a setembro) e em que o mar permite a saída dos pequenos barcos de pesca. Assim, mantinha-se a indústria de construção desses botes e pequenos barcos pesqueiros e usava-se a sabedoria desses homens do mar para levarem turistas a tantos pontos da costa sem acesso por terra (isto é particularmente importante em ilhas como a de S. Jorge ou a

costa norte da ilha de S. Miguel. Sabe-se que para tal seria necessário agilizar a burocracia (criando um verdadeiro “Simplex”) e as obrigatoriedades legais, mas num país em que as Reservas Naturais podem ser vandalizadas por um qualquer “PIN” (projeto de interesse nacional) de exceção, também essas exceções se podiam aplicar.

Claro que para tudo isto seria preciso qualificar uma mão de obra patentemente subqualificada ou inqualificada e para isso seriam precisos os tais líderes, a tal sociedade civil com visão de futuro, cuja inexistência parece ser a norma nas nove ilhas do meu descontentamento futuro. Em plena campanha eleitoral não se ouviu uma só ideia original que visasse o futuro, mas apenas metas a muito curto prazo para garantir os ciclos eleitorais e as reeleições. O governo foi reeleito ainda com uma maioria absoluta e mais quatro anos do mesmo ciclo se seguem. Que sejam profícuos. INOVADORES, OUSADOS E COM VISÃO DE FUTURO. Só assim se cumprem as autonomias. Assim se completa esta primeira circum-navegação do mundo com regresso à ilha de S. Miguel nos Açores, centro da Atlântida e do mundo. A ilha imaginária (a tal a que chamara Autonomia) lá está no horizonte a acenar. Vamos para lá.

As nossas dúvidas são traidoras, fazem-nos perder o bem que poderíamos conquistar se não fosse o medo de errar.

William Shakespeare

9. Bibliografia:

- Abade de Baçal. Alves, Francisco Manuel. Enciclopédia “Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança” Tomo V Os Judeus. Bragança, 1925
- A Bíblia de Jerusalém. S. Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- Adamman of Bremen. "History of the Archbishops of Hamburg-Bremen", IV, 35- 38, trad. J. F. Tschan (New York: Columbia University Press, 1959).
- Andrade, António Júlio, e Guimarães, M.ª Fernanda. “Carção capital do Marranismo” editados pela Associação Cultural dos Almoçreves de Carção
- Aristóteles. "De mirabilibus auscultationes".
- Azevedo, P. A. "As Ilhas perdidas", Arquivo Histórico Português, II, 1904, pp. 53-62
- Azevedo, Pedro A. Archivo historico portuguez, ed. *d'Azevedo*, Braamcamp Freire et al., 1, 1903
- AA VV, Arquitetura Popular dos Açores, Ordem dos Arquitetos, Lisboa, 2000
- Albuquerque, Luís de, Os Descobrimentos Portugueses, Lisboa, Publicações Alfa, 1985.
- Arruda, Manuel Monteiro Velho “Ensaio Crítico”, in Coleção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. LXII.
- Australian Dictionary of National Biography,
- Avelar, José Cândido da Silveira. Ilha de S. Jorge (Açores): Apontamentos para a sua História Minerva Insulana, Horta, 1902, pp. 430
- Azevedo, Pedro de, D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada, Separata do «Boletim de 2ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa», vol. XII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919
- Benedict, R. D. "The Hereford Map and the Legend of St. Brandan", Bull. American Geographical Society, vol. 24, 1892, pp. 321-365.
- Biblioteca Mitchell, Sydney Austrália (mapas)
- Birdsell, Joseph B. Local Group Composition Among the Australian Aborigines: Critique of the Evidence from Fieldwork Conducted Since 1930. Current Anthropology abril, 1970. Vol.11(2):115-142.
- Birdsell, Joseph B. A Collaborative Genetical Survey of the Human Populations of the Pacific Area *Science* 7 July 1950 112: 25-26 [DOI: 10.1126/science.112.2897.25]
- Bluteau, Rafael. Vocabulario Portuguez e Latino, vol. 1-4, Coimbra, Colégio das Artes, 1712-1713; vol. 5-8, Lisboa, Pascoal da Sylva, 1716-1721, Suplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino, 2 vol., Lisboa, Joseph Antonio da Sylva, 1727, Patriarcal Officina da Musica, 1728.
- Bernardo, Hermínio Augusto, "Povoados Castrejos Portugueses e Espanhóis da Bacia do Douro Internacional, 1989
- Birdsell, Joseph B. 1954, M S Field Notes (na posse de J. B. B.)
- Blainey, Geoffrey. “A Land Half Won” Macmillan, South Melbourne, Vic 1980
- Braga JR. Elói. "Introdução". In: MARCO PÓLO. O Livro das Maravilhas. Porto Alegre: L & PM, 1994.
- Brandenstein, Carl George von, 1967 A situação linguística na região de Pilbara - passada e presente. Pacific Linguistics, Papers in AUSTRALIAN Linguistics #2, Série A, Occasional Papers #11, [C:\Documents and Settings\Owner\My Documents\Literary\Books\autobio novo livro açores\backup copy.doc - ftnref11# ftnref11](#) Camberra, páginas 1 a 20 a.
- Brandenstein, Carl Georg von, Early history of Australia: the Portuguese colony in the Kimberley exploration - occupation - dissolution -vacation (1512?) - 1520's - 1580 - (1879) / by C.G. von Brandenstein. Published Albany, W.A: C.G. von Brandenstein, 1994.
- Brandenstein, Carl Georg von 1989 Os primeiros Europeus a chegarem à costa ocidental da Austrália, Boletim do Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau #3, p 169 - 188,
- Brandenstein, Carl Georg Von. 1989 The First Europeans on Australia's West Coast, Boletim do Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau #3, páginas 189 - 206.
- Brandenstein, Carl Georg von, 1967d, The language situation in the Pilbara – past and present. *Papers in Australian linguistics* No. 2, Pacific Linguistics, A-11: 1-20.
- Brandenstein, Carl Georg von, 1970e, Portuguese loan-words in Aboriginal languages of north-western Australia (a problem of Indo-European and Finno-Ugrian comparative linguistics). Laycock, D.C. and S.A. Wurm eds, *Pacific linguistic studies in honour of Arthur Capell*. 617-650. Canberra: Pacific Linguistics.
- Brandenstein, Carl Georg von, 1970f, Some new aspects of Australian Aboriginal language. Linguistic trends in Australia. Wurm, S.A. and D.C. Laycock, eds. *Linguistic trends in Australia* 75-95. Canberra: AIAS.
- Brandenstein, Carl Georg von, 1973a, Place names of the north-west. *WA Naturalist*. 12,5:97-107.
- Brandenstein, Carl Georg von, 1982, The secret respect language of the Pilbara. *Innsbrucker Beiträge zur Kulturwissenschaft* 50:33-52.
- Brandenstein, Carl Georg von, 1990, The First Europeans on Australia's West Coast. *Boletim do Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau* 3:195-206.
- Brandenstein, Carl Georg von, 1990, Os primeiros europeus a chegar à costa ocidental da Australia. *Boletim do Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau* 3:171-188
- Brandenstein, Carl Georg von, 1968, Some new aspects of Australian Aboriginal language based on fieldwork in north-west Western Australia, 1964-67, Paper read at the General Meeting of the Australian Institute of Aboriginal Studies (1968). Typescript.
- Brandenstein, Carl Georg von, 1969, The diaries of C. G. von Brandenstein, 1964-1969. Manuscript.
- Brandenstein, Carl Georg von, 1972f, The Kurruwa balls of Depuch Island: a preliminary report to the Western Australian Museum. Manuscript.
- Brandenstein, Carl Georg von, 1989, The first Europeans on Australia's West Coast. Typescript.

Brandenstein, Carl Georg von, 1994, Early history of Australia: the Portuguese colony in the Kimberley: exploration - occupation - dissolution – vacation. Typescript.

Brandenstein, Carl Georg von, n. d.c. [?]1990] The Yawuji-bara and Yawuji-Baia; Two intermarrying groups of an Afro-Australian Islander tribe. Typescript.

Bren, Frank. The Bulletin, Austrália, janeiro, 1988

Cahen, Claude. Oriente Y Occidente en tiempos de las cruzadas. México: Breviarios, Fondo de Cultura Económica, 1989.

Campos, Viriato, Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores, Lisboa, Europress, 1983.

Cardeal Saraiva. Índice Cronológico das Navegações, etc. Lisboa. 1841.

Carta do Prestes João das Índias. Versões Medievais Latinas (trad. Leonor Buescu). Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.

Centro de Estudos de História do Atlântico. Guia para a história e investigação das ilhas atlânticas, Funchal,

Chrystello, J. Chrys. Cancioneiro Transmontano 2005, ed. Santa Casa da Misericórdia de Bragança. 2005

Chrystello, J. Chrys. Crônicas Austrais 1977-1997. edição eBooks Brasil 2002

Chrystello, J. Chrys. Crónica do Quotidiano Inútil. ed. Autor, 1972

Chrystello, J. Chrys. Timor-Leste, o dossier secreto, 1973-1975, ed. Contemporânea, Porto 1999 e eBooks Brasil 2000

Chrystello, J. Chrys. Timor-Leste, historiografia de um repórter, ed. Colóquios da Lusofonia 2005, CD livro.

Clauss, R. "Kante das Alternum die Azoren?" in Petermanns Mitteilungen, 1962, pp. 43-5

Clifford, Hugh. Further India. Edição White Lotus Co., Bangkok 1990, 378 páginas

Coate, H. H. J., The Rai and the Third Eye - north west Australian beliefs, publicado em 1966, Oceania, 37,2:93 - 123, dorge páginas 103 - 104 texto 1.328 sq.

Coate, H. H. J. & Lynette Oates. A Grammar of Ngarinjin: Western Australia. American Anthropologist December 1971, Vol. 73, No. 6, pp. 1387-1388

Colbatch, The Bulletin, Austrália, novembro, 1987

Collingridge, George. C. "The Discovery of Austrália", Sydney, 1895, 1906, manuscritos da Coleção Dixon, Biblioteca Mitchell, Sydney, NSW (MS Q243).

Cook, Cap. James "Journal of the Voyages of the Endeavour", editado por W.J.L. Wharton, Londres, 1893, editado por J.C. Beaglehole (4 vols.), Londres, 1955.

Cordeiro, Hélio Daniel. Os primeiros judeus em Portugal: de Jachia ibn Jaisch a Isaac Abravanel publicado na Revista Judaica

Cordeiro, P. António. História Insulana, Lisboa, 1717.

Cortesão, Jaime. "Os Descobrimentos Portugueses", Lisboa, 1934.

Coutinho, Gago. "Descoberta dos Açores", Seara Nova (Lisboa), XI (1930), p. 258-71, com mapa;

Cruzeiro, Maria Manuela e Boaventura Santos. "Melo Antunes o Sonhador Pragmático", ed. Afrontamento. Porto 1997.

Da Silva Ribeiro, Luís. Formação histórica do povo dos Açores, in Açoriana, Angra, 1941.

D'Avezac. "Iles de l'Afrique", p. 28 cita um documento geográfico de 1455 com a inscrição: "Esta ilha é chamada de Antília.

Platão assegura que esta ilha era quase tão grande como a África, e diz que neste mar se deram grandes movimentos de correntes sobre esta ilha de areia, de modo que as areias desta ilha desapareceram quase todas pela vontade de Deus, e este mar se chamou de "mer de Batture".

De Barros, J. "Ásia". Décadas da Ásia – I, II, III e IV (1552, 1553, 1563, 1615)

De Castaneda, Pedro. Coleção Ternaux-Compans. vol. X, p. 256- 284. (p. 1-255) "Viagem a Cibola" de 1510.

De Freitas, Jordão. As Ilhas do Arquipélago dos Açores na História da Expansão Portuguesa. Lisboa.

De la Roncière. Ch. "Découverte de l'Afrique au moyen age", II, 1-2

Derriman, Philip 1990 Why Western Australia's Aborigines are speaking Portuguese, Jornal Sydney Morning Herald, 30 julho 1990.

de Sá, Aires. Frei Gonçalo Velho, Lisboa (2 vols).

de Sá, Daniel. Santa Maria, Ilha-Mãe, Ponta Delgada, ed. VerAçor, 2007

de Sá, Daniel. O Pastor das Casa Mortas, Ponta Delgada, ed. VerAçor, 2007

de Sá, Daniel. Crónica do despovoamento das Ilhas. Lisboa: Salamandra, 1995.

de Sá, Daniel. Ilha grande fechada. Lisboa: Salamandra, 1992.

de Sousa, Miguel. "As Origens dos Apelidos das Famílias Portuguesas", SporPresss, 2001

Dicionário de História de Portugal - Direção de Joel Serrão.

do Canto, Ernesto, Biblioteca Açoriana, Pta. Delgada, 1890.

Duarte, Teófilo. Coleção Fórum "Ocupação e Colonização Branca de Timor" da autoria de Teófilo Duarte, ex-governador de Cabo Verde e de Timor, Vogal do Conselho do Império Colonial, da Editora Educação Nacional Lda Estudos Coloniais nº 2. 1944.

Duffy, Eamon. Santos & Pecadores. História dos Papas. S. Paulo: Cosac & Naif, 1998.

Durkheim, Emile. As Formas elementares da Vida Religiosa. S. Paulo: ed. Paulinas, 1989.

Faria e Sousa, Manuel. Epítome das histórias portuguesas Madrid, 1628, 2 tomos (Lisboa, 1663; Bruxelas, 1677).

Faria e Sousa, Manuel. Historia del Reyno de Portugal. Bruxelas 1730.

Faria y Sousa, E. de – Ásia Portuguesa, Porto, 1590-1607, traduzido para Inglês por J. Stevens, 1694, Londres.

Farinha, João Carlos. Henriques, Pedro Castro. Neves, Renato. Paisagens e Habitats de Portugal. Editora: Assírio & Alvim, 2000

Fernandes, José Manuel, "Arquitetura e Urbanismo no Espaço Ultramarino Português", in História da Expansão Portuguesa, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, Círculo de Leitores, Lisboa, 1997, vol. 5, pp. 334-383

Fernandes, José Manuel, Cidades e Casas da Macaronésia, FAUP, Porto, 1996

Fernandez-Armesto, Felipe 1991, Atlas of World Exploration, The Times, Times Books, p 146 (Sobre as atividades de Rodrigues). <C:\Documents and Settings\Owner\My Documents\Literary\Books\autobio novo livro açores\backup copy.doc - ftnref28# ftnref28>. [N. do T.: 1520].

Fernandez de Oviedo G., "Historia general y natural de las Indias", Sevilha, 1535. ed. da Biblioteca de Autores Espanhóis, 1959

Ferreira, Adriano, Era uma Vez... Santa Maria, Câmara Municipal de Vila do Porto, 1996

Ferreira Drumond, F. Anais da Ilha Terceira, Angra (4 vols.).

Ferreira de Serpa, A.. O Descobrimento dos Açores, Porto, 1925.

Figueiredo, Jaime de, Ilha de Gonçalo Velho, C. de Oliveira Lda, Lisboa, 1954

Franco JR., Hilário. As utopias medievais. S. Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

Franco JR., Hilário. A construção de uma utopia: o império de Prestes João. Conferência proferida em 12-10-94 durante o I Simpósio Internacional de História Antiga e Medieval e VI Simpósio de História Antiga, 10 a 14 de outubro de 1994, Porto Alegre (notas pessoais).

Fruoso, Gaspar, Saudades da Terra, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977-1987, 6 livros e 8 volumes

Gabrieli, Francesco. Arab historians of the crusades. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1984.

Galvano, Antonio." The Discoveries of the World from Their First Original unto the Year of Our Lord 1555", Hakluyt Soc. Pubs. 1st Series, vol. 30, Londres, 1862,

Góis, Damião de, 1502-1574. Crónica de Dom Manuel. - Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1749

Gomes de Brito, Bernardo. "História Trágico Marítima", Lisboa, 1735-1732

Grande Dicionário da Língua Portuguesa. ed. Porto Editora

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia, Lda.

Henty, Carol. The Bulletin, Austrália, dezembro, 1987

Hennessy, Glenn; Salisbury, T.; Gresser, P. J. 'Windradin of the WIRADJURI', 1971

Hinchberger, Bill e Rose Brasil "A Estrada Real, Minas Gerais" ed. ABRIL

História e Antologia da Literatura Portuguesa – Século XVI – Literatura de Viagens – II” – Fundação Calouste Gulbenkian, Boletim nº 23, dezembro de 2002 - a partir de "Tratado das Coisas da China", Intro., modernização do texto e notas de Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Edições Cotovia, 1997

Horn. "De originibus americanis", p. 7 "Anno MCCCXLVII Portugallus quidam navigans extra fretum heracleum adversis ventis in remotam insulam occidentem versus abreptus fuit, et in ea invenit septem civitates, quae Portugallorum lingua loquebantur, et interrogabant an Mauri adhuc vexarent Hispaniam, unde amisso Roderico fugati sint

Humboldt, Alexander von, "Examen critique de l'histoire de la geographie du nouveau continent et des progrès de l'astronomie nautique aux quinziesme et seizi`eme siècles", 5 vols., Paris, 1836-39, vol. 2

Isidoro de Sevilha. "Etymologiae", XIV, 6, iii, ed. Cora E. Lutz (Cambridge: Clarendon Press, 1911).

Ki-Zerbo, Joseph. História da África Negra I. Viseu: Publicações Europa-América, s/d.

Kolig, E. 1987, The Noonkanbah Story, University of Otago Press, Dunedin, Nova Zelândia

Las Casas, "Historia de las Indias" lib. i, cap. 13; ed. 1927, I, 70. Ferdinand Colombo segue-o quase exatamente na sua "Historie della vita e dei fatti di Cristoforo Colombo", cap., ix (pp. 34-35 ed. de Londres, 1867). Ambos os autores atribuem a origem das suas informações ao "Libros de memórias" do almirante, que, infelizmente, se perderam.

Leiria, Mário Henrique., Novos Contos do Gin. ed. Estampa 1973

Lewis, Bernard. Os Árabes na História. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

Lisboa, Luís João, "Açores", in Luís de Albuquerque (dir.), Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 12-15.

LOBO, António Costa, 1840-1913, História da sociedade em Portugal no século XV. Lisboa: Cooperativa Editora, 1979. - 807 p.; 21 cm. - (Clássicos da historiografia portuguesa. Estudos). - Edição Fac-Simile da edição de Lisboa, pela Imprensa Nacional em 1903

LOBO, Manuel da Costa, Subsídios para a história de Luanda / Manuel da Costa Lobo. Lisboa: Edição de Autor, 1967. - 264 p.: II.; 22 cm

Loyn, Henry R. (org.). Dicionário da Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Lopes, Edmundo Correia "A Escravidão - Subsídios para a Sua História", Lisboa, Agencia Geral das Colónias, 1944. pp. 208.

Love, James Robert Beattie. 1936, Stone Age Bushmen of Today: Life and Adventure among a Tribe of Savages in North Western Austrália, Blakie, Londres. [Curiosamente não citado por Norman B. Tindale em Tribos Aborígenes da Austrália, 1974].

Love, James Robert Beattie. The grammatical structure of the Worora language of north-western Austrália / J.R.B. Love; edited by R.M.W. Dixon by Love, J. R. B. (James Robert Beattie Published Munchen: Lincom Europa, 2000

Love, J. R. B. (James Robert Beattie) Notes on the Wororra tribe of north-western Austrália Published [1917?]

Machado, José Pedro. Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa. ed. Livros do Horizonte 2003.

Mackness, George. Admiral Arthur Phillip, Founder of New South Wales, 1738-1814. Sydney, Angus and Robertson, 1937

Major, Henry. Vida do Infante D. Henrique, Lisboa, 1876.

Marchant, Leslie. "France Australe" Artlook Books, Perth, 1982

Martin, Gabriela. Pré-História do Nordeste do Brasil - ed. Universitária da UFPE

McGregor, W. "Handbook of Kimberley Languages 1988

McIntyre, Kenneth Gordon. "The Rebello Transcripts, Governor Phillip's Portuguese Prelude" Ed Souvenir Press Ltd, Adelaide, South Austrália,

McIntyre, Kenneth Gordon. A Descoberta Secreta da Austrália. Ed Souvenir Press Ltd Adelaide, South Austrália, 1977

McIntyre Kenneth Gordon, O.B.E., M.A., LL.B. (Melbourne), Comendador da Ordem do Infante, "The Secret Discovery of Austrália", Souvenir Press, South Australia, 1977, "Portuguese Discoverers on the Australian Coast", Victorian Historical Magazine, Vol. XLV, #4, Melbourne 1974.

Mees, Jules. "Histoire de la découverte de Iles Açores", Ghent, 1901, mapa desdobrável e tábua de nomes no Apêndice X
Meier, John P. Um judeu marginal — repensando o JESUS histórico. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

Miller, Maynard M. "Floating Islands". "Natural History", LXV (1956), 233- 39; 274-76.

Mollat, Michel. Los Exploradores del siglo XIII al XVI — primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

Monteiro, Jacinto, "Descobrimientos das Flores e Corvo", in Os Açores e as dinâmicas do Atlântico – do Descobrimento à II Guerra Mundial, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1989

Monteiro Velho Arruda, Manuel. Coleção de Documentos Relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores, Ponta Delgada, 1932.

Monterey, Guido de, Santa Maria e S. Miguel. As Duas Ilhas do Oriente, ed. Autor, Porto, 1981

Mora, José Ferrater. Dicionário de Filosofia. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

Moreira da Silva, Armindo de Melo, Ribeira Grande De ontem até hoje vol. 1, 2000, Ponta Delgada

Morris, Desmond. A natureza da felicidade, ed. Sinais de Fogo Publicações, 2007

Moura, Mário. "Andanças dos irmãos Arruda", Edições Macaronésia, Ponta Delgada 2006

Navarro, L. F. "Nuevas consideraciones sobre el problema de la Atlantis", Madrid, 1917, pp. 6 e 15.

Nemésio, Vitorino "O Açoriano e os Açores", Sob os Signos de Agora, Coimbra, 1932

Nordenskiöld, A. E. "Periplus: An Essay on the Early History of Charts and Sailing Directions, transl. by F. A. Bather, Stockholm, 1897, p. 88.

Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, de António de Morais Silva, 2.ª edição

Oates, W. J. & Lynette F. Oates 1970

Oliveira Marques, A. H. de "A Restauração e suas Consequências", in História de Portugal, vol. II, Do Renascimento às Revoluções Liberais, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

Ortelius A., "Africae Tabula Nova", in "Theatrum Orbis Terrarum", Anversa, 1570, fal. 4.

O'Connor, Sue. 30,000 Years of Aboriginal Occupation in the Kimberley, Northwest Austrália. Terra Australis 14, Archaeology and Natural History and Centre for Archaeological Research Publications, Research School of Pacific and Asian Studies, The Australian National University, 1999.

Orwell, George. O Triunfo dos Porcos) - Animal Farm (1945), ed. Ulisseia, ed. Circulo de Leitores

Orwell, George. 1984 (Mil Novecentos e Oitenta e Quatro) - Nineteen Eighty-Four (1949) ed. Moraes, ed. Ulisseia.

Osbiston, Robert. Jornal Sydney Morning Herald, 19 NOV.º. 1988

Peres, Damião. História dos Descobrimientos Portugueses, P. Delgada, 1890.

Perry, T. M. & Westall, William (1781 - 1850), Australian Dictionary of Biography, Volume 2, Melbourne University Press, 1967

Phillip, Hans. "Die Khartager auf den Azoren", in Petermanns Mitteilungen, 1954, pp. 189-193, mapa de Pizzigano e nova luz sobre a origem da lenda do cavaleiro de bronze

Phillip, Hans. "Das Gift der Kirke", in Gymnasium, 1959, pp. 509-16;

Planisfério de Henrique II (Atlas Jomard) e a Carta de Mercator de 1569.

Plutarco: "De facie in orbe lunae", 26.

Podolyn, Johann Frans Göteborgske Wetenskap og Witterhets Samlingar (1778, vol. I, p.106 ", publicado, em versão alemã, por Henning que apenas o tinha conseguido em fotocópia, juntamente com a tábua original reproduzindo as nove peças oferecidas ao suíço pelo Padre Florez. Sobre a questão dos Açores, além dos dois artigos numismáticos citados por Desanges, vejam-se R. Clauss, "Kante das Alternum die Azoren?", in Petermanns Mitteilungen, 1962, pp. 43-5,

Polo, Marco. O Livro das Maravilhas. A Descrição do Mundo. Porto Alegre: L & PM, 1994. ISBN: 85-254-0017-3

Ramos, Manuel João. Carta do Prestes João das Índias. Versões Medievais Latinas, ed. Assírio e Alvim 1998

Reader's Digest 1988, Illustrated History of South Africa - The real story. About the Malays p. 50

Rebelo, João Correia. Um Arquiteto Moderno nos Açores, coord. João Vieira Caldas, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2002

Reinhardt, Dennis. The Bulletin, Austrália, novembro, 1985

Richardson, W. A. R., "Camões, Vasco da Gama, Portugal & Austrália", Flinders University of South Austrália, 1981

Rodrigues, Francisco. Carção, suas gentes, usos e tradições, ed. CM Vimioso abril 2001

Royal Australian Historic Society (arquivos vários)

Runciman, Steven. Historia de las Cruzadas II. Madrid: Alianza Universidad, 1973.

Ryder, Bernard C. 1936, A vida selvagem no extremo noroeste (Wild Life in the far North West), Walkabout, janeiro 1, p. 32/3

São Brandão, dois manuscritos básicos na "Vita Brendani" e a "Navigatio Brendani".

Saramago, José. Viagem a Portugal, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1984

Serpa, Caetano Valadão. A Gente dos Açores. edição Prelo Editora de julho/agosto 1978

Shaw, A. G. I. The Story of Austrália ed. Faber & Faber

Simpson, J. H. Coleção Ternaux-Compans. Tomo IX, p. 349-363 – "Coronado's march in search of the Seven cities of Cibola, and discussion of their probable location." (Smithsonian Institution, 1869, p. 209-340. Vivien de Saint-Martin. "Annee géographique", 1872, p. 239.)

Soares, Dr. João Teixeira, Jorgense, n.º 6, de 1 de maio de 1871, Archivo dos Açores, vol. V, páginas 437 a 441

Sousa, João Soares de Albergaria de. Corographia Açorica, página 94

Spate, O. H. K. "Terra Australis - cognita?", Melbourne 1957

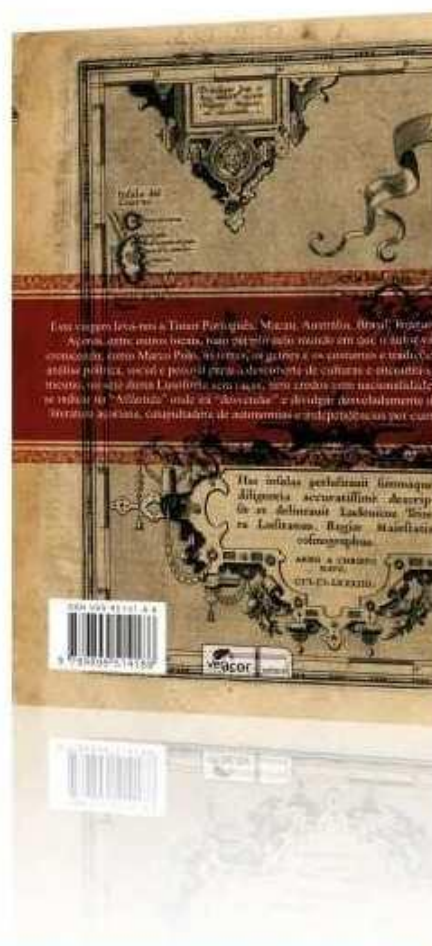
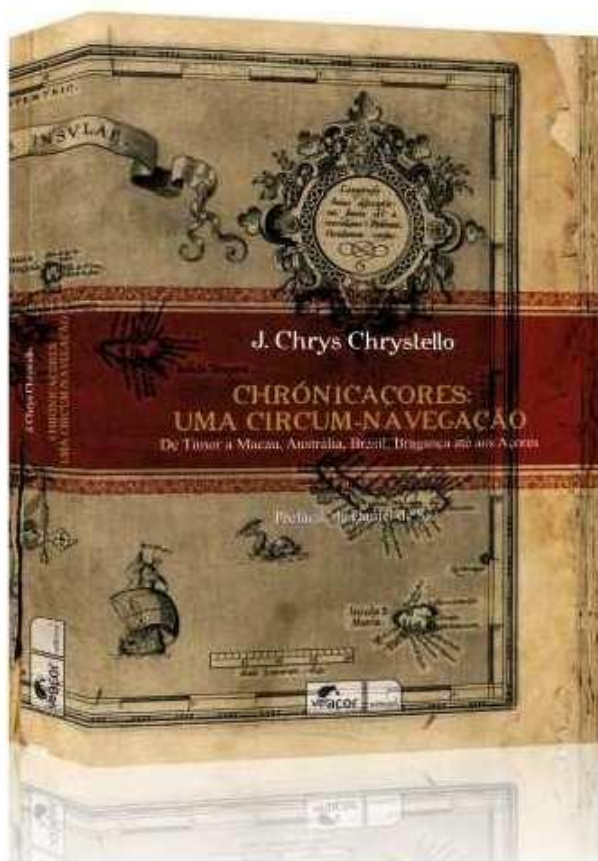
- Stackhouse, John. The Bulletin, Austrália, julho, 1984
- Steiner, George. "Os livros que não escrevi". ed. Gradiva, 2008
- Stokes, Whitley, "Voyage of Maeldun", XXIX, ed. e trad. Whitley Stokes, in "Revue Celtique", X (1889), 50-95.
- Stokes, Whitley, "Voyage of the Hui Corra", XLVII, ed. e trad. Whitley Stokes, in "Revue Celtique", IX, (1888), 14-25.
- Sylvan, Fernando. in Cancioneiro Maubere (Hananuknanoik Maubere), publicado pela Fundação Austronésia Borja da Costa, Lisboa, 1988.
- Tabucchi, António. Mulher de Porto Pim e outras histórias, 1983
- Tavares, Maria José Pimenta Ferro Tavares, "Os Judeus em Portugal no Século XV"
- Taylor, B. El Libro del conocimiento de todos los reinos (The Book of Knowledge of All Kingdoms). The Modern Language Review, Volume 96, Number 3, 1 July 2001, pp. 855-856(2) Modern Humanities Research Association
- The Aborigines of New South Wales", Parks and Wildlife vol. 2, #5, textos de Christine Haigh.
- Thevet. "Cosmographie universelle". 2 vols., Paris, 1575, Volume 2
- Tindale, Norman B. Aboriginal Tribes of Austrália, University of California Press, p. 153 p. 241 Djau. 242, 268.1974
- Tindale, Norman B. 'Aboriginal Tribes of Australia', ed. Universidade de Berkeley, L.A., California;
- Tindale, Norman B. - A South Australian looks at some beginnings of archaeological research in Austrália, vol.6,
- Tinhorão, José Ramos. Os Negros em Portugal - Uma presença silenciosa (1.ª edição, 1997) Universitária, n.º 31, Editora Caminho, Lisboa 1988
- Urry, James e Walsh, Michael 1981, (The lost Macassar language of Northern Austrália, Aboriginal History (História Aborígene) vol. 5, 1-2:91-108.
- Valadão Serpa, Caetano. A Gente dos Açores. Edição Prelo Editora de julho/agosto 1978
- Velho Arruda, p. 42 ff. (reedição de Frutuoso, "Saudades da Terra").
- Vasconcelos, Jorge Gambôa. El-Rei D. Manuel I e as largas perspectivas urbanas que o seu foral de 1507 abriu à nova cidade da Ribeira Grande. Ponta Delgada, "Insulana", 1984.
- Wallace, Colin. "The Lost Austrália of François Peron" Nottingham Court Press. 1984, First Edition
- Ward, Russell. Austrália Since the Coming of Man Lansdowne Press, Sydney 1982
- Westropp, T. J. "Brasil and the Legendary Islands of the North Atlantic; Their History and Fable". Proc. Royal Irish Academy, vol. 30, Section C.
- Westropp, T. J.: "Brasil and the Legendary Islands of the North Atlantic", Proceedings Royal Irish Academy, 3rd ser., XXX (1912), sec. C
- Wilken, Patrick. *Império à deriva* ed. Civilização
- Vygotsky, L.S. A formação social da mente. 4ª ed. S. Paulo: Martins Fontes, 1991a.
- Vygotsky, L.S. Pensamento e linguagem. 3ª ed. S. Paulo: Martins Fontes, 1991b

10. Web bibliografia:

- [http://216.239.59.104/search?q=cache:BqyMUAXYIIQJ:gompt.com/doc/Prestes.pdf+A+queda+da+cidade+de+Edessa,+na+Palestina+\(1144\),+a+p%C3%B3s+um+cercos&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=13](http://216.239.59.104/search?q=cache:BqyMUAXYIIQJ:gompt.com/doc/Prestes.pdf+A+queda+da+cidade+de+Edessa,+na+Palestina+(1144),+a+p%C3%B3s+um+cercos&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=13)
- http://acores.wikia.com/wiki/Vila_do_Corvo
- <http://acoresdesonho.no.sapo.pt/S%20Miguel.htm>
- <http://aladehistoria.blogspot.com/2008/02/arquiologo-dos-aores.html>
- http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_07jun1957.htm
- <http://aralfandega.googlepages.com/hist%C3%B3riadealf%C3%A2ndegadaf%C3%A9>
- <http://assisbrasil.org/acores.html>
- http://blogs.3e.com.pt/resistir.php/2007/10/06/lh1ga_1o_republica_em_alfandega_da_fe_br
- http://books.google.pt/books?id=YqI2AAAAMAAJ&pg=PP13&lpg=PP13&dq=Dami%C3%A3o+de+G%C3%B3is+Cr%C3%B3nica+do+Seren%C3%ADssimo+Pr%C3%ADncipe+Dom+Jo%C3%A3o+E2%80%9D&source=web&ots=TVYa5ORc9b&sig=WXkrp4YX8iz_8c5qStwUp0LLnh4&hl=ptT&sa=X&oi=book_result&resnum=8&ct=result#PPP12_M1
- http://bragancanet.pt/picote/portugues/imprensa/cp_sacra_azinhoso.htm
- http://bragancanet.pt/picote/portugues/imprensa/2001-04/vn_carcao_gentes.htm
- http://bragancanet.pt/picote/portugues/imprensa/pub_feira_gorazes.htm
- <http://brasiliavirtual.info/tudo-sobre/judeus-em-portugal/>
- http://ceha-madeira.net/islas/html/body_descobrir.htm
- <http://ceha-madeira.net/guia/historiografia.html>
- <http://chagorreana.acores.com/>
- <http://cognosco.blogs.sapo.pt/arquivo/836383.html>
- <http://concelhos.dodouro.com/jornal/Alfandegadafe.asp>
- <http://concelhos.dodouro.com/jornal/mogadouro.asp>
- <http://duplipensar.net/george-orwell/1984-orwell-resumo.html>
- <http://eira.espigueiro.pt/gac-argoselo/>
- <http://en.wikipedia.org/wiki/Ramayana>
- <http://entramula.blogspot.com/2008/07/portas-do-mar.html>
- <http://forum.trasosmontes.com/viewtopic.php?p=4727&sid=10f11df6c4d3b207f5772c9a28f5697a>
- <http://fotoseimagens.blogs.sapo.pt/8535.html>
- <http://ideiaseideais.blogs.sapo.pt/144500.html>
- <http://ideiaseideais.blogs.sapo.pt/144500.html>
- <http://instcultportugues.multiply.com/reviews/item/3>
- <http://lusotopia.no.sapo.pt/indexOP.html>
- <http://members.tripod.com/s.joanico/historia.htm>
- <http://namibianotombua.multiply.com/journal/item/292/292>
- http://olhares.aeiou.pt/camellia_sinensis___cha_dos_acores/foto2046050.html

<http://paranoiasnfm.wordpress.com/2008/07/06/portas-do-mar-brutal/>
<http://pedradascharco.blogspot.com/2005/11/as-portas-do-mar-ou-megalomania.html>
<http://portugal.veraki.pt/concelhos/concelhos.php?idconc=166&op=HL&gr=CO>
<http://portugalweb.net/castelos/trasosmontes/PENAS.asp>
<http://pt.fantasia.wikia.com/wiki/Maida>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_Santa_Maria
http://pt.wikipedia.org/wiki/Vulc%C3%A3o_da_Urzelina#cite_note-0
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_do_Faial
http://pt.wikipedia.org/wiki/Judeus_em_Portugal
http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Caled%C3%B3nia
http://pt.wikipedia.org/wiki/Romance_de_Vila_Franca
http://pt.wikipedia.org/wiki/Subvers%C3%A3o_de_Vila_Franca
<http://pwp.netcabo.pt/big-bang/jornaldogato/rainer.htm>
<http://pwp.netcabo.pt/soveral/mas/judeusecristaosnovos.htm>
<http://servicios.elcorreodigital.com/vizcaya/pg060514/prensa/noticias/Sociedad/200605/14/VIZ-SOC046.html>
http://www.uaisites.adm.br/iclas/forum_ver.php?CdNotici=13
<http://wikimapia.org/1729444/es/graciosa>
<http://ww1.rtp.pt/acoresh/index.php?article=3040&visual=3&layout=10&tm=7>
<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sre-drt/textoImagem/2FL.htm>
http://www.bibliotecapleyades.net/atlantida_mu/atlantida/ataw509.htm
<http://www.cartacapital.com.br/app/coluna.jsp?a=2&a2=5&i=855>
<http://www.cienciaiviva.pt/projetos/pulsar/cha.asp>
http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=12870
<http://www.cm-celoricodabeira.pt/concelho/freguesia01.asp>
<http://www.cvarg.azores.gov.pt/Cvarg/CentroVulcanologia/noticias/NG2.htm>
<http://www.eccn.edu.pt/ap/turismo/historia.htm>
http://www.encyclopedia.com.pt/readarticle.php?article_id=297
<http://www.guardian.co.uk/world/2008/dec/07/genetics-conversion-catholicism-spain-religion>
http://www.horta.uac.pt/species/aves/procelarifformes/Calonectris_diomedea/Cagarro.htm
<http://www.lusilinha.com/Lusilinha83.htm>
<http://www.maplandia.com/portugal/acoresh/acoresh/ribeira-grande/lomba-da-maia/>
http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_mar2000/pag6.html
http://www.minerva.uevora.pt/eschola/acoresh/calamidades_e.htm
<http://www.nuclio.pt/eclipse2005/local.php>
<http://www.onpedia.com/encyclopedia/Alexander-von-Humboldt>
<http://www.ricardocosta.com/textos/preste.htm>
<http://www.rotas.xl.pt/0302/a03-00-00.shtml>
<http://www.sacred-texts.com/atl/ataw/ataw509.htm>
<http://www.senhoradocaminho.org/BLOGS/tabid/59/EntryID/5/language/pt-PT/Default.aspx>
http://www.villamaria.com.pt/ilha_de_sjorge2.htm
http://www.alamedadigital.com.pt/n1/portugueses_oriente.php
<http://www.portugal-linha.pt/20080307127/Jose-Gomes-Martins/menu-id94.html>
<http://www.portugal-linha.pt/legado/voriente/pinto.html>

APRESENTAÇÕES PÚBLICAS DA OBRA:



veracor

editores

para si, nos Açores

1. **Daniel de Sá, Escritor, a propósito de “ChrónicAçores: uma Circum-navegação” (J. Chrys Chrystello),**

30 Abril 2009 12:17 PM

Daniel de Sá, Escritor, a propósito de “ChrónicAçores: uma circum-navegação”

“Para os outros somos o que parecemos ser”



DANIEL DE SÁ: “Quanto mais universais forem as referências de uma pessoa, menos preconceituosa tende a ser a sua maneira de sentir o mundo à sua volta”

São de sua autoria o Prefácio e a Introdução ao livro “ChrónicAçores: uma circum-navegação” (J. Chrys Chrystello), que acaba de ser lançado. Parece ser um livro de mundividências. O que o atraiu na obra?

Mais que tudo precisamente essa característica de andarilho de Chrys Chrystello. Que, forçosamente, se reflete na sua maneira de ver o mundo e, por consequência, ficou plasmada na escrita. Quanto mais universais forem as referências de uma pessoa, menos preconceituosa tende a ser a sua maneira de sentir o mundo à sua volta. Seja o mundo dos grandes espaços geográficos e sociais, sejam os pequenos mundos insulares ou rurais.

O discurso da obra parece ser de síntese de culturas, com um olhar que procura compreender e integrar num todo Humano realidades tão distintas como, por exemplo, Timor e os Açores. Esse objetivo é conseguido?

Sem dúvida. O Chrys tem como paradigma cultural superior a Austrália, que é um dos países culturalmente mais “universais” que há. Lá mesmo coexistem povos praticamente da Idade da Pedra e uma sociedade científica e tecnologicamente das mais avançadas. Mas ele tem também as referências de Trás-os-Montes ou do Douro Litoral, a que há que juntar, entre outras, a experiência quase traumática do Timor ancestral e da agonia do povo de Lorosae a caminho da formação de uma pátria.

O autor, J. Chrys CHRYSTELLO, parece, ele próprio, ser o produto de uma síntese de culturas. Parece-lhe que essa construção cultural do autor tem uma importância decisiva nas perspetivas da narrativa?

Obviamente. Costuma dizer-se que quem escreve escreve-se. É difícil sair do mundo mental próprio quando se entra na aventura da escrita. É que um livro, ao contrário de nós, nem sequer é ele e a sua circunstância. O livro depende apenas da circunstância, que é o autor.

O que pode um açoriano ganhar com a leitura desta obra? Eventualmente uma nova visão de si próprio e do seu contexto?

Sob esse ponto de vista, há várias perspetivas a considerar. Há o prazer do texto, o que é sempre importante, direi mesmo que fundamental, numa obra literária. Há a revelação de realidades que nos são pouco familiares, com destaque para a questão de Timor, que só conhecemos nas versões da comunicação social, e raramente pelas personagens do drama. E há, sim, essa visão diferente de nós mesmos. É sempre bom que tomemos consciência do que parecemos ser a olhos de estranhos (o Chrys vai-se revelando a pouco e pouco cada vez menos um estranho), porque, quer queiramos quer não, para os outros somos o que parecemos ser e não aquilo que julgamos ser.

IN: DI 29-04-2009

António Armindo Couto Apartado nº. 1.146 (Côrte-Real) 9700-047 Angra do Heroísmo Terceira -Açores

2. *Crónicaçores: circum-navegação de timor a macau, austrália, brasil, bragança até aos açores (volume dois abril 2011)*

Almeida Garrett, num arremedo de *Proposição às Viagens na Minha Terra*, protesta *que de quanto vir e ouvir, de quanto eu pensar e sentir se há de fazer crónica*. Ora, Chrys Chrystello assume, neste livro, o papel do cronista que vai relatar observações e relatos, divagações e sentimentos sobre uma relação de proximidade com as ilhas (o *tópos*) que escolheu para viver. Digamos que se trata de uma vontade de conhecer para amar – e só se pode amar o que se conhece. As ilhas atlânticas – a *Macaronésia*, assim designada – surgem, deste modo, como uma realidade geográfica, histórica, simbólica para um homem que carrega ilhas que são continentes, História que abarca centúrias peçadas de heterodoxias, símbolos dispersos sem coesão nem coerência na vastidão cronológica e espacial. Porém, em vez de adotar um discurso meramente denotativo, o seu passadio de jornalista perscruta realidades e conjeturas para construir hipóteses de cidadania cultural, que só pode ser universalista e pancrónica. Donde, estas *crónicas* são aliciantes, de leitura facilitadora para um entendimento de um modo de ser português sem clausura no retângulo europeu nem nas massas de água que separam continentes: é o Mundo – físico e mágico – que neste livro navegamos, jubilosamente, descobrindo o que sabe-se-lá.

Vasco Pereira da Costa

3. *NO 'RASTO' DE JC: AS 'ROTAS' DA MEMÓRIA...MARIA DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS, MANUEL JOSÉ SILVA (Universidade do Minho)*

Quem nunca desconfiou da *autobiografia*, tão falaciosamente linear, que estabelece um pacto referencial, se assume como pura subjetividade e detém uma função (questionável...) de verdade? Quem nunca questionou o *jornal íntimo*, diariamente escrito (em princípio...) e obrigatoriamente datado, bem como o ensaio, ambos provenientes de uma estética do “non finito”? Quem nunca se deteve no *autorretrato* e na *autoficção*, suscetível de ser definida como o desejo de criar uma nova individualidade, pela via da osmose entre ficção e referencialidade?

A obra de C.C., *obra total*, assume-se como resposta exemplar a uma ineficaz indecisão teórica: escrita na terceira pessoa (uma ‘não pessoa’, pois nem designa o leitor nem o alocutário...), e tendo como protagonista o “castelão” (alterónimo do Autor) J.C., à “janela do seu ‘castelo’ onde tem o seu escritório”, ela oferece, mediante a restrição do ponto de vista instaurado(a), um amplo ‘fresco’ social e uma aprofundada reflexão, quer sobre o ‘fenómeno’ genológico (poemas, crónicas, lendas, fragmentos de jornais íntimos, documentários), quer sobre os eventos mais marcantes de uma ‘consciência’ em devir (o compromisso com a justiça, a luta contra a corrupção e a revolta perante o facilitismo consuetudinário), quer sobre os espaços e os tempos não ao acaso respigados (“De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores”) - numa perspetiva geográfica, histórica e política -, que formaram o Homem/Escritor e com ele entreteceram relações eufóricas e disfóricas.

Um novo conceito subjacente à escrita pessoal perfila-se, assim, no horizonte: a “circum-navegação” entendida como relato subjetivo de uma existência que os espaços configuram e como retrato de uma época conturbada (cinquenta anos de História?), objetivamente pincelado pela distância que o alterónimo faculta e que a memória incentiva.

Nem sempre a teoria e a crítica literárias se revelam eficazes no tocante à delimitação de fronteiras entre as diversas categorias de escritos pessoais e à representação multifacetada do *eu* íntimo (invenção cartesiana... de Pascal), ou, por outras palavras, da substantivação do pronome, indicador contextual e indexual da primeira pessoa. É o caso da autobiografia, que obedece, em geral, a uma sucessão linear de etapas cronológicas, que estabelece um pacto autorreferencial pela via do compromisso de autenticidade firmado pelo Autor¹ e que tanto detém uma função de conquista de verdade (visando desmascarar réstias de ficção) como uma função de domesticação do tempo (a conferir

¹ Segundo Jean Starobinski (1970), só se pode falar de autobiografia quando há identidade entre o narrador e o herói da narração, assim como primazia da narração sobre a descrição e noção de percurso ou trajetória (de uma existência). Por seu turno, Philippe Lejeune define autobiografia como uma narrativa retrospectiva em prosa “qu’une personne réelle fait de sa propre existence lorsqu’elle met l’accent sur sa vie individuelle, en particulier sur l’histoire de sa personnalité.” (1975: 14).

um valor de monumento à obra catarticamente redigida) e, por fim, uma função de comunicação anelada (pela dimensão ilocutória subjacente à escrita catártica). A ‘grafia do eu’ oscila, assim, entre o *modus significandi* das palavras da subjetividade e o *modus agendi* que remete para o uso de tal (tais) palavra(s) subjetiva(s).

Na sequência desta definição incipiente e/ou de uma constrangedora incompletude, parece não ser despidendo abordar alguns ‘marcos’ de análise que reputamos cruciais (Clerc, 2001: 77), tais como o título e o subtítulo, a seleção dos episódios evocados e a alternância dos jogos verbais. Género misto, ancorado na narrativa e no discurso, a autobiografia não raro é interrompida por uma súpula elucidativa de observações tecidas no presente de enunciação e suscetíveis de sublinharem a dependência dos factos da história à voz narrativa que os organiza. Vê-se, assim, ritmada pelo comentário interpretativo, por parte do escritor, dos atos passados da personagem que ele foi e já não é: “A vida passada só fazia sentido para o ego que fora, mas já não era.” (Chrystello, 2009: 20); longe, porém, de ser um discurso solipsista, o monólogo consigo mesmo (inscrevendo-se neste dialogismo uma dualidade traduzida pela escrita do vivido e pela sua subsequente exegese) estimula o diálogo, de onde o leitor (nomeado ou subentendido) não está obviamente excluído: “Isto pode ajudar o leitor a compreender o que se vai seguir.” (2009: 322) / “Ainda bem que foram os portugueses quem ‘descobriu’ o Brasil. Imaginem que se fossem os espanhóis ou os ingleses não havia índios como eles fizeram na América do Sul e na Austrália aos aborígenes.” (2009: 129).

Nesta conjuntura teórica, *Crónica Açores*, de Chrys Chrystello, poderia ser ‘rotulada’ de autobiografia, na medida em que dá a sensação de percorrer, conquanto de modo descontínuo, as etapas vivenciais mais marcantes da trajetória de JC: “Do anti-herói. Do nascimento”, “Casa nova. A família em crescimento é como as desgraças nunca vêm sós”, “Liceu e entretenimentos doutras eras”, “A entrada na Universidade é sempre traumática”, “Finalmente a malfadada tropa e o casamento, dois males nunca andam sós”, “maio 1974, a expectativa, a fraude e o desengano”, “Annus Horribilis. Outubro 1976: Diáspora macaense”, “O regresso a Díli”, “Austrália. A Ilha e o nascimento duma filha” e “Letras Açorianas”. Esta reconstituição de vivências, não ao acaso respigada na “Circum-navegação” de Chrys Chrystello, obedece menos à ordem cronológica (sendo constantes as anacronias sob forma de analepses esclarecedoras e de aliciantes prolepses) do que à matriz temática: não será, aliás, a cronologia (tempo da realidade e não tempo anacrónico da escrita) uma pura ilusão, posto que, sinónima de reconstrução, determina relações de causalidade nem sempre existentes na vida? Por seu turno, o autobiógrafo sofre², pensa-se e diz-se como um ser de exceção ou como a origem irrefutável de todos os valores, enquanto o memorialista, mediante o balanço da sua existência em função da exegese do fresco sociocultural, tem como escopo a recapitulação dos conflitos mais pertinentes da sua geração (Hubier, 2003: 54). A não exemplaridade de JC, por ele confessada e assumida, sobressai ao longo dos seus périplos e respetivas experiências que se não furta a partilhar: não só é um anti-herói convicto como um observador passivo (2009: 103) que, de decénio em decénio, vai desiludindo os Pais (2009: 264), comprazendo-se em obter a mais baixa classificação como Oficial do Exército (2009: 272) e sendo renitente a “exames de qualquer tipo” (2009: 43). Reconhecendo que anda “ao contrário de todo o mundo” (2009: 126), não só prepara a via à irrupção da sátira (num universo às avessas) como empresta à sua obra, *total* e *plural*, uma coloração picaresca: contudo, não será o mundo o genuíno ‘herói’ pícaro em vez do pseudopicaresco JC? Ainda nesta ordem de ideias, o discurso memorialista tende a proteger-se da introspeção e a privilegiar a narração, dá primazia à História relativizando a pessoa e, ao tratar o *eu* como um *ele*, enfatiza o papel histórico do observador, instaura uma distância de bonomia algo irónica entre o narrador e o protagonista, faculta uma visão sociopolítica menos complacente e imparcial, porquanto alicerçada num campo de restrição automático, quase de autocensura. A este respeito, atentemos no *incipit* de *Crónica Açores*:

“Felizmente sempre tivera a mania de escrever e guardar o que escrevia. Assim chegou este autor a ler tudo o que JC escrevera ao longo de mais de meio século. Eram notas, pequenos apontamentos, escritos e manuscritos de caligrafia variável como os estados de alma, de vários tamanhos, formatos e estilos, que se haviam acumulado em pastas não catalogadas nem sequer ordenadas de qualquer forma específica. [...] Fora um trabalho longo. Ler e rever tudo o que lhe aparecia escrito e descortinar o que era real, inventado ou meramente sonhado. [...] Uma vez na posse daqueles arquivos preciosos [...] a sua tarefa fora interpretar e colocar geograficamente os eventos nos locais por onde JC passara, que nem um autêntico caixeiro-viajante do mundo, sempre impaciente e insatisfeito em busca de uma pátria, uma mátria, um lar. E é sobre a fluente e vasta escrita de JC que este livro versa. [...] era ainda tímido e acanhado quando nos franqueou a porta para a sua vida e para aqui narrarmos um pouco do seu percurso.” (2009: 19 e 41).

O supracitado fragmento inaugural não deixa de espoletar algumas questões relevantes. Em primeiro lugar, a assunção do género como “memórias”³, geradoras de uma autobiografia detentora de precária autonomia. Em segundo

² Segundo Georges Gusdorf, “La difficulté d’expression atteste une difficulté d’être, non par humilité, comme on le croit parfois, mais par recul devant le grand espace, devant l’affirmation de soi au péril des autres.” (1991: 23).

³ O conceito de memórias e de memória, metaforizada pelo “baú” e pelos “cofres”, é, aliás, recorrente na obra de Chrys Chrystello: “Depois fora visitar o baú das memórias [...]” (2009: 155); “Essa é, aliás, a única Páscoa da sua vida que conseguia evocar. [...] Além dos arraiais ou festas, por altura dos santos populares, merecia especial relevo nas suas memórias, a apanha e o descasque da amêndoa.” (2009: 180); “Mais uma experiência que se guardaria no baú das memórias.” (2009: 348); “Tantos que nem os nomes lobrigava, aferrolhados nos cofres da memória.” (2009: 124).

lugar, a rutura com o *eu* da convenção e a adoção da terceira pessoa que, não designando o locutor nem o alocutário, constitui o suporte de um discurso emitido por um sujeito escrevente que tem, como horizonte, a *intentio lectoris*: “Rompendo com a tradição iria ajustar a sua identidade à *persona* que aceitara como seu alter-ego e com a qual teria de habitar para o resto dos dias. [...] Fora importante esta dicotomia para definir a sua personalidade, [...]” (2009: 28). Em terceiro lugar, o recurso a um alterónimo, pela via do qual o Autor, a fim de se conhecer melhor, se retrata como se fosse um estranho em relação a si mesmo: “Há decerto um problema de identidade conflituosa que se esgrime e cuja solução foi encontrada nesta identificação tardia com a sua meninice.” (2009: 179). Em quarto lugar, o ineditismo deste autorretrato⁴ e heterorretrato, evidenciando quer a transformação psicológica da personagem, no espaço multimodo atravessado, quer a consciência heraclitiana do fluir do tempo, passíveis de justificação tanto da nostalgia difusa como da significação ideológica e política configurando o egotismo literário. Assim é que a prosopografia (pouco ou nada sabemos do aspeto físico de um JC que aderiu à moda “hippie”...) é preterida pela etopeia (sinónima de caracterização psicológica e moral): JC, que viveu três vidas numa só (2009: 20), é um otimista nato (2009: 85), um “sonhador, idealista, poeta e jovem” (2009: 76), um eremita por vocação (e, em simultâneo, um crítico sagaz), um adepto da igualdade (2009: 42) e, por fim, um amante de carros... para não falar da sua bem conhecida vertente multiculturalista. Em quinto lugar, o quadro histórico, a narrativa de viagens e a notícia de jornal (manchete ou não...) não deixam de ser agrupadas sob o nome de crónicas e de ensaios, confrontando, em paralelo, experiências subjacentes à esfera do privado e do público, tecendo analogias e tirando conclusões, qual arte do esboço advinda de uma estética do “non finito” e desembocando num inevitável carácter fragmentário. Este culto do fragmento está, igualmente, patente em excertos de um eventual jornal íntimo, indiciado pela data inserida entre parêntesis curvos: “(14 de dezembro de 2005)” / “(fevereiro de 2007)” (2009: 129 e 265).

Esta escrita do *eu*, que é também, algo paradoxalmente, escrita sobre o *outro*, desagua com frequência na autoficção, “un de ces territoires nouveaux et privilégiés du romanesque contemporain” (Doubrovsky, 1988: 7), género híbrido que estabelece um pacto de verdade intencional, mas não real. Arte da perturbação, alicerçada na ambiguidade e na contradição, a autoficção⁵, caracterizada pelo estabelecimento de correlações entre ficção e referencialidade e pela dificuldade em distinguir o sujeito do enunciado do sujeito da enunciação, surge do desejo de criar pela arte uma nova individualidade, um outro *eu* não permanente que reenvia a uma frágil multiplicidade carecendo de profundidade psicológica. Ora, não se identificará, em certa medida, toda e qualquer autobiografia com uma autoficção? A este propósito, quedemo-nos na elucidativa frase de JC: “Foi tudo inventado numa deprimente tarde chuvosa de inverno aqui na ilha de S. Miguel.” (2009: 255). E não deformará a recordação (mediante a idealização gerada pela distância ou a repulsa que essa mesma distância não olvidada desperta) a experiência vivida *per se* deformada? Será que a felicidade invoca a felicidade e o desespero evoca o desespero? Ou tratar-se-á do caso inverso, como sublinhou Dante – “Nessun maggior dolore che ricordarsi del tempo felice nella miseria” – nos antípodas dos “Souvenirs” de Musset?

Em *Crónicas Açores*, Chrys Chrystello convoca as memórias do seu alterónimo JC, que de contínuo recorre à memória voluntária e fotográfica⁶, evidenciada pelo número significativo de ocorrências das formas verbais “lembrar” e “recordar”, em quase todos os modos conjugadas: “Recordava JC que, à noite, a vela [...] recortava ilusórias sombras [...]” (2009: 168); “Lembrava-se, em particular, duma Páscoa [...]” (2009: 179); “Será importante recordar aqui [...]” (2009: 249); “Lembra-se de ter escrito um artigo [...]” (2009: 297). Todavia, a memória afetiva (podendo ser definida como um sentimento presente defluindo do choque afetivo da recordação) não está ausente desta obra paradoxalmente confessional e impessoal: é através da memória romântica (Tadié, 1999: 177) que JC se sente impelido a regressar aos espaços de outrora no intuito de reviver, com a intensidade possível, o álbum das fotos antigas⁷. O resultado deste regresso afigura-se constrangedor: um reencontro decetivo com os silêncios do tempo, com a vacuidade dos locais escavada na antiga plenitude e com a iminência da morte pairando de manso sobre a ressurgência emotiva⁸. A par da memória romântica irrompem de mansinho, por vezes sem convite, mas bizarramente convidadas,

⁴ Do ponto de vista de Michel Beaujour, “La formule opératoire de l’autoportrait est donc: ‘Je ne vous raconterai pas ce que j’ai fait, mais je vais vous dire qui je suis.’” (1980: 9).

⁵ Ver, a este propósito, a definição de Vincent Colonna: “L’écrivain est toujours le héros de son histoire, le pivot autour duquel la matière narrative s’ordonne, mais il affabule son existence à partir de données réelles, reste au plus près de la vraisemblance et crédite son texte d’une vérité au moins subjective – quand ce n’est pas davantage.” (2004: 93).

⁶ “As lembranças que JC guarda dessa época são mais decorrentes das fotos, [...] das quais reteve uma memória dos eventos por via fotográfica.” (2009: 29); “Há fotografias destas que jamais esmorecem ou amarelecem na memória de cada um.” (2009: 185).

⁷ “Quando entre 2002 e 2005 tentara percorrer alguns desses caminhos descobrira estradas novas. Alguns locais tinham perdido a sua imagem misteriosa e mística da juventude, e a memória de gentes perdidas.” (2009: 185); “[...] recriara os passos dados, quarenta anos antes, por aldeias, vilas, lugares e lugarejos perdidos na memória de tempos idos. Visitou-os a todos. Raras vezes encontrou os coevos desses percursos da sua infância.” (2009: 155).

⁸ “Também a casa está degradada. Parte do teto da cozinha velha (nas traseiras) a cair. Um certo ambiente de casa abandonada [...]” (2009: 168).

a memória sensitiva, sobremaneira olfativa⁹ e auditiva¹⁰, e a memória imaginativa. Incapacitado de tornar a sentir a sensação de antanho, apressa-se JC a reconstruir a imagem-recordação, bem como o sentimento que julga tê-lo invadido em épocas transatas: “O que mais persiste na sua já distante reminiscência dos factos, a que o tempo, as ficções e os aspetos místicos da imaginação acrescentaram decerto algo, é o enorme fogão a lenha que havia na cozinha.” (2009: 29) / “Quando JC falava da sua estadia em Bali, reconstruía sempre mentalmente esse período [...]” (2009: 371). Nem sempre, porém, JC se consegue recordar, talvez pelo facto de a memória não ser hoje o que dantes era (1999: 368): “Mesmo hodiernamente [...] tentava sem conseguir, recordar-se de cheiros, aromas e sabores dessa época.” (2009: 257). A fecundidade desta rememoração e deste esquecimento é marcada por oportunas digressões incidindo ora sobre as guerras tribais timorenses, ora sobre a descrição ‘pitoresca’ dos templos balineses, ora sobre a controversa descoberta das Ilhas açorianas, ora sobre os contarelos e lendas do património brigantino, exarado, de modo exaustivo, no *Cancioneiro Transmontano*. E não constituirão a digressão histórica ou geográfica e o excursão político ou cultural meios óbvios de desdramatizar o ato autobiográfico (Didier, 1983: 17), autorizando o seu diferimento e garantindo a sinceridade do circum-navegador? Assim sendo, a datação externa dos eventos sociais, rigorosamente estabelecida, a par da cronologia pessoal, interna e relativa, permitem aos biógrafos ‘descartados’, pois não encartados, traçar genericamente a biografia de JC...

BIOGRAFIA DE JC

1949 – Nasce JC (no pós-guerra) (2009: 24). A sua geração, nascida no pós-guerra (“entenda-se 2ª Grande Guerra”), é uma geração rebelde (2009: 254).

1951 – Por volta dos dois anos, vai de visita às berças (Trás-os-Montes), à aldeia de Azinhoso, no Mogadouro, e à de Eucísia, em Alfandega da Fé (2009: 30). Desde esta idade, massacra com beliscões o Sr. Padre Manuel, “há décadas a pregar no Azinhoso” (2009: 190).

1955 – Cinco anos e meio depois do seu nascimento, nasce sua irmã (2009: 37).

1959 – A sua irmã tem quatro anos (2009: 37).

1959-1960 – Por esta altura, faz exame de admissão aos liceus, na escola que hoje se chama EB1 nº 18 na Rua dos Miosótis. Quanto à escola primária, onde estudou até à quarta classe, ela será demolida no decénio de 80 (2009: 43). JC tem pouco mais de nove anos quando a família muda para a Rua do Campo Lindo (2009: 225). Passa a frequentar o Liceu (2009: 229).

1960 – É um aluno acima da média nos dois primeiros anos do Liceu Alexandre Herculano, sito na Avenida Camilo, Porto (2009: 228). O percurso de ida e de regresso do Liceu era demorado: JC apanhava um elétrico nº 8 na Rua do Campo Lindo ou um nº 7 ou 7/ (“lia-se sete com traço”) na Rua de Vale Formoso (2009: 229). Outras vezes, a professora de Francês, que “levava as filhas ao Rainha Santa” (2009: 229), dá-lhe boleia.

1961 – Até esta data, e nas férias do verão, iam para a Póvoa do Varzim, “onde alugavam uma casa em frente à velhinha estação dos caminhos-de-ferro” (2009: 44). Por ter uma ótima voz, até aos doze anos, grava um disco “single”, em casa de seu tio, cujo tema principal é “*Et maintenant*” de Gilbert Bécaud (2009: 228). Por esta altura, abre o primeiro café da zona chamado “Cenáculo” (2009: 233).

1961-1962 – JC passa férias em Trás-os-Montes. Teria uns doze ou treze anos quando ‘embarca’, para essa viagem histórica, num Opel Olympia preto, cuja matrícula é IB-17-55 (2009: 159).

1962-1964 – Vai com os seus dois primos e seu Pai a Penas Róias: o jipe voltou-se e “tiveram todos de saltar para não ficarem debaixo do rodado.” (2009: 193). Nessas longínquas férias, visita pela primeira vez a Espanha com os seus Pais (2009: 193).

1963-1964 – Morre a sua bisavó Moraes (“de aparência azeda e de poucas palavras”) aos 91 anos, teria JC catorze ou quinze anos (2009: 163). No quinto ano do Liceu, JC passa a Letras e reprova a Ciências, pois, nesta época da sua vida (dos treze aos quinze anos) só pensa no sexo oposto (2009: 235). Bebe, aos catorze ou quinze anos, na aldeia da Eucísia, a sua primeira e única cerveja, que o leva “à cama com uma hepatite ‘A’” (2009: 249). Publica, neste período, alguns artigos no jornal *Centauro* (que se opunha ao conservadorismo do jornal *O Prelúdio*), propriedade dos alunos do Liceu Alexandre Herculano (2009: 250).

1965 – Começa a namorar, aos dezasseis anos, com uma jovem que a família não aprova por não a considerar “compatível com os seus pergaminhos”. Os dois últimos anos do Curso Liceal decorrem normalmente (2009: 239).

1966 – Conhece Lisboa, já com dezassete anos (2009: 194). Morre a sua avó paterna, à qual era muito afeiçoado (2009: 235 e 288).

1966-1967 – Colabora com a Rádio Alto Douro (RAD), propriedade do avô de um primo seu (2009: 249). Em abril deste ano, é o primeiro estudante português convidado para um Programa de Intercâmbio com a Finlândia (2009: 274).

1967 – JC começa a sua longa carreira de jornalista ao fazer a reportagem do “Circuito Internacional de Vila Real” e da “Fórmula 3”, vendendo “um exclusivo à Rádio Renascença para quem haveria de trabalhar até sair de Portugal em 1973” (2009: 241). Transmite

⁹ “Duma coisa estava, porém, certo: jamais esqueceria o cheiro a carvão e as fagulhas que saltavam da locomotiva nas viagens de comboio do Porto Trás-os-Montes.” (2009: 186); “Uma iguaria [cerejas e ginjas] da qual apenas a memória conserva cheiros e sabores.” (2009: 180).

¹⁰ “[...] lembrava-se e jamais se esqueceria, das trovoadas fortes em pleno Verão durante as quais se metiam todos debaixo das camas, embrulhados em cobertores de papa, a rezar a Santa Bárbara que a trovoadas passasse.” (2009: 185); “Quando JC estava de férias no Azinhoso, além do chiar dos rodados das carroças de bois que o acordava bem cedo todas as manhãs, lembrava-se de tantas coisas [...]” (2009: 189). Esta memória brigantina repassa, igualmente, as “Notas do Autor” ao *Cancioneiro Transmontano*: “Lembro-me do cheiro a feno na Eucísia, do chiar dos carros de bois no Azinhoso, dos cortejos pascais engalanados com as colchas penduradas nas pequenas janelas [...]” (2005: 9).

a notícia da morte de Otis Redding (num desastre de aviação ocorrido a 10 de dezembro). Após 1967, e por frequentar o TUP, torna-se politicamente ativo (2009: 258).

1969 – Estreia-se no TUP (Teatro Universitário do Porto) a 22 de abril. Em maio está na Covilhã com o Teatro Universitário na estreia da peça de Lope de Vega intitulada “Fuenteovejuna” (2009: 246).

1970 – Quando faz vinte e um anos, o Pai oferece-lhe um cigarro SG – Ventil, “dizendo que já podia fumar”. No entanto, JC prefere o seu maço de Estoril e replica: “obrigado, pai, mas prefiro dos meus” (2009: 239).

1970-1971 – Entre novembro de 1970 e março de 1971 vende Enciclopédias *Verbo* e outros livros “com algum sucesso financeiro.” (2009: 246).

1972-1973 – Publica, em maio, *Crónicas do Quotidiano Inútil* (Edição de Autor). Um dos textos poéticos desta coletânea foi dito por Mário Viegas, que viria a falecer em 1996 (2009: 246). A 9 de outubro entra pela primeira vez no Convento de Maфра para seis meses de recruta [Serviço Militar Obrigatório (2009: 271)]: “Ao fim dos seis meses tivera a distinta honra de ser o oficial com a mais baixa classificação que alguma vez se tinha graduado: 10,3 valores.” (2009: 272). Passa um mês em Tomar como Aspirante de Infantaria, reclassificado em Aspirante de Intendência (2009: 272-273), é transferido para Leiria (RAL – 4) como Aspirante SAM (Secretariado e Administração Militar), estagia mais um mês em Santa Margarida e regressa a Leiria, onde permanece de abril a setembro de 1973 (2009: 273).

1973-1974 – Casamento de JC, em abril de 1973 (2009: 273). É mobilizado para Timor, com partida marcada para 17 de setembro. Hesita em partir e idealiza uma fuga, pois “Adorava Paris” (onde fizera escala antes de rumar ao Oriente exótico) e receava o desconhecido (2009: 274-275). Em setembro de 1973, descreve Díli (para onde fora destacado como oficial miliciano da Intendência) como uma “cidade sem vida, morrendo devagar nas próprias cinzas.” (2009: 287). De setembro a dezembro deste ano, exerce funções de capitão (na Chefia dos Serviços de Intendência) na vila de Bobonaro, perto da fronteira indonésia, onde escreve quase diariamente à sua esposa sem obter qualquer resposta. Em contrapartida, recebe semanalmente epístolas de seu Pai (2009: 290). A 24 de dezembro de 1973, contacta com a sua Esposa, que não está interessada em vir para Timor (2009: 290).

Vive em Díli de dezembro de 1973 a abril de 1974. É suspenso como Editor-Chefe do jornal *A Voz de Timor* e como autor de “Educação – Um Suplemento Especial”, sendo impedido, até abril de 1974, de se expressar publicamente (2009: 299). 1974 – Vive na Indonésia (2009: 133). JC vê, pela primeira vez, um letreiro na porta dos templos balineses (relativo ao ingresso) que o deixa chocado (2009: 138). Em julho, morre o seu avô materno (2009: 288 e 302). Em meados de setembro, JC, “desiludido com o crescente partidarismo político”, decide demitir-se do seu cargo de Editor-Chefe de *A Voz de Timor* (2009: 323). A 18 de novembro, “chega o novo e último comandante militar que o convida para liderar a pasta da Comunicação Social”, convite este que declina (2009: 339). Toma, então, a resolução de partir para Bali, “terra paradisíaca dos hippies” (2009: 339). Depois da amnistia decretada pelo General Spínola, JC parte em gozo de licença militar prolongada, viajando para Bali e Java e, depois, para a Austrália, mais concretamente para Melbourne e Sidney (2009: 345). O seu estatuto de “ausente sem licença” é revogado e recebe um louvor pelos serviços prestados. É promovido a Chefe Interino dos Serviços de Intendência (2009: 345).

1974-1975 – Ruma à Austrália, por se ter apaixonado, “com a habitual fogosidade e impetuosidade”, por uma jovem (2009: 346). Compra, em Sidney, a meias com um vigarista, um pequeno café restaurante chamado “Perama’s” e especializado em bolos – JC aprecia sobremaneira o “Banana Cake” (2009: 348).

1975 – A 29 de fevereiro regressa a Timor e vai alertando, em vão, para a presença de barcos da Marinha Indonésia em águas timorenses (2009: 352). Em maio, acaba por vender o “Perama’s”. A 6 de junho, é promovido a tenente, ficando na situação de disponibilidade. Separa-se da sua primeira esposa (neste período crítico, é apoiado por sua irmã) e vai viver com os seus Pais.

1976 – Morre o melhor amigo de JC (2009: 288). Em maio, um ano depois de regressar a Portugal, nascem dois gémeos do sexo masculino (2009: 373). No Natal, parte para Macau, fazendo antes da partida um mês de estágio na Central Térmica do Carregado (2009: 374). Em Macau, trabalha na CEM (Companhia de Eletricidade de Macau) e na Rádio Macau. Apaixona-se por uma jovem macaense.

1978 – Vive com a jovem macaense num subúrbio de praia na Austrália Ocidental. Toma a decisão de escolher a Austrália – “descoberta após 1950” (consoante informação colhida num artigo de CC intitulado “A pátria não é a língua portuguesa (para os luso australianos)” – como a sua pátria adotiva, tal como já decidira fazê-lo quando lá estivera em 1974 (2009: 379).

1979 – Em finais do ano, é decretado o divórcio litigioso de JC.

1980 – Casa com a macaense, pelo registo civil, em Hong-Kong (2009: 381). O Pai de JC confessa-lhe, por esta altura, que se apercebera de que JC, há longos anos, lhe havia cobrado propinas em duplicado (2009: 252).

1986 – Nasce a sua filha Ingrid em agosto (2009: 384). JC trabalha para a “Agência de Notícias Lusa” e é professor de tradutologia.

1988 – Vinte e cinco anos depois de ter reprovado no Liceu, tem a coragem de dizer a seu Pai que ele o deveria ter “metido a marçano”, conforme o prometido (2009: 235).

1992 – Morre o seu Pai (2009: 288). Em julho, é convidado para um Congresso de verão na Universidade do Minho. Em finais do ano, é suspenso pela “Agência Lusa” (2009: 385).

1994 – Morre a sua última tia-avó (2009: 168).

1995 – Regressa a Portugal (2009: 385).

1996 – Nigel, o seu filho mais novo de JC, nasce no Hospital de Santo António no Porto.

2000 – Morrem os seus tios maternos (2009: 288).

2002 – Entre 2002 e 2005, JC, “o único a viver no distrito”, acalenta o sonho de restaurar a casa da Eucísia (2009: 169).

2002 – Chega a Bragança (informação colhida no *Cancioneiro Transmontano*).

2005 – Na feira do livro de Bragança, é lançado o seu *Cancioneiro Transmontano* (2009: 155-156). Sente-se, então, “transmontano dos quatro costados, apesar do pouco tempo contabilizado a viver na região.” (2009: 155-156). Aliás, ao longo dos “anos que vivera em Bragança, todos se habituaram a JC, como um australiano que falava português” (2009: 155).

A partir de 21 de setembro, pelas 22.30 nos Açores, fazem-se sentir pequenos sismos, relatados em jornal íntimo e sísmico (2009:75). JC descobre que seu filho Nigel, de nove anos, “andava a fazer uma busca de sexo livre na internet” (2009: 121). JC visita sua Mãe, decidindo que, doravante, passarão a ser os outros a visitá-lo (2009: 263).

2006 – Visita da filha que reside na Austrália (2009: 263). Nigel, filho de JC, anda preocupado porque os colegas, lá na Escola, “andavam a fumar cagarros” (2009: 101). Sonha com o convite de retornar, em agosto, a Timor, trinta e um anos decorridos sobre a sua estada, de 1973 a 1975 (2009: 202).

2008 – Os autores desta biografia conhecem pessoalmente JC.

Algumas conclusões se impõem desde já.

Primeira conclusão – Se o género “memórias” se adequa indubitavelmente à segunda parte da obra em análise (que nos seja lícito dividir o indivisível...), correspondente à maturidade ou ao amadurecimento do Autor, a autobiografia, detendo uma função heurística, invade, sem sombra de dúvida, a primeira parte, equivalente a uma cosmogonia feliz, ao tempo revolvido da inocência e ao espírito de aventura de uma juventude perdida.

Segunda conclusão – Se a identidade entre autor, narrador e protagonista é desde o *incipit* questionada, mercê da alteridade que a intrusão de JC carrega, tal questionamento tende paulatinamente a delir-se, à medida que a criatura JC pede de empréstimo a sua personalidade ao criador ortónimo CC, a ponto de os dois se confundirem e fundirem, no *explicit*, numa primeira pessoa reveladora do artifício literário ao serviço do pseudorromanesco¹¹. Aliás, para certos críticos, a originalidade da autoficção consiste no desvendamento do nome próprio: JC parece constituir, verdade seja dita, uma parte do nome de CC...

Terceira conclusão – Se as motivações psicológicas da escrita pessoal (Miraux, 2007: 27) nem sempre ressaltam óbvias nas páginas inaugurais de *Crónica Açores*, surgem transparentes no seu epílogo, podendo mesmo ser elencadas. De facto, CC, sujeito escrevente órfico em busca do seu produto textual, qual Eurídice punida pelos deuses, circum-navega com o fito de psicanalisar a origem dos seus atos, analisar o seu percurso individual em função do contexto coletivo, traçar o retrato moral e social da sua geração, partilhar com outrem as suas vivências transatas e presentes, unificar as miríades existenciais do seu conturbado percurso, compreender o universo circundante à luz de um passado mítico e de um presente em devir, fruir de uma felicidade possível, tecida de resignação ao *statu quo*, mas não isenta de combatividade, e refletir sobre a transitoriedade da condição humana que só a arte catártica pode redimir e eternizar.

Quarta conclusão – Se os estudos literários, até à data e no que respeita à literatura de matriz autobiográfica, tão-somente conhecem a autobiografia, tradicional e moderna, as memórias, o ensaio, as confissões, o jornal íntimo, o autorretrato e a autoficção, poderão doravante acolher no seu seio um novo subgénero, a “circum-navegação”, que passamos a definir mediante o prefixo “circum” (e quem se não lembra dos Descobrimientos) e do lexema “navegação” (e quem não é, nos dias de hoje, um ferrenho internauta?). Assim é que “circum-navegar” aponta para a circularidade da trajetória humana, que só no heteróclito encontra a unidade (para logo a perder...), que só na alteridade lobriga a identidade (ameaçada de contínuo), que só no fragmento descortina a totalidade (sonho desvanecido de precário) e que só no relativo entrevê o absoluto, dado que, como escreveu André Malraux, “L’art est un anti-destin”.

Quinta conclusão – No rasto de JC, e através da geografia literária que as rotas da memória configuram, forçoso se torna confessar que lhe perdemos o rasto alhures no decénio de 90. reencontrá-lo-emos, todavia, aquando da publicação

4. LUCIANO PEREIRA APRECIA A CRÓNICA AÇORES: circum-navegação de timor a macau, austrália, brasil, bragança até aos açores

Chrys CHRYSTELLO convidou-me para fazer a apresentação desta sua última obra, CRÓNICA AÇORES: uma circum-navegação. A amizade que temos vindo a cultivar desde as

¹¹ “[...] JC [...] decide demitir-se como Editor Chefe, [...]. Exausto, [...] o autor entrega [...] pedras basilares, documentais e evidenciais, sobre os erros de anteriores administrações.” (2009: 323); “De princípio **pensei** que seria ocasião única, mas rapidamente me **apercebi** de que era recorrente à totalidade da obra ficcionada.” (2009: 486). O negrito é da nossa responsabilidade.

Referências Bibliográficas:

- Beaujour, Michel (1980) *Miroirs d'encre: rhétorique de l'autoportrait*, Paris: Éditions du Seuil, col. “Poétique”.
- Chauvier, Stéphane (2009) “Ce que ‘Je’ dit du sujet” in *Les Études Philosophiques*. *Moi qui suis le sujet*, Paris: PUF, nº 1.
- Colonna, Vincent (2004) *Autofiction & autres mythomanies littéraires*, Mayenne: Éditions Tristram.
- Chrystello, J. Chrys (2002) “A pátria não é a língua portuguesa (para os luso australianos)” in *Língua e Cultura*. *Atas do Congresso “A Lusofonia a Haver”*, Lisboa: Sociedade da Língua Portuguesa, III série, número especial.
- Chrystello, J. Chrys (2005) *Cancioneiro Transmontano*. *Fotografia de Luís Canotilho*, Bragança: Edição da Santa Casa da Misericórdia.
- Chrystello, J. Chrys (2009) *Crónica Açores: uma circum-navegação*. *De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores*. Prefácio de Daniel de Sá, Ponta Delgada: Ver Açor, Lda.
- Clerc, Thomas (2001) *Les écrits personnels*, Paris: Hachette Supérieur, col. “Ancrage”.
- Didier, Béatrice (1983) *Stendhal autobiographe*, Paris: PUF, col. “Écrivains”.
- Dobrovsky, Serge (1988) *Autobiographiques*. *De Corneille à Sartre*, Paris: PUF.
- Gusdorf, Georges (1991), *Auto-bio-graphie*, Paris: Odile Jacob.
- Hubier, Sébastien (2003) *Littératures intimes*. *Les expressions du moi, de l'autobiographie à l'autofiction*, Paris: Armand Colin/UEF.
- Lejeune, Philippe (1975), *Le Pacte Autobiographique*, Paris: Seuil.
- Miriaux, Jean-Philippe (2007) *L'Autobiographie*. *Écriture de soi et sincérité*, Paris: Armand Colin.
- Starobinski, Jean (1970) “Le style de l'autobiographie” in *Poétique*, Paris: Seuil, nº 3.
- Tadié, Jean-Yves & Marc (1999) *Le sens de la mémoire*, Paris: Gallimard.

primeiras edições dos encontros da lusofonia não me permitia esquivar a este amável e honroso convite, embora considere que o presente ritual merecia um outro oficiante bem mais experiente, bem mais culto e bem mais sábio do que eu.

Falo de experiência, de cultura e de sabedoria porque são estas as características que mais se destacam desta obra irreverente e provocatória. O título é o seu primeiro embuste. Crónicas existem nela, de certo, como núcleos narrativos de onde irradiam os mais secretos mecanismos de construção de uma ou várias identidades. A circum-navegação relatada nesta obra é, de facto, um périplo pelo mundo em que o indivíduo se vai explicitando perante si e perante os outros. A representação da viagem efetuada, em particular sempre para Oriente, assemelha-se ao voo da Fénix em busca da sua origem, onde se imola e renasce para outros voos e para outras vidas. Na distância J.C. experimentou a saudade das origens, as míticas, e as sonhadas, tal como sempre sentira um apelo pelo desconhecido ou simplesmente pelo destino.

As terras, as gentes, os costumes e as tradições são o pretexto para falar da sede de conhecer e de saber. As análises políticas e sociais são pretextos para desenhar uma mítica sociedade de justiça e de paz. O doloroso afastamento da Pátria ou da Mátria, também não é mais do que um pretexto para construir uma identidade lusófona, sem raças, sem credos e sem nacionalidades.

Neste momento, já todos percebemos que não estamos perante um mero conjunto de crónicas de viagens, mas de uma autobiografia escrita na terceira pessoa. “Ele J.C.” Quando nos confrontamos com uma autobiografia não podemos deixar de nos lembrar de Santo Agostinho e de Rousseau e das suas confissões. No primeiro lembramo-nos da intervenção da graça divina na vida de um simples pecador para testemunhar do sagrado poder de Deus. No segundo, lembramo-nos que todo o indivíduo se explica pela sua história e em particular pela sua infância, tornando assim o género uma versão individual e realista do mito das origens.

Tal como qualquer texto autobiográfico, a presente obra alimenta-se de uma multiplicidade de discursos. O indivíduo constrói-se na confluência de todos os textos lidos e de todos os textos escritos. Confrontamo-nos com uma diversidade textual quase estonteante, de textos enciclopédicos, passamos para o registo poético. Do texto poético migramos para as explicações históricas, e das explicações históricas para as teorias científicas. O encanto do texto autobiográfico é que permite contextualizar a produção das obras do próprio autor. O seu encanto reside também na verdade que nos é revelada. E essa verdade é, sempre e apenas, a verdade de um presente que corresponde à construção da imagem de uma vida. Quanto ao passado, se existem vidas que dariam verdadeiros romances, sem tirar nem pôr, esta é seguramente uma delas.

As obras biográficas costumam apresentar a vida de alguém que se tenha notabilizado por qualquer razão. As obras literárias autobiográficas costumam apresentar alguém de forma notável. Esta apresenta alguém de notável nem que fosse apenas pela forma como o faz. Estamos perante a notável construção de um anti-herói, com um certo distanciamento, com um certo sentido crítico, com alguma graça e bastante humor.

A presente autobiografia não se limita a recontar os eventos de uma vida mas, como qualquer biografia literária, recria-a. A verdade é que o narrador cria e recria J.C. ao seu gosto e ao seu belo prazer. (Ou terá sido a própria vida a fazê-lo?)

O maior fascínio desta obra deriva do facto de funcionar como uma caixa onde estão guardadas muitas e diversas outras obras. Inscrevendo-se no universo da literatura de viagens, é uma autobiografia onde o “eu” é um “ele”, herói e anti-herói de uma nova e renovada epopeia emigrante. O biógrafo faz uso de uma multiplicidade de materiais para ser leal à verdade ou para reforçar a verosimilhança donde se destacam as suas próprias obras (especialmente notas e crónicas de viagens).

Em muitos passos da obra julguei ouvir a voz do Chrys. Desde que tive a sorte de com ele privar, sempre no contexto dos Encontros e dos Colóquios da Lusofonia, que me habituei a ouvir as suas histórias e os seus sonhos. Com ele partilho a mesma inquietação de ser e de estar, também eu descendo da linhagem dos Pereiras, sei que me corre sangue semita nas veias, como ele teve uma professora que se chamava Dona Júlia, quis o destino que cedo vivesse a experiência da emigração, que me apaixonasse pela nossa diáspora e que

construísse uma identidade lusófona na troca de palavras e afagos. Pisei chão que ele pisou no oriente e um dia lembrei-me de lhe falar dos Açores. Hoje, Chrys ensina-me os açores. Por todas as emoções vividas e partilhadas, obrigado!

LUCIANO PEREIRA

5. NUNO SOUTO E CHRÓNICAÇORES

From: "Nuno Souto" <nsouto@iinet.net.au>
Sent: Sunday, July 12, 2009 11:59 AM
To: "Chrys Chrystello" <drchryschrystello@gmail.com>
Subject: O teu livro

Acabei agora de o ler

E sinto que devo escrever algumas palavras para expressar a minha opinião.

De início, a linda descrição das ilhas recordou-me A Cidade e as Serras do saudoso Eça.

Depois, fui tratado com uma excelente e bem documentada análise da história inicial e recente do arquipélago, que muito me elucidou: desconhecia a maior parte.

Fui levado então ao Nordeste do país, de onde também os meus avoengos são originários: cristãos-novos de Bragança. Adorei os detalhes e a história de tantas aldeias que nunca conheci, mas de que ouvia falar. E algumas descrições tocaram perto, principalmente do ambiente estudantil e universitário. Foi o mesmo para muitos, pelos vistos.

Passei depois a conhecer detalhes sobre a "colonização" de Macau que já suspeitava mas nunca tinha podido confirmar. Foi ótimo verificar que a ganância dos "colonizadores" afinal não mudou muito do outro lado do mundo...

E finalmente, aprendi mais detalhes do que alguma vez esperei sobre o único colonizador de Timor verdadeiramente digno desse nome: Celestino da Silva. Foi um dos guias da acção colonial do meu pai, também um administrador de longa data: ainda hoje se pode ver efeitos da obra dele em Moçambique, no GoogleEarth. Tentou também fazer diferença em Timor mas não foi tão bem sucedido. Pelo menos conseguiu evitar a invasão de Timor pela Indonésia, quase levada a efeito em 66-67 aquando das loucuras do governador José Alberti Correia. Ameaçou-o de prisão, quando descobriu que queria "invadir" Atambua: estavam só 60000 paraquedistas em Jacarta, à espera que alguém lhes desse um motivo para intervirem...

E claro, mais uma vez confirmei aquilo que já sabia desde os tempos de colega de turma de liceu: ao Ramos Horta, não se dá nem um palito de confiança. Por vezes pergunto-me se procedi bem quando impedi o José Rocha de o matar em Sydney, quando descobriu que o RH tinha estado a tentar encontrar-se com a filha dele - então uma menor. Ri-me bastante quando soube que o RH estava acompanhado de uma sobrinha menor quando foi alvejado de manhã à porta da sua casa em Díli: "sobrinha menor", é? Pois, pois: pelos mesmos!...

Raramente me é dada a oportunidade de ler algo na minha língua materna que me prende a um só livro: o normal é ler dois ou três ao mesmo tempo. Este capturou-me e levou-me nas asas da imaginação e da memória como raros têm feito até hoje. Lamentei ter chegado ao fim.

Bem hajas.

Cheers

Nuno Souto

nsouto@iinet.net.au

6. Apresentação crítica de *Crónica Açores: uma circum-navegação. De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores*, de J. Chrys Chrystello. Prefácio de Daniel de Sá. Ponta Delgada, Ver Açor, Lda., 2009. Um verbo a conjugar: circum-navegar por Rosário Girão e Manuel J Silva

Absque sudore et labore nullum opus perfectum est

Se há livros que devem ser lidos e cuja releitura prodigaliza novos rumos hermenêuticos, defluindo de um redivivo “prazer do texto” que incessantemente se descobre, outros há que merecem ser estudados com denodo, como é o caso desta obra de J. Chrys Chrystello, cujo nome e sobrenome têm vindo a ser adulterados, “desde Chrysler a Christofle, Castelo, Crastelo, Perestrelo ou Costello consoante os países.” (2009: 192). Exemplo emblemático de multiculturalismo (de que CC é “confesso defensor”), claramente introduzido e firmado, em termos óbvios, pelo conceito de “circum-navegação”, *Crónica Açores* é, verdade seja dita, uma obra plural e total, protagonizada por JC, alterónimo, quiçá, de CC - sua mulher, HC, “comentara, um dia, que o grande problema existencial de JC era saber qual dos dois venceria o duelo, ele ou o seu alter-ego.” (2009: 179) -, sempiterno viajante, por terras reais e reinos imaginários, e “castelão” ‘atrelado’ ao seu teclado informático, para o qual vai ditando os seus périplos à medida que, pela revivescência, se vai contando...

A estrutura circular da obra em exegese é, a este respeito, dilucidativa: abalando dos Açores, onde se encontra radicado, JC ruma até ao Oriente, não sem convidar para tal romagem o seu fiel leitor, ambos findando a epopeia marítima - “De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores” - no Arquipélago de origem. Do Ocidente para o Oriente e do Oriente mítico para o Ocidente gerador de mitos, é-nos dado deparar com um JC jornalista e “last but not least” e escritor. A trajetória em pauta é forçosamente escandida pela alternância de tempos verbais - o presente, o perfeito e o imperfeito -, reenviando para um *antes* e para um *depois*, delineando um *ontem* e um *hoje*, ora recuando ora avançando, socorrendo-se de analepses esclarecedoras e de almejadas prolepses (no que respeita ao leitor...) e configurando um vaivém temporal dinamicamente responsável pelo retrato sociopolítico de Portugal ao longo de, *grosso modo*, sessenta anos - “Voltemos de novo à matança do porco” (2009: 108); “Bom, voltando aos Açores, [...]” (2009: 111); “Voltando à Rádio Renascença e ao automobilismo” (2009: 244); “Voltando atrás no tempo [...]” (2009: 250); “[...] como veremos adiante [...]” (2009: 172). Fazendo jus ao rigor prescrito por todo e qualquer trabalho académico (mas que, nos dias de hoje, nem todo e qualquer trabalho académico detém...), valendo-se de uma ampla bibliografia caracterizadora da tese universitária e do ensaio científico, consultando uma documentação genuína, não raro de difícil acesso, destinada a evitar o papagueamento de falsas verdades geracionalmente repetidas e cristalizadas em dogmas indefetíveis, JC observa “por entre as espirais do fumo dos cigarros” (2009: 103), disseca, analisa, comenta e arquiva não só o universo circundante, mas também o seu *ego*, que tem a generosidade de desnudar:

“A vida passada só fazia sentido para o ego que fora, mas já não era.” (2009: 20).

“Por ser quem fora se tornara naquilo que hoje era.” (2009: 45).

Paulatinamente vai esboçando o seu autorretrato de homem ateu e não agnóstico (conquanto nostálgico da fé dos tempos idos), obcecado pelo “politicamente (in)correto”, imbuído de desencanto - proveniente da quebra de ilusões e de rejeições sucessivas - perante a vida, propugnador de uma igualdade sem discriminações, inimigo de fundamentalismos ditatoriais e cumpridor escrupuloso de todas as leis. Justiceiro tenaz e inconformista ferrenho, “hedonista perfeito em perfeito levante exótico” (2009: 380), fumador, carnívoro (2009: 132) e exterminador de formigas (2009: 202), JC, poeta sonhador (2009: 237), anda “ao contrário de todo o mundo, como os caranguejos, mas em vez de andar para trás andava sempre para a frente, adiantado em relação aos restantes.” (2009: 125). Afinal, “JC é quem continua errado e não o mundo.” (2009: 209).

..., há que destacar os capítulos consagrados à História de Timor, diacronicamente narrada e vastamente comprovada, que já havia sido, em certa medida, objeto parcial do ensaio publicado pelo Autor em 2000 e intitulado *Timor Leste O Dossiê Secreto 1973-1975*. Retrocedendo, na sua crítica arguta, aos métodos de Celestino da Silva, que tirava estrategicamente partido das rivalidades entre as diversas tribos, com vista à sua ulterior dominação, e que sabiamente recorria ao serviço doméstico de espionagem facultado pelas mulheres e amantes indígenas, revisitando a obra meritória de Filomeno da Câmara, na peugada do seu antecessor, e analisando o ensaio de Teófilo Duarte, suscetível de proporcionar um sólido conhecimento dos mais marcantes eventos novecentistas, vê-se o leitor confrontado - “Nem as elites nem os jovens alguma vez leram estes episódios que bem retratam a grande nação de

tribos timorenses.” (2009: 410) - com a descrição da Ilha em forma de crocodilo - contada pelo poeta Fernando Sylvan (2009: 292) -, com a autodeterminação espoletada pela Revolução dos Cravos, com a criação dos principais partidos políticos de Timor, com a sempiterna oscilação entre a Indonésia, a Austrália e Portugal no papel de países colonizadores e neocolonizadores, com a independência encarada como horizonte longínquo a atingir, com as fragilizadas condições de vida dos Timorenses, advindas do racionamento dos géneros essenciais, com as dificuldades de comunicação fomentadoras do isolamento, da ignorância e da despolitização, com a inexistência de sistemas rodoviários, marítimos e aéreos, com o deficiente aproveitamento de plantações insulares (sobretudo a do café, verdadeira fonte de riqueza) e com a questão da lusofonia ou, por outras palavras, da preservação da língua e da cultura portuguesas. Bem interessantes, a todos os níveis, se revelam quer os comentários políticos, breves e incisivos, com que JC brinda certas notícias publicadas no *Portugal Diário* e na *Fonte Lusa* de 21 de Junho de 2006, ou no Blogue *Causa Nossa* e no jornal *Público* de 25 de Junho do mesmo ano, quer o balanço final da controversa situação política timorense, retoricamente martelado pela quádrupla recorrência do sintagma verbal “Foi pena...”: “Foi pena que os líderes [...] pensassem serem apenas umas pequenas ondas [...] Foi pena que [...] não se tivessem dedicado a emprestar pás e enxadas para ocupar os guerrilheiros desocupados [...] Foi pena que [...] não tivessem ‘nonas’ (amantes) para lhes contar o que se passava nos quatro cantos de Timor. Foi pena que tenham sido apanhados desprevenidos por esta insurreição tão bem orquestrada pela Austrália, [...]” (2009: 471).

a tradição *versus* a inovação ou a regressão contra o progresso (e não serão as primeiras privilegiadas?) não escapam, numa perspetiva multifacetada, ao monóculo de lança em riste de JC, para o qual “a realidade já ultrapassou a ficção há muito.” (2009: 213): assim é que desfilam, em quadros visuais reforçados pela visualidade da escrita, a morosidade das viagens efetuadas entre Trás-os-Montes e o Porto (2009:31), bem como a celeridade, em termos relativos, dos antigos comboios “Foguetes”, ligando o Porto a Lisboa; a tradição de as famílias transmontanias, como a de sua Mãe, irem a banhos para a Póvoa, enquanto sua Avó e seu Pai elegiam, como estâncias de vilegiatura, as praias nortenhas da moda, como a Foz, Matosinhos, Miramar, Granja e, posteriormente, Espinho (2009: 45); a saudação amistosa dos ‘acinzentados’ cantoneiros que, no antigamente, desempeçiam as bermas das estradas de uma indesejada vegetação invasora (2009: 97-98); o romantismo emanado pelos bilhetinhos sentimentais (2009: 121) que o jovem Romeu ou Lovelace endereçava às ‘encarceradas’ donzelas dos seus sonhos (batizada de Tina, neste caso concreto...), muito provavelmente tomado de empréstimo ao camiliano *Amor de Perdição* e *Amor de Salvação* ou, então, ao idealismo rural de Júlio Dinis que *A Morgadinha dos Canaviais* e *As Pupilas do Senhor Reitor* revelam à saciedade; a solicitude ancilar ou a prestabilidade das serventes ou sopeiras que, embora fardadas, se integravam naturalmente na família; a designação da bica - “Pavoni” e “Cimbalino” - no decénio de 60, que, metonimicamente, reenviava para a marca da máquina de café expresso (2009: 103). Nos antípodas do passado mítico irrompe o presente desmistificado - “mudam-se os tempos.” (2009: 227) -, alvo certo da sátira cáustica e da ironia corrosiva: os cantoneiros, abandonados, deixaram o palco continental, tendo sido votadas ao olvido as suas castiças cabanas, em virtude do desaparecimento da Junta Autónoma de Estradas que, apesar dos escolhos, lá ia cumprindo a sua missão (2009: 99); a terminologia simples de antanho ‘complexificou-se’ (como é sólito dizer atualmente...), a fim de contornar eventuais réstias de complexo conotadas com as profissões mais humildes (2009: 29-30); a linha do Tua, que ofertava uma paisagem de beleza ímpar, viu-se e vê-se seriamente ameaçada, a par dos “Foguetes”, entrementes sumidos, que “apodrecem em Elvas” (2009: 210) e tendem a ser substituídos por luzídios e frenéticos TGV; quanto à vida sã da aldeia, ela dá a sensação de haver sido marginalizada e até petrificada - em proveito do urbanismo - num museu envidraçado, passível de visita, qual fenómeno arqueológico, pelos jovens cidadãos desconhecedores da rusticidade e do primitivismo: “O campo é bonito para se passear nas férias e levar lá os putos (como quem os levava dantes ao zoológico) [...]” (2009: 211).

Sobrelevando a análise social, eis a História que fascina JC, “saudosista desses tempos de antanho a viver ancorado no futuro” (2009: 51-52), embora conhecendo de antemão a inviabilidade de alterar a visão estereotipada e convencional dos factos históricos. Nesta conjuntura, o mais insignificante caso de vida, o mais ínfimo detalhe social e a mais prosaica questão quotidiana não deixam de se revelar propícias à sua evocação, posto que “toda a gente fala, mas ninguém se deu ao trabalho de estudar a História...” (2009: 470). É o caso da vida da Rainha Maria Pia de Saboia (2009: 35), das conjeturas tecidas, a partir dessa utopia e ucronia conducentes ao mito da Atlântida, sobre a descoberta das Ilhas açorianas (2009: 52-53), da ‘errância’ lendária das encantadas “Sete Civitates” (2009: 56), da enumeração de certos milagres atribuídos a Nossa Senhora do Açor (2009: 58-59), da digressão de teor explicativo - posto que JC também é professor: “JC explica [...]” (2009: 200) - pelas nove irmãs islenhas do Arquipélago (2009: 60 a 68), da descrição, por etapas sucessivas, do terramoto que arrasou Vila Franca do Campo (2009: 77 a 80), do elenco de alguns eventos telúricos açorianos ocorridos em Oitocentos (2009: 82 a 85) e da génese da devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres (2009: 81). Esta busca quase enciclopédica do saber surge evidenciada pelo culto do pormenor, atestando a profundidade da pesquisa e/ou a amplitude da investigação, traduzidas tanto pela diversidade genológica (lendas - Lenda dos Cavaleiros das Esporas Douradas e Lenda de Frei João Hortelão -, “faits divers” - ‘casos’ domésticos -, crónicas

- sobre o rato de Cabrera, o lince-ibérico, o lobo-marinho, a truta-marisca e outras espécies em vias de extinção - e poemas - “Da Europa ao Oriente-do-Meio”) como pela variedade de tons (lírico, irónico e jornalístico, entre outros) que repassam a obra em apreço. Aprende-se, nesta sequência, que o Renault 4CV foi produzido entre 1946 e 1961 (2009: 42), que o total de casais reprodutores de cagarros (e não de charros...) aponta para mais de noventa e cinco mil (2009: 101-102), que o processo de transformação do chá engloba sete fases - emurchamento, enrolamento, fermentação, secagem, escolha, armazenagem e embalagem - (2009: 107-108), que o Festival da Eurovisão, ao qual o povo lusitano rendia preito (ainda lho renderá hoje?), teve início em 1956, que o último modelo da Toyota adquirido por JC em Macau - Cellica A40 Liftback ST de 2 litros - nunca aparecera em Portugal (2009: 126) e que o protagonista-alterónimo, vindo de Bragança, passou a residir, na Lomba da Maia, num T2 + 2 com um sótão, onde o senhorio construiu dois quartos para Nigel e um pequeno escritório para seu pai JC, onde cabem duas secretárias, duas estantes, os PC e os arquivadores (2009: 72).

Este prazer do detalhe gostoso apresta-se a desaguar na avaliação estatística, domínio no qual JC é exímio: assim é que, na Lomba da Maia, o clima parece ser, embora não seja, mais húmido e mais fresco do que em Ponta Delgada, com temperaturas variando entre 21°C e 25°C (2009: 72); por sua vez, e no ano da graça de 2005, duas botijas de gás custavam 22 euros (preço inferior ao praticado no Continente), a empregada ou auxiliar doméstica (servente ou sopeira de outrora) auferia 25 euros por 8 horas de trabalho, montante este que recebia o jardineiro por se ocupar da horta e do jardim; para mais não referir, e no que respeita ao mesmo ano, tomava-se, em muitas casas, um único banho por semana, havia tão-somente dois canais televisivos - RTP-1 e RTP Açores - e, num universo de aproximadamente 250 000 lares, apenas 32 000 se encontravam ligados à TV Cabo (2009: 86). Mas onde a vertente economicista do economista JC deflagra de modo mais flagrante é, sem sombra de dúvida, na apresentação de projetos concretos visando, no futuro, o desenvolvimento dos Açores: a diversificação de queijos de qualidade, a exportação de produtos agrícolas, a criação do turismo marítimo subaquático, o incremento de passeios de barco ao largo das costas e a internacionalização dos cortejos etnográficos e do folclore português (2009: 498-499).

Comentador da sociedade em evolução debruça-se sobre o desajustamento das crianças mimadas e sobre a depressão dos jovens hodiernos e queda-se na ‘transferência’ ou ‘transposição’ da silhueta maternal para a mulher que reputa capaz de colmatar as suas carências afetivas), jornalista (iniciando esta longa carreira com a reportagem, seguida de muitas outras, do “Circuito Internacional de Vila Real” e da “Fórmula 3”) e cultor da etnologia [basta reler as sumarentas páginas sobre a Bragança da sua adolescência - Vimioso e Alfandega da Fé, em particular -, revisitar os deliciosos episódios passados na sua mátria Austrália - “país onde viveria o resto da sua vida” (2009: 347) - e seguir a explicação exaustiva sobre a bem curiosa cerimónia balinesa da cremação], JC é, igualmente, um perito em tradutologia (quem se não lembra da tradução, para inglês, de *O pastor das casas mortas* de Daniel de Sá?) e um romancista nato, ao qual não é alheia essa operação de espírito, sinónima de disfarce, que é o humor. Não parece despidendo, a este propósito, apresentar alguns exemplos, poucos que sejam... Aquando da visita aos Açores de sua filha mais velha, marido e neta, ouviram-se, uma certa noite, alguns “gritos porque um grilo estava no quarto deles e não deixava a miúda e a mãe dormir... la sendo uma verdadeira tragédia, pois, como sabem, aqui nos Açores, os grilos cantantes são descendentes dos dinossauros... Se, por acaso, uma barata entra em casa (não podem ter as janelas fechadas todo o dia) nem queiram saber a tragédia familiar que se coloca.” (2009: 74). Por seu turno, e no tocante aos sismos de 2006, reportados em jornal íntimo e sísmico, comenta JC que “O aeroporto fica na metade ocidental da ilha. Como o Audi A4 não nada nem voa, não terão hipóteses de sair...” (2009: 80). Do mesmo modo, e no que respeita aos infundáveis dias de trabalho dos Açorianos, é o leitor informado de que “quase todos os locais [habitantes] trabalham pelo menos seis dias de longas horas, quando não é na agricultura que aí são sete dias... que as vacas não seguem calendários, nem feriados ou dias santos.” (2009: 86). Ainda nesta ordem de ideias, se é “devido aos professores que não faziam nada que o país está nesta crise”, esses mesmos professores terão doravante “de se matar a trabalhar para o país sair da crise.” (2009: 86). Prosseguindo neste contexto, confessa JC que não esteve presente no casamento de sua irmã, “que ia, finalmente, dar o nó com o Gil, que não era Grissom, como o da série CSI, antes pelo contrário.” (2009: 379). Quanto a Mia, terceiro grande amor de sua vida, ela “faleceu nos anos 80, JC estaria agora viúvo.” (2009: 257).

Parece ter soado a hora não do Juízo Final, mas de determinadas considerações, porventura impertinentes, sobre o valor e a originalidade indubitáveis de *Crónica Açores*.

Primo: Obra de cariz autobiográfico, alternando pendularmente entre as memórias aconchegadas no baú (2009: 348), o autorretrato e a autoficção, ela é narrada não na primeira pessoa, como é sólito neste subgénero autorreferencial específico, mas na terceira pessoa ou, por outras palavras, numa não-pessoa (suporte de um discurso proferido por um *eu* e destinado a um *tu*) responsável pelo distanciamento algo irónico instaurado entre o Autor e o protagonista, entre CC e JC.

Secundo: Longe de privilegiar a narrativa retrospectivamente linear de uma existência em devir (e quem não desconfia da falácia dessas autobiografias cujo *incipit* é quase invariavelmente “Nasci”, nunca podendo ser o *explicit* “Morri?”), CC e JC tanto rumam a Timor e embarcam para Bragança como singram para a Austrália e arribam a Bali,

percorrendo, desta feita, as várias fases da vida que, paralelamente às etapas da evolução social (os primeiros troleicarros que, em 1959, se estreiam no Porto, os entretenimentos dos anos 60 - King, canasta e paciências -, o programa *23ª hora* na Rádio Renascença e a *TV Rural* de Sousa Veloso), se fundem e confundem, voluntariamente convocadas e mais ou menos inconscientemente interrompidas.

Tertio: Livro do conhecimento e da cultura, ele é, inequivocamente, um manual de aprendizagem - “Para quem não sabe”, informa JC (2009: 185) - nos mais variados domínios do saber, desde a geografia e a história, passando pela etnografia e pela sociologia, e desembocando na tradução e na arte do romance, proporcionando ao leitor o aprofundamento de uma ou de outra matéria precisa, deste ou daquele aspeto específico. Romance de um romancista de nome JC, e ao serviço do metarromance, a “circum-navegação” não deixa de servir os intuitos do antirromance, problematizando as fronteiras entre o imaginário e o real, equacionando os limites do vivido e do sonhado e questionando o tradicional conceito de romanesco, que começa, de súbito, a vacilar. A prova é que Daniel de Sá entra, nesta “circum-navegação” inovadora, como personagem, a par de Nigel que, da personagem convencional, retém apenas um nome fictício...

Quarto: Surge, desta feita, o conceito de “circum-navegação”, suscetível de ser definido, em termos geográficos e literários, como narrativa autobiográfica de viagens. Se o espaço múltiplo vai fazendo o homem ao longo dos tempos do Tempo, o Autor vai escrevendo o livro ao mesmo tempo que se escreve *a si próprio* e que escreve sobre o *outro* que ele também é... Tal escrita catártica (oscilando entre o passado ilusoriamente ressuscitado e o esboço do presente desatualizado) é regida quer pelo anelo de aprofundar o conhecimento do seu *eu* (não era “Conhece-te a ti próprio” a divisa do templo de Delfos?), quer pela vontade de fazer um balanço de vivências transatas, estabelecendo uma ponte para projetos futuros, quer pela ânsia de vencer o tempo e de triunfar sobre a morte...

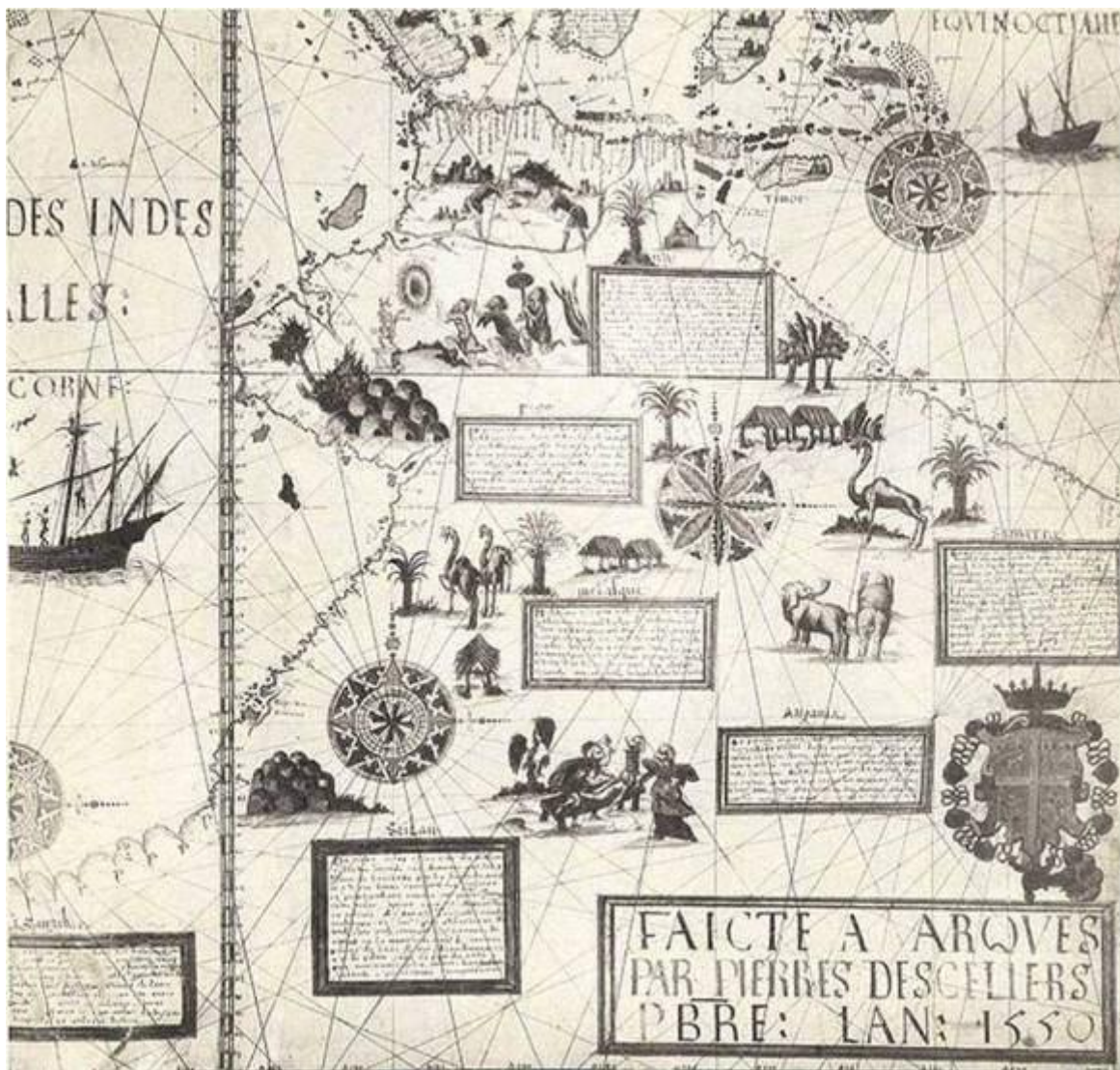
Quinto: E que dizer, depois de conjugar o verbo *circum-navegar*, dos *Colóquios da Lusofonia* e dos *Encontros Açorianos da Lusofonia*, cujo Presidente, poeta da *Crónica do quotidiano inútil* e autor do *Cancioneiro Transmontano*, parece não ser J. Chrys Chrystello..., mas JC, sequaz acirrado de uma *certa* lusofonia? JC, aliás, irrita-se com a insignificância portuguesa “com manias de grandeza, que agora se reproduz em dez campos de futebol para estarem às moscas, para um aeroporto faraónico sem futuro, um TGV para espanhol ver e outras quejandas. É esta a Lusofonia que JC não quer.” (2009: 127-128).

Aguardemos pacientemente o segundo volume da trilogia *CrónicaAçores* para podermos desvendar este enigma policial: *No ‘rasto’ de JC...*

Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos, Fumane (*moriente die*), 6 de agosto de 2009

Chrys não só acredita em multiculturalismo, é um exemplo vivo do mesmo. Aos 23 anos publicou poesia *Crônicas do Quotidiano Inútil* (vol. 1) e em 1975 escreveu um Ensaio Político sobre Timor, antes de ser chamado para funções executivas como Economista da CEM – Companhia de Eletricidade de Macau em 1976. Desde 1967 dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa). Como Correspondente Estrangeiro trabalhou para as agências noticiosas portuguesas ANOP/ NP/ LUSA, para a TV (TVB Hong Kong e RTP), para estações de rádio [RDP, Rádio Comercial, ERM e TDM-RTP Macau], para jornais [Jornal de Notícias, Primeiro de Janeiro, Sábado, Europeu e Público (pertenceu ao grupo de fundadores)], sendo amplamente publicado no *The Journalist* da Associação Australiana de Jornalistas (AJA/MEEA) e no *The Maritime Union*, além de ter feito pesquisa e escrito documentários para as televisões australianas. Entre 1976 e 1996, escreveu sobre o drama de Timor-Leste enquanto o mundo (incl. Austrália e Portugal) se recusavam a ver essa saga. Na Austrália trabalhou como Jornalista para o Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional e para o Ministério da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários, tendo também exercido as funções de Tradutor e Intérprete para o Ministério da Imigração e para o Ministério Estadual de Saúde de Nova Gales do Sul. Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor, e divulgou a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook), e da existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (herdado quatro séculos antes). Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators and Interpreters) e Examinador da NAATI (National Authority for the Accreditation of Translators and Interpreters) de 1984 a 2003, Chrys lecionou na Universidade (UTS) Linguística e Estudos Multiculturais. Com três décadas de experiência em Tradução e Interpretação como Freelancer especializado, Chrys publicou inúmeros trabalhos científicos e apresentou temas de linguística em conferências (Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, etc.). Em

1999 para o MA, escreveu o seu principal Ensaio Político "East Timor: the secret files 1973-1975" (versão portuguesa *Timor-Leste: o dossier secreto 1973-1975*, publicada em livro e esgotada a primeira edição ao fim de três dias. Mais tarde publicou (e-livro) a monografia *Crônicas Austrais 1976-1996*. Durante mais de vinte anos, responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes na Austrália, foi ainda Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS Universidade de Tecnologia de Sidney, sendo atualmente Mentor dos finalistas de Literatura da ACL da University of Brighton no Reino Unido, e Revisor (Translation Studies Department) da Helsinki University. Organiza os Colóquios Anuais da Lusofonia (desde 2003 em Bragança) com Malaca Casteleiro e Evanildo Bechara como patronos. A partir de 2006 organiza os Encontros Açorianos da Lusofonia (S. Miguel, Açores), mantendo o seu interesse no ensino de Tradução, Multiculturalismo, Inglês e Estudos de Tradução. Em 2005 publicou o *Cancioneiro Transmontano 2005* (300 pp. de contos, lendas, cantigas, cantilenas e loas) e publicou (e-livro) o segundo volume dos seus contributos para a história de Timor intitulado "Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter" (com mais de 2600 páginas, edição de autor em CD). Em 2007, traduziu obras de autores açorianos para Inglês, nomeadamente de Daniel de Sá (*Santa Maria Ilha-Mãe, O Pastor das Casas Mortas*) e de Manuel Serpa (*As Vinhas do Pico*). Em 2008 traduziu o livro de Victor Rui Dorés "Ilhas do Triângulo, coração dos Açores (numa viagem com Jacques Brel)" e "Caminhos de S. Miguel" de Daniel de Sá.



Contra capa

Esta viagem leva-nos a Timor Português, Macau, Austrália, Brasil, Bragança e Açores, entre outros locais, num périplo pelo mundo em que o autor vai cronicando, como Marco Polo, as terras, as gentes e os costumes e tradições.

Da análise política, social e pessoal parte à descoberta de culturas e encontra-se a si mesmo, no seio duma Lusofonia sem raças, nem credos nem nacionalidades, até se radicar na "Atlântida" onde irá "desvendar" e divulgar desveladamente a fértil literatura açoriana, catapultadora de autonomias e independências por cumprir.